

PÊCHEUX EM (DIS)CURSO: ENTRE O JÁ-DITO E O NOVO

Uma homenagem à professora

Nadia Azevedo

VOL. 02



Dalexon Sérgio da Silva
Claudemir dos Santos Silva
(Organizadores)

PÊCHEUX EM (DIS)CURSO: ENTRE O JÁ-DITO E O NOVO

**Uma homenagem à professora
Nadia Azevedo**

Vol. 2

**Dalexon Sérgio da Silva
Claudemir dos Santos Silva
(Organizadores)**

PÊCHEUX EM (DIS)CURSO: ENTRE O JÁ-DITO E O NOVO

**Uma homenagem à professora
Nadia Azevedo**

Vol. 2

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Dalexon Sérgio da Silva; Claudemir dos Santos Silva [Orgs.]

Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo. Vol 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 461p.

**ISBN: 978-65-5869-135-8 [Impresso]
978-65-5869-136-5 [Digital]**

1. Análise do Discurso. 2. Língua e linguagem. 3. Linguística. 4. Memórias. 5. Pêcheux. Vol. 2. I. Título.

CDD – 410

Capa: Andersen Bianchi

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 - São Carlos – SP
2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - RESSONÂNCIAS DE NADIA AZEVEDO EM NÓS: DISCURSIVIZANDO EFEITOS DE GRATIDÃO E HOMENAGEM	9
---	----------

PRIMEIRA PARTE **19**

ENTRE O JÁ-DITO E O NOVO: HÁ QUESTÕES EM TORNO DA
TEORIA QUE MAPEIAM CONCEITOS

SOBRE A ÉTICA DO ANALISTA	21
----------------------------------	-----------

Maria Cristina Leandro Ferreira

Isaac Costa

DISCURSO, SUJEITO, REAL DA HISTÓRIA, IDEOLOGIA E IRRACIONALIDADE	39
---	-----------

Belmira Magalhães

Diego Lacerda

Geice Silva

SEGUNDA PARTE **53**

HÁ POLÍTICA, MEMÓRIA, FASCISMO, DISCURSO DE ÓDIO E
RESISTÊNCIA

DISCURSO CONSERVADOR: MEMÓRIA, IMPLÍCITOS E SILENCIAMENTO	55
--	-----------

Mário Jorge Pereira da Mata

LÍNGUA FASCISTA, DISCURSO CONTRADITÓRIO: AINDA SOBRE BOLSONARO	77
---	-----------

Lucas Nascimento

O MARXISMO CULTURAL E A AMEAÇA COMUNISTA NO BRASIL	101
<i>Erasma da Silva Ferreira</i> <i>Dirce Jaeger</i>	
DELÍRIOS COMUNICADOS E FAKE NEWS: COMUNISMO IMAGINÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DOS CIDADÃOS DE BEM NO HISTÓRICO DE NOTÍCIAS FALSAS	125
<i>Frederico Sidney Guimarães</i>	
“RESISTIR PELA OPRESSÃO É PRECISO”: UMA ANÁLISE SOBRE DESLIZAMENTO DE SENTIDOS NA DISPUTA PELO PODER	145
<i>Carolina Fernandes</i>	
O DISCURSO DE ÓDIO NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	171
<i>Ercília Ana Cazarin</i> <i>Mariana Jantsch de Souza</i>	
A FRAGMENTAÇÃO CONSTITUTIVA DOS SUJEITOS EM UM DOCUMENTÁRIO: DISCURSOS DE INCÔMODO E RESISTÊNCIA	187
<i>Mônica Ferreira Cassana</i>	
A NARRATIVIDADE DE/EM PIEDADE: EFEITOS DE MEMÓRIA E DE RESISTÊNCIA	207
<i>Fernanda Correa Silveira Galli</i> <i>João Victor da Silva Carvalho</i>	
O JORNAL NACIONAL E OS DISCURSOS DE RESISTÊNCIA DE MORADORES DE COMUNIDADES POBRES FRENTE À CRISE DA COVID-19	227
<i>Nelson Figueira Sobrinho</i> <i>Dantielli Assumpção Garcia</i>	

TERCEIRA PARTE	251
HÁ IMAGEM E MÍDIA NO DIGITAL QUE TECEM FIOS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	
CARREGAR, EXAGERAR AS CENAS DE UM SOCIAL DIVIDIDO: A INSISTÊNCIA DA IMAGEM NA TEXTUALIZAÇÃO DO CONFRONTO <i>Romulo Santana Osthues</i>	253
O CRESPO NAS TRAMAS DO DISCURSO DIGITAL: ENTRE OS FIOS DA MEMÓRIA, ACONTECIMENTO E EQUIVOCIDADE <i>Gerencie Ribeiro de Oliveira Cortes</i>	271
DISCURSO E PROPAGANDA: ENTRE REPETIÇÕES E APAGAMENTOS, A DIVULGAÇÃO DO ENEM 2020 ‘O BRASIL NÃO PODE PARAR’ <i>Renata Corrêa Coutinho</i>	289
CONTRADIÇÃO E SILÊNCIO NO DISCURSO SOBRE MORADORES DE RUA <i>Soraya Maria Romano Pacífico</i>	313
A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ANÁLISE DO DISCURSO E SUA CIRCULAÇÃO EM MEIO DIGITAL: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS <i>Bethania Mariani</i> <i>Carla Moreira</i> <i>Rebeca Estrela</i>	333
MEMÓRIA EM DISCURSO: UMA SOMBRA DA MORTE NO MOVIMENTO DE SENTIDOS <i>Cristiane Renata da Silva Cavalcanti</i> <i>José Reginaldo Gomes de Santana</i> <i>Kelly Cristine Martins dos Santos</i>	357

QUARTA PARTE	375
HÁ DISCURSOS SOBRE SUJEITO, SAÚDE, DOENÇA, TRANSTORNOS E SUICÍDIO	
O SUJEITO E(M) EFEITOS DE MAL-ESTAR: ENTRE DIAGNÓSTICO(S) E CULPA	377
<i>Fernanda Luzia Lunkes</i>	
A CRIANÇA PARA ALÉM DA CARDIOPATIA CONGÊNITA PELO OLHAR DA ANÁLISE DE DISCURSO	397
<i>Regina Maria Ayres de Camargo Freire</i> <i>Marcel Amaral Marques Ferraz</i>	
PARA ALÉM DE UM SABER INSTITUCIONALIZADO SOBRE O SUICÍDIO	421
<i>Juliana de Castro Santana</i>	
ANÁLISE DISCURSIVA DA MANIFESTAÇÃO DA DISLEXIA NA VIDA ADULTA: UM ESTUDO DE CASO	439
<i>Érika Maria Azevedo Costa</i> <i>Luciana Cidrim</i>	
Notas sobre a professora Nadia Azevedo	459
Notas sobre os organizadores	460

APRESENTAÇÃO - RESSONÂNCIAS DE NADIA AZEVEDO EM NÓS: DISCURSIVIZANDO EFEITOS DE GRATIDÃO E HOMENAGEM

Cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, pois cada pessoa é única e nenhuma substitui outra. Cada um que passa em nossa vida passa sozinho, mas não vai só nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levam muito, mas há os que não deixam nada. Essa é a maior responsabilidade de nossa vida, e a prova de que duas almas não se encontram ao acaso (ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY).

Tal qual *O Pequeno Príncipe* nos sentimos aqui tocados a produzir efeitos de sentido de gratidão e homenagem por aquela que nos cativou. E, sendo assim, inscrevemo-nos numa memória para enunciar-la poeticamente, uma vez que, como nos diz Saint-Exupéry (1994, p. 72), “tu te tonas eternamente responsável por aquilo que cativas”. Então, é nossa responsabilidade materializarmos a nossa (ex)orientadora, professora e pesquisadora, Nadia Azevedo, na epiderme deste livro.

A professora Nadia Azevedo nos cativou, agora ela é única para nós. E durante os seus quarenta anos de docência, que se completam em 2021, ela conquistou também a todos que a conheceram ao mostrar sempre, por exemplo, que “o essencial é invisível aos olhos” (SAINT-EXUPÉRY, 1994, p. 72). Nesse sentido, nas linhas de gratidão e homenagem, materializadas neste livro, trazemos, também, depoimentos de posições-sujeito cativadas por ela e que a cativam, a saber: filhos, irmão, marido, amiga, ex-orientadoras, orientandos, coordenadoras (geral dos Programas de Pós-Graduações (PPGs) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem na Universidade Católica de Pernambuco - PPGCL/UNICAP) e professoras.



É nesse ponto de encontro que uma memória se inscreve numa atualidade. Então, no já-dito temos a professora Nadia Azevedo, que desde 1981, desempenha suas atividades docentes, lotada no Curso de Fonoaudiologia na UNICAP. Nesse cenário, em 2007, tornou-se professora e pesquisadora no PPGCL/UNICAP. No mesmo ano, no segundo semestre, seus estudos e pesquisas apontaram para a necessidade da criação de um grupo de extensão. E, assim, foi fundado o Grupo de Estudos e Atendimento à Gagueira (GEAG), formalizando-se como um espaço de pesquisa e interação, que já se encontrava em funcionamento, embora em fase experimental.

Todos esses resultados levaram a UNICAP, através do PPGCL, da Graduação em Fonoaudiologia e Letras, a desenvolver pesquisas multidisciplinares, com destaque para a comunicação, destinada a pessoas com alterações de linguagem, mais precisamente, a gagueira. Com isso, procurando preservar a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, norteadora das ações da comunidade universitária, num esforço continuado em busca da melhor qualidade (AZEVEDO, 2018).

A *posteriori*, em 2008, a professora Nadia Azevedo assumiu a posição-sujeito de coordenadora do PPGCL/UNICAP, permanecendo por duas gestões (4 anos, de 2008 a 2012). Dessa maneira, a professora Nadia passou a atuar na área de concentração: Teoria e Análise da Organização Linguística, área subdividida em duas linhas de pesquisa: 1) Aquisição, Desenvolvimento e Distúrbios da Linguagem em suas diversas manifestações e 2) Processos de Organização Linguística e Identidade Social. E, desde então, desenvolve seus estudos e pesquisas, a partir de sua filiação à Análise do Discurso pecheutiana (doravante AD). Neste momento, é preciso destacarmos que, a professora Nadia foi uma das pioneiras a trabalhar com essa perspectiva teórica e analítica em Pernambuco. E é partir de tal aporte, que possibilitou também perscrutarmos a gagueira sob a perspectiva discursiva.



Entre o novo a se dizer sobre a professora Nadia, congratulamo-nos com cada um dos autores presentes neste livro. Nesse sentido,

fomos cativados por vocês e lhes agradecemos também, queridos autores, pois nos cativaram desde o primeiro momento no qual lemos os textos da maioria dos que marcam presença (conhecidos nossos, desde as aulas da professora Nadia Azevedo). Além disso, fomos cativados pelos autores que conhecemos nesse processo de partilha deste livro, que se deu, porque temos necessidade da alteridade constitutiva neste processo de construção coletiva. Diante disso, é pertinente destacarmos que, “[...] se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo, e eu serei para ti única no mundo” (SAINT-EXUPÉRY, 1994, p. 66-67).

E assim, cativados também por vocês, queridos autores, organizamos, neste entremeio, este livro intitulado: *Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo*, como uma homenagem à professora Nadia Azevedo, que reúne uma coletânea de textos científicos, em dois volumes. Nessa tessitura, tanto o primeiro como o segundo volume estão divididos em quatro partes, nas quais, os textos são mobilizados por meio de um gesto de interpretação dos seus pesquisadores nas mais variadas temáticas, a partir das concepções teórico-analíticas da Análise do Discurso pecheutiana.

Diante desse gesto, que nos toca em sentidos, saberes e sabores, na primeira parte: **Entre o já-dito e o novo: há questões em torno da teoria que mapeiam conceitos**, vemos ressoar na composição dos capítulos: *Sobre a ética do analista*, de Maria Cristina Leandro Ferreira e Isaac Costa; *Discurso, sujeito, real da história, ideologia e irracionalidade*, com Belmira Magalhães, Diego Lacerda e Geice Silva.

Atrelado a isso, a segunda parte: **Há política, memória, fascismo, discurso de ódio e resistência**, ressoa este bloco, expressando uma profusão de temas que são bem atuais, tais como: *Discurso conservador: memória, implícitos e silenciamento*, de Mário Jorge Pereira da Mata; *Língua fascista, discurso contraditório: ainda sobre Bolsonaro*, de Lucas Nascimento, *O marxismo cultural e a ameaça comunista no Brasil*, com Erasmo da Silva Ferreira e Dirce Jaeger; *Delírios comunicados e fake news: comunismo imaginário na constituição dos cidadãos de bem no histórico de notícias falsas*, com Frederico Sidney Guimarães; *“Resistir pela opressão é preciso”: uma análise sobre deslizamento de sentidos na disputa pelo poder*, de Carolina Fernandes. Agrupando-se aos tais, temos as seguintes

temáticas: *O discurso de ódio na sociedade brasileira contemporânea*, com Ercília Ana Cazarin e Mariana Jantsch de Souza; *A fragmentação constitutiva dos sujeitos em um documentário: discursos de incômodo e resistência*, de Mônica Ferreira Cassana; *A narratividade de/em Piedade: efeitos de memória e de resistência*, com Fernanda Correa Silveira Galli e João Victor da Silva Carvalho; *O jornal nacional e os discursos de resistência de moradores de comunidades pobres frente à crise da COVID-19*, com Nelson Figueira Sobrinho e Dantielli Assumpção Garcia.

A posteriori, na orquestração discursiva da terceira parte: **Há imagem e mídia no digital que tecem fios na produção do conhecimento**, somos capturados pela concatenação bem coerente das seguintes pesquisas: *Carregar, exagerar as cenas de um social dividido: a insistência da imagem na textualização do confronto*, de Romulo Santana Osthues; *O crespo nas tramas do discurso digital: entre os fios da memória, acontecimento e equivocidade*, de Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes; *Discurso e propaganda: entre repetições e apagamentos, a divulgação do ENEM 2020 'O Brasil não pode parar'*, com Renata Corrêa Coutinho. Junto a isso, *Contradição e silêncio no discurso sobre moradores de rua*, de Soraya Maria Romano Pacífico; *A produção de conhecimento em Análise do Discurso e sua circulação em meio digital: problemáticas e perspectivas*, com Bethania Mariani, Carla Moreira e Rebeca Estrela e, ao final, *Memória em discurso: uma sombra da morte no movimento de sentidos*, com Cristiane Renata da Silva Cavalcanti, José Reginaldo Gomes de Santana e Kelly Cristine Martins dos Santos.



Nesse enredo, com efeito de fim, na quarta parte: **Há discursos sobre sujeito, saúde, doença, transtornos e suicídio**, na qual, estão muito bem arquitetados temas que são de relevância para a sociedade e à academia, pois, assim como os demais trabalhos apresentados, também, revelam um rigor teórico-analítico. Nesse cenário, apresentamos o conjunto dos seguintes trabalhos científicos, que ressoam nestes títulos: *O sujeito e(m) efeitos de mal-estar: entre diagnóstico(s) e culpa*, de Fernanda Luzia Lunkes; *A criação para além*

da cardiopatia congênita pelo olhar da Análise de Discurso, com Regina Maria Ayres de Camargo Freire e Marcel Amaral Marques Ferraz; *Para além de um saber institucionalizado sobre o suicídio*, de Juliana de Castro Santana e, por fim, *Análise discursiva da manifestação da dislexia na vida adulta: um estudo de caso*, com Érika Maria Azevedo Costa e Luciana Cidrim.

E é com o olhar que vem da academia, mas também do coração, que, aqui, vestimos as palavras do quanto nos sentimos gratos e cativados por vocês e pela Nadia. E quem sabe cativar no dia a dia, vivencia mesmo a *koinonia*. O partilhar, que é uma das principais características da professora Nadia Azevedo. Por isso, tal gesto, materializa-se neste livro, através do aceite honroso, dos setenta e um autores que nele se inscrevem nesses dois volumes.

Assim sendo, somos gratos a cada um de vocês, por partilharem estudos/pesquisas em cada capítulo aqui publicado. E, atrelado a isso, principalmente, pela certeza de amizades iniciadas, boas trocas de *e-mails*, parcerias importantes para a construção do conhecimento que tem compromisso com a seriedade, com a generosidade, tendo em alta conta o ser humano. Questões essas, constatadas ao longo de todo o processo de elaboração desta coletânea, que inclui os custos totais deste livro, logo, financiado pela maior e melhor agência: a humana, aquela que fez a amizade brotar em nós!

Por isso, aqui, registramos a nossa eterna gratidão, que ora se materializa nestas páginas, no espaço partilhado que demos a cada um de vocês, pois, além de organizarmos os capítulos de modo a dialogarem entre si semanticamente, também tivemos a preocupação em estruturamos tal conjunto de textos científicos, de forma que nós, os ex-orientandos e os atuais orientandos da professora Nadia Azevedo, ocupássemos sempre o campo de finalizar cada temática. Em nossas formações imaginárias, uma maneira de honrá-los, queridos autores/colaboradores. Em virtude disso, ressaltamos que, primeiro trouxemos os nossos queridos autores convidados, com suas respectivas pesquisas. Desse modo, desejamos, em gratidão, dizer que vocês ocupam um lugar especial nesta coletânea, distribuída em dois volumes bem robustos, que homenageia alguém que nos ensinou, dentre tantas coisas, o sentido da *koinonia*, isto é, da partilha.

PARTILHA DE DEPOIMENTOS SOBRE NADIA AZEVEDO, CATIVADA POR DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITO

1. Filhos

Nossa mãe é uma pessoa iluminada que nos deu a vida. Ela é a pessoa mais doce, humana, amável, generosa e incrível que existe no mundo. Ela é escuta, o ombro amigo, o colo quentinho, nossa base, nosso tudo. Tudo o que somos hoje devemos a ela. Ela é a nossa heroína, nosso orgulho. A melhor avó que nossos filhos poderiam ter. Mãe, você nos traz Amor, segurança, paz, alegria, motivação, memórias! Você é uma Música, NÓS TE AMAMOS! (**Thiago e Fernanda**, filhos).

2. Irmão

Sis, me pediram pra escrever, no máximo oito linhas, "hahaha", logo eu, três já são demais. Você é, sem dúvida, a pessoa mais amiga e leal que eu conheço. Sinto-me um pouco irmão-pai e sempre a tive como irmã-mãe, sempre fomos assim, muito unidos, né? Sobre você, só posso dizer o quanto te admiro: pessoa de uma inteligência rara, de uma capacidade inesgotável de trabalho, agregadora, conciliadora, protetora, humana, enfim, meu ídolo. Você é sem dúvida meu porto seguro, *Love you*. Beijos enormes!!!! (**João Carlos**, irmão).

3. Marido

Nadia, o amor da minha vida é antes de tudo uma pessoa do bem. Eternamente preocupada com a família, amigos, os alunos, as pessoas mais carentes e o Brasil. Sempre rindo com os olhos, ela vai vencendo os grandes problemas da vida, fazendo parecer que eles são bem menores. Quando conheci aqueles lindos olhos no distante ano de 1993, senti que a minha vida estava recomeçando e pra bem melhor. Foi como a descoberta de novo mundo. Uma pessoa tão sensível e carismática, não encontramos todos os dias. Com ela aprendi muito, desde o valor de um pequeno carinho a importância do perdão. Depois de tantos anos, ainda dedico a ela todo o meu amor, carinho e respeito. Tenho orgulho, muito orgulho e felicidade de tê-la como companheira e espero que seja até que a vida desista de nós (**Roberto**, esposo).

4. Amiga

Tudo que disser será pouco para expressar o que Nadia representa na minha vida profissional e pessoal. Uma amiga/irmã, de todas as horas, não tem tempo ruim, cara amarrada, sempre disposta a ajudar, sem ver a quem, com palavras otimistas e esperançosas que fortalecem a todos. Tudo isso com discrição e cuidado. Amizade que vai além dessa vida, um presente que

recebi do Criador, que merece realizar o melhor dos seus sonhos e com certeza estarei sempre perto para ajudar e aplaudir. Simples, sensível e de coração gigante, enfim, feliz de quem tem Nadia por perto (**Fernanda Cantinho**, amiga).

5. Ex-orientadoras

Conheci Nadia em um dos momentos mais interessantes de minha vida acadêmica. À época, era coordenadora do programa de pós-graduação da PUC-SP quando fizemos um convênio com a Universidade Católica de Pernambuco, para a realização de um mestrado interinstitucional direcionado aos professores do curso de Fonoaudiologia. Foi uma época de muita efervescência cultural. Discussões acadêmicas, aulas polêmicas em que discutíamos a Fonoaudiologia, alguns alunos me elegeram como sua orientadora de pesquisa. Nadia foi uma delas. Curiosa, queria ir mais além. Sempre presente, interessada, diligente, impecável em sua relação com o saber e seus desdobramentos. Sua atração pela linguagem foi instantânea e em nosso primeiro encontro formal, Nadia expressou seu desejo de enfrentar os percalços do atendimento clínico à gagueira. Propunha-se a buscar um arcabouço teórico que pudesse abarcá-la em uma clínica onde prevalecesse, sem sombra de dúvidas, a interação enquanto *modus operandi* do deslocamento da fala gaguejada. Imediatamente, se enamorou da Análise de Discurso de linha francesa. Começava ali, um percurso de anos de produção. Juntas escrevemos um artigo que dava o pontapé inicial na divulgação da AD nos meios acadêmicos e clínicos da Fonoaudiologia. Estou orgulhosa das realizações de Nadia e de poder colaborar com esta homenagem que coroa sua carreira impecável. Parabéns, Nadia! (**Regina Freire**, Ex-orientadora de mestrado na PUC-SP).

NADIA? Pesquisadora, determinada, profissional comprometida. Apaixonada pela Análise do Discurso (AD). Fez-me um desafio: mergulhar no mar desconhecido da Fonoaudiologia onde eu poderia me afogar! Mas, como também sou audaciosa, logo entrei no jogo do desconhecido casando-o com a minha grande paixão. Fez eu me encantar por este desafio de enxergar a gagueira pelos olhos iluminados da Análise do Discurso. Caminhamos juntas por quatro anos nesses mares entrecruzados numa troca simbiótica de conhecimentos para chegarmos a uma maré e abortarmos uma pesquisa fascinante. Envolver seu olhar sobre a gagueira com os lençóis da AD francesa a fez uma pesquisadora de grandes descobertas e o resultado dessa caminhada deu visibilidade de “cura” de problemas que materializavam as discriminações de gogos objetivando-os como sujeitos do SER/SABER/PODER da linguagem. Eis o seu grande triunfo! (**Ivone Lucena**, Ex-orientadora de doutorado na UFPB).

6. Orientandos

Falar desta espetacular pessoa - Nadia Azevedo – é de uma tremenda responsabilidade, já que, além de ser uma grande teórica do discurso e excelente profissional, ela é de uma humanidade fundamental em tempos de ódio, como o que vivemos. Destaca-se o seu domínio da teoria pecheuxtiana, sempre disposta a desembaralhar nosso pensamento quando necessário, e a sua capacidade de ouvir e de aprender com os alunos - despertando, além de nossa admiração, também nosso afeto. Logo, Azevedo, é uma pessoa admirável e só temos a agradecer por ela fazer parte de nossas vidas, pois suas orientações ecoam para além da academia (**Andreza Souza e Júlio Lima**, orientandos do mestrado e doutorado).

7. Coordenadoras

Inspiração é um bom significante para atribuir à Nadia Azevedo!

Líder em suas atividades e pioneira nas pesquisas que envolvem a posição-sujeito na linguagem sintomática, gagueira e afasia, a professora Nadia fortalece, com seu discurso crítico, o amálgama que configura o Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL – da Universidade Católica de Pernambuco. Dona de um sorriso largo e sincero e de uma energia ímpar, Nadia nos acolhe, nos motiva, nos orienta, nos compreende e, acima de tudo, nos demonstra sua parceria incondicional em todos os momentos vivenciados no PPGCL, Programa do qual faz parte e se dedica, integralmente, por opção de vida. Querida Nadia, a sua representatividade junto à Academia, aos Pesquisadores, aos Professores, aos Orientandos e aos Egressos gerou esta justa e sincera homenagem de âmbito nacional. Da nossa parte, só podemos agradecer pelo convívio e aprendizado constante, desejosas de continuar caminhando ao seu lado nesta jornada que escolhemos compartilhar. Parabéns, das amigas: **Roberta Varginha Ramos Caiado** (Coordenadora da Pós-graduação *Stricto Sensu* da UNICAP) e **Isabela Barbosa do Rêgo Barros** (Coordenadora do PPGCL).

8. Professoras

Nadia, Chegamos quase juntas, na Unicap, para o Curso de Fonoaudiologia. No entanto, a parceria que hoje desfrutamos começou a ser construída quando fomos trabalhar na Pós-graduação. Daí para uma real amizade foi um passo. Obrigada por você, sua alegria, sabedoria, competência e amor pela profissão (**Wanilda Cavalcanti**, professora do Curso de Fonoaudiologia e do PPGCL/UNICAP).

À querida Nadia, Quis a Fonoaudiologia que nossos caminhos se cruzassem e que “sorte a minha” ter você em solos pernambucanos, quando deixou a cidade maravilhosa, para aqui construir sua linda história. Continuamos nessa caminhada... E logo nasceu uma bela e respeitosa

amizade. Obrigada por tanto, pela sua competência, sabedoria e amor à nossa profissão (**Conceição Lins**, professora e coordenadora do Curso de Fonoaudiologia da UNICAP).

Assim, por meio também da partilha desses depoimentos, que nos trazem esse olhar sobre Nadia Azevedo, como sujeito do discurso, que ocupa várias posições-sujeito e em todas elas cativa e é cativada por quem a (re)conhece. Constatamos, então, que na prática, *O Pequeno Príncipe* tem razão, “só se vê bem com



o olhar do coração” (SAINT-EXUPÉRY, 1994, p. 72). E é com esse olhar do coração, que ressoamos a nossa querida professora Nadia Azevedo, que também é mãe, irmã, esposa, amiga, profissional de trabalho, professora, pesquisadora, orientadora, mulher guerreira, dentre outras posições-sujeito, que ora se materializam, também pelo nosso gesto de organizadores, como efeitos de sentido que provêm do retorno ao passado e de sua relação com o presente. Nesse entremeio, encontramos Pêcheux, que se mostra pulsante no batimento deste livro, pelo gesto de leitura e interpretação de cada um, que contando conosco, marcam a presença, como já-dito, de setenta e um autores que representam as cinco regiões do Brasil.

Nesse intercruzamento discursivo, este livro não significa como apenas mais um nas estantes das universidades, em sua estrutura. Mas, sim, significa como um feixe de relações com outros acontecimentos, ou seja, em sua enunciação, entre o já-dito e o novo, posição de entremeio na qual se encontra a professora Nadia Azevedo, que aqui, viverá para sempre materializada em suas páginas, que



trazem as pesquisas e/ou depoimentos de todos os sujeitos/participantes, produzindo conosco esses efeitos de sentido de gratidão e homenagens neste livro. Muito obrigado, professora Nadia Azevedo, por ser uma das pioneiras a trabalhar com a AD em

Pernambuco! Entre paráfrase e polissemia, tocados pelo efeito de gratidão e homenagem, você nos traz à lembrança pueril do diálogo entre O Pequeno Príncipe e o geógrafo:

— Mas que quer dizer efêmera? Perguntou o príncipezinho.

— Quer dizer ameaçada de próxima desapareção, disse o geógrafo.

Aqui, reatualizamos esse diálogo pueril ao respondermos que não será efêmera a sua produção acadêmica no Brasil, não haverá desapareção, professora Nadia Azevedo, pois além de outras publicações que você tem, principalmente, sob o viés da Análise do Discurso pecheutiana, com sentidos, saberes e sabores, entre o já-dito e o novo, os seus ex(orientandos), aqui, em Pernambuco, juntamente com os autores de âmbito nacional, presentes nesse livro, dedicado a ti, juntos, logo, IMORTALIZAMOS-TE!

**Dalexon Sérgio da Silva e
Claudemir dos Santos Silva**
(Os organizadores)

PRIMEIRA PARTE

ENTRE O JÁ-DITO E O NOVO:
HÁ QUESTÕES EM TORNO DA TEORIA
QUE MAPEIAM CONCEITOS



SOBRE A ÉTICA DO ANALISTA

Maria Cristina Leandro Ferreira¹
Isaac Costa²

Propósitos iniciais

O título proposto para esse artigo provoca um efeito de vaguidade. Afinal, de que analista se trata? Decidimos, contudo, não esclarecer de imediato nosso objeto de análise e observar o que encontraríamos, a partir de uma busca rápida na web. Bastou uma breve incursão pelos buscadores habituais para nos apontar a resposta. Os títulos que aparecem relacionados à *ética do analista* remetem praticamente todos ao *ato psicanalítico*, ao *desejo do psicanalista*; em suma, ao *discurso, ensino e ética da Psicanálise*. Feita a consulta, uma inquietação derivada logo se impôs: por que quase não se fala da *ética do analista de discurso*, da *ética da prática discursiva* e da *ética no campo teórico da Análise do Discurso*?

Nosso intuito será refletir a respeito disso e buscar propor algumas considerações teóricas, partindo dos fundamentos e do legado deixado por nossas referências maiores. A Análise do Discurso, como forma de linguagem vinculada ao pensamento filosófico próprio do Materialismo histórico-dialético, vai conferir um enfoque particular à questão da ética, compatível com o quadro teórico-epistemológico que a caracteriza. E isso passa, necessariamente, *pelo discurso, pelo sujeito, pela ideologia e pela história*. Não é possível tratar de ética, em nosso entendimento, sem passar por esses quatro pontos.

¹ É professora titular da UFRGS, docente convidada do PPGL da UFRGS, tem doutorado em Linguística na UNICAMP e pós-doutorado na Sorbonne-Paris 3. É líder do grupo de pesquisa registrado no CNPq “Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento”. E-mail: kittyleandro@gmail.com.

² É doutorando em Estudos da Linguagem pela UFRGS, laureado em Licenciatura em Letras pela UFRPE e mestre em Linguística pela UFPE. Membro do Grupo de Pesquisa Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento, liderado pela Profa. Dra. Maria Cristina Leandro-Ferreira. E-mail: isaac.costa@tuta.io.

O início desse percurso será com Althusser (1978), tomando por base o que ele postula no clássico texto *Processo sem sujeito nem fim (s)*, a respeito da diferença entre “sujeitos da história” e “sujeitos na história”. Para desenvolver essa tese, Althusser traz duas questões de distinta natureza: (1) uma questão científica, relacionada ao Materialismo Histórico, e (2) uma questão filosófica, associada ao Materialismo Dialético. A constituição dos indivíduos em sujeitos históricos, ativos na história, para Althusser, nada tem a ver com o “Sujeito da história” ou mesmo “os sujeitos da história”. Esses sujeitos, ainda que ativos na história, não são “livres” no sentido filosófico do termo. “Os agentes-sujeitos só são ativos na história sob a determinação das relações de produção e de reprodução e em suas formas” (ALTHUSSER, 1978, p. 67). Ao finalizar, o autor nos situa a categoria da história, como sendo um “processo sem Sujeito nem fim (s)”; portanto, sem um Sujeito (...), “mas com um motor: a luta de classes” (ALTHUSSER, 1978, p. 71).

Com base nessa distinção althusseriana, a proposta é pensar a questão da ética a partir de uma posição discursiva, afastando-nos da posição idealista, normalmente adotada por outras áreas. Por esse entendimento, a ética será aqui tratada como “a ética na Análise do Discurso”; e não, “a ética da Análise do Discurso”. Isso nos resguarda de uma visão equivocada e moralizante da análise do discurso, como tendo um manual específico de normas de conduta teórica e de procedimentos analíticos, a serem seguidos pelos analistas.

Uma mirada para a ética e para a moral

Ética sempre foi objeto privilegiado da religião e da filosofia, ambas ocupadas em estudar e normatizar padrões de comportamento dos sujeitos, em troca de alguma benesse futura ou da simples troca de prazeres, com o devido controle da moral. Nesse embate pela regulação de atitudes e valores, os conceitos de moral e ética costumam, por vezes, aparecer entrelaçados, confundidos, ainda que seja prudente e sensato traçar algumas distinções entre eles. A moral é mais voltada para a conformidade das pessoas com as exigências e preceitos impostos pela sociedade. Haveria, assim, um viés público moralizante. Já a ética está mais ligada à autenticidade

desse sujeito em relação a seus próprios princípios e crenças, de tal modo que aí haveria um viés com predominância singularizante.

A moral, assim, diz respeito a um conjunto de normas que objetivam condicionar as nossas condutas e adequá-las a um ideal de bem-viver. Essas condutas são engendradas e impostas por instituições prescritivas, aparelhos ideológicos de Estado, nos termos de Althusser (1996). A ética, por outro lado, se refere à maneira como cada indivíduo constrói a si mesmo como um sujeito moral; trata-se da forma como, entre resistências e dissidências à norma, o sujeito assume um lugar particular. A tensão entre ética e moral é intrínseca à formação da subjetividade moderna porque organiza arranjos como poder e potência. A maneira como o ideal de homem é gestado nos aparelhos de estado se conecta com a forma como o poder se inscreve nos corpos dos sujeitos. A moral é o campo em que, por excelência, o poder é replicado; de outro lado, o comportamento ético promove a potência de ser e de agir, de transformar os estados inertes. O poder separa o homem da sua potência de agir, em troca da promessa de segurança, paz, ordem e progresso; em conjunção com a moral, e disfarçado de senso coletividade (todos devem ser de determinada forma), o poder termina restringindo a ação particular (ninguém pode ser *dessa* forma). Por outro lado, enquanto o poder traça linhas e define limites, poda a liberdade e a criação, a ética amplia as relações de potência entre os homens. O principal aspecto produtivo do poder é, assim, o assujeitamento; ou melhor, a reprodução continuada de uma ideologia, cujo fundo moralizante apregoa a estagnação, em detrimento da resistência e da revolução. Nesses termos, o poder é proporcional à dominação e antagônico à potência, que alimenta o comportamento ético. Também por esse motivo, Pêcheux não trata diretamente do poder, que é impotente, mas, sim, prioriza a investigação dos mecanismos pelos quais ele afeta os sujeitos, e as diferentes modalidades de tomada de posição, de resistência à sujeição e à servidão.

Platão, Sócrates e Aristóteles, para citar três nomes dos mais representativos da herança filosófica helênica, se ocuparam da ética, mas foram as ideias de Aristóteles que mais repercutiram e continuam até hoje a se impor no discurso social, sobretudo no campo da política. A concepção de ética aristotélica, fundada na razão e na concepção do homem como animal racional, dotado de

virtudes, é o paradigma que, séculos depois, ainda continua vigente e produzindo efeitos.

O lugar da ética na Psicanálise

Foi precisamente na contramão dessa ética que se insurgiu a Psicanálise. Contra esse sujeito da razão correta, conformado a um *orthos logos* – o discurso reto – tanto Freud quanto Lacan vão propor um profundo deslocamento, ao tomar o sujeito na dimensão do inconsciente. Freud tratou disso, especialmente, nos textos *Além do princípio de prazer* e *O mal-estar na civilização*, ao denunciar o desconforto do sujeito no seu meio social. E Lacan dedicou todo um livro, o Seminário VII, para *A ética da Psicanálise*. Para ele importava a ética do desejo (do analista e do analisante) como diretriz essencial para o trabalho analítico. Nesse sentido, Lacan vai convocar os analistas a sustentarem um desejo absolutamente singular em análise: o desejo do analista. De um lugar de vazio, um lugar ético, o analista permite que o desejo em questão – o desejo do analisante – possa surgir. É isto que configura a ética da Psicanálise, sustentada por uma ética do desejo inconsciente, como objeto norteador da análise.

Para Lacan ([1959-1960] 1986) “se há uma ética da psicanálise [...] é na medida em que, de alguma maneira, por menos que seja, a análise fornece algo que se coloca como medida de nossa ação, ou simplesmente pretende isso” (LACAN, [1959-1960] 1986, p. 374). Logo, permitir ao sujeito reconhecer-se desejante, funcionaria como ética que aponta uma diretriz de conduta. Cabe ao sujeito não só reconhecer seu desejo, como também, isso é imprescindível, responsabilizar-se por ele.

Segundo Andrade Júnior (2007), no excelente texto *O desejo em questão: ética da psicanálise e desejo do analista*, quando Lacan questiona-se sobre que caminhos éticos a psicanálise poderia trilhar, “ele encontra na estrutura do sujeito – um sujeito constituído pela linguagem – a vocação ética da psicanálise, exatamente ali onde a estrutura claudica: no campo do desejo” (ANDRADE JÚNIOR, 2007, p. 194).

A ética na prática do analista de discurso

A experiência com a Análise do Discurso e seu modo de *expor a opacidade do texto ao olhar do leitor* (como nos ensina Pêcheux) não deixam impunes aqueles que nela se aventuram. Suportar o que vier a ser e não-ser desvelado, confrontar-se com o funcionamento não-transparente da linguagem, reconhecer que o sujeito que analisa está igualmente exposto e submetido às afetações de um sujeito (e)feito de linguagem, não é tarefa simples de ser levada a cabo.

Afinal, quando analisamos, também o fazemos de um lugar e somos tomados em discurso de uma forma que é única para cada analista. Os sentidos que atribuímos são os sentidos que nos concernem e nos constituem enquanto sujeitos com nossa historicidade. Esse nosso fazer balizado pela ética é relativo à nossa posição discursiva, enquanto sujeitos singulares movidos pelo desejo e determinados pela ideologia. Dito de outro modo, o discurso é nosso objeto, mas é também o que nos captura como sujeitos-analistas. E a questão ética estaria assim colocada na Análise do Discurso, não na teoria em si, mas no interior da prática analítica. Nossa teoria também não fornece critérios para um manual de análise ética ou algo do tipo “guia prático para uma análise do discurso verdadeira”. Se pretendêssemos impor a ética própria do analista de discurso como um princípio geral a ser seguido por todos, correríamos o risco de transformar a ética numa regra moralizante, como norma de conduta subjetiva e postura social. Por isso, já podemos adiantar aqui que nos parece mais apropriado não falar de uma *ética da análise do discurso*, mas propor uma *questão ética no interior da nossa prática discursiva*.

Assim, nossa proposta para compreensão da ética em discurso toma uma direção diferente daquela investigada por outras autoras próximas à AD, como Marie-Anne Paveau, especialmente em *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*, de 2005. Compreender o analista como agente promotor das relações éticas por meio da prática discursiva não equivale remontarmos ao sujeito da cognição social de Paveau, orientado por uma “virtude discursiva”. A atenção aqui não se volta de maneira especial à observação da constituição do agente-falante em seu ambiente cognitivo e a forma como ele co-produz um discurso virtuoso adequando o dizer aos

valores expressos por uma dada sociedade. E isso porque, como mencionamos, o exame do conjunto das adequações normativas é próprio à moral, e não necessariamente ao exercício ético. Priorizar a prática da análise como compromisso ético põe de lado a explicação pormenorizada de como se formam as blasfêmias ou do que é considerado virtuoso, e encaminha a discussão a respeito da emancipação do olhar do leitor. Antes de tentar precisar os elementos que expressam o sentido de “verdade” numa dada sentença, preocupamo-nos, seguindo o exemplo de Pêcheux, com o desafio de operar um trabalho científico crítico, descritivo-interpretativo, no limiar entre a tomada de partido e a emancipação da leitura do político, entre o real da língua e o da história.

Ética no dizer de Michel Pêcheux

Em análise do discurso não há tradição de se falar em ética, ao contrário do que se vê na Psicanálise, na Filosofia e na Religião. Mesmo assim há algumas poucas, mas bastante expressivas passagens em Pêcheux, onde o termo aparece referido.

(1) Em *A Língua Inatingível*, de Gadet e Pêcheux, há alguns segmentos, curiosamente, remetendo a Jean-Claude Milner na contenda feroz que o linguista francês, ex-gerativista, abriu com Chomsky e seus princípios e hipóteses para fundamentar a gramática gerativa. Pêcheux também rejeitava tais fundamentos da teoria inatista chomskiana (que elidiam a possibilidade de existência de um real da língua, por exemplo), mas se afastava igualmente de Milner, por esse não considerar, por sua vez, o real da história. Em ambos, o caráter material da língua era ignorado, o que inviabiliza qualquer aliança com um analista de discurso.

Vejamos essa passagem:

Compartilhamos, evidentemente, sua reprovação e sua inquietação [de Milner], mas não o seguimos na ideia de uma dicotomia entre ética e ciência, e ética e verdade, que nos parecem fundamentar ao mesmo tempo sua esperança (de permanecer linguista) e seu desespero (diante da imbecilidade que ameaça essa ciência). Em que condições teóricas uma reinscrição do materialismo chomskiano num outro espaço de afinidades seria possível? (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 167).

Interessante que Gadet e Pêcheux evitam entrar no dualismo filosófico corrente –ética/ciência, ética/verdade ou ética/moral. Compreende-se isso, já que conjugar ética discursivamente supõe ambivalência, supõe relação e não disjunção. Os pares mais compatíveis seriam os de *ética e discurso*, ou então, *ética e estilo*.

(2) Em *O discurso estrutura ou acontecimento*, encontramos a entrada mais incisiva de Pêcheux no que concerne à postura ética em nossa prática. Ele menciona a “posição de trabalho” do analista de discurso frente à materialidade que temos como objeto. As interpretações “sem margens”, sem considerar o real da língua e o real da história, colocam o analista/intérprete como “ponto absoluto”, como sujeito-pleno, absolutamente centrado, que desconsidera as bordas discursivas e a própria divisão do sujeito inscrito no simbólico.

Vejamos a passagem:

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade evenemenciais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 57).

Pêcheux aqui, mais uma vez, nos faz perceber a relação indissociável entre descrição/interpretação, isto é, entre a base estruturante da língua e os movimentos de interpretação dos sentidos, devidamente apoiados nas circunstâncias histórico-sociais próprias aos acontecimentos. Tais movimentos decorrem das tomadas de posição do intérprete ancoradas na historicidade, o que assegura a espessura semântica às montagens discursivas em análise, bem como sua opacidade.

(3) Há uma outra passagem de Pêcheux em texto intitulado *O estranho espelho da análise do discurso*, de 1981, que consta como preâmbulo à tese de Courtine sobre o discurso político. Esse trecho reforça o cuidado para que o analista não mascare suas identificações, mas também não as tome como referências únicas. Vejamos o que diz Pêcheux:

Compreendida entre o real da língua e o real da história, a análise do discurso não pode ceder nem para um nem para o outro, sob pena de cair irremediavelmente na pior das complacências narcísicas. Seria estranho que os analistas de discurso fossem os últimos a saber da conjunção existente entre a cegueira quanto à história e a surdez quanto à língua que diz respeito a seus objetos e a suas práticas. Já era hora de começar a quebrar os espelhos (PÉCHEUX *apud* COURTINE, [1981] 2014, p. 26).

Esse texto é de 1981, mas parece escrito para os dias de hoje, que se mostram ainda mais difíceis para o labor do analista. Vejam que aqui, de novo, prepondera a conjunção como saída, por certo mais difícil, para pontuar nossa posição de trabalho como analista de discurso. Não se trata de ficarmos de um lado do real ou de outro. O desafio é trabalhar entre.

Ética no dizer de Eni Orlandi

Na entrevista de Eni Orlandi ao grupo *Contradit*, que consta no livro *Encontros na Análise de Discurso* (2019), há algumas passagens que, ainda que não mencionem explicitamente o termo, podem pautar uma reflexão sobre a ética do analista de discurso. Senão, vejamos:

(I) A análise de discurso não tem um projeto salvacionista. Isso não significa que não possa levar a uma melhor compreensão do funcionamento da linguagem, do político, da ideologia. O que o sujeito fará disso em sua prática militante já não tem a ver com o alcance da análise de discurso.

(II) Minha posição é a de que devemos procurar sair do militantismo pedagógico que se dá no confronto entre, por um lado, a prática da leitura do texto político, tendo, no outro lado, a prática de uma política de leitura. Penso que o nosso objetivo é compreender, pela análise, a prática política da produção do sentido em que não visamos à passagem da opacidade para a transparência, no exercício das diferentes possibilidades de significar, mas procuramos, com a análise, livrar o sujeito (leitor) à sua história de significação, em um espaço politicamente significativo (ORLANDI *apud* OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2019, p. 64-65).

Também aqui em Eni Orlandi se percebe a tônica na análise, no trabalho do analista, como possibilidade de dar meios ao leitor para poder interpretar, a partir de sua inserção no real sócio-histórico, a realidade que o circunda materializada em discursos. Nesses termos, o exercício da análise e o compromisso ético do analista não se resumem ao militantismo pedagógico, nem muito menos se

encerram na prática que prediz tornar *transparentes* os sentidos outrora *opacos* de um discurso. Seguindo Eni, a injunção promovida pelo analista não é necessariamente a um partido ou sentido particular, mas, sim, à descolonização do olhar do leitor, por meio da complexificação da forma material, o que Pêcheux e Fuchs ([1975] 1990) denominam “de-superficialização”. Trata-se de uma operação centrada na identificação dos mecanismos ideológicos que originam um fato discursivo, o tensionamento do objeto analisado, a partir da visão do analista, com o objetivo de delinear as múltiplas possibilidades de sentido presentes num mesmo dizer. Assim, o analista convida o leitor a interpretar de outro modo, deslocando suas perspectivas (socialmente condicionadas) e proporcionando uma reflexão crítica sobre determinado objeto. Nesse sentido preciso, o compromisso ético do analista se afasta de uma determinação normativa própria à moral, à medida que se assemelha ao que Spinoza denominava de *injunção ao exercício da razão*.

Pêcheux com Spinoza: Ética como liberdade e busca pela razão

Não há como pensar a ética numa perspectiva filosófica sem passar por Spinoza. Este sempre foi um filósofo chave nas reflexões de Pêcheux. Em seu tratado sobre *Ética*, de 1677, Spinoza ([1677] 2018) busca compreender a ética como campo da ação humana. Este campo tem por fundamento a potência do homem, ser que é determinado, em virtude de uma dada afecção gestada no corpo, a agir de alguma maneira. Para compreender a afecção, isto é, o exercício prático dos afetos, é preciso ter em mente que para Spinoza existem três afetos primários que derivam uma série de outros afetos, a serem averiguados na relação que eles estabelecem entre os corpos e as causas a eles exteriores.

O primeiro destes afetos pode ser considerado como o *desejo*, nome atribuído à consciência do apetite pela satisfação da vontade que anima os homens. Na filosofia de Spinoza não se conhece propriamente o desejo (o puro apetite), mas o seu registro consciente, expresso pelos nomes e objetos atribuídos ao desejo. O desejo é a essência do homem, aquilo que, junto com a potência, direciona o restante dos afetos de uma ou outra maneira. A alegria, por exemplo, é o desejo fluído, transposto na passagem de um

estado menor de perfeição para um estado maior de perfeição; o oposto simétrico da alegria é a tristeza, o desejo refreado, passagem de um estado maior para um estado menor de perfeição. Esses três afetos primários também são referidos como *paixões*. Para Spinoza, o homem sábio é menos afetado pela força das paixões porque ele compreende os estados de afecção e suas alterações. Ser sábio não significa estar isento de afetos, mas, sim, não ser servo das imagens formadas na mente pelos diversos tipos de afeto. A servidão, nesses termos, é o estado de impotência humana para compreender e refrear os afetos.

Para Spinoza, os homens desconhecem as causas a que são submetidos e por esse motivo lutam pela sua servidão como se lutassem pela sua liberdade, que é em si o conhecimento da causa, do motivo pelo qual existe a norma; a reflexão ética é, assim, contrária à reprodução automática do estado normativo e moralizante. A moral é um tipo de investimento na servidão e na limitação da potência de agir. O funcionamento da ideologia nos aparelhos de Estado faz com que o servo pense ser livre, portando-se de acordo com as normas estabelecidas nas instituições de poder, uma penetração “que se opera ‘por si só’, e, ao mesmo tempo, *inculcação* que trabalha conscienciosamente sobre o resultado dessa penetração”, de modo que, no total, “cada ‘sujeito’ saiba e veja que as coisas são realmente assim” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 209), sem, de fato as serem.

Mais do que orientar a consciência da falsa liberdade, o efeito primordial da ação ideológica dos aparelhos de estado é a interiorização das regras criadas pelos senhores, seguida da reprodução dessas normas pelos servos. Ao replicar esse modelo, o moralista se torna uma espécie de vigilante da ação do outro, aquele que se vê capaz de julgar e controlar a potência de ação alheia. No anseio por restrição, o moralista faz justiça com as próprias mãos, é um juiz de pequenas causas que tenta modular a norma ao seu favor, no intuito de ser, ele mesmo, a força de repressão a que está tão profundamente submetido. Daí a predisposição dos sujeitos de identificarem-se com figuras políticas que aparentam romper com determinada estrutura progressista e que prometem, assim, retornar a um estado perdido de coisas, rigidamente governadas pela moral e pelos bons costumes. Sobre este aspecto, afirmará Spinoza, no *Tratado Político*, de 1677, a

existência da ideia de que os políticos, “em vez de cuidarem dos interesses dos homens lhes armam ciladas e, mais do que sábios, são considerados habilidosos. A experiência, na verdade, ensinou-lhes que, enquanto houver homens, haverá vícios” (SPINOZA, [1677] 2009, p. 274). Nesses moldes, a aversão ao *homem político* se filia à preferência especial pelo *homem comum*, tanto menos potente quanto mais moralizante (ou, conseqüentemente, menos ético).

A reprodução da ideia de que a minha liberdade termina quando começa a liberdade do outro é um exemplo de como o ideal de liberdade moralista refreia a potência de agir. Num cenário ético, a liberdade individual não é cerceada pelo outro, mas amplificada infinitamente por ele, numa rede extensível de encontros. A constância da ética não compreende a exaustiva coerção normativa moral, mas os bons ou maus encontros. No fundo, a ética depende dessa sutileza, ela se ampara em leis menos rígidas do que a norma, em momentos de acordo, em estruturas movediças, que no seu caráter dinâmico atualizam, a cada encontro, as condições nas quais a diferença pode ser produzida. Assim como na Análise do Discurso, na ética não se pode tudo, estes não são campos em que a lei e a estrutura estão ausentes. As normas em um regime ético funcionam em razão de uma justiça amparada em laços de concordância e conveniência. As leis da ética, lastreadas numa estrutura movente, são variantes e inconstantes como a própria potência, elas se adaptam, a partir do encontro, à forma mais justa e de melhor juízo, mudam de acordo com um circuito específico de afetos, ao contrário da moral. As regras, assim, não constroem a liberdade, são limites estabelecidos para que possamos ampliar o nosso campo de ação e nos tornarmos cada vez mais livres.

Por outro lado, o moralista, ou poderíamos dizer, apoiados em Pêcheux ([1975] 2014), o linguista idealista/empirista, não reconhece a possibilidade de uma plasticidade estrutural. Ele acredita que a sociedade não sobreviveria à libertação dos desejos, que a Linguística não poderia admitir a inserção das falhas no interior de seu sistema. O moralista tem medo do estado de natureza, medo do homem e medo da ausência de leis. A posição moralista aposta na força da coesão e da repressão social, no controle regrado e no dado empírico, na impotência da obediência. Seus afetos são tristes, “conduzidos mais pelo medo que pela razão” (SPINOZA, [1677] 2009, p. 274), apegam-

se ao temor pela mudança e à esperança pela dominação, que estão na base do processo de assujeitamento. Contudo, é preciso acreditar que em um cenário em que a lei não seja imposta com todo rigor, possa haver um desenvolvimento social alegre. A ausência de rigor das leis de trânsito na Índia, por exemplo, não impede o movimento, nem muito menos é a causa determinante de qualquer possível acidente. O estado caótico nem sempre é desarmônico. É importante, dessa forma, confiarmos no mundo e no outro; pensarmos num modo de agir que não seja pautado pelo medo, mas pela liberdade, confiança e pelo amor.

No mundo controlado é raro ver sinais de originalidade e criatividade; o sujeito está propenso a ser amedrontado, ressentido, deprimido, sem capacidade de fazer brotar a diferença e, assim, morrer impotente. Nesse sentido, o exercício ético do analista também compreende a denúncia de tudo aquilo que é triste, um combate que não ocorre apenas com as instituições de poder, mas nas relações entre os diferentes sujeitos; na busca pela remediação das doenças que afetam os órgãos do nosso corpo social, constituído por muitos outros corpos. Sobretudo, o investimento ético está na promoção da produção da felicidade, contra a reprodução das tristezas e das doenças. Por extensão, aposta no ato de criar ao invés do de comprar, na transformação da matéria e das relações interpessoais, e na luta travada “no interior dos aparelhos ideológicos de estado [que] é, simultaneamente, uma luta contra sua estrutura e seu funcionamento” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 216). Quanto mais o poder institucional avança com seu aparato moralista e impotente, mais a potência do analista de discurso precisa avançar.

O exercício ético e o circuito dos afetos

O objetivo último da ética seria, então, o de colaborar para a constituição de uma rede em que os bons encontros e os afetos de todos os homens cresçam mutuamente, aumentando tanto a felicidade quanto a capacidade de agir em conjunto, de fazer conexões e de diminuir a coerção da individualidade. Ser autônomo num panorama ético, tomar posição enquanto sujeito do discurso, não significa estar separado do mundo, mas, sim, agir adequadamente com ele, concatenando a razão às afecções do

corpo, para não ser agido por maus afetos. Para Spinoza, pensar é um ato que reflete a potência do homem; além disso, segundo ele, pensar é sempre e necessariamente alegre. Se o pensamento conduz à tristeza, ele é da ordem da ilusão. Isso não significa, no entanto, subjugar os pensamentos que levam à tristeza, mas tão somente reconhecer que o saber dessa existência implica empregar alguma força no intuito de mudar aquele cenário. A razão compreende um corpo livre, no sentido de estar disposto a ser afetado e a agir de múltiplas maneiras em favor da felicidade comum. Quanto mais nos conhecermos e entendermos a natureza a nossa volta, mais próximos da felicidade e da liberdade nós estaremos.

A ignorância é mãe do medo, da esperança, e da morosidade da moral; a potência da reflexão proporcionada pela análise é da ordem de uma ação – fazer ao invés de esperar, confiar ao invés de temer, libertar ao invés de prender. É importante precisar nesse ponto que a liberdade à qual nos referimos não equivale ao livre-arbítrio. Pêcheux já diria que o sujeito não é o senhor de si, o barão que em seu exercício metafísico pensa causar a si e estar completamente livre para inserir coisas no mundo a partir do nada. Para Spinoza, a liberdade irrestrita é um atributo de Deus (da Natureza), e o homem, como uma parte determinada da substância divina, tem acesso a uma parcela limitada de liberdade. Antes de um estado perene de glória apartado das determinações sociais, a liberdade é um processo traduzido por uma *busca* contínua. Trata-se de uma força ligada à potência que articula o que está dado com aquilo que não chegou sequer a ser pensado – a possibilidade de conhecer e de fabricar, de se deparar com aquilo que só será concebido nos bons encontros, acontecimentos promotores de alegria.

O livre-arbítrio, por outro lado, parte de uma investigação sobre a supressão do mal. Uma espécie de coerção moral da vontade em favor de um bom uso, isento de pecado. Nesse sentido, a liberdade oriunda do livre-arbítrio não provém da potência de agir, ela é marcada pelo poder fazer e, mesmo assim, escolher não fazê-lo em virtude de um sacrifício ou conformação social de fundo divino. Essa definição está presente n’*O livre-arbítrio*, de Santo Agostinho, que resume a questão ao afirmar que “o quanto me parece ter compreendido no livro anterior, é que nós não só possuímos o livre-arbítrio da vontade, mas acontece ainda que é unicamente por ele

que pecamos” (AGOSTINHO, 1995, p. 73). No regime imposto pelos aparelhos de Estado, o livre-arbítrio aparece disfarçado de liberdade individual, possibilidade de ação que confere ao sujeito o direito de escolha, muito embora ele seja, em última análise, refreado em favor da servidão ou condenado sob a alcunha do pecado. O que o moralista compreende como liberdade é, no fundo, obediência. Os efeitos colaterais desse processo são a perpetuação da culpa, a supressão da vontade e a garantia de frustração, impotência e subserviência. Na servidão, dirá Spinoza, ao contrário da liberdade, os afetos não estão acompanhados da razão.

Assim, em um estado ético das relações humanas, o desejo primário não é condicionado pela servidão, mas pautado pela busca da liberdade e da felicidade, alcançadas por meio de um estado equilibrado de alegria. Um dos meios possíveis de se alcançar a alegria corresponde ao exercício da *razão*. É importante destacar que, nesse esquema, a razão não é propriamente uma faculdade cognitiva, mas a capacidade de discernir um fato em meio a um conjunto determinado de dados, a possibilidade de um pensamento crítico e um meio de canalizar a força dos afetos; a razão articula a realidade e o sujeito. Existem afetos que turvam o desenvolvimento apropriado da razão, como aqueles derivados do ódio, por exemplo. O ódio diz respeito a um estado de tristeza, acompanhado da ideia de uma causa exterior. A busca cega pela ideia de uma causa exterior é uma ideia inadequada, e, “à medida que temos ideias inadequadas, necessariamente padecemos” (SPINOZA, [1677] 2018, p. 136). No intuito de evitar esse tipo de inadequação, há de se lembrar “que somos afetados por um afeto que envolve a natureza de nosso corpo e a natureza de um corpo exterior” (SPINOZA, [1677] 2018, p. 136). Portanto, prossegue o autor, “a natureza de cada paixão deve necessariamente ser explicada de maneira que exprima a natureza do objeto pelo qual somos afetados” (SPINOZA, [1677] 2018, p. 136), e não pela ideia que temos dessa causa. As ideias inadequadas aumentam o estado de ignorância, o oposto da razão, que se deve almejar, tanto quanto possível, para alcançar a felicidade.

O desafio ético, nesse sentido, está, certamente, em romper com o ciclo de ignorância e passar a considerar o amor pela razão. Em igual medida, também é preciso passar a amar a coisa que se odiava, isto é, passar a alegrar-se com aquilo que se costumava considerar

com tristeza – sejam os homens ou os objetos aos quais se dirigia o ódio, a inveja, a ira, a crueldade, a desconsideração, enfim, tudo aquilo que tivesse uma opinião abaixo da justa.

Pêcheux, em 1978, por ocasião da retificação, constante como Anexo 3 de *Semântica e Discurso*, demonstra ter sido um bom leitor de Spinoza, afirmando seu comprometimento ético com a justiça, e não com a verdade. Ao dizer isso, ele aponta numa direção a ser assumida pelo analista de discurso: aquela que trilha o caminho que conduz à liberdade do pensamento, ou o que Spinoza chamou de “liberdade ou a beatitude da mente”.

O leitor talvez se surpreenda com essa insistência na autocrítica, ao que responderei que não se deixa jamais um erro dormir impunemente em paz, pois esse será um meio seguro para que ele perdure: é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro (!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça (PÊCHEUX, [1978] 2014, p. 275-276).

Por meio do ato de retificação, Pêcheux afirma o amor à razão e a repulsa ao ódio e à ignorância. Ele nos dá exemplo do “quanto o sábio é mais potente que o ignorante”, palavras de Spinoza (SPINOZA, [1677] 2018, p. 213). Nesses termos, a tarefa do analista, seu compromisso ético com a razão e com a liberdade do pensamento, está intimamente relacionada ao ato de afetar alegremente os outros – o analista afeta os outros de alegria, aproximando-os da razão, estimulando o conhecimento e, assim, alegrando a si mesmo. Além de descolonizar o olhar do leitor e contribuir para livrar a interpretação das ideias equivocadas, analisar um discurso significa, em última instância, libertar o desejo – da servidão, da tristeza e do consumo. O analista procura maneiras de devolver ao leitor, encerrado num tempo determinado pelo medo e pela esperança, a experiência do presente e a potência da ação.

O convite que faz o analista é pela *coragem da desesperança*, pelo aumento da potência e, sobretudo, pelo amor à razão, a chama que manterá aceso o desejo de investigação do mundo, mesmo que sobre ele já tenha sido lançada a alcunha do “óbvio” e do trivial. Pêcheux, lembrando o provérbio chinês, “quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”, pergunta, “com efeito, por que não?”, nos impele a sermos, em certo sentido, igualmente idiotas, curiosos, desejanter de felicidade e razão (PÊCHEUX, 1999, p. 54-55).

Para finalizar e ainda sob inspiração de Pêcheux, reiteramos nosso desejo de que a ética mobilizada em nossa prática nos conduza na tormenta, discernindo o que falha e nos fazendo, “avançar tanto quanto possível em direção à Justiça” (PÊCHEUX, [1978] 2014, p. 276). Tenhamos presente que o analista de discurso, ao se reconhecer desejante e ao se responsabilizar por seu desejo, encontra nessa condição, o motor para realizar seu trabalho. E, assim, nos deparamos com a ética que move nossa prática, como analistas.

Referências

- AGOSTINHO, Santo (Bispo de Hipona). **O livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira; revisão de Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995.
- ALTHUSSER, Louis. Observação sobre uma categoria: Processo sem sujeito nem fim (s) [1973]. *In*:
- ALTHUSSER, Louis. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 66-71.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Notas para uma investigação [1970]. *In*: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-142.
- ANDRADE JÚNIOR, Moisés de. O desejo em questão: ética da psicanálise e desejo do analista. **Psychê**, ano XI, n. 2, São Paulo, jul./dez., p. 183-196, 2007.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: O discurso na história da linguística [1981]. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise [1959-1960]**. Rio de Janeiro: JZE, 1986.
- ORLANDI, Eni. Entrevista com Eni Orlandi concedida ao Grupo Contradit. *In*: OLIVEIRA, Guilherme Adorno de; NOGUEIRA, Luciana (org.). **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentido entre continentes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019, p. 21-90.
- PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral**: uma ética das virtudes discursivas. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação [1978]. *In*: **Semântica e discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento [1983]. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise do Discurso [1981]. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do discurso: Atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al.(org.). **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-58.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética** [1677]. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. 7. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado político** [1677]. Tradução de Diogo Pires Aurélio, Revisão de Homero Santiago. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DISCURSO, SUJEITO, REAL DA HISTÓRIA, IDEOLOGIA E IRRACIONALIDADE

Belmira Magalhães¹

Diego Lacerda²

Geice Silva³

ARTIGO PARA O LIVRO DE COMEMORAÇÃO À PROFESSORA NADIA. JULHO DE 2020

Agradecimentos

Muita alegria de participação do livro em homenagem à Nadia.

Nadia é uma mulher que se dedicou à educação de formas diferentes, mas sempre esteve na linha de frente das particularidades de atuação que abraçou. Estar escrevendo neste momento em que se precisa de pessoas que sejam comprometidas com a humanidade é fundamental para enfrentar a pandemia e o irracionalismo. Parabéns, Nadia, esta homenagem é mais do que merecida.

Introdução

Neste texto, resolvemos reservar um grande espaço para Pêcheux, com o intuito de mostrar, como Candido (1993) nos ensina que o objeto de nossa interpretação deve estar presente em nossos textos. Nosso objetivo é desenvolver a proposta de Pêcheux para uma forma de tratar a linguagem e o sujeito do discurso desde os primeiros textos, no sentido de traçar os principais passos para uma análise de discursos materialista.

Nos anos sessenta do século passado, Pêcheux desenvolve uma nova forma de pesquisa sobre a linguagem. Traz um novo objeto de estudo – o discurso – e, principalmente, a história de um sujeito social

¹ Professora titular voluntária no PPGLL/GEDON (UFAL), Maceió. E-mail: brcmagalhaes@gmail.com.

² Doutorando do PPGLL/GEDON (UFAL), Maceió. E-mail: d.lacerdacosta@gmail.com.

³ Doutoranda do PPGLL/GEDON (UFAL), Maceió. E-mail: silvageice@gmail.com.

que é analisado a partir de seu lugar na sociedade. Esse foi um salto qualitativo nos estudos das linguagens que tornou possível o estudo do sujeito de uma forma completamente diferenciada das propostas anteriores.

Neste texto pretendemos trazer para os estudiosos da Análise do Discurso pecheutiana um debate sobre dois conceitos basilares da Teoria do Discurso: o Real da História e o sujeito do Discurso.

A partir desses conceitos da Teoria do Discurso, faremos uma busca de como Pêcheux confere aos estudos das linguagens um salto qualitativo, propondo uma nova forma de análise da língua e do sujeito que vai além do fenomênico da materialidade linguística, mediante uma junção do aparente e da essência dos discursos, a partir das contradições das sociabilidades.

Nossas conclusões realçarão o método que nos proporciona uma análise que chega ao real da história e à sua relação com a linguagem.

Condições de produção amplas e restritas: a base das reflexões que nortearam a AD

Para que Pêcheux conseguisse entender o Real da história foi necessário que ele trouxesse para suas conquistas o materialismo histórico-dialético formulado por Marx. Essa sua grande iniciativa fez com que as interpretações dos discursos fossem cada vez mais elaboradas a partir do conhecimento do Real da História.

A identificação da “ruptura epistemológica” entre uma ciência e o terreno de que ela se separa para se constituir surgiu como um dos problemas cruciais que a história das ciências deve resolver: análise das condições nas quais o novo discurso científico se instaura. Se é verdade que ler um texto científico é referi-lo àquilo de que ele se separa. (PÊCHEUX, 1993, p. 151).

Esse é o salto epistemológico que Pêcheux promove, introduzindo uma forma de método científico que tem um novo objeto de análise e um modo diverso para se chegar ao real da história, que determina qualquer discurso.

Para isso, o autor cria dois conceitos fundamentais oriundos da teoria marxiana: os conceitos de condições de produção ampla e produção restrita, conceitos esses que não podem ser descartados pelos analistas dos discursos.

Desde seu livro *Por uma análise automática do discurso* (1969), Pêcheux e Fuchs apresentam os principais conceitos da Teoria do Discurso e acentuam a importância do conhecimento da história, não a historiografia, mas a compreensão das contradições que norteiam as relações sociais das sociabilidades, com ênfase às contradições de classes.

Começaremos fazendo uma comparação de alguns conceitos marxianos e da teoria do discurso pecheutiana:

Quadro 1: Comparação entre conceitos das teorias marxiana e pecheutiana.

PÊCHEUX	MARX
Condições de produção amplas	Relações de produção
Condições de produção restritas	Relações da sociabilidade do momento histórico do discurso em conexão com as relações de produção
Formação Ideológica	Ideologia
Contradição fundamental	Luta de classes capitalistas
Sujeito do discurso	Sujeito determinado pelas relações de produção
Pré-construído, Memória, histórica	História
Materialidade discursiva	Fenômeno a ser analisado

Fonte: Magalhães; Lacerda; Silva (2020).

Esses conceitos se encontram desde o primeiro livro, acima mencionado, em toda a obra de Pêcheux, mostrando a base de sustentação de toda a teoria do discurso.

Para evitar qualquer equívoco que arrisque confundir o necessário trabalho crítico, próprio do campo teórico, com as tentativas de recuo visando a abandonar o campo, começaremos por apresentar o quadro epistemológico geral desse empreendimento.

Ele reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

- 1- O materialismo histórico, como teoria social e suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2- A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e processos de enunciação ao mesmo tempo;
- 3- A teoria do discurso, como teoria de determinação histórica dos processos semânticos. (PÊCHEUX, 1997. P.163)

Em toda sua obra, o autor mostra a necessidade que esses campos têm de estar articulados, mesmo quando há algumas modificações, pois nenhuma descarta a necessidade dessa coerência e de que cada vez mais “seja reduzida a distância que separa a análise de discurso da teoria do discurso” (PÊCHEUX, 1993, p. 163). A preocupação de Pêcheux está em afirmar a necessidade de ser coerente com as premissas da nova forma científica de trabalhar a língua e a história, que se apresenta como uma epistemologia também nova.

A acentuação da nova linha de análise do discurso como uma forma científica destaca que a reflexão da AD não abre mão da objetividade e de uma descrição que proporcione o caminho que a análise deve percorrer. Não é uma reflexão individual, mas um caminhar de um sujeito histórico sobre um discurso também histórico, pois

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de *interpelação*, ou no assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada, fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHEUX, 1993, p. 165-166, grifo do autor).

No livro *Semântica do Discurso* (2009), Pêcheux enfatiza as contradições que a língua produz através do seu funcionamento e que nos mostram antagonismos nos discursos. Embora possa parecer que há um único sentido na materialidade discursiva, não há discurso sem as contradições de classes,

Trata-se de compreender que aquilo que hoje é *tendencialmente* “a mesma língua”, no sentido linguístico do termo, autoriza funcionamentos de “vocábulos”, “sintaxe” e de “raciocínios” antagonistas; em suma, trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada. (PÊCHEUX, 1993, p. 26).

Nesse primeiro recorte de *Semântica do Discurso*, percebemos uma chamada para os analistas de discursos sobre o conceito de contradição, afirmando que vão para além das “tendências lógico-formalistas” e mostrando que o discurso não pode ser retirado das

relações de classes e suas contradições. É importante novamente ressaltar que contradições não são apenas oposições que podem ser resolvidas facilmente; as contradições só são resolvidas com o desaparecimento dos dois lados. Este entendimento é fundamental para a compreensão do sistema capitalista.

Os textos de Pêcheux ressaltam que a análise deve buscar como as contradições de classes funcionam naquele discurso analisado. Outro alerta do teórico se refere à confusão de alguns analistas quando consideram contradição e oposição como similares.

Para esse autor, não há possibilidade de discurso sem contradições nas sociedades de classes, e estas precisam ser percebidas e analisadas pelos analistas dessa teoria. A contradição é algo essencial que reflete o funcionamento da história e possibilita os discursos; ela só é eliminada com a superação dos dois lados que se contradizem.

Mas a verdadeira raiz desse erro se encontra em outro lugar, mais precisamente no desconhecimento da luta de classes: o termo e o conceito de contradição, bem como o de luta de classes, estão ausentes enquanto tais da descrição dos processos ideológicos empíricos e especulativos. Encontram-se apenas oposições, diferenças que expressam a complexidade de dupla face da relação das forças produtivas/relações de produção. (Pêcheux, 1993, 90)

Na sociedade capitalista, a contradição que determina todas as outras ocorre entre os capitalistas e os trabalhadores. As oposições podem ser eliminadas a depender do papel que exercem para o funcionamento das relações de produção.

Pêcheux esclarece:

Diremos que a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico e que, dissimetricamente, o fato de que as classes não são “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. A língua não é uma superestrutura e ela não se divide segundo as classes sociais; a língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. (PÉCHEUX, 1993, p. 92).

Embora a língua tenha certa autonomia em relação às relações sociais, devido à necessidade de se fazer entendida por todos daquela comunidade, quando se transforma em discursos, submete-se às contradições dessas mesmas relações sociais. Segundo Pêcheux, ao

falarmos de “reprodução e transformação” estamos designando o caráter contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo princípio é “a luta de classes”.

No entanto, é necessário esclarecer que, quando a teoria e o método do materialismo histórico-dialético afirmam as condições de produção como um determinante que permite chegar ao Real da história, não estão declarando que, ao alcançar-se esse momento nas análises discursivas, está findado o trabalho. Dizemos, junto à teoria materialista de Marx, apenas que, sem as condições de produção – isto é, as relações de produção –, não é possível chegar ao real da história. Engels reforça essa questão ao afirmar que:

De acordo com a concepção materialista da história, o determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu nem Marx, jamais afirmamos. Assim se alguém distorce isso que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazias. (ENGELS, 1890, p. 1).

É nesse sentido que, mais uma vez, Pêcheux enfatiza a preponderância da compreensão de que qualquer sociabilidade – e, conseqüentemente, suas posições de discurso – está atrelada à divisão de classes e, inevitavelmente, à luta entre as classes.

Ao fazer essas afirmações, Pêcheux diz claramente que uma análise pecheutiana não pode acabar sem as contradições de classe que estão em todos os discursos de uma sociedade dividida em classes. Por isso sua crítica ao formalismo, ao argumentar que este se limita ao exame da estrutura linguística e abandona tudo o que considera fora dela. Ou seja: trata as relações sociais que determinaram o discurso como algo que não interessa à linguística.

Todas essas questões são retiradas diretamente das conclusões do materialismo histórico-dialético, que Pêcheux assinala como a primeira composição do trio que compõe a AD. Essas questões que estamos discutindo estão diretamente referenciadas no materialismo histórico-dialético,

sob as condições da produção do capital, como sujeitos físicos. Significa precisamente que eles são postos enquanto tais, sujeitos, pelas formas assumidas pela coisa: a mercadoria, o dinheiro, o capital etc. É como se nessas condições de estruturação histórica surgisse a figura de um grande sujeito, um sujeito que põe sujeitos. E estes últimos – sujeitos físicos – não se determinam senão como máscaras ou personificação do grande sujeito: o capital, a

mercadoria, o dinheiro etc. É a própria coisa que se dá como sujeito, a exigir comportamentos adequados à realização de suas determinações formais. (Marx, 1968, p.83).

Nessa citação, Marx enfatiza que o sistema capitalista aumenta cada vez mais sua força, dominando todas as esferas da sociedade e buscando sempre tornar tudo uma forma de mercadoria. O dinheiro em forma de capital visa apenas à acumulação de capital.

A subjetividade para o capitalista é algo fundamental. Na sociedade o mercado se humaniza, ficando furioso, calmo, em exemplos de como as mídias se referem a ele; a subjetividade se coisifica. O antigo cidadão torna-se o consumidor; a democracia diminui e se torna uma forma de permitir que tudo que era discutido em geral fique direcionado apenas aos órgãos de governo, que afirmam que podem fazer tudo, pois foram eleitos, mas acabam sendo os representantes do povo contra o povo.

Procuramos mostrar a importância do conceito de condições amplas, como discutido na atualidade do sistema capitalista. Todo discurso é ideológico, logo, todo discurso traz em sua materialidade discursiva as contradições de classes. Para se chegar a elas é necessário perceber como a luta de classes está sendo colocada; para isso, é preciso começar a análise através dos significantes e buscar a essência que os sustêm, isto é, precisamos chegar à totalidade da sociabilidade em que estão sendo ditos.

Além disso, também há o momento de apreender as condições de produção restritas, que se referem ao momento histórico em que o discurso está sendo dito e analisado. Não como um contexto isolado, mas como seu metabolismo em condições amplas – como o discurso foi formulado, ou seja: devemos compreendê-lo como algo que está inserido no momento histórico e na processualidade do sistema capitalista.

Para podermos entender o que os países subdesenvolvidos – como o Brasil – neste momento, precisamos novamente recorrer às raízes desse momento histórico mundial. A pandemia que o mundo experimenta neste momento surge no bojo de uma grande crise do capitalismo que – como já foi afirmado – sempre tem a necessidade de crescer, inovar e explorar tanto os trabalhadores como a natureza, acabando com as reservas que ainda temos e impondo mudanças

climáticas que alteram toda a flora e a fauna – como temos visto a comunidade científica alertar o mundo.

A pandemia não iniciou a crise mundial. Pelo contrário, ela está salvando, em parte, os burgueses, quando estes afirmam que a situação desses países subdesenvolvidos precisa de grandes mudanças além das que já tinham sido desenvolvidas e que tanto exploraram a classe trabalhadora.

É isso que Marx e Pêcheux estão dizendo em seus textos, quando apontam a relação das raízes do sistema capitalistas – as relações de produção – e a ideologia liberal, que se apresenta como a grande salvadora de cada país e da humanidade. Essa última faz propagandas em todas mídias sobre o *novo normal*. Isto é: tudo que a política fizer, mesmo o que pareça absurdo, é para melhorar a situação das pessoas, mesmo que não aparente: isto é o possível nesse momento de crise geral.

O sujeito do discurso pecheutiano

O sujeito da AD é um sujeito do discurso ideológico e ocupa um lugar na sociedade de classes contemporânea. Embora aparentemente ele se mostre com facilidade na materialidade do discurso, isso não é verdade. Só se consegue chegar ao lugar de sujeito do discurso, normalmente, ao final da análise, quando a totalidade composta de aparência e essência já é conhecida.

[...] a posição do trabalho supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas se possam detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. (PÊCHEUX, 2009, p. 57).

Essa citação nos leva ao aprofundamento do conceito do sujeito do discurso pecheutiano, que não é o sujeito do acontecimento nem um sujeito pleno de poder para escolher como será o seu discurso. Na verdade, estamos trazendo um lugar de sujeito dentro das contradições da sociabilidade de classes. O sujeito ocupa um lugar que pela força da ideologia, na maioria dos discursos, não é conhecido sequer pelo próprio sujeito. O conceito de *esquecimento* da Teoria do Discurso esclarece como isso acontece.

Lukács ao trabalhar sobre o lugar e da subjetividade. Mostra e ressalta as contradições dos dois conceitos:

A linguagem mostra, pois, na vida cotidiana a seguinte contradição: por uma parte, abre ao homem o mundo externo e interno muito mais rico que seria imaginável sem ela, ou, dito de outro modo, faz acessíveis o mundo externo e o mundo interno propriamente humanos; mas ao mesmo tempo, o impossibilita ou dificulta ao menos, a recepção com prejuízos ao mundo externo e interno. (LUKÁCS, 1966/67, p. 61).

Embora Lukács, enfatize a relação da linguagem com materialismo que lhe dá origem, o autor mostra, também, a impossibilidade de um único sentido e, mais ainda, a intrínseca dispersão dos sentidos contidos em cada generalização que se expressa numa palavra, mostrando, como Pêcheux, que nunca há um sentido único na língua.

Na palavra mais simples e concreta já há uma abstração; a palavra expressa alguma nova característica do objeto, mediante a qual sintetiza todo um complexo de fenômenos em uma unidade ou até se subsume a uma unidade superior (o qual pressupõe sempre um processo prévio de análise). Com isso a palavra mais simples e concreta se distancia da objetividade imediata de um modo completamente distinto do acessível à representação dos animais, inclusive dos superiores. Pois só graças a essa elevação ao nível de conceito pode alçar-se o pensamento (linguagem), por cima da reação imediata ao mundo externo, por cima do mero reconhecimento por representação de objetos que vão juntos, de complexos objetivos. (LUKÁCS, 1996-67, p. 89-90).

Magalhães (2015) enfatiza o quanto as argumentações de Pêcheux revelam sobre a impossibilidade prática de existência de um bom sujeito – aquele que se refere totalmente a uma formação discursiva sem nenhum escape – como uma forma de demonstrar, pela dialética marxiana, que as contradições sempre dominam a cena.

A linguagem é sempre contraditória, pois ao mesmo tempo em que se afasta do cotidiano pelas abstrações, é capaz de desvelar a realidade. Trazendo essas considerações para o mundo contemporâneo, observamos que, nas sociedades capitalistas, a linguagem torna o ser humano capaz de produzir uma práxis discursiva (MARX, 1968) que enfatiza a alienação produzida pelo trabalho abstrato. É nesse sentido que a AD busca revelar o silenciamento constitutivo da práxis discursiva, afirmando que aquele

permite à ideologia buscar o consenso das individualidades, na tentativa de anular as resistências

Embora a ênfase na subjetividade seja transformadora para o materialismo histórico-dialético, os critérios de verdade são sempre objetivos, pois a subjetividade tem o poder de mudar a realidade, embora ela dependa da lógica dessa mesma realidade para exercer essas duas atividades.

Diremos, a partir de Marx (1996), que a produção não produz apenas a mercadoria, mas também, a forma de seu consumo e a subjetividade que deve consumir. Esse é o processo da opressão hoje: o consumo exacerbado. Tanto os discursos oficiais quanto os empresariais provocam como efeito discursivo o mal-estar contemporâneo, porquanto não possuir as mercadorias que são veiculadas é estar “por fora” das relações sociais, não importando a forma de obtê-las. Quando se consegue por formas não convencionais, culpa-se o indivíduo, mas se continua a dizer que tem de ser feito para que o indivíduo se torne um cidadão.

Quando a burguesia expõe suas ideias para manter o poder, não tem como perspectiva o Real da História, mas, ao contrário, serve-se apenas do fenomênico como verdade. Nada que a burguesia efetive pode ser novidade para aqueles que possuem uma visão radical sobre as relações sociais do sistema capitalista, pois, “pelo contrário, [...] as diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas das lutas de classes” (LUKÁCS, no prelo, p. 10).

O capital não tem uma única máscara: qualquer uma lhe serve, a depender da conjuntura. Pode servir para conduzi-lo a uma esquerda liberal como a uma direita fascista. Sempre foi assim, depende das circunstâncias da exploração da mais-valia.

Neste momento, é importantíssimo para a burguesia que os intelectuais critiquem as crises e não o sistema. As mídias enaltecerão esses intelectuais como aqueles que podem propor soluções para o momento, que não passam de mudanças que fortalecem o sistema capitalista. A crítica não sai da órbita da sociedade capitalista.

Estamos vivendo um momento em que a intuição não permite que a razão, a ciência, seja chamada para nortear as ciências humanas e as propostas de mudanças essenciais das relações de produção, pois todos afirmam a impossibilidade de se chegar ao Real da História, o que acaba

tornando os indivíduos cada vez mais individualistas e sem perspectiva do futuro – o aqui e agora governa todos.

Razão x intuição. Essa é a ordem da ideologia dominante hoje no Brasil. O irracionalismo propõe respostas reacionárias aos problemas das lutas de classe. Quem comanda a luta são os burgueses; os trabalhadores, quando têm possibilidade, resistem, mas nada podem propor. A ideologia aposta no irracionalismo, acionando discursos que apelam para a emoção e não para a razão. Parafraseando Riobaldo, de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa: “Viver é muito perigoso”, nós dizemos que hoje “Pensar é muito perigoso”, principalmente para os integrantes das classes exploradas, pois ao pensar podem compreender a lógica da exploração.

Retiradas de camisetas de jovens caminhando na praia de Jatiúca em Maceió (AL) e nas mídias, as sequências abaixo (MAGALHÃES, 2019, p. 88) mostram como o cotidiano das pessoas está cada vez mais comandado pela irracionalidade:

- 1- Se eu não me lembro
é porque não fiz.
- 2- Pergunta ao seu coração
e decida.
- 3- Novo normal.

Cada um com uma materialidade bem diferente mostra o sujeito de discurso no mesmo lugar: trazendo a ideologia do dominante, que hoje, a partir da crise estrutural do capital, precisa de uma ideologia cada vez mais irracional que busca o prazer sem pensar nas consequências. Consumir mais do que se pode e depois não poder manter suas necessidades. Entretanto, a ideologia nos diz hoje que só é cidadão quem tem um cartão de banco, isto é, quem é consumidor.

Sair de casa para consumir passa ser o mais importante, e não o compromisso com a vida de todos. Para os dominantes isso é maravilhoso, pois o mercado interno melhora suas vendas e, paralelamente, temos mais mortos que não chegarão nem aos hospitais.

Nesse momento diríamos que a subjetividade pretende aprisionar o mundo através da língua, tornando-o apenas possível a partir de seu discurso. No entanto, o discurso não é uma construção independente das relações sociais, mas, ao contrário, o fazer discursivo é uma práxis que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que

possibilitaram sua objetivação. Pêcheux enfatiza esse fato em todos os seus textos, a submeter a formação discursiva e as formações ideológicas que, por sua vez, expressam as contradições de classes antagônicas das sociedades. (MAGALHÃES, 2011, p. 38).

Desde o início do artigo, procuramos enfatizar a necessidade de trabalharmos na AD com os discursos que estamos trazendo para a nossa discussão. Trazendo para as análises discursivas as condições de produção que nos permitem chegar ao Real da história, conceito basilar que Pêcheux trouxe para os estudos da linguagem, com a possibilidade de uma nova forma de trabalhar a língua apenas a partir de seu funcionamento intrínseco. O conceito de sujeito discursivo nos proporciona um entendimento da relação entre o indivíduo e a sociedade de forma clara e abrangente.

Os estudos da AD têm avançado muito no Brasil, embora nem todos estejam a lançar mão diretamente da teoria do discurso pecheutiana, pois adotar determinada perspectiva teórica não é só citar os teóricos, mas sim usar a metodologia epistemológica que sustenta a própria teoria. No caso da AD, isto se refere à utilização do materialismo histórico-dialético. Embora Pêcheux não use essa terminologia ao se referir ao materialismo, sua teoria caminha claramente no caminho da dialética, principalmente quando o autor considera as contradições como fundamentais para se chegar ao real da história e ao sujeito do discurso.

O momento da descrição apresenta a diferença entre uma interpretação apenas individual do analista e a interpretação das relações sociais que as permitem, a partir das lutas de classes das sociedades.

Conclusão

Concluir este texto desvela uma contradição que não pode ser resolvida. Estamos escrevendo para um livro que homenageia uma mulher, professora, analista do discurso, que durante toda a sua carreira esteve sempre em busca de uma educação que pretende uma mudança das formas de mostrar a necessidade de empreendimento cada vez mais voltada à crítica das desigualdades sociais. Isso é muito compensador.

Paralelamente, estamos vivendo um momento histórico em que a desigualdade social no mundo, e especificamente no Brasil, é a grande responsável pelas mortes em nossa sociedade, o que muitas vezes nos bloqueia a escrita. No entanto, precisamos compreender que a abordagem que usamos para entender os discursos é uma forma de mostrar as contradições, a exploração do ser humano e de buscar uma sociedade humana que não valorize a “coisa” em detrimento do humano.

Acreditamos, com este texto, ter colaborado com a proposta da AD pecheutiana, que desde sua criação sempre se colocou como uma ciência comprometida com a política. Esperamos que, cada vez mais, nossos colegas estejam pensando dessa forma quando trabalham para entender os discursos, e que não considerem um artigo meramente uma forma de produtividade que os governos exigem.

Referências

- CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch, 1890**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.
- GADET, Françoise e HAK, Tony (org.). **Por uma análise do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1993.
- LUKÁCS, Georg. **Estética. La peculiaridad de la estética**. Barcelona/México: GRIjalbo, 1966/67.
- MAGALHÃES, Belmira. Real da História e Real do Sujeito. In: **Fragmentum**. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Laboratório Corpus N.1. Santa Maria, 2001.
- MAGALHÃES, Belmira. A crise estrutural do capitalismo e o internacionalismo. In: **Conexão Letras**, n. 22. Políticas e discursos totalitários. Programa de Pós-Graduação. Porto Alegre; Universidade do Rio Grande do Sul, 2019.
- MAGALHÃES, Belmira. Discurso, opressão/resistência. In: FERRARI, Alexandre S. et al. **Discurso, Resistência e...** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2015
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Marx, Karl, A ideologia Alemã. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do Silêncio: o Movimento dos Sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997
- PÊCHEUX, Michel. **Estrutura ou Acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PÊUCHEUX, Michel. **Semântica**, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SEGUNDA PARTE

HÁ POLÍTICA, MEMÓRIA, FASCISMO,
DISCURSO DE ÓDIO E RESISTÊNCIA



DISCURSO CONSERVADOR: MEMÓRIA, IMPLÍCITOS E SILENCIAMENTO

Mário Jorge Pereira da Mata¹

O conservadorismo², na condição de ideologia, é registrado em diferentes contextos. Constituiu-se por modos diversos ao longo do tempo e possui também seu lugar na história contemporânea. Suas manifestações mais recentes são representadas, sobretudo, quando governos sociais democráticos entram em declínio. Esses, são substituídos pelo conservadorismo liberal, ou seja, por combinação de posturas conservadoras e por elementos políticos, econômicos liberais.

No Brasil, o fenômeno não é diferente. Por meio de um discurso, permeado de moralismo, o conservadorismo brasileiro foi ferramenta importante para formação do cenário político atual. Polarização e maniqueísmos foram algumas das características dos discursos politizados, nas redes sociais e em outras formas de comunicação. Uma dessas redes é a plataforma Youtube. Espaço no qual pessoas, empresas e organizações podem depositar vídeos de natureza diversas. Contudo, quando o usuário produz e aparece nos vídeos com frequência, construindo um canal dentro do site de compartilhamento, ele passa a ser reconhecido como um *youtuber*.

Dessa forma, opiniões de *youtubers*, que giraram em torno do debate sobre o projeto e movimento. Escola sem Partido, também ilustram como na sociedade prevalecem o radicalismo e a intolerância. Por esta razão, a discussão a seguir, proposta por esse trabalho, pode ser tomada como uma oportunidade de compressão do deslocamento do discurso conservador na história recente do país, uma vez que influenciadores digitais da “nova” direita brasileira

¹UFBA/IF Baiano (Salvador/BA). mariodamata@hotmail.com.

²Conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras. Neste caso, porém, toda atenção se concentra na função do Conservadorismo, de tal modo que seu conteúdo se coloca e se limita dentro dos termos dessa mesma função (BOBBIO, 1998, p.242).

produzem conteúdo que os aproximam do discurso conservador materializado em documentos do período da Ditadura Militar.

A publicação, portanto, visa compreender os efeitos de sentido da retomada do discurso conservador no Brasil. Para isso, analisa-se parte dos sumários do comunismo internacional do SNI (Serviço Nacional de Informações), ao passo que foram selecionados três *youtubers* brasileiros em atividade e que se autodeclaram adeptos do pensamento conservador da nova direita que se propuseram a discutir as propostas do movimento Escola sem Partido. A partir daí, produz-se um paralelo entre essas duas materialidades, a fim de identificar as marcas linguísticas que caracterizam a interdiscursividade, além de mostrar a aproximação ideológica, mesmo com o hiato de tempo de 47 anos, encontrada em ambos registros.

Inicialmente, é importante esclarecer que, no âmbito do debate estritamente político, o conservadorismo é geralmente associado às variadas posições contrárias aos avanços das pautas da esquerda. Atualmente, são implicados como conservador o indivíduo ou grupo político contrário, por exemplo, à luta pela universalização dos direitos. Tal ideologia costuma estar associada, também, ao mercado capitalista, que envolve desde a defesa da mercantilização cada vez maior da vida social, até a agenda de privatizações e de Estado mínimo. O conteúdo político, teórico e social dessa corrente de pensamento com frequência aparece fundido ao pensamento liberal. Desse modo, liberalismo e conservadorismo são tomados, frequentemente, como sinônimos.

Após situar o conservadorismo nessa abordagem, tem-se como próximo analisar as condições de produção desses discursos, bem como o modo que eles incidem na produção de sentido. Ao fazê-la, busca-se privilegiar aspectos como o político e a exterioridade. Por esta razão, Michel Pêcheux (2014), Oswald Ducrot (1987) e Eni Orlandi (2005, 2007, 2012), entre outros autores, mostram-se apropriados para basilar teoricamente essa discussão, uma vez que possuem bibliografia marcada pela produção de teorias e de análises atreladas ao campo político e seus impactos na sociedade. Noções como a memória discursiva, o interdiscurso e o silenciamentos e mostram imprescindíveis, a fim de inserir, na interpretação, modos de operacionalizar o funcionamento da exterioridade no interior da materialidade discursiva.

Conservadorismo: contexto e sentido

Uma das premissas da Análise do Discurso é considerar o contexto histórico-social e as condições em que esse texto foi produzido, como parte constitutiva do sentido (PÊCHEUX, 2014; ORLANDI, 2012). Dessa forma, é importante lembrar que o conservadorismo, durante o período de exceção, constituiu-se em um dos pilares ideológicos dos governos correspondentes ao período de Ditadura Militar no Brasil. Durante 21 anos, direitos civis foram desrespeitados em suposta proteção da moral e dos bons costumes da sociedade brasileira, assim como, em prol da defesa de um Estado brasileiro forte, que por sua vez, segundo os militares e seus apoiadores, representavam os anseios da coletividade nacional (GASPARI, 2004). Portanto, a centralização da censura artística, a aplicação intransigente da lei, a politização de temas morais e o exercício da censura política integravam um plano do Governo Federal de assumir o controle nacional da cultura e, assim, conter a difusão de mensagens políticas.

Em tempos recentes, após eleger sucessivos congressos federais e estaduais conservadores, a sociedade brasileira apresenta vestígios de uma escalada conservadora perceptível em ações e em dados estatísticos. Em dezembro de 2016, segundo uma pesquisa divulgada pelo Ibope, 54% dos brasileiros têm posições tradicionais em relação a questões como legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, pena de morte e redução da maioria penal. Chancelada por tais opiniões, a bancada do Boi, da Bíblia e da Bala, como apelidou a deputada Érica Kokay (Partido dos Trabalhadores/PT), domina o congresso. Essas bancadas (BBB) denotam uma união que representa o fortalecimento de práticas reacionárias por meio de um discurso homogêneo e de ações conjuntas que vão da aprovação de projetos conservadores ao travamento de pautas que envolvam direitos de minorias e promoção de igualdade.

Para compreender os enunciados dos sumários do comunismo internacional e dos audiovisuais dos *youtubers*, é necessário, portanto, identificar as formações discursivas dentro da dinâmica de seus contextos. Ainda assim, é válido ressaltar que os discursos, identificados nesses registros, trazem consigo uma herança

ideológica que promove consequências na vida das pessoas, modificando perspectivas políticas e influenciando a prática social.

Os Sumários, em seus contextos de produção e de circulação, eram o apanhado de notícias e de informações sobre o “avanço do comunismo no mundo”. Tais documentos, eram pesquisados e organizados pelo SNI e depois remetido aos órgãos de repressão locais para acompanhamento. A finalidade das ações, portanto, constituía-se em buscar, em articular e em disseminar informações, visando o máximo de controle sobre o “inimigo interno”. Esse “inimigo” podia ser representado pelos grupos organizados que lutavam contra a ditadura militar, ou por setores da população como trabalhadores que se auto organizavam contra suas precárias condições de vida, além de buscar entender a atuação desses grupos inseridos em um contexto político mais global. Por esta razão, apreendem-se destes documentos fortes indícios ideológicos do governo do período, além da revelação de práticas sociais que materializaram arbitrariedades e atentados à sociedade.

Após décadas de perseguição, às ideias progressistas e aos grupos que as representam, o governo militar se enfraqueceu politicamente. A ideologia que sustenta o regime militar é substituída por movimentos democráticos, pela valorização dos direitos humanos e pela liberdade de expressão, sobretudo, de imprensa. Contudo, a partir de 2011, a movimentação de políticos e grupos contrários aos ideais progressistas e próximos de costumes conservadores é perceptível. É e meio a esse cenário que emergem os *youtubers* da “nova” direita. O gênero discursivo *youtuber*, representado por um influenciador digital, por sua vez, diferente de outros gêneros opinativos tradicionais, adquiriu prestígio também por conta do suporte utilizado para veiculação de seu conteúdo. A revolução tecnológica propiciou às informações e às opiniões disseminadas por meio digital um *status* de veracidade, com um ar de vanguardismo em que velhas opiniões e fatos antigos são recuperados, transmitindo-se a sensação de ineditismo.

Dessa forma, com a participação de dezenas de *youtubers* o debate sobre movimento “Escola sem Partido” foi amplificado. O grupo diz representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas salas de aula brasileiras. A discussão sobre o tema, nesse sentido, insere-se no espaço virtual, ecoando, em 2004, o

conteúdo da proposta do procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib e promovendo sua retomada, com mais visibilidade, uma vez que, em 2015, câmaras municipais, assembleias legislativas e o congresso nacional iniciaram debates sobre projetos e sobre leis inspirados no grupo. No site oficial, o movimento diz se preocupar "com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras", e afirma que "um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo".

Conservadorismo em análise

Para efeito de análise, portanto, são selecionadas algumas seqüências discursivas - SDA do sumário contra o comunismo, datado de fevereiro de 1973, reproduzidas do item "Assuntos gerais "que versa sobre o "terrorismo cultural", em seguida postas em paralelo à SDb, referentes ao movimento Escola sem Partido, extraídas de vídeos de youtubers dos anos 2017 e 2018. Pretende-se, com isso, compreender o deslocamento do discurso conservador e discutir sua dispersão em um gênero de discurso digital. Por se tratar de um corpus extenso, transcrevemos, integralmente, apenas o texto extraído do sumário, considerando-o como texto base, por entender que esta materialidade linguística é o ponto de partida da análise.

O VERDADEIRO "TERRORISMO CULTURAL" NA AMÉRICA LATINA A DISTORÇÃO E MANIPULAÇÃO DE FATOS E NOTÍCIAS PELAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA COMUNISTAS - O VASTO EMPREGO, PELO MCI (Movimento Comunista Internacional). DOS INSTRUMENTOS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA PARA SEUS MALÉVOLOS DESÍGNIOS

Do mesmo trabalho "Comunismo e as Agitações estudantis".

** Na AL (América latina), uma vulnerabilidade gravíssima reside na pressão exercida sobre a opinião pública, decorrente da influência quase dominante das Agências de Notícias e Propaganda Comunistas sobre determinados órgãos da imprensa nacional. Disso resulta a arma mais surpreendente com que os esquerdistas e comunistas combatem providências impositivas dos governos latino-americanos, e tiram proveitos para o incremento da luta estudantil: a campanha contra o chamado "terrorismo cultural".*

Qualquer medida restritiva adotada para a defesa da ordem pública, dos bons costumes, da disciplina nas escolas, do ensino cívico, etc, ou tendente a atenuar os efeitos da propaganda subversiva e logo taxada de "terrorismo cultural".

Essa é uma das grandes armas do arsenal psicológico do MCI, objetivando, mesmo sem o respeito à verdade, ao bom senso e à lógica, à conquista da opinião pública, o desprestígio da autoridade constituída, a reação da imprensa internacional contra o governo, a obtenção dos privilégios da impunidade e da liberdade de ação para os agitadores e maior facilidade de arregimentação de inocentes-úteis e de elementos a serem motivados para a ação terrorista. Assim, em nome da absoluta liberdade de cátedra, os professores comunistas almejam a eliminar a possibilidade de uma indispensável coordenação de interesses e objetivos entre a Universidade e o Estado, e a facilidade para realizarem uma doutrinação insidiosa sobre a juventude.

Em nome da liberdade da expressão, buscam os intelectuais esquerdistas solapar os fundamentos morais da sociedade, difundir falsos idealismos e intoxicar os espíritos com doutrinas e teses espúrias.

Em nome da liberdade para certos órgãos da imprensa a seu serviço e mais ávidos de sensacionalismo que da verdade, de lucros que da ação patriótica e consciente, lançam mão os comunistas e seus Agentes de Influência da prática de escrever, orientando e estimulando a subversão e solapando os fundamentos do Regime e das Instituições.

Em nome da indispensável imunidade parlamentar, defendem os políticos a completa impunidade, mesmo para crimes odiosos que atentam contra os interesses e os sentimentos do povo.

Em nome da democracia, visam os comunistas a licenciosidade irresponsável para a desagregação da democracia.

Todas as mais espontâneas providências do governo para dar liberdade com responsabilidade, coibir abusos que a maioria condena, preservar a segurança e os interesses nacionais, combater os subversivos e a pregação revolucionária comunista são alvos de feroz campanha, que as enquadra no chavão do "terrorismo cultural".

Queremos focalizar, ainda, um absurdo ainda maior: os comunistas e esquerdistas são exatamente os que, em cada país, estão aplicando o terrorismo cultural mais hediondo. Em quase todos os campos de atividade, seus aliados ganham promoção gratuita e são projetados, mesmo que suas obras sejam mediocres, ao passo que o talento que se revela verdadeiro e pujante, mas não submisso, sofre desestimulantes restrições e sabotagens e vive verdadeiro drama para superar o anonimato.

Vítimas do terror cultural são os estudantes, que querem estudar e não o podem fazer; os bons escritores democratas, que não encontram editores, ou que são massacrados pela crítica contundente dos Agentes de Influência comunistas; os bons artistas, que não obtêm público ou patrocinadores, porque uma barreira invisível lhes tolhe a caminhada para o sucesso; o povo, violentado em sua sensibilidade e tradições em alguns teatros, ou por meio de publicações licenciosas e chocantes, apregoadas como obras-primas da intelectualidade nacional; são os nossos filhos, desencaminhados nas escolas em que recebem orientação anarquista de alguns mestres, que solapam as influências do lar, para predispor-los para a aceitação das teses revolucionárias; é a nossa mocidade, que aprende até em igrejas a descreer de Deus, a olhar com indiferença os símbolos nacionais, a desprezar ou ridicularizar os heróis da nossa História, a esquecer os sentimentos de solidariedade humana, a empolgar-se por bandidos sanguinários e incompetentes, elevados a condição de exemplos e heróis, como Guevara e Camilo Torres, ou por líderes revolucionários comunistas, como Fidel Castro, Mao Tse-Tung, Lenine, Stalin, Ho Chi-Minh e outros.

Terrorismo cultural e o exercido pelos comunistas, que dificultam ou impedem a ação educacional; que não deixará os jovens saber que Guevara afirmou que "aos jovens e ao povo não pode ser dado o direito a escolher uma ideologia, pois o tempo das discussões de café já passou"; e o exercido por Fidel Castro, que impôs o comunismo a um povo democrata e cristão, ou por Stalin, cora seus expurgos sanguinários; e esse que frutifica na falta de inteligência, de bora senso e de discernimento, a ponto de tantos jovens e adultos acreditarem que a URSS é a campeã da paz, a defensora da liberdade, dos direitos humanos e da soberania e independência dos povos, sem atentarem para sua realidade interna e para sua conduta internacional.

Terrorismo cultural e esse que procura iludir o povo com a tese da cooperação e identidade entre a Igreja cristã e o comunismo ateu. E esse que combate a "censura, o imperialismo, a opressão", em nome da URSS: país onde não há liberdade de imprensa, nem Partido de oposição; país que, nos últimos vinte anos, incorporou inúmeras nações e dizimou milhões de pessoas em expurgos sangrentos; país que, em nossos dias, para "justificar" a invasão da Tchecoslováquia, proclamou a tese revoltante da "soberania limitada" das nações satélites; país que prega a coexistência pacífica, ao mesmo tempo que proclama sua guerra revolucionária mundial, e interfere nos assuntos internos até mesmo dos países socialistas.

Terrorismo cultural é esse que consegue cegar os espíritos e o senso comum, até o extremo desolador de mentiras flagrantes serem impostas como verdades incontestáveis, e de o maior inimigo poder apresentar-se, sem ser escorraçado, como a taboa de salvação para a Pátria que quer desorganizar e, ainda, obter crédito e seguidores, apenas criticando e pregando a luta e a desunião, a pretexto da existência de problemas para os quais jamais apresentou sequer o esboço de uma solução.

Terrorismo cultural é esse que entorpece os mais nobres sentimentos dos homens, ao ponto de levá-los a se curvarem, submissos e obedientes, diante da palavra de um inimigo que os despreza e que se ri da credulidade com que são vencidos pela sugestão da sua dialética mentirosa e de "slogans" bem feitos e incansavelmente repetidos.

Terrorismo cultural é esse que leva os grandes órgãos formadores da opinião pública democrática a não informarem o público sobre o perigo da infiltração comunista no quadro de uma guerra fria declarada; é esse que acusa os defensores da pátria de histéricos anticomunistas, para paralisá-los pelo receio do ridículo; é esse que prega o liberalismo cego como lícito, mesmo quando a sociedade e o indivíduo estão sendo vitimados; é esse que quer a punição dos atos da violência física, mas procura proteger a violência psicológica, a covarde violência dos terroristas e as ideias mortíferas que tornam o cidadão num soldado eficiente de uma nação inimiga; e esse que quer inverter as posições e colocar professores, submetidos ao terror organizado, a receberem ordens e orientação de seus alunos; é esse que ameaça as bases da cultura universitária e apresenta o governo de um país como o inimigo da Pátria, e os subversivos e apátridas como seus salvadores; é esse que distorce os fatos, evita diálogos, estudos conjuntos e cooperação para as reformas do governo, e aponta como redentor o tortuoso caminho do terrorismo, da subversão, da luta fraticida, que só beneficia o inimigo da Pátria.

Terrorismo cultural é esse que convence os estudantes a se filiarem à OCLAE, sediada em Havana, e cujos Estatutos a definem como "o órgão de mando continental a que se devem submeter todas as organizações estudantis nacionais, sem discussão".

como se Cuba pudesse liderar e comandar o pensamento e as ações dos jovens em países que lhe são infinitamente superiores.

*Terrorismo cultural abrange também as pressões que sofremos de países desenvolvidos, que exigem de nós a aplicação de uma democracia plena, para a qual não estamos preparados política, econômica e socialmente e que primam em não querer reconhecer que, no quadro da guerra fria atual, a democracia deve ter estágios de evolução sucessiva, a serem alcançados a medida que forem sendo superados os óbices e consequências do subdesenvolvimento. **

No texto, não é possível identificar a autoria. Dessa forma, atribuem-se os enunciados ao SNI, órgão que foi criado em 13 de junho de 1964, com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações no Brasil e no exterior. O órgão era diretamente ligado à Presidência da República que, por sua vez, atendia aos patrocinadores do golpe de 1964: grupo composto por parte do empresariado brasileiro, por latifundiários – proprietários de grandes parcelas de terras, e por empresas estrangeiras instaladas no país, sobretudo aquelas ligadas ao setor automobilístico. Esse sujeito discursivo, SNI, portanto, ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, influenciado por uma ideologia materializada em seu discurso (PECHEUX, 2014; ORLANDI; 2012). Também, por meio dessa ausência de autoria no texto, percebe-se a lógica de funcionamento dos órgãos repressivos e da produção de documentos de informação contrária à população que resistia à ditadura. Ao produzir cada sumário, foram compilados diferentes tipos de texto – com ou sem autoria especificada – os quais revelavam uma preocupação não apenas com as questões políticas, mas, principalmente, com a pauta de costumes. Família, religião cristã, sexualidade e sistema de ensino eram temas recorrentes nos documentos. Os sumários, assim, foram constituídos por uma coletânea de textos cuja premissa era combater o inimigo subversivo e terrorista.

De outro modo, nos audiovisuais, cujos fragmentos serão descritos a seguir, tem-se os autores: Nando Moura, Arthur Durval e Rafael Lima. Os três são compreendidos como um único sujeito discursivo *youtuber*. Isso é possível, uma vez que a AD materialista distingue o autor do sujeito. Este é o resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia; já o autor é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito (ORLANDI, 2015). É ocupando o lugar de influenciadores digitais reconhecidos que este sujeito enuncia. Comunicadores cujos

enunciados defendem o conservadorismo liberal, travam um forte embate com todas as ações e pensamentos associados à esquerda no Brasil. Desta maneira, o sujeito *youtuber*, além de ser influenciado pelas ideologias que lhe conferem identidade, é sensível às condições de produção de seu enunciado. Ele se comunica com uma audiência afinada às suas filiações ideológicas e ainda lê pistas do que seu público anseia e se aperfeiçoa.

De acordo com a discussão deste trabalho, tem-se como foco a dispersão ou a retomada de enunciados que estão condicionados à exterioridade. Por esta razão, supõe-se que discursos conservadores não teriam o mesmo impacto perante à sociedade caso a economia brasileira estivesse em momento positivo, os ganhos sociais se encontrassem solidificados e as relações entre os poderes fossem de respeito e honestidade. A pauta conservadora, por exemplo, embora existisse, não chamou atenção durante o governo Lula. Ela se destacou, sobretudo, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, mais especificamente, após sua reeleição cujo número de votos que separa a presidenta do seu principal oponente Aécio Neves foi muito pequeno. A líder conviveu com crises econômicas internacionais, sucessivos escândalos de corrupção em instituições públicas e, principalmente, conluio políticos representados pelas casas legislativas, além da conivência do poder judiciário. Por esta razão, reitera-se a necessidade de se considerar o contexto histórico-social dos enunciados. Tal realidade veio à tona e serviu de combustível para onda conservadora que se impôs dentro de um momento político no qual a democracia estava fragilizada e o país abatido por uma descrença na gestão e nas instituições públicas. Entende-se, assim, que não há como descolar o discurso da história; mas sim, compreender o discurso, fazendo sentido dentro da história e de seus contextos específicos, refletido na prática social.

Retornando para análise dos sumários, observa-se que seus enunciados com característica narrativa/opinativa são mais “estabilizados”. Por esta razão, pressupõe-se que tais discursos sejam produzidos a partir de condições de produção mais estáveis e homogêneas, isto é, no interior de posições ideológicas e de lugares sociais menos conflitantes: os enunciados, referentes ao sumário do comunismo internacional, são constituídos dentro de uma perspectiva ideológica afinada aos pensamentos liberais e conservadores. Essa

regularidade caracteriza a formação discursiva. Por conta disso, ela determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social(PECHEUX, 2014; ORLANDI; 2012). Neste sentido, identifica-se uma formação discursiva (FD), chamada, nesta análise, de *direitista*. A FD *direitista* é caracterizada por sentidos que procuram rechaçar o pensamento e as ações vistos como progressistas ao longo do texto analisado. Cabe, nesse contexto, ressaltar que os comunistas – o inimigo a ser combatido, neste período –organizam-se de forma imoral, mentirosa, planejada, inescrupulosa, sorrateira e corrupta. Tal inferência pode ser materializada a partir da sequência discursiva(SD) extraída do texto acima e de seus destaques em **negrito** os quais são elencados a seguir:

- Em nome da liberdade da expressão, **buscam os intelectuais esquerdistas solapar os fundamentos morais da sociedade, difundir falsos idealismos e intoxicar os espíritos com doutrinas e teses espúrias.**
- Em nome da liberdade para certos órgãos da imprensa a seu serviço e mais ávidos de sensacionalismo que da verdade, de lucros que da ação patriótica e consciente, lançam mão **os comunistas e seus Agentes de Influência da prática de escrever, orientando e estimulando a subversão e solapando os fundamentos do Regime e das Instituições.**
- Em nome da indispensável imunidade parlamentar, **defendem os políticos a completa impunidade, mesmo para crimes odiosos que atentam contra os interesses e os sentimentos do povo.**
- Em nome da democracia, **visam os comunistas a licenciosidade irresponsável para a desagregação da democracia.**

As ações atribuídas aos comunistas são sempre desaprováveis nos excertos. O sentido pejorativo é uma constante nas sentenças. Verbos ou complementos verbais possuem significações negativas: a) **solapar** os fundamentos morais da sociedade, ...**intoxicar** os espíritos; b) orientando e estimulando **a subversão**; c) defendem **a completa impunidade**; d) visam **a licenciosidade irresponsável**. A partir dos vocábulos, compreende-se uma FD constituída por sentidos que deprecia o progressismo, rechaçando a o comunismo como forma legítima de organização social.

Identificada a formação discursiva *direitista*, destaca-se a interdiscursividade. Os discursos não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. É a relação interdiscursiva, portanto, que estrutura a identidade das FDs. O discurso conservador e a FD *direitista*, por

exemplo, materializam-se, na análise, em gêneros discursivos distintos e ecoam períodos distintos. O interdiscurso é o que justifica, neste trabalho, a recuperação de enunciados separados por décadas como os sumários (1970) e os *youtubers* (2017).

Memória discursiva e interdiscurso

A partir do 8º parágrafo, o texto acima se propõe a redefinir o termo “terrorismo cultural”; ação da qual o próprio governo militar também é acusado de promover. Com esse intuito, o texto deixa mais pistas da FD direitista. Esta, por sua vez, será justaposta aos discursos dos *youtubers* autodeclarados conservadores sobre o episódio que envolve a lei/movimento Escola sem Partido. Pretende-se, nesta perspectiva, visualizar o interdiscurso entre os enunciados. Contudo, na oportunidade, buscar-se-á o avanço teórico/analítico e compreender o funcionamento da interdiscursividade, ancorado nas noções de memória/ historicidade e silêncio/silenciamentos.

SDa1 Em quase todos os campos de atividade, seus aliados ganham promoção gratuita e são projetados, mesmo que suas obras sejam mediocres, ao passo que o talento que se revela verdadeiro e pujante, mas não submisso, sofre desestimulantes restrições e sabotagens e vive verdadeiro drama para superar o anonimato. (Sumário contra o Comunismo 02/1973)

SDb1 Fizeram um verdadeira lavagem cerebral em você. Vamos fazer um pequeno teste para ver se isso aconteceu? O autor expõe no vídeo 2 imagens (fotografias) e interpela o ouvinte da seguinte forma: “me diga quem é e o que é que ele fez?” Após a exibição das fotos, ele retoma: “o primeiro foi Karl Marx, responsável por toda mentalidade marxista, esquerdista, comunista do mundo. E o segundo, é Ludwig von Mises, responsável pela escola austríaca de economia que, simplesmente, destruiu todas as teses de Karl Marx, e provando que elas são falas, ridículas. Qual dos dois você viu na escola? Com certeza foi o primeiro, não foi? O segundo se quer é citado nas escolas por causa da cartilha do MEC”. [...] (Nando Moura-Nando Moura.)

Na Análise do Discurso materialista, trabalha-se a noção de memória discursiva como sendo o saber discursivo que torna possível todo dizer. Essa memória retorna sob a forma do pré-construído, de já-ditos que estão na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra, como apontam Pêcheux, (2014) e Orlandi (2005). Ademais, compreende-se que memória faz sentido a partir da intervenção de suas filiações ideológicas. A relação entre memória e ideologia, dessa forma, sugere uma explicação para o fenômeno de que arquivos

produzidos em diferentes espaços e momentos podem se tocar ou, mais do que isso, funcionam e produzem efeitos de sentido também quando compreendidos na sua interdiscursividade. Os documentos analisados não só reportam a práticas sociais e estratégias políticas que ligam o SNI e aos *youtubers*, como também levam, justamente, a um caminho que reproduz o conservadorismo, a partir de um movimento espaço-temporal. Esse movimento não é linear porque a memória não é linear. Eles constituem, entretanto, um espaço de memória onde os sentidos vão se regularizando.

Observa-se na **SDa1e** na **SDB1** o ressentimento de que pensadores e artistas, ligados à direita, são penalizados com o anonimato perante à sociedade, ainda que suas obras sejam julgadas verdadeiras e produzidas com qualidade. Paralelo a isso, segundo os enunciados, autores e produções ligadas à esquerda são valorizados, mesmo que suas manifestações sejam falsas, desqualificadas, a exemplo do que ocorre na **SDa1**, no excerto **“aliados [comunistas] ganham promoção gratuita e são projetados, mesmo que suas obras sejam medíocres”**; enquanto na **SDB1**, é afirmado que Ludwig von Mises *“...se quer é citado nas escolas por causa da cartilha do MEC”* e por razão de suas ideias liberais

É possível compreender, assim, a ideologia a favor do liberalismo econômico imbricada nos documentos, dando sentido às SD e como elas sugerem uma aproximação discursiva que materializa a repulsa pelo progressismo, inclusive a institucionaliza nos documentos do SNI e a faz reverberar em audiovisuais de *youtubers*. Discursos que significam uma determinada forma de se posicionar diante do modo como a memória foi sendo produzida, a partir de práticas sociais, orientadas por interesses ideológicos e políticos.

Quem são estes sujeitos e instituições que preconizam a indiferença para as produções conservadoras e de direita? Quem está por trás da negação *“dos bons costumes, da disciplina nas escolas, do ensino cívico ou atenuam os efeitos da propaganda subversiva”*? Para o SNI, instrumento de controle do governo totalitário, isso parte da *“influência quase dominante das “Agências de Notícias e Propaganda Comunistas sobre determinados órgãos da imprensa nacional”*; ao passo que para os *youtubers*, os comunistas se apoderaram do sistema educacional brasileiro, inclusive determinando parâmetros educacionais para o país, influenciando a organização social, a

composição familiar e modificação de valores humanos. De acordo com a inscrição histórica dos enunciados, os comunistas, nos arquivos do SNI, aspiravam ao poder e eram considerados subversivos; já nos vídeos, estes são detentores do poder político, sendo decisivos nas composições e nas diretrizes do Estado.

Mesmo sendo composto por um movimento que não é linear, busca-se nesta análise dos arquivos, alinhar os discursos dispersos no espaço e no tempo, considerando que a estruturação do discurso vai constituir a materialidade de uma específica memória social (ACHARAD, 2015, p.11). O conservadorismo da ditadura militar e sua relação com conservadorismo contemporâneo dos influenciadores digitais é produzido por uma mesma ordem ideológica, é parte de uma mesma memória de dizer. Ressalta-se, assim, a importância de se estabelecer um tipo de costura para a compreender a dispersão do discurso conservador, tanto nos Sumários quanto nos vídeos, pois, como qualquer outro discurso, o discurso conservador é construído por seleção, por escolhas, cuja constituição é ideologicamente determinada. Embora fossem elaboradas por condições de produção distintas, as manifestações conservadoras, em suas respectivas materialidades, fazem parte de um mesmo campo de saber, ou seja, são filadas à mesma ideologia.

Implícitos e silenciamentos

O conjunto de SD abaixo se refere ao 10º parágrafo do texto base e a trechos de vídeos de diferentes *youtubers* conservadores autodeclarados da “nova direita”. Tem-se, no Sumário, a tentativa de apontar as vítimas do que é denominado como “terrorismo cultural” promovido por comunistas. Já as sentenças, que correspondem ao discurso transcritos dos audiovisuais, implicitamente, revelam vítimas de um sistema cultural e educacional elaborado também pelos comunistas 44 anos depois. Nesse escopo, além de tratar da memória discursiva, tratar-se-á dos implícitos, subtendidos e como estes contribuem para constituição do interdiscurso.

SDa2 **Vítimas do terror cultural são os estudantes, que querem estudar e não o podem fazer; os bons artistas, que não obtêm público ou patrocinadores, porque uma barreira invisível lhes tolhe a caminhada para o sucesso; o povo, violentado em sua sensibilidade e tradições em alguns teatros, ou por meio de publicações licenciosas e chocantes, apregoadas como obras-primas da intelectualidade nacional;**(Sumário contra o Comunismo 02/1973)

SDb2 *Eu Nunca fui um cara fã de teorias da conspiração, etc., neste caso, cara, é completamente real, se você vê ali, Gramsci, se você vê Marcuse, a revolução feita não por armas, mas por todo aparelhamento cultural, mas por todo aparelhamento ali dos meios de educação, etc. É exatamente isso que o Brasil tem feito. (Arthur do Val-Mamãe Falei)*

SDa3 **...[vítimas] são os nossos filhos, desencaminhados nas escolas em que recebem orientação anarquista de alguns mestres, que solapam as influências do lar, para predispor-los para a aceitação das teses revolucionarias;**(Sumário contra o Comunismo 02/1973)

SDb3 *O professor de esquerda quer é doutrinar, ele quer passar uma única versão de fatos errados, com o intuito de colocar uma visão política e partidária neles para depois colher os frutos lá na frente. (Rafael Lima – Ideias Radicais)*

SDa 4 **...[Vítima] é a nossa mocidade, que aprende até em igrejas a descrever de Deus, a olhar com indiferença os símbolos nacionais, a desprezar ou ridicularizar os heróis da nossa História, a esquecer os sentimentos de solidariedade humana, a empolgar-se por bandidos sanguinários e incompetentes, elevados a condição de exemplos e heróis, como Guevara e Camilo Torres, ou por líderes revolucionários comunistas, como Fidel Castro, Mao Tse-Tung, Lenine, Stalin, Ho Chi-Minh e outros.** (Sumário contra o Comunismo 02/1973)

SDb4 *Eles conseguiram fazer uma lavagem celebram nas cabeças das pessoas de uma maneira tal, que até mesmo as igrejas, apoiavam o PT. “Não, esses eles só querem ali cuidarem dos pobres, dos coitadinhos”. Não existe almoço grátis. Todas as Ongs, todos os partidos esquerdistas estão fazendo um esforço monstro para votar contra a escola sem partido. (Nando Moura- Nando Moura)*

Crê-se que os subtendidos permitem acrescentar alguma coisa ao enunciado sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita (DUCROT, 1987). Nas sentenças expressas na SD, como já foi posto, trata-se das vítimas de um sistema educacional e cultural promovido pelos comunistas. Contudo, também é transmitida uma ideia subtendida: se há vítimas, é necessário socorrê-las. Estejam elas ameaçadas no ano de 1973 ou no ano de 2017. Por esta razão, emerge o questionamento de quem poderá corresponder a este ato heroico. A partir desse não dito, são produzidos dois efeitos de sentido determinados pela exterioridade, pelas condições de produção de cada enunciado em sua respectiva época. Os enunciados proferidos em 1973, sugerem como “salvadores” os militares, personificação da força repressiva conservadora. São

sentidos que sugerem a manutenção da ditadura como modelo político, uma vez que os militares conservadores já estavam no poder naquele período. Estes precisavam salvaguardar os “bons” costumes, os valores sociais “corretos”, a tradição familiar e a religiosidade cristã da ameaça comunista. Diferente é o efeito de sentido produzido nos enunciados dos influenciadores digitais: agora é necessário salvar a sociedade corrompida, doutrinada por professores de esquerda e influenciada por manifestações culturais que ameaçam o que é decente, o que é cristão e até mesmo a soberania nacional, uma vez que o Brasil vivia em um regime democrático dirigido por mais de uma década pelo PT.

É necessário, portanto, que as forças representativas do conservadorismo se mantenham ou retornem ao poder. Vale ressaltar que todos os vídeos foram produzidos um ano antes e no ano das eleições de 2018. O pleito formaria, para além da presidência, a câmara de deputados federais e senadores; governadores e deputados estaduais. Por esta razão, observa-se que para tratar de subtendidos, é necessário analisar não só o enunciado, mas sua enunciação, levando em conta que este enunciado é realizado em determinadas circunstâncias (DUCROT, 1987, p.32). Estes sentidos, por assim dizer, não se encontravam isolados, faziam parte de um conjunto de discursos veiculados em outras formas de comunicação. Desta maneira, o discurso conservador se fortaleceu, refletido numa ditadura que perdurou até o ano de 1984; e na eleição do Jair Bolsonaro para Presidência da República, nas eleições de 2018, representante máximo dessa ideologia, conforme suas propostas eleitorais.

Assim, pode-se inferir que o enunciado subtendido está relacionado à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário, que por sua vez, deve levantar hipóteses atreladas ao contexto enunciativo. Desse modo, a partir da SD analisada, lê-se, como possibilidade interpretativa, que quanto mais tempo a sociedade for influenciada pela ideologia comunista, mais ela estará susceptível ao atraso social, à corrupção moral, à desumanidade.

Percebe-se, neste sentido, a importância dos subtendidos na produção de sentidos, uma vez que eles estão ausentes dos enunciados e somente aparecem quando o interlocutor posteriormente reflete sobre eles (DUCROT, 1987, p.20). Vale a pena frisar que os subtendidos também colaboram para dispersão do discurso e para o interdiscurso. Entende-se, na análise, que a

ideologia conservadora por meio de estratégias discursivas semelhantes, produzem efeitos de sentido que culpam o comunismo e suas derivações por um pseudo caos social. Interpreta-se, portanto, por intermédio do não dito, a sugestão de que o país deve combater um inimigo interno, caracterizado por estereótipos (re)significados.

SDa5 Terrorismo cultural é esse que consegue cegar os espíritos e o senso comum, até o extremo desolador de mentiras flagrantes serem impostas como verdades incontestáveis, e de o maior inimigo poder apresentar-se, sem ser escorraçado, como a taboia de salvação para a Pátria que quer desorganizar e, ainda, obter crédito e seguidores, apenas criticando e pregando a luta e a desunião, a pretexto da existência de problemas para os quais jamais apresentou sequer o esboço de uma solução.(Sumário contra o Comunismo 02/1973)

SDb5 Eu tinha uma impressão de Paulo Freire muito boa, até 5 anos atrás, porque, meu, se você ouvir falar de Paulo Freire, só houve falar bem, todos professores...revolucionário... revolucionou nosso método de educação. É impressionante como nossas crianças e adolescentes adoram Paulo Freire... inclusive tem uma lei de 2012, a lei 2612 que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira.

Ele é um cara ali completamente controverso. Paulo Freire é uma farsa, tudo o que ele fez, na verdade, nesse livro mostra isso muito bem. Ele não criou nada, não revolucionou nada. Tudo que ele supostamente inventou, já tem em literatura clássica, já existe isso.

Enquanto os grandes educadores têm como o objetivo o aprimoramento do aprendizado do indivíduo, eles querem te melhorar como indivíduo, o que o Paulo Freire fez, utilizando sua experiência com adultos, com a alfabetização de pessoas já adultas, foi coletivizar uma consciência “crítica” e usar isso como moeda política. Ele falava isso, abertamente, que você tinha de usar a educação como meio de revolução. [...] (Arthur do Val-Mamãe Falei)

SDa6 Terrorismo cultural é esse que leva os grandes órgãos formadores da opinião pública democrática a não informarem o público sobre o perigo da infiltração comunista no quadro de uma guerra fria declarada; é esse que quer inverter as posições e colocar professores, submetidos ao terror organizado, a receberem ordens e orientação de seus alunos; é esse que ameaça as bases da cultura universitária e apresenta o governo de um país como o inimigo da Pátria, e os subversivos e apátridas como seus salvadores; é esse que distorce os fatos, evita diálogos, estudos conjuntos e cooperação para as reformas do governo, e aponta como redentor o tortuoso caminho do terrorismo, da subversão, da luta fratricida, que só beneficia o inimigo da Pátria. (Sumário contra o Comunismo 02/1973)

SDb6 Como é você irá se surpreender que Os livros do MEC hoje sejam completamente doutrinadores? Tá aqui a origem da doutrinação. Nosso patrono da educação é um doutrinador. É um doutrinador. [...]

Já que Paulo Freire é marxista e nega qualquer tipo de diferença de classes, ele nega a autoridade do professor. Não existe o professor saber mais e o aluno saber menos. Eles precisam, ali juntos, no mesmo nível hierárquico, um aprender com o outro. Isso é um absurdo. (Arthur do Val-Mamãe Falei)

Compreende-se que o conservadorismo (neo)liberal é a ideologia que irá prevalecer no Sumário, por ter seus sentidos se sobrepondo a outros; interditados. O discurso conservador renova seus enunciados por meio de uma memória discursiva que se manifesta em diferentes materialidades linguísticas. Estes sentidos são apanhados, reformulados e dispersos, para assim se filiarem a formações discursivas por meio da interdiscursividade. Um exemplo disso é que através de processos ideológicos discursivos, o conservadorismo se refrata nos vídeos do *youtuber* Arthur do Val ao tratar do movimento Escola sem Partido, mais especificamente de Paulo Freire, que seria, então, um dos precursores da escola ideologizada.

- ...**mentiras** flagrantes são impostas como verdades incontestáveis [...] o maior inimigo poder apresentar-se como a taboia de salvação para a Pátria. (*Sumário contra o Comunismo*002/1973)

...se você ouvir falar de Paulo Freire, só houve falar bem, todos professores...revolucionário... revolucionou nosso método de educação. [...]Paulo Freire é uma farsa, tudo o que ele fez, na verdade, nesse livro mostra isso muito bem (Arthur do Val)

- ...o perigo da **infiltração comunista** no quadro de uma guerra fria declarada; **é esse que quer inverter as posições e colocar professores, submetidos ao terror organizado, a receberem ordens e orientação de seus alunos.** (*Sumário contra o Comunismo*002/1973)

Já que Paulo Freire é marxista e nega qualquer tipo de diferença de classes, ele nega a autoridade do professor.(Arthur do Val)

- ... aponta como redentor o tortuoso caminho do terrorismo, da **subversão**, da luta fraticida, que só beneficia o inimigo da Pátria.(*Sumário contra o Comunismo*002/1973)

*...o que o Paulo Freire fez[...] foi coletivizar uma **consciência “crítica”** e usar isso como moeda política. Ele falava isso, abertamente, que você tinha de usar a educação **como meio de revolução.***(Arthur do Val)

Vê-se, portanto, em ambos registros, uma arquitetura discursiva inclinada para julgamento e para depreciação. Elege-se um inimigo que deve ser combatido e desqualificado. A ele são atribuídas características pejorativas como a **mentira** no Sumário e a *farsa* no vídeo, impondo a esse inimigo o crivo e a força que estas palavras carregam consigo em sua historicidade. Por meio de paráfrases, em

ambos os registros, é descrito que os professores sofrem a influência comunista, e assim, perdem a capacidade de exercer sua função, pois, no Sumário, o regime **inverte as posições e colocam professores, submetidos ao terror organizado, a receberem ordens e orientação de seus alunos**, assim como nos vídeos, a docência aparece preconizada por *Paulo Freire*, classificado como *marxista*, que *nega a autoridade do professor*. Por fim, a **subversão** do regime militar é (re)significada em expressões como fomentar *a consciência “crítica”* e educar *como meio de revolução* no enunciado do *youtuber*.

Ademais, um arquivo, qualquer que seja, representa uma instituição que congrega em seu funcionamento aspectos políticos, técnicos e éticos. Em qualquer arquivo se inscreve a historicidade de uma política de silenciamento (ORLANDI, 2007) resultante das condições históricas e ideológicas de sua institucionalização e de sua inserção nas redes de memória. Assim, na organização de qualquer arquivo há sentidos, colocados para serem lidos e repetidos e há também sentidos recalcados, silenciados, interditados.

Há, nos excertos a cima (SDa5 e SDa6), a tentativa de (re)significar o termo terrorismo cultural. Se há um novo significar, pressupõe-se, a existência de uma outra narrativa que outrora definiu o termo terrorismo cultural, logo está implícito também que esta narrativa produz outros sentidos os quais estão filiados a outras formações ideológicas. Tem-se, assim, sentidos de uma memória em deslocamento, fenômeno que se coaduna a uma contribuição de Pêcheux (2015, p.39) quando o autor se refere à memória como espaço móvel de retomadas, de deslocamentos, de réplicas e de conflitos de regularização.

Então, o que houve com os outros sentidos referentes ao terrorismo cultural? Para que novos sentidos sejam possíveis se esquecem, apagam-se outros; ainda assim, alguns são estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados (ORLANDI, 2015, p.56).

No processo de silenciamento, vê-se a manifestação da censura. A censura que interdita sentidos possíveis, que impede que o sujeito ocupe certas posições sociais. Compreende-se sua atuação como fato heterogêneo, pois ela pode resultar de processos mais ou menos conscientes e que se reportam a diferentes ordens: política, moral, estética, etc. (ORLANDI, 2007, p.104). Nas SD em questão, há

juízos com características depreciativas nos quais a interdição de outros sentidos é marcada pela reiteração do pejorativo, e uma regularidade de dizeres possíveis que se impunham a outros interditos, silenciados.

Nas SD referentes ao Sumário de 1973, não é posto que, no contexto em que estes sentidos são enunciados, são os militares que detêm o poder. Eles que influenciam as organizações de ensino, sobretudo, as de ensino médio e fundamental. São eles que impunham, por força do decreto Decreto-lei nº 869, disciplinas como EMC (Educação Moral e Cívica), OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e EPB (Estudos do Problemas Brasileiros), no ensino fundamental, médio e superior, respectivamente. Disciplinas cujo programa de ensino, servia para domesticação do comportamento dos estudantes e para perpetuação da ditadura como sistema político brasileiro, a fim de combater

a ideologia dos “inimigos internos”, que estariam infiltrados e misturados aos cidadãos do país. Como potencialmente todos eram inimigos, a doutrina promovia um clima permanente de medo. Nesse sentido, as fronteiras não eram mais territoriais, como no passado. As fronteiras eram ideológicas e fluidas. O front de batalha não era mais localizado na concretude das trincheiras, mas nos espaços em que o “inimigo interno” atuasse – inclusive na sala de aula (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2020).

Vale ressaltar, que grande parte dos meios de divulgação e de fomento à cultura estava de posse do governo militar. Exemplo disso foi a Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima -, e vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e como braço do Instituto Nacional do Cinema (INC), que determinava quais e que tipo de filmes seriam produzidos e distribuídos. Contudo, suas ações foram alvo de críticas também silenciadas, pois houve uma forte campanha de oposição a empresa, acusada, principalmente, de clientelismo, de desperdício e de má administração. Vale ressaltar, neste sentido, o papel da censura na manifestação deste “terrorismo cultural” que propiciou silenciamentos, apagamentos e esquecimentos na superfície de texto.

Então, sentidos possíveis, historicamente, viáveis foram politicamente interditos. Essa impossibilidade, posta pela censura e pela força, naturaliza-se e funciona como pré-construído. É interdito, portanto, enunciados cujos sentidos apontem o Governo Militar como

autor do terrorismo cultural. Foram assim desmoralizados, inviabilizados, de-significados, postos fora do discurso (ORLANDI, 2015, p.57). Não se trata, contudo, de uma posição entre o sentido verdadeiro e sentido falso, mas do sentido imposto e do sentido recusado, sejam quais forem (ORLANDI, 2007, p.109).

Sentidos, assim, foram silenciados, censurados, para que não haja um já dito, um já significado constituído nessa memória de tal modo que isso tornasse a partir daí, outros sentidos possíveis. Há faltas - não falhas - de tal modo que eles não fazem sentido, colocando fora do discurso o que poderia ser significado a partir deles e do esquecimento produzido por eles para novos sentidos aí significassem (ORLANDI, 2015, p.59), impedindo que certos sentidos hoje possam fazer (outros) sentidos.

Então, sentidos rechaçados são censurados de tal forma que não é fácil encontrá-los refletidos nas ações sociais. Outros sentidos de terrorismo cultural ficaram impedidos de significar, do mesmo modo que o sentido de resistência, de liberdade, de rompimento com as normas impositivas do Estado. Contudo, o que foi censurado não desaparece completamente. Ficam seus vestígios, uma espécie de discursos em suspenso relacionados a outro saber discursivo, a outra memória do dizer.

Neste contexto, discursos silenciados, na história recente do país, precisam ecoar seus sentidos e expor suas ideologias, uma vez que, para Pêcheux (2014), o discurso é prática social. A sociedade brasileira, e suas diferentes formas de representação, pode se enriquecer por meio de uma agenda que leve em consideração, efetivamente, os direitos humanos e por meio de ações que compartilhem oportunidades para os diferentes grupos sociais. É imprescindível que as vozes silenciadas de outrora, sejam hoje presentes a fim de constituir uma heterogeneidade ideológica que se refletirá em uma sociedade mais tolerante na qual movimentos sociais legítimos não sejam criminalizados, por exemplo.

De outro modo, o intenso trânsito do discurso conservador promove consequências para sociedade. A partir da reascensão do conservadorismo, condições sociais são forjadas para o retorno de práticas autoritárias e reacionárias promovidos por diferentes setores e grupos sociais. Corre-se, assim, o risco da naturalização da intransigência institucionalizada, da violência como linguagem e da reprodução de ações intolerantes sob o pretexto de defesa de valores morais.

Referências

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- DUCROT, Oswald. **O Dizer e o dito**. São Paulo: Editora Pontes, 1987.
- GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- IBOBE. **Pesquisa**. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/pesquisa-ibope-comprova-que-brasileiros-estao-mais-conservadores/>>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. **Educação básica: doutrina de educação básica nas escolas**. 2020. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/educacao-basica/>> Acesso em: 10 jul.2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas, Pontes, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**. Campinas, Unicamp, 2007
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**. Campinas, Pontes. 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

LÍNGUA FASCISTA, DISCURSO CONTRADITÓRIO: AINDA SOBRE BOLSONARO¹

Lucas Nascimento²

Mas a língua, como desempenho de toda linguagem,
não é nem reacionária, nem progressista; ela é
simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir
de dizer, é obrigar a dizer.

Assim que ela é proferida, mesmo que na
intimidade mais profunda do sujeito, a língua
entra a serviço de um poder. Nela,
infalivelmente, duas rubricas se delineiam: a
autoridade da asserção, o gregarismo da
repetição.

(BARTHES, R. Aula. São Paulo: Cultrix, 2007. p. 14).

Introdução

Como anunciado em notas de rodapé n. 8 e n. 9, do artigo publicado recentemente pela Revista da ABRALIN³ (Associação Brasileira de Linguística), intitulado: “Discursos preconceituosos, corpos discriminados: O estranho espelho de *“quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade – diz Bolsonaro”*”, abordarei o prometido: o funcionamento discursivo de “vir ao Brasil fazer sexo com mulher”, a banalização do sexo e do estupro em “fique à vontade” e a contradição excludente sexista em “Não podemos ser país do mundo gay, temos família”. Com essas enunciações, as análises estarão investidas em reflexões com base no atravessamento das seguintes perguntas de Michel Foucault (2006,

¹ Este texto pertence ao projeto de pesquisa ‘Corpo e Discurso’ fomentado pelas parcerias CNPq e CNRS.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som/LABEDIS, do Museu Nacional/UFRJ. Coordenador da coleção “Análise do Discurso e Ensino” (CNPq) pela editora Mercado de Letras. E-mail: drlucasdonascimento@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4627-8991>.

³ Ano 2020, volume 19, número 1 (<https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1>).

p. 8): “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”

Este trabalho está filiado à Análise do Discurso e aos autores Pêcheux, Foucault, Barthes e Courtine. Os enunciados de nossas análises são “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade” e “Não podemos ser país do mundo gay, temos família”, afirmações de Jair Messias Bolsonaro, durante café da manhã com jornalistas, em 25 de abril de 2019, em Brasília-DF. Argumento em relação à expressão *fique à vontade*, que abre fissuras na imagem da mulher brasileira e a simboliza como produto consumível ao turismo sexual do país. Também argumento em relação ao *temos família* (como se o gay não viesse de uma ou não pudesse formar uma família). As expressões trazem a liberdade ao homem turista heterossexual⁴ em funcionamento de política de sentido para o turismo sexual⁵ e para a negação de sexualidade do homem homossexual⁶, como exclusão sexista e afirmação homofóbica. O discurso de Bolsonaro corrobora com a imagem de Brasil turístico nas publicidades da EMBRATUR⁷.

Passemos à breve leitura, a seguir, sobre as condições de produção dos enunciados bolsonaristas.

As condições de produção: “O café da manhã com jornalistas”

Antes de passarmos à leitura de nosso primeiro material selecionado, consideraremos as condições de produção do veículo de

⁴ “Heterossexual” se refere ao sujeito que tem atração sexual e/ou romântica entre indivíduos de sexos opostos.

⁵ O contexto histórico nos mostra a herança da exploração sexual, pelo turismo sexual, comercialização e prostituição desde o colonialismo. No Brasil, Gilberto Freyre, na sua obra *Casa Grande & Senzala*, de 1961, no primeiro tomo, dedica um dos primeiros capítulos à descrição do relacionamento do colonizador com as índias, lembrando a figura mitológica da “moura encantada” de longos cabelos negros a se banhar nos rios. No segundo, o capítulo “O escravo negro na vida sexual e da família do brasileiro” descreve as relações dos colonizadores com as escravas negras e com as índias. Afirma (1961, p. 440): “não há escravidão, sem depravação sexual”. Confira também Braga (2015).

⁶ “Homossexual” se refere ao sujeito que tem atração sexual e/ou romântica entre indivíduos de mesmo sexo.

⁷ Confira Nascimento (2020); Embratur (2019a; 2019b); Kajihara (2010).

comunicação em que a reportagem foi publicada. No ar desde setembro de 2009, *Pragmatismo Político* se consolidou como um dos maiores sites de notícias e opinião do Brasil. “Com zelo, responsabilidade jornalística e independência editorial, o espaço se destaca por fomentar debates e reflexões que estimulam o senso crítico” (cf. a seção “Quem Somos”, do site do *Pragmatismo Político*). Mesmo abrangendo leitores com alto grau de escolaridade, as discussões mais assíduas e profundas em *Pragmatismo Político* não estão restritas aos intelectuais, aos jornalistas, aos professores, enfim, aos cidadãos de pensamento mais elaborado. As pessoas de compreensão mais comum também têm acesso às formas mais sintéticas de argumentação, pois a dialética não é por si mesma hermética; pelo contrário, sobrevive nas articulações mais singelas. As pautas estão centradas em questões que integram a esfera da sociabilidade humana, como: cultura, educação, comunicação, saúde, história, políticas públicas, direitos humanos, economia, filosofia, fotografia/arte, geopolítica, política partidária, entre outros.

Passemos à leitura (conforme *print*) da seção de redação “Mulheres Violadas”.

Figura 1: Mulheres Violadas

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraíso-gay.html>

Redação Pragmatismo
Editor(a)

MULHERES VIOLADAS 26/ABR/2019 ÀS 13:53 COMENTÁRIOS

[Compartilhar](#) [Twitter](#)

"Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade", diz Bolsonaro

Brasil não é "paraíso gay", mas "quem quiser vir fazer sexo com mulher, fique à vontade", diz Jair Bolsonaro. Presidente acrescentou: "Não podemos ser país do mundo gay, temos famílias". Comentário gerou reações

A photograph showing Jair Bolsonaro in the center, smiling broadly and laughing. He is surrounded by other men in suits, some of whom are also smiling or laughing. They appear to be in a meeting or a press conference setting.

Fonte: Redação Pragmatismo Político, 26 abril 2019 (Foto: Marcos Correa/PR).

Na sequência da fotografia vista acima, o leitor encontra a continuidade da reportagem com destaques da própria edição:

"Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro".

A frase acima foi dita pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) durante café da manhã com jornalistas de diversos veículos de comunicação do Brasil nesta quinta-feira (25).

O presidente foi questionado sobre a **recusa do Museu Americano de História Natural de Nova York em sediar um evento para homenageá-lo**. A instituição classifica Bolsonaro como homofóbico e racista.

"Não é o museu que está me homenageando. O que houve foi pressão do governo local que é Democrata e eu sou aliado do (presidente dos EUA) Donald Trump", disse Bolsonaro.

Ele afirmou que, em novembro de 2009, começou a "tomar pancada do mundo todo" ao acusar o kit gay. *"Eu comecei a assumir essa pauta conservadora. Essa*

imagem de homofóbico ficou lá fora”, disse, afirmando que isso não prejudica investimentos. “*O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias*”, disse.

Em seguida, o presidente proferiu a frase destacada no início deste texto.

Fonte: Mulheres Violadas (Redação *Pragmatismo Político*, 26 abril 2019, destaques do editor).

“Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade” (enunciado 1 – E1) e “Não podemos ser país do mundo gay, temos família” (enunciado 2 – E2) foram afirmações de Jair Messias Bolsonaro durante café da manhã com jornalistas de jornais e TV. Esses enunciados não preservam a memória das mulheres de nossas regiões brasileiras, assim como não preservam também a dos gays. Nossa argumentação está em relação ao estranhamento⁸ e/ou contradição do discurso (*mulher, gay, família*) de Bolsonaro, em café da manhã com jornalistas, em 25 de abril de 2019. Então, já vimos, inicialmente, que trabalharei com três formações discursivas dominantes (ou em dominância), ao menos: FD mulher, FD gay e FD família.

Se considero que os dois enunciados selecionados **não** remetem a mesma FD, considero que são produzidos a partir de *posições-sujeito diferentes*. Enquanto um afirma *fique à vontade*, o outro enunciado nega *não podemos*, [porque] *temos*. Entendo, com isso, que esses enunciados se relacionam também diferentemente com a ideologia, assim produzindo efeitos de sentido distintos (efeitos em contraste!).

Convido o meu leitor para considerarmos as paráfrases, a seguir. *Você está autorizado a vir ao Brasil fazer sexo com mulher* (paráfrase 1 – P1) e *Você não está autorizado a vir ao Brasil fazer sexo com homem* (P2), a partir do enunciado “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade” (E1), em condições de produção em que o presidente Bolsonaro “foi questionado sobre a **recusa do Museu Americano de História Natural de Nova York em sediar um evento para homenageá-lo.**” (esclareço que não tratarei dessa recusa e de suas condições de produção, aqui). As possíveis paráfrases mobilizam saberes cristalizados normativamente por meio da História (daquela tradicional, que contam nos livros didáticos disponibilizados para os escolares): *homem faz sexo com mulher*. Estabilizado historicamente, principalmente pelo cristianismo, este sentido é diverso de outros.

⁸ Na esteira de Pêcheux (2009).

Trata-se, com isso, de enunciado proferido por uma posição-sujeito heterossexista.

O tal enunciado (E1) se inscreve no interior de uma formação discursiva (FD): a da heteronormatividade⁹. Dizendo diferentemente: o processo discursivo do E1 trabalha a partir da modalidade de uma palavra pela outra, produzindo o efeito de sentido, que é o que ocorre no âmbito da matriz de sentido dessa FD. Sabendo que *um efeito de sentido é tomado pelo outro efeito de sentido*, há a ocorrência de estabilização de sentidos em *homem faz sexo com mulher*. Esse sentido não está autorizado ao deslizamento para o sentido *Você está autorizado a vir ao Brasil fazer sexo com homem*. Se esse “Você” estiver destinado ao locutor homem, o que de fato está, uma vez dada como verdadeira a heterossexualidade do locutor, Bolsonaro se refere à exclusiva matriz sexual considerada. Por isso, as paráfrases 1 e 2 do parágrafo acima são possíveis. Com isso, vejo que o E1 e as duas paráfrases apontam para o modo como os lugares de memória funcionam discursivamente. Percebo pelo trabalho do sentido sobre o sentido, que instaurou um movimento de identificação em relação aos saberes da FD da Heteronormatividade¹⁰: o locutor e o interlocutor (Você) são heterossexuais.

Ou seja, os saberes desse domínio de conhecimento estão estabilizados e não estão em condições de serem interrogados, por exemplo. Isso porque há a *contraidentificação*¹¹ com a homossexualidade, como vimos no E2 (“Não podemos ser país do mundo gay, temos família”). Assim, paráfrases como *Você está autorizado a vir ao Brasil fazer sexo com homem* (paráfrase 3 – P3) e

⁹ “Heteronormatividade” (do grego *hetero*, “diferente”, e *norma*, “esquadro” em latim) é um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Isto inclui a ideia de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea; que relações sexuais e maritais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes; e que cada sexo tem certos papéis naturais na vida (RICH, 1980; WARNER, 1991). Chambers (2003a; 2003b; 2005) se referiu como conceito que revela as expectativas, as demandas e as restrições produzidas quando a heterossexualidade é tomada como normativa dentro de uma sociedade.

¹⁰ Cohen (2005, p. 24) define a *heteronormatividade* como a prática e as instituições “que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’ dentro da sociedade”.

¹¹ Confira Pêcheux (2009).

Você não está autorizado a vir ao Brasil fazer sexo com mulher (paráfrase 4 – P4) não são possíveis na posição-sujeito do locutor Bolsonaro. Essas paráfrases são impedidas de existência, se considerados os enunciados 1 e 2 e os sentidos constituídos em suas formulações. Essas formulações/constituições¹² são inteiramente de responsabilidade do seu locutor, no caso, Bolsonaro. Tanto podemos considerar como verdadeiro o que acabara de ser dito que “A instituição classifica Bolsonaro como homofóbico e racista.” (Mulheres Violadas, Redação *Pragmatismo*, 26 abril 2019).

Esses funcionamentos discursivos acima podem ser considerados como lugares de memória. Pierre Nora (1984) funda esse conceito como a apresentação da memória sob a forma de objetos, instrumentos, instituições, documentos, traços vivos constituídos no entrelaçamento do histórico, do cultural e do simbólico. “Esses lugares de memória permitem avaliar a diferença que se estabelece entre o *processo parafrástico*, que ocorre no âmbito de uma matriz de sentido, e o *efeito parafrástico*, que se instaura pela autorização de uns e desautorização de outros saberes produzidos, a partir de posições-sujeito, inscritos em uma mesma FD”. (NASCIMENTO, 2020, p.8-9).

Na contraidentificação sinalizada pelo locutor no enunciado E2: “Não podemos ser país do mundo gay, temos família”, instaura-se uma relação de tensão com o E1: “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade”. A relação estabelecida desses dois enunciados é muito mais da ordem do preconceito e da discriminação do que de qualquer outra ordem discursiva¹³ ou desordem discursivas¹⁴. Essa minha afirmação é cabível se assegurar que as paráfrases 3 e 4 não são possíveis, em se tratando de a posição-sujeito do autor dos enunciados 1 e 2. Nesse passo, interessa-me perceber os sentidos cristalizados que podem se repetir, como o machismo, a intolerância, o turismo sexual, de modo a reaparecerem exatamente pela forma do preconceito e da discriminação sexistas. Pela força de serem repetidos e em função das condições de produção em que essa repetição ocorre, os sentidos vão se tornando tensos, de modo em que os contradiscursos os ressignificarem na

¹² Confira Orlandi (2005).

¹³ Confira Foucault (2006).

¹⁴ Confira Milanez, Gaspar (2010).

tentativa de produção de sentidos ao avesso de discursos preconceituosos e discriminatórios¹⁵. Ou seja: a regularização de os sentidos decorrentes da repetição de lugares de memória (já cristalizados, como vimos mais acima) está sempre na tentativa de impedimento da movência desses sentidos, para que se evite a possibilidade de contradição no interior da própria FD.

Em se tratando de análise ao nível de enunciado, o perigo reside na proliferação discursiva (FOUCAULT, 2006) da expressão *fique à vontade*, que, no mínimo, abre fissuras na imagem da mulher brasileira e a simboliza ao turismo sexual do país. Falo de fissuras na figura daquela mulher heterossexual que compõe a família cristã nacional (aqui, já se trata de matriz de sentido de FD família). A expressão coloca em circulação ao menos duas políticas de sentidos: (i.) *a liberdade concedida ao homem heterossexual turista para o turismo sexual com mulheres brasileiras*; e (ii.) *a negação estabelecida para o impedimento da liberdade ao homem heterossexual e ao homem homossexual turista para o turismo sexual com homens homossexuais brasileiros*. Essas políticas de sentidos podem estar representadas por lugares de memória que têm em seus espaços o machismo e o prestígio da heterossexualidade, estabelecidos a partir de garantias à exclusão sexista e à afirmação de homofobia¹⁶.

Convido você a passarmos à seção em que se encontram análises de “fique à vontade” a “temos família”, sequências discursivas daquela posição-sujeito (jamais esperada¹⁷) de um Presidencial republicano.

¹⁵ Confira Piovezani (2020).

¹⁶ “Homofobia”: o termo foi criado por Michael Warner, em 1991, em uma das primeiras grandes obras sobre a teoria *queer*. O conceito possui raízes na noção de Gayle Rubin do “sistema sexo/gênero” e na ideia de Adrienne Rich de heterossexualidade compulsória (WARNER, 1991; RICH, 1980).

¹⁷ Espera-se (e eu espero... ou esperava!) a posição *democrática* de um presidente republicano. Nessa posição está a ordem discursiva de inclusão: da diversidade e do respeito, por exemplo.

De “fique à vontade” a “temos família”: a (des)ordem do fascio (fascismo)

A política moderna é um capítulo na história da religião. Tudo o que encontramos no mundo no início do milênio está repleto de vestígios de projetos utópicos que, embora enquadrados em termos seculares, negando a verdade da religião, foram, de fato, veículos para mitos religiosos. A tomada do poder bolchevique e nazista foram revoluções baseadas na fé tanto quanto a insurreição teocrática do Ayatollah Khomeini no Irã. (GRAY, 2007, p. 1-2).

O “temos família” registra a posição enunciativa bolsonarista de referência ao único modelo de família, aquela da consequente produção biológica (família heterossexual). A sequência discursiva entra em contradição na ordem perigosa do discurso tanto da sequência anterior (“Não podemos ser país do mundo gay”), quanto ao enunciado anterior (E1: “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade”). Digo “único modelo de família”, porque o sujeito está embebido de discurso “cristão” e de discurso “heteronormativo”¹⁸, que afirma a sequência da geração humana por genética reprodutiva de casal homem e mulher. Isso por si exclui outras formas (ou “modelos”) de constituição de família (homem e homem, mulher e mulher, casais poliamor¹⁹, entre outras comunhões conjugais e matrizes sexistas).

¹⁸ De acordo com Miskolci (2009), a heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade. A heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo para aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. É uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. Para Miskolci (2009), o estudo da sexualidade necessariamente implica explorar os meandros da heteronormatividade, tanto a homofobia materializada em mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, quanto a padronização heteronormativa dos homossexuais orientados.

¹⁹ Designação para a prática de vida conjugal, romântica e/ou sexual duradoura com dois ou mais parceiros. Os polimoristas podem estar livres de busca a alguém perfeito. O poliamor rompe com a ideia de abandono, traição e/ou medo da solidão. Os parceiros amorosos permitem mais honestidade, fidelidade e confiabilidade entre si. Ciúme possessivo está bloqueado, porque o sentimento de substituição não há. *Poliamor* é movimento surgido na década de 1980 nos Estados Unidos.

A contradição de “temos família” com “Não podemos ser país do mundo gay” e com “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade” se estabelece pelo funcionamento dos sentidos bolsonaristas, que:

Do E1: “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade”, tem-se:

(E 1.1) quem tem família pode “ficar à vontade” para “vir ao Brasil fazer sexo com mulher”;

(E 1.2) quem não tem família não pode “ficar à vontade” para “vir ao Brasil fazer sexo com mulher”;

(E 1.3) Não fique à vontade em vir ao Brasil fazer sexo com homem;

(E 1.4) Não fique à vontade em vir ao Brasil fazer sexo com casal gay;

(E 1.5) Para vir ao Brasil, você só pode ficar à vontade em fazer sexo com mulher;

(E 1.6) Para vir ao Brasil, você não pode ficar à vontade em fazer sexo com homem;

(E 1.7) Quem não quiser vir ao Brasil, pode ficar à vontade em fazer sexo com homem;

(E 1.8) Quem não quiser vir ao Brasil, pode ficar à vontade em fazer sexo com casal gay.

Do E2: “Não podemos ser país do mundo gay, temos família”, tem-se:

(E 2.1) Podemos ser país do mundo gay, quem não tem família;

(E 2.2) Não podemos ser país do mundo gay, quem tem família;

(E 2.3) Podemos não ser país do mundo gay, quem tem família;

(E 2.4) Podemos ser país do mundo gay, não quem tem família;

(E 2.5) Podemos ser país do mundo não gay, quem tem família;

(E 2.6) Temos família, não podemos ser país do mundo gay;

(E 2.7) Temos família, podemos não ser país do mundo gay;

(E 2.8) Temos família, não podemos não ser país do mundo não gay;

(E 2.9) Não temos família, podemos ser país do mundo gay;

(E 2.10) Não temos família, não podemos ser país do mundo não gay;

(E 2.11) Não temos família, podemos não ser país do mundo não gay;

(E 2.12) Quem tem família não pode ser país do mundo gay;

(E 2.13) Quem não tem família pode ser país do mundo gay;

(E 2.14) Quem não tem família não pode ser país do mundo não gay.

Das filiações discursivas do E1: “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade”, tem-se:

(E1.1+E2) “Quem não quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, não fique à vontade, pois não podemos ser país do mundo gay, temos família”;

(E1.2+E2) “Quem quiser vir ao Brasil não fazer sexo com mulher, não fique à vontade, pois não podemos ser país do mundo gay, temos família”;

(E1.3+E2) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo não com mulher, não fique à vontade, pois não podemos ser país do mundo gay, temos família”;

(E1.4+E2) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com homem, não fique à vontade, pois não podemos ser país do mundo gay, temos família”.

Das filiações discursivas do E2: “Não podemos ser país do mundo gay, temos família”

(E1+E2.1) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, pois não podemos ser país do mundo gay, temos família”;

(E1+E2.2) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, não podemos ser país do mundo gay, pois temos família”;

(E1+E2.3) Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, podemos não ser país do mundo gay, temos família”;

(E1+E2.4) Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, podemos ser país do mundo não gay, temos família”;

(E1+E2.5) Temos família, quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, não podemos ser país do mundo gay;

(E1+E2.6) Temos família, quem quiser não vir ao Brasil fazer sexo com mulher, não fique à vontade, não podemos ser país do mundo gay;

(E1+E2.7) Temos família, quem quiser vir ao Brasil fazer sexo não com mulher, não fique à vontade, não podemos ser país do mundo gay;

(E1+E2.8) Temos família, quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, podemos ser país do mundo não gay.

Diante das combinações semânticas, pode ser autorizada a existência de formação (ou formações) discursiva(s) pela legitimidade de ação formativa de um específico grupo discursivo, com base em enunciados legítimos, como pudemos ver acima (de 1.1 a 1.8; 2.1 a 2.14; E1.1+E2 a E1.4+E2 e E1+E2.1 a E1+E2.8), as seguintes: FD heterossexual, FD homofóbica, FD misógina e FD fomentadora de turismo sexual. Têm-se, então, afirmações e negações semânticas dessas FDs, porque descrevi alguns, descrevi certo número de enunciados semelhantes, em um conjunto de inscrições discursivas, de certo modo disperso em suas possibilidades, que definiram regularidades (heterossexualidade, misoginia²⁰, homofobia, fomento

²⁰ “Misoginia” é o ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres ou meninas. A misoginia pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a exclusão social, a discriminação social, a hostilidade, o androcentrismo, o patriarcado, as ideias de privilégio masculino, a depreciação das mulheres, a violência contra as mulheres e a objetificação sexual (CODE, 2000; KRAMARAE, 2000). A misoginia pode ser encontrada ocasionalmente dentro de textos antigos relativos a várias mitologias. Além disso, vários filósofos e pensadores ocidentais influentes têm sido descritos como misóginos (CODE, 2000). O sociólogo Allan G. Johnson afirma que “a misoginia é uma atitude cultural de ódio às mulheres porque elas são femininas.” (JOHNSON, 2000, p. 197).

ao turismo sexual), ou convenções, de formação – daí a noção de *formação discursiva*.

Foucault (2009, p. 43) revela seu conceito:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...).

Portanto, sobre as formações discursivas de homofobia e de misoginia, têm-se as seguintes conclusões, no mínimo:

(a) O turista heterossexual pode vir ao Brasil fazer sexo com mulher, à vontade;

(b) Temos família no Brasil, porque não somos país do mundo gay;

(c) O homem de país do mundo gay pode vir ao Brasil fazer sexo com mulher, à vontade, mas não com homem.

Sobre as formações discursivas de homofobia e de misoginia, têm-se o impedimento dos seguintes sentidos:

(1) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, pois somos país do mundo gay, temos família”;

(2) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, pois somos país do mundo gay, não temos família”;

(3) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com homem, fique à vontade, pois somos país do mundo gay, temos família”;

(4) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com homem, fique à vontade, pois somos país do mundo gay, não temos família”;

(1.1.) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, não fique à vontade, pois somos país do mundo gay, temos família”;²¹

(1.2.) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, não fique à vontade, pois somos país do mundo gay, não temos família”;

(1.3.) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com homem, não fique à vontade, pois somos país do mundo gay, temos família”;

²¹ A numeração 1.1 corresponde à filiação discursiva de 1, assim como 2.1 corresponde à filiação discursiva de 2, assim sucessivamente. A diferença está em seu sentido de negação (ao contrário do que se afirmou na matriz de sentido 1 – ocorrência realizada possivelmente também em 2.1, 3.1 ou em 4.1). Veja que há alteração principalmente nas sequências discursivas “não fique à vontade” e em “não temos família”.

(1.4.) “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com homem, não fique à vontade, pois somos país do mundo gay, não temos família”.

Uma vez mais, com as possibilidades de filiações discursivas e pensar com Foucault (2006), o perigo da proliferação do discurso está na ordem estabelecida por espaços de machismo (o *café da manhã com jornalistas*), com o prestígio da heterossexualidade – uma reunião praticamente repletas de homens –, com as garantias de exclusão de outras matrizes sexistas e, conseqüentemente, com a afirmação de homofobia e de misoginia. Para se ter uma formação discursiva proliferada – dada a sua condição de circulação do discurso, outras formações discursivas são refutadas, rejeitadas e até mesmo anuladas em sua condição de existência. Para se ter uma, outras deverão não existir. Do mesmo modo, para se ter um sentido, outros deverão não existir.

Nascimento (2020, p. 13) esclarece que, enquanto uns sentidos são formulados e constituídos, outros sentidos são refutados para a inscrição e autorização enunciativas. “Nesse funcionamento é o que temos em análise do discurso como alguns sentidos são refutados para que outros tenham a sua autorização e legitimidade, quando de suas inscrições na formação discursiva”. Isto é: quando algum sentido é refutado para a inscrição de outro, “a partir do funcionamento da memória discursiva que elege o que não pode ser dito na referida formação discursiva, a memória discursiva ainda nos demonstra que certos sentidos são esquecidos”. Vejamos que nos E1 e E2 de Bolsonaro, os sentidos de respeito, de tolerância, de diversidade e de inclusão são rejeitados para que os sentidos de machismo, de misoginia, de homofobia e de turismo sexual (prostituição, estupro, entre outros) fossem inscritos e, assim, disponíveis para a circulação discursiva, quando de sua fala naquele café da manhã com jornalistas. Com isso, a inscrição se deu pelo fato de que “a formação discursiva [é] aquilo que, numa formação ideológica, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Diante disso, certos sentidos (de respeito, de tolerância, de diversidade e de inclusão) não puderam ser atualizados, pois não chegaram a serem lembrados por assim não terem sua legitimação inscrita na existência enunciativa dos E1 e E2, de Jair Messias

Bolsonaro. Outros puderam ser produzidos no seio de uma FD autônoma, em função de administrações conjunturais e de decisões eleitas que assim os legitimaram para a inscrição nessa formação discursiva específica. Por exemplo, os sentidos inscritos na FD de heterossexualidade puderam ser ditos nessa FD, no entanto, não puderam ser autorizados nas outras FD: na FD diversidade, na FD respeito à mulher, na FD turismo não-sexual.

Foucault (2009, p. 83) ainda explicita que uma formação discursiva

não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára no tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.

Ainda sobre o enunciado (E1) bolsonarista, ele faz todo o sentido na formação discursiva heterossexual machista, misógina e discriminatória: “Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade”. Tanto esse **Quem quiser/fique à vontade** como aquele **temos família** estão preenchidos pela pessoalidade **turista** e **homem**, respectivamente. Com isso, as expressões ou as sequências discursivas destacadas no E1 são regularidades próprias de processos temporalmente constituídos na história pela memória discursiva do que significa **turista** e pela memória discursiva do que significa **homem**. Exatamente por isso é verdadeira a existência de *turista explorador*, *turista misógino*, *turista estuprador*, *turista homofóbico* como regularidades próprias de processos constitutivos desses sentidos na memória discursiva de **turista**. Do mesmo modo, é verdadeira a existência de *homem explorador*, *homem misógino*, *homem estuprador*, *homem homofóbico* como regularidades próprias de processos constitutivos desses sentidos na memória discursiva de **homem**. Como é verdadeira a existência de *turista respeitador*, *turista gentil*, *turista humanista*, *homem educado*, *homem simpatizante*, *homem tolerante*. Coloco em existência as articulações para *turista* e *homem* entre uma série de filiações semânticas, filiações de sentido (com implicaturas em políticas de sentido), para a compreensão e identificação dos processos para a formação

discursiva, dos processos de autonomia de cada sentido para a efetividade de constituição de e em uma **formação discursiva**.

Digo de outro maneira: para uma **formação discursiva misógina (FDM)** ser identificada é preciso de autonomia de sentido que a represente, sustente-a, fortalecendo a sua existência material. Exemplo: o sentido de ‘desrespeito à mulher’. Esse sentido estabelece a autonomia para a FDM. Seguimos: para uma **formação discursiva homofóbica (FDH)** ser identificada é preciso de autonomia do sentido de ‘desrespeito com a homossexualidade’. Esse sentido estabelece a autonomia para a FDH. Por conseguinte: para uma **formação discursiva turismo sexual (FDTS)** ser identificada é preciso de autonomia do sentido de ‘exploração sexual’, ‘sexo gratuito’, ‘sexo pago’, ‘prostituição’, ou ‘estupro’, entre outros. Esses sentidos estabelecem a autonomia para a FDH. Ao menos, de um sentido sustentáculo se pode ter a existência de uma FD.

A partir da fala de Bolsonaro, “à vontade” tem também o sentido de o sexo como comercialização, como algo pago pelos turistas. Além disso, a fala de Bolsonaro pode abrir precedente para a possibilidade de se conseguir sexo gratuito no Brasil, já que “à vontade” permite esse sentido (cf. Houaiss: “à vontade”: 1. sem constrangimento; livremente, a bel-prazer). Enquanto Presidente do país, assim sendo, Bolsonaro acaba “autorizando” tanto a prostituição quanto a possibilidade de sexo gratuito com mulheres brasileiras e, até mesmo, de estupro – algo de teor gravíssimo. Com essa posição bolsonarista, “devemos reconhecer que promover oficialmente a possibilidade de sexo, como atrativo turístico, é fazer pouco da nossa cultura” (BARRETTO, 2005, p.12).

Para Barthes (2003), por exemplo, a cultura é o que marca para o sujeito “estrangeiro” ir em busca de um destino turístico. As marcas estão pelo comportamento, ou pelo modo de vestir, em que visitantes e visitadas foram caracterizados ou identificados. São categorizações repletamente construídas por valores, hábitos, costumes e decisões em processos históricos. A cultura está constituída, representada, categorizada e materializada. A própria escuta do visitante se dá pelas diferenças, pela dispersão das linguagens, em que há sempre uma porção que ele mesmo não compreende. É possível que no que se encontra pelas diferentes culturas, a atividade turística seja a compreensão no que se refere ao

ser explorado e ao ser realizado, casos da exploração sexual e do estupro, do que se possa se tornar turístico do outro povo. Essas podem ser vias para o explorador, para o estuprador, para o preconceituoso, para o discriminador, para o racista, enfim...

Sobre o sentido de o sexo como comercialização, como algo pago pelos turistas, se deve ao fato de que “o turismo sexual não pode ser visto isolado do desenvolvimento do próprio turismo, sua existência está intimamente vinculada aos modelos de desenvolvimento da atividade historicamente constituídos” (SOARES DE BEM, 2005, p. 20), além de aspectos culturais, como afirmou Barreto (2005) e Barthes (2003). A circulação e o acesso a informações de diversas ordens promovidas pelo próprio Presidente de uma República, ou por campanhas publicitárias de turismo, facilitam a busca pelo sexo pago, além de colocar o seu país como peculiar diante de destinos em evidência, à parte do que já ele mesmo trata como o mais usual no mercado do sexo. No caso do *café da manhã com jornalistas*, as imagens do país, no exterior, resultam da reportagem jornalística e dos reflexos da televisão brasileira que, em seus programas, os conteúdos idealizam “um povo sensual” (BIGNAMI, 2002).

Vejamos que “sexo como comercialização” pode estar atrelado ao turismo sexual brasileiro, que, no intuito de evitar posições enunciativas como daquele Messias, o folheto “O que é que a Bahia tem”, do Centro Humanitário de Apoio à Mulher/CHAME (1998, p. 1), apresenta historicidade e alerta:

(...) sair de férias, conhecer outros lugares e, se possível, encontrar um Príncipe Encantado ou uma Cinderela para compartilhar momentos de lazer e de aventura é fantasia que povoa os sonhos de muita gente. O turismo sexual se alimenta desses sonhos. (...) historicamente, o turismo sexual surgiu como uma prática que se desenvolveu no sentido dos países ricos ou ‘centrais’ para os mais pobres.

Caso de alerta de folheto baiano, no que diz respeito ao turismo sexual estar para o mercado do sexo, justifica-se, porque “nas décadas de 1980, 1990 e 2000 os percursos dos turistas à procura de sexo se voltam para outros cenários, habitados por “novos” seres apetecíveis para o consumo do sexo (...)” (PISCITELLI, 2005, p. 286). Este autor sustenta que “nesse movimento, novas regiões-alvo, na América do Sul, tornam-se almejados destinos”. Nesse sentido,

Piscitelli (2006, p. 213) contextualiza que “(...) a sexualização que torna populações das comunidades receptoras alvo de consumo sexual no marco do turismo (...) expressa apenas uma diferença no estilo de estratégias de subordinação e no grau de exploração dos seres consumidos.” Sendo assim, mulheres corporificam “etnicidades e cores inferiorizadas” – com palavras do autor – como peculiaridades de atenção à curiosidade do turista, elemento-alvo para a escolha do destino “das férias” e para a fantasia da Cinderela se concretizar no mundo do explorador-fonte. Exatamente nessa direção que alguns estudiosos de discussões pós-coloniais sinalizam “haver uma nova onda de colonialismo surgindo nos países em desenvolvimento” (OPPERMANN, 1999). Por exemplo, Oppermann (1999) observa que as mulheres são alvo e parecem ser consumidas como outro recurso desses países em desenvolvimento.

Do sentido de o sexo como estupro, a formulação “fique à vontade” pode ter a constituição discursiva de que: (1) *Bolsonaro autoriza homem turista fazer sexo com mulher no Brasil*; (2) *O homem turista está autorizado a procurar mulher brasileira para sexo*; (3) *O homem turista pode ficar à vontade para sexo com mulher brasileira*. Entre outras formulações com constituições do sentido “estupro”, a circulação discursiva do E1 de Bolsonaro está para a recepção do turista homem de que a mulher brasileira está disponível sempre, como um produto de consumo, objetificado e prazeroso. Corpo feminino exclusivo ao bel-prazer de homem turista. Pode-se afirmar em “quem quiser” (E1) que se trata de homem heterossexual turista, porque o E2 afirma que “não podemos ser país do mundo gay, temos família” (E2). Se não podemos, nós brasileiros, ser “país do mundo gay”, o destinatário não pode ser homem *gay*, a não ser unicamente homem turista heterossexual. A autorização implica, então, em sexo como algo já posto à mulher brasileira, obrigatório e não-consensual, de modo em que pode se ter o coito forçado ou violado, acometida uma ação sexual envolvendo relação sexual ou outras formas de atos libidinosos realizados contra uma pessoa, mesmo sem o seu consentimento.

Para não se cometer estupro, são as mulheres brasileiras que podem dizer “sim” ao “vir fazer sexo com mulher”, não pode Bolsonaro (o locutor de E1 e de E2), porque ele não tem a autorização delas para que possa enunciar como enunciou. Além disso, Bolsonaro não é uma mulher, para que se possa dizer que estaria falando em

nome das mulheres brasileiras, ou que as representa. Não sei se bolsonarista, este em sua diferença, podemos exemplificar o caso João de Deus como autor do sentido de o sexo como estupro. Lembram dele? João – que de Deus não tem é nada – ficou à *vontade* e turistou espiritual e carnalmente com as mulheres que lhe procuravam no intuito de sua fama cura e carreira milagrosa. Centenas de vítimas e mais de 40 anos de impunidade marcam os crimes sexuais atribuídos a si. Um documento criado pelo Ministério Público de Goiás, em 2019, mostra o trauma das vítimas que acusam o *médium* de diversos tipos de violência sexual (CANDIDO, 2019). Ejaculação, masturbação, penetração, sexo oral, tentativas, toques, tudo para estar à *vontade* com suas pacientes espirituais. Respalado pela audácia e coragem, fez de João de Deus um criminoso. Como ficava quase sempre à *vontade*, viria a fazer sexo com as mulheres. Sem o consentimento delas – provavelmente, importunou, violentou, agrediu em prol de sexo.

Considerações finais

Neste texto, vimos o discurso político de Bolsonaro corroborar com um Brasil destino turístico sexual, misógino e homofóbico, por meio de liberdade para a exploração do corpo da mulher brasileira e por meio de a negação da homossexualidade como constitutiva do direito à *instituição de família*. Diante disso, a política bolsonarista é um capítulo na história de uma política fascista. O café da manhã com jornalistas, no dia 25 de abril de 2019, em Brasília-DF, foi reflexo das ideias já propostas para o Brasil ao longo de campanha e do atual mandato daquele Messias. Foi e está sendo repleto de vestígios de projetos utópicos que, embora enquadrados em termos militares e milicianos, negam a verdade do patriotismo, que, de fato, veiculam mitos fascistas. A tomada do poder pelos bolsonaristas e fascistas foi repleta de ações baseadas na direita, tanto quanto na insurreição autoritária de Carlos Brilhante Ustra, ou de Benito Mussolini.

Espero ter demonstrado, aqui, a luta por trapacearmos a língua fascista com a língua democrática. “Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*.” (BARTHES, 2007, p. 15). Permitir

ouvir a língua fora do poder é incluir a diversidade e é diversificar o respeito a todos, sem exceção. É permitir uma vivência com livros!

Ser anti-fascista tornou-se um estilo de vida, um modo de pensar e de vida. Para isso, é preciso agir para não nos tornarmos fascistas mesmo quando (sobretudo quando) acreditamos ser um militante revolucionário! É preciso liberar nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo! É preciso expulsar o fascismo que está incrustado em qualquer comportamento!

Os moralistas, machistas e fascistas vestidos de cristãos buscam os traços da carne²² que estão *alojados nas redobras da alma* – para lembrarmos de palavras de Foucault, em *Por Uma Vida Não-Facista*. Barthes e Foucault, por suas partes, espreitam os traços mais ínfimos do fascismo nos corpos. *Livrai as mulheres, os homens e o gays do mal!*

Prestando uma modesta homenagem a quem percorreu uma carreira constituída por livros e permitiu aos seus alunos vivências com o conhecimento, à Nadia Azevedo, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, com o presente texto, coloco-me em defesa da mulher brasileira e da diversidade: da Nadia, da Rosa (minha mãe), da Isadora (minha irmã), de todas, sejam elas as Enis, as Tánias, as Vanices, as Jandiras, as Marias, as Priscilas, os Jean Willys, os Thamis, as Maria Bethanias, as Martinálias... Enfim, tantas brasileiras e tantos brasileiros!

Nadia, que você tenha se desdobrada, eu imagino. Deixo os sentidos de ‘desdobrar-se’ e de ‘desdobrável’ pelas palavras de Adélia Prado, para você:

Com licença poética²³

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Carga muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e*

²² Confira Nascimento (2018; 2019).

²³ PRADO, A. Com licença poética. In.: PRADO, A. *Poesia Reunida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016. p. 17.

ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Agradecimentos

Agradecemos aos fomentos de pesquisas do CNPq/CNRS, para o desenvolvimento do projeto sobre “corpo e discurso”, da FAPERJ (Bolsa Nota 10/processo E-26/200.564/2018) e da CAPES (processo 88887.338262/2019-00). Agradecemos ainda a revisão de Wellington Felipe da Costa; à Fernanda Massi e ao Jacques Guilhaumou pelas sugestões atendidas.

Referências

- BARRETTO, M. Visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Revista Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, nov., 2004, pp. 133-149.
- BARTHES, R. **Como Viver Junto**. São Paulo: Martin Fontes, 2003.
- BARTHES, R. **Aula**. Tradução brasileira de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BIGNAMI, R. **A Imagem do Brasil no Turismo**. Construção, desafios e vantagem competitiva. São Paulo: Aleph, 2002.
- BRAGA, A. **História da Beleza Negra no Brasil**: discursos, corpos e práticas. São Carlos: Ed. UFSCar, 2015.
- CANDIDO, M. **João de Deus**: 45 anos de estupros e vítimas menores de 13 anos, 01 de março de 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/01/45-anos-dividem-primeira-e-ultima-vitima-que-acusa-joao-de-deus-de-estupro.htm> Acesso em: 31 julho 2020.
- CODE, L. **Encyclopedia of Feminist Theories**. London: Routledge, 2000.
- COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique. **Langages**, n. 62, juin, 1981.
- COURTINE, J.-J. **Análise do Discurso Político**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do Discurso Político**: derivas da fala pública. São Carlos: ClaraLuz, 2006.

COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. (Orgs). **História da Fala Pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis: 2015.

CORREA, M. Jair Bolsonaro durante café da manhã com jornalistas de jornais e TV, 26 abril 2019. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraiso-gay.html>. Acesso em: 01 maio 2020.

CHAME (Centro Humanitário de Apoio à Mulher). **O que é que a Bahia tem**. Salvador, BA, 1998. Folder.

CHAMBERS, S. A. Telepistemology of the Closet; Or, the Queer Politics of Six Feet Under. **Journal of American Culture**, 26 (1), 2003a, pp. 24-41.

CHAMBERS, S. A. **Untimely Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Presses, 2003b.

CHAMBERS, S. A. Revisiting the Closet: Reading Sexuality in Six Feet Under. In: MCCABE, J.; AKASS, K. (eds.). **Reading Six Feet Under**. London: I. B. Taurus, 2005.

EMBRATUR. **História**. 2019a. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/lai_embratur/opencms/acessoinformacao/menu/embratur/historia.html>. Acesso em: 1 maio 2019.

EMBRATUR. **Manual de Uso da Marca Brazil**. 2019b. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/estrutura/download>>. Acesso em: 1 maio 2019.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Olympio, 1961.

GRAY, J. **Black Mass**: apocalyptic religion and the death of utopia. Londres: Allen Lane, 2007.

JOHNSON, A. G. **The Blackwell Dictionary of Sociology**: A User's Guide to Sociological Language. Nova Jersey: Wiley, 2000.

KAJIHARA, K. A imagem do Brasil no exterior – Análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até 2008. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, v. 5, n. 3, art. 3, p. 1-30, 2010.

KRAMARAE, C. **Routledge International Encyclopedia of Women**. New York: Routledge, 2000.

MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. (Orgs). **A (Des)Ordem do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

MISKOLCI, R. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, UFRGS, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun 2009, pp. 150–182.

NASCIMENTO, L. Imagem cosmética, sintaxe imagética e posições identitárias: leitura de visualidades da G Magazine. In: BEZERRA, B. B.; CARVALHO, D. de M. (Orgs.). **Laços entre Comunicação e Educação**: reflexões sobre novas plataformas midiáticas e interferências estéticas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. pp. 118-153.

NASCIMENTO, L. **Insinuações da Carne**: Ordem da Imagem e Sentidos do Olhar – Por questões de leitura de fotografia digital da G Magazine. 288f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, L. Discursos preconceituosos, corpos discriminados: O estranho espelho de “*quem quiser vir ao brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade – diz Bolsonaro*”. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-32, 2020. Doi. org/10.25189/rabralin.v19i1

NORA, P. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

OPPERMANN, M. Sex tourism. **Annals of Tourism Research**, vol. 26, n. 2, 1999, pp. 251-266.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PIOVEZANI, C. **A Voz do Povo**: uma longa história de discriminações. Petrópolis: Vozes, 2020.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. pp. 163-252.

PÊCHEUX, M. **Lés Vérités de La Palice**. Paris: Maspero, 1975.

PÊCHEUX, M. et all. **Matérialités Discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. A forma-sujeito do discurso. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2009. pp. 145-168.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et. all. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999. pp. 43-52.

PÊCHEUX, M. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, J.-J. **Análise do Discurso Político**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. pp. 21-26.

PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação (a Análise do Discurso na França). In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. pp. 227-230.

PISCITELLI, A. Viagens e sexo on-line: a Internet na geografia do turismo sexual. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 281-326, julho-dezembro, 2005.

PISCITELLI, A. Gênero, turismo, desigualdades. In: PISCITELLI, A. **Turismo Social: uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

PRADO, A. **Poesia Reunida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, 5, 1980, pp. 631-60.

SOARES DE BEM, A. **A dialética do Turismo Sexual**. Campinas: Papirus, 2005.

WARNER, M. Introduction: Fear of a Queer Planet. **Social Text**, n. 29, 1991, pp. 3-17. Disponível em: <https://sgrattan361.qwriting.qc.cuny.edu/files/2010/09/warnerfearofaqueer.pdf> Acesso em: 02 agosto 2020

O MARXISMO CULTURAL E A AMEAÇA COMUNISTA NO BRASIL

Erasmus da Silva Ferreira¹

Dirce Jaeger²

Só há causa daquilo que falha.

Michel Pêcheux (1997 [1978])

Introdução

Michel Pêcheux (1938-1983) foi um filósofo francês de grande envergadura intelectual. Ligado ao Materialismo Histórico e, sobretudo, ao pensamento de Marx, Lacan e Althusser, o pensador desenvolveu uma Teoria do Discurso que tem em sua base de sustentação os processos que se coadunam na constituição do discurso: o sujeito, a ideologia, a língua, a história e a prática política. Iniciou suas pesquisas no início da década de 1960 como membro do centro de excelência – a Escola Normal Superior (ENS) – da *Rua d’Ulm* refletindo sobre a história das ciências, da epistemologia, da filosofia do conhecimento empírico e sai na defesa da transformação do modo de fazer ciência no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, principalmente quando instaura – através de uma forte aliança teórica com Canguilhem, Bachelard, Paul Henry e Michel Plon (1966) no Laboratório de Psicologia Social do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) –, uma ruptura epistemológica com o psicologismo social vigente à época.

Diante disso, Pêcheux passa a interrogar a Linguística imanente relativizando a autonomia de seu objeto por primazia [a língua] propondo a desconstrução das teorias linguísticas e elege, portanto, o discurso como espaço por excelência para o confronto do político com o simbólico, o histórico, o ideológico e o social. Com efeito, ao

¹Doutor em Linguística (UFPE). Professor Adjunto NEAD/UPE. Vice-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (GEPAD/UPE/CNPq). E-mail: ffpq.upera@gmail.com.

²Doutora em Linguística (UFPE). Professora Adjunta UPE e do Profletras UPE, campus Garanhuns. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (GEPAD/UPE/CNPq). E-mail: dircejaeger@hotmail.com.

longo da trajetória teórica de Pêcheux, observamos a formulação de uma crítica aguda às evidências do sentido através das verdades de *La Palice*, bem como a um sujeito idealista (intencional) que se reconheceria como a origem dos sentidos. Para o autor, ainda, a língua(gem) é um sistema sujeito à falha e à ambiguidade; propondo, com isso, que é na discursividade que podemos analisar a relação entre a língua e a história, inclusive as relações imaginárias e de poder na sociedade que nos ligam ao outro através do discurso. Defende, assim, que a ideologia é um fenômeno que se inscreve nas práticas discursivas – práticas políticas – dos sujeitos que são, ao mesmo tempo, interpelados por formações ideológicas e formações discursivas. Logo, entendemos que a materialidade singular da ideologia é o discurso e a materialidade específica deste último é a língua. Dito de outra forma, o discurso é, em última instância, a esteira onde se pode observar o funcionamento da relação língua-ideologia, sujeito-história, ideologia-inconsciente. Firmando-se na tese de que prefere intervir pelo fogo, Pêcheux não se curvou perante os caprichos da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise (campos de interlocução e de confrontos); muito pelo contrário, fomentou duras críticas a estes lugares teóricos através da “Tríplice Entente”: Saussure, Marx, Freud e propôs, portanto, uma teoria que se instaura em torno de um novo objeto: o discurso. Por isso, de saída, Pêcheux já define a Análise do Discurso como um campo profícuo para a leitura e a interpretação dos discursos através do dispositivo idealizado por ele e das próprias condições de produção dos discursos, ao mesmo tempo em que sutenta a ruptura com o pensamento científico ortodoxo da época e propõe um mecanismo analítico voltado para a consolidação de uma Teoria do Discurso que estava intimamente associada à ideologia e à luta de classes.

Pois bem, diante disso, a partir do arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso (doravante, AD) instaurada por Michel Pêcheux (2010 [1969]; 1997 [1978]; 2012 [1983a]) –, propomos aqui uma reflexão sobre a atualidade de certas materialidades linguísticas que passaram (e passam) pela resignificação de saberes produzidos para o *comunismo* e o *ser comunista* por meio de um jogo de projeções imaginárias que se constrói pelo viés do chamado *marxismo cultural* no âmbito da sociedade brasileira contemporânea. Para compreender tal funcionamento discursivo, partimos da

hipótese de que ainda existe um trabalho da memória social e discursiva sobre o comunismo para significá-lo por meio de uma formação ideológica que se fundamenta na criminalização, no deslocamento do lugar social do sujeito-comunista para o lugar social em que se inscreve o inimigo do Estado, produzindo, conseqüentemente, o apagamento e o silenciamento de outros sentidos para o ser comunista.

Tal engendramento segue produzindo politicamente e ideologicamente, via discurso, uma espécie de violência simbólica arquitetada sobre o outro desde a instauração do Golpe Civil-Militar de 1964 e, por conseguinte, a instituição de uma Ditadura Militar no Brasil. Atualmente, mais de cinquenta anos se passaram desde aquele outono fatídico de 1964, no entanto, muitas das ideias que financiaram o Golpe e, por tabela, toda a truculência do Regime Militar permanecem produzindo diferentes efeitos de sentido entre nós através de discursividades outras que circulam no âmbito da sociedade brasileira, sobretudo, através daqueles que pedem nas ruas – amparados na legitimidade constitucional da “liberdade de expressão” – uma segunda temporada daquele tempo sombrio.

Além disso, ao longo do trabalho, buscamos responder ao seguinte questionamento: como a retórica anticomunista é utilizada hoje para sustentar o chamado *marxismo cultural*? Partindo desse questionamento, o nosso objetivo é, pois, desconstruir – nos limites de nossa investigação – a arquitetura ideológica do chamado *marxismo cultural* no âmbito da sociedade brasileira por meio do batimento teórico-analítico. Em nossa busca, seguimos de perto a reflexão proposta por Mariani (1996 & 2019), Indursky (1997 [2013]), bem como dialogamos com a discussão apresentada por Althusser (1974; 1978; 2008; 2015 [1965]) sobre a questão da ideologia no cerne na teoria materialista do discurso, entre outros. O corpus discursivo está organizado de maneira documental através da mídia digital e, para iniciar o percurso analítico, recortamos sete seqüências discursivas (SD's) a partir dos discursos de representantes do governo atual (2019-2022). Após essa reflexão panorâmica, na próxima seção propomos refletir sobre uma questão central na Análise do Discurso e neste trabalho: a ideologia.

Entre a luta de classes e a contradição: a dupla face da ideologia

O tema da ideologia é muito caro à AD, uma vez que, conforme dito anteriormente, Pêcheux propõe o estabelecimento de uma teoria materialista do discurso. Advinda do terreno do marxismo, sobretudo pela filiação de Pêcheux ao pensamento de Althusser (1974), a noção passa por uma espécie de reconfiguração para compor a quadro epistemológico da AD. Nessa direção, a ideologia assume um papel relevante a partir do qual se passa a refletir sobre as relações estabelecidas na luta de classes e seus respectivos efeitos de sentido na prática política e discursiva. Althusser, por sua vez, rompe, em certo limite, com a ortodoxia marxista ao propor uma *leitura sintomal* da obra de Marx a partir, sobretudo, de *Lire le Capital* (1965).

Na sequência, por meio do pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux produziu dois artigos de grande impacto para a revista francesa *Cahiers pour l'analyse*: o primeiro, intitulado *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale* (Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente da psicologia social – 1966); o segundo, por sua vez, foi intitulado *Remarques pour une théorie générale des idéologies* (Observações para uma teoria geral das ideologias – 1967). Ambos os textos já traziam as preocupações iniciais que modelariam, em certa medida, toda a reflexão teórica empreendida por Pêcheux: por um lado, o interesse por uma teorização da ideologia enquanto prática que envolve os sujeitos e o discurso; por outro lado, uma crítica ferrenha à Psicologia Social. Por isso, de acordo com Paul Henry, “Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social” (HENRY, 2010 [1969], p. 12).

O empreendimento da luta de classes – em sua compreensão filosófica –, sustenta-se e retroalimenta-se através do mecanismo de contradição que é inerente a todo modo de produção que organiza a sociedade capitalista. Diante disso, Althusser, em *Pour Marx*, afirma que:

Para que uma contradição domine as outras, supõe-se que a complexidade onde ela figura seja uma unidade estruturada, e que essa estrutura implique a relação de dominação-subordinação assinalada entre as contradições. A dominação de uma contradição sobre as outras não pode ser, com efeito, para o marxismo, o fato de uma distribuição contingente de contradições diferentes num agrupamento que se tomaria por um objeto [...] A dominação não é um

simples fato indiferente, ela é um fato essencial à própria complexidade. É por isso que a complexidade implica a dominação como essencial a si: ela está inscrita na sua estrutura [...] É afirmar que o *todo complexo possui a unidade de uma estrutura articulada com dominante* (ALTHUSSER, 2015 [1965], p. 162-163, grifos do autor).

Nessa perspectiva, a contradição se instaura como um fenômeno necessário, isto é, constitutivo de todo processo que se ordena por meio da complexidade da luta de classes no âmbito da sociedade, inclusive influenciando a estruturação de toda produção discursiva que tem existência pelo recorte de diferentes formações discursivas presentes no interior do interdiscurso. Assim sendo, é possível defender a tese de que a contradição é um elemento essencial para a constituição dos discursos e, conseqüentemente, aos processos de significação e às formas de subjetivação no jogo da (des)identificação. Com efeito, a reflexão filosófica acima nos aponta que a luta de classes passa a ser compreendida a partir de um viés marcadamente político que, por seu turno, ordena as relações de produção e, sobretudo, a divisão de classes e as disputas pelo poder na sociedade. Por isso, no entendimento de Paul Henry, a luta de classes “[...] é de ordem política. Situar o conceito de classes nessa dimensão é expor-se à objeção de instituir lá, sob a categoria do político, um sujeito da história [...]” (HENRY, 1992, p. 127).

Para Marx, por seu turno, a ideologia está vinculada essencialmente à questão da relação entre classes o que – de certa forma – imobilizaria, por assim dizer, o pensamento marxista em relação à ideologia porque a desloca para um terreno negativamente (do engodo) ao desconsiderar as respectivas transformações existentes entre as classes sociais e defender a hegemonia da classe (ideologia) dominante na sociedade. Pêcheux, por outro lado, concebe a ideologia associada às condições de reprodução e transformação das relações de produção do modo capitalista, ou seja, o autor reconhece nos aparelhos ideológicos a capacidade de não somente reproduzir as condições de produção de um discurso, mas também de transformá-las. Dessa forma, compreendemos que, em sua dimensão filosófica, tanto a reprodução quanto a transformação são inerentes a todo modo de produção porque ambos os processos se ancoram na divisão de classes e, portanto, são

concebidos – assim como lemos em Althusser (1974) – através da luta de classes no interior da teoria marxista.

Althusser, em sua *Resposta a John Lewis* (1978), continuou problematizando a questão da relação entre ciência e ideologia, no âmbito do marxismo, quando defende que é:

Porque tratava-se aí, em face da ciência, de colocar em cena uma noção marxista muito importante, mas muito equívoca, e justamente no seu equívoco enganador da *Ideologia Alemã*, onde ela desempenha, sob uma única apelação indiferenciada, dois papéis diferentes, aquele de uma categoria filosófica de um lado (ilusão, erro) e aquele de um conceito científico de outro (formação da superestrutura): a noção de *ideologia*. [...] E, apesar de tudo o que eu dizia por outro lado sobre a função antes de tudo prática, social e política, da ideologia, [...] como utilizava (sob a caução da *Ideologia Alemã*) um único e mesmo termo, a importância que esperava de seu primeiro emprego, filosófica e incontestavelmente racionalista (= denunciar ilusões, erros), fazia objetivamente oscilar, nesse ponto, minha interpretação no teorismo (ALTHUSSER, 1978, p. 91-92, grifos do autor).

Pois bem, é também Tomas Herbert (Pêcheux) que propõe uma reflexão relevante ao instituir a problematização filosófica em torno da dupla forma da ideologia: a ideologia do tipo “A” e a ideologia do tipo “B”. Dessa relação o autor argumenta que:

[...] as ideologias de tipo “A”, a propósito das quais se exerce uma resistência local (uma ideologia tenta se pensar por uma ciência, produzir os efeitos dela e recolher seus benefícios), e as ideologias de tipo “B”, cuja resistência está estruturalmente ligada à estrutura da sociedade como tal, onde elas desempenham o papel de cimento (HERBERT-PÊCHEUX, 1995 [1967], p. 65).

Podemos compreender, diante desse duplo funcionamento da ideologia, que a ideologia do tipo “A” se instaura no campo técnico-científico, enquanto *forma empírica*, e a ideologia do tipo “B”, por seu turno, aponta para a prática política, enquanto *forma especulativa*, através das instituições sociais e os discursos sustentados por elas. Conforme podemos observar, embora exista uma distinção entre esta dupla modalidade de articulação da ideologia, as duas formas se atravessam e se constituem mutuamente, apesar de existir também uma certa relação de dominância ou predominância de uma forma sobre a outra na esfera social.

Daí o autor utilizar, a título de exemplificação, a relação entre *significado* e *significante*, instaurada por Saussure na constituição do

signo linguístico, para estabelecer que as operações entre “A” e “B” ocorrem em duas dimensões ou eixos: o paradigmático, que produz o efeito *metafórico* (instância do grupo *semântico* que estabelece “as normas enunciadas e praticadas” por uma sujeito inscrito em dada Formação Social), e o sintagmático, que produz o efeito *metonímico* (instância do grupo *sintático* que é determinado pelas organizações, instituições) (HERBERT-PÊCHEUX, 1995 [1967], p. 83-84). Reproduzimos o quadro a seguir para melhor visualização dessa diferenciação:

Quadro 1: Esquema da dupla forma da ideologia.

Designação do efeito de conhecimento	Ideológico “A”	Ideológico “B”
Origem do efeito	Técnico	Político
Forma da ideologia	Empirista	Especulativa

Fonte: Herbert-Pêcheux, 1995 [1967], p. 69). Adaptado por nós.

De todo modo, essa organização é, conforme o autor, apenas metodológica porque na prática as ideologias, a seu modo, imbricam-se e organizam a estrutura social.

É a partir da discussão precedente que, em *Semântica & Discurso* (1997 [1975]), Pêcheux nos apresenta, digamos, a reconfiguração da dupla-forma da ideologia através da distinção entre a Ideologia em geral e as ideologias. Segundo o autor, a forma da Ideologia é eterna e não deve ser confundida com a concepção de uma ideologia que se propõe dominante, bem como não se confunde com uma formação ideológica que é, por sua vez, constituída historicamente, ou seja, a Ideologia está para além da história, caracterizando-se como sendo a-histórica e imutável. As ideologias, por sua vez, têm sua própria história caracterizada por meio da luta de classes e relações de poder entre sujeitos na sociedade, representando, assim, um conjunto de ideologias particulares e recobrem um espaço de disputa entre uma ideologia que se afirma enquanto dominante e, a sua contraparte, uma ideologia que ocupa uma posição de dominada.

Daí falar-se, no âmbito da sociedade, cada uma a seu modo, de ideologia cristã, jurídica, discriminatória, racista, xenofóbica, moral, machista, feminista, petista, nazista, sexista, comunista etc. Entretanto, conforme nos lembra Pêcheux, só podemos conceber tais designações porque há, antes de qualquer cogitação, uma relação de posição (contraditória) entre as classes sociais, ou seja, uma relação que se institui justamente aí no ponto de batimento da

luta de classes. Por isso, quando afirmamos que um determinado aparelho ideológico é dominante na sociedade, estamos considerando, em primeira instância, o estabelecimento de uma ideologia que se torna dominante através do primado da luta de classes e das relações de poder na sociedade. Nesse sentido, Pêcheux nos ensina que:

[...] É a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que pode ser, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados [...] na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 159-160, grifos do autor).

Diante disso, Pêcheux esclarece que o sentido não se instaura no sujeito e nem é dado *a priori*, uma vez que o sentido é determinado pelas posições sociais ocupadas por sujeitos interpelados em dada conjuntura histórica e social. A rede ideológica construída, por meio das diferentes formações ideológicas, instaura o próprio discurso (e os sujeitos) que, por sua vez, estabelece e põe os sentidos em movimento. Por isso, a noção de sentido para a AD, em suma, também não escapa ao poder da ideologia. A ideologia, assim concebida, está intrínseca e materialmente associada ao inconsciente. O sentido que se instaura no discurso é, portanto, resultado da relação existente entre o indivíduo interpelado em sujeito desde sempre pela ideologia e perpassado pelo inconsciente. Para nós, portanto, é pela ideologia que passamos a categorizar o mundo onde estamos inseridos e, somente através dela, podemos constituir os valores axiológicos e os respectivos efeitos de sentido que se instauram no âmbito da sociedade.

Voltemos ao pensamento de Althusser a fim de aprofundar a questão. Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1974), o filósofo propõe algumas teses para pensar a constituição e o funcionamento da ideologia. Para o autor, os Aparelhos Ideológicos de Estado (doravante, AIE) e os Aparelhos Repressivos de Estado (doravante, ARE) exercem um controle explícito sobre os sujeitos no âmbito da sociedade. Tal

controle, por sua vez, pode ocorrer através de uma submissão espontânea (uma interpelação feliz) ou por meio de uma prática coercitiva (interpelação por imposição). Mas quem poderia representar tais aparelhos ideológicos na esfera social? Althusser nos autoriza a responder à questão quando define por AIE como:

[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Com todas as reservas que esta exigência implica, podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes: o AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas); o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares); o AIE familiar; o AIE jurídico; o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos); o AIE sindical; o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.); o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.) (ALTHUSSER, 1974, p. 43-44).

A partir do que precede, Althusser sustenta a ideia de que a organização da estrutura social é rigidamente controlada pelo Estado, de modo que não há “nenhuma alternativa” para o sujeito – atravessado pelo efeito de que é, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, livre e responsável por seus atos – a não ser a resignação diante do Estado onipotente e absolutamente dominante. Para o filósofo, os AIE e os ARE não se confundem, mas interligam-se e entrelaçam-se. O ARE impõe, por meio da coerção, a ideologia que constitui uma classe dominante na sociedade e a tarefa dele consiste, assim, em garantir pela força (física, jurídica ou simbólica) as condições políticas das reproduções das relações de produção que são, em última instância, relações de dominação e exploração. Diante disso, a principal diferença entre um ARE e um AIE é, segundo Althusser (1974, p. 46), que “o Aparelho Repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia”. Assim, enquanto os ARE tem por finalidade preservar e perpetuar a ideologia dominante (da superestrutura) por meio da coerção daqueles que se opõem a ela, os AIE (re)produzem (na base econômica ou infraestrutura) uma ideologia dominante por meio das diferentes práticas sociais.

Não obstante, Althusser elucida que determinar um aparelho exclusivamente ideológico ou repressivo apresenta suas ressalvas, uma vez que um mesmo aparelho pode ser atravessado, simultaneamente, pela ideologia e pela repressão em maior ou menor

grau de intensidade através das determinações histórica, das organizações sociais e políticas, ou seja, um ARE pode funcionar pela repressão – pela violência que lhe é própria por excelência – em primeira instância, mas funcionar em segundo plano através da ideologia. Podemos utilizar, como exemplo desse processo, a Ditadura Militar brasileira que funcionava pela ideologia-repressão e vice-versa. O mesmo processo acontece com os AIE que podem funcionar, em primeira instância, por meio da ideologia e, secundariamente, pela repressão.

Nesse ponto, reconhecemos o caráter inerentemente heterogêneo dos aparelhos institucionais e, conseqüentemente, dos discursos que são sustentados e legitimados por eles na esfera social. Assim, por exemplo, um discurso político pode ser concebido tanto por um AIE quanto por um ARE perante as condições de produção sócio-históricas. Os Aparelhos Repressivos contribuem, dessa maneira, para a perpetuação de suas próprias reproduções, assegurando, através da repressão, as condições políticas do exercício do poder por parte dos AIE. Entretanto, é importante recuperar Pêcheux (1997 [1975], p. 145) quando afirma que: “[...] os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante [...], mas sim que eles são seu lugar e meio de realização [...]”.

Diante disso, um AIE transforma-se num lugar que legitima institucionalmente o funcionamento da ideologia. Por essa razão, a ideologia é constituída através de uma relação imaginária dos sujeitos em posições sociais determinadas historicamente em suas condições reais de existência. Assim sendo, podemos sustentar, por exemplo, que é por meio do Estado, enquanto um AIE por excelência, que a classe dominante se institucionaliza, em seu modo de dizer, por meio da coerção e da repressão social, que, por seu turno, permite a ela (a classe dominante) exercer deliberadamente o poder de controle sobre parte da sociedade (as minorias sociais), tornando-a, dessa maneira, submissa à sua posição social. A relação entre os diferentes AIE é, nessa perspectiva, de desigualdade e subordinação, bem como as práticas sociais, incluída aí a discursiva, que lhes correspondem. Diante dessas considerações sobre a ideologia, passemos a seguir à reflexão sobre o *materialismo cultural* ou *marxismo cultural* para compreender o funcionamento do *corpus* que propomos analisar.

O marxismo cultural

Antes de enveredarmos pelos caminhos opacos do gesto de análise, vejamos, de modo geral, a gênese do termo *marxismo cultural*. Para compreender tal empreendimento, precisamos mobilizar, de certa maneira, o pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci sobre a *filosofia da práxis* (o marxismo). Antes disso, porém, considera-se que o termo se instaurou a partir do que se convencionou denominar de *bolchevismo cultural* [corrente marxista defendida por Lênin] que se caracterizou como um movimento reacionário que ganhou forte espaço durante o apogeu nazista. Diante disso, a retórica do *bolchevismo cultural* passou a ser utilizada pelos nazistas como inimiga dos valores sociais e culturais supostamente caros à Alemanha e que destruiria o capitalismo. Forma-se, então, uma frente ampla para denunciar as ideias modernistas consideradas arbitrárias e promíscuas no âmbito da Alemanha nazista.

Na sequência, no início da década de 1990, o *marxismo cultural* ganha força e espaço nos Estados Unidos através de uma corrente de pensamento alinhada com uma postura mais neoliberal (radical) naquele país. Diante disso, setores mais conservadores da sociedade – com forte inclinação político-partidária de direita ou de ultradireita – passaram a difundir o termo na sociedade americana e no mundo.

Pois bem, pelo viés daqueles que sustentam a existência de um *marxismo cultural*, tal expressão representa – conforme veremos na análise do *corpus* – uma estratégia para que uma sociedade saia de uma espécie de filosofia essencialmente capitalista e abrace uma ideologia comunista através da chamada *revolução cultural* que teria início com arte modernista no contexto alemão. Seja como for, tal jogo político-ideológico aponta para a subversão de valores à medida que defenderia – segundo os defensores da proposta – um projeto de implementação dos valores políticos da esquerda (do comunismo por paráfrase) sobre uma nação.

Dito isso, é preciso reforçar – segundo Fernandes (2000) – que o *marxismo cultural* apresenta uma ligação equivocada em relação ao pensamento filosófico de Marx, ou seja, as teses marxistas não se fundamentam numa revolução ideológica que se daria exclusivamente por meio da cultura de um povo, mas pela tomada de

posição da classe proletária no interior da contradição da luta de classes. Chegamos, portanto, às ideias de Antonio Gramsci (1989 [1948]) – fortemente influenciado pelos ideais dos filósofos da Escola de Frankfurt e sua Teoria Crítica da Sociedade (TCS), como, por exemplo, Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, entre outros, e que, apesar de se pautarem na filosofia marxista clássica, realizaram a reconfiguração dos pressupostos marxistas através de uma releitura da teoria marxista.

Em que pese os limites da interpretação e os deslocamentos realizados por Gramsci sobre a filosofia marxista, o *materialismo dialético*, na verdade, traz à baila que é o jogo entre as relações econômicas (a contradição entre as classes sociais, a relação entre a infraestrutura e a superestrutura, o capitalismo e o proletariado etc.) que determina os valores culturais de uma dada sociedade e, conseqüentemente, os Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado que eles sustentam: a família, a igreja, a moral, a escola, a política etc.

Daí o conceito de *hegemonia cultural* (*marxismo cultural* por paráfrase) defendido por Gramsci, ou seja, para o pensador é a cultura da classe dominante (a elite de uma dada sociedade) que determinaria que o jogo econômico seja essencialmente capitalista e, por extensão, estabeleceria as relações de poder e a manutenção do poder na sociedade numa espécie de dominação ideológica através – inicialmente por meio da economia – da cultura da classe dominante que, por sua vez, (re)produziria a alienação da classe dominada. Assim, partindo da premissa de que seria a cultura que determinaria a visão de mundo dos sujeitos e formaria o seu caráter, seus valores, parte conservadora da sociedade levanta a bandeira de que o *marxismo cultural* seria um mecanismo de controle de um determinado grupo social que objetivaria disseminar as ideias comunistas/marxistas por meio da dominação de setores da cultura, como, por exemplo, a escola, a arte, a mídia etc. Com isso, segundo Cevasco (2003), Gramsci teria reformulado, de certa forma, o pensamento marxista ao relativizar a reflexão sobre o *materialismo dialético* (conciliação teoria X prática) ao defender a *hegemonia cultural* de um povo como elemento *sine qua non* para a construção das relações entre as diferentes classes sociais a partir das ideias instauradas por Marx sobre a transformação do modo de produção capitalista. Assim, utilizando de maneira conspiratória a tese

gramsciana, parte da classe conservadora, dita intelectual, promoveu o deslocamento de terreno das ideias do pensador para sustentar que estaria em curso um plano para dominação da sociedade capitalista e, conseqüentemente, a destruição dos valores através de uma *revolução cultural*, uma nova ordem cultural, social, moral, intelectual e ético-política.

Diante disso, convém trazer para a discussão o embate de efeitos de sentido que se estabelece entre as evidências dos sentidos associados ao “comunismo” e ao “cultural”. Em especial, as imagens ligadas ao cultural/cultura, as quais se acham entre nós naturalizadas no plano das expressões e artefatos que identificam (positivamente) um povo. Em outras palavras, para que se produzam os efeitos de sentido para *marxismo cultural* sugeridos pelas análises do *corpus*, também se impõem importantes deslocamentos para os já cristalizados efeitos de sentido de cultura/cultural, enquanto se observa um acentuado processo de sobreposição parafrástica entre cultura e tradição (moral cristã) nas falas que constituem o *corpus*.

Esses movimentos discursivos em torno das projeções imaginárias para cultural/cultura e os deslizamentos de sentido que os acompanham se encontram na base dos gestos de interpretação que têm lugar no curso deste artigo uma vez que os discursos que se acham em funcionamento no *corpus* sugerem, dentre outros aspectos, que a “infiltração” do comunismo tem encontrado no terreno da educação e cultura seu meio natural de expansão. Imagens que colidem, em certo modo, com as formações imaginárias projetadas para o comunismo a partir das discursivizações da Guerra Fria: grupos violentos, armados, devoradores de crianças...

Voltando-nos para o cenário discursivo brasileiro – e antecipando alguns movimentos de análise –, os defensores do chamado *marxismo cultural* estariam empenhados numa cruzada para implantar causas da esquerda (comunista) progressista, através, por exemplo, da discussão acerca da chamada *ideologia de gênero* no âmbito das escolas, da defesa dos Direitos Humanos e de causas de grupos sociais minoritários e marginalizados na sociedade, a saber: as mulheres, os índios, os negros, o grupo LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais) etc. Dessa forma, o empoderamento feminino (a superação da desigualdade histórica entre homens e mulheres na

sociedade), a homossexualidade e a mudança na concepção de família tradicional e de valores religiosos, bem como a reivindicação e a defesa de pautas sociais seriam preocupações do suposto *marxismo cultural* para destruir – através da inversão de valores sociais e culturais consagrados historicamente por meio de um jogo de projeções imaginárias – o capitalismo e impor um regime comunista no âmbito da sociedade brasileira. Daí surgirem os discursos conservadores na defesa de que *menino veste azul e menina veste rosa*, que pregam a existência de uma *escola sem partido* e de que agora é o *Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos* etc. Esta é, aliás, a bandeira levantada pelo bolsonarismo – adepto das ideias de Olavo de Carvalho e do discurso terraplanista – à medida que discursiviza a criminalização dos Direitos Humanos e que a defesa das minorias significaria dar poder a assassinos e estupradores.

Entretanto, o discurso sobre a chamada *ideologia de gênero* na Educação Básica, por exemplo, não tem legitimidade entre a maioria dos especialistas da área educacional, uma vez que o termo teria sido engendrado por grupos conservadores e religiosos fundamentalistas contrários à reflexão sobre a questão da identidade de gênero e a diversidade sexual nas escolas brasileiras. Ao considerarmos que a instituição do *marxismo cultural* é, exclusivamente, um mecanismo político-ideológico conspiratório de direita que se sustenta a partir do engodo da visão marxista (ou deturpação do pensamento marxista), defendemos também que tal empreendimento se caracteriza como projeto de governos autoritários para disseminar o ódio e a intolerância por meio de uma Teoria da Conspiração que, supostamente, ameaça aos valores consagrados numa dada sociedade por meio de um dispositivo teórico-ideológico que produziria, por assim dizer, uma transformação radical da sociedade por meio de uma espécie de manifesto cultural, ou seja, através da destruição da cultura cristã ocidental.

Hoje, portanto, haveria novamente, por meio de um jogo de espelhos, uma estratégia da esquerda para implantar a ideologia comunista no Brasil através do *marxismo cultural* e, por sua vez, destruir os valores considerados caros à sociedade pela ultradireita (classe dominante). Diante disso, as pautas progressistas da esquerda – uma agenda política que deveria também ser de interesse da direita já que diz respeito à democracia, à igualdade e à defesa dos Direitos

Humanos na sociedade – são deslocadas para significar uma dada memória cristalizada sobre o comunismo: o medo, a ameaça, o inimigo, o subversivo, a destruição da tradição, a desordem, o caos etc. É justamente esse jogo que é problematizado por Mariani quando assevera que:

As palavras *comunismo*, *comunista* e *esquerda* foram progressivamente deslocadas do campo específico de debate sobre ideias políticas e, como efeito, produziu-se um forte movimento para o silenciamento de ideias sobre sociedade e sobre economia formuladas na ordem do discurso materialista. Em função deste deslocamento e ressignificação, estas palavras, na atualidade, estão sendo determinadas por efeitos de sentidos variados, dentre os quais destaca-se o da criminalização. Destaco alguns, como, por exemplo, efeito de ameaça (uma ameaça no social genérica e indistinta), de feiura e falta de higiene (quando associadas às mulheres de esquerda); de bagunça, balbúrdia, descrédito (quando estas palavras encontram-se referidas à Educação e ao combate à corrupção), de enfrentamento (quando vinculadas às ações policiais em situações de repressão a movimentos sociais), e, ainda, de efeitos que remetem para uma espécie de falta de moral (sobretudo quando vinculadas às diferenças religiosas, à igualdade de gênero, e aos movimentos culturais) (MARIANI, 2019, p. 270-271, grifos da autora).

Por isso, concordando com Mariani (1996 & 2019), observamos que não é a primeira vez que o simulacro de Teoria da Conspiração comunista irrompe no Brasil, uma vez que a retórica da ameaça comunista foi utilizada em grande escala para justificar o Golpe Civil-Militar de 1964 (e mesmo antes na Ditadura de Getúlio Vargas) e, conseqüentemente, promover a instauração da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). É sobre esse jogo que se sustenta o denominado *marxismo cultural*. Pois bem, após essa incursão, passemos à análise do *corpus*.

Gestos de análise

Na AD, os sentidos não podem significar na evidência porque a língua não é transparente, é opaca e sujeita à falta estruturante. Ademais, o sujeito enunciativo de um discurso é constituído na ilusão referencial (constitutiva) de que é senhor daquilo que enuncia e, portanto, é um sujeito clivado, assujeitado, cindido entre o inconsciente e o consciente e, ao mesmo tempo, recrutado (interpelado) pela ideologia. Sendo assim, buscamos, por meio da análise vertical de *corpus* (ORLANDI, 2012), observar as regularidades

na organização discursiva e no funcionamento dos recortes do *corpus* e tal procedimento segue um dispositivo teórico-metodológico que aponta para a descrição, a interpretação e a verticalização dos fenômenos analisados a partir de sete sequências discursivas (doravante, SD's). Nosso objetivo central, portanto, é pensar – a partir de marcas linguístico-discursivas – como o *marxismo cultural* tem sido utilizado como uma Teoria da Conspiração para promover a retórica anticomunista no contexto brasileiro contemporâneo e, sobretudo, sustentar um governo que flerta com o autoritarismo, os torturadores da Ditadura Militar, a intolerância, o neofascismo e o neonazismo.

Para darmos consequência ao movimento de análise, vejamos, inicialmente, as sete sequências discursivas que recortamos a partir de discursos de representantes do atual governo de Jair Messias Bolsonaro (alguns, inclusive, já foram exonerados dos cargos frente às polêmicas) e que se encontram arquivados na mídia digital:

SD-1: Jair Messias Bolsonaro prestou atenção à voz entrecortada de pais e mães reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional. A agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se à tentativa de derrubar nossas mais caras tradições pátrias, nessa tresloucada onda globalista. (VÉLEZ, R. In: *Veja online*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/velez-promete-priorizar-educacao-basica-e-combate-ao-marxismo-cultural/>). 02/01/2019.

SD-2: Combateremos o marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo. (VÉLEZ, R. In: *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/ricardo-velez-rodriquez-assume-ministerio-da-educacao-em-cerimonia-em-brasilia.ghtml>). 02/01/2019.

SD-3: Um pouco da contribuição que podemos dar é como vencer marxismo cultural nas universidades. (WEINTRAUB, A. In: *Folha Uol online*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/novo-ministro-da-educacao-weintraub-defende-expurgo-do-marxismo-cultural.shtml>). 08/04/2019.

SD-4: Bolsonaro, num gesto cívico, mostrou aos baderneiros que nossa bandeira é verde-amarela, e não vermelha, como a que eles exibem em suas arruaças. (OLIVEIRA, F. I. In: *Veja online*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/leitor-2617/>). 11/01/2019.

SD-5: Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. (BOLSONARO, J. M. In: *Veja online*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>). 01/01/2019.

SD-6: O Mão Santa me disse agora há pouco, que nós vamos acabar com o cocô no Brasil. O cocô é essa raça de corrupto e comunista. Nas próximas eleições, nós vamos varrer essa turma vermelha do Brasil. Já que na Venezuela está bom, vamos mandar essa cambada para lá. Quem quiser um pouquinho mais para o norte, vai até Cuba. Nós juntos vamos varrer a corrupção e o comunismo do Brasil. (BOLSONARO, J. M. In: *Exame online*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-acabar-com-o-coco-que-sao-corruptos-e-comunistas-diz-bolsonaro/>). 14/08/2019.

SD-7: O Coronavírus nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista. Chegou o Comunavírus. Diante disso precisamos lutar pela saúde do corpo e pela saúde do espírito humano, contra o Coronavírus mas também contra o Comunavírus, que tenta aproveitar a oportunidade destrutiva aberta pelo primeiro, um parasita do parasita. (ARAÚJO, E. In: *Blog Metapolítica*. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-ocomunav%C3%ADrus.22/04/2020>).

Conforme podemos observar na organização discursiva da **SD-1**, há uma acentuada adesão ao *marxismo cultural* na fala do então ministro da Educação, Rodrigo Vélez, que, por sua vez, produz a subversão do pensamento marxista: *A agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se à tentativa de derrubar nossas mais caras tradições pátrias, nessa tresloucada onda globalista.* Por meio de um jogo parafrástico e de relações lógico-semânticas (PÊCHEUX, 2010 [1969]), entendemos que aí existe um trabalho da ideologia que desloca a proposta da chamada *ideologia de gênero* e, por tabela, a destruição de tradições consagradas para o terreno do marxismo. Neste caso, o pensamento marxista (e todos contrários aos ideais do atual governo) é lançado no espaço do inimigo, daquele que deve ser combatido a qualquer custo. Com isso, instaura-se um espaço de violência, de medo e de criminalização para os marxistas, ou seja, a retórica marxista passa a significar a partir de um outro lugar, de uma outra memória social, porque para os defensores do *marxismo cultural*:

Comunismo representa o oposto de família, pátria, religião, liberdade, etc. Portanto, ser comunista ou simpatizante do Partido é ir contra princípios supostos como ‘naturais’ e inquestionáveis. Um comunista, de acordo com

essa lógica, representa um cidadão desviante de uma trajetória social ‘normal’ (MARIANI, 1996, p. 48, grifos da autora).

Na **SD-2**, por sua vez, o ministro usa, sinonimicamente, o Materialismo Histórico e o *marxismo cultural*: Trata-se de uma ideologia materialista alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo. Tal mecanismo de funcionamento discursivo aponta para um jogo de violência e de ódio que se produz sobre o outro sem a possibilidade de escolhas. Nesta arena, o outro não fala, a ideologia marxista não é apresentada, ela é falada e subvertida por um portavoz que, ideologicamente e politicamente, realiza o apagamento deste outro à medida que “o discurso do outro é apropriado enquanto o outro é apagado” (INDURSKY, 2013 [1997], p. 334, grifos da autora) e, imediatamente, coloca outra coisa em seu lugar: o inimigo da pátria. A **SD-2**, ainda, acaba por produzir eco na **SD-3**, à medida que o sucessor de Vélez no ministério da Educação, o então ministro Weintraub, endossa, interdiscursivamente, a fala do seu antecessor: Um pouco da contribuição que podemos dar é como vencer marxismo cultural nas universidades. Nessa perspectiva, há aí um jogo de filiação a uma mesma rede de significação sócio-histórica e ideológica que tem por finalidade marginalizar e silenciar o outro (a teoria marxista, o comunista, o comunismo).

Já na **SD-4**, por meio de um “movimento dêitico-discursivo que aponta para o discurso-outro” (INDURSKY, 2013 [1997], p. 328), bem como pela presença de pontos de deriva no eixo da formulação (intradiscursivo), encontramos ainda a pista que aponta para a materialização do ódio ao comunismo: Bolsonaro, num gesto cívico, mostrou aos baderneiros que nossa bandeira é verde-amarela, e não vermelha, como a que eles exibem em suas arruaças. Aqui, os comunistas (o comunismo) passam a significar a partir do discurso da *baderna* e da *arruaça* (por paráfrase: balbúrdia). Conforme podemos observar, o jogo de paráfrase aí instituído se caracteriza por um mecanismo que mobiliza, discursivamente, o efeito de sentido do mesmo sobre o outro que se marca no dizer como algo que sempre se mantém na materialidade linguística e, por extensão, põe em agência a metáfora (a transferência de sentido). É justamente por meio desse jogo do “primado do outro sobre o mesmo” (PÊCHEUX, 2010 [1983b], p. 311) que se constitui a naturalização da violência que recobre ideologicamente o outro (o *ser comunista*).

Assim procedendo, conforme dito acima, o mecanismo de silenciamento – um silenciamento que joga com a criminalização porque produz um espaço vazio e imediatamente coloca outra coisa em seu lugar – do outro também pode ser recuperado por meio do procedimento metodológico da deriva, ou seja, pela presença constitutiva de pontos de deriva que esburacam o eixo horizontal da formulação discursiva fazendo com que o enunciado possa ser outro. Tal procedimento nos permite compreender o jogo de relações parafrásticas a partir da **SD-4** e que traz à baila, em nossa leitura, a produção de um mecanismo de desidentificação (rechaçamento) subjetiva com a formação ideológica a que o outro está filiado. Nesse caso, teremos a seguinte configuração:

Quadro 2: Esquema dos pontos de deriva.



Fonte: Os autores do trabalho.

Além disso, constrói-se a imagem de salvador da pátria para o presidente Jair Bolsonaro, semelhante ao que fizeram os militares a partir de 1964 para instaurar e legitimar a Ditadura Militar no Brasil por meio da retórica anticomunista, ou seja, tanto nas condições de produção do Regime Militar quanto nas condições de produção em que se inscreve a **SD-4**, a preocupação é salvaguardar o Brasil, por meio de um gesto cívico e heroico, da ameaça comunista. Ainda é preciso observar que, embora o outro seja recuperado discursivamente por meio da forma linguística (*eles*), o uso da *não-pessoa discursiva* (INDURSKY, 2013 [1997]) sugere que o silenciamento do outro produz o distanciamento do sujeito enunciativo da *ideologia comunista* para não se produzir um espaço de voz para o outro e, com isso, legitimá-lo. Dessa forma, fala-se do comunista de outra forma, de outro imaginário social, determinando discursivamente que *eles* são bem diferentes de nós.

Na **SD-5**, em seu discurso de posse, o presidente Bolsonaro usa um tom profético para dizer a que veio: Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. O efeito de sentido que aí se produz é de convocação de todos para a defesa de um bem aparentemente comum: combater a devastação do *marxismo cultural* que, supostamente, tem disseminado a sua ideologia no país. Por isso, há aí o forte atravessamento de um discurso religioso para dar legitimidade e autoridade à voz do sujeito enunciador.

Já a **SD-6**, nas condições de produção do exercício do mandato de presidente da República, Bolsonaro, em conversa com o prefeito de Parnaíba/PI, endurece o tom do seu discurso: O Mão Santa me disse agora há pouco, que nós vamos acabar com o cocô no Brasil. O cocô é essa raça de corrupto e comunista. Nas próximas eleições, nós vamos varrer essa turma vermelha do Brasil. A constituição do *comunismo imaginário* (MARIANI, 1996 & 2019), conforme podemos observar acima, continua sendo utilizado como subterfúgio para demonizar e criminalizar a imagem do *ser comunista* no Brasil. Novamente, por meio de um jogo parafrástico, *comunismo*, *corrupção* e *turma vermelha* são lançados, discursivamente, no mesmo espaço de significação: da ameaça, do inimigo a ser destruído do cenário político-social nacional. Nesse sentido, a evocação da ação de “varrer essa turma vermelha” também não deixa de atualizar, no fio do discurso, o discurso populista da campanha de Jânio Quadros (1960). É por isso que Pêcheux (2012 [1983a]) nos autoriza a afirmar que o discurso se constitui através do batimento entre a estrutura e o acontecimento para interrogar os universos logicamente estáveis e apresentar que tais formulações apontam sempre para o equívoco, para a falta, para a falha no ritual. Por meio de um jogo discursivo de apropriação e desapropriação, o sujeito enunciador transforma o outro naquilo que ele não é, instaura um outro imaginário sobre o comunista, ou seja, a estratégia político-ideológica de criminalizar o outro caracteriza uma violência simbólica ao naturalizar o ódio sobre o outro. Com esse gesto, ainda, o discurso denuncia como a memória da violência sobre o comunismo se atualiza e se constitui na trama do efeito da repetibilidade de um enunciado na esteira da história.

Por fim, na **SD-7**, o comunismo é comparado [determinado discursivamente] ao vírus responsável pela pandemia mundial: *O Coronavírus nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista. Chegou o Comunavírus.* Ao associar o Coronavírus (Covid-19) ao comunismo, o ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, usando como pano de fundo uma leitura rasa e fragmentada da obra *Pandemia* (ŽIŽEK, 2020), discursiviza o marxismo e o comunismo como uma praga viral que precisa ser eliminada do Brasil. Nessa mesma direção de sentido, embora na contramão do modo como a comunidade científica tem tratado o tema, há quem insista em denominar o vírus da COVID-19 de *vírus chinês*, vinculando-o visceralmente ao país comunista que supostamente o teria manipulado para dominar o mundo, para citar apenas uma das teorias da conspiração criadas em torno da pandemia do Coronavírus. Com essa postura – voltando-nos novamente à fala do ministro –, o sujeito enunciador produz efeitos de sentido que reforçam a construção ideológica da imagem de violência instaurada arquitetonicamente sobre/para o outro (comunista) por meio do simulacro do medo e da inversão de valores sociais.

Considerações finais

Na efervescência da política brasileira, a partir da posse do presidente Bolsonaro em 2019, passaram a circular no âmbito da sociedade diferentes discursividades e vozes sociais que remetem ao chamado *marxismo cultural*. Tais discursos, produzidos a partir da manipulação – por parte de sujeitos inscritos numa ideologia de direita – das ideias da corrente filosófica marxista, têm lançado todos aqueles que são contrários ao posicionamento político-partidário do atual governo no mesmo lugar: do criminoso, da ameaça a ser combatida. Tal empreendimento, em nossa leitura, “[...] vem significando e colocando em circulação uma generalização de tal forma contrária que quaisquer palavras, ideias e práticas, individuais ou coletivas [...] associadas ao pensamento de esquerda são incluídas nas mesmas tramas de significação (MARIANI, 2019, p. 285).

Em suma, é diante do modo de organização e funcionamento de cada sequência discursiva que analisamos acima, que respondemos ao questionamento que lançamos no início de nossa reflexão: como a

retórica anticomunista é utilizada hoje para sustentar o chamado *marxismo cultural*? Seguindo bem de perto a perspectiva teórica materialista a que nos filiamos, defendemos que é através do jogo com o apagamento, do silenciamento e da manipulação político-ideológica dos saberes que caracterizam o comunismo ao longo da história – em nosso entendimento – que o discurso do chamado *marxismo cultural* – enquanto uma Teoria da Conspiração idealizada por seguidores de uma ideologia da (ultra)direita conservadora no cenário político contemporâneo – constitui um modo de dizer que rechaça o outro, lançando-o para fora da própria ideologia comunista, a fim de (res)significá-lo a partir de um outro lugar de memória social e discursiva. Assim procedendo, produz-se uma *outra verdade* sobre o outro por meio da violência própria de um regime totalitário e neoliberal. Diante disso, todo aquele que levantar a bandeira em favor, por exemplo, das pautas sociais que possam beneficiar as minorias, diminuir a desigualdade social no Brasil, bem como assegurar a preservação dos Direitos Humanos, é identificado (significado) com uma ideologia comunista que se inscreve, muitas vezes, à revelia do próprio *ser comunista*.

Seja como for, precisamos, cada vez mais, questionar certos lugares de (des)identificação, defender espaços de voz e de resistência e, conseqüentemente, desterritorializar sentidos que se cristalizam através da manipulação da memória social na constituição de uma imagem negativa sobre/para o outro (as minorias sociais), uma vez que entendemos o discurso como uma materialidade linguística e histórica que é, ao mesmo tempo, amalgamada através da ideologia enquanto prática. E já que é impossível esgotar toda essa discussão, sigamos resistindo...

Referências

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1974. Título original, 1970.
- ALTHUSSER, L. **Posições I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho [et al]. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015. Título original 1965.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

FERNANDES, L. **O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010. Título original, 1969.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. Efeitos do Arquivo: A Análise do Discurso no lado da História. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, pp. 163-183.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Título original, 1948.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. Maria Fausto P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969) In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010. Título original 1969.

HERBERT, T. (PÊCHEUX, M.) Observações para uma teoria geral das ideologias. Trad. Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. **Revista Rua**, 1. Campinas, SP: Nudecri/Unicamp, 1995, pp. 63-89. Título original, 1967.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: SP: Ed. da Unicamp, 1997.

INDURSKY, F. As outras vozes e as feridas ainda abertas. In: INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso – (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. S. C. **O Comunismo Imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 – 1989)**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996.

MARIANI, B. AS FORMAS DISCURSIVAS E A AMEAÇA COMUNISTA. **Língua e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP, n. 44, p. 270-289, jul./dez. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. São Paulo: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: o início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, pp. 269-281. Título original, 1978.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012. Título original, 1983a.

PÊXHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010. Título original 1983b.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia**: Covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

DELÍRIOS COMUNICADOS E FAKE NEWS: COMUNISMO IMAGINÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DOS CIDADÃOS DE BEM NO HISTÓRICO DE NOTÍCIAS FALSAS

Frederico Sidney Guimarães¹

Les fausses nouvelles, dans tout la multiplicité
de leurs formes – simples racontars,
impostures, legendes - ont rempli la vie de
l'humanité.
(BLOCH, 1921, p. 5)

Introdução

Fake news, um termo circulado em finais de 2010 em mídias e redes sociais. Tal circulação tem gerado uma aparência de que haveria um impacto de notícias não comprometidas com a verdade diferente do que ocorria em outros tempos históricos. Nesse caso, objetiva-se refletir: sobre a subjetividade relacionada tanto ao que em 2020 é chamado de *fake news*, quanto à histórica divulgação de notícias falsas; e sobre o próprio sentido de *novidade* quando a conjuntura de fins da década de 2010 é referida como *tempos de fake news* induzindo a questão: qual tempo não seria?

A prática de acreditar e espalhar uma informação falsa pode ser denominada de *fausses nouvelles*, conforme a citação de Bloch (1921) em francês, de notícias falsas em português, ou da forma em que está sendo circulada em fins da década de 2010: o termo, em inglês, *fake news* (MARIANI, 2018). Seriam, então, as notícias falsas que percorreram a história da humanidade diferente da atual circulação de *fake news*?

O emprego, a repetição, e a circulação desse termo constituem uma prática discursiva, cujos aportes teóricos conceituais para análise terão como base a teoria do discurso da linha francesa, iniciada por Michel Pêcheux (1969). Trata-se de um movimento de análise que comporta um recorte temporal longo, mais especificamente, entre as décadas de 1930, até final de 2010, para fazer pensar sobre questões

¹ Doutor em Estudos da Linguagem pela UFF, colaborador do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS). fredericosidney@outlook.com.

da subjetividade que possivelmente seriam marcadas por uma ruptura histórica com o advento das tecnologias digitais do início do século XXI. Não por acaso, ao analisar o papel da língua no período dos governos totalitários de 1930, Pêcheux e Gadet fazem menção aos “delírios comunicados” (2004[1983], p. 116).

O foco dessa análise, então, será no imaginário de uma ameaça fundamentando uma determinada posição política ideológica para justificar políticas públicas desfocadas do objetivo de justiça social: o comunismo. É preciso reiterar que não se trata de uma abordagem sobre o comunismo e seus significados, mas como é constituída a significação sobre o comunismo desde que ele se configurou, na história do Brasil, num imaginário de ameaça conclamando os cidadãos a exercerem um bem para a nação.

O processo que sustentou tal imaginário, conforme o que será abordado, não foi isento das práticas que faziam circular mensagens, notícias, e narrativas diversas sem bases factuais. Isso faz significar exatamente o deslocamento do termo *fake news* para *notícias falsas*, explicado na primeira parte deste texto. Por isso, é estipulada uma referência também imaginária no que é designado como *tempos de fake news*, pois esta designação está em relação a uma prática mais ampla designada como *histórico de notícias falsas*.

O imaginário é entendido enquanto o construto de certezas ideológicas sustentadas pelo pré-construído e pela tomada de posição do sujeito. Essa sustentação constitui o pensável a partir da “‘ilusão’ pela qual um objeto de pensamento pressupõe um objeto real” (PÊCHEUX, 1995[1975], p. 98) (grifo nosso)². Tem-se, então, “a abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do ‘pensamento’ nos processos discursivos [...] uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário” (PÊCHEUX, 1995[1975], p. 125). Então, o imaginário constitui um processo de significação através da insistência na circulação dos sentidos de uma determinada posição ideológica, pois “esses sentidos, ao serem falados, textualizados, vão se engendrando e constituindo um imaginário próprio a tal formação social” (MARIANI, 1996, p. 133).

Sendo assim, é entendido que a eficácia material do imaginário tem relação com a constituição do pensável por meio de uma ilusão

² Nas próximas citações, consideram-se os itálicos e aspas como originais, enquanto os sublinhados são grifos nossos.

que oferece um caráter real ao objeto de pensamento. Essa eficácia abre espaço para a reflexão do papel da língua e do discurso na política. O agravante da relação entre discurso e política está, então, na disputa de quem teria autoridade para determinar o que seria falso ou verdadeiro. Pêcheux e Gadet, portanto, alertam sobre a “gestão discursiva do estado capitalista moderno” (PÊCHEUX E GADET, 2004[1983], p. 115), tendo por um lado “a precisão ‘científica’ de um corpo de enunciados” (2004[1983], p. 115) e, por outro o “delírio desprovido de sentido” (2004[1983], p. 115).

Com tais considerações e filiações conceituais, entende-se que a subjetividade está condicionada à consolidação dos imaginários que posicionam os sujeitos nas práticas discursivas por meio da insistência na circulação de sentidos convenientes a posições ideológicas específicas. Os fatos, pensando discursivamente, dependem do simbólico da linguagem, não sendo fundamentalmente necessário determiná-los como falso ou verdadeiro e sim analisar as condições políticas e ideológicas de quem é constituído discursivamente na posição capaz de sustentar tal determinação.

De que maneira pensar então, a subjetividade nos tempos de *fake news* com o histórico de notícias falsas? Para isso, são analisados oito (10) recortes considerando: 1 - imaginário sobre comunismo como ameaça ao Brasil; 2 – A eficácia desse imaginário nos sujeitos interpelados pela posição de fazer o *bem*; 3 – a repetição da ideia dessa ameaça já presente nas décadas passadas.

Tais recortes, devidamente numerados ao longo do texto, foram selecionados a partir: a) de notícias e abordagens retiradas de plataformas *online*, cujos *links* foram disponibilizados nas respectivas notas de rodapé; e b) de bibliografia historiográfica e jornalística. O fio discursivo que determina os recortes são as ideias referentes aos sentidos produzidos por informações enquadradas como *falsas* e as inscrições dos sujeitos aos sentidos produzidos por tais tipos de informações, principalmente na identificação de ser *do bem*.

Aborda-se primeiramente o funcionamento do sentido do *falso* através da noção de situação e posição a partir de Pêcheux (1997[1969]). Em seguida, esse funcionamento é pensado por meio da interpelação ao sujeito enquanto um cidadão de bem, para, finalmente, entender como *fake news* é comum na história e o que se caracteriza como a novidade que alimenta a circulação desse termo na década de 2010.

Determinação do falso: do imaginário para o delírio

O termo *fake news* pode ser associado à ideia de que notícias falsas são veiculadas com intuito de causar desequilíbrio nas relações de poder. Um grupo específico, em suas respectivas posições ideológicas (PÊCHEUX, 1995[1975]), ganha notabilidade e apoio divulgando notícias ou para alarmar sobre um perigo iminente, ou para difamar alguma personalidade. Para o sentido se impor, ele precisa ser circulado.

Por outro lado, a circulação em si do termo *fake news* faz mover o sentido que desloca a noção de notícia. Tandor, Lim e Ling (2018) tentam lidar com a imprecisão do termo para ensaiar uma possível definição. Isso traz uma associação entre palavras cujos sentidos se aproximam do que pode significar o termo *fake news*, geralmente formando sintagmas nominais compostos com o adjetivo *falso*: notícias falsas, mensagens falsas, histórias falsas, etc.

Isso permite uma significação vaga e imprecisa do termo *fake news*, pois ele faz referência a no mínimo três (3) modelos de divulgação: 1 - à notícia jornalística veiculada por instituições empresariais reconhecidas pela finalidade ligada ao jornalismo; 2 - a uma informação comunicada em qualquer meio interativo; 3 - à propaganda.

Esses três modelos ganham formas ou de crônicas, ou de típicas chamadas jornalísticas, cujos sentidos são repassados em infinitas materialidades linguísticas e discursivas (enunciados, conversas, palestras, textos, mensagens...). Quando um desses sentidos ganha a sustentação necessária para criar e reproduzir certezas nos posicionamentos recorrentes de sujeitos interpelados por tais sentidos, quer dizer que um imaginário foi constituído e imposto pela sua própria circulação. O problema, relacionado especificamente às *fake news*, é quando tal imaginário é construído por delírios comunicados.

Sendo assim, as formações imaginárias, pelas leituras de Pêcheux, podem ser relacionadas com a circularidade das notícias. É necessária uma subjetivação para a tal notícia ganhar credibilidade e ser repassada. Um funcionamento se impõe a quem se identifica com o sentido e o compartilha.

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um *a si e ao*

outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). (PÊCHEUX, 1997[1969], p. 82).

As situações objetivamente definíveis, nos termos de Pêcheux, em relação com as posições representando tais situações criam um próprio imaginário sobre o que seria *fake news*. A situação, por exemplo, de acusar um informante como falso permite posições sobre essa acusação, sendo, nesse momento, a interpelação ideológica o fator determinante na adesão ou não à imagem de falsidade.

Se, por um lado é possível aferir uma informação, por outro lado, entre a factualidade de uma informação e o sentido dessa informação, há um caminho tortuoso em que o impossível linguístico se une à contradição histórica (PÊCHEUX E GADET, 2004[1983]). Não se trata, então, de um trabalho sobre a autenticidade de uma informação, pois, conforme bem especificou Mariani, “sabemos que toda a dita realidade é construída pela linguagem em relação com a historicidade” (2018, p. 8).

Isso quer dizer que o imaginário mobilizado pela circulação de uma notícia não depende só da possível autenticação dessa notícia, mas também de como os sentidos se conjugam com os interdiscursos agendando um domínio de pensamento (MARIANI, 1996). Um imaginário sobre o comunismo foi mobilizado nas décadas passadas, impondo certezas sobre a ameaça de um golpe comunista. Há a presença desse imaginário ainda na década de 2010, conforme circulado numa notícia de abril de 2019 sobre o pronunciamento de um ministro da República Federativa do Brasil em que:

(1) [...] O novo ministro reforça ataques aos ‘comunistas (que) estão no topo do país, donos das organizações financeiras, dos jornais e dos monopólios’[...].³

Uma situação, objetivamente definida, é o poder institucional de um ministro da república. A posição, como representação dessa situação, vai depender dos assujeitamentos daqueles representados pelas palavras de tal ministro. A declaração de quem se torna ministro do poder executivo, conforme observado em (1), não necessariamente

³ <https://oglobo.globo.com/sociedade/novo-ministro-diz-que-sofreu-perseguiçao-de-comunistas-da-unifesp-onde-da-aula-23582809> ; acessado em 29/05/2020.

precisa ser avaliada pela sua veracidade. Há tanto aqueles que podem se filiar ou não ao sentido circulado sobre o comunismo, quanto há aqueles que não precisam se importar com tal avaliação. O funcionamento dos ministérios do poder executivo federal em suas atribuições sociais e econômicas não depende da veracidade da declaração circulada no recorte (1). Pode-se considerar até mesmo que grupos de interesses econômicos específicos, acusados pelo próprio ministro de ser comunista, não se sintam representados pela tal declaração, contanto que seus interesses estejam contemplados nos resultados das políticas ministeriais do poder executivo federal, conforme esta notícia circulada em 11 de abril de 2019:

(2) Rentabilidade de bancos brasileiros é a maior em 7 anos e lucro bate recorde, revela BC⁴.

A situação, nesse caso, impõe um funcionamento institucional do poder executivo republicano. A posição não representa apenas os sentidos mobilizados pelos imaginários circulando sobre a situação, ela também pode validar as estratégias, as avaliações e as consequências das ações de tal poder institucional. Ou seja, a relação entre situação ministerial e posição da representação dessa situação projeta as formações imaginárias que sustentam as autoridades institucionais e suas medidas políticas e econômicas.

O objeto real que seria as consequências das ações institucionais só pode ser significado a partir das ilusões que configuram tal objeto em um objeto de pensamento, remetendo aos termos usados por Pêcheux. Isso significa uma impossibilidade do fechamento da coisa em si a uma definição. Essa impossibilidade permite que a representação das consequências sociais como um objeto de pensamento seja condicionada às projeções imaginárias que determinam a identificação ou não do sujeito ao sentido produzido.

Dessa impossibilidade, percebe-se a necessidade da disputa que fornece a autoridade de dizer o que seria falso ou verdadeiro. Num jogo de ilusões própria da representação sónica/linguística no pensamento que sustentam imaginários, Pêcheux e Gadet (2004[1983]) trabalham essa característica inatingível da língua nos

⁴ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/11/rentabilidade-de-bancos-brasileiros-e-a-maior-em-7-anos-revela-banco-central.ghtml>; acessado em 29/05/2020.

acontecimentos históricos referentes a revoluções, a políticas totalitárias e a funções administrativas.

É nesse espaço da modernidade capitalista (...) que a linguagem foi instituída como 'instrumento de comunicação' (...) a era dos comunicados é, ao mesmo tempo, a da comunicação das ordens e dos delírios comunicados. (PÊCHEUX E GADET, p. 116).

O papel da língua é fundamental para transformar o imaginário num *delírio comunicado* a fim de contemplar interesses ideológicos do que foi referido por “gestão discursiva do estado capitalista moderno” (PÊCHEUX E GADET, 2004[1983], p. 115). O oportuno da noção do delírio comunicado de Pêcheux e Gadet para a leitura sobre o histórico de notícias falsas é a possibilidade da transfiguração do objeto real em objeto de pensamento ser tão inscrita num imaginário a ponto da certeza ideológica se transformar no próprio fundamento existencial do sujeito constituído em tal processo discursivo. Negar ao tal sujeito essa ilusão que o constitui, seria, para ele, uma ameaça a sua própria definição de ser.

Isso cria uma utilidade política para aqueles que possuem a autoridade de determinar o falso e verdadeiro. O delírio comunicado, observando o funcionamento das notícias falsas no imaginário sobre comunismo, não serviu só para configuração das políticas totalitárias da década de 1930, mas serviria também na manutenção de privilégios e *status* sociais de classes econômicas como um todo.

A complexidade dos acontecimentos históricos permite a necessidade da simplificação do sentido sobre eles. Sendo assim, a situação objetiva de um posto institucional de um governo é validada quando os imaginários contemplam a posição de representação dessa mesma situação. Ou seja, quando o sentido de uma ação é validado pelos imaginários que explicam a necessidade dessa ação, tem-se o estabelecimento do consenso necessário para a realimentação dos processos discursivos que fazem circular e divulgar esse sentido.

A ideia do inimigo ameaçador serve para fazer exteriorizar aqueles que não se inscrevem nesse consenso. Trata-se não somente do consenso para a validação de um governo, mas para a validação também dos sentidos sobre relações e valores sociais (desigualdades, direitos, comportamentos...) personificados por tal governo. A ideia

do inimigo traz em si a ideia de um outro, de um conflito, de uma disputa. Tais disputas, por serem significadas no discurso, permite que as relações de poder entre Estado e povo sejam historicizadas. O sujeito, então inscrito e submetido ao processo discursivo, é o elo do funcionamento que combina o imaginário linguístico/discursivo com a história. Independente se comunismo é uma ameaça ou não, se é falso ou verdadeiro, o discurso que sustenta essa ideia do comunismo é(foi) um determinante nos acontecimentos históricos.

Os recortes (1) e (2) foram apresentadas como enunciados inseridos na conjuntura que associa a ideia da ameaça comunista com ganhos econômicos de determinados grupos. No delírio comunicado, o ministro do governo que acusa bancos de serem comunistas não entra em contradição com o fato das ações institucionais desse mesmo governo contemplar os interesses econômicos desses próprios bancos. O funcionamento discursivo em questão está atrelado ao funcionamento institucional do governo e financeiro dos bancos e, com isso, os acontecimentos históricos desses funcionamentos precisam ter seus sentidos alinhados ao imaginário conveniente.

Os recortes 3, 4 e 5, então, exemplificam esse funcionamento a partir da crise da pandemia da COVID-19 de 2020:

(3) Aqui é um país livre, aqui não é comunismo. Comunismo é lá na China, onde o PT está se afiliando. Aqui não. Aqui é Brasil⁵.

Este enunciado foi circulado em mídias jornalísticas e redes sociais. A cidadã foi detida na cidade de Araraquara, estado de São Paulo, por descumprir as determinações de isolamento social em 13 de abril de 2020. Seu enunciado coloca em oposição país livre e comunismo. O movimento de sentido é a afirmação do Brasil, como pátria, livre das ameaças comunistas da China e do PT e, por isso, ela não precisaria cumprir o isolamento social para evitar a propagação da doença covid-19. Nessa lógica, então, o isolamento social é associado ao comunismo.

Num esquema de oposição de sentidos para tal posicionamento, tem-se de um lado a associação do comunismo com: o PT; a China; e

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=oLMYod7Nsul> O enunciado pode ser verificado tempo 0:35. Acessado em 29/05/2020.

com o isolamento social preventivo da pandemia da covid-19. De outro lado estaria o exercício da liberdade dela no Brasil, uma pátria livre (do comunismo?).

Essa associação de sentidos não é um fato isolado no posicionamento discursivo de uma cidadã no interior de São Paulo. Poucos dias depois, o próprio ministro da república do Brasil já mencionado, faz circular exatamente a associação de sentidos entre comunismo e a pandemia do covid-19, em 22 de abril de 2020 em seu perfil do *twitter*:

(4) “não bastasse o coronavirus, precisamos enfrentar também o comunismo”⁶.

O recorte 4, dito em abril de 2020, se coloca como uma atualização e reiteração do sentido materializado no recorte 1 dito um ano antes, em abril de 2019. Ao mesmo tempo, ainda no contexto da pandemia de 2020, há a atualização do recorte 2 em uma reportagem de 23 de março de 2020:

(5) “Com crise, BC já anunciou R\$ 1,2 trilhão em recursos para bancos”⁷.

A ideia de ameaça comunista não só é circulada repetidamente nos discursos oficiais do governo, como condiciona a inscrição de sujeitos nesse discurso capazes de se exporem a risco epidêmico e civil. O efeito do sentido do comunismo como uma ameaça, portanto, não é algo isolado. Tal efeito, além de permitir que sujeitos se posicionem filiados ao imaginário dessa ameaça, condiciona que tais sujeitos não se filiem ao imaginário de que a ameaça possa ser o lucro dos bancos, por exemplo. Os comunicados, as mensagens, as notícias e etc. que sustentam discursivamente a certeza daquilo que é ameaçador, sustentam também a manutenção de uma ordem ou de uma configuração sócio-política dada.

⁶ Essa frase foi noticiada em forma jornalística, no link <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/22/ministro-das-relacoes-exteriores-afirma-que-coronavirus-e-um-plano-comunista.ghtml>, consultado em 18/05/2020 e pode ser verificada na publicação no próprio perfil do ministro na rede social *Twitter* feita em 22/04/2020 <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1252811093405122566>,

⁷ <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/03/23/com-crise-bc-ja-anunciou-r-12-trilhao-em-recursos-para-bancos.htm>; acessado em 29/05/2020.

Como não se ignora a historiografia, considera-se que não havia ameaça comunista (MOTTA, 2000) nas décadas de 1950 e 60, por isso, há o posicionamento de que as notícias, comunicados, mensagens, etc. sobre a tal ameaça seriam *falsas*. Isso não serve para categorizar o *verdadeiro*, mas para possibilitar a referência ao que está sendo definido de *fake news*, sendo, nesse caso, notícias circuladas que não possuem embasamento historiográfico.

Não possuir embasamento historiográfico ou factual, não impede de haver um embasamento fundamentado no imaginário discursivo capaz de causar os próprios fatos históricos. Pode-se pensar o holocausto como um fato que tomou forma histórica a partir dos *delírios* sobre os judeus e sobre as demais ameaças à Alemanha de 1930. Pêcheux e Gadet exemplificam a referência ao termo “delírio desprovido de sentido” (2004[1983], p. 115), com a fala do ministro nazista Goebbels exposta em nota de rodapé: “Nós não combatemos o marxismo porque ele é um movimento operário, mas porque é a sua desfiguração” (2004[1983], p. 117).

Ser desprovido de sentido, nesse caso, pode ser a ausência de um sentido lógico sociológico ou historiográfico se for considerada a configuração e surgimento das teorias marxistas nos movimentos operários. Isso quer dizer que, sociologicamente, o marxismo tem em sua origem uma lógica intrínseca com o movimento operário. Porém, além da lógica sociológica, há a lógica discursiva que pode conceder um sentido ao não sentido através das regras de projeção entre situações e posições presentes nos mecanismos de qualquer formação social (PÊCHEUX, 1997[1969]).

Portanto, interessa compreender a subjetividade nessa filiação ao sentido da ameaça comunista relacionada tanto às *fake news* da década de 2010, quanto às notícias falsas das décadas anteriores. Ou seja, como o sujeito é inscrito nos delírios comunicados?

Ameaça imaginária e o cidadão interpelado a fazer... O bem

O imaginário de ameaça comunista, conforme esta abordagem, alimenta uma visão dicotômica do mundo em que haveria uma luta entre o bem e o mal. Nesse caso, o mal se encaixa em tudo o que seria contrário ao sentido que sustenta tal imaginário. Mariani, ao analisar os sentidos do comunismo em relação à circulação dos

sintagmas *fantasma esquerdopata* ou *discurso esquerdopata*, esclarece que tais sintagmas “são formas nominais e como tal remetem para algo já sabido dentre as coisas-a-saber no mundo” (2019, p. 278). Tais coisas, então, devem justificar ideologicamente a estrutura econômica e social brasileira e caricaturizar os sentidos contrários ao tal imaginário.

Nesse caso, o sentido do imaginário da ameaça comunista trabalha com a evidência de que o que é ameaçado é a pátria, a sociedade, ou as relações sociais estabilizadas (família, comportamentos, sexualidades...). É feita, então, uma caricatura dos sentidos que não se alinham ao tal imaginário. Para tanto, há um pré-construído, aquilo que já foi dito sobre o que é falado, sustentando o sentido sobre um inimigo específico: o comunista, não os bancos, por exemplo. Entende-se com isso a aclamação à defesa da família, da propriedade e, como não podia deixar de remeter à moralidade religiosa, à defesa *do bem*.

Pelo efeito do já dito, o sujeito é interpelado ideologicamente a se posicionar nas demandas imaginárias de um perigo iminente. O lugar do comunista enquanto inimigo a ser combatido tem em sua discursividade a demonstração da eficácia material do imaginário:

Em termos de análise, e do ponto de vista da constituição discursiva do referente, isto quer dizer que estas denominações tornam ‘objetiva’ (ie, tornam ‘realidade’, reificam) a existência dos comunistas com um certo olhar, produzindo o sentido de que os comunistas são *inimigos*. (MARIANI, 1996, p. 143).

Trata-se então do funcionamento das interpelações que alimentam a circulação das notícias falsas com o funcionamento dos imaginários que objetificam e caricaturizam o que é representado nas tais notícias. Isso faz impor uma moral, numa noção kantiana do dever enquanto princípio supremo de toda moralidade: o dever de como devemos agir. Tem-se o pressuposto da busca de um bem comum atrelada à instância da interpelação do sujeito inscrito numa demanda coletiva.

Essa instância moral chama o sujeito a se filiar a um sentido de cidadania, remetendo a noção de que indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia e individualizados pelo estado (ORLANDI, 2001). O funcionamento dessas interpelações e dos imaginários nelas constituídos fundamentam as “representações das situações”

(PÊCHEUX, 1997[1969], p. 82) e propiciam que sujeitos se sintam representados na sequência dos significantes⁸ *cidadão-de-bem*.

(6) É assim, com o uso da genérica e flexível expressão "de bem", que alguns presidenciáveis vêm tentando criar identificação com seus potenciais eleitores. O termo não é novo. Mas, nos últimos anos, com a polarização e tantas questões urgentes a serem combatidas, ficou fácil colocar-se ao lado das pessoas corretas, das pessoas "de bem"⁹.

Logo, tem-se a configuração do sujeito de direito na sua ilusória feição de singularidade intercambiada perante uma autoridade que o interpela (LAGAZZI, 1987)¹⁰. O repassar uma notícia, ou se constituir no imaginário que fundamenta tal notícia sem necessariamente divulgá-la, engloba os meios que mobilizam uma hierarquia de autoridade num paradoxo de afirmação da liberdade individual do sujeito de direito.

A ideia do falso, nesse caso, não interfere na demanda moral desse sujeito de direito, pois sua constituição não se coloca como transparente e está atrelada ao impossível da língua e ao contraditório da história. Trata-se do equívoco próprio do dever moral de quem se considera, imaginariamente, do bem.

Nesses termos, instâncias institucionais jurídicas, políticas e midiáticas nas suas respectivas autoridades do dizer mesclam o discurso jurídico (a instância do direito) com o discurso político (a instância do poder) na constituição do sujeito que, sem se dar conta, obedece a um funcionamento.

Não só a hierarquia de poder nas relações entre as pessoas, mas também as opiniões e crenças, as regras e padrões de comportamento socialmente estabelecidas, baseadas no senso comum, possibilitam a atribuição de direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas, instaurando um juridismo no cotidiano das relações interpessoais. (LAGAZZI, 1987, p. 34).

O sujeito, preso ao imaginário de uma ameaça que o impele a se defender, se torna parte da engrenagem que faz circular esse imaginário. Tal sujeito se sente interpelado a obedecer ao comando

⁸ Não atrelado a um significado específico.

⁹ <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/08/o-que-esta-por-tras-do-termo-cidadao-de-bem-usado-pelos-presidenciaveis.htm>; acessado em 29/05/2020.

¹⁰ Lagazzi (1997) se refere à ambiguidade do sujeito tratando da intercambialidade entre o sujeito, se vendo como único, e o Estado.

implícito de acreditar e repassar as notícias atreladas à certeza que o faz acreditar estar fazendo o bem. Por isso, é ainda possível perceber, porque a circulação do imaginário do comunismo enquanto um inimigo ainda funciona e está presente nos discursos oficiais do governo brasileiro de 2020.

Se o imaginário da ameaça comunista circulado em final da década de 2010 se sustenta numa forma específica de difusão *online* de *fake news*, isso não indica que anteriormente tal imaginário não era difundido também de forma eficiente pelos meios materiais da sua época, pois ele se sustenta por décadas. O funcionamento desse imaginário, então, é explicado pelos processos discursivos envolvendo o juridismo como meio de fazer com que sujeitos acreditem em certas informações para poder fazer um bem a si mesmo e a sua comunidade. Ou seja, são as configurações do processo discursivo que determina a consolidação sócio-política de um delírio comunicado, não se restringindo ao meio material e tecnológico de divulgação.

Para exemplificar melhor a eficiência na construção do imaginário contra o comunismo através de mensagens de 1950 que poderiam ser facilmente compreendidas como *fake news* se fossem repassada nos aplicativos de *whatsapp* em 2020, deve-se mencionar a própria construção de uma ameaça comunista por meios de notícias, alarmes e discursos de representantes políticos no congresso brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. Motta, por exemplo, expõe aspectos de ameaça sobre um iminente golpe comunista conforme o informativo do movimento “Cruzada brasileira anticomunista”:

(7) Muitos milhares de agentes subversivos soviéticos entraram no Brasil, nos últimos anos, sobretudo em 1951, com o propósito de orientar e deflagrar o levante comunista. [...] O Brasil está verdadeiramente ameaçado de ser apunhalado pelas costas (MOTTA, 2000, p. 182-183).

Essa notícia, circulada em 1952, alertava sobre um iminente ataque de um exército pronto para ocupar o poder. Poder-se-ia achar que se tratava apenas de alguém divulgando qualquer coisa sem importância. Porém, o tom de ameaça é o mesmo na década de 1960, quando o parlamentar Bilac Pinto acusa o próprio então presidente da república de comunista:

(8) Atuando na qualidade de Presidente da UDN, Bilac Pinto fez uma série de discursos violentos contra o governo, acusando Goulart de ter se tornado ‘instrumento dos comunistas’ (MOTTA, 2000, p. 321).

Tais sentidos não só justificaram a destituição de João Goulart por militares em 1964, como esteve presente na interpelação dos *cidadãos de bem* para defender o Brasil contra seus supostos inimigos durante a pandemia da COVID-19 em 2020. A interpelação ao sujeito foi a mesma nos dois períodos: defenda-se.

Logo, é possível compreender a constituição de imaginários pelo repasse de notícias, independentes de sua veracidade. Cabe ressaltar que não se trata apenas de mensagens divulgadas em meios informais, pois imaginário do comunismo como ameaça também foi construído por grandes mídias jornalísticas que ainda faz eco nos imaginários constituídos em finais da década de 2010. Reiterando, com isso, “que o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1996, p. 64). Ou seja, o emprego de notícias para impor um imaginário sobre ameaça comunista, por exemplo, não é uma prática recente do século XXI e nem é exclusividade dos canais informais de comunicação.

Porém, ambas as conjunturas (décadas de 1960 e de 2010) da consolidação do imaginário de ameaça comunista se alinham ideologicamente a posição de defesa da estrutura socioeconômica brasileira dada. O bem, nesse caso, é a conservação. O mal, por outro lado, é a ameaça aos pilares que sustentam a conservação dessa estrutura. Essa associação entre discurso e história está condizente com a “gestão discursiva do estado capitalista moderno” (PÊCHEUX E GADET, 2004[1983], p. 115), demonstrando um contínuo desse histórico em que o não factual atua constituindo imaginários para justificar políticas públicas que contemplam interesses sociais e econômicos específicos.

A dúvida que é ressaltada, então, é: se a prática de divulgação de notícias falsas é comum, permanente e determinou inúmeros acontecimentos históricos no passado, seria possível dizer que o final da década de 2010 seria um período específico da história da humanidade capaz de poder ser designado como *tempos de fake news*?

Novos tempos?

“O homem está condenado a significar” (ORLANDI, 2007, p. 29). Há uma instância que nos impele a dar sentido aos acontecimentos. O fenômeno *fake news*, se considerar a circulação desse termo nas mídias em fins da década de 2010 (MARIANI, 2018), impõe uma visão do novo, do acontecimento. Por outro lado, a relação entre falsidade e veracidade das notícias está presente no percurso histórico da humanidade.

Marc Bloch (1921), um historiador atormentado pelas trincheiras da primeira guerra mundial, escreveu em 1921, um artigo intitulado: “Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra¹¹”. Porém, a conjuntura de 2010 não é a mesma das trincheiras da guerra de Marc Bloch. Mesmo assim, não se pode negar o papel dos veículos de informação (jornais, revistas, televisão) na circulação de notícias não embasadas historiograficamente.

A novidade, no século XXI, foi o dispositivo tecnológico empregado por diversas mídias digitais em disputa com as grandes empresas de comunicação na divulgação de notícias. Porém, as próprias mídias impressas, consideradas em algum momento também uma nova ferramenta de comunicação, fazem parte da história daquilo que atualmente é significado como *fake news*.

Angrimani Sobrinho (1995) disponibiliza o relato envolvendo o empresário de jornais W. Hearst e seu ilustrador enviado a Cuba, em 1898, para evidenciar uma situação de calamidade:

(9) O ilustrador deu uma volta por Havana. Conversou com as pessoas. Achou tudo tranquilo e enviou um telegrama, pedindo para voltar. Hearst teria respondido: ‘Por favor, fique. Você fornece as ilustrações e eu consigo a guerra’ (1995, p. 23).

Esse enunciado de Hearst marcou como o papel da imprensa jornalística influencia os rumos políticos ao *criar* notícias. Por mais que seja um pressuposto do analista do discurso, conforme já mencionado, de que a realidade é construída pela linguagem, o que há nesses recortes é a divulgação de notícias enquanto uma maneira de interpelar sujeitos a apoiar causas ideológicas específicas.

¹¹ *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre.*

Não é só uma análise sobre o sentido dessas notícias, mas o sentido de manter um sentido das notícias. Nos termos de Mariani (1996), é manter uma agenda de pensamento, determinando o que os leitores podem e devem pensar. O exemplo de Hearst é um dentre tantos outros emblemáticos do século XX.

A montagem do imaginário de crise da Alemanha em 1930 contou com inúmeras acusações *falsas* referentes aos comunistas e aos judeus (HOBSBAWM, 1995). O golpe de estado de 1937, no Brasil, instaurando o Estado Novo, foi posterior à divulgação do fantasioso plano de um ataque judaico-comunista. Chamado de Plano Cohen, tal plano tratava exatamente de um nome judaico num momento em que comunistas e judeus eram imaginados como inimigos. Isso permitiu a seguinte afirmação que contempla a premissa da relação entre realidade, linguagem e historicidade, conforme já mencionada.

(10) O fato é que de obra de ficção o documento foi transformado em realidade (FAUSTO, 2013, p. 310).

A relação entre história e discurso se coloca no paradoxo do fato histórico poder ser condicionado por algo não factual. Considerando os exemplos do jornalista querendo uma guerra, de um governo totalitário querendo exterminar seus opositores, e de um governo querendo validar sua permanência no poder por um golpe institucional, a importância do imaginário e do simbólico foi determinante para que acontecessem os fatos históricos da guerra (hispano-americana), do nazismo na Alemanha e do Estado Novo no Brasil.

Para tal, foi necessário um agendamento de sentidos em que situações objetivamente definíveis (jornalísticas, governamentais, partidárias) fossem devidamente representadas como válidas e necessárias. Ressaltando não só a frequência do falso nos acontecimentos históricos como também os condicionantes da subjetividade constituindo os sujeitos através de... *fake news*.

Há, portanto, uma relação entre *fake news* e o histórico de notícias falsas. O novo nesse histórico, por sua vez, é mais um contingente tecnológico do que uma reestruturação discursiva na produção de imaginários. Conforme a premissa de maior circulação do termo *fake news* nos últimos anos da década de 2010, percebido nos recortes jornalísticos analisados por Mariani (2018), a demanda pela significação desse momento não deixa de nos interpelar.

As novidades, como a tecnologia das redes sociais *online*, permitem a maior pluralidade de vozes na divulgação e criação de notícias. Mais sujeitos estão sendo interpelados no posicionamento para repassar e até mesmo criar tais notícias. Isso mobiliza também mais pluralidade nas representações das situações em que as demandas por informações estão inseridas.

Ou seja, foi intensificada a própria pluralidade daqueles que se acha(va)m no controle de determinar o que se podia ler e pensar. Tal controle não está mais restrito a poucos empresários donos dos meios de comunicação e aos seus correligionários políticos. O agravante é que se as grandes corporações midiáticas perderam o monopólio na criação de *fake news* e suas próprias *fake news* são mobilizadas nas memórias de que essas corporações não seriam confiáveis. Isso impõe o relativismo niilista de que a retificação de uma *fake news* seria, ela mesma, uma *fake news*.

Todavia, como todo ritual ideológico é um ritual com falhas, “a não coincidência entre sujeito e sentido está na falha do ritual” (MARIANI, 2018, p. 15). Isso não só permite tanto a maior pluralidade entre as reações nos posicionamentos contrários aos sentidos circulados, quanto a maior pluralidade na representação da própria demanda ideológica.

Sendo assim, é a mesma relação da história com o discurso que limita as possibilidades da concretização de fatos históricos a partir de delírios comunicados. Se a linguagem cria realidade, essa realidade não é unânime. Da mesma forma que estamos condenados a significar os acontecimentos, os sentidos não se fecham, não se estabilizam. Há o mesmo no diferente, “uma relação contraditória porque não há um sem outro” (ORLANDI, 1998a, p. 15). A conjuntura das notícias sobre os iminentes ataques comunistas em 1930, 1950, 1960 e 2010 não são as mesmas, mas é pela repetição no diferente que o contraditório da história se estabelece. A língua toca e história equivocando e deslocando os sentidos criados pela nossa condenação a significar.

Tratar a realidade como criada pela linguagem não necessariamente significa negar a realidade. Se a realidade precisa passar pelo simbólico da linguagem (PÊCHEUX, 1995[1975]), há meios para lidar com as estruturas desse simbólico. Têm-se os dispositivos

de interpretação (ORLANDI, 1998b), por exemplo, ou a própria reflexão crítica metodológica sobre o que está sendo dito.

Se a humanidade sempre foi permeada por falsas notícias (BLOCH, 1921), foram criados meios para lidar com tais notícias. Estado de direito, pesquisas universitárias, liberdade de expressão e democracia possuem suas falhas como qualquer ritual ideológico, mas tornam possível evitar que a “ilusão” (PÊCHEUX, 1995[1975], p. 98) que constitui nosso imaginário se transforme em delírio.

Por meio da análise dos recortes discursivos sobre a construção do imaginário da ameaça comunista, conclui-se que os tempos de notícias falsas não são uma novidade. Neles há a interpelação para que sujeitos tomem um partido ideologicamente condizente com as estruturas sócio econômicas do capitalismo moderno referido por Pêcheux e Gadet. A marca da subjetividade, então, é a mesma: tome uma posição para se defender de uma ameaça imaginariamente determinada para manter o *status quo* político, econômico e social. Os meios materiais e tecnológicos da década de 2010 para espalhar *fake news* são novos, mas espalhar notícias falsas para consolidar imaginários ideológicos convenientes é uma prática antiga e repetitiva.

Ensaio u ma conclusão

Os recortes e citações bibliográficas relacionadas às notícias consideradas como falsas, analisadas neste texto, demonstram que fatos históricos também são consequências de imaginários discursivos. O comum percebido nos recortes é não apenas a polarização ideológica, mas a caracterização de que algo de muito ruim precisa ser evitado. Há uma determinação do que deve ser considerado importante e do que deve ser considerado perigoso, compondo cenários políticos propícios para projetos políticos econômicos específicos.

Portanto, a subjetividade que inscreve os sujeitos na demanda de defender um bem social e/ou nacional imaginário trabalha a partir de práticas discursivas recorrentes na história. Na defesa de uma posição ideológica para impor uma gestão política econômica específica, governos e instituições (principalmente canais de informação) alinhados a mesma ideologia se utilizam de notícias que a historiografia mostrou não terem sido embasadas factualmente. Ou

seja, pode-se dizer que é comum a prática pela imprensa de divulgar “*fausses nouvelles*”, conforme o uso do termo por Bloch (1921).

Tais práticas, pelas leituras de Pêcheux e Gadet (2004[1983]), fazem parte da relação entre o impossível linguístico com a contradição histórica, podendo constituir políticas econômicas e sociais por meios de “delírios comunicados”. Sendo essa, então, a condição política e ideológica daqueles que se constituem na posição de autoridade para dizer o que seria falso ou verdadeiro: seja um Goebbels para sustentar o Nazismo, seja um Hearst para angariar apoio para guerra hispano-americana; sejam alguns canais de mídia brasileiros agendando um pensamento de ameaça comunista para justificar o início do governo militar de 1964. Não há, portanto, uma ruptura histórica na década de 2010 em relação à divulgação de notícias falsas. Há uma maior diversidade, permitida pela tecnologia digital e *online*, de sujeitos capazes de divulgar tais notícias. Porém, a capacidade das tecnologias dos outros tempos não foi menos impactante na consolidação dos delírios comunicados e nas suas respectivas consequências políticas.

Conclui-se, portanto, que a disputa ideológica passa necessariamente pelo impossível linguístico e pela contradição histórica. Por se tratar de uma característica própria dos processos discursivos que possibilitam a eficácia material do imaginário, cabe à sociedade procurar meios para que a ilusão própria da relação simbólica entre a linguagem e o pensamento não se transforme em um delírio socialmente consolidado.

Referências

- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo da imprensa. São Paulo: Summus, 1995.
- BLOCH, Marc. *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre*. **Revue de synthèse historique**. Tome 33, 1921, https://fr.wikisource.org/wiki/R%C3%A9flexions_d%E2%80%99un_historien_sur_les_fausses_nouvelles_de_la_guerre, em 27/04/2019.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. São Paulo: Edusp, 2013.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAGAZZI, Suzy. **O juridismo marcando as palavras:** uma análise do discurso cotidiano. 1987. 109f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

MARIANI, Bethania. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259f. Tese (Doutorado em Linguística) - Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

MARIANI, Bethania. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de Fake News e processo de identificação. **Entremeios:** Revista de Estudos do Discurso, v. 17, 3-18, jul./dez. 2018.

MARIANI, Bethania. As formas discursivas e a ameaça comunista. *Línguas e Instrumentos linguísticos*. Nº 44, 266-285, jul/dez 2019

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil. 2000. 315f. Tese (Doutorado em história). USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

ORLANDI, Eni. Paráfrase e polissemia. **RUA** - Revista do Núcleo de desenvolvimento da Criatividade da Unicamp. Nº 4, 9-20, Campinas, março de 1998a.

ORLANDI, Eni. Dispositivos da interpretação. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, Vozes, 1998b, p. 79-98.

ORLANDI, Eni. Do sujeito na história e no simbólico. **Discurso e texto:** Formulação e circulação dos sentidos. Pontes, 2001. p. 99-108.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise. **A língua inatingível:** o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004[1983].

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso.** Campinas: Editora UNICAMP, 1997[1969]. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1995[1975].

TANDOC JR., Edson C.; LIM, Zheng Wei & LING, Richard. Defining “Fake News”. In: **Digital Journalism**, 6:2, 137-153, 2018. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>, acessado em 23/01/2020.

“RESISTIR PELA OPRESSÃO É PRECISO”: UMA ANÁLISE SOBRE DESLIZAMENTO DE SENTIDOS NA DISPUTA PELO PODER¹

Carolina Fernandes²

Eu não aguento a resignação. Ah, como devoro
com fome e prazer a revolta.
Clarice Lispector, em A hora da estrela.

Neste texto, buscamos compreender o deslizamento de sentidos das palavras “luta” e “opressão” bem como “guerreiro” e “opressor” que circulam em páginas da *web*, principalmente da rede social *Facebook*, cujas posições ideológicas são assumidamente “de direita” ou “conservadora”. Para analisar o movimento dos sentidos, é fundamental considerarmos que estes não estão colados à palavra, nem mesmo são distorções da realidade, mas que resultam de processos discursivos cujo funcionamento depende de condições de produção determinadas historicamente. Nessa perspectiva, elegemos a Análise de Discurso de vertente materialista (doravante AD) como o observatório mais favorável para compreender a forma como a linguagem materializa o *discurso*, objeto teórico, entendido como efeito de sentidos construído entre sujeitos interpelados por formações ideológicas³.

Para abordar os processos de significação junto aos de resistência, começamos nossa discussão teórica com o que já é um primado na AD, os pontos considerados incontornáveis para Michel

¹ Versão reformulada do trabalho “Resistir à resistência é preciso: uma análise discursiva do processo de deslizamento dos sentidos de ‘Opressão’ e de ‘Luta’” apresentado no evento VIII Seminário de Estudos em Análise do Discurso, realizado em 2017, na UFPE.

² Docente do curso de Letras e do Mestrado Profissional em Ensino de Línguas da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé, RS. É tutora no programa de Educação Tutorial – PET-Letras e líder do grupo de pesquisa Estudos Pecheutianos. E-mail: carolinafernandes@unipampa.edu.br.

³ Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2010, p. 27) define *formação ideológica* como sendo “uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado”.

Pêcheux em seu texto retificador “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês”, diz o autor ([1982] 2009, p. 281): “Não há dominação sem resistência”, o que significa que “é preciso ousar se revoltar; e ninguém pensa do lugar do outro, o que significa que “é preciso pensar por si mesmo”. O lema da revolta é comovente e compelativo: “sim”, pensamos, “vamos resistir, vamos nos revoltar, vamos pensar por nós mesmos, não cederemos passivamente à ideologia dominante”.

A defesa da resistência parece ser a fórmula de escape à “cegueira” ideológica, logo analistas desenvolvem esse conceito segundo seu funcionamento como prática discursiva de luta contra o domínio do Estado e da ideologia burguesa. E quando a resistência inverte o ponto de partida? Quando os sentidos pelos quais se luta servem à própria opressão que teima em resistir à democracia e aos discursos politicamente corretos? Como não há sentidos que se fazem predominantes sem que a eles se ponha uma resistência, outras formas de revolta surgem. Considerando o movimento dos sentidos da ditadura militar ao contexto atual, analisaremos neste trabalho os efeitos de sentidos que a polissemia de “luta” e “opressão” produzem na conjuntura político-social do país, questionando os efeitos positivos para toda e qualquer forma de resistência.

O conceito de resistência na AD e no contexto sócio-histórico brasileiro

O conceito de resistência é discutido por Leandro-Ferreira (2015) que releva como este se legitima no dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) agindo desde o modo como operamos os conceitos em nossa prática analítica, sobretudo porque a AD resiste enquanto teoria científica e resiste à linguística enquanto ciência piloto, já que em sua constituição opera uma desterritorialização para construir um novo campo teórico (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY [1971] 2010). Segundo a autora (2015, p. 161), a noção de resistência é da ordem da ruptura e se faz no interior da língua (por meio do equívoco), da história (por meio da luta de classes), e do sujeito (por meio do inconsciente). É, portanto, intrínseca à constituição do sujeito simbólico e social, o que o faz resistir à dominação “nem sempre de forma consciente e nem sempre de forma exitosa, mas o

faz sem cessar”, diz ela (2015, p. 165). E, ao resistir, o sujeito marca na linguagem sua contradição e seus dilemas resultantes da revolta instalada por certas desidentificações.

A língua na sua relação constitutiva e contraditória com o sujeito e a história comporta as falhas que abrem brechas para outros sentidos, antes inconcebíveis, e que surgem no fio do discurso. De acordo com Leandro-Ferreira (2000, p. 24): “para a AD, a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos, são *lugar de resistência*, lugar do impossível (nem tão impossível) e do não-sentido (que faz sentido)”. Como língua e sujeito se constituem mutuamente (PÊCHEUX, [1975] 2009), tais resistências vão incidir no discurso de diversas formas ao romper com um sentido e produzir um outro, tal qual o próprio ato de fundação da AD.

A resistência é, portanto, constitutiva do processo discursivo e não um adendo. É o que Pêcheux concluiu ([1982]2009) ao afirmar que não se pode pensar em dominação sem resistência, logo não se considera a interpelação ideológica ou a língua sem suas falhas. A ruptura é sempre uma possibilidade, por isso, nos textos teóricos é tão repetida a citação de Pêcheux ([1983] 1990, p. 54): “enunciados podem sempre vir a ser outros”. É nessa perspectiva que Orlandi (2009, p. 27) considera dois processos na produção de discursos: a repetição (paráfrase) que retoma uma mesma formação discursiva, e a ruptura ou deslizamento de sentidos (polissemia), que rompe com a formação discursiva dominante. A paráfrase é necessária para a construção histórica dos sentidos, constituindo a historicidade da língua, mas como os sentidos se movimentam conforme mudam as condições de produção, outras possibilidades de dizer surgem, como no caso em análise, em que a palavra “luta” no contexto da ditadura militar significa ir contra o regime de exceção e conclamar a democracia, já no contexto a ser analisado observamos a produção de sentidos diferentes.

A história de nossa nação é marcada pelos efeitos das práticas discursivas de *resistência*, das quais destacamos: a resistência à dependência de Portugal, a resistência dos negros à escravidão, e outra mais recente, a resistência à opressão da ditadura militar que incidiu na luta por democracia e pelo respeito aos direitos humanos. Instalado o golpe civil-militar de 1964, com a promessa de “defender o país da ameaça comunista” e “estabelecer a ordem para permitir o progresso”,

o governo militar suprime os direitos constitucionais e passa a perseguir os considerados “subversivos”, comunistas ou mesmo opositores ao regime. O medo não intimidou aqueles que “revoltados” (no sentido marxista-leninista como ressalta Pêcheux, [1982]2009) buscaram na luta armada o caminho para combater o Estado opressor.

Com o pretexto de condenar esses opositores por “terrorismo”, atos institucionais severos como o AI-5 deflagraram o terror na sociedade intelectual da época que, em virtude da identificação com formações ideológicas revolucionárias, viesse a se aproximar de membros dos grupos armados. Tamanha repressão, imposta por meio de tortura e morte dos acusados de crime político, não foi suficiente para calar a voz da resistência que se fez ouvir por meio das músicas censuradas e outras artes. Armas, arte e manifestações foram os modos de luta contra a opressão considerada necessária pelo Estado para garantir a ordem.

Nesse contexto, os discursos políticos dividiram-se entre o apoio aos militares e a oposição ao regime ditatorial, o que caracterizou a divisão entre esquerda e direita e no país:

No Brasil um componente importante do uso da terminologia esquerda e direita está relacionado com o apoio à ditadura militar (direita) e oposição à mesma (esquerda). Nesse cenário a defesa da democracia acaba sendo um carro-chefe para a esquerda, sobretudo na sua vertente participativa. A direita, mais avessa a estratégias consideradas “subversivas”, em nome da ordem defenderia a democracia representativa, com todas as suas nuances (SCHEEFER, 2014).

A produção de sentidos para esquerda e direita⁴ passam a configurar duas *formações discursivas*⁵ antagônicas no campo

⁴ Para Bobbio (1995, p. 31), esquerda e direita “são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habilmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas”. Entretanto, essa distinção não é precisa já que os sentidos se movimentam na inscrição da história na linguagem, tornando esses campos heterogêneos no seu próprio interior e produzindo convergências além de divergências. Por outro lado, a insistência no Brasil pela divisão política entre direita e esquerda nos leva a considerar essa distinção mesmo com suas contradições.

⁵ As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, “determinando o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2010, p. 27).

discursivo político que, a partir do movimento entre a paráfrase e a polissemia, produzem efeitos de sentidos distintos para “opressão” e “luta”: uma em paráfrase com o discurso do Estado, a direita da época julgava a opressão necessária, e a luta se fazia contra a desordem promovida pelos ditos “subversivos”; outra em rompimento com o discurso do Estado (polissemia), a luta a se travar era contra a opressão desumana de um governo ditatorial e capitalista.

Apesar do apoio de uma parte da sociedade, a demanda por democracia legítima começa a ressoar mais fortemente no corpo social dos anos 1970, obrigando o governo a uma abertura a qual promoveu de forma “lenta, gradual e segura” através da política de distensão de Geisel (INDURSKY, 2013, p. 325). O predomínio da intolerância cedeu, finalmente, com a repercussão internacional da morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Seu suicídio mal simulado não convenceu a imprensa internacional que pressionava o presidente Geisel para dar respostas sobre as ações militares contra civis que infringiam os direitos humanos, fato que era negado pela ditadura. Retratamos a resistência da população pelas palavras de Indursky (2013, p. 331-332):

Prisões, mortes, torturas, desaparecimentos marcaram a vida do país pós-AI-5. E a morte de Herzog funcionou como um estopim junto à sociedade civil. Uma missa ecumênica, reunindo milhares de pessoas dentro e fora da Catedral, na praça da Sé, no centro de São Paulo, foi celebrada em protesto pela morte de Herzog. Um forte aparato policial foi montado para impedir as pessoas de chegarem ao local, mas isso resultou em vão. A missa realizou-se com cerca de mil pessoas no interior da Catedral e milhares de outras dispostas pela escadaria e na Praça, gritando palavras de ordem pela volta da democracia.

Tal pressão social e internacional resultou na Lei da Anistia de 1979, cujo propósito de dar anistia ampla, geral e irrestrita aos acusados de crime político neste período estendeu-se aos acusados pelos “crimes conexos” a estes, ou seja, os torturadores e assassinos que agiram pelo regime militar também foram perdoados. Segundo Indursky (2013) ainda, a lei da Anistia não trouxe justiça para as famílias das vítimas, e serviu apenas como um “pacto social” firmado entre o governo militar e o poder legislativo mantido imutável até hoje.

As sequelas do que o país sofreu nos “anos de chumbo” produzem ainda seus efeitos, como questiona Indursky (2013, p. 324): “Com o

término da ditadura, esperava-se que as vozes até então capturadas voltassem a se fazer ouvir, mas não foi bem isso que sucedeu”. Para a autora (2015, p. 13), a Lei da Anistia se enquadra no que chamou de “Política de Esquecimento”, operada pelo Estado, mas também pela grande mídia identificada com o poder da classe dominante.

Como reação a essa Política de Esquecimento foi preciso reconstruir a memória histórica para não deixar em silêncio o que o Estado tentava apagar juntamente com seus documentos arquivados ou incinerados. Assim, como “Políticas de Resgate da Memória” (INDURSKY, 2015, p. 13), depoimentos e narrativas de sofrimento foram registrados de diferentes modos: em filmes, livros, documentários, pesquisas científicas, relatórios de movimentos sociais, tudo o que pudesse trazer à tona as atrocidades cometidas pelo governo e silenciadas pela mídia conivente com a ditadura. Ainda na tentativa de romper o silêncio das vítimas e se fazer justiça, mesmo que fosse uma justiça moral (INDURSKY, 2013), foi criada em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff, ex-guerrilheira e prisioneira política do regime militar, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cuja missão era “apurar as violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui a ditadura (1964-1985)” (DALTOÉ, 2016, p. 152). Para Daltoé (2016, p. 154):

A CNV vem, portanto, representar um importante instrumento para ajudar a reconstruir essa fase da nossa história sob um outro ponto de vista, a partir do relato das próprias vítimas e/ou de seus familiares nas audiências que promoveu por todo o País. Trata-se de um novo espaço de dizer, de uma narrativa outra.

Sob o cajado da história, a voz das vítimas se fez ouvir para contar sua resistência e seu sofrimento. De acordo com Indursky (2015, p. 13), além de fazer parte das Políticas de Resgate da Memória, a CNV funciona como um “acontecimento discursivo”, instalando uma nova discursividade sobre os acontecimentos históricos daquele período, mostrando que o Estado reconhece seus crimes, e imprimindo um gesto de interpretação de desmonte do imaginário de “anos dourados” para a ditadura ou mesmo de ditadura como “dita branda”, como é informalmente enunciado. Foi preciso muito trabalho de pesquisa para resistir ao apagamento histórico, travou-se uma “luta” simbólica contra o esquecimento imposto que, como veremos mais adiante, ainda convoca seus “guerreiros” a agir.

Como essas palavras produzem sentido hoje

Com a Análise do Discurso aprendemos que não há uma relação direta entre o homem e o mundo, entre as palavras e as coisas, visto que a linguagem faz a mediação imaginária e necessária nesse encontro do sujeito discursivo com o real que lhe é inatingível (GADET; PÊCHEUX, 2004). A linguagem está no mundo e não fora dele para representá-lo. Isso implica dizer que o sentido é material e a exterioridade constitui a materialidade linguística (PÊCHEUX, [1975] 2009), sendo essa relação, portanto, inerente ao processo significativo. Essa perspectiva não concebe um sistema linguístico mobilizando objetos previamente significados, mas considera que um sujeito ideológico produz sentidos para tal objeto a partir de um interdiscurso do qual lhe permite recuperar sentidos já produzidos em outros dizeres através do processo parafrástico. Esse processo de significação é, então, apagado pela ideologia que faz a linguagem funcionar como se fosse transparente. Segundo Orlandi (2007), esta é a função do imaginário: produzir o efeito de evidência de sentidos, de transparência da linguagem, de que só pode se falar assim.

Entretanto, Pêcheux ([1983] 1990) alerta para o fato de os sentidos sempre estarem em movimento e seus deslizes tornarem possíveis o rompimento com o imaginário instituído para produzir um novo modo de dizer. O que o autor ([1982] 2009) destaca é o aspecto político da linguagem que faz o dizer se dividir permitindo o sujeito rejeitar o já-dito (o realizado) e produzir outros dizeres que rompam com a ordem da continuidade (o irrealizado), “a polissemia”, segundo designação de Orlandi (2003).

Considerando as condições de produção em análise, observamos que os documentos sobre o regime militar formam um *arquivo*⁶ de textos, sons e imagens que alimentam continuamente a memória discursiva e a memória histórica sobre esse período, produzindo efeitos de sentidos para os significantes “opressão” e “luta” que resistem ao imaginário de “revolução” e “democracia” defendidos pelo governo militar da época. O arquivo que denuncia o abuso de poder cometido pelos militares funciona como uma tentativa de controlar esses deslizamentos e “congelar” os sentidos (ORLANDI,

⁶ Arquivo é definido por Pêcheux ([1982] 1994, p. 57) como o “conjunto de documentos sobre determinada questão”.

2003, p.15) que formam o imaginário dos “anos de chumbo”. Este é um modo de resistir ao apagamento na memória histórica que buscou forjar uma democracia encobridora do golpe de 1964 e do regime ditatorial que dele decorreu.

Dentre as formas materiais do discurso de resistência ao esquecimento/apagamento histórico, destaco o projeto que deu origem à série de documentários de mesmo nome: “Resistir é Preciso” (2014), com direção de Ricardo Carvalho e posto ao ar na TV Brasil em 2016 com classificação indicativa de 12 anos. O Projeto “Resistir é Preciso – Jornais que fizeram história”, do Instituto Vladimir Herzog, faz uma pesquisa historiográfica a partir de depoimentos de jornalistas, escritores, estudantes e ativistas políticos que resistiram à ditadura militar brasileira através da palavra impressa. Segundo a página do Instituto, o projeto busca “estimular o debate sobre a importância da imprensa alternativa e reafirma seu compromisso com a memória nacional, o desenvolvimento social do Brasil e a promoção dos direitos humanos, elementos fundamentais para o aprimoramento do regime democrático”. O documentário textualiza, feito um documento, a privação de liberdade, a repressão e mesmo a tortura a que eram submetidos os opositores ao regime militar, produzindo um efeito de verdade sobre tal acontecimento histórico.

O arquivo, segundo Orlandi (2003), funciona como memória institucionalizada que estabiliza os sentidos, é aquela “memória nacional” a que clamam os realizadores do projeto “Resistir é preciso”, que busca contar a “verdadeira história” da ditadura, aquela única possível de ser contada⁸ por essa formação discursiva. Entretanto, enquanto o arquivo funciona estabilizando os sentidos em torno do realizado, produzindo o efeito de consenso social, a memória discursiva continua trabalhando no interdiscurso⁹, trazendo ao eixo da formulação enunciados rejeitados por este arquivo, tais como “a época dos militares é que era boa”, “com a segurança fornecida pelos militares, o país estava livre da corrupção e da

⁷ Disponível em: <http://resistirepreciso.org.br/>.

⁸ Função esta exercida pela Comissão Nacional da Verdade, mantida pelo Arquivo Nacional entre 2011 e 2014, que resgatou documentos e depoimentos sobre as violações aos direitos humanos ocorridos durante o regime militar no Brasil.

⁹ Interdiscurso é o “complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 149), compreendendo o eixo vertical do dizer onde o discurso pode se constituir.

bandidagem”, “os militares promoveram um milagre econômico”, entre outros enunciados atualizados por uma parte da sociedade “ressentida da liderança” como afirma Indursky (2016, p. 79).

Ressaltamos o fato de, no contexto das manifestações de 2015 contra corrupção e o governo Dilma Rousseff¹⁰, certos jovens, que nasceram muito depois do término da ditadura, clamaram por intervenção militar, exaltando a imagem de “opressores” contra os “comunistas” ou “esquerdistas”, isso faz retornar discursos antes negados e moralmente censurados pelo Estado governado há 13 anos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), cuja orientação política está mais à esquerda¹¹. O discurso de adoração ao regime militar resiste à Política de Resgate da Memória, fazendo ressoar em diferentes redes discursivas, na internet sobretudo, enunciados mantidos no interdiscurso e que agora se atualizam no fio do dizer por meio da memória discursiva, produzindo um efeito de retorno, ou de *slow motion* como caracterizou Indursky (2019, p.142).

Desse modo, o processo de significação de “luta” e “opressão”, realizado entre os movimentos de paráfrase e de polissemia, depende da posição-sujeito¹² que o enunciador assume em sua relação com a memória discursiva, sendo, portanto, resultado de um gesto de interpretação (ORLANDI, 2007), e não de um sentido único e consensual.

Neste trabalho, analisamos esse processo discursivo a partir de recortes de páginas da internet, ou mais especificamente, de *homepages* de rede social que manifestam apoio ao discurso de opressão. Sendo a incompletude condição da linguagem e a dispersão o modo de circulação dos discursos, a noção de recorte como “unidade discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14) nos ajuda a organizar nosso gesto analítico de modo a tornar visível a polissemia

¹⁰ Segundo Indursky (2019, p.78), “os manifestantes que atenderam a tal chamamento e foram às ruas pertencem às classes média, e média-alta, alinham-se ideologicamente ao centro, ao centro-direita e à extrema-direita do espectro político brasileiro na contemporaneidade”, esse é o grupo social que estaria ressentido da liderança do país durante esses 13 anos.

¹¹ Ressaltamos que tanto Luís Inácio Lula da Silva, que exerceu dois mandatos na presidência da República, quanto sua sucessora Dilma Rousseff foram presos durante o regime militar.

¹² É a posição assumida pelo sujeito em determinada formação discursiva, a posição-sujeito representa “no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura da formação social” (LEANDRO-FERREIRA et al., 2001, p. 18).

em torno dos significantes “opressão” e “luta” bem como os de “opressor” e “guerreiro”. Estes foram buscados através de *hashtags* na rede social Facebook o que nos levou a diversas páginas de apoio ao político e ex-capitão do exército Jair Messias Bolsonaro. Como nosso foco estava no deslizamento de sentidos desses significantes, foram incorporadas aos *corpora* sequências discursivas (INDURSKY, 2013, p. 61)¹³ de outras redes, sites e notícias que passaram a compor o grande arquivo da pesquisa.

Tendo em vista que o dispositivo teórico-analítico da AD nada se assemelha a metodologias quantitativas, não é de nosso interesse saturar o *corpus* da pesquisa, mas selecionar, a partir dele, sequências discursivas (SDs) que possam nos fornecer pistas sobre o funcionamento dessa nova forma de resistência que surge dentro do próprio discurso de opressão. Assim, levando em conta as condições de produção, os objetivos da análise e o conflito entre as formações discursivas antagônicas, operamos quatro recortes, delimitados por nós conforme seu modo de funcionamento: Recorte 1 - A resistência da direita, Recorte 2 - Oprimindo nas escolas, Recorte 3 – Oprimir é legal, Recorte 4 – A luta pela opressão continua¹⁴. Compõem as SDs diferentes materialidades como a linguística, a audiovisual e a imagética. As SDs foram numeradas sequencialmente em cada recorte, compondo quatro blocos de unidades discursivas que, no decorrer das análises, nos permitem compreender o funcionamento da resistência que produz o deslizamento e a polissemia para os sentidos de luta e opressão.

Analisando as produções de sentido na rede

Sendo que não há “ritual sem falhas” como diz Pêcheux ([1982] 2009), não há garantia no controle dos sentidos pelo arquivo. E

¹³ Para a autora (2013, p. 61), sequência discursiva (SD) é o que resulta do gesto de recorte operado pelo analista de discurso que “recorta uma porção indissociável de linguagem-e-situação”, ou seja, a SD não é um fragmento da superfície linguística, mas o todo dessa porção da materialidade constituída pela exterioridade.

¹⁴ A nomeação dos recortes representa os efeitos de sentidos que são a partir deles produzidos.

diferente da memória social (INDURSKY, 2015, p. 12)¹⁵ que se pretende neutra e uníssona, apagando os sentidos indesejados pela formação discursiva dominante, a memória discursiva funciona resgatando os sentidos possíveis para luta e opressão dentro daquilo que já foi dito antes e em outro lugar (o patamar do interdiscurso), onde os dizeres podem ser recuperados no intradiscurso para ressoar na matéria atual fazendo-a legível e interpretável. Isso significa que não apenas os sentidos do lado da esquerda ou da anti-ditadura são recuperados, aqueles dizeres a favor da intervenção militar que incitaram o golpe de 1964 também são possíveis de retornar pelo trabalho da memória do dizer. Isso é o que vemos nos comentários sobre o documentário já mencionado “Resistir é preciso”:

Recorte 1: A resistência de direita

SD 1 São tudo comunista, querem distorcer a história. Os militares estavam apenas lutando contra o comunismo no Brasil. Péssimo documentário...

SD 2 Bando de nojentos... Ficam contando vantagens, golpezinhos, rindo, todos espertalhões.

SD 3 Cambada de comuna !! Viva os militares que salvaram o Brasil dessa raça !! Esses comunas torturaram também !! Na URSS o povo lá não foi torturado ?? E aqui não torturaram ninguém ??? Eram todos bonzinhos ???

SD 4 Lamentável essa merda, continuam distorcendo, sorte que tem pessoas que não caem nessas falácias, meias verdades. Coitadinhos deles, bando de safados¹⁶.

O documentário, ao revelar as atrocidades das torturas cometidas pelo governo militar e escancarar a farsa do suicídio do jornalista, é avaliado como “péssimo” e “lamentável” para determinados internautas que comentaram na página. E o que é retratado no audiovisual produz para esse sujeito discursivo o efeito de sentido de distorção da realidade ou “falácias” contatas por “comunistas” ou ainda, “comunas” e “bando de “nojentos” ou “safados”¹⁷ como designam nos SDs acima.

¹⁵ INDURSKY (2015, p. 12) define memória social como “um conjunto de saberes regulados por Aparelhos Ideológicos de Estado, filtrados e discursivizados por práticas inscritas em Formações Discursivas”.

¹⁶ Disponível em: <http://www.ocafezinho.com/2016/03/26/resistir-e-preciso-documentario-em-serie-conta-a-historia-da-imprensa-alternativa-na-ditadura-militar/>. Acesso em 12 de maio de 2017.

¹⁷ Para Indursky (2019), no Brasil, o movimento anticomunismo produz um discurso de ódio que enverga da posição-sujeito de direita para a posição-sujeito fascista.

Para o sujeito identificado com o regime ditatorial, a luta legítima é aquela contra a ameaça de uma revolução comunista e se faz por meio de uma “opressão necessária” para proteger o povo brasileiro do comunismo. Notamos, assim, que essas formulações se inscrevem em uma formação discursiva de apoio à intervenção militar e condena a subversão como atos terroristas de comunistas. Há, portanto, uma tentativa de revisionismo do arquivo histórico, onde a língua é afetada pela fratura na memória coletiva, que segundo Indursky (2015, p. 24) promove uma “dobradura” na memória que recalca os sentidos antes produzidos. Desse modo, “opressão” se torna algo pelo que lutar e não o contrário. No contexto de disputa eleitoral de 2018, a “Série Oprimindo nas escolas” da página do Facebook “Alunos de Direita”¹⁸ produz o efeito de sentido de que oprimir e ser opressor ou guerreiro (por lutar do lado da opressão) deve ser visto com admiração como mostraremos a seguir.

As sequências abaixo são descrições divulgadas na página Alunos de Direita de fotografias de jovens em sala de aula, diante do quadro negro com os dizeres “Bolsonaro 2018”, alguns fazem sinal de continência e outros fazem gesto de arma com a mão¹⁹. A “série” ganha repercussão na *web*, sendo citada em outras redes, em canais do *Youtube*, e em *homepages* de *think-tanks*²⁰ como vemos na figura 02 (SD 1).

¹⁸ A página <https://www.facebook.com/alunosdedireita> acessada em julho de 2017 não está mais disponível em março de 2020, é possível, entretanto, encontrar publicações similares em <https://www.facebook.com/eueradireitaenaosabia>, <https://www.facebook.com/groups/comecouaopressao/> e https://www.facebook.com/pg/jovensdedireita/posts/?ref=page_internal e no perfil <https://www.facebook.com/alunos.dedireita.77>

¹⁹ Por respeito ao direito de imagem não divulgaremos as fotografias aqui mencionadas, apenas a figura 02 que traz a imagem de uma publicação *on line* sobre as fotografias.

²⁰ *Think tanks* são entidades que se dedicam a produzir e difundir informações sobre temas específicos com o propósito de influenciar a sociedade e decisões na política, segundo Nexo Jornal disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/01/O-que-s%C3%A3o-think-tanks.-E-como-eles-influenciam-a-pol%C3%ADtica>. Acessado em 02 de março de 2020.

Recorte 2: Oprimindo nas escolas
SD 1

Figura 1: Print da página Alunos de Direita tratando da publicação do site ILISP.org sobre postagens da Série Oprimindo nas escolas²¹.



The image is a screenshot of a Facebook post. At the top left is a profile picture of a cartoon character. To its right are icons for 'Curtir', 'Seguir', 'Compartilhar', and a three-dot menu. The page name 'Alunos de Direita' and the handle '@alunosdedireita' are visible. The post text reads: 'A nossa serie "oprimindo nas escolas" ta dando o que falar hein? Alunos de Direita'. Below the text is a video thumbnail showing several students in a classroom, some with their hands on their heads. The caption below the video says: 'Alunos são suspensos por apoiarem Bolsonaro, mas críticos do político não Os estudantes da escola estadual Professora Alda Façanha foram suspensos após demonstrarem apoio à candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro para...'. On the left side of the screenshot, a sidebar shows the page name 'Alunos de Direita' and a menu with options: 'Página inicial', 'Publicações', 'Avaliações', 'Vídeos', 'Fotos', and 'Sobre'.

O texto da organização neoliberal ILIPS critica o fato de alunos terem sido suspensos após manifestação de apoio ao então candidato Jair Messias Bolsonaro para publicação na página do Facebook, ao passo que as escolas não censurariam os alunos que criticam o mesmo candidato, reproduzindo o discurso de que a escola é partidária da esquerda. A seguir trazemos algumas descrições que foram postas junto às fotografias divulgadas na página Alunos de Direita:

SD 1: Esses **guerreiros** de SP mandaram sua foto **opressora** e nós publicamos para vocês... Parabéns **guerreiros** por escolherem o único homem que não tem rabo preso nesse país, ele mesmo Jair Messias Bolsonaro!

SD 2: Essa turma de **guerreiros** de Campinas, SP já decidiram que para mudar o Brasil precisamos de Jair Messias Bolsonaro para presidente em 2018, e você ainda tem dúvidas?

²¹ A publicação está disponível no link: <http://www.ilisp.org/noticias/alunos-sao-suspensos-por-apoiarem-bolsonaro-mas-criticos-do-politico-nao/>. Acessado em 01 de março de 2020.

SD 3: Direto da baixada fluminense no Rio de Janeiro, esses **guerreiros** mandaram seu apoio para nosso futuro presidente Jair Messias Bolsonaro. Parabéns jovens **guerreiros**, a direita está dominando o Brasil e libertando os jovens da doutrinação marxista do ensino do MEC.

SD 4: Por mais perseguições que nossa página tem levado por parte de diretores de escolas doutrinados pelo marxismo, não vamos parar, a **opressão** continua e os alunos mostram que não são ovelhas, mas leões. 2018 essa cultura começará a minar de maneira que deixará de existir no Brasil.

Opressor, opressora e opressão nestes enunciados dizem respeito a quem resiste à “doutrinação marxista”, lutando como um “guerreiro” pela libertação dessa formação ideológica. Os sentidos produzidos para os significantes “opressão” e “guerreiro(s)” retornam com seu efeito de necessidade na resistência ao arquivo de *Resgate da Memória* (INDURSKY, 2015) que acaba circulando nas escolas. O apoio à candidatura de Jair Bolsonaro (SD3) materializa essa posição ideológica, já que o candidato e capitão da reserva do Exército defende publicamente a ditadura militar até mesmo homenageando torturadores²². Além dessa “luta” dentro do próprio aparelho do Estado, a ressonância da opressão se faz presente em outros contextos, banalizando seu uso como veremos no recorte 3.

Recorte 3: Ser opressor é legal

Esse recorte é constituído a partir da busca no Facebook pela hashtag “opressor” que nos levou a páginas como esta de Alunos de Direita que idolatram o político Jair Messias Bolsonaro como um “mito”, o “guerreiro” ou ainda o “herói” salvador de nossa pátria (Figura 02). A busca foi realizada no contexto pré-eleições presidenciais, no ano de 2017.

²² Sobre isso ver análise de DALTOÉ, Andréia da S; A; MARQUES, Juliane da S. A im(p)umidade parlamentar: ditadura e memória. *Memorare*, Tubarão, v. 4, n. 3. Dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 61-77, set./dez. 2017.

SD 1

Figura 2: Print da página do Facebook “Alunos de Direita”.



A imagem do até então candidato à presidência com escudo na mão e vestido como um super-herói da república produz o efeito de sentido de que ele seria a salvação para o país, combateria o mal, livraria a população daqueles que consideram os usurpadores da nação. Sobre o funcionamento discursivo da figura do herói afirmam Grigoletto e De Nardi (2015, p. 120):

Nos diferentes olhares que se colocam sobre o herói, o que aparece como recorrência é o fato de ser ele uma fonte perene de identificações imaginárias e de identidade coletiva, desde as antigas epopeias, quando se estabelece sua ligação estreita com o mito nacional, até a contemporaneidade, quando ele assume aspectos peculiares em representações culturais fortemente mediadas pelos discursos midiáticos, com sua propensão à espetacularização.

O sujeito autodesignado “opressor” se identifica com um grupo social, produzindo o efeito de uma “identidade coletiva” como dizem as autoras acima, ou ainda, uma espécie de “irmandade” que venera seu mito - codinome dado ao deputado desde a campanha presidencial. A defesa do armamento da população em seu discurso político também serviu para fomentar identificações identitárias com esse “mito ou herói” como vemos nos gestos feitos com as mãos por seus eleitores que representam armas assim como o próprio Bolsonaro costuma fazer (SD2 por ex.).

As SDs a seguir são descrições de fotografias de usuários da rede social publicadas na *homepage* Alunos de Direita:

SD 2: Quando o casal é **opressor** e os amigos também são, não tem como a foto ficar melhor hein? Parabéns pela bela foto **guerreiros**. [Descrição para a fotografia de noivos no casamento com dois amigos, um com uma arma na mão os outros fazendo arma com o gesto das mãos, um deles ainda carrega um papel escrito “Bolsonaro 2018”].

SD 3: Aquele bolinho surpresa bem **opressor** #bolsonaro2018 #**opressor**. [Descrição para menino em sua festa de aniversário, o bolo traz o rosto de Jair Bolsonaro que aparece também no banner de fundo vestido de super-homem].

SD 4: Santo Treino **Opessor!!** OSSS #mma #boxygirl #opressor [mulher sobre os ombros de dois homens, todos lutadores de MMA em posição de luta].

SD 5: Olha que **opressor** mais lindo... quantas curtidas ele merece? Parabéns pelos pais que estão criando esse lindo garoto nos caminhos certos. Sem MIMIMI #Bolsonaro2018 #**opressormirim** [Descrição da foto: a mãe mostra o filho de um ano vestindo camiseta branca com a imagem do rosto de Bolsonaro em preto e os dizeres: “Chega de MI MI MI”].

Nessas SDs a palavra “opressor” serve para qualificar positivamente o casal e seus amigos, o bolo de aniversário, treino de MMA e o garotinho; assim equivale a algo “legal”, “intenso”, “bem-feito”, “bonito”, “gracioso”, “interessante”. O efeito de sentido para “opressor” extrapola aqui a teia de sentidos construída pelos processos sócio-históricos que engendram a relação entre as classes sociais, passando o significante a ser usado de modo trivial para caracterizar tudo que possa ser elogiável dentro desta formação discursiva. Além disso, ressaltamos na SD 5 o uso da expressão “Chega de MI MI MI” enunciada pelos sujeitos identificados com o discurso bolsonarista para se referir com desdém a reivindicações da parcela oprimida da população que sofre preconceito, violência ou mesmo descaso do poder público. Nessa formação discursiva, eleger

tal candidato significaria banir esses discursos da sociedade e promover uma inversão das políticas públicas em que quem se beneficiaria seria o taxado “cidadão de bem”, o trabalhador que trabalha duro e não reclama das condições empregatícias, a pessoa que é promovida pelos seus méritos (isso dentro do discurso da meritocracia) etc.

O efeito de identidade coletiva continua nas próximas sequências discursivas:

SD 6: Pra começar bem o fds dando aquela **oprimida...** #bolsomito #bolsonaro2018 #opressor#perdendoamigosnofacebook #choraesquerda #comofiltraramigosnoface

SD 7: Se preparando para **oprimir** na faculdade hein? Parabéns pela atitude **guerreiro**.

Nas SD 6 e 7, os sujeitos-enunciadores trazem na camiseta estampado o rosto e/ou nome do então candidato à presidência “Bolsonaro”. Uma das camisetas ainda mostra os dizeres: “É melhor JAIR se acostumando, Bolsonaro 2018”, o que, pela homofonia entre o nome Jair e as palavras “já ir”, produz um efeito de provocação, levando ao que o outro post enuncia: “[*hashtag*] perder amigos no Facebook”. A camiseta materializa visualmente sua posição ideológica, remetendo a que grupo o sujeito pertence, expondo uma identidade forjada na identificação com o movimento atual de “opressão” e resistência ao temido “comunismo”, ou ainda, aos considerados inimigos da pátria que atrasam seu progresso, àqueles do “mi mi mi”. A expressão “vestir a camiseta”, originalmente usada na discursividade futebolística, remete a comprometimento, colaborar com seus pares para um resultado positivo para o grupo. Por isso, fala-se em “vestir a camiseta” da empresa, da instituição, da organização, do partido etc. Neste caso, não há uma unidade partidária ou uma organização propriamente que singularize uma identidade política, mas o efeito de identidade/unidade se faz em torno da escolha de um candidato manifestada publicamente pela exposição na camiseta de seu nome ou de seu rosto. Observa-se também que as atividades descritas nas SDs são parabenizadas pelos administradores da página como atos de coragem de “guerreiros”, incentivando sua prática como uma “luta necessária”.

Recorte 3: A luta pela opressão continua

Embora, no contexto atual em que o candidato já foi eleito e a *homepage Alunos de Direita* não esteja mais disponível na rede, suas publicações serviram aos propósitos de divulgação e filiação de jovens ao discurso bolsonarista preparando o terreno para as eleições de 2018. E ainda hoje encontramos outras *homepages* e grupos privados na rede social com o mesmo propósito de lutar contra a esquerda considerada por eles “doutrinadora”, e resistir ao discurso progressista de aceitação à diversidade, sobretudo a de gênero, tal qual vemos no texto de apresentação da *homepage* “Eu era direita e não sabia”²³ (SD 1).

SD 1: A direita venceu!

Ficamos felizes de fazer parte dessa história, dessa **batalha** que travamos ao lado do capitão Jair Bolsonaro durante todos esses anos. Nossa página chegou a ser a maior do Brasil e continua sendo a maior do estado da Bahia, em meio a muitas perseguições por parte do Facebook, **resistimos** e somos a única página de grande porte de direita que não foi derrubada.

Foi uma satisfação termos conhecido o nosso capitão quando ele ainda só era um sonho, agora continuamos a **luta** pois essa esquerda medíocre juntamente com mídias jornalística tipo rede Globo e Folha de São Paulo, tentam a todo custo nos trazer desordem e caos.

Vencemos a batalha, mais a **guerra** ainda esta longe de acabar.

Força Capitão, força **guerreiros** seguidores, juntos somos invencíveis.

Grato

Nesta apresentação da página em formato de carta é discursivizado o conflito político entre direita e esquerda, enaltecendo as virtudes daqueles que se identificam com a formação discursiva de direita e desmerecendo aqueles que defendem uma formação discursiva de esquerda (como indica a palavra “medíocres”). Essa comparação reforça a configuração de um grupo social distinto que se identifica com os mesmos interesses, valores e ideais, ou seja, discurso, e se opõem a outro grupo caracterizado por este como sendo o rival, “a esquerda”. Na nomeação da *homepage* “direita” tem duplo sentido: de representar a direita política e a “pessoa direita”, “correta”, “íntegra”.

²³ Disponível em <https://www.facebook.com/eueradireitaenaosabia>. Acessado em 02 de março de 2020. O texto de apresentação é reproduzido tal qual.

SD 2

Figura 3: imagem da *homepage* “Eu era direita e não sabia”.



Na imagem do perfil que aparece na SD 2, as mãos oferecem duas pílulas, a mão direita, uma verde, e a esquerda, uma vermelha, fazendo alusão ao filme de ficção científica *Matrix* em que o personagem Neo teria de escolher: conhecer a verdade (tomando a pílula vermelha) ou continuar com a ilusão que aprisiona o sujeito em um mundo de mentira (tomando a pílula azul)²⁴. Estamos considerando que a oferta de pílulas vermelha e verde pela *homepage* faz uma paráfrase discursiva do filme *Matrix* com duas reformulações: pois apontaria a pílula vermelha, por representar a cor da bandeira comunista, como aquela que manteria o cidadão alienado à realidade; e a cor verde, por remeter ao brasão da república, representaria a pílula da verdade no lugar da azul, reformulando assim as alegorias trazidas no filme. A página, com a pílula “verde” (o que também pode representar a cor do exército brasileiro), promete oferecer a “verdade” em suas postagens desmentindo notícias da grande imprensa, como rede Globo e Folha de São Paulo, mencionadas na apresentação e atacadas em algumas

²⁴ Cena do filme disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Nqgc-UgpEww>. Acessado em 03 de março de 2020.

postagens²⁵. A polarização política materializada nas SDs 1 e 2 representa imaginariamente a luta contra o “bem” e o “mal”, travada nas eleições e que, mesmo vitoriosa “na batalha”, persiste face às críticas ao governo Bolsonaro. É então que se faz necessário “lutar” para preservar a imagem do “mito” como veremos a seguir.

Reproduzir as críticas de especialistas ao governo, a repercussão que geram seus comentários agressivos, as críticas à sua postura não cordata é visto como uma afronta ao governo Bolsonaro, o que suscita a resistência do sujeito-bolsonarista para preservar a imagem de “mito” do político. Ao mesmo tempo em que ataca a mídia por fazer tais críticas, o bolsonarista usa as redes sociais para mostrar apreço às atitudes censuradas do presidente, como observamos na SD 3:

SD 3:

Figura 4: postagem na homepage “Eu era direita e não sabia”.



O gesto que o presidente faz com o braço, ironicamente chamado de “carinho”, mostra desprezo pelos sujeitos descritos na postagem: bandidos, jornalistas maliciosos, esquerda, petistas e opositores ao governo que são vistos como “coisas” e “pessoas” que não querem “ver o Brasil grande”, ou seja, são do contra só para não

²⁵ Para respeitar a limitação do corpus selecionado para esse artigo não abordaremos essas postagens aqui. Porém cabe ressaltar que o próprio presidente Bolsonaro, desde a campanha, citava o versículo bíblico: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” - Jo 8:32, na promessa de trazer a verdade e libertação ao povo.

permitir que o país cresça. A resistência se faz aqui pela convocação aos seguidores da página a ignorar quaisquer comentários e notícias que desqualificam o governo. Não permitir a polissemia sobre Bolsonaro não seria esta a própria ação de tomar a pílula da ilusão? A alienação parece se fazer só de um lado segundo a FD de direita. Na AD, sabemos que a “emancipação” da ideologia não é possível, sendo que é o que constitui o indivíduo em sujeito social (INDURSKY, 2007). Explica Indursky (2007) que o sujeito se desidentifica com uma formação discursiva porque já está inserido em outra. No caso do bolsonarismo, o sujeito rejeita os comentários contrários ao seu herói porque está completamente interpelado por uma posição-sujeito de extrema direita.

A resistência se faz pelo desejo de mudança, de que sejam possíveis as mudanças prometidas na eleição, assim, para dar plenos poderes ao presidente eleito, discursos sobre o fechamento do congresso e convocação a marchas antidemocráticas retornam como modos de manter, mesmo que por meio de opressão, o “mito” no poder. A convocação à militância virtual é feita diariamente em diversas páginas de rede social sob a *hashtag* “Bolsonaro tem razão”, referindo-se a suas opiniões a respeito da condução do país que não são respeitadas pelos demais poderes²⁶.

Em meio a uma crise mundial de pandemia de Coronavírus, em que as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) é fazer o isolamento social, o presidente Jair Messias Bolsonaro incentiva seus seguidores a participarem presencialmente de manifestação a favor de seu governo. Sem proteção contra a infecção, o presidente interage com os manifestantes que carregam cartazes com pedidos de fechamento de congresso e retorno do Ato Institucional número 5, que dava amplos poderes ao Estado para punir seus opositores como vemos no banner do ato trazido na SD 4:

²⁶ Por exemplo as críticas feitas ao presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia, por não aprovar na íntegra emendas e projetos de lei propostos pelo gabinete presidencial como o decreto das armas, que flexibilizou o porte de armas e munições, mas não garantiu a exclusão de ilicitude, pauta eleitoral importante para a extrema direita. Ou o ministro da Saúde, na época, Luiz Henrique Mandetta, que rejeitava a proposta de Bolsonaro de instituir isolamento vertical ao invés de horizontal como medida de contenção da pandemia de Coronavírus.

SD 4:

Figura 5²⁷: postagem na homepage “Somos Todos Bolsonaro”.



A SD 4 mostra a bandeira nacional, símbolo pátrio, toda craquelada, como se fosse o país em ruínas, um braço de pele clara acorrentado em gesto de luta, representando o patriota que quer lutar sendo impedido por correntes e os dizeres: “AI-5 já” e “Povo que não luta acaba humilhado e escravizado”. Essa postagem serve como convocação à manifestação que reuniu os apoiadores do presidente que está sendo, segundo eles, impedido de governar e por isso o “povo” (dito assim de forma apagar a heterogeneidade) deve “lutar” ou seja mostrar seu apoio e pedir por intervenção militar para fechar o congresso, extinguir os partidos políticos e punir aqueles que impedem Bolsonaro de fazer as mudanças prometidas.

Voltamos a falar da gestualidade da forma material que esse discurso assume. Por a imagem produzir um impacto maior que a palavra, o recurso visual é frequentemente usado nas redes sociais para chamar a atenção do olhar do sujeito-internauta. Assim, as cores, as formas, a textura, tudo produz sentido, e o contraste entre o verde/amarelo com o vermelho remete ao imaginário da oposição entre o lado em que se está e o lado que se quer silenciar, suprimir. Após o ato ser taxado pela mídia como antidemocrático, a página do Facebook “Somos Todos Bolsonaro” começou uma disputa virtual

²⁷Disponível em: https://scontent.fria4-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/93854637_26338808067223_67_4893621703394983936_n.jpg?_nc_cat=102&_nc_sid=8024bb&_nc_ohc=vWD9z1e8ZJ4AX9qtvay&_nc_ht=scontent.fria4-1.fna&oh=c13b64f5273015c7a3866035dfec5aac&oe=5EC22893. Acessado em 20 de abril de 2020.

com a esquerda que disparava na rede entre os “assuntos do momento” com a *hashtag* “impeachmentdoBolsonaroURGENTE”. Moderadores da página e o uso de robôs²⁸ convocaram a militância cibernética a aumentar a contagem de *tags* usando exatamente a mesma *hashtag*: #FechadoComBolsonaro a fim de mostrar superioridade quanto ao número de seguidores²⁹, produzindo assim o efeito de que a maioria está ao lado de Bolsonaro. A partir dessa chamada, a repetição parafrástica da tal *hashtag* se faz de forma mnemônica e ininterrupta nos comentários, apenas para ultrapassar “os números da esquerda”³⁰.

A partir dessa análise, foi possível compreender que o deslizamento de sentidos de “luta” e “opressão” resulta da disputa pela estabilização dos sentidos acerca do regime militar no país, os efeitos de necessário e de inviável representam os polos desses discursos antagônicos que dividem a sociedade, não apenas em direita e esquerda, mas considerando todas as nuances das formações ideológicas que constituem o corpo social brasileiro.

Considerações finais

A partir de nossa análise, observamos que as forças políticas afetam a linguagem, provocando tensão no dizer “opressão” e “luta” e uma disputa pelo controle dos sentidos e pelo gerenciamento da memória coletiva. Assim, o efeito de sentido de “luta” como luta por liberdade e de “opressor” como aquele que priva as pessoas dela não se tornam consensuais, mas produtos do conflito entre resistências de ordens distintas.

Entendemos que esse fenômeno semântico se relaciona à teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, de Althusser (1992). Segundo o

²⁸ Perfis falsos usados para disseminar ataques a adversários e frases pró-Bolsonaro nas redes.

²⁹ Mais sobre o assunto: <https://www.poder360.com.br/opiniao/midia/live-do-ai-5-mobiliza-bolsonarismo-nas-redes-sociais-escreve-manoel-fernandes/>. Acessado em 03 de maio de 2020.

³⁰ Desviaremos muito o foco do artigo se formos tratar da repetição no nível intradiscursivo operado por robôs virtuais, apenas ressaltamos o uso desse mecanismo para disseminar discursos e promover uma imagem de glória: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/monitor-de-robos-constata-perfis-falsos-fizeram-explodir-hashtags-pro-bolsonaro>. Acessado 03 de maio de 2020.

autor (1992, p. 38), “toda luta de classes política gira em torno [...] da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de frações de classes”, no entanto, salienta o autor (1992) que essa tomada de poder não implica uma transformação imediata no aparelho do Estado. Entendemos que as alianças políticas e entre as classes que permitiram a eleição e a manutenção de um governo “de esquerda” no Brasil produziu certa reconfiguração do poder, porém não efetivou a reestruturação do aparelho do Estado, que, preservando intactos os privilégios da elite brasileira, não favoreceu o rompimento com a formação discursiva dominante. A ascensão política de opositores ao regime militar possibilitou o acontecimento discursivo de políticas de Resgates da Memória, mas não causou o silenciamento das vozes da repressão que continuaram ressoando no interdiscurso e irromperam de modo contundente no fio discursivo para eleger políticos conservadores e até mesmo propagadores de discursos de ódio.

O arquivo institucional não foi suficiente para estabilizar os sentidos e tampouco seria eficiente para evitar as falhas na interpelação ideológica que defende um Estado Democrático de Direito. É nas brechas da linguagem que a formação discursiva de direita vai resistindo e convocando seus “guerreiros” para “lutar” a favor de uma intervenção militar que reprima e silencie seus adversários. Considerando, portanto, a polissemia e a resistência constitutivas da linguagem e do sujeito, assim como de todo processo discursivo, não há como escapar do antagonismo, é a resistência que domina na alternância entre os diferentes poderes. O que nos cabe como analistas, portanto, é compreender o processo como propôs Hanna Arendt:

Compreender não significa negar o ultraje, subtrair o inaudito do que tem precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. [...]. Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido (ARENDR, 2012, p. 21).

Compreender, para Arendt (2012), também é um modo de resistência. Não significa considerar aceitáveis todos os sentidos, mas entender que são possíveis de existir e podem promover mudanças assim como retrocessos.

Referências

- ALTHUSSER, Louis (1968). **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ARENDT, Hanna. **Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Bobbio, N. (1995). **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP.
- DALTOÉ, Andréia da Silva. A comissão nacional da verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade e Em busca da verdade. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 16, n. 1, p. 153-167, jan./abr. 2016.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel (1981). **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. São Paulo: Pontes, 2004.
- GRIGOLETTO, Evandra; De Nardi, Fabiele S. A (des)construção do herói nos discursos sobre o mensalão: o caso Joaquim Barbosa. **Desenredo**, v. 11, n. 1, jan-jun. 2015, p. 118-133.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul (1971). A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, 13-32.
- INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.) **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.
- INDURSKY, Freda. As outras vozes e as feridas ainda abertas (posfácio). In: _____. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, p. 323-342.
- INDURSKY, Freda. Políticas do esquecimento X políticas de resgate da memória. In: FLORES, G. G. B. et al. (orgs.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia. V. 1**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 11-27.
- INDURSKY, Freda. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, Evandra ; DE NARDI, Fabiele S. (orgs.). **A Análise do Discurso e sua história**: Avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 65-103.
- INDURSKY, Freda. Discurso, Mídias e formas de resistências. In: FLORES, G. G. B. et al. (orgs.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia. V. 4**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 125-145.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina et. al. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Letras, 2001.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir... Primado prático discursivo! In: FERRARI, Alexandre Soares et al. (Orgs.). **Discurso, resistência e ...** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2015, p. 159-167.
- ORLANDI, Eni P. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: _____. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003, p. 7-20.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel (1983). **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel (1982). Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni et al. (Orgs.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 55-66.
- PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, Michel (1982). Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 269-281.
- SCHEEFFER, Fernando. Esquerda e direita: velhos e novos temas. In: 38º Encontro Anual da Anpocs. **Anais [...]**. Caxambu, MG, 2014.

O DISCURSO DE ÓDIO NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Ercília Ana Cazarin¹

Mariana Jantsch de Souza²

Considerações preliminares

Em Análise do Discurso, teoria em que este texto se ancora, é consenso, a partir do escrito por M. Pêcheux (1988), que as palavras, as expressões não significam *a priori*, pois, as mesmas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. Assim, a partir do processo discursivo em que ocorrem e também da formação discursiva (FD)³ em que se inscrevem os sujeitos, é que poderemos compreender como um determinado discurso funciona e que efeitos de sentido produz. Também é consenso que sujeito e sentido se constituem concomitantemente e, nesse processo, é determinante pensar a ideologia que subjaz a cada FD, bem como o político que está em jogo no discurso em análise.

¹ Professora aposentada, doutora e mestre em Teorias do Texto e do Discurso pelo Programa de Pós-Graduação da UFRGS. O último programa de Pós-Graduação no qual trabalhou foi no PPGL da UCPel, Pelotas. Tapes-RS. E-mail: eacazarin@gmail.com.

² Professora doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sulriograndense (IFSUL- campus Venâncio Aires-RS). Doutora em Letras pela UCPel, mestre em Letras pela UFPel. Santa Cruz do Sul-RS. E-mail: marianajsouza@yahoo.com.br.

³ Para Pêcheux, FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (2009, p. 147). É um constructo teórico, não é da ordem do empírico. É da ordem do imaginário: é, imaginariamente, o lugar de dizer em que o sujeito se inscreve no interior da FD. E este lugar de dizer está conformado em relação ao que é ou não aceito e conveniente no âmbito dos saberes da FD. Dentro desse espaço de possibilidades e impossibilidades (conveniências e inconveniências) de dizeres, o sujeito pode assumir certas posições, as quais variam conforme a relação que o sujeito enunciador estabelece com os saberes da FD e sua forma-sujeito.

Nos últimos tempos, face ao crescente poder e amplitude da internet, o ambiente virtual se tornou uma das principais plataformas de comunicação e produção discursiva, fator positivo sob o nosso ponto de vista. Entretanto, esse contexto moderno de comunicação e produção de sentidos, ao proporcionar o distanciamento entre o real e o virtual, tem possibilitado a instauração de discursos que excedem os limites da liberdade de expressão. São práticas discursivas que incitam discriminação e/ou preconceito das mais distintas ordens: racial, religiosa, social, étnica, de gênero e outras, tomando, geralmente, minorias como alvo. Tais práticas põem em circulação social efeitos de sentido que promovem a desvalorização/o desrespeito à dignidade humana. Atingem, no nosso ponto de vista, direitos fundamentais do cidadão, o que caracteriza aquilo que estamos entendendo por discurso de ódio, conforme conceituação por nós desenvolvida (SOUZA, 2017).

Em especial, nos dedicamos a compreender como tem funcionado e se disseminado esse discurso, no Brasil, no espaço tempo que abarca o pós-eleição presidencial de 2014 até início de 2017, período pós-*impeachment* para alguns, e pós-golpe para nós, outros. Nosso objetivo é pensar o funcionamento discursivo de relações que se estabelecem quando o outro é desumanizado, rechaçado por ser diferente e/ou por assumir posições diferentes. Este é o viés político das práticas discursivas analisadas neste texto: relações de força que, materializadas no discurso, expressam ódio e produzem efeitos de hostilização ao outro. Para tanto, lançamos nosso olhar sobre quatro situações discursivas específicas: a repercussão da reeleição de Dilma Rousseff em 2014; o resultado da violência policial em um protesto contra o governo Temer e contra o *impeachment* em 2016; a morte da ex-primeira dama Marisa Letícia em fevereiro de 2017; a repercussão da morte de Arthur, sete anos, neto de Lula, ocorrida em março de 2019.

Do discurso de ódio

Os discursos que materializam intolerâncias, discriminações e ódios em circulação social inserem-se num movimento sócio-histórico no qual a alteridade é tomada como relação de antagonismo e não como uma relação de interlocução. Tais discursos são forjados pelo

viés do confronto, resultado da aversão à diferença, materializada em práticas discursivas que produzem efeitos de hostilização e ódio ao outro que surge como alvo do discurso e não como interlocutor. Analisar esses discursos permite pensar a maneira dicotômica e hierarquizada de materialização das relações de força na sociedade contemporânea.

O discurso de ódio nasce, do ponto de vista jurídico, do excesso de liberdade de expressão, aliás, um excesso no uso, no exercício de um direito legítimo - o direito fundamental de liberdade. Configura-se, assim, como um transbordar da liberdade de expressão: é exceder seus limites; é entrar na zona da ofensa, da intolerância com o outro, incitando a violência e instigando a discriminação e o ódio (SARMENTO, 2006; SILVA et al., 2011).

No âmbito jurídico, a discussão centra-se na distinção entre liberdade de expressão (que fica no nível da opinião, do pensamento) e ofensa a direitos de terceiros, o que configura um ato ilícito, na esfera cível; e/ou crime, na esfera penal.⁴ Daniel Sarmento (2006, p. 39), entendendo que se trata de “um debate sobre os limites da tolerância”, afirma que o discurso de ódio se configura como: “manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivadas por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental, orientação sexual, dentre outros fatores” (2006, p. 2). Normalmente, esse discurso é mobilizado para atingir grupos minoritários já estigmatizados e caracteriza-se pelo propósito de diminuir e/ou inferiorizar minorias, com ofensas, incitação à violência e defesa da superioridade de certo grupo em detrimento de outro.

Ao ser materializado, o ódio é posto em movimento, ao tornar-se discurso, torna-se ação⁵ e, assim, produz efeitos/consequências de violência e discriminação. Característica essencial do *discurso de ódio*

⁴ Para tratar do discurso de ódio como ilícito penal, em nosso ordenamento jurídico, o enquadramento legal faz-se por meio da lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

⁵ Ação que se efetiva pelo discurso. Na obra *A Condição Humana*, Arendt escreve que a ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria e corresponde à condição humana da pluralidade - ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo - a ação é a condição distintiva da condição humana e é a atividade política por excelência (ARENDDT, 1983, p. 15-17).

é o fato de o mesmo constituir-se de “uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor” (SILVA et al., 2011, p. 447). Ou seja, subjaz a esse funcionamento uma relação dicotômica e hierarquizada entre eu/outro.

Por esse caminho, observamos a extensão e gravidade do tema que materializa a desvalorização do outro e de sua dignidade. Em nosso sistema constitucional, a dignidade da pessoa humana é considerada ‘o princípio dos princípios’ e surge, na CF88⁶, como um dos fundamentos de nossa República:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

A dignidade humana é entendida, então, como um “princípio profundamente humanista, baseado na valorização da pessoa e comprometido com a garantia dos seus direitos básicos contra todas as formas de injustiça e opressão” (SARMENTO, 2016, p. 15). Assim, o respeito à dignidade surge como principal argumento capaz de coibir discursos de ódio e impedir que a liberdade de expressão funcione como mecanismo de proteção às injustiças e violências que esses discursos põem em movimento.

Levando em conta os princípios jurídicos e constitucionais apresentados, procuramos, a partir daqui, deslocar essas considerações para o âmbito dos estudos da linguagem, em especial, para o campo teórico da Análise do Discurso.

Entendemos que o discurso de ódio se materializa no/pelo discurso, ou seja, se manifesta como uma violência simbólica, “encarnada na linguagem” Žižek (2014). Segundo esse autor, a forma mais fundamental de violência pertence à linguagem enquanto tal, e expõe a imposição de um certo universo de sentido,

essa violência [simbólica] não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que

⁶ Constituição Federal de 1988.

nossas formas de discurso habituais reproduzem: *há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido* (ŽIŽEK, 2014, p. 17, grifo nosso).

O discurso de ódio desperta a atenção justamente porque faz emergir a violência por trás do estado normal de coisas, bem como a intolerância com aqueles que desvirtuam esse universo de sentidos. Quando essa normalidade não é observada emerge a intolerância, a discriminação, a hostilização materializada em discursos de ódio, ou seja, violência simbólica encarna-se na linguagem procurando impor a reprodução das relações de dominação/subordinação.

Isso nos permite compreender que esse discurso, ao sustentar-se na dicotomia dominação/subordinação, trabalha impondo e/ou lembrando o lugar de cada um na estrutura social; baseia-se na naturalização dessa relação dicotômica e dessa determinação de lugares (SOUZA, 2017). Atua perpetuando relações sócio-históricas de desigualdade-subordinação a partir da face mais intolerante que a dominação ideológica pode assumir. Relações essas fortemente marcadas pelo político, ou seja, no referido processo são representadas as forças políticas em jogo no discurso no qual interferem a história e a ideologia como constitutivas.

Um autor que nos ajuda a compreender a concepção do político é Rancière. O autor escreve que a constituição do caráter político de uma ação não é o seu objeto ou o lugar onde a ação é exercida, mas unicamente a sua forma, a que inscreve a averiguação da igualdade na instituição do litígio, de uma comunidade que existe apenas pela divisão. Algo é político quando constitui uma cena em que se arma o litígio do jogo de legitimações através da invenção de uma questão que ninguém se colocava (RANCIÈRE, 1996, p. 44-46).

No campo da Análise do Discurso, Indursky (2002, p. 111-31), ao discutir o político, afirma que o que interessa mobilizar é o político enquanto representação. Representação essa que se dá na cena em que os elementos que perpassam a sociedade são vistos como ‘forças’ políticas. Ao que ela acrescenta: a cena discursiva é lugar de tensão. É espaço de confronto. Nessa mesma direção, encontramos o pensamento de Orlandi para quem “o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (2007, p. 21-2).

Portanto, ancoradas nos estudos até aqui referenciados, nas análises que se seguem, concebemos o político como representação das forças políticas em jogo no discurso, no qual interferem a história e a ideologia como constitutivas.

Da análise

Os enunciados a serem analisados foram postados em redes sociais e repercutidos em notícias por diferentes canais midiáticos. Para essas reflexões, consideramos tais práticas discursivas como representativas do discurso de ódio que prolifera a intolerância ao outro, ao diferente. Trata-se de práticas discursivas produzidas num contexto de discursivização de relações antagônicas na sociedade contemporânea, no caso, a brasileira. Nesse tipo de discurso, o embate de forças se instaura a partir da dicotomia cartesiana bom/mau (ou o que presta/o que não presta). É um discurso que abre espaço para o ódio entre classes, para a intolerância entre sujeitos e materializa o acirrado confronto político-ideológico.

No primeiro movimento de nossa análise, tomamos como objeto três enunciados:⁷

- **E1**⁸: “Esses nordestino fdp tem q morrer na seca mermo, povo escroto, mamando na teta do governo, td ignorante fdp”;
- **E2**: “Não me acho uma pessoa “Superior” ao povo nordestino.. porque na realidade.. nordestino não é gente né?”;
- **E3**: “Odeio o nordeste odeio esse nordestinos e se a dilma for reeleita EU MATO UM POR UM RECADO DADO”.

Esses enunciados foram produzidos no contexto das eleições presidenciais de 2014; são manifestações acerca do resultado eleitoral. Nessa situação discursiva, os nordestinos foram tratados como se fossem os responsáveis pela continuidade do governo Dilma, e este, tomado como se fosse algo negativo, prejudicial à nação. O nordestino, como se pode observar, foi significado como um sujeito ignorante que atrasa o Brasil, que não é considerado como

⁷ Estamos mantendo a grafia das palavras, de todos os enunciados, conforme originalmente publicados na rede.

⁸ Os enunciados analisados são identificados como E1, E2, E3, E4, E5, E6 para que seja possível ao leitor identificar a fonte de cada um deles ao final do presente texto.

gente, que merece morrer. Tudo isso pelo simples fato de assumir um posicionamento político-ideológico diferente do sujeito enunciativo desse discurso [de ódio].

Inicialmente, observamos que esse processo de significação do nordestino já circula há muito tempo em nossa sociedade. Remonta a um conflito entre brasileiros do Sul/Sudeste e Norte/Nordeste iniciado na década de 1930 do século passado, período em que se intensificou a migração para São Paulo. Segundo Paulo Fontes (2008), o conflito estabelece-se lentamente e, nas décadas de 1940 e 1950, a tensão entre os grupos se agravou ainda mais. Em suas reflexões, o autor mostra que esse movimento migratório foi visto como um problema desde o princípio, constituindo um processo contraditório que iniciou outro processo: o de preconceitos e de hostilização aos migrantes (FONTES, 2008, p. 68).

Esse é o pano de fundo interdiscursivo que sustenta os enunciados em análise, sendo aqui tomado como efeito fundador⁹ desses saberes. Tal como observado por Fontes, os nordestinos foram forjados como bodes expiatórios.

O discurso da primeira metade do século XX volta a trabalhar, atualizando-se e produzindo efeitos de sentido em relação ao processo democrático e à atuação dos nordestinos na sociedade brasileira do século XXI: novos problemas sociais e condições de produção distintas fazem ressurgir, com maior intensidade, velhos dizeres, agora (re)significados. Ou seja, em 2014, os nordestinos são novamente colocados em posição expiatória quando da repercussão da eleição presidencial.

Esse movimento de resgate de saberes tomados como efeito fundador, (re)atualiza sentidos, produzindo uma nova culpabilização dos nordestinos. Responsabilizá-los pelo resultado indesejado por uma parcela da população, em relação à eleição presidencial, (re)atualiza uma responsabilização mais profunda: a origem dos problemas do Brasil, no imaginário dos sujeitos enunciativos, teria sido acolher os nordestinos (esse outro indesejado); seria

⁹ Em AD, entendemos que o discurso fundador “não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem, observada a sua relevância teórica [...] os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país” (ORLANDI, 2003, p. 7).

compartilhar o mesmo espaço, os mesmos direitos, a mesma nação com tais sujeitos.

No caso em análise, a participação democrática dos nordestinos não é respeitada, não é aceita e, em razão de seu posicionamento político-ideológico, tiveram sua dignidade desconsiderada. Nesse funcionamento dicotômico, apenas os sujeitos que não colaboraram para a reeleição de Dilma são considerados dignos do direito de participação política, isto é, não são alvo de intolerâncias e discriminação.

O conflito que ressurgiu nos enunciados em discussão aponta para a direção de sentidos em que os direitos de igualdade e de liberdade não são considerados universais pelos sujeitos enunciadore, expõe-se aí o caráter antidemocrático desses dizeres. Nesse caminho, o outro alvo dessas discriminações não tem sequer sua dignidade reconhecida, pois “nordestino não é gente né?”.

Nas sequências aqui analisadas, o discurso de ódio aos nordestinos é saturado de certos saberes, pois insiste em dizeres de não aceitação do outro, os quais já circulam em nossa sociedade desde a década de 1930. O discurso analisado retoma esses saberes e (re)atualiza-os, significando o nordestino como se fosse um outro que, além de ser inferior e responsável pelos males do país, não deve sequer participar da vida política da nação.

Também representativos de como o discurso de ódio vem tomando força em nossa sociedade, apresentamos mais três enunciados, representativos de situações distintas:

- **E4:** "Esses fdp vão embolizar ainda por cima. Tem que romper no procedimento. Daí já abre pupila. E o capeta abraça ela";
- **E5:** “De vez em quando tem notícia potencialmente boa. Uma garota ficou ferida na esbórnia pró-Dilma em São Paulo. Pode ficar cega. Se for petista é uma boa notícia, mas não vai fazer muita diferença, já que já são cegos como toupeiras”;
- **E6:** “Pelo menos uma notícia boa [enunciado seguido por um emoji sorrindo e um coração]”.

O primeiro enunciado materializa a manifestação de um médico acerca do estado de saúde da ex-primeira-dama Marisa Letícia quando sofreu um acidente vascular cerebral. No dia em que o quadro da paciente se agravou e ela estava prestes a ser levada para

a UTI, uma das médicas do hospital compartilhou informações sigilosas sobre a situação da paciente, inclusive seu diagnóstico¹⁰. Em resposta, um médico desse grupo postou o enunciado em análise. Pouco tempo depois foi confirmado o óbito da ex-primeira-dama.

Subjaz a esse enunciado uma violação inicial: a quebra do sigilo médico-paciente. A ética e o profissionalismo, em qualquer ofício, impõem aos profissionais condutas mínimas de respeito o que inclui não deixar questões pessoais, tal como o posicionamento político-ideológico de qualquer das partes, influenciar no exercício da profissão. No entanto, nesse contexto, para os sujeitos enunciadorees do discurso em análise, Marisa Letícia não se mostra digna de um mínimo de respeito. Assim se inicia o percurso de desumanização do outro no discurso de ódio, ou seja, pela desconsideração de sua dignidade humana. Trata-se da recusa em reconhecer a humanidade do outro, o que abre caminho para tomar o outro como alvo e não como interlocutor.

Assim, o sujeito enunciador, desrespeitando a própria ética da classe médica, manifesta seu desejo de que a paciente não seja tratada com o procedimento padrão (embolização), indicando, portanto, que seus colegas médicos não deveriam tratar adequadamente esta paciente: "Esses fdp vão embolizar ainda por cima". Ou, caso a paciente fosse tratada, deveriam romper o aneurisma durante o procedimento médico ("Tem que romper no procedimento"), o que causaria uma hemorragia fatal. Cumprindo-se tal sequência de eventos, o desfecho seria a morte: "Daí já abre pupila. E o capeta abraça ela".

Nesse enunciado, observamos que a morte do outro é significadada positivamente. Mais ainda: a morte é desejada e celebrada. Assim, a violência materializada na linguagem atinge seu ápice: não basta aniquilar a diferença, é preciso comemorar ("E o capeta abraça ela").

Também no segundo enunciado, que repercute as consequências da violência policial em um protesto contra o governo

¹⁰ Informações essas postadas no grupo "MED IX", no aplicativo *WhatsApp*, composto por colegas de faculdade da médica. Tratava-se, então, de uma conversa privada entre um grupo de colegas de profissão, que foi publicada na internet. Conferir em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/medicos-acesso-diagnostico-de-marisa-leticia.html>>.

Temer e contra o *impeachment* de Dilma, entendemos estar diante de um desrespeito à dignidade humana: “[...] Uma garota ficou ferida na *esbórnia* pró-Dilma em São Paulo. Pode ficar cega. *Se for petista é uma boa notícia* [...]”. Aqui o comprometimento da saúde física de uma pessoa passa a ser significado como algo bom, pois “é uma boa notícia”, mas apenas se esta pessoa representar um posicionamento político-ideológico diferente e antagônico (“se for petista”) em relação ao posicionamento do sujeito enunciador. Uma lesão física gravíssima que gera uma redução permanente nas capacidades físicas de uma pessoa é motivo de celebração neste processo discursivo.

Vale aqui o que escreve Pêcheux (1999) no sentido de que as ideologias não se compõem de ideias, mas de práticas e que as condições contraditórias em um discurso são “constituídas em um dado momento histórico e em uma dada formação social e são afetadas por relações de contradição – desigualdade – subordinação entre seus “elementos”, constituindo assim o pivô da luta ideológica de classes” (1999, p. 144). Assim, o jogo de forças materializado nesse discurso põe em movimento um modo de significar o outro/a diferença pautado pelo que estamos denominando de discurso de ódio. São práticas discursivas que põem em circulação social efeitos de sentido a partir dos quais a dor do outro deve ser comemorada.

De outro lado, podemos observar que a diferença é significada a partir de um processo de adjetivação negativo: “[...] *Se for petista é uma boa notícia, mas não vai fazer muita diferença, já que já são cegos como toupeiras*”. Para o sujeito enunciador, todos que assumem uma posição diferente e/ou divergente são toupeiras, são cegos por natureza. Essa forma de qualificação do outro segue a mesma linha dos enunciados E1, E2 e E3. Nesses enunciados o outro é ignorante, escroto, fdp, não é gente.

O sujeito tomado como alvo desse discurso é comparado a um animal (toupeira), ou seja, “não é gente” (E2). Mas não é qualquer animal. Toupeira, em nossa língua, pode funcionar como adjetivo empregado para retratar uma capacidade intelectual diminuída, à semelhança de outros adjetivos frequentes nessas práticas discursivas de modo a instaurar um processo específico de caracterização (pejorativa e violenta) do outro. Assim, nesse caminho de produção de efeitos de sentido, todo e qualquer sujeito que divergir do posicionamento do sujeito enunciador é considerado burro e cego.

Isso reforça a dicotomização (superior/inferior, bom/ruim) que consideramos estruturante do discurso de ódio, conforme conceituação por nós formulada e já apresentada. Também podemos observar, nos seis enunciados em análise, a naturalização desse modo de significar o outro e as relações sociais antagônicas.

Por fim, o último enunciado em análise foi produzido em repercussão à morte de Arthur Araújo Lula da Silva, neto do ex-Presidente Lula. A morte do menino de sete anos aconteceu em 1º de março de 2019 e, logo em seguida, as redes sociais foram palco para a repercussão da notícia. Diversos meios de comunicação noticiaram a brutalidade da forma como muitos sujeitos se posicionaram em relação a esse fato: “A morte do inocente neto de Lula soltou os monstros do ódio. Cai sobre nossa consciência de adultos a infâmia de transformar em piadas baratas, em ironia e sarcasmo a dor de um avô pela perda de seu neto” (El País, 2019).

O enunciado “Pelo menos uma boa notícia” representa esse modo de produzir sentido a partir do evento morte. Tal enunciado é seguido da seguinte justificativa “Entendi sim, pensa, iria crescer com o exemplo do avô, um filha da puta a menos para roubar o nosso País!” (Carta Capital, 2019).

Aqui observamos que a morte é celebrada porque é significada como sendo a morte de tudo que for divergente dos saberes da FD em que se insere o sujeito enunciadador. É a celebração pelo fim do oponente, do antagônico. A violência dessa celebração é tamanha que não encontra limites no fato de se tratar da morte de uma criança de sete anos. Com isso, percebemos a desumanização do outro, de todo e qualquer sujeito que represente a diferença.

A seletividade da violência materializada nas práticas discursivas analisadas reafirma seu caráter de discurso de ódio. A desgraça do outro somente é motivo de celebração “se for petista” (E5); a morte somente motiva a comemoração se for a morte da diferença, de tudo que representa a divergência (E4, E6).

É por isso que consideramos discurso de ódio. Há um alvo certo e bem definido. A violência posta em funcionamento não é generalizada, não é dirigida contra todos: é uma violência que busca manter as relações de embate de forma a hegemonizar os saberes abarcados pelo processo discursivo em que tais práticas são

produzidas. Essa violência pretende restituir o lugar de cada sujeito nas relações sociais de dominação-subordinação.

A indiferença pela dor do outro, a celebração da dor do outro, o desejo de assistir o sofrimento do outro. É este o ponto em que se encontra o discurso de ódio na sociedade brasileira atual: significar o antagonismo, a diferença como desejo de aniquilar, para depois, comemorar esse aniquilamento.

Considerações finais

Os enunciados analisados mostram que o antagonismo vivenciado em nossa sociedade transformou-se, progressivamente, em ódio ao PT e aos petistas – um discurso que, ao longo do tempo, vem se agudizando a ponto de desprezar a dignidade humana. Não nos interessam os sujeitos empíricos aqui atingidos, mas sim o que os mesmos representam – o ódio que se materializa nesses enunciados atinge a todo um segmento social, no caso, o PT, os petistas e os que lutam contra o *status quo* que se instalou neste país, pós o *impeachment* de Dilma, na nossa concepção, pós golpe de 2016.

Para concluir, enfatizamos que, em todos os enunciados analisados, o grupo alvo da intolerância é construído nesse discurso como inimigo comum – se outrora eram os comunistas, agora são os petistas. Esse discurso de ódio, ao representar os destinatários como inimigos, incita a violência, o que fere frontalmente o valor que serve de sustentáculo para o Estado Democrático de Direito, qual seja, o da dignidade da pessoa humana (SILVA; BOLZAN, 2012, p. 3) e, por conseguinte, fere a própria democracia.

De acordo com Ranciére (2014, p. 117), entender o que a democracia significa é entender a batalha que se trava nessa palavra - não simplesmente o tom de raiva ou desprezo que pode afetá-la, mas, mais profundamente, os deslocamentos e as inversões de sentido que ela autoriza ou que podemos nos autorizar a seu respeito.

Observamos, ainda, que o discurso de ódio assume esse viés antidemocrático, porque (re)significa ódios e intolerâncias já em circulação social. Antidemocrático também porque se constrói a partir de uma dicotomia que pressupõe a não igualdade entre sujeitos e a não aceitação de posições político-ideológicas antagônicas. É um discurso de desvalorização do sujeito e de sua dignidade.

Entendemos que esse tipo de discurso por si só já tem caráter antidemocrático, uma vez que “dignidade é liberdade e empoderamento da pessoa” (SARMENTO, 2016, p. 328). Assim, significar o outro como um sujeito sem dignidade (ou menos digno) é privá-lo de sua liberdade democrática; é restringir o alcance dos preceitos democráticos. Parcela significativa da sociedade brasileira não tem nenhum escrúpulo de, publicamente, alardear seu desrespeito, dentre outros, aos pobres, aos negros, aos nordestinos, ou seja, aqui também temos supremacistas. Fazendo isso, desrespeitam a democracia e assumem um discurso que, se não é, beira ao nazifascismo.

Frente a isso, para encerrar, ressaltamos a constante necessidade de lutar para que o direito de liberdade de expressão não nos seja jamais negado, mas também entendemos que seu excesso, nos moldes do que apresentamos neste texto, não seja aceito como liberdade de expressão, não seja tomado como algo natural, pois desrespeita a dignidade humana, um dos princípios fundamentais de nossa Constituição.

Referências

- A morte do inocente. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/02/opinion/1551487708_675741.html>. Acesso em 22 abril 2019.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 1983.
- BRASIL. **Constituição**, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 mar. 2014.
- FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). São Paulo: FGV Editora, 2008.
- INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In: **Revista da ANPOLL**, São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, n. 12, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. [1996] **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso Fundador** – A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003, p. 11-25.

PÊCHEUX, Michel. O Mecanismo do (Des)conhecimento Ideológico. Tradução de Vera Ribeiro. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. São Paulo: Contratempo Editora Ltda., 1999.

PÊCHEUX, Michel. [1988] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª Ed., São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo, SP: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SARMENTO, Daniel. **A liberdade de expressão e o problema do “hate speech”**. 2006. Disponível em: <http://www.dsarmento.adv.br/content/3-publicacoes/18-a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech/a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech-daniel-sarmento.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2016.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana** – conteúdo, trajetória e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SILVA, Rosane Leal da; BOLZAN, Luiza Quadros da Silveira. **Discurso de ódio**: liberdade de expressão ou violação dos direitos humanos? In: Anais Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão Unifra. Santa Maria: 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/trabalhos/7116.pdf>> . Acesso em: 08 jul. 2016.

SILVA, Rosane Leal da (et. al). Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. In: **Revista Direito GV**, São Paulo, n. 7, v. 2, jul-dez 2011, p. 445-468.

SOUZA, Mariana Jantsch de. **O Discurso de ódio na democracia brasileira**: uma análise discursiva do processo de rejeição e de destituição da Presidenta Dilma Rousseff. 2017. Tese (Doutorado em Letras) orientada pela professora Doutora Ercília Ana Cazarin – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, BR-RS.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

Sites em que foram coletados os enunciados analisados

LULA PROCESSA blogueira. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.carta-capital.com.br/politica/lula-processa-blogueira-que-comemorou-morte-de-seu-neto/>>. Acesso em: 27 abril.2019. Enunciado E6.

NORDESTINOS são hostilizados. **Notícias Terra**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/nordestinos-sao-hostilizados-apos-vitoria-de-dilma-rousseff,aa13fc86bd059410VgnVCM5000009ccceboaRCRD.html>>. Acesso em: 27 out.2014. Enunciados E1, E2, E3.

O SADISMO dos médicos. **Pragmatismo político**. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/medicos-acesso-diagnostico-de-marisa-leticia.html>>. Acesso em 1 mai. 2017. Enunciado E4.

PROFESSOR universitário ironiza. **Revista Fórum**. Disponível em: <<http://linkis.com/revistaforum.com.br/e7CBC>>. Acesso em: 01 mai. 2017. Enunciado E5.

A FRAGMENTAÇÃO CONSTITUTIVA DOS SUJEITOS EM UM DOCUMENTÁRIO: DISCURSOS DE INCÔMODO E RESISTÊNCIA

Mônica Ferreira Cassana¹

Introdução

A Análise de Discurso (AD) formulada por Michel Pêcheux é um campo amplo de debate sobre os movimentos de resistência dos sujeitos nos mais diversos espaços de discursivização. Nesse sentido, a AD permite aos pesquisadores o estudo da linguagem, principalmente de modo que se possa interrogar o estabelecido e questionar como os saberes são construídos socialmente.

Em nossa perspectiva teórica, a noção de corpo não possui um sentido definido. Isso quer dizer que nossa tomada de posição se afasta das concepções orgânicas ou biologizantes, formuladas no âmbito do discurso dominante, afetado pelos saberes de ordem do biológico. Na formação social capitalista, apenas alguns corpos têm espaço consolidado; no caso, aqueles que estiverem em consonância com aquilo que é determinado. Entretanto, sendo a AD um campo próprio para ousarmos, o debate em torno da questão do corpo nunca se esgota em nosso campo de pesquisa, permanecendo aberto a novas possibilidades de análise, novos gestos de interpretação que demonstram o confronto entre a linguagem e os novos espaços de sentido que se produzem.

Neste trabalho, optamos por falar sobre corpos fragmentados constitutivamente, ou seja, corpos que incomodam o estabelecido por suas resistências. É nesse espaço que se inserem os sujeitos transgêneros, que desafiam a lógica binária do discurso dominante porque são corpos que não se moldam aos sentidos prévios sobre o corpo, (pré)determinados pelas formações discursivas dominantes.

¹ Professora adjunta no Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do LEAD – Laboratório de Estudos de Análise do Discurso. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: monicassana@gmail.com

Tais formações discursivas determinam o que “pode e dever ser dito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 47) sobre os corpos. Também negam a existência desses sujeitos e silenciam o significante “identidade de gênero”, ou seja, a forma como o sujeito se identifica e se reconhece socialmente. Essa identificação, no caso de sujeitos transgêneros, não possui relação com o gênero atribuído no nascimento.

Quando a esses sujeitos é dada a oportunidade de falar de si, observamos uma profusão de discursos sobre, que acabam (re)formulando o próprio discurso desses sujeitos. Quando tal espaço é um documentário, abrem-se outras possibilidades de análise, uma vez que esses sujeitos falam aos outros quem são, mas também se escutam, também se veem. Em seu discurso, há um retorno aos saberes consolidados, que se manifestam por meio das formações discursivas dominantes, ou seja, regiões de saber cujos sentidos ainda são tomados como hegemônicos. Podemos dizer que, em um discurso médico-científico, por exemplo, predominam os sentidos sobre o sujeito transgênero como portador de uma doença, que deve ser tratada com uma cirurgia. No entanto, por também sabermos que a formação discursiva é espaço de confronto, sabemos que há espaço para questionamentos que demonstram corpos que incomodam a estrutura posta e resistem aos apagamentos.

Por isso, neste texto, buscamos demonstrar e compreender as fragmentações e rupturas que sujeitos transgêneros estabelecem em seu discurso. Falaremos de como seus discursos repetem os saberes dominantes, mas também os transformam, a ponto de marcar a fragmentação constitutiva de sujeito e discurso.

Documentário e fragmentação

Em nossa visão, o corpo é uma das formas – talvez a mais contundente – da expressão da relação de um sujeito com a sua marca identitária, com aquilo que o permite ser reconhecido pelo outro em uma determinada formação social. Qualquer sujeito, frente ao estabelecido na sociedade capitalista, deseja mudar algo em seu corpo, seja para cumprir com determinado *status* social, seja para ter uma sensação de pertencimento frente ao grupo.

Os sentidos sobre o corpo são produzidos em nossa sociedade de forma que o sujeito seja aceito pelo outro, seja incluído em

determinado espaço social. Para isso, é preciso que o significado de corpo ecoe dentro de uma mesma formação discursiva, ou seja, esteja em consonância com os sentidos produzidos dentro de determinado campo significante. O corpo deve ser comparável, deve ser semelhante a outros corpos. Esse funcionamento produz sempre o mesmo sentido, que alija o diferente.

De acordo com Courtine (2009, p. 335-336, grifos do autor):

Não deve haver, aqui, nenhuma ambiguidade: o acompanhamento médico e jurídico da compaixão sentida pelos infortúnios e pelas deficiências do corpo e dos sentidos na maioria dos casos contribuiu para fornecer aos que deles sofrem um ambiente físico e humano cuja falta sentiam cruelmente. Foi, no entanto, necessário para isso que a razão velasse o olhar e que a anomalia do corpo, despojada da estranheza que a tinha tão longo tempo mantido na exclusão, viesse disseminar-se no arquipélago infinito das “diferenças”. Pois é precisamente este o termo escolhido, nas sociedades democráticas, para proclamar – com razão deliberadamente recalçando o olhar – *a igualdade entre os corpos*.

Dentre os vários corpos que os sujeitos querem modificar, encontram-se os corpos de sujeitos transgêneros, que não querem exatamente ser iguais ao outro, mas desejam ser reconhecidos como pertencentes a outro gênero que não o determinado em seu nascimento. Essa posição marca uma fragmentação constitutiva desses corpos, já que não estamos falando apenas de um corpo feminino ser reconhecido como um corpo padrão feminino, isto é, não estamos falando de uma mulher que deseja ter características mais relacionadas ao padrão de feminilidade imposto por determinada formação social. Estamos falando de um sujeito que não possui as características biológicas (determinadas pelo discurso dominante) para se reconhecer como um corpo feminino, mas deseja tê-lo, parecer-se com esse corpo para poder ser reconhecido como desse gênero.

Os sujeitos transgêneros não se reconhecem como pertencentes ao grupo determinado pelo sexo biológico e requerem uma mudança na forma como se identificam com outro gênero. Alguns sujeitos não necessariamente intervêm em seu corpo de forma cirúrgica, apenas querem ser reconhecidos como de outro gênero, seja pela forma como se vestem, seja pelo reconhecimento de um outro nome próprio. Esses elementos, que escapam à compreensão puramente binária do discurso médico-científico, revelam uma profunda

fragmentação do corpo, já que não é possível ter uma “fotografia” clara da complexidade dessa questão.

A partir da fragmentação que constitui o corpo, observamos como esses sentidos encontram eco no discurso. Por esse motivo, trazemos para análise a discussão sobre alguns relatos de sujeitos colhidos a partir do documentário intitulado “De gravata e unha vermelha”, produzido em 2014 e de autoria da psicanalista e cineasta Miriam Chnaiderman. Nesse documentário, Chnaiderman nos oferece vários depoimentos de sujeitos transgêneros que contam suas histórias de vida e mostram as formas como se relacionam em uma sociedade que os marginaliza e os apaga. Essa fragmentação já aparece no título: ao designar significantes de campos semânticos vistos como opostos, do ponto de vista do discurso médico-científico, o sentido de fragmentação já começa a se produzir. No campo dos saberes dominantes, pode um mesmo corpo que veste uma gravata pintar as unhas de vermelho?

Para esclarecer como interpretamos esse documentário e o discurso que ali se produz, encontramos, nas palavras de Orlandi (2011, p. 53), a seguinte citação: “o documentário mostra um acontecimento que se torna, por assim dizer, político, para além da ‘intenção declarada de seus participantes’”. Nesse documentário, o corpo é político, porque, ao contar suas histórias de vida, os sujeitos que ali aparecem estão posicionando-se discursivamente a respeito de sua identidade de gênero. O que pretendemos analisar, sobretudo, é o modo como o sujeito transgênero se relaciona com esse corpo, e se há formas de escape para essa tomada de posição.

Considerando o documentário um “acontecimento discursivo”, ou seja, “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”, Orlandi (2011, p. 55) demonstra que o documentário intervém no real do sentido. A autora também afirma que “[...] assim como qualquer materialidade significante, também a imagem não é transparente. É materialidade. Tem seu modo de funcionamento. Interpreta-se” (ORLANDI, 2011, p. 59). No caso desse documentário, a partir do qual selecionamos as sequências discursivas em análise, entendemos que os sujeitos, nesse espaço, podem, como em um espelho, ver a si mesmos.

Assim, os sujeitos “explicam” ao outro, mas ao mesmo tempo a si mesmos, quem são. Em resumo, quando tais sujeitos falam de si,

eles também se escutam. Esse jogo de posições intervém na forma como o corpo é visto tanto pelos próprios sujeitos quanto por aqueles que assistem ao documentário. Na recuperação dessa memória, e na sua atualização, há uma construção discursiva do que representa o corpo desses sujeitos.

Venturini e Schon (2018, p. 548) dizem que: “[...] assim como as demais textualidades, o documentário faz sentido pelo gesto de interpretação do analista no recorte do objeto de análise”. Em nosso gesto de interpretação, podemos dizer que esse documentário se “costura” através de fragmentos, que são os depoimentos dos sujeitos. Os enunciados que foram produzidos naquele espaço sofreram um recorte, realizado pela edição do documentário, e, posteriormente, uma remontagem, de forma a criar sentidos que serão lidos de forma diferente, de acordo com as posições de cada sujeito. A partir de pedaços da história dos sujeitos, o documentário se estabelece como se quisesse demonstrar que tais pedaços fazem parte da história e revelam um sujeito, cujo corpo não é coeso, não é linear e clama por legitimidade em nossa formação social.

O documentário, portanto, atualiza esse discurso, traz à tona um discurso de um sujeito que se coloca historicamente marginalizado. Esses sentidos de desfazer o que é linear remontam à estrutura do corpo do sujeito: um corpo que se desfaz para se construir. Tal qual a estrutura desse corpo, na estrutura do documentário, vemos esse mesmo modo de significação: por meio de breves fragmentos que contam histórias únicas ligadas por um fio comum, vamos compondo e interpretando o todo. Ao seu modo, tal forma de apresentar a estrutura já estabelece um percurso para a própria história dos sujeitos.

Corpos que provocam incômodos e mostram resistência

O corpo dos sujeitos transgêneros é um corpo impossível de passar despercebido. São corpos que desafiam a lógica imposta pelo discurso binarizado e dominante, ou seja, por aqueles que possuem uma certa ordem na nossa formação social, prevalecendo discursivamente como detentores do saber (PÊCHEUX, [1983] 2012, p. 31). Por sua vez, os sujeitos transgêneros seguem à margem da formação social, de forma invisível, periférica.

Na disputa de sentidos entre saberes dominantes e periféricos está a resistência à adequação a um discurso biológico binário, que não reconhece a existência desses sujeitos a partir da sua identidade de gênero, isto é, daquela identidade que não está relacionada ao sexo biológico. Por não se identificar com o gênero de seu nascimento, esses sujeitos se deparam com uma contradição na “organização” do seu corpo, já que o signo que os identifica como homens ou mulheres não encontra um significante tal qual o esperado. Por isso, tais sujeitos desafiam a lógica binarista, que só é possível dentro da dualidade “feminino e masculino”. Há, portanto, uma desordem no corpo, uma falha na determinação.

Conforme Butler, essa naturalização de saberes sobre o sexo e seu apagamento em relação ao gênero estão no “domínio pré-discursivo”, isto é, “[...] maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas” (BUTLER, 2015, p. 28). No campo da AD, a naturalização dos corpos pela via apenas do sexo de nascimento seria algo de ordem do pré-construído, ou seja, o sentido de “sexo”, forjado no discurso médico-científico, estaria no “‘sempre já-aí’ da interpretação ideológica que nos fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151).

Isso significa que o corpo transgênero é um corpo que escapa aquilo que é dito majoritariamente, principalmente pelo discurso dominante, e que ecoa nos mais diversos espectros discursivos: orienta, assim, outros modos de ver e vai determinando os discursos outros, como o jurídico, o midiático, o religioso. Assim, é um corpo “incômodo” aos saberes produzidos nessas discursividades porque coloca em xeque o estabelecido, o conhecido, o dado.

Dessa maneira, entendemos que tais sujeitos possuem um discurso incômodo da mesma forma que o seu corpo evidencia a falha no discurso dominante. Por incômodo entendemos aqui algo que provoca embarços ao discurso estabelecido. Esse mal-estar faz com que toda uma formação social saia de seu lugar de produção de sentidos prontos e passe a olhar para o novo que aparece frente aos nossos olhares já há muito acostumados com o mesmo. É uma forma de chamar atenção, mas é principalmente uma forma de resistir. O que pretendo tratar aqui é de um discurso e de um corpo que é estranho a uma determinada formação social e que incomoda, que

desconforta o outro. Então, para falarmos de corpo, é necessário que falemos também sobre aquilo que lhe cerca, aquilo que lhe é exterior.

Um corpo que incomoda é um corpo que causa estranhamento e repulsa ao ser olhado. Poderíamos dizer que várias formações de corpo rompem com o estabilizado. Assim são os corpos obesos, corpos anoréxicos e corpos de mulheres puérperas, por exemplo. Todos esses corpos lembram a diversidade, e sua existência é uma marca no discurso dominante para lembrá-lo da sua homogeneidade ilusória. Podemos dizer, assim, que esses corpos desafiam as normas impostas por uma formação social capitalista, em que o corpo fica reduzido à condição de mercadoria.

É a partir do discurso dominante que propomos a noção de corpo incômodo. Nesse discurso, não há espaço para os sujeitos fragmentados, cuja existência se fundamenta a partir da contradição. Mas, na AD, o incômodo não é, de forma alguma, um sentido negativo: muito pelo contrário, nessa teoria, o incômodo demonstra um sujeito interpelado ideologicamente, que se marca como um sujeito do discurso. O incômodo do discurso dominante se ressignifica ao tratarmos dos sujeitos transgêneros porque os sentidos são outros.

Para explicar essa questão, torna-se necessário lembrar que: “[...] sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus compromissos), há o processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 145). Isso significa que a interpelação ideológica funciona desde a exterioridade, por meio das evidências que são fornecidas pela ideologia. Mas, no seio do discurso dos sujeitos transgêneros, esse incômodo é necessário para chamar a atenção do outro, de modo que, se não fosse dessa forma, talvez tais sujeitos permanecessem marginalizados. Há, portanto, uma ressignificação de “incômodo”. E no documentário, espaço onde “[...] ocorre o trabalho entre significantes que constituem efeitos de realidade pela história convocada, como campo do saber comprometido com a veracidade” (VENTURINI e SCHON, 2018, p. 549-550), podemos perceber o quanto esse incômodo se faz necessário para compreendermos a fragmentação constitutiva do discurso do sujeito.

Diz Pêcheux ([1975] 2009, p. 277):

[...] a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non-sens do sujeito dividido.

Dessa forma, aparece a interrogação sobre esse sujeito clivado, que é interpelado pela ideologia, cujo conceito, nas palavras de Henry (1992, p. 139), “[...] resiste a toda redução a um sistema de ideia ou representação individual”. A ideologia não assujeita de modo hermético o discurso de um sujeito, já que este resiste pela língua. Por meio do ato falho, do chiste, pela desordem na interpretação, o discurso pode produzir um efeito em que o “[...] ritual se estilha no lapso” (HENRY, 1992, p. 277), ou seja, estabelecer um efeito em que a produção do sentido não aponte para aquilo que se quer ouvir, mas para novos significados.

No trabalho como analistas de discurso, deparamo-nos com o lapso, com o ato falho, com o chiste como formas de resistência da língua. Essas resistências só são possíveis porque a noção de língua, em AD, é tomada por sua opacidade, isto é, os sentidos estão em deslizamento, não pertencem a um centro, mas se relacionam no tensionamento com as formações discursivas e condições onde são produzidos. Importa ressaltar o que fala Lacan ([1957/58] 1999, p. 84):

O que chamei aqui de deslizamento de sentido é o que faz com que literalmente não saibamos onde parar, num momento qualquer dessas frases, tal como as recebemos em seu rigor, para lhes dar seu centro de gravidade, seu ponto de equilíbrio. É precisamente isso que chamarei de descentramento dessas frases.

Trazendo tal referência para o nosso campo teórico, devemos ter em mente que somos assujeitados, mas não absolutamente submetidos ao discurso. Há algo da exterioridade que intervém e enuncia a diferença, a contradição, fazendo com que possamos nos deparar com outras possibilidades, outras interpretações. No documentário, em que os sujeitos podem ver a si mesmos falando de si (ou seja, falando tanto para os outros quanto para si), há um deslocamento de posições em que eles passam a ser sujeitos do dizer

e do ouvir, em um jogo de posições imaginárias que rompe com o estabelecido. Ao ouvirem a si mesmos, refazem sua trajetória, ouvem aquilo que dizem e percebem-se como sujeitos do discurso.

Por esses motivos, entendemos que o corpo que é incômodo também provoca resistência. Isso ocorre porque o corpo transgênero nega uma evidência, tal como ocorre na perspectiva teórica da AD, em relação ao funcionamento da língua. De acordo com Ferreira (2000, p. 21):

Não se pode negar a evidência da língua. Ela existe como tal, tem seu corpo, sua materialidade. Isto é inegável. Mas se pode desconfiar dela e de seu efeito de aparente transparência. Mais do que isso: é preciso investigar os mecanismos de funcionamento que produzem um sentido assim para a língua.

Esse modo de ver a língua permite-nos entender que é por meio do discurso que os significados se desdobram e vão adquirindo novos sentidos nesse processo de interpelação que (in)determina os sujeitos. Assim, por não tratarmos de uma concepção de língua transparente, não podemos crer em uma concepção transparente de sujeito. No caso em análise, tratamos de sujeitos cujos corpos são marginalizados pelo discurso dominante, pois ousam não estar de acordo com as determinações desse discurso. Dessa forma, resistem.

Por esse motivo, entendemos que corpo e discurso dos sujeitos transgêneros não são refúgio para saberes consolidados, mas espaços de ressignificação do que é dito. As diferentes formas de subjetivação do sujeito em relação ao corpo são produzidas de acordo com os (des)arranjos de determinada formação social e da ideologia retratada em cada uma das condições de produção a qual um discurso está relacionado.

Então, podemos dizer que um corpo que incomoda é também um corpo que resiste, já que, ao intervir no estabilizado, um novo sentido irrompe no fio do dizer. Há um discurso de desconforto, que questiona o apagamento histórico produzido pela ideologia e se ressignifica a partir das possibilidades dadas pela linguagem. Segundo Ferreira (2000, p. 23, grifos da autora), “[...] a noção de *resistência* indica aqui um trabalho que se situa na margem entre a dominação que se faz pela linguagem e a que ela estabelece. Em suma, a tradicional polaridade que coloca a língua ora como serva, ora como ama do pensamento”.

Por isso, falamos de uma relação corpo-sujeito-língua afastada da evidência dos sentidos. O corpo de que trata a AD não é o corpo orgânico, aquele que pode ser afetado pela injunção do discurso binário. É, na realidade, segundo Ferreira (2013, p. 128), um “[...] objeto discursivo que se configura em torno de limites e se submete à irrupção da falta que lhe é constitutiva”. Já a língua está submetida ao equívoco, porque “[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante)” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146). De tudo isso, a noção de sujeito também será afetada, pois se o corpo e a língua são opacificados pela ideologia, o sujeito também não pode ser visto fora desse espectro. É um sujeito que, pelas brechas do discurso, resiste ao estável do sentido.

Dessa maneira, o corpo se constrói no discurso e está afetado pelo sujeito e por quem o olha, sendo “[...] corpo da visibilidade e da invisibilidade, corpo que se deixa olhar e que se coloca na posição de quem olha” (FERREIRA, 2013, p. 128). Assim, corpo e discurso estão submetidos às injunções do inconsciente e da ideologia, que dissimulam “[...] sua própria existência no interior do mesmo funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘*subjetivas*’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 139, grifos do autor). Assim, o discurso abriga espaços de ambiguidade e contradição que fogem ao que é formulado pelos saberes estabilizados. Por isso, entendemos o corpo transgênero com um espaço possível para pensar os processos de desidentificação e resistência ao discurso dominante.

Pêcheux ([1975] 2009, p. 278) afirma que:

[...] a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia não deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente.

Assim, para a AD, o sujeito tem a ilusão de que sabe o que diz, embora seja produto e não origem da linguagem. Há um esquecimento por parte do sujeito que é acobertado pelo próprio ato de dizer. Sem saber de onde se originam os saberes que pertencem

ao seu discurso, o sujeito se ilude, como se a língua fosse transparente e os significantes pudessem ser controlados.

Nesse sentido, importa compreender como alguns significantes são discursivizados e historicizados, passando a se inscrever no discurso do sujeito. A partir da inscrição da psicanálise na cena teórica da AD, passamos a compreender que a linguagem está inscrita na ordem do inconsciente, e este se revela, no discurso, através de fragmentos, sendo que o sujeito não tem controle sobre aquilo que está sendo dito. Mas a linguagem surpreende no lapso, no esquecimento, no ato falho, no chiste, como uma lembrança de que o sujeito está à deriva.

Portanto, ao considerar os corpos dos sujeitos transgêneros como corpos em movimento, corpos que transitam de um lugar a outro e que se permitem significar neste entre-lugar que ocupam, observamos uma provocação à lógica disjuntiva, já que tais corpos não podem ser compreendidos por formações discursivas dominantes em nossa formação social. Então, de que modo podemos interpretar a discursivização do incômodo e da resistência no discurso dos sujeitos? Veremos que, a partir de sequências discursivas selecionadas, poderemos compreender de que modo os sujeitos rompem com o estabilizado nessa fragmentação de seus corpos e de seu discurso. Por isso, deparamo-nos com a irrupção de um sujeito desejante, que rompe com processos de identificação já-sabidos para, pela via do inconsciente, ter acesso àquilo que é impossível e que, portanto, incomoda por não encontrar eco no estabilizado socialmente.

Fazendo o recorte

O início do documentário é marcado pela referência à uma charge do personagem Overman, criado pelo cartunista e chargista Laerte Coutinho, que se identifica como transgênero e também é um dos sujeitos cujo relato aparece no documentário. A charge traz o conflituoso super-herói Overman dizendo em frente ao espelho “eu adoraria saber quem sou na vida real...”/ “...mas toda vez que tenho tirar essa máscara”/ “...a campainha toca”².

² Há uma profusão de sentidos que poderiam ser explorados a partir das charges do personagem Overman. Contudo, pelos inúmeros gestos de interpretação que

A inclusão dessa charge no início do documentário marca alguns dos sentidos que virão: as dificuldades em lidar com aspectos identitários e o não tão simples ato de olhar-se e de ser olhado pelo outro. O documentário apresenta relatos de vários sujeitos. Somos apresentados ao discurso deles, portanto, através dos recortes feitos pela produção do documentário. O modo como este apresenta os discursos se dá sob a forma de cenas entrecortadas em que os sujeitos falam livremente. Suas falas ocorrem de modo intervalar, de forma que tais sujeitos aparecem em vários momentos do documentário. Esses discursos compõem o documentário e se organizam justamente por meio de fragmentos.

Com uma duração de uma hora e 26 minutos, o documentário mostra os sujeitos fazendo seus depoimentos a partir de suas histórias de vida, revelando como se veem perante a sociedade. Dessa forma, demonstra posicionamentos que indicam o atravessamento da historicidade em seu discurso, corroborando as palavras de Orlandi (2011, p. 54) de que “[...] o documentário é um acontecimento discursivo que faz com que algo apareça como acontecimento. Ele constrói o acontecimento que mostra”. Isso significa que, na irrupção dessa memória evocada pelos sujeitos, nesse espaço de fragmentação, sentidos novos passam a circular, estabelecendo também novos gestos de interpretação.

Assim, o que está sendo mostrado no documentário, a partir dos discursos desses sujeitos, é a forma como se presentifica a questão da identidade de gênero em nossa formação social. No batimento entre atualidade e memória, também se colocam em jogo formações discursivas dominantes (que “indicam” sentidos já estabelecidos) e formações discursivas relacionadas à presença do significante “identidade de gênero” em nossa formação social. A atualidade (quem esses sujeitos são, suas identificações e posicionamentos) e a memória (não apenas sua história como sujeito, mas sua história atravessada pela ideologia) passam a ser presentificadas nessa cena que se realiza no instante do documentário.

poderiam ser realizados, deixaremos maiores informações para discussão em outro texto.

Análises

No primeiro relato, identificado como sequência discursiva SD1, entendemos que há a expressão do incômodo ao qual nos referimos. Observamos como o corpo fragmentado é compreendido pelo sujeito como um corpo legítimo. Ao mesmo tempo, vemos, pelas palavras desse mesmo sujeito, que outras formações discursivas não o compreendem como legítimo.

SD1 – O incômodo

“[...] porque enquanto eu penso que eu sou dona do meu corpo, eu não sou, o Estado é que é dono do meu corpo, ele que vai decidir por mim. E quando eu decido que eu tenho que aplicar silicone, botar prótese e cortar meu pênis, o Estado diz que eu não faço parte dessa sociedade que eu tenho que estar. E a sociedade que tá no meio vai me repudiar, por quê? Porque eu sou uma aberração, eu tô indo contra os princípios religiosos, eu sou algo que não era para existir”.

O funcionamento do incômodo pode ser evidenciado por meio de alguns elementos. Notemos que a SD1 nos coloca a língua sob suspeita: ao iniciar seu enunciado com a palavra “porque”, não sabemos se o sujeito está estabelecendo uma explicação para aquilo que está enunciando ou demonstra uma relação de causa-efeito em relação àquilo que vivencia. Essa formulação explícita que o discurso surge em torno de um esclarecimento de quem esse sujeito é, como uma tentativa de justificar sua fragmentação.

O sujeito começa o seu discurso explicando ao outro que não é dona de seu corpo, ou seja, não pode viver de acordo com sua identidade de gênero porque está à deriva de um paradoxo: suas decisões são impedidas por outras discursividades, pelas formações discursivas que abrigam saberes dominantes sobre esses corpos. A existência desses sujeitos é apagada e determinada pelo outro.

Dessa forma, entendemos que esse sujeito se relaciona com seu corpo de forma ambígua: mesmo sendo “dona” de seu corpo, não pode agir sobre ele. O incômodo está significado na concepção de que o sujeito não pode modificar seu corpo sem a anuência do outro. O sujeito demonstra que não há espaço para o seu corpo nesta formação social, a partir da repetição da expressão “dona/dono do meu corpo”. Há, nesse discurso, um estranhamento, uma vez que o significante “corpo” está qualificado pelo pronome possessivo “meu”. Embora o vocábulo “meu” remeta ao corpo do sujeito que

fala, e, em uma construção sintática tradicional, demonstraria a equivalência de sujeito do discurso e sujeito sintático, observamos que há um deslocamento. No momento em que o significante “Estado” toma o lugar do sujeito sintático nessa construção, deparamo-nos com o mencionado estranhamento, já que o outro passa a ocupar o lugar do sujeito; e dessa vez não apenas sintaticamente, mas ideologicamente, produzindo um estranhamento no discurso, já que como pode o outro ser dono de algo que é constitutivamente pertencente ao sujeito? Assim, a SD1 revela que o corpo do sujeito não pertence a ele, mas sim aos “espaços discursivos logicamente estabilizados” (PÊCHEUX, [1983] 2012, p. 31), os quais detêm saberes e que regulam como os corpos devem ser (o Estado, o discurso médico-científico, o discurso jurídico e a sociedade).

Nesse discurso, o corpo aparece como um empecilho, ao ponto de o sujeito se identificar com uma *aberração*. Os sentidos dicionarizados de aberração envolvem, entre outras acepções, “desvio”, “monstruosidade”, “anomalia”, “anormalidade”, “deformidade” (cf ABERRAÇÃO, 2020). Podemos dizer, portanto, que esse significante não diz respeito à formação discursiva do sujeito, mas sim às outras formações, as que não apenas falam sobre ele, mas que determinam quem esse sujeito deve ser. Em outras palavras, a decisão de como será visto o corpo e quem será o sujeito caberá não ao sujeito transgênero, mas à formação social em que ele está inserido. As construções linguísticas e discursivas revelam o incômodo de “pertencer” a um corpo que não é reconhecido, não é legitimado, impossibilitando a identificação do sujeito com o gênero de sua escolha.

Nesse recorte do documentário, o sujeito diz: “eu sou algo que não era para existir”. Essas palavras marcam, de certa forma, a própria materialidade em que se inscreve esse discurso. Ora, se o documentário é um acontecimento discursivo, que marca a relação entre uma atualidade e uma memória, isso se torna mais evidente na linearidade do discurso desse sujeito. Eu *sou* algo que não *era* para existir. Há um desafio à lógica binária que apenas a língua consegue fazer acontecer e fazer se mostrar pelo equívoco. Como pode alguém ser algo que não era para ser? O incômodo à formação discursiva está posto justamente pela existência desse sujeito, apesar do repúdio de

um discurso que o marginaliza. Assim, ser um sujeito é algo que, nessas condições, mostra uma falha na lógica.

Na sequência discursiva 2 (SD2), recortada do documentário, analisamos como a determinação sobre os corpos é falha, isto é, em um gesto de resistência, os sujeitos transgêneros vão em busca de seu desejo e rompem com o processo parafrástico de constituição de sentido sobre quem são.

SD 2 – A resistência

“Eu nunca vou ser uma mulher, mas lógico, óbvio, que nunca vou ser um homem. Isso é óbvio. Não adianta. É igual aos meus alunos, eles falam assim:

- Entrega lá para a professora o trabalho.

Aí o outro fala, o aluno do sexto ano pequeno fala assim:

- Olha, ela parece homem.

Aí o outro fala assim:

- Não, ela não é homem, ela é mulher.

Aí o outro fala assim:

- Mas ela não é uma mulher de verdade.

Aí eu falei:

- Eu sou uma mulher made in China”

Aqui somos apresentados ao discurso do sujeito e nos deteremos, para fins de análise, em alguns pontos. O primeiro diz respeito à ilusão da unicidade imaginária do sujeito, atribuída à voz dos alunos, que falam a respeito do sujeito transgênero: ela *parece* homem; não, ela *não é* homem, ela é mulher; mas ela não é uma mulher *de verdade*. Essa ilusão sobre a unidade do corpo afeta o olhar do outro, que se sente em dúvida sobre aquilo que vê e, injungido à interpretação, demanda uma resposta.

É o sujeito transgênero que afirma, através do advérbio de negação “nunca”, que não poderá ser mulher. É preciso que nos detenhamos nessa afirmação que aparece como uma determinação. Por que esse sujeito nunca irá ser uma mulher? Quais são os atributos, as características, as qualificações necessárias para que ela se sinta e seja, de fato, uma mulher? Como é possível sentir-se ou ser uma mulher o tempo todo? O advérbio “nunca” carrega em si ecos do dizer do outro que ressoam sobre esse corpo – só é mulher aquele sujeito que nasceu com determinada carga cromossômica, com determinado fenótipo. Há uma incidência e uma superposição do discurso médico-científico, da ciência médica, que recobre o discurso

do sujeito, a ponto de ele não se reconhecer como quem ele deseja ser reconhecido.

Além disso, também somos confrontados com outros significantes e atentemos a eles, quais sejam: a adversativa “mas”, e os adjetivos “óbvio” e “lógico”. A conjunção adversativa “mas” funciona como um elemento linguístico que revela a contradição existente no nível do interdiscurso. Isso significa que, em nossa memória do dizer, somos afetados pela irrupção de uma lógica disjuntiva (*ou se é homem ou se é mulher*). Há um imaginário que é construído socialmente, o qual se crê que será simbolicamente representado no corpo. No entanto, ora, se o sujeito está dizendo que não é uma mulher, mas que também não é um homem, ele põe em jogo um corpo que desconhecemos, um corpo impossível ou uma outra possibilidade de ver – um entre-lugar, um corpo que incomoda porque, embora encontre abrigo na língua, não é reconhecido pelo outro, não encontra modos de existência na formação social.

Além do elemento que representa a contradição, chama-nos a atenção a discursivização de outros dois itens lexicais: “óbvio” e “lógico”. “Óbvio” significa aquilo que é claro, fácil de compreender ou ver. De onde vem o sentido de obviedade do corpo? De uma formação discursiva que o vê a partir de uma concepção transparente. Não é à toa a discursivização do adjetivo “óbvio” pelo sujeito. Ora, é claro para todos que o sujeito não é mulher, já que é isso que o outro – aquele que tem a posse dos sentidos – já determinou sobre esse sujeito. Já o significante “lógico” significa aquilo que é coerente, correto, racional. Todos esses adjetivos não são suficientes para designar o corpo transgênero, já que esse corpo simboliza a dúvida, o não-pertencimento ao estabilizado. Esses corpos nos relembram o questionamento da obviedade e desafiam a lógica.

É pela materialização de uma outra possibilidade, dada pelo próprio sujeito, que vemos a assunção de um outro lugar possível para o corpo transgênero. Esse sujeito marca sua resistência ao dizer “eu sou uma mulher made in China”. Ao mesmo tempo em que mostra esse corpo resignado à condição de mercadoria, um corpo cujo valor é menor frente aos corpos originais, a língua nos mostra o deslizamento para o chiste. Ao tentar fazer uma “piada” sobre si, o sujeito mostra uma forma de escapar do olhar estigmado do outro, mesmo que se coloque sobre outro lugar estigmatizado ao comparar-

se com um produto. Entendemos que esse ponto nos coloca fundamentalmente na articulação entre inconsciente e ideologia.

O sujeito transgênero recorre à discursivização de si e, portanto, de seu corpo, como uma mercadoria. No discurso do senso-comum, o que são os produtos “made in China” se não aqueles que são vistos como inferiores aos originais, os que não apresentam uma mesma qualidade, aqueles que possuem uma procedência duvidosa? Ao tomar seu corpo como esse tipo de produto, o sujeito põe em questão seu olhar a partir do modo como ele próprio se vê, ainda que esse olhar seja a forma de compreender a si mesmo e aos outros. No caso em análise, é preciso considerar que é pela via do inconsciente que o sujeito encontra um modo para fugir de um encobertamento ideológico.

Freud chamou de chiste – e Lacan se refere, muitas vezes, como uma tirada espirituosa – esse deslocamento de sentido em relação ao significado primeiro de algo, que passa a fazer outros sentidos. Assim, a expressão usada “made in China” está relacionada a um “tropeço, um ato falho”. Para o autor, essa tirada espirituosa tem sua dimensão “derrisória, degradante, desorganizadora” (LACAN, [1957/58] 1999, p. 84). Ao se comparar a um produto *made in China*, o sujeito transgênero demonstra esse deslocamento possível em relação ao seu corpo: vê-lo como outro significante para poder suportá-lo, e, dessa forma, compreendê-lo, fazer com que seja compreensível também ao outro que está na posição de escuta.

É preciso trazer essas considerações ao nosso campo de análise. Ao se dizer uma mulher *made in China*, em um documentário que retoma o modo como esse sujeito – uma professora – se relaciona com o seus alunos e ensina, e explica a eles quem é, temos a injunção de condições de produção que possibilitam pensar esse chiste como uma forma de resistência, em que o sujeito dá um sentido de existência desse corpo junto aos demais. É a reformulação dos significados em relação ao corpo que permite a visibilização do sujeito através de uma construção subjetiva em que ele mesmo é chamado a falar sobre si.

Conclusão

Para concluir o debate aqui realizado, iremos proceder a uma última análise, buscando dois enunciados que aparecem na SD1 e SD2. Chama-nos a atenção o uso de uma mesma estrutura: “Eu sou X”.

Na SD1, o sujeito afirma: “Eu sou algo que não *era* para existir”. Já na SD2, o sujeito diz: “Eu sou uma mulher made in China”. Dos dois modos, os sujeitos se utilizam de uma mesma estrutura linguística para se determinar de formas diferentes, já que um dos sujeitos parece mostrar a negação de sua condição e outro parece atribuir à sua condição uma existência menos legítima. Parece-nos que, nas duas formas, há um mesmo funcionamento, já que demonstram uma tentativa de evidenciar essa fragmentação, algo que escapa à compreensão lógica. Os sujeitos resistem ao provocar o incômodo de mostrar que precisam recuperar elementos da exterioridade (notemos a objetificação do corpo desses sujeitos ao comparar-se com “algo” ou com um produto) para inserir-se e ter seus corpos legitimados em nossa formação social. É um modo de resistir pela fragmentação.

Assim, em nossas análises tentamos demonstrar como o espaço de um documentário pode demonstrar a fragmentação constitutiva do corpo. Mostramos como os recortes que são feitos nesse espaço produzem sentidos em relação ao corpo fragmentado dos sujeitos transgêneros. Na análise das sequências discursivas, tentamos mostrar de que modo o incômodo e a resistência desses sujeitos colaboram nesse processo de fragmentação, já que demonstram, em seus processos linguísticos e discursivos, modos de lidar com o corpo para além da formação discursiva dominante.

Referências

- ABERRAÇÃO. In: HOUAISS online. 2020. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-4/html/index.php#1>>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História**

do corpo: as mutações do olhar – o século XX. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DE GRAVATA e unha vermelha. Produção: Miriam Chnaiderman. São Paulo, 2014. (1h26min).

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambiguidade ao equívoco:** a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita:** língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LACAN, Jacques. **O seminário**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. v. Livro 5: As formações do inconsciente. Originalmente publicado em 1957/1958.

ORLANDI, Eni. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Leituras do político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012. Originalmente publicado em 1983.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. Originalmente publicado em 1975.

VENTURINI, Maria Cleci; SCHON, Suhaila Mehannan. Documentário, língua e o museu no/pelo olhar discursivo. **Revista Rua**, v. 24, n. 2, p. 543-560, 2018.

A NARRATIVIDADE DE/EM PIEDADE: EFEITOS DE MEMÓRIA E DE RESISTÊNCIA¹

Fernanda Correa Silveira Galli²
João Victor da Silva Carvalho³

É a própria saudade que tá avisando que tá na
hora de querer mudar de vida.
(AURÉLIO, em Piedade, 2019)

São exemplos que estão aí na sociedade.
São baseados em fatos, mas é uma história
fictícia.
Faz parte do meu universo.
No fim, eu dedico o filme à minha mãe, que fez
parte disso.
Mas é uma história comum que está
acontecendo a toda hora.
(CLAÚDIO ASSIS, em entrevista ao Viver, 2020)

A composição fílmica nos possibilita, segundo Lagazzi (2017, p.1), “uma interpretação plural, em que palavras, enunciados, imagens, musicalidade, sons... se imbricam na contradição constitutiva do jogo entre diferentes materialidades significantes.”. Da perspectiva discursiva pecheuxtiana, lançar luz para as diferentes linguagens e/ou materialidades que integram a composição fílmica é refletir acerca do funcionamento discursivo, dos sentidos em (per)curso, dos efeitos de

¹ Agradecemos a Christiano Oludari, diretor e cineasta pernambucano, pela interlocução fundamental em nossa empreitada discursiva sobre o cinema autoral de Pernambuco.

² Docente na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Centro de Comunicação e Artes – CAC, Departamento de Letras, Recife, Pernambuco, Brasil e na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/IBILCE, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-4499-2908> ; fernanda.galli@ufpe.br.

³ Graduando em Letras na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Centro de Comunicação e Artes – CAC, Departamento de Letras, Recife, Pernambuco, Brasil; Estagiário no Instituto Federal de Pernambuco – IFPE, Núcleo de Atenção à Pessoa com Deficiência - NAPNE, Recife, Pernambuco, Brasil; Bolsista PIBIC/CNPq; <https://orcid.org/0000-0003-3811-2983>; joao.victorletras@gmail.com.

memória e de resistência do sujeito. É, portanto, na esteira teórico-metodológica discursiva que intentamos, neste artigo: compreender as cenas discursivas de/em *Piedade* (2019), por meio da narratividade, das tomadas de posição do sujeito, dos diferentes modos de formulação dos discursos e da atualização da memória discursiva. A justificativa da presente abordagem está no fato de *Piedade* trazer à tona questões que refletem e refratam sobre a ideologia dominante, especialmente no que se refere aos aspectos sociais e ambientais, o que buscamos abordar de maneira ética e política. Se justifica, ainda, por tratar de uma produção que nos permite refletir sobre a cultura pernambucana, sobre o imaginário do ser pernambucano, sobre memórias do nordestino e, acima de tudo, sobre como o cinema brasileiro tem problematizado tais questões e desconstruído estereótipos. No tópico a seguir, apresentamos um breve panorama do cinema brasileiro, bem como abordamos discursivamente o longa-metragem do pernambucano Cláudio Assis.

Do cinema brasileiro: *Piedade*

No que diz respeito à história do cinema brasileiro, Souza (2019) destaca que, no preâmbulo de *O romance do gato preto: história breve do cinema*, “um estudo sério e profundo do cinema deveria considerar sua história por motivos de ordem cultural, técnica, estética e crítica.” (ORTIZ, 1952 apud SOUZA, 2019), questões essas relacionadas à historiografia⁴ e, mais tarde, à política, com o intuito de “pensar as hegemonias, as narrativas mais recorrentes e os polos de produção”. Essas problematizações impulsionaram registros sobre o cinema nacional brasileiro, especialmente “em diálogo com seu contexto social, político e cultural”, abrindo brechas para reflexões acerca da constituição e da pluralidade dos discursos, da emergência

⁴ Em 1979, Jean-Claude Bernardet, em *Cinema brasileiro: propostas para uma história*, inicia os primeiros questionamentos sobre “as construções canônicas da historiografia do cinema brasileiro, exercício aprofundado em 1992 com *Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro*.” (SCHVARZMAN, 2017, p.136). Pensar a historiografia do cinema brasileiro, segundo Schwarzman (2017, p. 139), é “repensar a história política, econômica, cultural e intelectual do país.” e refletir sobre a constituição dos discursos e das hegemonias.

de vozes outras e do cinema autoral.⁵ Em *Piedade*, o diretor pernambucano Cláudio Assis joga luz sobre questões sociais e destruição ambiental, de maneira que os discursos emergem como efeitos de memória e de resistência.

Filmado no Cabo de Santo Agostinho, mais especificamente na Praia da Saudade, região metropolitana do Recife, bem próxima ao Porto de Suape, o longa retrata a fictícia cidade de *Piedade*, cuja paisagem “oscila entre a força do capital e a natureza exuberante” (ROSA, 2020). Duas narrativas são delineadas, paralelamente: uma tem como personagens centrais Dona Carminha (Fernanda Montenegro) e o filho Omar (Iranthir Santos), proprietários de um bar que era ponto turístico e área de/para pescadores antes dos impactos ambientais provocados pela instalação do porto; a outra se desenvolve em torno de Sandro (Cauã Reymond), o filho desaparecido de Dona Carminha, proprietário de um cinema pornô, e do filho Marlon (Gabriel Leone), um ativista ambiental. A trama enlaça, ainda, Aurélio (Matheus Nachtergaele), executivo da companhia Petrogreen, para quem tudo gira em torno do que se constitui enquanto objeto de comercialização: além do interesse na aquisição do lugar e na indenização dos moradores, ele também seduz Sandro.

Ao contar sobre *Piedade*, Cláudio Assis retrata a história de muitos moradores daquele lugar, histórias vividas e não discursivizadas, histórias silenciadas, permeadas de utopias e desejos in-desejados que, de algum modo, são desconstruídas ao longo da trama, por meio gestos, de palavras, de sons, de cores, de enquadramentos bastantes peculiares em/a cada uma das cenas. No entrecruzamento de materialidades significantes, os sentidos emergem, na tensão, no jogo entre o mesmo e a repetição: “[se] há silenciamento, há também variação, as versões possíveis. [...] É no esquecimento que se movimentam os sentidos, e não no já-dito, lembrado e arquivado, já significado.” (ORLANDI, 2017, p.74). Em *Piedade* (2019), dor e resistência marcam a narratividade no “funcionamento e modo de textualização da memória” (ORLANDI, 2017, p.77): para o diretor, o longa retrata “exemplos que estão aí na

⁵ De acordo com Sousa (2019): “Os anos mais recentes da produção cinematográfica, de 2000 a 2016, são tratados ao final da obra, divididos em três grupos – os documentários, os filmes de grande bilheteria e o cinema autoral.”

sociedade. [...] é uma história comum que está acontecendo a toda hora.” (ASSIS, 2019), de maneira que, no vai e vem da memória, na determinação histórica dos processos discursivos, sentidos outros vem à tona nas tramas enredadas de filiação.

No espaço de instabilidade dos discursos, efeitos outros de sentido ganham contornos, no jogo entre a estrutura e o acontecimento, tal como propõe Pêcheux (1997). Nessa perspectiva, no entremeio da realidade e da ficção, as relações individuais e coletivas que constituem o sujeito e são, imaginariamente, fabricadas, emergem no bojo da problemática da trama: identificar-se na/com a narrativa (de si) parece funcionar como modo não apenas de formulação de discursos, mas sobretudo como possibilidade de colocar em circulação discursos silenciados, discursos sobre aquilo que re-cortamos das relações com o(s) outro(s) e com a memória discursiva, o que não se dá de forma transparente e direta. No que diz respeito à narrativa/narratividade, Orlandi (2016, p.21) aponta que se trata da “maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas”.

A relação entre narrativa e narratividade ocorre, então, na medida em que a primeira é tomada não como produto, mas como um “processo de constituição”; daí, a emergência da narratividade (ORLANDI, 2016, p.21). Nesses termos, como já sinalizamos, *Piedade* (2019) aborda uma “história comum que está acontecendo a toda hora” (ASSIS, 2019) – de sofrimento, sentido esse colado ao significante –, mas que não é a mesma, dadas as condições de produção dos discursos, os modos de inscrição dos sujeitos e os processos de (des)identificação que os permitem fal(h)arem. Diante desses processos contraditórios de identificação-desidentificação em *Piedade*, nos questionamos: (i) como se estabelecem os percursos de resistência?; (ii) quais os modos de interpelação dos sujeitos pela ideologia, em especial a do capital?; (iii) quais os movimentos da memória na formulação dos discursos?; (iv) que redes de filiação de sentidos emergem das/nas materialidades? No próximo tópico, buscamos compreender os discursos de/em *Piedade*, com base no procedimento analítico que considera a descrição das materialidades

discursivas (verbais e visuais) um gesto essencial tanto quanto a interpretação (PÊCHEUX, 1990a; LAGAZZI, 2015).

De *Piedade*: memória, resistência, ideologia

Frente a complexidade da obra fílmica, na qual estão entrelaçadas, pelo simbólico, as diferentes linguagens, os gestos analíticos que se desdobram sobre tais materialidades buscam dar conta de processos discursivos que perpassam o artístico em sua formulação e circulação, deixando emergir questões da ordem do social nos/pelos corpos, imagens, cenas, planos e sequências de uma determinada composição. Desse modo, as análises empreendidas nesta abordagem têm como expectativa não deixar escapar da obra sua especificidade artística, mas incidir sobre a mesma o peso da história e da memória que afetam a (re)produção dos dizeres e, por conseguinte, os efeitos de sentido interpretados pelo leitor-espectador. *Piedade* apresenta dizeres e imagens atravessadas pela contradição inerente ao funcionamento do discurso, a tensão entre as formações discursivas, de maneira que as questões que são da ordem da propriedade, da espoliação e do capital são cindidas ora pelo afeto, pelos encontros, ora pela presença/ausência, pela perda. Questões do/sobre o sujeito, questões de/sobre metáfora. Questões que irrompem – *Piedade* compondo sentidos através das redes de significantes e de imagens – encadeadas na *tessitura fílmica*, que, por sua vez, fazem emergir efeitos de resistência na *tecedura discursiva* da obra.⁶

Em nosso procedimento analítico, nomeamos os recortes (LAGAZZI, 2011) como *cenas discursivas*: no intento de operar com os efeitos de unidade e abrangência, as tratamos como um aparato metodológico, de forma que uma dada *cena discursiva* compõe parte de uma determinada materialidade artística do campo audiovisual, em seus aspectos composicionais e discursivos. Nessa perspectiva, recorreremos também ao que dizem Aumont e Marie (2006): para os autores, a *cena* é o “fragmento de uma ação dramática que se desenrola sobre uma outra cena, ou seja, parte de uma parte unitária da ação [...] uma das possíveis formas de segmentação da faixa-

⁶ Neckel (2010) propõe *tessitura* e *tecedura* como categorias de análise do discurso artístico, sendo a *tessitura* a materialidade significante historicamente afetada e a *tecedura* os efeitos de sentido na(s) rede(s) de memória.

imagem que não possui trocas de planos, elipses ou saltos” (p. 45). No bojo da Semântica Histórica da Enunciação, Guimarães (2018) trabalha a noção de *cena enunciativa* ao considerar a posição dos locutores, bem como o modo como são afetados pela distribuição assimétrica do político e seus a-locutores (posições sociais que afetam o locutor na ordem da enunciação). Tomando uma posição teórica pelas vias do discurso, compreendemos que, ao abordar uma obra audiovisual enquanto materialidade significativa, precisamos considerar sua situação de formulação, seus valores internos, seu sistema próprio de significação, já que tal sistema é constituído inexoravelmente pela exterioridade.

Considerando a lição primordial de Pêcheux (1997, p.81), de que o “discurso é efeito de sentido entre interlocutores”, numa *cena discursiva* há um jogo posições-sujeito filiadas a determinadas formações discursivas que expressam na/pela contradição o caráter material do sentido das linguagens envolvidas na produção artística. Desse modo, a *cena discursiva* é fruto de um recorte procedimental de quem se debruça sobre as materialidades em busca de compreender os efeitos de sentido (re)tomados no interior da composição audiovisual. Iniciamos nossa compreensão pela *cena* em que Aurélio, em nome da Petrogreen, reúne os moradores da região para tratar da indenização pelos danos ambientais consequentes da instalação industrial.





Essa sequência de recortes em que Aurélio está comendo um petisco de frutos do mar retoma imagens que circulam de forma corriqueira em bares e restaurantes do litoral pernambucano: de geração em geração, anos após anos, muitas famílias são sustentadas pelo mar, por mulheres marisqueiras e pescadores que têm na praia seu sustento, sua condição de existência. Entre o gesto incessante de mastigar o alimento e suspirar, com a expressão facial/corporal de quem aprecia o sabor, a personagem Aurélio diz: “Hum, uma delícia dona Carminha”. Dona Carminha responde com inocência e perspicácia, numa expressividade em que o não dito se materializa com o olhar imbricando-se ao dizer: “É uma especialidade aqui da casa, antes era até mais saboroso, quando a gente pescava. Agora a gente compra”. Como resposta a dona Carminha, Aurélio diz: “Gostoso assim, faz sucesso em qualquer lugar”. Posições antagônicas, na história e no discurso, emergem na/pela relação sujeito-língua-ideologia: por um lado, dona Carminha carrega a narrativa de mulheres, homens e crianças que tiveram suas vidas

afetadas pela Petrogreen, responsável inclusive pela alteração dos sabores ali consumidos; por outro lado, Aurélio manifesta (um imaginário de) reconhecimentos que funcionam como agenciamento e buscam atuar no fortalecimento de seus propósitos de negociação.

A *cena* se desdobra em outra (próxima sequência de recortes), com o movimento da câmera que acompanha o executivo, agora em plano mais aberto. Sem os óculos escuros, Aurélio retoma os interesses movediços que o levam a enunciar, não só para dona Carminha, mas para o grupo de moradores, dos quais se aproxima fisicamente: “Vamos retomar a conversa? [...] Seu Antônio vem da família mais antiga aqui da região, mas ele sentiu, na verdade ele percebeu que isso tudo, isso tudo é uma grande oportunidade pra mudar de vida. É uma oportunidade! E a Petrogreen possibilitou isso. [...] Se eu entendo o carinho que vocês têm por isso aqui? Entendo, como eu entendo. Agora, o que a Petrogreen oferece é ruim?”. A retórica convincente e bem articulada do neoliberalismo toma novos rumos, na medida em que uma grande oportunidade aparece para os moradores daquela região: a de deixar para trás todo sofrimento e angústia que é viver sob aquelas condições, muitas vezes sem o amparo devido do poder público, por um lugar melhor, com mais dignidade, mais decência, mais dinheiro. Dito de outro modo, a oportunidade para mudar de vida se concentra na negociação (de Aurélio) com sentidos que funcionam como ameaça, como coação, como possibilidade de erro pela não aceitação.

O discurso que se materializa na enunciação de Aurélio retoma a estereotipização do povo pobre, sertanejo e nordestino atraído por grandes oportunidades de ficar rico, principalmente em outros estados brasileiros como São Paulo e Brasília, erguendo cidades sob a designação de candangos e boias-frias. Para muitos, essas são oportunidades imperdíveis de deixar sua terra, sua história, de viver migrante e des-ajustado no ritmo das cidades que não param. Nesse movimento, sujeito, língua e ideologia são marcados historicamente: na ordem do discurso, pensar a “interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas” (PÊCHEUX, 1997, p. 300-301 – grifo do autor). Atravessado(s) pela falha, o(s) corpo(s) se submete(m) à falta: sob os efeitos de violência da enunciação de Aurélio direcionada aos moradores, a resistência emerge e produz outras formulações. Na

cena da conversa de Aurélio com os moradores, todos estão voltados para ele, atentos à proposta da Petrogreen, menos Omar, o que sinaliza a tensão entre as personagens. É na formulação visual (dos corpos) dos moradores con-centrados em Aurélio com a (do corpo) de Omar des-centrado da conversa que vemos a contradição, a qual coloca “em xeque a ideologia dominante” (PÊCHEUX, 1997, p. 301).





Numa outra cena (próxima sequência de recortes), a personagem que estava de costas em recusa à presença e à oferta da Petrogreen, se dispõe de frente a Aurélio. Omar, filho de dona Carminha, toma a palavra e contraria e o monologismo do executivo: “É porque tu faltou, né... tu num veio pra reunião que tava marcada, aí tu num sabe que a gente não tá muito de acordo com essas coisas”. Omar figura o líder da comunidade: também afetado pelos danos ambientais promovidos com a instalação da empresa, ele carrega a tristeza de ver a praia onde cresceu interdita e contaminada, em função da ocupação da indústria petroleira naquela região. É com a presença de Omar que a *cena discursiva* se torna ainda mais cindida entre forças históricas, entre as formações discursivas que disputam a exatidão do sentido, a posse das palavras e o domínio de sua semântica. Nesse ensejo, a *cena* toma outra dinâmica e o corpo de Omar é discursivizado pelos seus gestos agitados, pela sua movimentação, pela alteração do timbre de sua voz (da animosidade complacente para mais volumoso e eloquente), pelas suas palavras que expressam, agora mais vigorosamente, uma posição de enfrentamento: “Eu pesquisei e vi que o valor que vocês tão querendo dá nesse terreno todo aqui é, é baixo demais, véi.”

Pela via do corpo, emerge uma posição-sujeito falante, desejante e histórica: “os sujeitos textualizam seu corpo pela maneira mesma como estão nele significados, e se deslocam na sociedade e na história: corpos segregados, corpos legítimos, corpos tatuados. Corpos integrados. Corpos fora de lugar.” (ORLANDI, 2012, p.87). Os corpos comparecem, pois, como “dispositivo de visualização”, como lugares “do visível e do invisível” (LEANDRO-FERREIRA, 2013, p.78): na *cena*, o

corpo (integrado) de Omar é um corpo que resiste ao corpo (fora de lugar) de Aurélio, resiste a um discurso que se configura como autoritário, repressivo, controlador e, acima de tudo, capitalista. O (em)poder(amento) organizacional (BAQUERO, 2012), cuja pauta é a gestão e a administração de pessoas no âmbito dos empreendimentos privados, se manifesta nos dizeres de Aurélio que, ao chamar Omar de “Omarxarife”, polemiza as posições de autoridade.



Pela formulação, na imbricação com a imagem criada na tela, a memória discursiva funciona engatilhando os sentidos, deflagrandos na ordem significante: Omar, ao enfatizar “que a empresa dele [Aurélio] veio até aqui, praticamente destruiu toda natureza nossa, impossibilitou nossa praia e agora eles tão querendo pagar menos, menos, pelos problemas que eles trouxeram”, coloca em circulação a lógica capitalista legitimada, o que ecoa e se textualiza em diversos outros dizeres, ao longo de *Piedade*. Em uma *cena* subsequente (próximos recortes), Omar abre a rede, mostra seu tecido, sua resistência, as fibras que a compõem, indagando uma resposta muda: “Isso aqui eles não têm. Sabe o que é isso aqui? É a nossa casa”. A câmera flagra o instante em que corpo de Omar cede sobre a rede e cai na segurança de suas tiras bem costuradas, assemelhando-se a uma criança que se joga nos braços de um adulto sabendo que a queda não a espera. É pela narratividade que se constroem os sentidos que dona Carminha, Omar e os demais moradores da vila de pescadores atribuem a esse lugar: memória(s) significada(s) e significando as coisas na presença/ausência. São percursos de saber e de sentido que se sedimentam (i)materialmente na subjetividade de cada personagem.





Omar não cede, e enuncia: “A gente aqui tá muito seguro, não há nada que você possa fazer que faça a gente vender esse lugar não.”. E Aurélio retruca: “Ninguém nunca falou a palavra venda aqui. Venda não é o termo que nós usamos lá na Petrogreen. Trata-se de um ressarcimento por causa das modificações ocorridas no local, seguida de um realocamento das famílias num lugar mais favorável.”. Outra personagem intervém: “Moço, o senhor fala difícil. Mas o senhor continua falando a mesma coisa.”. Essas formas de resistência emergem não sem memória, sem ideologia, sem confrontos: segundo Pêcheux (1990b, p.17), resistir é, dentre outras possibilidades, “não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litânias ou repeti-las de modo errôneo [...] mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases [...]”. O conjunto de significantes – “venda”, “ressarcimento”, “realocamento”, “favorável” – discursivizado por Aurélio faz vir à

tona sentidos de compensação da empresa diante das perdas causadas aos moradores, de modo que a memória se atualiza e coloca em movimento, mais uma vez, no jogo entre o mesmo e o diferente, a promessa de mudança de vida.



As *cenas* definem os limites dos sentidos e dão visibilidade ao processo discursivo, marcando as disputas entre formações

discursivas e posições de sujeito: nesse último bloco de recortes, a resistência se materializa tanto na postura de Omar (como que superior a Aurélio) quanto em seus dizeres: “Essa terra aqui é nossa, e é por direito. Então, nem tu, nem tua empresinha vai conseguir expulsar a gente daqui não!”. Aurélio, com as mãos presas pelo aperto de Omar, sinaliza: “Nunca expulsar vocês daqui não [...] É a própria saudade que tá avisando que tá na hora de querer mudar de vida.”. Emergem da tensão entre as posições ocupadas por Aurélio e Omar as marcas da luta classes que se materializam na língua em (dis)curso: entre venda e ressarcimento, há discrepância, sentidos que constituem sujeitos nas/pelas formações discursivas. Na formação discursiva neoliberal, que determina aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito executivo, os sentidos sobre a terra, sobre a moradia são deflagrados em favor da lógica do capital. Os sentidos, porém, não são contidos numa determinada formação discursiva, mas deslizam em curso nos processos contraditórios de identificação do sujeito com a FD que o determina. Desse modo, sentidos tomam outras direções, fazem outros percursos e encontram nas fissuras do ritual de interpelação um sujeito que localiza seu discurso nas fronteiras da determinação ideológica e produz em seu dizer resistência, de modo que venda desliza para ressarcimento e expulsão para realocação.

Da memória, resistência, ideologia: relações de afeto em *Piedade*

Com base no procedimento analítico que considera os movimentos de descrição e de interpretação (PÊCHEUX, 1990a; LAGAZZI, 2015) de materialidades significantes como inseparáveis, procuramos nesta abordagem compreender algumas *cenas discursivas de/em Piedade* (2019). Tomando, neste pleito, o que nos diz Souza (2013, p.25) sobre a *policromia* como “enredamentos de elementos implícitos ou silenciados, dos quais os diferentes sentidos e interpretações emergem na tessitura do não verbal”, pode-se compreender que a produção fílmica, em sua imbricação de diferentes linguagens, deixa aflorar imagens des-linearizadas pela memória discursiva. Em efeito-leitor, tal des-linearização metafórica faz tensionar os limites entre o já-lido (visto, assistido) e o novo (re-significado). De nosso percurso analítico, portanto, destacamos o

funcionamento discursivo, dos sentidos, da memória e da resistência do sujeito como possibilidade de interpretação das diferentes linguagens e/ou materialidades da composição fílmica, o que nos permitiu refletir sobre o modo como sujeitos e sentidos se imbricam, se contradizem, (se) afetam.

O funcionamento discursivo de/em *Piedade* nos possibilita o acesso às vias da interpretação balizada por nosso dispositivo teórico-analítico, à complexa maquinaria de sentidos engendrados por sujeitos da/na tela: efeito-ficção e efeito-realismo⁷ (SOUZA, 2013, p. 35) constituem mutuamente o efeito-leitor/expectador da obra, abrindo caminhos para sentidos outros, inconclusos, elípticos, migrantes. Nessa esteira, em que a relação forma/conteúdo é metaforizada pela ação dramática e pelo político, temos em *Piedade* a implosão de resistências possíveis e efeitos de resistência⁸ (MODESTO, 2016). A resistência possível se dá na circunscrição do discurso na ordem dominante.; é o jurídico que na articulação entre o político e o simbólico (re)interpela sujeitos em indivíduos (ORLANDI, 2001). Omar intercede ao jurídico, aos direitos ao Estado na tentativa de estancar os afetos da Petrogreen na vida dos moradores. Estado esse que se corporifica na presença-ausência dos acordos com empresas, na displicência com os impactos ambientais e no desamparo para com as populações. É a resistência possível de Omar, dona Carminha e demais moradores frente a ação nefasta da Petrogreen, aos desmandos do Capital.

Em contrapartida, é na espessura material de *Piedade* que estão os efeitos de resistência, na contradição típica e inerente dos processos discursivos nos quais sujeitos são agenciados pelo discurso. A linguagem cinematográfica, em movimento, encontra “uma demanda e se torna uma questão” (MODESTO, 2016, p. 1091) e faz-se resistência por (des)embaraçar o espaço prototípico de enunciação, um plano estratificado. A resistência esburaca antigas

⁷ Cf. *Moldura, Tela e Enquadres* (p. 34-35), em Souza (2013).

⁸ Modesto (2016) distingue a resistência possível dos movimentos sociais urbanos e os efeitos de resistência alcançados por tais movimentos: para o autor, a resistência possível se dá no atravessamento pela ideologia jurídica do Estado no discurso dos movimentos sociais, mesmo que tais movimentos reivindicam um lugar de fala oposto ao lugar do Estado é pelo jurídico que se legitimam. Os efeitos de resistência, por conseguinte, se instauram na contradição que caracteriza o lapso na falha da interpelação ideológica, na significação do *non-sens*, do poder vir a ser.

questões, o já adormecido e esquecido com novas perguntas que perturbam a ordem do já-dito. Nessa perspectiva, *Piedade* perturba o discurso do progresso econômico ao trazer à tona a narratividade de sujeitos apagados e silenciados que tiveram suas subjetividades afetadas pelo desenvolvimento. Nos seus trajetos de resistência, os corpos são afetados e afetam, de modo que afeto “é corpo no afetar e no ser afetado. Uma relação pluritransitiva e polissêmica.” Afeto que funciona “na sua força de movência”, resistência que “constitui o sujeito na sua possibilidade de se mover no simbólico.” (LAGAZZI, MEDEIROS, 2019, p.79-91).

Referências

- AUMONT, J.; MARIE, M. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. 2a ed. Campinas-SP: Papirus, 2006.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? - Uma discussão conceitual. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan-abr, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722/17099>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- GUIMARÃES, E. **Semântica: Enunciação e Sentido**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018
- LAGAZZI, S. M.; MEDEIROS, V. Resistência e ética em tempos difíceis: a política no esquecimento em *Esse viver ninguém me tira*. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. da S. (Orgs.). **Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 77-92.
- LAGAZZI, S. M. Trajetos do sujeito na composição fílmica. In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; PFEIFFER, C.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. 1 ed. Campinas: Pontes, 2017, v. 3, p. 23-39.
- LAGAZZI, S. M. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. (Orgs.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia**. 1ed.Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 177-189.
- LAGAZZI, S. M. O recorte significativo na memória. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMAM, S. (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009, v. 1, p. 67-78.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. O corpo como materialidade discursiva. **REDISCO**. Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.
- MODESTO, R. Uma cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. **Fórum Linguístico - Revista de Linguística**. Florianópolis, v. 13. n. 1, p.

1083-1093, jan/mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n1p1083>>. Acesso: 25 jul. 2020.

NECKEL, N. M. Tessitura e Tecedura: Movimentos de compreensão do discurso artístico no audiovisual. **Tese de Doutorado em Linguística**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ORLANDI, E. P. Um corpo migrante. In: ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. (Org.). **Instituição, relatos e lendas**: narratividade e individuação dos sujeitos. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas, Pontes, 2001.

ORTIZ, C. **O romance do gato preto**: história breve do cinema. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1952.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio Trad. Eni Orlandi et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 293-304.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990a.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, no 19, Campinas, SP, 1990b.

ROSA, A. S. 'É um filme atemporal', diz Cláudio Assis sobre Piedade, filme disponível online. **Diário de Pernambuco**. Recife, 2020. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2020/06/e-um-filme-atemporal-diz-claudio-assis-sobre-piedade-filme-disponi.html>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SCHVARZMAN, S. Escrever a história do cinema brasileiro no século XXI: desconstruir a história no singular e escrever a história no plural. **RuMoRes** – Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias, v. 11, n. 21, p. 132-150, 13 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/120276>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SOUSA, E. P. Caminhos de um cinema brasileiro. **Galáxia** (São Paulo), n.41, São Paulo, mai./aug. 2019, 23 mai. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532019000200187>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SOUZA, T. C. C. Discurso e Cinema: (i)materialidades discursivas e efeitos metafóricos. **CASA** - Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 11, n. 1, p. 23-37, jul. 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/casa>>. Acesso: 15 jul. 2020.

PIEIDADE. Direção de Cláudio Assis. Recife-PE: Arthouse, 2017 (99 min.)

O JORNAL NACIONAL E OS DISCURSOS DE RESISTÊNCIA DE MORADORES DE COMUNIDADES POBRES FRENTE À CRISE DA COVID-19

Nelson Figueira Sobrinho¹
Dantielli Assumpção Garcia²

Contextualização introdutória

Maior crise dos últimos 75 anos, segundo o Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, 2020), a pandemia de Covid-19 não é apenas uma crise sanitária: é “eminentemente social e histórica” (MASCARO, 2020, posição 22) e atinge, sobretudo, os mais pobres. Especificamente no Brasil, o desemprego, casas não preparadas para abrigar pessoas em isolamento ou em quarentena, transportes públicos lotados, o que facilita a transmissão, além de um sistema de saúde com vários problemas (*Id. Ibid.*) estão presentes no cotidiano desse contingente que vive em regiões pobres/periféricas.

“Exata e necessariamente, condições históricas de um modo de produção específico, o capitalismo” (*Id. Ibid.*, posição 25), essas condições repercutem nos números da doença entre essa população: os 20% mais pobres dos brasileiros apresentam o dobro do número de infecções registrado entre os 20% mais ricos (VALENTE, 2020).

Aliados das políticas governamentais, em uma ação própria do modo de produção capitalista, muitos dos sujeitos moradores dessas regiões resolveram agir, individualmente ou em conjunto, visando a minimizar os impactos da pandemia. Parte dessas ações tem sido mostrada pela mídia, que veicula matérias sobre iniciativas populares voltadas à atenção dos mais pobres.

¹ Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste – campus Foz do Iguaçu). Doutorando em Letras (Unioeste – campus Cascavel). nelson_figueira@hotmail.com.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Docente nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). dantielligarcia@gmail.com.

Com base na premissa de que “movimentos sociais e políticos de resistência também visam administrar o que é possível de dizer conforme as condições sócio-históricas em que se inscrevem” (MARIANI, 2020, p. 25-26), este artigo parte do pressuposto de que os dizeres desses sujeitos protagonistas podem ser considerados discursos de resistência frente à crise.

Inscrito teórica e metodologicamente na Análise de Discurso franco-brasileira, o artigo tem como fim analisar se nos discursos – mesmo que mediados pela mídia, a qual, como aparelho ideológico, possui interesses em exibi-los – os entrevistados marcam suas posições-sujeitos como cidadãos que, cansados da inação estatal ou da própria sociedade, partem para a resolução de problemas que atingem o coletivo, intervindo onde o Estado deveria intervir, ao mesmo tempo em que cobram deste a atenção da qual são merecedores.

O corpus de análise é composto por reportagens, exibidas em 23 de março – 12 dias depois das primeiras suspensões de aulas e de serviços devido à pandemia –, em 27 de março e 11 de abril. Todas têm como sujeitos moradores de comunidades pobres, situadas no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense e em São Paulo, que se mobilizaram para superar dificuldades advindas da crise sanitária. Como critério de composição do corpus, foram escolhidas reportagens em que esses sujeitos são protagonistas da ação. Assim, foram descartadas, por exemplo, as que apresentaram empresários ou instituições de fora das localidades prestando algum tipo de assistência.

Para o estudo, o artigo se vale de Pêcheux (1990, 2014a, 2014b, 2014c) e Orlandi (1998, 2007, 2017, 2020) para analisar os dizeres como atos de resistência contra os apagamentos dos quais esses sujeitos são alvo. Além dos teóricos da AD, o artigo usa as inferências de Klein e Davis (2020) e Mascaro (2020), como base para discussões sobre a crise no campo social e histórico.

A resistência aos olhos da AD

Versar sobre como a Análise de Discurso pecheutiana analisa os discursos de resistência, ou simplesmente a resistência, significa considerar as inferências do pensador francês em textos como “Delimitações, Inversões, Deslocamentos” (1990 [1982]). Nesse

trabalho, ao questionar a origem dos discursos revolucionários, como estes se “constituem historicamente, na sua relação com o inexistente, com a irrealidade e com o impossível”, Michel Pêcheux (1990, p. 16) defende que é preciso descartar dois efeitos complementares, os quais ele denomina “religiosos”:

Um deles consiste em localizar a fonte do processo revolucionário em um discurso teórico que, através de sua presença-ausência enquanto rede de conceitos eficazes, induziria, do exterior, a revolução no mundo existente (*Id. Ibid.*).

O segundo efeito “religioso”, inversamente simétrico ao primeiro, reside na presunção de um “germe revolucionário independente, presente no estado prático como uma essência certamente entravada, reprimida, dominada, mas, no entanto prestes a irromper” (*Id. Ibid.*). Essa segunda concepção, argumenta Pêcheux, “se encontra sob a garantia da existência das *ideologias dominadas* concebidas como germes reprimidos e abafados pela ideologia dominante” (*Id. Ibid.*, grifos do autor). Ao defender a rejeição de ambos os efeitos, o autor demonstra ser crucial reconhecer que contemporaneamente, “as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (PÊCHEUX, 1990, p. 16).

Valendo-se de L. Althusser, Pêcheux retoma a discussão sobre a interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, lembrando que as práticas ideológicas são caracterizadas como reguladas por rituais, nos quais essas práticas são inscritas no interior de um aparelho ideológico, ou mesmo em uma parte ínfima desse aparelho – um enterro, um jogo, uma aula ou uma reunião de um partido político (*Id. Ibid.*). Considerar a interpelação ideológica como ritual, segue o autor, presume reconhecer de que não há ritual sem falha: “‘uma palavra por outra’ é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho” (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Neste sentido, o discurso revolucionário se baseia no retorno aos pontos de resistência e de revolta gerados sob a dominação ideológica. No discurso, essas resistências são caracterizadas pelo não entender, ou entender de forma errada; não escutar ordens; não repetir as falas infinitas, enfadonhas, maçantes, repetitivas (as ladainhas), ou repeti-las de forma errada; falar a própria língua como

se fosse estrangeira, mal dominada. À lista de resistências em termos discursivos, Pêcheux acrescenta mudar o sentido de palavras e de frases – ou alterar e desviar seu sentido. O contrário, tomar os enunciados ao pé da letra, também se configura em quebra de ritual e, por isso, atua como resistência no âmbito do discurso, assim como o jogo de palavras, o deslocamento de regras de sintaxe e a desestruturação do léxico (*Id. Ibid.*). “E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição” (PÊCHEUX, 1990, p. 18). Destarte, a resistência está naquilo que falha. O ato falho, o lapso “infecta” a ideologia dominante dentro das práticas em que tende a se realizar (PÊCHEUX, 2014c, p. 15).

Para Orlandi (2007), além do lapso, do ato falho, o silêncio, devido a sua dimensão política, é possível de ser considerado tanto integrante da retórica de dominação e de opressão, como da retórica de reação, ou seja: resistência. Uma análise ilustrativa sobre esta particularidade do silêncio é feita pela autora ao opor o silenciamento – a política do silêncio – do qual os indígenas foram vítimas por parte dos colonizadores e o silêncio dos autóctones como forma de resistir às investidas dos europeus.

Como o índio foi excluído da língua e da identidade nacional brasileira? Com efeito, o índio não fala na história [...] do Brasil. Ele não fala mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. Mesmo se eles têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial. Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo. [...] Por seu lado, esse silêncio pode ser compreendido como resistência do índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se “espera” que ele fale). Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o índio, processo que o colocou no silêncio. Nem por isso ele deixa de significar em nossa história (ORLANDI, 2007, posição 472-478).

Orlandi divide o silêncio entre o silêncio fundador, que existe nas palavras, o não-dito, aquele que cede espaço de recuo significante e produz assim as condições para significar, e a política do silêncio.

Esta, por sua vez, é dividida por ela em silêncio constitutivo, aquele que indica que para dizer é preciso não dizer e o silêncio local, a censura: “àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura” (*Id. Ibid.*, posição 171-172). No caso dos indígenas usados na ilustração da autora, o silêncio local impediu que estes significassem além de sentidos predeterminados. Por sua vez, ao silenciarem-se, os povos ancestrais brasileiros promoveram uma insurreição: como oprimido, seu silêncio torna-se discurso de resistência, pois se configura em um modo de oposição ao poder (*Id. Ibid.*).

Em um texto mais recente, a autora vai além e defende “uma teoria discursiva da resistência do sujeito” (ORLANDI, 2017). Segundo ela, nas formas atuais de assujeitamento por parte do capitalismo, “há um resto, nas relações dissimétricas, que produz a resistência”. Porém, esta resistência não está na forma heroica como frequentemente se pensa, “[...] mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir” (ORLANDI, 2012, p. 234). Orlandi aponta os Falcões, os meninos do tráfico, como uma das formas de resistência. Esses jovens resistem à humilhação própria do capitalismo – humilhação essa como prática social, um discurso, em que se confrontam simbólico e o político:

Quando [...] o menino do tráfico afirma “eu estou do lado certo na vida errada” está afirmando que ele está fora da lógica capitalista das relações sociais e a humilhação só é possível nelas [...] Se estivessem no interior dessas relações seriam humilhados. Eles se negam a isso (*Id. Ibid.*, p. 225, grifos no original).

Voltando aos objetos deste artigo – os discursos dos sujeitos moradores de comunidades e/ou de periferias veiculados pelo *Jornal Nacional* na cobertura da pandemia de Covid-19 – cumpre dizer que possivelmente sua resistência seja percebida, em uma leitura discursiva, por meio das afirmações de que, como periféricos, cabe a eles se posicionarem como tal e não admitirem a posição de segregados, imposta pelo Estado, ou pela simples não presença estatal, negando-lhes acesso a políticas públicas ou impedindo que seus discursos sejam ouvidos, o silêncio local.

Neste sentido, para produzir-se uma compreensão sobre os dizeres desses sujeitos periféricos, cabe destacar duas ponderações de Michel Pêcheux que tocam na revolta e na resistência: a primeira, que “não há dominação sem resistência”; o que significa ser

necessário “ousar se revoltar”. A segunda: “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, em outros termos, é necessário “ousar pensar por si mesmo” (PÊCHEUX, 2014b, p. 281).

O JN e a pandemia: breve contextualização histórica

Antes da análise do *corpus*, é preciso contextualizar, ainda que brevemente, o *Jornal Nacional*, telenoticiário em que os dizeres objeto de análise foram veiculados. Esta contextualização, destacamos, atende ao que preconiza a própria Análise de Discurso, que, como se sabe, está no imbricamento da história, como teoria das formações sociais e suas transformações, entre elas a teoria das ideologias; da linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e da teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX, 1997).

No ar desde 1º de setembro de 1969, o JN é considerado pelos pesquisadores um espelho da emissora, nascida no ano seguinte ao golpe Civil-Militar que manteve o país sob ditadura até 1985. Diferentes autores citam a relação estreita e a “indisfarçável” identificação entre a emissora carioca e o regime militar – Silva (1985), Herz (1987), Lima (2001) e Amorim (2015). Essa aproximação seguiu até o final da ditadura e se estendeu até a chegada dos governos progressistas. Por sua vez, pesquisas mais recentes têm demonstrado a tendência de alinhamento do grupo e da emissora a governos e candidatos que defendem a liberdade de mercado e a restrição à intervenção estatal sobre a economia. Exemplos são os posicionamentos nas eleições de 1989 e de 2006 (AMORIM, 2015), e em 2016, com o *impeachment/golpe* de Dilma Rousseff (PT), rito que recebeu apoio da emissora.

No que diz respeito à cobertura da pandemia de Covid-19, desde as primeiras notícias sobre a descoberta do novo vírus, ainda em 2019, a Rede Globo em geral, e o JN em específico, têm dado cobertura aos fatos. A despeito das críticas, vindas até mesmo do presidente da República, em pronunciamento na noite de 24 de março³, a cobertura ampla da emissora atingiu seu fim, sendo uma das possíveis causas do aumento da audiência do telejornal.⁴

³ No discurso de 24 de março, em que classificou a doença como “gripezinha”, o presidente Jair Bolsonaro acusou a imprensa de potencializar a crise, de espalhar

Como meio midiático, o JN produz efeitos de sentido provocados não apenas pelos temas abordados, mas também pelos ignorados, os “não-ditos”, os silêncios (ORLANDI, 1998; 2007) pelo modo como as matérias jornalísticas são tratadas discursivamente – tanto no que tange ao texto quanto no que tange aos recursos imagéticos.

Especificamente em relação aos materiais relacionados direta e indiretamente à pandemia de Covid-19, inicialmente, para “dar sentido” ao fato histórico, o telejornal intertextualmente lançou mão de comparações com outras doenças – como o H1N1 e a gripe espanhola. Posteriormente, os efeitos de sentido produzidos pelo telejornal advieram da criação de novos quadros, da extensão da duração das reportagens, do uso do discurso de empresários, cientistas, cidadãos comuns e de profissionais de saúde, que narram experiências relacionadas à crise. Mais que isso, os sentidos principalmente advieram dos textos orais – tanto dos repórteres, quanto dos apresentadores e dos entrevistados.

Ausência estatal e presença feminina

A primeira das reportagens do *corpus*, veiculada em 23 de março, mostra como a Cidade de Deus teve que modificar sua rotina em razão do coronavírus. Na data da exibição, o Rio de Janeiro contava com 61 casos suspeitos da doença em “comunidades” – termo usado pelo apresentador William Bonner na cabeça⁵ – e um confirmado, justamente na Cidade de Deus. Apesar de o foco de análise ser o discurso dos moradores, nesta matéria, em específico, também nos ateremos ao discurso jornalístico, como forma dar uma pequena mostra de como o JN retrata os moradores de áreas pobres.

A reportagem se inicia com uma imagem aérea da região, com o repórter Chico Reguera repetindo o número de casos e

histeria e tratou a Globo, que havia pedido calma à população na edição do dia anterior do JN, com ironia (OHANA, 2020).

⁴ De 16 a 22 de março, o JN atingiu 37 pontos na Grande São Paulo (cada ponto equivale a 203 mil pessoas). O maior índice em nove anos. No Rio, a média foi de 38 pontos, o maior em oito anos (PADIGLIONE, 2020).

⁵ Texto lido pelo apresentador do telejornal que tem como função informar o telespectador qual matéria (VT) será exibida a seguir. Em alguns casos, pode conter o *lead* (texto introdutório que responde às perguntas: quem? como? onde? quando? e por quê?) da matéria.

complementando os dados constantes na cabeça da matéria, informando que os 61 casos suspeitos estavam distribuídos “em 16 *favelas* da cidade. Dezenove deles, na Cidade de Deus” (REGUERA, 2020a). O *off* (texto) é acompanhado de imagens que mostram o morro onde está Cidade de Deus da perspectiva de quem está em uma via pública: de quem está no “asfalto”. Nota-se, já no início, uma relação entre as palavras *favela* e *comunidade*, utilizadas como se fossem sinônimas, e da antítese, ainda que imagética, morro/asfalto.

No primeiro caso, uma análise horizontal pode levar a entender que houve uma tentativa de sinonímia entre *favela/comunidade* – e nada mais que tentativa, pois ambos os termos, se nos atermos às ciências do léxico, não estão dentro do mesmo campo semântico. No entanto, para a AD, é necessário voltar os olhos para o processo discursivo.

Conforme Pêcheux (2014a), uma mesma palavra, uma mesma expressão ou uma mesma proposição podem ter sentidos diferentes de acordo à formação discursiva (FD) em que se inscrevem. Isso implica que estas não têm um sentido próprio, mas, sim, este é constituído de acordo com a formação discursiva. Ou seja, nas relações que essas manterão com as outras palavras, expressões desta FD. Da mesma forma, o contrário também ocorre: palavras, expressões ou proposições “*literalmente diferentes*” podem ter o mesmo sentido.

No caso da díade *favela/comunidade* (ou *favela/comunidades pobres*), trata-se de uma formação discursiva calcada no politicamente correto, que se utiliza de termos considerados por alguns como “mais brandos” – eufemísticos – e por outros mais respeitosos para se referir a pessoas, a grupos sociais, a minorias, etc. Mas, na reportagem, essa tentativa de suavizar esbarra na própria utilização das palavras, usadas como se fossem sinônimas e, portanto, como sendo do mesmo campo semântico. Ou seja, se estão no mesmo campo semântico, têm a mesma “carga” discriminatória. Outro fator que faz com que a tentativa de impor o politicamente correto fracasse reside no imagético, pois ao inserir a imagem morro/asfalto, a reportagem insere a oposição urbano/não urbano ou cidade/morro.

Enquanto a imagem descrita é mostrada, o repórter informa que o número de casos “preocupa autoridades e moradores [da Cidade de Deus] que começaram a se mobilizar”. Segue, então, outra uma

imagem, desta vez mostrando um homem a pé, empurrando uma bicicleta, equipada com um alto-falante, pelas ruas da comunidade. Há um *sobe som*,⁶ para evidenciar o áudio amplificado pelo alto-falante: “Para se prevenir, lavar bem as mãos com sabonete funciona”. O *Off* retorna, com o repórter intertextualmente utilizando o termo “disseminar”, próprio de reportagens sobre propagação de doenças: “O objetivo é *disseminar* informações que ajudem a conter a Covid-19” (REGUERA, 2020a).

Em seguida, há o complemento do texto do jornalista com mais uma *sobe som*: “Evite apertos de mãos, beijos e abraços”. A informação repassada pelos moradores é reforçada por um “discurso de autoridade”, no caso, do médico e professor da UERJ Mario Dal Poz, destacando a importância da higiene e do distanciamento social. Diferentemente das demais entrevistas, nota-se que esta foi gravada fora da Cidade de Deus.

Volta o *off*, com o repórter narrando o que é mostrado: “Carros de som para todos os lados, cartazes faixas e campanhas de doações” (REGUERA, 2020a). Sobre esse trecho vale a pena nos atentar a Souza (1998), que propõe, no âmbito da AD, uma perspectiva de estudo da imagem. Segundo ela, há uma forma de silenciar a imagem por meio de um trabalho de interpretação, quando a mídia “se interpõe entre o espectador e a imagem num processo de produção de significação bastante direcionado” (SOUZA, 1998, p. 5). Neste sentido, ocorreria um processo de paráfrase, ou melhor: “um parafraseamento de imagens”. Segundo ela, as imagens são apagadas por meio da verbalização, a paráfrase. Não dando, deste modo, lugar para a interpretação do espectador.

A respeito da sobredeterminação do verbal sobre a imagem, Orlandi (1995) parte de Pêcheux, o qual evidenciou que perceber a mídia é perceber o político, para propor um outro foco: o de que perceber o fato de linguagem pela perspectiva do discurso, que é uma perspectiva política, é também perceber a mídia de forma diferente:

⁶ Termo utilizado para designar um trecho de um discurso ou um áudio ambiente, som de vozes, de animais, ou até trilhas, para enriquecer uma matéria.

Há uma ideologia da comunicação social que faz com que se use a mídia verbalmente, isto é, de modo que as outras linguagens que constituem a mídia não funcionem sem o verbal. Para nós, não é assim. Isso é um efeito. A mídia tem seu domínio específico de significância e o verbal não é sobredeterminante quando restituímos a mídia a esse seu domínio próprio (*Id. Ibid.*, p. 42).

Ao descrever a imagem, que mostra justamente “carros de som para todos os lados, cartazes faixas e campanhas de doações”, o repórter parafraseia desnecessariamente o que se mostra. Ou seja, diz o mesmo: “Retorna ao mesmo espaço dizível” (ORLANDI, 1998, p. 15).

A primeira entrevista de um morador da cidade, Wagner Ramos, surge apenas a 1’18”: “Aqui, na Cidade de Deus, estamos fazendo uma arrecadações de objetos de... higiene pessoal” (apud REGUERA, 2020a). O texto jornalístico retorna: “iniciativas que ajudam, mas não resolvem todos os problemas” (REGUERA, 2020a), com a imagem que mostra um homem conversando com uma moradora. Na camiseta usada por ele, se lê: “Associação de Moradores. A terceira entrevista (ou sonora, no jargão telejornalístico), complementa o off e a imagem:

A sociedade civil vem fazendo seu papel. Tem procurado fazer seu papel desde que esse processo começou. Mas é preciso que o poder público entre, de uma maneira massiva, e dê respostas (apud REGUERA, 2020a).

A entrevistada é Eliana Silva, fundadora da *Redes de Desenvolvimento da Maré* – organização não governamental do Complexo da Maré. Na sonora, nota-se um deslizamento de sentido na palavra “processo”, usada para se referir a toda a crise causada pela pandemia de coronavírus no país. A sonora também denuncia a inação do Poder Público, que, neste discurso, está no mesmo campo semântico de Estado.

No ponto de vista da AD, a entrevistada fala inserida no que Orlandi (2017) denomina lugares institucionais. Estes lugares – como lugares discursivos, “de produção de sentidos e de processos de identificação dos sujeitos” – estão em evidência quando a líder, em sua posição-sujeito, se opõe à não presença estatal:

[...] não há cidadania em abstrato, sobretudo se pensarmos as atuais formas de relação do Estado (ou a falta de relação) com os sujeitos histórico-sociais. O que há são sítios, lugares de definição, em que se configuram processos de manifestação concreta de sentidos de cidadania. A *tópica cívica* é o lugar em

que se cruzam as determinações históricas, sociais e políticas que constituem o sujeito nos sentidos que lhe são atribuídos pelo sistema capitalista no que se chama “cidadania” (ORLANDI, 2017, p. 226).

O enunciado da entrevistada pode ser considerado um discurso de resistência a partir do momento em que ela, em sua posição-sujeito de líder comunitária, fala em nome não dela, individualmente, mas da “sociedade civil”. A posição de liderança de Eliana Silva também aponta para um outro sentido: o de liderança feminina. Esse protagonismo é exposto na segunda reportagem aqui analisada.

Exibida apenas três dias depois da primeira, a reportagem é anunciada pelo apresentador William Bonner que, na cabeça, quebra o ritual de enunciação com uma falha: “Moradores de favelas... de comunidades pobres ‘tão’ adotando medidas de isolamento contra o novo coronavírus. Nestas casas de milhões de brasileiros, a necessidade de assistência financeira é urgente”. Nesse enunciado, a díade favela/comunidades pobres não mais aparece como sinônimas. Mais uma vez, comunidade é usada como a forma politicamente correta de se denominar uma região, rechaçando-se o termo “favela”. No entanto, diferentemente da primeira reportagem, a paráfrase surge por meio do erro, da falha. O apresentador nota o possível erro e, logo a seguir, o corrige. A reportagem se inicia com o repórter Chico Reguera em frente a uma moradora. Dá-se o diálogo:

- Tem torneira na pia da cozinha da casa da senhora?
- Não. Torneira meu marido nem botou porque a gente não usa. Tem que pegar aqui, tá no balde, levar pra dentro e colocar na pia.
- Qual a renda na casa da senhora hoje?
- Nesse momento a renda tá sendo zero (Apud REGUERA, 2020b).

Em seguida, há a passagem:⁷ caminhando em uma rua em direção à câmera, o repórter anuncia que, na Baixada Fluminense, bairros pobres concentram um grande contingente de pessoas sem emprego ou que vivem na informalidade. “Muitas delas mulheres. *Chefes de família* que dependem da renda diária para sobreviver” (REGUERA, 2020b). Logo em seguida, uma das “chefes de família”, Edineide Santana, aparece varrendo em frente a uma casa. O repórter

⁷ Termo usado para denominar o momento em que o repórter aparece em uma reportagem, com o GC (gerador de caractere) indicando seu nome e o local de onde fala – cidade, Estado, país.

anuncia que ela está sem renda, vinda da venda de bolos produzidos por ela, para sustentar seis filhos.

Identificada como “dona de casa”, Edineide complementa: “Eu dependo do dinheiro do dia a dia para manter eles dentro de casa, porque é a única renda que no momento ‘tamo tendo’ e por causa dessa epidemia, parou” (apud REGUERA, 2020b).

Na entrevista, Edineide acaba por desconstruir o discursivizado pelo JN: ela não é uma dona de casa, é uma trabalhadora informal, que gerencia um lar e uma família, que sustenta os filhos e atua no sentido de mantê-los próximos a ela (dentro de casa).

Nota-se, nesse ponto, duas formações discursivas distintas se entrecruzando, fazendo fronteiras: I) FD do sujeito-jornalista, patriarcalizada, que o interpela a ponto de ele, mesmo diante de uma mulher que gerencia uma casa, promova a subsistência da família e atua como informal, ainda a denominar ‘dona de casa’; II) e a FD da mulher da periferia, de família despatriarcalizada, que, a despeito da formação discursiva patriarcal, já é quase metade dos grupos familiares brasileiros. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que o percentual de domicílios sob o comando das mulheres passou de 25%, em 1995, para 45% em 2018 (BARBOSA; PHELIPE, 2020).

Com base em Courtine (2016), podemos aventar que, a princípio, o encontro entre Edineide e Chico Reguera se constituiu também em um encontro de sujeitos interpelados por duas FD ‘fronteiriças’:

Consideramos assim uma FD como uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma: o encerramento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se desloca em função das questões da luta ideológica (*Id. Ibid.*, p. 19, grifos do autor).

Na mesma sonora, o imagético. Na blusa usada por Edineide, lê-se: “Ele é perfeito. Ele é Deus”. Esse enunciado, que a coloca também em uma formação discursiva religiosa, se opõe à posição de protagonista, de gestora de uma família matriarcal. Se opõe ainda à particularidade de ela, como mulher, manter os filhos em casa como mãe e como provedora.

Diferentemente de outros discursos contemporâneos – como o feminista, o de defesa dos direitos da população LGBTQI+ e o

movimento negro – o discurso religioso é calcado no patriarcado, na posição da mulher como submissa ao homem: um resquício da formação da “família nuclear e o lar burguês”, que prevê um padrão de comportamento feminino “cuja principal função [...] é promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar” (KEHL, 2016, p. 44). Ademais, a segunda função da feminilidade, “nos moldes modernos, foi a adequação entre a mulher e o homem a partir da produção de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês” (*Id. Ibid.*). Ainda para Kehl,

A adequação das mulheres a estas funções foi fruto de uma enorme produção discursiva [...]. Se hoje nos deparamos com uma ideia de feminilidade que nos parece tradicional, é importante perceber que esta tradição tem uma história e faz parte da história da constituição dos sujeitos modernos, a partir do final do século XVIII e ao longo de todo o XIX. Também é importante ressaltar que os discursos que constituíram a feminilidade tradicional fazem parte do imaginário social moderno, transmitido através da educação formal, das expectativas parentais, do senso comum, da religião e da grande produção científica e filosófica da época [...] (*Id. Ibid.*, p. 44).

Complementando, Kehl (2016) reitera que tais ideais, de submissão da mulher, se opõem aos ideais de autonomia dos sujeitos. Neste sentido, pode-se aduzir que discurso de Edineide é um discurso de resistência. Ela, como possivelmente outras gestoras de 45% dos lares brasileiros, resiste à interpelação da FD em que se encontra – religiosa, machista, patriarcal – e, como mulher periférica, se posiciona como matriarca.

Voltando à reportagem, é necessário lembrar que, de classe social diferente da classe das duas entrevistadas, com nível de escolaridade provavelmente maior, Chico Reguera não está inserido na mesma FD que ambas. Pode-se ousar dizer que ele “orbita” em várias FDs – ou, para ser mais abrangente, está inserido em uma formação Ideológica que pode ser a mesma das entrevistas, porém, em diferentes FDs, que o interpelam de modos diferentes – uma vez que, as formações ideológicas

[...] “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma determinada posição dada numa conjuntura”, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX, 1997, p. 166-167).

A despeito dessa diferença “de mundo”, nota-se, tanto nos diálogos entre o repórter e a primeira moradora, não identificada, quanto no *off*, um tom coloquial – como se fossem pessoas da mesma realidade. Por padrão, o texto televisivo é coloquial, porém, ao mostrar esta particularidade também na entrevista, o JN aproxima o repórter da situação vivida pelos personagens de sua reportagem.

Essa coloquialidade, que por si é uma exigência do jornalismo televisivo, fica ainda mais marcada e segue um padrão da própria emissora que veicula o JN, sendo até mesmo tema dos “Princípios Editoriais do Grupo Globo” (MARINHO ET AL, 2019). Porém, essa forma de discursar contrasta com o da personagem mostrada pelo repórter pouco depois, a diarista Rosinalva da Silva.

Tá sendo muito complicado pra gente. Eu não tenho como levar o alimento para a minha casa. Ao mesmo tempo, nós sabemos que é necessário. É necessário esse afastamento para que essa enfer... essa doença venha a ser parada, porque não tem como nós ficarmos indo e vindo, trazendo a doença de lá para cá ou levando daqui para lá (apud (REGUERA, 2020b).

Todo o enunciado por Rosinalva exhibe uma linguagem híbrida, entre a forma coloquial (oral) e a formal (próxima da escrita). Nota-se o uso de “para”, em vez de “pra”; “alimento”, em vez de “comida”. Uma palavra, possivelmente enfermidade, interrompida ao meio, em uma falha do ritual discursivo, para logo em seguida ser substituída por doença (evidenciando que, nesse caso, a falha teve como fim evitar algum erro de pronúncia – ou seja, dentro da falha, houve a intenção de correção). Chama ainda a atenção o uso do verbo *vir* na terceira pessoa do singular, no presente do subjuntivo, usado como auxiliar do verbo *ser*, e a presença da preposição “a” entre ambos. Outro aspecto é o uso de “nós”, pronome comum na escrita, mas usualmente substituído por “a gente” na oralidade.

Ao nos referirmos ao discurso formal, pode parecer que esta análise passará a se basear na gramática normativa, passando a atentar aos aspectos formais do enunciado. Chamamos a atenção para o uso das normas gramaticais, na verdade, para mostrar o quanto, por meio do seu uso, dona Rosinalva marca sua posição-sujeito de mulher, diarista, periférica que, a despeito do que muitos possam pensar, tem conhecimento para o uso de normas gramaticais – colocando-se no sentido oposto ao do sujeito-jornalista, que evita o formal.

No caso da entrevistada, uso da língua próxima à da norma ‘padrão’ deve-se a um processo interdiscursivo, mas, antes de darmos continuidade, é relevante relembrar Pêcheux:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ [o interdiscurso] das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014a, p. 148-149, grifos do autor).

Segundo ele, a FD dissimula, em transparência de sentido formada em seu próprio interior, a objetividade material, sendo essa contraditória, do interdiscurso que, por sua vez, determina essa FD. Essa objetividade material do interdiscurso indica que sempre antes e em outro lugar “algo fala”. Em outros termos: sob a dominação do complexo das FDs (o interdiscurso), algo sempre fala antes, em outro lugar e independentemente (sob a dominação do complexo das formações ideológicas) (*Id. Ibid*).

Posto isso, pode-se apontar que o modo de falar de Rosinalva ocorre de forma interdiscursiva. Ela enuncia de acordo com o que sua memória discursiva a interpela a respeito de como pessoas de certo padrão sociocultural devem enunciar. Há assujeitamento, mas Rosinalva resiste mesmo em seu assujeitamento, ao fugir do modo de falar considerado próprio para a situação em que vive e demonstrando conhecimento.

Finalizada a participação de Rosinalva, seguem duas entrevistas. A primeira da voluntária identificada como Maria Chocolate; a segunda de Helena Ferreira, também mencionada como dona de casa. O curioso é que, devido parte das entrevistas ter sido sobreposta por imagens, o final do discurso de uma se confunde com o início do discurso da outra:

Maria Chocolate: Precisamos de um olhar de carinho. Uma casa que tem cinco filhos, que tem dez pessoas dentro de um cômodo: como é que o cara vai sair pra trabalhar? Fazer um biscate, ir para a feira livre.
[Trecho com autoria apagada] Não tem como colocar essas pessoas na rua. É perigoso demais...

Helena Ferreira: A gente não sabe quem tá com a doença, quem pode passar a doença. Acho que até passar essa crise de doença, as pessoas têm que se manter em casa. Mas os governantes deveriam nos ajudar. É um direito nosso. É um direito nosso. É dever da gente trabalhar? Sim. Trabalhamos pra isso;

pagamos nossos impostos. É descontado. Acho que agora os direitos das pessoas tinham que ser respeitados (apud REGUERA, 2020b).

Percebe-se que ambas as entrevistas têm um teor crítico ao Poder Público. Mas, antes de proceder à análise, é necessário fazer um breve retrospecto. Exibida em uma sexta-feira, 27 de março, a reportagem pode ser compreendida como sendo uma resposta ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que, como já dito, três dias antes, 24 de março, havia criticado o isolamento adotado nos estados e chamado a Covid-19 de “gripezinha”.

Já crítico à posição do chefe do Executivo Nacional, o JN passou a ser mais incisivo. Essa reportagem integra o rol desse material contrário a Bolsonaro. À época, um dos temas mais recorrentes na imprensa era a necessidade de um auxílio emergencial à população por parte do Governo Federal, dispositivo do qual Bolsonaro se mostrava contrário.

Voltando à análise, mais uma vez percebe-se, nas duas entrevistas, o protagonismo feminino. Há, ainda, a impressão de que os discursos são contínuos e se completam (ou se complementam). Porém, a edição das entrevistas sugere que os sujeitos falam a partir de formações discursivas diferentes.

O enunciado “precisamos de um olhar de carinho”, da voluntária, à primeira vista não apresenta um sentido reivindicatório, mas um pedido de ajuda, desvelo e cuidado. Ou seja, remeteria a uma FD de um Estado assistencial, paternal. No entanto, é necessário atentar às condições de produção desse discurso e à posição do sujeito. Trata-se de uma sujeito-voluntária – que pratica o cuidado –, uma mulher periférica, moradora de uma região empobrecida onde o Estado falta e falha. Não há empregos e a população nem mesmo pode fazer “biscates”. Ela enuncia a partir dessa posição-sujeito. Destarte, o efeito de sentido presente no enunciado proferido por ela (“o olhar de carinho”) é diferente de, por exemplo, de um sujeito masculino, branco, morador de um bairro popular e que não tem ligação com o voluntariado.

Orlandi (2020), remetendo a Foucault, lembra que o sujeito discursivo é pensado como posição. Ou seja, ocupa um lugar para ser sujeito daquilo que diz. Ademais, o sujeito não tem acesso ao modo como ele ocupa esse lugar, “ele não tem direito à exterioridade (interdiscurso) que o constitui” (p. 47):

Quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “Isso são horas?” ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição (*Id. Ibid.*)

Por sua vez, Helena Ferreira, logo após ir ao mesmo sentido e dizer que os governantes deveriam ajudar, emenda: “É um direito nosso. É um direito nosso”. A repetição, que a princípio poderia remeter a uma falha do ritual discursivo, é aqui um reforço. Helena fala de uma outra posição-sujeito: a de cidadã, pagadora de impostos como qualquer outro sujeito e, como tal, exige o mesmo tratamento. Mesmo com posições-sujeitos diferentes, ambas resistem e revelam em seus discursos.

Segundo Coracini (2018), remetendo a Foucault, é necessário ter a compreensão de que “as resistências fazem parte das relações de poder” e participam do que o filósofo denominou “a ordem do discurso, esgarçando-a”:

Se o poder legitimado por uma instituição ou pelo reconhecimento de um saber que não se tem encontra-se disseminado e explica as situações de exclusão em favor dos incluídos, portanto, daqueles que, de alguma forma, estão alinhados com o poder, dele tirando vantagens, então, a resistência à exclusão deveria constituir a possibilidade democrática de cavar para si um lugar, em que seus direitos possam ser respeitados, em que cada um possa se realizar – no trabalho, na vida pessoal e intelectual. Mas não é o que acontece: numa sociedade neoliberal, as oportunidades não são as mesmas para todos, embora os discursos publicitário e político busquem convencer do contrário (CORACINI, 2018, posição 2247).

Segundo a autora, se alguns arduamente conseguem resistir e rompem a ordem estabelecida, muitos encontram na violência sua forma de resistência – o que, obviamente, não é o caso das personagens.

Mulheres seguem à frente, em Paraisópolis

A terceira reportagem do *corpus* de análise, levada ao ar em 11 de abril, mostra como Paraisópolis – situada em meio a uma área rica da cidade de São Paulo – se uniu para conter o avanço da Covid-19: 420 moradores se tornaram presidentes de rua. Cada um deles monitora cerca de 50 casas. Gilson Rodrigues, identificado como líder comunitário, é o primeiro entrevistado:

Assim que a gente identifica um caso suspeito, a gente passa a monitorar essa família, [a] dar orientação. Então, o presidente de rua... ele é responsável por garantir que essa pessoa fique em casa; conscientizá-lo. Passando mal, a ambulância vai ser acionada (apud TURCI, 2020).

Percebe-se, mais uma vez, no enunciado, como a memória discursiva atua na constituição do sujeito do discurso. A enunciar, o líder comunitário evoca termos comuns à linguagem técnica da área da saúde: “identificar caso suspeito”, “monitorar”, “acionar ambulância”. Conforme Pêcheux (2015),

A condição essencial da produção e interpretação de uma sequência não é passível de inscrição na esfera individual do sujeito-psicológico: ela reside de fato na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência (p. 145).

Em outros termos, o interdiscurso (a memória discursiva) reside exteriormente ao discurso e a ele é preexistente, e fornece a materialidade para que este discurso aconteça. Ao enunciar, sem dar-se conta disso, o líder comunitário se vale do já-dito, do pré-construído. Como escreveu Orlandi (2020), “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (p. 29). Gilson Rodrigues não é identificado como socorrista, enfermeiro ou médico. Mas seu discurso proporciona este efeito de sentido e funciona, para a reportagem, como um discurso de autoridade. Esse efeito de sentido é reforçado pelo imagético. No fundo da imagem onde o líder comunitário aparece concedendo a entrevista, nota-se uma ambulância estacionada. Em seguida, embora ele siga seu discurso, a imagem que o mostra é sobreposta por outras imagens, em que pessoas são atendidas dentro de um desses veículos. Ao fim de seu enunciado, há um pequeno silêncio, quebrado pelo som de alerta do

veículo quando em marcha ré. Ou seja, este silêncio, assim como o alerta, também significa. “Age” como um complemento da sonora: “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante (ORLANDI, 2007, posição 162). Essa significação é ainda maior quando o silêncio é rompido pelo alerta sonora do veículo, dando a entender que irá em socorro a alguém.

No texto de Fabio Turci, há a informação de que Paraisópolis – que até então, 11 de abril, registrava quinze casos de Covid-19 e oito mortos – mantinha três ambulâncias e profissionais em prontidão. Entrevistada, a presidenta da Associação das Mulheres de Paraisópolis, Elizandra Cerqueira, contextualiza:

A nossa população, além de ela ser de serviço, ela não tem como fazer o *home office* porque são diaristas, cozinheiras, é... pessoas que trabalham no serviço de manutenção, a grande maioria. A gente já foi... se juntou todo mundo, a mulherada, para poder se acolher e superar esse desafio aqui na comunidade (apud TURCI, 2020)

Se no enunciado do líder Gilson havia o interdiscurso de profissionais de saúde, no de Elizandra Cerqueira percebe-se uma referência própria das organizações comunitárias. “Nossa população”; “a gente se juntou”, “se acolher e superar esse desafio aqui na comunidade”. Nota-se que a referência ao “nós” está em todo o enunciado, direta ou indiretamente. Seja no pronome possessivo “nossa” ou no substantivo “gente” usado como pronome, ou no pronome “se”, que remete a “gente”. O mesmo se dá em “se acolher... aqui na comunidade”, em que o pronome reflexivo “se” remete a união, a acolhida, e o “aqui na comunidade” a coloca não em uma região geográfica, mas entre um grupo de pessoas. Em sua FD, comunidade tem o sentido de conjunto de habitantes de uma área dada, que dividem uma história, uma cultura. Não se trata de sinonímia de favela.

Elizandra, Rosinalva, Edineide e as demais mulheres retratadas são exemplos do que cita Angela Davis sobre a participação feminina na mitigação dos efeitos da crise sanitária provocada pela Covid-19. Periféricas, algumas delas negras, líderes de associações ou de famílias e, sobretudo, oriundas do Hemisfério Sul.

Devemos levar em consideração também o fato de que muitas pessoas no centro desta crise, na linha de frente, são mulheres. Mulheres de todas as origens raciais e étnicas, mulheres pobres, mulheres trans – especialmente nos países do sul do mundo. Portanto, acho que devemos aproveitar para construir um tipo de organização que aprimore a noção de solidariedade internacional. Isso talvez tenha a capacidade de nos tirar dessa ilusão autocentrada nos EUA e reconhecer que podemos impulsionar lideranças que estão se organizando em outras partes do mundo, trabalhadoras domésticas em todo o mundo que estão perdendo o emprego por causa do isolamento social, daqueles que cuidam de pessoas no setor privado de enfermagem com fins lucrativos, no ramo das casas de repouso [...] (KLEIN; DAVIS, 2020, posição 215-219).

No discurso da presidenta da Associação de Mulheres de Paraisópolis, há falhas nos usos linguísticos (“é... pessoas”; “a gente já foi... se juntou”) que provocam ruptura no discurso. É ali onde reside a resistência:

[...] a ideologia toca o inconsciente pelo viés do impossível. O lapso e o ato falho marcam o impossível de uma dominação ideológica fora de toda contradição. A série dos efeitos aqui resumidos pelas figuras do lapso e do ato falho infecta, assim, sem parar, toda a ideologia dominante, no próprio interior das práticas, nas quais tende a se realizar [...] As ideologias dominadas não se formam em nenhum outro lugar a não ser na própria localização da dominação, nela e contra ela, através das falhas e dos tropeços que a afetam incontornavelmente, mesmo quando a dominação se estende ao ponto “em que aí nada se pode fazer”, porque “isso é assim” (PÊCHEUX, 2014c, p. 15).

Em outros termos, Elizandra resiste e é um exemplo do que nos diz Pêcheux: dentro da ideologia dominante, ela, mulher negra e periférica, mostra como a ideologia dominada ao mesmo tempo está inserida na primeira, contra a qual luta.

Considerações finais

Ao tratar sobre a resistência, Pêcheux (2014c) pontua que o lapso e o ato falho, entre outros, uma vez que são quebras e partes de rituais, são matérias-primas da luta ideológica das classes dominadas. Da mesma forma, o ritual da interpelação ideológica é a matéria-prima da dominação ideológica. Ao final da análise dos discursos presentes neste artigo, a constatação é que, ainda que mediados por um telenoticiário, estes são discursos de resistência e exemplos de uma luta dos dominados.

Não se rechaça, aqui, o assujeitamento. Todos os entrevistados, assim como todos os sujeitos, “esquecem” as determinações que o colocaram no lugar em que estão e que os constituem como sujeito (PÊCHEUX, 2014a). No entanto, os sujeitos resistem mesmo sendo assujeitados, e essa resistência rompe e irrompe o discurso, seja em falhas, seja no modo de enunciar contrário àquilo que esperam de quem está em determinada posição-sujeito.

Como “aparelho ideológico”, a Rede Globo possui interesses em exhibir esses discursos. Mas chamamos a atenção aqui como este aparelho ideológico acabou sendo usado também, ainda que involuntariamente, como aparelho de disseminação de ideias da classe dominada. A resistência, nesse caso, reside dentro do próprio aparelho, contra o qual luta.

Nos primeiros meses de 2020, ao analisar os impactos da pandemia, a filósofa Angela Davis se mostrou confiante no Brasil, país onde podem surgir “vozes que almejem sair criativamente desta crise” (KLEIN; DAVIS, posição, 398-400). A crença de Davis pode se mostrar frutífera. Seja em Paraisópolis, onde a criatividade resultou em ações na área da saúde; seja na Cidade de Deus, onde todos se uniram para criticar a ausência estatal, os sujeitos se voltaram a encontrar saídas para a crise. E essa resistência insiste em se mostrar no discurso.

Referências

- AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder** – uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.
- BARBOSA, Marina; PHELIPE, André. Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 1, 16 fev. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml. Acesso em: 29 jul. 2020.
- BRASIL. Senado Federal. **Manual de Comunicação da Secom**. Brasília (DF): Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manual-decomunicacao>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- CORACINI, Maria José. Vozes (des)ordenadas e (in)fames. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (org.) **A (Des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2018. E-book Kindle.

COURTINE; Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias** – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, n. 1: p. 14-34, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS (OCHA). **Plano de resposta humanitária global Covid-19** – apelo coordenado das Nações Unidas. Genebra (Suíça): Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/plano-de-resposta-humanitaria-global-2013-covid-19-versao-em-lingua-portuguesa>. Acesso em: 26 maio 2020.

HERZ, DANIEL. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KLEIN, Naomi; DAVIS, Angela. **Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia**. Tradução: Leonardo Marins. São Paulo: Boitempo, 2020. (Série Pandemia Capital). E-book Kindle.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria é política**. 2. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

MARIANI, Bethania. Discursos de resistência e testemunhos. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele S. de; DELA SILVA, Silmara [org.]. **Discursos da resistência: literatura, cultura, política**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

MARINHO, João Roberto et al. Princípios Editoriais do Grupo Globo In: **Jornal Nacional: 50 anos de jornalismo**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. E-book Kindle.

MASCARO, Alysso Leandro. **Crise e pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020. (Série Pandemia Capital). E-book Kindle.

OHANA, Victor. Na TV, Bolsonaro acusa imprensa de histeria e pede fim de quarentena. **CartaCapital**, São Paulo, 24 mar. 2020, s. p. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/na-tv-bolsonaro-acusa-imprensa-de-histeria-e-pede-fim-de-quarentena/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**, Campinas, n. 1: p. 35-47, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914/65176>. Acesso em: 28 maio 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Paráfrase e polissemia. A fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, Campinas, n. 4: p. 9-19, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>. Acesso em: 23 maio 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. E-book Kindle.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PADIGLIONE, Cristina. Audiência de telejornalismo explode durante crise do novo coronavírus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml>. Acesso em: 22 maio 2020.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990 [1982]. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v19i0.8636823>. Acesso em 26 jul. 2020.

PÊCHEUX, Michel; FUCS, CATHERINE. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; Hak T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. A forma-sujeito do discurso. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a, p. 269-281.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b, p. 269-281.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução: Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. **Décalages**, Los Angeles, v. 1, n. 4, 2014c. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=decalages>. Acesso em: 27 jul. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux – Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2015.

REGUERA, Chico. Favelas do RJ se mobilizam para combater o coronavírus. **Jornal Nacional**, São Paulo: Rede Globo, 23 mar. 2020. Programa de TV. 2020a. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8424847/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

REGUERA, Chico. Moradores de favelas adotam medidas de isolamento contra o coronavírus. **Jornal Nacional**, São Paulo: Rede Globo, 27 mar. 2020. Programa de TV. 2020b. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8438885/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

SOUZA, Tania C. Clemente de. Discurso e imagem – perspectivas de análise não verbal. **C-legenda** - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, v. 1, p. 1-10, 1998. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36741/21317>. Acesso em: 28 jul. 2020.

TURCI, Fabio. Favela de São Paulo vira exemplo em ações contra o coronavírus. **Jornal Nacional**, São Paulo: Rede Globo, 11 abr. 2020. Programa de TV. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8476182/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VALENTE, Jonas. Conheça resultado do maior estudo sobre a Covid-19 no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 2 jul. 2020, s. p. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/conheca-resultado-maior-estudo-sobre-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 19 jul. 2020.

TERCEIRA PARTE

HÁ IMAGEM E MÍDIA NO DIGITAL QUE
TECEM FIOS NA PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO



CARREGAR, EXAGERAR AS CENAS DE UM SOCIAL DIVIDIDO: A INSISTÊNCIA DA IMAGEM NA TEXTUALIZAÇÃO DO CONFRONTO

Romulo Santana Osthues¹

Introdução

Imagem 1: fotografia de Sergio Moraes/ Reuters. Fonte: Exame (WERNECK, 2015).



Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/homem-com-bandeira-vermelha-e-agredido-por-manifestantes>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Eu vejo essa fotografia e enxergo um grito de corpo inteiro. Músculos tensionados. Cabeça e tronco lançados à frente das pernas. Uma boca aberta bradando uma coisa qualquer. E que não é qualquer coisa porque não produz qualquer efeito. É uma coisa irada, odiosa, em tormenta. É uma coisa violenta que me detém. E me interessa em seus efeitos. É uma coisa violenta apontando uma divisão no social, mantida pela disputa no político. O des/encontro que se formula nessa fotografia me lembra que, em algum lugar, há uma diferença entre esses sujeitos (os dois no primeiro plano; e os demais). Uma diferença que se textualiza nos modos como se vestem, como se agrupam (ou estão sozinhos), como se atacam ou se defendem. Essa

¹ Jornalista, palhaço, mestre em Divulgação Científica e Cultural (Ladjor/Unicamp) e doutorando em Linguística (IEL/Unicamp).

diferença os desalinha quando posta em questão. E produz divergências. E os desequilibra.

Então, cativo à imagem acima, ponho-me a relacionar a composição visual produzida pelo fotógrafo Sergio Moraes com tantas outras que, no fio do discurso, se apresentam como um seu desdobramento (que podem se atualizar ou não em outros materiais). É um funcionamento interdiscursivo que – por sorte e como desafio para mim como analista de discurso – é possível demonstrar por meio dos materiais com os quais lido em minha pesquisa de doutoramento. Vasculhar o arquivo (no) digital, especialmente o imagético, embora demande paciência com as barras de rolagem (ou as rolagens de barra sem fim), atenção às diferentes formas e espaços de circulação do sentido e certo cuidado com as armadilhas algorítmicas, é um expediente instigante e proveitoso.

Especialmente, quando um material se apresenta como (mais uma) *cena de um social dividido* (LAGAZZI, 2015a) e a formulação em sua estrutura produz um efeito de que ela seria um exemplar de algo que poderia se reproduzir inúmeras vezes. Esse algo, nos materiais que selecionei para este artigo (a fotografia acima e uma charge que aparecerá tão logo), está formulado no intradiscurso como uma desavença entre os sujeitos, que, prototipicamente, figura como um (dos) já-visto(s) sobre o conflito social. Lagazzi (2014, 2015a, 2015b) chamou esse funcionamento de *cena prototípica* e apresentou, a partir dessa noção, alguns de seus trabalhos na compreensão da imagem como materialidade significativa, destacando a contradição, a resistência simbólica e a incompletude da linguagem. Face aos materiais selecionados para minha análise, pergunto como a oposição no social que neles se materializa imobiliza a interpretação de suas estruturas mesmo que formuladas em condições de produção distintas. Em que falha a imagem da violência quando é exagerada?

(Mais) exemplares de um social dividido

Sua passagem de bicicleta pela Avenida Atlântica, em Copacabana, onde milhares faziam ecoar desde o asfalto em brasa “fora Dilma, fora PT”, rendeu ao mecânico Rogério Martins (o sujeito à direita na imagem 1) um empurrão, uma queda e as designações “ladrão” e “comunista”. Na manhã daquele 15 de março de 2015, enquanto pedalava, ele carregava uma bandeira vermelha no pescoço estampada com o

símbolo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). A imagem 1 enquadra um desses instantes de violência contra o mecânico. Não podemos recuperar de fato quem o empurrou ou quem o insultou a partir da fotografia (ou de qualquer texto que compunha as matérias jornalísticas que a fizeram circular), só se pode reparar na tensão, na contenda entre o mecânico e o outro sujeito que urra em sua direção. Também, não é possível recuperar nomes, profissão ou mais informações a respeito do(s) agressor(es).

A fotografia foi produzida num domingo marcado pela primeira grande manifestação de rua de âmbito nacional contra o governo de Dilma Rousseff (PT) naquele ano, articulada pelos grupos Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua e Revoltados On-Line. Nessa versão ocorrida no Rio de Janeiro, entre os articuladores, também estava o grupo Cariocas Direitos (BETIM, 2015). Previamente à manifestação, o Governo federal, no recente segundo mandato da então presidenta, vinha perdendo apoio popular diante das operações de investigação de crimes de corrupção, como a Lava Jato, que envolviam figuras políticas (algumas ligadas ao governo), bem como gestores de empresas estatais e privadas. Além disso, a insatisfação com o resultado das urnas na eleição de 2014 (e até o questionamento jurídico do processo por parte de seu adversário, Aécio Neves, do PSDB) aumentava a animosidade contra Dilma Rousseff, simbolizada dias antes por painéis contrários a ela durante seu pronunciamento pelo 8 de março, data em que se celebra internacionalmente a luta das mulheres (VENTURINI, 2015).

A imagem 1 vem circulando, desde então, como *um exemplar de um social dividido* nos mais diversos meios: jornais on-line, blogs, redes sociais digitais etc. Uma simples *busca por imagem* (mecanismo próprio da plataforma do Google)² a partir da fotografia analisada retorna uma lista infundável de resultados em que ela se compõe com outras materialidades significantes (textuais majoritariamente): essa fotografia foi reproduzida em diversas matérias jornalísticas, em

² De um modo geral, a lida com o arquivo de fotografias com o qual trabalho em meu doutoramento passa por essa ferramenta. É importante dizer que essa lida é mediada por algoritmos, que afetam, inclusive, minha leitura sobre o material. Isso para o bem e para o mal de meu trabalho. Portanto, tenho lançado mão de alguns recursos que, de certa forma, me ajudam a ir além dos algoritmos. Faço esta ressalva em nota porque digo “uma simples *busca por imagem*” no corpo do texto, o que não significa que eu não reconheça o funcionamento dos algoritmos.

galerias fotográficas nomeadas *imagens do dia* nos variados portais de notícias, está em textos opinativos de blogs e revistas on-line... e até em memes! Ela é, assim, não apenas um modo de o sujeito na posição de fotógrafo/jornalista *demonstrar o que ocorreu factualmente* (o que já é uma interpretação, não podemos nos esquecer), ela também (se) serve como “uma cena domesticadora da interpretação” (MODESTO; ANJOS, 2017, p. 14) de um conflito social por seu funcionamento prototípico.

Para chegar à noção de cena prototípica, à qual lançarei mão para a compreensão dos materiais em análise aqui, Lagazzi (2015a, 2015b) estabeleceu uma diferença entre *formulação visual* e *imagem*, especificando que a primeira se relaciona com o intradiscorso (o formulado) e a segunda com o interdiscorso (o formulável). Então, um analista de discurso que trabalhe com a imagem como materialidade significativa – uma fotografia, como é nosso primeiro caso – pode remeter seu intradiscorso ao interdiscorso, deparando-se com outras imagens desdobradas na memória do dizer e, assim, *deslinearizarizá-la* (dessuperficializando, opacizando o formulado).

Seus primeiros gestos de leitura sobre o documentário *Boca de Lixo*, de Eduardo Coutinho (1993), compõem uma das análises notáveis na qual Lagazzi (2007) começa a delinear o funcionamento daquilo que, posteriormente (LAGAZZI, 2015a, 2015b), aparecerá com o nome *cena prototípica*. A partir de um fotograma do documentário no qual o corpo fletido de um catador se compõe com o lixo, a autora remete essa formulação intradiscursiva ao interdiscorso e chega a esta compreensão abaixo:

o intradiscorso – formulado no entrecruzamento das formulações visuais do corpo fletido e do lixo – remetido ao interdiscorso – a memória legitimada da imagem do corpo fletido do trabalhador braçal – trouxe a compreensão do processo discursivo pelo desdobramento da formulação visual em diferentes imagens do corpo e do social: um corpo que trabalha no lixo, um corpo que cata lixo mas não trabalha, um corpo que não deveria estar trabalhando no lixo, um social marcado pela busca da sobrevivência, um social marcado pela segregação do catador, um social marcado pela pobreza, um social que não acolhe os gestos que ficam fora dos sentidos legitimados (LAGAZZI, 2015a, p. 183).

Motivado pelas leituras que faço dos trabalhos de Lagazzi, que tomo como ensinamentos, então, procedo à deslinearização da

imagem 1, inicialmente, descrevendo-interpretando o que está formulado visualmente em seu intradiscurso.

No primeiro plano, dois sujeitos posicionados frente a frente. Da perspectiva de quem lê a fotografia, nota-se que o da esquerda, vestido com uma camiseta amarela (na manga, a logomarca de uma rede de cursos de informática denominada *S.O.S. Computadores*) e com mochila nas costas, carrega cartazes nas cores azul e verde (não se pode ler o que está escrito dada a dobradura), além da bandeira nacional agarrada por sua mão direita. Com tronco e cabeça lançados para a frente, a feição desenhada pelos músculos da face dele indica a projeção de um grito irado. Aparentemente mais velho que o primeiro, o sujeito à direita tem sobre os cabelos grisalhos óculos escuros, segura uma bicicleta, veste uma camiseta azul e uma pochete preta. Em torno de seu pescoço, há uma bandeira vermelha fazendo as vezes de capa (de super-herói?). Sua mão direita, protegida por uma luva para a prática de esportes, aponta o dedo indicador para seu próprio peito, como se algo de si devesse ser sabido. Sua boca, semiaberta, sugere abrigar palavras recolhidas, ou hesitações, ou um pouco de fôlego.

No segundo plano, pelo que se vê recortado na fotografia, há dezenas de sujeitos dispostos ao redor do confronto, vestidos com roupas e acessórios de tons similares ao sujeito à esquerda: há uma predominância do verde e do amarelo em detrimento do azul. Sobre o mesmo chão, palco da contenda, esses sujeitos observam-na como se assistissem a um espetáculo – na quase indistinção de corpos da plateia, destacam-se alguns sorrisos, alguns olhares de estupefação, alguns braços cruzados, outros segurando faixas (*SOSFFAA* escrito de preto sobre um fundo amarelo numa delas; ou seja, *socorro, Forças Armadas*), as varandas dos apartamentos como camarotes, um vendedor de biscoitos de polvilho passando entre espectadores, tornando-se mais um observador entre eles.

Sempre que (me) volto à leitura dessa fotografia, ponho minha atenção, por alguns bons instantes, no intervalo entre os dois corpos desalinhados, desajustados, desafinados. E me recordo de que o que aparta os sujeitos é o mesmo que os une: o laço frágil do social. O olho no olho, ao mesmo tempo que intimida, faz entre eles sua liga dissimétrica. As bocas, abertas em diferentes graus, fazem com que a materialidade significativa da voz se presentifique na composição

visual por uma remissão simbólica. A ausência material específica da voz em si não impede que se possa enxergá-la como sons que atormentam. A formulação me faz escutar “a voz pulsante no corpo do falante” (SOUZA, 2014, p. 204); ou mesmo, *o corpo falante pulsando a voz para ofender, atingir, ferir um adversário.*

A composição entre as posturas dos corpos (em ataque – em retração) e o entorno atualiza já-ditos estabilizados que dicotomizam as relações. As cores nas vestes dos sujeitos, em nossa formação social, significadas como aquelas que são referentes a dados movimentos e grupos sociais, justamente quando usadas em manifestações de rua ou quaisquer protestos que coloquem em pauta um antagonismo – como o da disputa que ocorria na época entre os nomeados, variavelmente, *esquerdistas* e *direitistas* ou *mortadelas* e *coxinhas*, *progressistas* e *reacionários* etc. A formulação visual é insistente, ademais, em atualizar a memória da gladiação em arenas, do encontro entre tropas bélicas adversárias... da rinha entre animais, que disputam alimento, território e ou parceiros sexuais.

A formulação visual insiste em produzir o efeito de violência, o que expõe a maneira pela qual a interpretação é domesticada na cena prototípica, por essa operação na memória do dizer que faz dada formulação visual se tornar um exemplar de algo – nos materiais analisados, o conflito social é que tomo como esse algo. Consequentemente, digo, com Lagazzi (2015a, p. 185), que é uma *cena prototípica de um social dividido* por ela ser “característica de situações que apresentam rompimento nas relações sociais”, materializando a não-escuta entre as posições estabilizadas na dicotomia (LAGAZZI, 2014, p. 163) que coloca os sujeitos como representantes de dois grupos adversários: o pró e o contra o governo de Dilma Rousseff. Dessa forma, o sentido de *diferença social* fica sobredeterminado pelo de *violência social*.

Repetir, carregar, reformular a imagem

Antes de prosseguir, resalto que não é a potencialidade de a fotografia ser replicada repetidamente nos citados meios em que circula (blogs, jornais, redes sociais etc.) que faz dela uma cena prototípica. Conforme dito, o funcionamento da cena prototípica se dá interdiscursivamente, concentrando o já-visto na memória do

dizer, possibilitando que distintas formulações visuais possam conservar algo do mesmo entre si (como paráfrase), ainda que se atualizem intradiscursivamente de formas distintas em suas formulações (em polissemia). Quero dizer: o funcionamento da cena prototípica faz com que o sujeito-intérprete da composição visual na fotografia analisada seja tomado por um *já vi isso antes*, mesmo que o *isso* seja (re)formulado diferentemente em razão de condições de produção específicas que são constitutivas dessa formulação derivada. Redizendo: as condições de produção são determinantes para o modo como uma cena prototípica se atualiza, colocando a imagem desdobrada no interdiscurso em relações parafrásticas cujas reformulações resultantes podem produzir, por exemplo, efeitos polêmicos, como na imagem 2 (abaixo).

Imagem 2: charge de Quinho. Fonte: perfil do cartunista no Facebook (QUINHO, 2016).



Disponível em: <https://www.facebook.com/QuinhoCartum/photos/a.373412019425084/839689182797363/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Essa charge, publicada pelo cartunista Quinho, em 14 de maio de 2016, dois dias após o Senado autorizar a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff (e seu afastamento provisório com subsequente assunção do então vice-presidente Michel Temer, MDB), se atualiza como uma paráfrase da fotografia que consideramos anteriormente. A formulação visual da imagem 2 está, portanto, “carregada de interdiscursividade”, diriam Cavalcanti e Azevedo (2018,

p. 238).³ Em um de seus trabalhos nos quais se debruçaram em análises de materiais desse gênero, as autoras destacam a maneira caricatural de as charges caracterizarem fatos, acontecimentos históricos, situações ou personagens, geralmente do campo político institucional, criticando-os. Nesse mesmo trabalho, além de nos lembrarem – citando Rabaça e Barbosa (1995) – que *charge* vem do francês *charger*, sendo equivalente a *carregar*, *exagerar* em nossa língua, nesse mesmo artigo, as autoras descrevem o funcionamento da memória discursiva e da historicidade como bases da formulação visual de uma charge. E destacam que os efeitos de sentido de uma charge

não decorrem exclusivamente daquilo que se vê, ouve ou lê, mas que derivam de dizeres outros, deslocados e ressignificados no fio interdiscursivo, presentificando fatos e discursos que se deram em outros contextos históricos e que produzem sentidos que vão além da literalidade do dizer (CAVALCANTI; AZEVEDO, 2018, p. 239).

Creio ser conveniente agora, nesse avançar de minha exposição, recorrer brevemente à retomada que Pêcheux (1999) faz dos debates em torno da memória discursiva com alguns de seus pares⁴ no texto *Papel da Memória*. Mais do que explicações objetivas, as reflexões e discussões apontavam proposições (posteriormente desenvolvidas nos estudos da linguagem em solo brasileiro lideradas por Eni Orlandi e os pesquisadores que se seguiram a ela), como a de que “a

³ Este é um importante ponto de interseção entre meu percurso e o da professora Nadia de Azevedo, homenageada neste livro por tantos colegas que bordejam sua atuação como analista de discurso materialista. Participar deste tributo aos 40 anos de seu trabalho é uma oportuna maneira de textualizar minha alegria por saber – um passarinho me contou – que um texto de minha autoria (OSTHUES, 2019) foi lido e debatido por Nadia, seus alunos e orientandos numa disciplina que ela ministrou na Unicap. No referido texto, tal como neste, o gênero *charge* comparece nos materiais analisados como paráfrases de fotografias, permitindo-nos tratar teórica e analiticamente do funcionamento da interdiscursividade. Por isso, além de um trabalho analítico meu, este é um gesto de agradecimento a Nadia e aos organizadores do livro, um agradecimento *carregado de afeto*.

⁴ Refiro-me às questões debatidas por Michel Pêcheux, Pierre Achard, Jean Davalon e Jean-Louis Durand em um colóquio da Escola Normal Superior de Paris, em abril de 1983, durante a sessão temática *Papel da Memória*. O texto homônimo de Pêcheux que cito está inserido na publicação das atas da mesa redonda *Linguagem e Sociedade*. No Brasil, em ACHARD et al (1999), além dos textos desses quatro autores, há uma contribuição importante de Eni Orlandi para refletirmos sobre o funcionamento do silêncio na memória.

memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita” (PÊCHEUX, 1999, p. 52, grifos do autor).

Ao se referir ao que Achard (1999) expõe sobre o funcionamento da memória discursiva, Pêcheux sintetiza, em suas palavras, que um acontecimento discursivo novo – para nós, a produção da charge após a definição do início do processo de impeachment de Dilma Rousseff e a assunção de seu vice, Michel Temer – pode fazer ruir a regularização de um anterior e vem perturbar a memória cuja tendência é a de

absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar esta “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 1999, p. 52, grifos do autor).

Entre as questões que ficaram em suspenso nos debates dos quais Pêcheux participou, a certeza que irrompeu foi a de que a memória discursiva não é um reservatório, e sim “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Um desdobramento alinhado a essa acepção pecheutiana é o de Lagazzi (2007, p. 2) ao afirmar que “a memória discursiva preside a textualização” e que aquilo que é textualizado (o texto) é uma “delimitação imaginária”, uma unidade que não rompe com memória discursiva, e sim a recorta. Com isso, ela explica que “as relações de sentido produzidas na textualização são atualizações possíveis frente às condições de produção, não estando definidas a priori”. O que me faz recordar de uma das importantes questões da Análise de Discurso, perseguida desde sua fundação pelo próprio Pêcheux (1999, p. 52) e seu grupo, que é saber em que lugar estariam os implícitos, “ausentes por sua presença”, na leitura de uma sequência.

Estariam “eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, registro do oculto?”, perguntava-se.

A eficácia da dicotomização: lados que não se escutam

A seguir, atendo-me aos materiais para promover uma visada da relação interparafrástica, seguindo o batimento entre descrição e interpretação, procedimento característico do dispositivo teórico da Análise de Discurso materialista à qual me filio, para que se observe o efeito da operação da interdiscursividade sobre ambas. Uma ressalva: colocar a fotografia e a charge em relação interparafrástica não significa que a leitura da charge dependa da leitura da fotografia, como se esta última fosse um *implícito* da primeira, como se eu estivesse retirando a fotografia do “fundo da gaveta” para, digamos, *provar* o desdobramento de imagens que se dá no interdiscurso e faz com que ambas sejam exemplares de um social dividido.

O que se dá é que, como um novo texto a ser lido, ao passo que a charge produz uma sua regularização, ela desregulariza a fotografia e atribui algo de si ao acontecimento da própria fotografia. Esse movimento de des/regularização entre acontecimentos afeta ambas as formulações visuais em seu funcionamento prototípico: ao mesmo tempo que “aparentam ser” similares dadas as formulações intradiscursivas, elas se diferenciam porque acontecimentos discursivos distintos permitiram suas atualizações como tais.

O acontecimento discursivo da charge – gênero que, corriqueiramente, polemiza outros acontecimentos – atualiza a imagem do confronto entre os sujeitos produzido pela composição da fotografia. Ela surge, pelo funcionamento da cena prototípica, como mais um exemplar dessa divisão que há no social, que se textualiza das mais diversas formas (como em filmes e documentários, em reportagens jornalísticas, em comentários de usuários de redes sociais, em tuítes etc.). Apesar de reformulada, conservando um tantinho aqui e ali ou exagerando outro tantinho acolá na sua formulação intradiscursiva, a composição que resulta da interpretação do cartunista Quinho faz uma remissão, interdiscursivamente, à contenda entre os sujeitos fotografada por Sergio Moraes.

A relação interparafrástica que se dá entre ambas as formulações visuais permite que se enxergue a produção de deslizamentos, uma interferência na repetição: há um trabalho sobre os sentidos de violência e seus efeitos, que afetam tanto a charge quanto a fotografia. “Se a à b, então, em retorno, o deslizamento para b provoca um efeito também sobre a”, diz Orlandi (2012, p. 13). Em um artigo no qual ela analisa as formulações *Brasil, um país de todos*, slogan do governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT), e *Brasil, um país de tolos*, paráfrase que compunha uma charge, a autora demonstra que o deslizamento que se produz na atualização da formulação retorna sobre o enunciado parafraseado. “Isso é historicidade, a maneira como se constituem os efeitos de sentido, no caso pela deriva, pelo efeito metafórico, uma mexida na rede de sentidos, uma filiação à memória”, ela diz.

Que deslizamentos sobre o sentido de *violência social* a formulação visual da charge produz na relação com a fotografia? Para enxergá-los, comecemos por descrevê-la, interpretando-a concomitantemente. A charge apresenta um diálogo entre dois sujeitos cujos corpos vemos por inteiro. O que está posicionado à esquerda está vestido com uma camiseta amarela com a inscrição em verde de *SOMOS MILHÕES DE CUNHA* (o ex-deputado federal Eduardo Cunha, MDB, era presidente da Câmara dos Deputados no início do processo de impeachment de Dilma Rousseff e foi personagem importante dele). Sua bermuda tem um tom de amarelo mais escuro estampada com círculos verdes. Faixas de tecido em verde e amarelo envolvem sua cabeça e seu braço esquerdo. Seus calçados são brancos.

No rosto, há uma pintura feita com tinta de duas faixas em verde e amarelo, além de um nariz de palhaço vermelho. A memória do movimento dos “caras pintadas”, que ocorreu no ano de 1992 quando demandando o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello (da sigla PRN na época), encontra-se com a dos variados grupos sociais que usam o nariz de palhaço para protestar, no equívoco de ora d/enunciar *terem sido feitos de palhaços* (ridicularizados como efeito), ora se interpor às instituições por meio de práticas paródicas, debochativas etc. (ridicularizar é o método). O sujeito segura cartazes brancos em que se pode ler *IMPEACHME_ JÁ!* (em verde) e *FORA, DILMA* (em azul). Na mão direita, um pixuleco do ex-presidente Lula o ilustra com um traje branco de listras horizontais

pretas, que remete ao de prisioneiros (pelo menos, ao que é regularmente significado como tal). A provocação do diálogo que se apresenta na cena é iniciada por esse sujeito, que diz: **AGORA NÃO RECLAME DO TEMER! FOI VOCÊ QUE O ELEGEU, LEMBRA?**

À direita da charge, o outro sujeito responde: **ELE FOI ELEITO APENAS PARA VICE, NÃO PARA DAR UM GOLPE. QUEM O TORNOU PRESIDENTE FOI VOCÊ.** Ele está de costas para o sujeito que o interpela, apenas com o rosto voltado em sua direção. Ele veste uma camiseta vermelha com a inscrição TEMER GOLPISTA, calça azul e calçados brancos. Sua mão direita está dentro do bolso. A outra não se vê. Seus cabelos são castanhos e ele tem uma barbicha sob o queixo. O fundo da charge é branco, não aparecem elementos em segundo plano. Entre os sujeitos, um abacaxi cruza a cena, que, dada sua posição no ar (polpa à direita e coroa à esquerda) e a postura do corpo do sujeito vestido de amarelo, parece ter sido arremessado por ele em direção ao seu interlocutor.

A composição visual entre o desenho e os enunciados na charge não escapa à atualização da cena prototípica pela via da dicotomização. Mesmo formuladas diferentemente, fotografia e charge guardam entre si o efeito do confronto entre sujeitos que (se) atacam/defendem (em) posicionamentos políticos, figuras políticas, interesses, demandas etc. que se conflitam. A charge, produzida no momento posterior ao início do processo de impeachment de Dilma Rousseff, tematiza um jogo de implicações: de quem é a responsabilidade pela deposição da ex-presidenta e a assunção do vice? A composição significante entre as materialidades da língua e do desenho, nesse sentido, faz com que sua remissão mútua direcione a interpretação do abacaxi não como alimento, mas fica metaforizado como um *problema* (um abacaxi a ser descascado, um fruto trabalhoso de se comer).

Não reclame do problema que você causou ao eleger Michel Temer como vice-presidente. Pegue esse abacaxi e o descasque você – é uma paráfrase plausível para a composição entre o que se formula em palavras pela língua e pelo desenho que exhibe um desequilíbrio do corpo do sujeito de amarelo. Para além daquilo que o abacaxi metaforiza nesta cena como um problema cuja autoria da causa se disputa, atirar um fruto espinhento num outro sujeito não me parece

um gesto de afeto. É, sim, um modo de violentar o outro, antecipado como um rival.



Em paralelo, como dispostas acima, o que fotografia e charge guardam do mesmo em sua formulação? Aquele olhar irado dos sujeitos de amarelo; aquele olhar de confusão dos de vermelho. De um lado, aquela bocarra aberta no maior grau para que se ofenda um opositor. De outro, uma outra boca semiaberta que se defende, se surpreende, areja suas palavras para responder. No intervalo que divide os sujeitos, o grito irado projetado pela voz, presente em ambos os materiais, é reforçado pelo arremesso de um fruto pesado, ácido, perfurante – um fruto problemático. Ambas as formulações intradiscursivas produzem o efeito sedimentado de um sujeito *contra* o outro, sendo compostas pelas imagens que reafirmam a eficácia da dicotomização: há sempre o conflito no social, mas esse conflito tende a ser formulado como oposição (nunca pela contradição). Por que é assim? Uma justificativa possível:

Sempre em busca de sínteses conciliadoras, nossa sociedade legitima as dicotomias num funcionamento opositivo porque não suporta contradições, que teimam em expor as diferenças que impedem a afirmação da unidade. A oposição abre espaço para negociações e sínteses na previsibilidade das antecipações que permite. Já a contradição nos demanda nos equívocos que produz ao confrontar *significante* e *história* (LAGAZZI, 2014, p. 157).

Na fotografia, aqueles do entorno figuram como uma plateia para tal conflito espetacular, uma plateia que é uma torcida identificada, a priori, com aquele que grita. Na charge, na tensão com a imagem que a fotografia produz como seu desdobramento, o branco espaço (de uma plateia esvaziada) coloca esta pergunta para quem a lê: e você, *de que lado está?*

Considerações

Neste trabalho, tratei da diferença no social textualizada tanto numa fotografia quanto numa charge, deslinearizando-as e colocando-as em relação interparafrástica, colocando “a estrutura em relação com outras possibilidades estruturais no jogo da história” (LAGAZZI, 2015a, p. 177). Esse gesto me permitiu dar a ver ambas as composições em seu funcionamento como cena prototípica. O investimento feito foi o de levar a sério a equivocidade na imagem, atento à diferença no social, sem me deixar ser tomado pelo fascínio simplista da oposição (eu-eles; nós-eles; nós-ele) que as formulações visuais do confronto entre sujeitos evidenciavam, e que tendiam a produzir interpretações estabilizadas sobre os acontecimentos aos quais se referiam, e dos quais eram produtos.

Nesse sentido, e como um argumento último, quero sustentar a forma inequívoca como a cena prototípica analisada se apresenta. Diante dela, os sujeitos que a interpretam são tomados pelos sentidos estabilizados, aqueles que, ainda que deslocados por suas atualizações em diferentes formulações, repetem-se em seus pré-construídos imobilizadores e dividem o social logicamente entre *ele(s)* ou *aquele(s)*.

O exemplo que tenho a dar é o do seguinte enunciado usado como legenda descritiva da fotografia (imagem 1) quando foi publicada numa das matérias do site BuzzFeed (BAREM, 2015) sobre as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff em 2015:

Um militante do PT causou tumulto na manifestação em Copacabana.

Evidentemente, o que leva a redatora dessa matéria a qualificar o sujeito que *causou tumulto na manifestação em Copacabana* é o efeito do pré-construído de que quem se veste ou usa objetos na cor vermelha numa manifestação de rua é *militante do PT*, apagando-se outras possibilidades de significação da bandeira vermelha envolta em seu pescoço (como a de ser a bandeira do próprio MNLM, de acordo com o que descrevi no início deste texto).

O sentido de *violência social* sobredeterminando o de *diferença social* produz seus efeitos no modo como a redatora textualiza sua interpretação da cena, no modo de formular tal legenda. O modo da formulação linguística, em sua sintaxe, põe o sujeito que veste

vermelho (*um militante do PT*) como o agente da situação de violência (*causa tumulto*), e não aquele que foi violentado: derrubado de sua bicicleta, xingado etc. Essa formulação linguística, no corpo da matéria do BuzzFeed, em composição com a fotografia para a qual ela é uma legenda, rearranjam-se em suas falhas quanto materialidades significantes e apresentam variados trajetos de leitura. Versões, muitas vezes, não tão novas sobre uma imagem – produzidas por sujeitos na posição de fotógrafo, cartunista ou jornalista – que circulam como uma daquelas “abordagens que acabam por corroborar com a manutenção de dicotomias estabilizadoras” (LAGAZZI, 2014, p. 158).

Referências

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999, p. 11-17.
- ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999.
- ANJOS, Liliane Souza dos. Sentidos e derivas em composições visuais. **Revista DisSoL** - Discurso, Sociedade e Linguagem, Pouso Alegre, n. 7, p. 59-71, jan.-jun., 2018.
- BAREM, Manuela. 25 imagens das manifestações do impeachment pelo Brasil. **BuzzFeed**. 15 mar. 2015. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/manuelabarem/26-imagens-das-manifestacoes-do-impeachment-pelo-brasil>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- BATISTA, Liz. Cronologia: protestos 2015 a 2016. **Estadão**. São Paulo, 11 mar. 2016. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- BETIM, Felipe. Um mar verde e amarelo em Copacabana pede o impeachment. **El País**. Rio de Janeiro, 15 mar. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/politica/1426471031_253793.html. Acesso em: 11 ago. 2020.
- BOCA de Lixo. Direção de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: **Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP) e VideoFilmes**, 1993. 1 DVD (50 min.).

CAVALCANTI, Cristiane Renata da Silva; AZEVEDO, Nadia Pereira Gonçalves de. O tríplex: a imagem como operadora de memória discursiva em charges. **RUA**, v. 24, n. 1, p. 237-253, 2018.

LAGAZZI, Suzy. Materialidade e Memória. **Cadernos do CEAM** (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares), NECOIM (Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória) da UnB. Brasília, p. 1-11, 2007.

LAGAZZI, Suzy. Quando os espaços se fecham para o equívoco. **RUA** [online]. Edição Especial, p. 155-166, 2014.

LAGAZZI, Suzy. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória do equívoco. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange. **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes Editores, 2015a, p. 177-189.

LAGAZZI, Suzy. A imagem em curso. A memória em pauta. In: LAGAZZI, Suzy; TASSO, Ismara; CAMPOS, Jefferson (Org.). **Imagem e(m) Discurso: A Formação das Modalidades Enunciativas**. v. 8. Campinas: Pontes Editores, 2015b, p. 51-66.

LINHA do tempo: entenda a crise que culminou no impeachment. **O Globo**. Rio de Janeiro, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/linha-do-tempo-entenda-crise-que-culminou-no-impeachment-20015867>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MODESTO, Rogério; ANJOS, Liliane. Um social dividido, um não-lugar encenado pela fuga. **RUA** [online], n. 23, v. 1, p. 05-22, jun., 2017.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do sujeito. In: CARROZZA, Guilherme; SANTOS, Miriam; SILVA, Telma Domingues (Org.). **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. Campinas: Editora RG, 2012, p. 11-27.

OSTHUES, Romulo Santana. Um decalque da cena prototípica: corpo, panela, nariz de palhaço (re)traçados na memória. In: ADORNO, Guilherme; MODESTO, Rogério; FERRAÇA, Mirielly; BENAYON, Flavio; ANJOS, Liliane; OSTHUES, Romulo (Org.). **O Discurso nas Fronteiras do Social – uma homenagem à Suzy Lagazzi**. v. 1. Campinas: Pontes, 2019, p. 159-184.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999, p. 49-57.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1995.

SOUZA, Pedro de. Sobre o discurso e o sujeito na voz. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 34, p. 199-211, jul.-dez., 2014.

QUINHO. **Das responsabilidades**. 14 mai. 2016. Charge. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuinhoCartum/photos/a.373412019425084/839689182797363>. Acesso em: 11 ago. 2020.

VENTURINI, Lilian. Aqui estão os contextos dos 4 grandes protestos anti-Dilma de 2015. **Nexo**. São Paulo, 13 dez. 2015. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2015/12/13/Aqui-est%C3%A3o-os-contextos-dos-4-grandes-protestos-anti-Dilma-de-2015>. Acesso em: 14 ago. 2020.

WERNECK, Felipe. Homem com bandeira vermelha é agredido por manifestantes. **Exame**. Rio de Janeiro, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/homem-com-bandeira-vermelha-e-agredido-por-manifestantes>. Acesso em: 11 ago. 2020.

O CRESPO NAS TRAMAS DO DISCURSO DIGITAL: ENTRE OS FIOS DA MEMÓRIA, ACONTECIMENTO E EQUIVOCIDADE ¹

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes²

Primeiras palavras

Partindo da existência histórica do enunciado³³ “cabelo bombril” – e de sua atualização recorrente nas mídias digitais –, atribuído principalmente a cabelos crespos de mulheres negras do Brasil, nosso objetivo é analisar a tensão estabelecida nas mídias digitais entre o discurso racista, que impõe um padrão de beleza homogeneizado, e a resistência discursiva instaurada, especialmente a partir das Marchas do Orgulho Crespo⁴⁴, considerada aqui um acontecimento discursivo, já que discursiviza o cabelo crespo com ressignificação de sentidos, quais sejam, orgulho e empoderamento da identidade negra.

O ciberespaço é pensado em suas condições de produção, considerado como um objeto discursivo, um espaço instável, com tensões e conflitos e que funciona articuladamente à ideologia, cujos usuários também são sujeitos ideologicamente constituídos. Não há, pois, como escapar do ideológico, porque o ciberespaço não é pensado como um vácuo; há relações sociais e discursivas em jogo, há disputas territoriais (CORTES, 2015) pela ocupação e controle dos sentidos nas mídias digitais.

Nessa perspectiva, empreendemos a construção do arquivo, a partir de diversos gestos de leitura de alguns sites da internet, pois “o

¹ Este trabalho insere-se no projeto de pesquisa cadastrado na PPG/UESB denominado “Gestos de leitura em/na rede: Análise discursiva de materialidades significantes em território virtual”.

² Dra. em Linguística pela UFPE; Professora do Departamento de Estudos Linguísticos Literários - DELL – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – (UESB– Vitória da Conquista BA) e do programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin (UESB). Pesquisadora do GPADIS – Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (UESB/CNPq). E-mail: cortesgr@gmail.com.

³ A noção de enunciado aqui é tomada não no sentido de frase ou sentença gramatical, mas como enunciado discursivo. (COURTINE, 2009).

⁴ A Marcha do Orgulho Crespo teve início em 2015 e já conta com quatro edições. O evento acontece anualmente em todas as capitais brasileiras e nas grandes cidades.

arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco” (GUILHAMOU e MALDIDIER, 2010, p. 162). Pêcheux (2010) define o arquivo como um “[...] campo de documentos pertinentes disponíveis sobre uma questão”. Para o autor o arquivo trabalha nas relações constantes com a memória histórica que opera em perpétuo confronto e tensões consigo mesma.

A partir desta concepção de arquivo, efetuamos o recorte de materialidades digitais para compor o *corpus* discursivo, que segundo Leon e Pêcheux (2011 [1982], p. 165), não é estático: “um corpus é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas [...]”. O corpus discursivo, portanto, não pode ser pensado enquanto depósito de informações, reservatório ou banco de dados, mas é constitutivamente dinâmico e heterogêneo; o corpus é guiado pelos recortes teóricos (ORLANDI, 2012).

O *corpus* para este estudo foi constituído de nove materialidades, denominadas de sequências discursivas (SDs), que consistem de formulações que discursivizam os cabelos crespos em matérias jornalísticas digitais, ora com a inscrição de “cabelos bombрил”, ora com a inscrição do orgulho crespo. Para tanto, consideramos o critério da regularidade discursiva, a qual se instaura pela repetibilidade das formulações discursivas: [...] “O regular é aquilo que se repete, processos regulares são aqueles que tomam “certa direção”, orientados por determinações ideológicas, mas que podem se transformar, mudar de orientação conforme o interdiscurso.[...] (FERNANDES e VINHAS, 2019, p. 142). Dessa forma, a regularidade discursiva se institui e ganha certa estabilidade mediante a recorrência das formulações e dos discursos, que tomam uma direção específica, mas não estática, já que sofrem determinações ideológicas pelo trabalho do interdiscurso.

A análise consiste no batimento da descrição/interpretação, em busca das discursividades que funcionam na “tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (PÊCHEUX, 2008, p. 50).

Sobre a Análise do Discurso

O estudo tem por base teórica os aportes da Análise de Discurso (AD), fundada por Pêcheux, na qual sentidos e sujeitos se constituem mutuamente, pois o discurso não tem origem no falante e o sujeito é considerado como uma posição discursiva, entre outras. Assim, o discurso, definido pelo autor como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 2010a [1969], p. 82), põe em relação sujeitos afetados pela língua e pela história, interpelado pela ideologia, em um complexo processo de produção de sentidos, que se movimentam sob a tensão da memória.

A constituição ideológica do sujeito, segundo Pêcheux ([1975]2009) está intrinsecamente ligada à constituição dos sentidos. O sujeito é considerado um “efeito ideológico” por meio do qual se configura como fonte ou origem do dizer (PÊCHEUX, [1975]2009). Nesta visão, a interpelação dos indivíduos em sujeitos se dá por meio das formações discursivas “que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, [1975]2009, p. 147). As formações ideológicas comportam várias formações discursivas que funcionam interligadamente. São, portanto, as FDs que:

determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. [...]
(PÊCHEUX e FUCHS, 2010 [1969], p. 164, grifos do original).

Conforme os autores, as formações discursivas (FDs) se constituem em um jogo de relações ideológicas. Dessa maneira, as palavras, as proposições recebem seu sentido das formações discursivas onde são produzidas. E, assim, é produzido o efeito de liberdade, da ilusão do dizer do sujeito empírico, portanto, uma evidência de autonomia do sujeito, através da estrutura discursiva da forma-sujeito, por meio da qual se dá a identificação do sujeito do discurso em uma formação discursiva dada (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 151).

A interpelação supõe um desdobramento do sujeito em sujeito da enunciação (locutor) e sujeito universal; esse desdobramento pode assumir, segundo Pêcheux (2009 [1975]), três modalidades de tomadas de posição, sendo a primeira caracterizada pelo “bom sujeito”, que

produz a unicidade imaginária do sujeito, e assim reproduz os sentidos dominantes de uma dada FD e sua forma-sujeito.

A segunda modalidade caracteriza o “mau sujeito”, que é aquele que mantém uma relação de dúvida, questionamento e contestação com o sujeito universal, e faz com que ocorra uma contraidentificação com a formação discursiva dominante, processo que se dá pelo viés do contradiscurso, conforme Pêcheux (2009[1975]).

A terceira modalidade é a da desidentificação ou ruptura do sujeito com os saberes de uma dada formação discursiva. Todavia, há possibilidades de transformação e deslocamento da forma-sujeito, embora isto não signifique uma ruptura com a interpelação ideológica, pois esta mantém seu funcionamento de modo avesso, “através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)” (PÊCHEUX, 2009, p. 202).

Courtine ([1981]2009) postula a heterogeneidade de uma FD pelo viés da fragmentação do sujeito em diversas posições-sujeito. Conforme essa visão, o sujeito pode movimentar-se de uma FD para outra, como também pode fragmentar-se e assumir posições diferenciadas em uma mesma FD. Nas palavras do autor:

Concebemos, portanto, uma *posição de sujeito* como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. [...] (COURTINE, (2009) [1981], p. 88, grifos do autor).

Assim, as fronteiras das FDs são instáveis e permitem a movimentação dos sujeitos e dos sentidos, cuja base material é a língua (PÊCHEUX, 2009), que é constituída de falhas e equívocos.

Dessa forma, “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção [...]” (PÊCHEUX, 2010a [1969], p. 78, grifos do autor). O discurso, portanto, sempre remete a outros discursos já ditos; esse conjunto de discursos mencionados pelo autor constitui o interdiscurso, definido pelo autor como o “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2009[1975], p. 149); as FDs, segundo o autor, sofrem determinações do interdiscurso, no entanto, é próprio de toda FD,

dissimular essa dependência do interdiscurso, pelo efeito de transparência de sentido que nela se forma. Nessa direção, o interdiscurso se manifesta pelo viés do pré-construído, que aponta para o fato de que “algo fala, sempre antes, em outro lugar” (PÊCHEUX, 2009[1975], p. 149).

Courtine (2009[1981]) esclarece que o interdiscurso é a dimensão vertical do discurso que determina a sua dimensão horizontal, a saber, o intradiscurso - formulação e textualização do discurso, sendo que esta se dá em condições de produção e circunstâncias enunciativas específicas. O autor também discorre sobre a noção de efeito de memória, advindo da relação do interdiscurso com o intradiscurso.

Conforme Pêcheux (2010b [1983]), a memória discursiva, em face do processo de leitura, exerce o papel de restabelecer os implícitos ou os pré-construídos e discursos transversos, e, desse modo, a questão que se coloca para a AD é buscar esses implícitos “ausentes por sua presença”. Segundo o autor, sob o choque do acontecimento funciona, na memória, um jogo de forças que pode instituir tanto a estabilização parafrástica, quanto a desregulação que traz perturbação à rede dos implícitos.

Assim, nesse jogo de forças, “sob o mesmo” da recorrência, da repetibilidade, pode irromper outra possibilidade discursiva. O autor preconiza, pois, a memória como espaço dinâmico, heterogêneo, de tensão contínua:

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX 2010b, [1983] p. 56).

Portanto, na perspectiva da AD pecheuxtiana, a memória jamais é concebida enquanto depósito ou reservatório, mas como espaço dinâmico e de contínuo movimento.

A memória, noção central mobilizada para este estudo, instaura no processo discursivo tanto a estabilização quanto os deslocamentos de sentidos. É caracterizada pela contínua instabilidade e tensão, pois uma dada sequência, ao mesmo tempo em que carrega traços e efeitos da memória, torna-se também um

espaço de inscrição da memória, como uma peça de uma grande engrenagem no jogo discursivo.

Com base nas considerações feitas, iniciemos nosso percurso analítico, cujo *corpus*, como já sinalizado, foi constituído de materialidades midiáticas digitais.

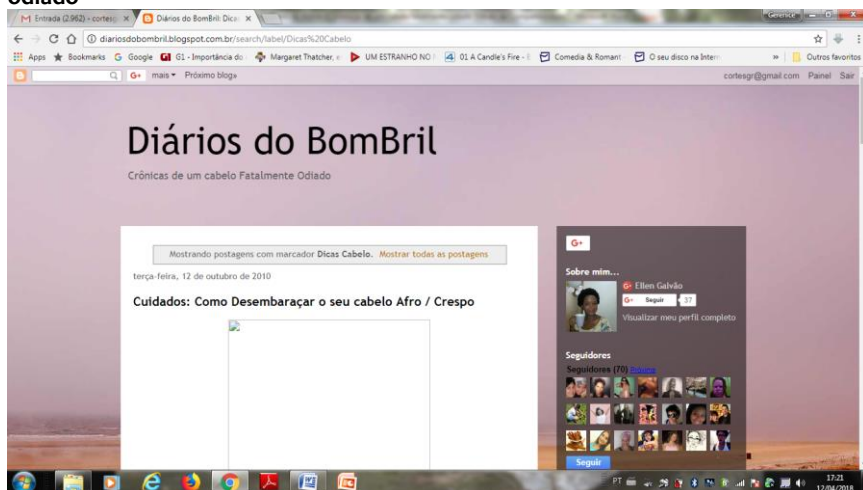
Gestos de análise

Primeiramente, apresentaremos um recorte de sequências discursivas, as quais denominamos de **família parafrástica I**, dada a regularidade de sentidos apresentada. Em seguida, analisaremos o segundo recorte, constituído pelas sequências discursivas (SDs) agrupadas e denominadas de **família parafrástica II**.

Recorte A - Família parafrástica I

SD1 - “Diários do Bombril: Crônicas de um cabelo Fatalmente Odiado”

Figura 1: Print do Blog – Diários do BomBril: crônicas de um cabelo fatalmente odiado⁵



⁵A formulação “Diários do Bombril: Crônicas de um cabelo Fatalmente Odiado” diz respeito ao título de um Blog que trata de assuntos relativos aos cuidados com os cabelos crespos. Disponível em: <http://diariodobombril.blogspot.com.br/search/label/Dicas%20Cabelo>. Acesso em 07 de julho de 2018. Os grifos são nossos, em todas as SDs.

SD2 – “A fantasia está bonita ao meu ver, a maquiagem também, mas esse cabelo dela está parecendo um **bombril**, gente”.

Figura 2:– Print do site rd1.com.br, com fala de Val Marchiori⁶



SD3 “Minhas filhas tem bonecas Baby alive, todas estão com o mesmo problemas o cabelo emborrachado, fica pior que um **bombril**” [..].

Figura 3: Print do site Reclame aqui⁷

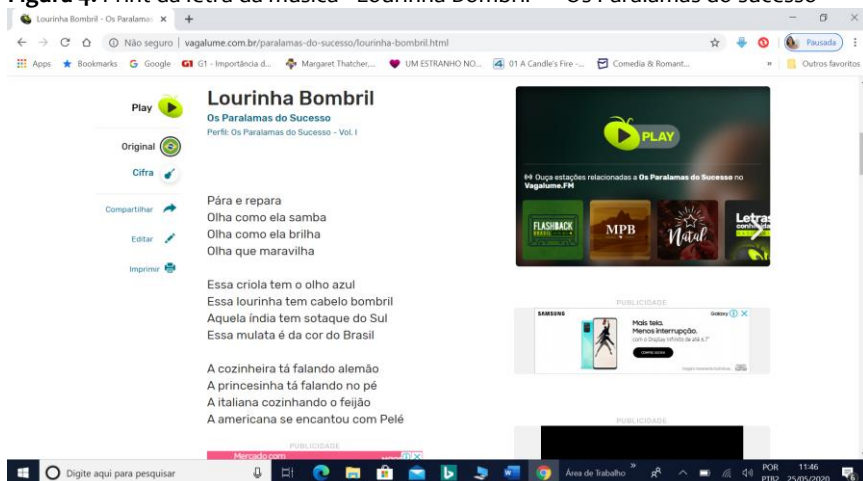


⁶ Disponível em: <https://rd1.com.br/val-marchiori-detona-cabelo-de-ludmilla-parece-bombril/>. Acesso em 12/07/2018.

⁷ Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/hasbro-brinquedos/cabelo-bucha-de-bombril-da-boneca-baby-alive-hora-de-comer_A_ZClJ3ev2tQIO82/. Acesso em 10/07/2018.

SD4 – “Essa lourinha tem cabelo bombril”

Figura 4: Print da letra da música “Lourinha Bombril” – Os Paralamas do sucesso⁸



No Brasil o dito cabelos de bombril⁹ é um pré-construído de sentidos pejorativos para cabelos crespos, também discursivizados historicamente como cabelos “ruins”. Segundo Silva (2017, p. 18) “compreende-se que a classificação do cabelo crespo enquanto algo “ruim” carrega em si, um arcabouço de características pertinentes a um modelo identitário culturalmente elaborado”. Na SD1 o cabelo “bombril” é “fatalmente odiado”. Ora, os efeitos de sentidos de ódio ao cabelo crespo, considerado “ruim” em oposição ao cabelo “bom” do branco é um já-dito do discurso racista, que impõe um padrão de beleza homogeneizado e dita um processo de “branqueamento” (OLIVEIRA, 2013) à mulher negra – a exemplo dos cabelos que, nesse padrão dominante de beleza, devem ser (além de loiros) lisos ou alisados.

Esse ódio não se aplica somente ao cabelo, mas ódio ao negro, à negritude, pois “Cabelo crespo e corpo negro, colocados nessa ordem, são expressões de negritude. Por isso, não podem ser pensados separadamente.” (GOMES, 2003, p. 3). Nesta perspectiva, Oliveira (2013, p. 373) pontua que: “o cabelo no Brasil está associado a uma

⁸ Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/paralamas-do-sucesso/lourinha-bombril.html>. Acesso em 10/07/2018.

⁹ O termo “cabelos bombril” faz alusão a uma conhecida esponja de aço denominada “bombril”, bastante popular no Brasil.

simbologia de status social, de inserção no mercado de trabalho, de exclusão e inclusão em outros espaços sociais: o cabelo fala! Tornou-se um discurso que causa efeitos de sentido. O cabelo é um signo comunicador, identitário por excelência”. Assim, o efeito “bombril” do cabelo de um trabalhador, sobretudo de uma trabalhadora negra, pode também produzir efeitos de exclusão social.

Na SD2 temos um comentário de uma socialite sobre a indumentária de uma cantora em um desfile de Carnaval, no ano de 2016. Aqui, o dito cabelo “bombril” ou cabelo “ruim” produz efeitos de estrago à beleza da cantora, por ser supostamente feio.

Já a SD3 traz uma materialidade com inscrição do cabelo “bombril” para uma boneca, e assim o discurso do padrão beleza “branca” vai sendo perpetuado pelas gerações e funciona como a “pedagogia da beleza”, como observa Dorneles:

Estes corpos “anormais” não fazem parte dos brinquedos encontrados nas escolas ou em nossas casas. Tal como aqueles que aparecem na mídia, os corpos “certos” são sempre os magros, altos, loiros e de olhos claros. Esse modelo leva crianças de lugares os mais diferentes a quererem modificar seus corpos com o objetivo de fazê-los parecer o mais possível com os “normais” e “bonitos”. As imagens e os discursos veiculados na mídia são carregados de significados, trazem embutida uma “pedagogia da beleza” (DORNELES, 2010, p. 31).

A “pedagogia da beleza” já começa nas famílias, como vemos na SD3, na qual funciona o discurso racista inscrito na fala de uma mãe que reclama do cabelo “bombril” da boneca comprada para uma criança.

O discurso racista do cabelo bombril também se inscreve na música “Lourinha bombril” (SD4), do grupo *Paralamas do sucesso*, da qual destacamos o verso seguinte: “[...] Essa lourinha tem cabelo bombril” [...]. Nesta SD também funciona uma posição-sujeito racista, que atualiza já-ditos ideológicos determinados historicamente. Segundo Pêcheux:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc, não existe “em si mesmo”, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são produzidas (isto é reproduzidas), ou seja, as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles eu as empregam (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Dessa forma, nas quatro sequências discursivas apresentadas, formulações inscritas nas mídias digitais, funciona uma regularidade de sentidos, já que os enunciadores, no jogo de relações com a forma-sujeito da formação discursiva (FD) racista, ocupam a mesma posição-sujeito, de discriminação do cabelo crespo, discursivizado pejorativamente como “bombril”.

Como já assinalado, pensamos as redes digitais como uma rede discursiva, portanto uma rede de memórias e de posicionamentos ideológicos, uma rede de fios e links, (hiper)textos, que funcionam sob determinações históricas do interdiscurso. Neste sentido podemos aplicar às mídias digitais o seguinte pensamento de Pêcheux: “O texto é, em um sentido, a reescrita de todos os textos precedentes; ele traz marcas de retornos reflexivos, de remanejamentos e de retificações, de atualizações ou de apreensões, os estigmas da inquietação” (MALDIDIER, 2003, p. 38). Do mesmo modo, o ciberespaço também é constituído da dispersão de já-ditos e pré-construídos do interdiscurso, que se movem na tensão contínua entre o já estabilizado e os equívocos e deslizamentos de sentidos.

Assim, nessa mesma mídia digital funciona também discursos de confronto e de resistência. É o que veremos nas próximas sequências discursivas que instauram a equivocidade no discurso racista do cabelos “bombril”. As materialidades apresentadas, a seguir, são constituídas de formulações verbais e imagéticas acerca da “Marcha do Orgulho Crespo” ocorridas no país, a partir de 2015. Integram o segundo recorte de SDs.

Recorte B - Família parafrástica II

SD5 “Grupo realiza primeira Marcha do Orgulho Crespo na avenida paulista”

Figura 5: Print de notícia sobre a primeira Marcha do Orgulho Crespo¹⁰



SD6 “Mulheres participam da segunda Marcha do Orgulho Crespo em São Paulo”

Figura 6: Print de notícia sobre a segunda Marcha do Orgulho Crespo¹¹

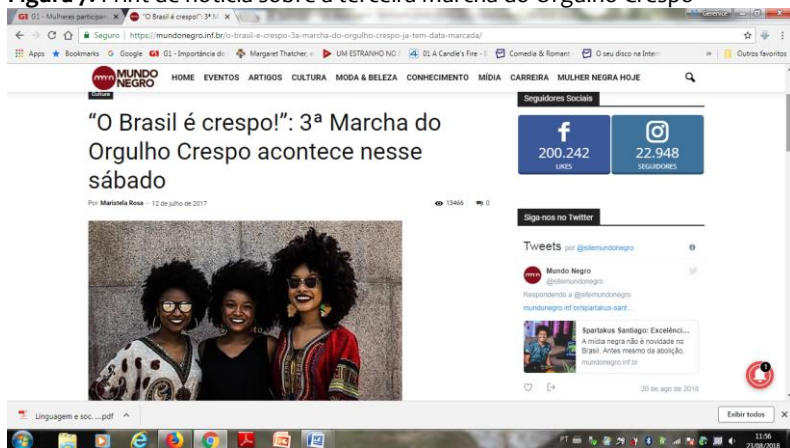


¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1660710-grupo-organiza-primeira-marcha-do-orgulho-crespo-na-avenida-paulista.shtml>. Acesso em 10/07/2018.

¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/mulheres-participam-da-2-marcha-do-orgulho-crespo-em-sao-paulo.html>. Acesso em 10/07/2018.

SD7 “O Brasil é crespo – 3ª Marcha do Orgulho Crespo acontece nesse sábado”.

Figura 7: Print de notícia sobre a terceira Marcha do Orgulho Crespo¹²



SD8 “Quarta edição da Marcha do Empoderamento Crespo acontece no próximo domingo”

Figura 8: Print de notícia sobre a quarta Marcha do Orgulho Crespo¹³

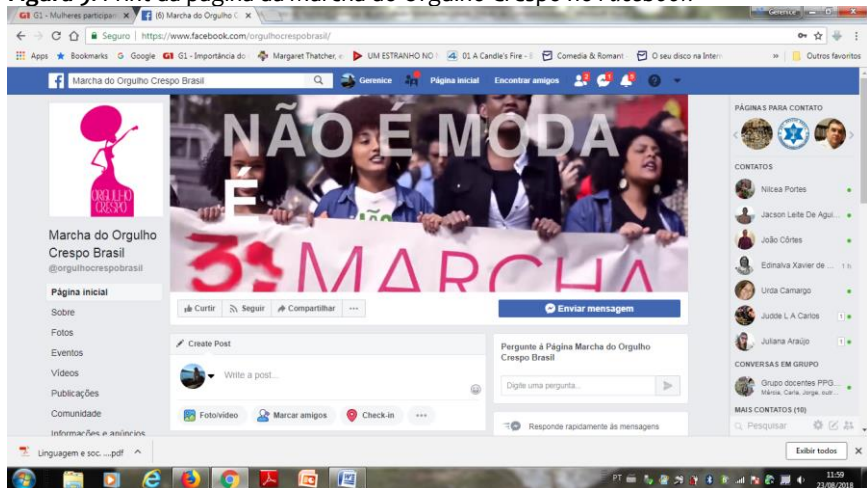


¹² Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/o-brasil-e-crespo-3a-marcha-do-orgulho-crespo-ja-tem-data-marcada/>. Acesso em 10/07/2018.

¹³ Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/2015504-quarta-edicao-da-marcha-do-empoderamento-crespo-acontece-no-proximo-domingo>. Acesso em 17/02/2019.

SD9 “Cabelo crespo não é moda, é DNA. Ele foi silenciado, mas hoje o negro não quer mais se calar”.

Figura 9: Print da página da Marcha do Orgulho Crespo no Facebook¹⁴



A resistência produz rupturas que se instauram na ordem da língua, na ordem da história e pelo viés do sujeito (LEANDRO-FERREIRA, 2015). Nessa mesma mídia digital onde circula e funciona o discurso racista de ódio ao cabelo “bombril” e ao negro, também funcionam discursos de confronto e de resistência.

As formulações apresentadas atualizam a memória dos já ditos sobre o cabelo crespo, mas instauram deslizamentos de sentidos, ou seja, ocorre aí o ponto de encontro da memória discursiva do cabelo crespo com sentidos de “bombril” ou cabelo “ruim” com formulações-confronto. Parafraseando Pêcheux (2008, p. 20), as SDs desse segundo momento analítico, “remetem ao mesmo fato, mas eles não constroem as mesmas significações”; ou seja, remetem ao cabelo crespo, mas agora com sentidos de orgulho e empoderamento identitário; temos aí a “circulação-confronto de formulações” (PÊCHEUX, 2008, p. 21).

Essas formulações-confronto se constituem de notícias sobre as “Marchas do Orgulho Crespo”, consideradas aqui como um

¹⁴ Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/Geral/2016/11/orgulho-crespo-movimento-para-fazer-a-cabeca.html>. Acesso em 17/02/2019.

acontecimento discursivo, definido por Pêcheux como “o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008, p.17).

A SD9, além do *print* da página do movimento no Facebook, traz a formulação **“Cabelo crespo não é moda, é DNA. Ele foi silenciado, mas hoje o negro não quer mais se calar”**¹⁵ que é um brado de guerra e resistência ao discurso racista e não modismo passageiro; produz efeitos de que o crespo veio para ficar. Convém ressaltar que a formulação “Cabelo crespo não é moda” foi usada com veemência – em cartazes exibidos nos eventos do Orgulho Crespo e nas redes sociais – como gesto de resistência aos discursos de racismo e ódio à identidade negra.

Dessa maneira, a formulação da SD9 e todo o evento da “Marcha” materializam o discurso da revolta ao discurso racista, que produz efeitos de negação e apagamento à identidade negra. Sobre a revolta, Pêcheux assevera que “Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobretrabalho, é porque a luta de classes é o motor dessa história. E se, sobre um outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se apoia numa divisão do sujeito, inscrito no simbólico” (PÊCHEUX, 2014 [1984], p. 17-18). A equivocidade e a divisão são, portanto, constitutivas da linguagem, do sujeito e do sentido.

Nessa trama dos embates entre os fios “bombril” e crespos, a “Marcha do Orgulho Crespo” instaura o acontecimento discursivo que funciona sob o jogo de forças da memória, como preconiza Pêcheux (2010b). Segundo Indursky (2008), para que se configure um acontecimento discursivo é necessário que haja antagonismo e ruptura com a forma sujeito de uma FD já instituída, ou seja, uma desidentificação, a qual “está na origem dos novos sentidos que até então não eram possíveis de ser pensados” (INDURSKY, 2008, p. 26). Conforme Dela-Silva (2008), para compreender os acontecimentos discursivos, temos de considerar aqueles que possibilitam o surgimento de novos espaços de significação para o sujeito.

Nessa luta, quem marcha é o próprio cabelo crespo, que aí também é linguagem, “o cabelo fala” como ressalta Oliveira (2013); acrescentamos que o cabelo grita na Marcha do Orgulho Crespo, instaura um acontecimento discursivo, pois tanto produz uma

¹⁵ Esta formulação consiste de um trecho de uma entrevista concedida por Ivana Santos, uma das organizadoras da Marcha do Orgulho Crespo em Bauru - SP.

ruptura e antagonismo com a FD racista, quanto instaura uma nova FD, qual seja a do orgulho crespo, que possibilita esse novo espaço de significação, discursiviza o crespo não mais como o “bombril”, com sentidos de vergonha ou ódio, nem tampouco como uma moda passageira; na FD do orgulho crespo, o cabelo não deve ser alisado nem escondido, mas exibido como símbolo de empoderamento identitário e resistência.

Palavras (não) finais

Segundo Pêcheux (2010b) a memória discursiva funciona sob um jogo de forças que, sob o choque do acontecimento, pode instaurar tanto a estabilização parafrástica de sentidos, como a “desregulação” ou perturbação dos implícitos. Assim, neste estudo, enquanto as SDs 1 a 4 estabilizam os sentidos pejorativos de “bombril” e ruim, implícitos do discurso racista, para o cabelo crespo, as SDs 5 a 9, que versam sobre a “Marcha do Orgulho Crespo”, materializam um acontecimento discursivo, com circulações-confronto de formulações que perturbam a memória do cabelo crespo “fatalmente odiado” e produz rupturas e desidentificação com a forma sujeito da FD racista; ao mesmo tempo, instaura uma nova FD – a do orgulho crespo – com uma posição-sujeito de resistência e empoderamento da identidade negra ou negritude no Brasil.

Nesse processo discursivo, a “Marcha do Orgulho Crespo” ocorreu nas ruas, mas foi também discursivizada nas mídias digitais. Assim, cabe observar o grande potencial desse espaço midiático na produção e circulação dos discursos, como também na maneira própria de seu funcionamento; ou seja, temos não somente os embates travados entre o discursos racista e o do orgulho crespo, mas também funciona aí o discurso digital, que intervém na produção dos sentidos no jogo de forças que se dá na tensão contínua entre o (des)estabilização e a equivocidade de sentidos; como uma rede que enlaça, mas também possui brechas e furos que permitem os escapes e falhas.

Palavras-chave: Discurso racista. Marcha do Orgulho Crespo. Acontecimento discursivo. Discurso digital.

Referências

- CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica**. 2015. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009 [1981], 250 p.
- DELA-SILVA, Silmara Cristina. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa e a constituição da TV como grande mídia**. (Tese (Doutorado)). IEL, Unicamp, Campinas, 2008.
- DORNELES, Leni Vieira **“Tu não podes ser princesa”**: Corpos, Brinquedos e Subjetividades. In: BRANDÃO, Ana Paula e TRINDADE, Azoilda Loretto. **Modos de brincar**: cadernos de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010, p. 31-36.
- FERNANDES, Carolina & VINHAS Luciana Iost. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. In: **Linguagem em (Dis)curso** – Tubarão, SC, v. 19, n. 1, jan./abr. 2019, p. 133-151.
- GUILHAMOU, Jacques e MALDIDIDER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In.: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 161-183.
- INDURSKY, Freda. Uicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In.: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E., CAZARIN, E. (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir...: primado prático discursivo! Em: SOARES, A.S.F. et al. (Org.). **Discurso, resistência e...** Cascavel: Edunioeste, 2015. p. 159-167.
- LEON, Jacqueline e PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, Eni de L. Puccinelli. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pecheux**. São Paulo: Pontes Editores, [1982] 2011, p. 163-173.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas-SP: Pontes, 2003, 110 p.
- OLIVEIRA, Mirian Ribeiro de. A discursividade do racismo de cor: irrupção e deslocamentos históricos. In: **Acta Scientiarum Language and Culture**. Maringá, v. 35, n. 4, p. 367-376, Oct.-Dec., 2013.
- GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. In: **Seminário Internacional de Educação Intercultural: gênero e movimentos sociais**, 2, 2003, Florianópolis. Anais, UFSC, 2003, p. 1-14.

ORLANDI, Eni de L. Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 10ª Ed., 2012.

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-22. 2014 [1984].

PÊCHEUX, Michel.. Análise automática do discurso: (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, [1969]2010a.

PÊCHEUX, Michel.. O papel da memória In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas-SP, Pontes Editores, ([1983] 2010b).

PÊCHEUX, Michel.. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Campinas-SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas-SP: Editora da Unicamp, [1975]2010.

SILVA, Elaine de Souza. **Memória, identidade e audiovisual**: a contribuição dos videoblogs na resignificação do cabelo crespo. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2017, 110p.

DISCURSO E PROPAGANDA: ENTRE REPETIÇÕES E APAGAMENTOS, A DIVULGAÇÃO DO ENEM 2020 'O BRASIL NÃO PODE PARAR'

Renata Corrêa Coutinho¹

Introdução

Tempos estranhos em que é preciso defender o óbvio, já dizia Brecht. Enunciado que tem se repetido inúmeras vezes na atual conjuntura. Expresso em frases nas redes sociais, em cartazes de manifestações populares, estampando camisetas ou iniciando textos, como este que trazemos aqui.

Tempos modernos, diria Chaplin, na nossa versão abrigada. Em que a velocidade continua ditando as regras sociais. Talvez não mais a velocidade frenética do maquinário, explicitada por Chaplin no filme de 1936, mas a velocidade dos interesses econômicos que buscam se sobrepujar às demais instâncias da vida cotidiana.

Em um cenário que muitas vezes tangibiliza o distópico aceitamos o convite da escuta dos dizeres que ressoam pelas materialidades significantes que se apresentam como um “espaço polêmico da maneira de ler”, conforme proposto por Pêcheux (2010, p.51). Espaço que nos coloca a interrogar os sentidos que se exteriorizam como ‘evidências do real’ até que sejam confrontados com a conjuntura de sua própria escritura.

Buscando compreender os efeitos de sentido no discurso, como nos diz Orlandi (2008, p.9), o analista deve considerar: a sua constituição, momento este em que intervém o contexto histórico-ideológico mais amplo, a sua formulação que se dá em condições de enunciação específicas e, a sua circulação, a qual implica uma dada situação.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa e do Curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus São Borja/RS. Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais” (GPAC-Unipampa/CNPq). E-mail: renatacoutho@unipampa.edu.br.

Assim, partimos do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso para realizar um gesto de leitura e interpretação acerca da materialidade discursiva audiovisual intitulada “Enem 2020 – Inscrições. O Brasil não pode Parar!”, realizada pelo Ministério da Educação, com vistas à divulgação do Exame Nacional do Ensino Médio no ano de 2020. Visamos, portanto, propor questões que nos levem a reflexão sobre as condições de produção e os sentidos que se textualizam nesta materialidade.

Discurso e propaganda

Tomamos como ponto de partida, o que poderíamos aqui pensar como uma dupla afetação, pois nos inscrevemos simultaneamente em dois campos: na propaganda, enquanto formação profissional, na qual atuamos também como pesquisadora e docente e, no discurso, campo em que igualmente nos inscrevemos como pesquisadora e analista. Isto é, como sujeito fragmentado, transitamos por esses campos (que se entrecruzam a tantos outros); ora nos vendo instadas a pensar de modo mais funcionalista-pragmático, considerando a dimensão técnica da publicidade, ora nos colocando a uma reflexão a partir de uma materialidade linguística e histórica, resultante de uma prática discursiva que produz ‘efeitos de sentidos entre locutores’, o que nos filia a uma perspectiva pecheutiana.

Em um movimento de ir e vir, de retomada de dizeres que afirmam nossa inscrição como sujeitos em um tempo-espaço político, social e institucional, determinados e determinantes da produção do ‘nosso’ dizer, enunciemos de uma posição sujeito determinada pelas condições de produção, como nos ensina a Análise de Discurso (AD).

É desse lugar que nos colocamos a interrogar os sentidos que se apresentam na propaganda, tomada aqui enquanto prática discursiva. Queremos enfatizar que em trabalho anterior (COUTINHO, 2015), dedicamo-nos a discutir a movência de sentidos e as delimitações possíveis entre as palavras publicidade e propaganda a partir das respectivas inscrições históricas em seus domínios, todavia aqui, faremos uso de ambas – ou de variações em torno de seus usos – por entendermos que seja operando-as em um campo semântico da ordem do religioso, do político ou do comercial, estamos tratando de um discurso que é formulado a partir de uma prática publicitária.

Buscamos assim, propor questões a partir de uma materialidade significativa resultante de uma prática publicitária, levando em consideração a exterioridade que lhe é constitutiva e determinante, isto é, as condições da formação histórico-social que atestam que os dizeres sempre podem ser outros, e, que o político está lá, textualizado.

Um trajeto de leitura sobre os antecedentes do Ministério da Educação

Convém salientar que a história brasileira não se constitui apenas deste momento que destacamos, mas que para o espaço deste texto, realizamos um recorte temporal como forma de tentar operacionalizar nossa reflexão, buscando compreender os aspectos que intervêm como pressuposto na materialidade discursiva sobre a qual pretendemos empreender nosso gesto de leitura.

Entendemos que este cenário é parte daquilo que a Análise de Discurso trata como o contexto histórico-ideológico mais amplo, aquele que intervêm na constituição do discurso, ou seja, são as determinações exteriores que podem ser retomadas de outro modo, em outras circunstâncias já que o discurso é constituído a partir da mobilização de sentidos já inscritos em uma rede de formulações, o interdiscurso.

Em nosso horizonte de retrospectão, buscamos historicizar “a forma como os domínios de objetos são afetados pela temporalidade” (AUROUX, 2008, p.147), de modo que isso nos permita entender o político em funcionamento em dada época e comunidade. Neste caso específico, retomamos 1930.

Um golpe de estado contra a posse do presidente Júlio Prestes – representante da oligarquia paulista –, conduz ao poder, como chefe do governo provisório, o gaúcho Getúlio Vargas tendo como apoio a oligarquia mineira, a qual recebe como compensação a nomeação de Francisco Campos, aquele que figuraria como o primeiro a assumir o então criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua permanência de dois anos cedeu lugar a outro político mineiro que permaneceu mais dois anos até que outro mineiro assumisse a pasta

permanecendo à frente dela até 1945 – período que compreende os 15 anos da chamada ‘Era Vargas’².

Figura controversa, Vargas é considerado o ‘pai dos pobres’, devido ao fato de ser o primeiro presidente brasileiro a dar aos trabalhadores um “valor participativo na política nacional”, estabelecendo a Consolidação das Leis do Trabalho e “convocando-os a participar de sindicatos sancionados pelo Estado, que operavam dentro de um sistema de relações corporativistas de trabalho” (WOLFE, 1994, p.33). Entretanto, é também chamado de ‘mãe dos ricos’, pois articulava “uma aspiração dos militares e de outros segmentos da elite nacional [...] lutavam para refundir sua sociedade agrária e rural em uma nação industrializada e unificada (racial e geograficamente)” (WOLFE, 1994, p.32-33).

Segundo Wolfe (1994, p.34), Vargas e seus aliados militares e industriais utilizaram uma combinação de “teorias racistas, fascistas e católicas sobre o estado e o desenvolvimento nacional” para “enquadrar o país numa moldura corporativista”. Podemos entender que essas são algumas das feições, portanto, que se manifestam na criação da versão moderna do estado brasileiro, àquele que fará, a partir desse período histórico, a institucionalização de regras que vigem no presente, dentre elas, a que nos interessa especificamente, neste momento, a criação do Ministério da Educação.

Fruto de um ideal liberal que assume como diretriz a ruptura agrária da política do café com leite – representada pelo controle das eleições e a alternância de poder entre as oligarquias paulista e mineira – Vargas, reputava a industrialização como importante vetor de uma política de desenvolvimento nacional e a qualificação dos trabalhadores como parte desse processo; é dentro desse escopo que se insere a concepção de educação a ser implementada nesse período.

Embora a discussão sobre a necessidade de “reforma educacional” já estivesse sendo gestada desde o final da década de 20, durante as Conferências Nacionais de Educação organizadas pela

² Os anos 30 a 45 são classificados historicamente como Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo, período marcado por ações autoritárias como o fechamento do congresso, a abolição da constituição de 1891, a nomeação de interventores em substituição a governadores, a instauração de um estado de exceção, o cancelamento das eleições de 1937, a perseguição política e a prática da tortura e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Associação Brasileira de Educação (ABE), Getúlio Vargas e o então Ministro da Educação, Francisco Campos, participaram de um encontro (em 1931) com educadores em que se deu a apresentação de uma proposta de educação nacional, a qual foi alvo de divergências entre conservadores ligados à Igreja Católica – que defendiam a escola “tradicional” – e os reformistas liberais, que defendiam uma proposta de educação laica atrelada à “ciência como a chave para o progresso da humanidade”.

Posterior a isso é que em 1932 foi consolidado em um documento, intitulado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – assinado por 26 intelectuais, dentre os quais Anísio Teixeira e Cecília Meirelles –, uma proposta de organização de um sistema nacional de ensino a ser realizado pelo Estado a partir da criação de “uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita”, já que naquela conjuntura era a Igreja Católica quem detinha controle e orientação sobre uma expressiva parcela das escolas privadas. Vislumbrando “interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação” (BOMENY, s/d), a proposta ressoou tempos depois no texto da Constituição Federal de 1934, no qual a educação passou a ser considerada “direito de todos, devendo ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos” (Art. 149, capítulo II do título V).

Conforme Ivashita e Vieira (2009), “a referência paradigmática adotada pela ABE advinha dos Estados Unidos [...] sendo que um dos fatores que colaborou para essa influência foi os colégios secundários norte-americanos instalados no Brasil e que gozavam de grande fama”. É importante destacar que a Associação Brasileira de Educação – criada em 1924 – organizava-se como sociedade civil de adesão voluntária que reunia em seus congressos e conferências nacionais, professores e interessados em educação para discutir e pensar propostas visando “as políticas educacionais elaboradas pelo Estado”. Segundo Cunha (s/d.), antes da ABE, “o debate sobre as questões educacionais se restringia, quase que exclusivamente, ao interior do Estado”. É, portanto, a partir dela, que as reformas educacionais no âmbito federal começam a ser contempladas, dentre as quais, a criação do Ministério da Educação.

Integrante da ABE, Anísio Teixeira é um dos educadores brasileiros que assina o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, proposta que trazia em seu cerne a modernização e a organização do

“aparelho escolar” a partir dos princípios liberais pedagógicos do pragmatista norteamericano John Dewey, para o qual a concepção de mundo, de sociedade e de homem ocorre a partir do lema *learning by doing* – aprender fazendo – sendo este “o centro da unidade de instrução e trabalho”. É ainda reputado a essa concepção filosófica liberal, defendida por Dewey, “a associação de ciência e educação”, a qual recebe “concomitantemente, influências do campo econômico e político” (OLIVEIRA e QUILLICI NETO, 2012, p.271).

Para além das relações liberais que mencionamos anteriormente, Xavier (2005, p.108) destaca que “a configuração do campo educacional como área política setorial do Estado Nacional” não resultou apenas na criação do “aparato estatal da União” – o Ministério da Educação –, mas, sobretudo, na “constituição de sujeitos políticos nacionais voltados especificamente para essa área de atuação”, ou seja, a constituição de uma “burocracia educacional” formada por pessoas de “reconhecida competência para gerir assunto de natureza tão complexa como os assuntos afetos à educação”.

Tais princípios eram os postulados pelos Pioneiros da Escola Nova, de modo que, o “envolvimento do Estado para com a organização do ensino era desejável no limite da coordenação das iniciativas educacionais dos entes federados” para que a educação se legitimasse “como campo profissional autônomo, dotado de regras próprias de funcionamento”, buscando assim salvaguardar “as atividades ligadas ao ensino da intromissão de interesses político-partidários e eleitorais ou de quaisquer outros interesses alheios aos critérios técnicos e científicos” relativos à educação (XAVIER, 2005, p.109).

Nossa leitura nos leva a perceber diferentes posições-sujeito em confronto na tentativa de estabelecer uma ideia de univocidade acerca do que se pretende instituir como educação nacional culminando na criação do Ministério da Educação e no estabelecimento das bases educacionais brasileiras.

O projeto de modernização e industrialização liderado por Vargas – apoiado por militares e empresários ligados à indústria nacional –, nasce a partir da necessidade premente de superação de uma estrutura agrária, centralizada em determinadas regiões do país, e, só poderia ser bem sucedido a partir da realização de uma reforma educacional que fosse capaz de prover formação intelectual e técnica acessível a um maior número de pessoas, dado que a orientação

educacional anterior, provida pela Igreja Católica, centrava-se apenas na formação da elite brasileira.

Neste trajeto de leitura que empreendemos se apresentam algumas das formações ideológicas em permanente confronto para a constituição de uma discursividade sobre a política educacional brasileira. Logo, a noção de formação discursiva (FD) se faz relevante, já que expressa “na linguagem” a formação ideológica que lhe corresponde, ou, como afirma Pêcheux (2009, p.147), a “*formação discursiva [é] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito*”. Para nós, esse intrincado jogo de posições discursivas em permanente confronto e negociação estão textualizados na materialidade sobre a qual refletiremos adiante.

Enem e a ampliação do acesso ao ensino superior

Ao acessarmos a página do Ministério da Educação em busca de informações consolidadas sobre o Exame Nacional do Ensino Médio, encontramos o seguinte texto:

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular (MEC, s/d.).

Após nova busca realizada na *web*, localizamos também um *site* (enem.inep.gov.br) dedicado exclusivamente ao estudante, o qual apresenta informações de ordem prática, como: cronograma, edital, inscrições, ou seja, àquelas que estão endereçadas ao público que pretende realizar o Exame. Há ainda nesta página, indicações de como se preparar para as provas, a possibilidade de acesso a provas e gabaritos anteriores e a uma cartilha com dicas para estruturação da redação e *link* para acesso a conteúdos em Linguagem Brasileira de Sinais.

Entretanto, o que nos chamou a atenção, especificamente, foi à ausência do percurso histórico sobre a concepção do Enem: um exame

implementado como “um mecanismo de democratização do acesso às políticas públicas de educação” (MEC, 2015³). Diante desta ausência nos perguntamos: como o site do órgão da administração federal direta responsável pela política nacional de educação, pode não oferecer acesso público ao conhecimento produzido relacionado à sua própria trajetória? E diante desta questão pensamos que, talvez, a nossa resposta estivesse justamente naquilo que foi silenciado (ORLANDI, 2001).

A despeito desta ausência, seguimos nosso trajeto de leitura a partir do trabalho, realizado pelos pesquisadores Gerson Carmo, Elane Manhães e Gláucio de Cara, intitulado “Propagandas governamentais: uma análise do discurso midiático para acesso ao ensino superior” (2019). Nele, os autores apresentam, com rigor e detalhamento, a criação de “políticas públicas e ações afirmativas” pelo Governo Federal que visaram democratizar o acesso ao ensino superior, público e privado, a partir da ampliação na oferta de vagas a fim de atender as diversas reivindicações das camadas populares e dos grupos historicamente desfavorecidos e, entre essas práticas, está a concepção do Exame Nacional do Ensino Médio.

A depender do resultado obtido na avaliação,

[...] os estudantes podem concorrer a processos de distribuições de bolsas de estudo integral ou parcial em instituições privadas por meio do Programa Universidade Para Todos (Prouni), criado em 2004, e de vagas em instituições públicas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado em 2010, ambos pelo governo federal. Além dessas opções de acesso, o governo federal dispõe ainda do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de graduação matriculados em cursos superiores não gratuitos, na forma da Lei n. 10.260, de 2001 (CARMO; MANHÃES; CARA, 2019, p. 1051).

Os pesquisadores ainda destacam no artigo que apesar das diversas críticas realizadas por uma parte da sociedade a respeito da implementação da política de cotas, foi também por meio dela que ocorreu uma maior “equidade no acesso ao ensino superior”, isto é, as políticas de inclusão possibilitaram que mais pessoas dos “grupos específicos e carentes na forma da lei, quais sejam negros, índios, pessoas com deficiência, estudantes da rede pública” acessassem os cursos de nível superior.

³ O texto encontrado nesta referência pertence a uma publicação que consta entre as notícias relacionadas ao MEC do ano de 2015.

Conforme destacam Carmo, Manhães e Cara (2019, p.1055),

O Censo da Educação Superior, publicado pelo IBGE, demonstra aumento expressivo da oferta de vagas. Em um lapso temporal de 2001 a 2010, a rede federal saltou de 504.797 para 1.214.635 vagas ocupadas, enquanto as IES privadas foram de 2.091.529 para 6.075.152 matrículas (BRASIL, 2011; BRASIL, 2015).

Acreditamos que tais dados possuem correlação a implantação das políticas públicas educacionais e expressam alguns dos efeitos da expansão do acesso ao ensino superior – espaço historicamente elitista e ainda bastante restrito a uma diminuta parcela da população. Ademais, podemos ainda, em complementariedade a esse nosso entendimento, trazer o que o Mapa do Ensino Superior no Brasil (10ª edição: 2020)⁴ apresenta acerca desse tema:

Nos últimos dez anos (de 2009 a 2018), período acompanhado pelo Mapa do Ensino Superior no Brasil, as matrículas saltaram 41,2%, enquanto o número de IES cresceu 9,6%. [...] Outra característica do setor que os números apontam é a rede privada como impulsionadora do ensino superior no Brasil, representando cerca de 75% das matrículas totais do país. É preciso deixar claro que esse crescimento foi atrelado à criação de políticas públicas de incentivo por parte do governo federal, como o Fies e o Prouni, por exemplo, demonstrando a importância do Estado, em parceria com o setor privado, para o estímulo da solução de problemas históricos de acesso ao ensino superior (MAPA, 2020, p.9).

Por se tratar de um mapeamento realizado por entidade representativa da rede privada de ensino superior, justifica-se o enfoque notadamente dado ao setor. Contudo, trazemos este excerto porque ele coloca em perspectiva a ampliação do acesso ao ensino ao longo dos últimos anos. Outro aspecto que devemos ainda acrescentar é que o mapeamento não repercute apenas informações sobre o ensino superior na rede privada; há nele também uma farta abordagem acerca da rede pública.

No que se refere ao Enem, há uma seção específica no material consultado. Parte dela, optamos por transcrever aqui. Vejamos:

⁴ Realizada pela Assessoria Econômica do Semesp – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – a partir dos dados do Censo da Educação, referentes a 2018, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2019 e outras fontes como IBGE, microdados do ENEM e do PROUNI, Big Data.

Em 2019, 7,47 milhões de estudantes estavam matriculados no Ensino Médio. Em média, cerca de 2 milhões de alunos se formam no ensino médio anualmente. Desses, apenas uma parte entra no ensino superior, ficando um contingente de cerca de 1,5 milhão de jovens entre 18 e 24 anos de fora. [...] Além dos jovens concluintes do ensino médio, o ensino superior tem como público potencial uma população mais velha que não conseguiu fazer a graduação quando jovem, perfil que tem optado pela modalidade EAD. Mesmo em um cenário de crise, é possível afirmar então que o ensino superior brasileiro tem espaço para crescer. É preciso, solucionar, no entanto, questões como a exclusão de parte da população, principalmente no que se refere à classe C, que não consegue uma vaga gratuita no ensino público por causa da educação ruim ou da alta concorrência por vagas, nem está apta para ser contemplada por programas de financiamento como o Fies ou Pronuni (destinados às classes D e E) (MAPA, 2020, p.21).

Neste trecho, interessa-nos evidenciar três questões: 1) o número ainda muito reduzido de concluintes do ensino médio que acessam o ensino superior; 2) o reconhecimento da existência de “uma população mais velha que não conseguiu fazer a graduação quando jovem”; 3) a exclusão de parte da população, identificada no texto como pertencentes às classes C, D e E, as quais, segundo o mesmo documento podem ser entendidas como àquelas que possuem renda domiciliar *per capita*, isto é, por pessoa do domicílio: de 1 a 3 salários mínimos (classe C), de 0,5 a 1 salário mínimo (classe D) e até 0,5 salário mínimo (classe E)⁵.

Evidenciamos as três questões postas pelo enunciado porque elas parecem se colocar como um “reflexo da realidade” (ORLANDI, 2005, p.51). Os dados apresentados como constatações, não evocam as condições materiais que o determinam, contudo, nos possibilitam pensar nos aspectos da exterioridade que os constitui. Assim é que mobilizamos a Análise de Discurso como aporte teórico-metodológico que nos permite interrogar as condições de produção em que o discurso se inscreve, algo que buscaremos fazer, a seguir, ao trazermos a materialidade discursiva audiovisual para refletirmos sobre sua formulação e circulação.

⁵ Conforme texto da Lei nº 14.013, de 10 de junho de 2020, “o salário-mínimo será de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais)”, sendo que “o valor diário do salário-mínimo corresponderá a R\$ 34,83 (trinta e quatro reais e oitenta e três centavos) e o valor horário, a R\$ 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos)”.

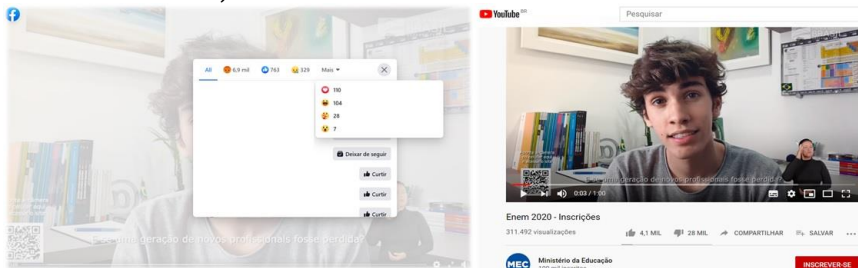
Repetições e apagamentos na materialidade “Enem 2020: o Brasil não pode parar!”

Para a Análise de Discurso, a formulação é o momento em que “a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. É na formulação do discurso que se dá o “confronto do simbólico com o político” (ORLANDI, 2008, p.9), o simbólico da linguagem e o político do ideologicamente estabilizado. É no eixo intradiscursivo que os dizeres se materializam e ocupam um lugar determinado no interior de uma formação discursiva (FD), àquela que corresponde na linguagem a uma formação ideológica dada.

A materialidade discursiva sobre a qual queremos refletir apresenta-se no formato audiovisual. Realizada pelo Ministério da Educação (MEC) – órgão da Administração Pública Federal –, com vistas à divulgação do Exame Nacional do Ensino Médio no ano de 2020, consta disponível no Portal do Governo Federal, na galeria de vídeos da seção intitulada “centrais de conteúdo” do Ministério da Educação, com data de publicação do dia 6 de maio, sob a nomeação “Enem 2020 – Inscrições”; acrescida da subtitulação “O Brasil não pode parar!”, o conteúdo traz ainda as seguintes informações textuais: “Inscrições de 11 a 22 de maio. Acesse: enem.inep.gov.br”.

O conteúdo audiovisual também foi veiculado em espaços publicitários da televisão e nos canais institucionais do MEC nas mídias sociais como Facebook e YouTube; em ambos, a publicação ocorreu no dia 4 de maio. Para que procedêssemos à leitura, acessamos diversas vezes o conteúdo diretamente nas plataformas mencionadas e, nesses momentos, observamos que as reações negativas suscitadas nos usuários predominavam, em ampla maioria (no Facebook somam 6,9mil, frente a apenas 879 reações positivas; no YouTube o mesmo conteúdo contabiliza 28mil reações negativas, frente a 4,1mil positivas). Embora bastante profícua, devido aos limites deste capítulo, não conseguiremos avançar na leitura interpretativa advinda destas manifestações, as quais dão abertura as vozes dissonantes, ausentes e silenciadas no discurso oficial.

Figura 1: reações dos usuários ao conteúdo audiovisual (reprodução: canais institucionais do MEC)



O audiovisual procura simular uma prática realizada nas redes sociais em que os enunciadores gravam a si mesmos, com o uso de um *smartphone*, projetando-se para uma audiência imaginada. No conteúdo em questão, aparentemente, buscava-se estabelecer uma relação de proximidade, valendo-se de um questionamento inicial para que, posteriormente, em tom recomendatório, argumentos e informações sobre o exame fossem dados ao público a fim de motivá-lo a ação pretendida: a inscrição no Enem.

Ao longo de um minuto de duração, alternam-se os enunciadores: quatro adolescentes, dois meninos e duas meninas que se projetam para seus *smartphones* afixados em um pedestal, como se falassem a um outrem; os ambientes também se alternam, simulando espaços privados de um quarto com área de estudo e de um local que assemelha a um escritório. Nos quatro ambientes figuram elementos cenográficos como livros, canetas e materiais de escritório, equipamentos de informática como *notebook*, mobiliários de escritório como mesa e cadeira, roupeiros para a ambientação dos espaços que simulam quartos de estudantes. Esteticamente homogeneizados, os ambientes são sempre bem iluminados e em todos eles chama a atenção a presença de objetos em verde-amarelo e da bandeira brasileira estampando algum elemento da cena.

Como produto resultante de uma prática publicitária, o audiovisual em sua composição visual e textual é inverossímil, pois apaga simultaneamente a semelhança entre a realidade e a sua representação. A simulação de proximidade com a audiência imaginada se restringe a apropriação de uma prática que é conhecida do público: gravar-se a si mesmo com *smartphone*, entretanto, estabelece-se um afastamento a partir do uso ostensivo de objetos e

espaços que circunscrevem os protagonistas do audiovisual a camada social mais abastada, apagando de cena todas as nuances que pudessem levar a identificação com as demais camadas da população. Tecnicamente em publicidade diríamos que a peça não está endereçada ao seu público-alvo.

A propósito dessa contradição, nos parece oportuno destacar alguns dados sobre o perfil dos inscritos no Enem 2020:

65,6% dos participantes já concluíram os estudos em anos anteriores. Do total de inscritos confirmados, 83% *efetuaram inscrição gratuita*, por atenderem aos critérios de isenção especificados pelos editais ou estarem concluindo o ensino médio em escola pública neste ano. Mais da metade dos participantes confirmados têm até 20 anos de idade. Em 2020, há 12.982 inscritos acima dos 60 anos. Mais uma vez, mulheres são maioria no Enem 2020, com 60% das inscrições confirmadas (EDUCAMAIS, 2020, *grifo nosso*).

Quando dizemos da inverossimilhança entre a realidade e a sua representação não remetemos apenas aos aspectos cenográficos do audiovisual ou a falta de aproximação com a realidade, devido ao elitismo daqueles que o protagonizam; fazemos referência, sobretudo, a tentativa de apagamento das atuais condições vivenciadas, decorrentes de uma pandemia sem precedentes. Convém destacar que houve por parte de uma expressiva parcela dos anunciantes um redirecionamento de suas mensagens publicitárias, buscando respeitar, ao menos nas suas comunicações, o atual contexto – inclusive, daqueles que muitas vezes recorrem a narrativas lúdicas.

Há, portanto, de se considerar as inúmeras contradições que um órgão da Administração Pública Federal – trabalhando a partir de recursos públicos –, comete ao realizar uma ação comunicativa na contramão dos acontecimentos, infringindo deliberadamente um dos princípios da administração pública, instituído pelo artigo 37 da Constituição Federal: o princípio da eficiência que prevê o bom uso do orçamento público, sem desperdícios.

Conforme publicado pelo Jornal O Globo,

O Ministério da Educação (MEC) gastou cerca de R\$ 320 mil com propaganda de divulgação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em que defendia a manutenção das datas originais da prova, em novembro, em meio ao avanço da pandemia do novo coronavírus no Brasil. A campanha teve peça com mote “Avida não pode parar” lançada já em maio, quando as escolas completavam

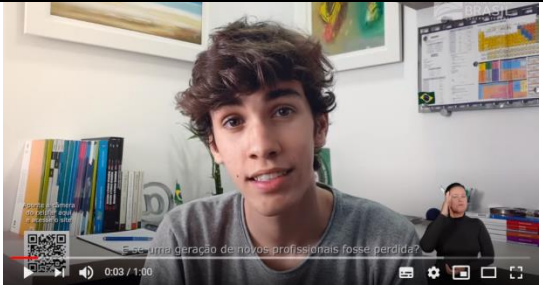


quase dois meses fechadas e as pressões para o adiamento se intensificavam. *Quinze dias após o início da veiculação dessa peça que assegurava que o Enem seria em 2020, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que postergaria o exame, sem definir a nova data (MARIZ, 2020, grifo nosso).*



Ainda colocando em evidência as contradições suscitadas pela materialidade, trazemos a declaração do ministro à época a frente do MEC, um dia após a veiculação do audiovisual (dia 05/05/20). Em reunião com senadores, ao ser questionado sobre o Enem, o então ministro – porta voz, institucionalmente autorizado – declarou que o exame não seria adiado. Nem mesmo diante do cancelamento das aulas, do patente prejuízo aos estudantes da rede pública e da falta de acesso à internet – conforme dados do IBGE (2018), “uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet, ou seja, cerca de 46 milhões de brasileiros não acessam a rede”. Segundo ele, “Se a pessoa não tem internet nenhuma em casa, ela não consegue se inscrever no Enem. [...] A prova não é feita para atender as injustiças sociais e, sim, para selecionar os melhores candidatos” (Weintraub *apud* MENDONÇA, 2020). Tal afirmação entra em flagrante confronto com o ideal preconizado na criação do Enem como parte de uma política nacional de educação: possibilitar a ampliação do acesso ao ensino superior.

Outro fator que em nosso entendimento contribui para a falta de verossimilhança entre a realidade e a representação da peça publicitária concebida para a divulgação do Exame Nacional do Ensino Médio, reside também no fato de que, a mensagem parece projetada do sujeito-locutor para o sujeito-locutor, ou seja, vemos aqui uma relação eu-eu, ignorando a presença de um tu. Embora performada por vozes jovens, estas figuram meramente como avatares de uma voz que não lhes pertence e que não lhes corresponde. Condição que para nós, atesta o autoritarismo da mensagem, pois apaga aquilo que lhe é indiferente e anula qualquer possibilidade de intersubjetividade.

Para prosseguirmos nossa reflexão, reproduzimos abaixo a transcrição do áudio acompanhada de algumas imagens do audiovisual.

Tabela 1: Audiovisual "Enem 2020 - Inscrições" (reprodução: canal institucional do MEC no YouTube)

<p>E se uma geração de novos profissionais fosse perdida? Médicos, enfermeiros, engenheiros, professores. Seria o melhor para o nosso país? A vida não pode parar. É preciso ir à luta, se reinventar, superar. Dias melhores virão.</p>	 A young man with dark, curly hair and a grey t-shirt is speaking directly to the camera. He is in a room with bookshelves and a framed picture on the wall. A smaller video frame in the bottom right corner shows a woman in a black top. The video player interface at the bottom shows a progress bar at 0:03 / 1:00 and a subtitle: "E se uma geração de novos profissionais fosse perdida?"
<p>E, por isso, eu quero fazer o Enem este ano. Para entrar em uma universidade. Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas. Pelos livros, internet. Com a ajuda a distância dos professores.</p>	 A young woman with long brown hair, wearing a blue sweater, is speaking. She is in a room with a colorful abstract painting on the wall and a potted plant. A smaller video frame in the bottom right corner shows the same woman in a black top. The video player interface at the bottom shows a progress bar at 0:20 / 1:00 and a subtitle: "E, por isso, eu quero fazer o Enem este ano."
<p>Faça já a sua inscrição no Enem, de 11 a 22 de maio, pelo site enem.inep.gov.br. Além da prova em papel, este ano terá o Enem Digital, feito pelo computador, em locais indicados pelo MEC.</p>	 A young man with glasses and a white t-shirt is speaking and gesturing with his hands. He is in a room with a bookshelf behind him. A smaller video frame in the bottom right corner shows the same man in a black top. The video player interface at the bottom shows a progress bar at 0:32 / 1:00 and a subtitle: "Faça já a sua inscrição no Enem,"

<p>As provas serão no final do ano. Até lá, estude. Seu futuro já está aí.</p>	
<p>Loc./off</p> <p>Ministério da Educação Governo Federal Pátria amada Brasil</p>	

Tomamos o audiovisual como materialidade discursiva considerando-o como o lugar a ser colocado em apreciação, não meramente pelo conjunto de elementos verbo-visuais que o integram, pois isso equivaleria a olhar apenas para a sua linearidade textual. Para a leitura discursiva, importa que a materialidade seja pensada a partir de sua historicidade, isto é, das condições de produção que possibilitaram a constituição, a formulação e a circulação desse discurso que é ao mesmo tempo linguístico e histórico.

Sendo assim, deslocaremos alguns dos enunciados da materialidade que, para nós, remetem às redes de sentido inscritas na constituição e formulação do discurso. Queremos destacar o efeito de repetição do mesmo, o que a Análise de Discurso designa como um processo parafrástico, cujo funcionamento da linguagem se apresenta a partir do retorno aos mesmos espaços do dizer, na (tentativa de) estabilização dos sentidos. Conforme, Orlandi (2005, p.36), “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém”.

Entendemos que o subtítulo “O Brasil não pode parar!” e o enunciado nos primeiros segundos do audiovisual “A vida não pode parar” retomam a campanha publicitária realizada pelo Governo Federal

em 26 de março de 2020, dois dias após um pronunciamento oficial em rede nacional – em nome da presidência da república – que minimizava os riscos da Covid-19, questionava o fechamento das escolas e pedia que o país voltasse à ‘normalidade’. Contudo, dois dias após a veiculação desse conteúdo, a Justiça Federal do Rio de Janeiro expediu determinação para que a veiculação fosse interrompida em qualquer meio de comunicação, físico ou digital. Porém,

A Secretaria Especial da Comunicação Social da Presidência da República, que havia feito postagens com os materiais em seus perfis oficiais no Twitter e no Instagram, deletou os posts e divulgou, no sábado de manhã, uma nota negando a existência de peças publicitárias com o slogan. [...] Segundo a revista *Época*, o governo alegou urgência e contratou uma agência de comunicação sem licitação para produzir a campanha, com um gasto de R\$ 4,8 milhões. A Secom (Secretaria Especial de Comunicação) nega que tenha gasto o valor na campanha. E diz que o vídeo que está circulando foi “produzido em caráter experimental, portanto, a custo zero e sem avaliação e aprovação da Secom” (BERTONI, 2020).

Para a Análise de Discurso, a repetição busca estabilizar os sentidos, na tentativa de construir um efeito de verdade. Isso nos remete a asserção atribuída a Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista, de que “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

Convém salientar que este modo de interpelar os sujeitos, se estabelece a partir das pressuposições de uma corrente behaviorista que considera que os sujeitos agem seguindo uma relação causa-efeito/estímulo-resposta. Amplamente utilizado na propaganda política nazista, os estudos psicologistas da propaganda, fundamentam-se nos experimentos desenvolvidos pelo fisiologista Ivan Pavlov, tendo inspirado o trabalho realizado por Serguei Tchakhotine em *A Violação das Massas pela Propaganda Política*.

Ainda no que se refere à repetição, queremos evidenciar o uso recorrente aos elementos que remetem a bandeira e as cores verde, amarelo, azul e branco. Colocamos em correspondência o enunciado no audiovisual “Seria o melhor para o nosso país?”. Tais expedientes, em nosso entendimento, são inverossímeis, pois, qual pessoa com a faixa etária dos atores que protagonizam a peça publicitária se posicionaria com tamanho ufanismo? Para nós, soa no mínimo, anacrônico.

Todavia, quando recuperamos as redes de filiação de sentidos vemos o retorno aos espaços de dizer do discurso nacionalista que se inscreve no

enunciado “Pra frente Brasil”, *slogan* apropriado pelo governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) durante a ditadura militar.

Concebida como uma marchinha, “Pra frente Brasil” foi composta por Miguel Gustavo para um concurso de música patrocinado pelos anunciantes da transmissão da copa; todavia, após a vitória da seleção brasileira, com a conquista do título de tricampeão mundial de futebol no México, o governo se aproveita do clima de euforia nacional para fazer uso da canção como parte da estratégia oficial (MEMORIAL, s/d.).

Como focalizamos o processo de produção do discurso, remetemos às relações indissociáveis entre a sua constituição, formulação e circulação. Desse modo, destacamos o vínculo de Médici como apoiador do golpe de 30, àquele que conduziu Getúlio Vargas ao poder – momento em que se deu a criação do Ministério da Educação –, conforme tratamos anteriormente.

No governo do general Médici, o combate ao regime militar se acentuou, e a repressão aos movimentos que promoveram essa resistência também aumentou. A censura aos meios de comunicação e as torturas de prisioneiros políticos tornaram-se comuns. [...] A educação esteve marcada por um viés tecnicista e doutrinador dos valores da ditadura militar; assim foram criadas a disciplina Educação Moral e Cívica, em setembro de 1969, e Organização Social e Política do Brasil, substituindo as disciplinas de História e Geografia. Essas novas disciplinas eram ministradas para todas as séries do ensino Básico e buscavam retirar o conteúdo crítico da educação formal (RODRIGUES, s./d.).

Nosso gesto de leitura nos leva a reconhecer que ao interpelar o sujeito, o discurso se faz de retomadas e repetições de um já-dito que remontam às condições historicamente determinadas na constituição do discurso. Para nós, aqui também “os sentidos estão à deriva, independentemente de territorialidades e espacialidades e, que em dadas condições de produção, estes sentidos são postos em contato sofrendo deslizamentos, deslocamentos, atravessamentos” (COUTINHO, 2015, p.31). Aos sentidos que expusemos a análise, vemos uma associação a uma formação discursiva militar.

Outro aspecto que queremos colocar em perspectiva refere-se ao que reputamos como retórica da competitividade e do merecimento enfatizadas pela materialidade significativa em apreciação. A oposição entre perdedores versus ganhadores e a presença versus ausência de condições materiais, reforçam a

dualidade maniqueísta entre o nós e o eles, fato que repercute no gesto de realçar uns em detrimento de apagar outros.

Podemos ainda dizer que o uso de palavras de comando, proferidas dentro da ordenação social – adereçada por signos de distinção econômica – proposta no audiovisual, autoriza – e até mesmo endossa – a prática da subordinação a partir de critérios econômicos e sociais, o que nos remete ao ditado popular “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Em acréscimo, o uso do jargão motivacional “Dias melhores virão”, busca como subterfúgio a evasão do questionamento sobre as complexidades da realidade, sugerindo tratar-se de uma adversidade que será superada sem a necessidade de uma ação específica sobre ela. A esses sentidos, associamos diretamente a uma formação discursiva empresarial.

A seguir, formulamos algumas questões que nos ajudam a pensar as posições-sujeito enunciadas, considerando os espaços em que o sujeito ausente na materialidade passa por um processo de apagamento.

Tabela 2: Retórica da competitividade e do merecimento

(processo de realçamento)		(processo de apagamento)
Vencedores – nós	versus	Perdedores – eles
É preciso ir à luta, se reinventar, superar.	↔	E se uma geração de novos profissionais fosse perdida?
E, por isso, eu quero fazer o Enem este ano.	↔	E quem não pode fazer o Enem?
Para entrar em uma universidade.	↔	E quem não tiver condições de entrar?
Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas.	↔	E quem não possui um lugar de estudo?
Pelos livros, internet.	↔	E quem não possui condições econômicas?
Com a ajuda a distância dos professores.	↔	E quem não estuda em colégio particular?

Derivado desse entendimento acerca dos sentidos que se insinuam na materialidade significativa, nosso gesto de leitura nos encaminha a observar que, em meio a heterogeneidade de formações discursivas, estabelecem uma dominância dos dizeres as

formações ideológicas de um discurso militar-empresarial que ecoa em meio a uma disputa de posições que se alternam e se fundem na constituição de um discurso sobre as políticas nacionais de educação.

O jogo de tomada da palavra é um exercício de poder e, neste caso, quem o faz busca administrar os sentidos circulantes; ademais, a análise da materialidade nos permite observar o modo como as relações de poder estão simbolizadas e, portanto, isso nos possibilita entender como o político está em funcionamento, uma vez que o jogo das relações de poder estão significadas no/pelo discurso (ORLANDI, 2012, p.55).

Considerações provisórias

Nosso trajeto de leitura nos trouxe ao percurso que procuramos compartilhar por meio das reflexões que apresentamos, todavia, é conveniente lembrar que ele não se esgota nesse gesto que é provisório, datado e que também possui as suas condições de produção determinantes.

Como efeito de fechamento aos questionamentos que dirigiram nosso olhar, queremos enfatizar que a Análise de Discurso nos permitiu enquanto sujeito analista a visualização de elementos que possuem como referente à memória social constituída de repetições, de retomadas, de esquecimentos, de silenciamentos (RODRIGUES, 2011, p. 230). Dessa maneira, na materialidade posta à análise, identificamos a repetição e a retomada de enunciados historicamente inscritos durante os governos autoritários, acentuadamente ufanistas.

Podemos ainda acrescentar que os silenciamentos promovidos pelo discurso, em nosso entendimento, reverberam como uma tentativa de apagamento do outro, operado através de um aniquilamento simbólico de grupos sociais economicamente desfavorecidos, somado a uma investida de embaçamento de um fato social concreto que se evidencia todos os dias, no tempo presente, explicitado no número de vidas perdidas em decorrência da ausência de políticas públicas de saúde para o enfrentamento da Covid-19.

Embora a materialidade significativa analisada, esteja institucionalmente ligada ao Ministério da Educação, devendo conceitualmente – em tese, dentro de um sistema democrático –, fazer ecoar também a voz de educadores e estudantes, constatamos

pela análise realizada que estas vozes não estão textualizadas no discurso. Entretanto, essas vozes silenciadas compõem em outros espaços discursivos conexos, como nos comentários realizados nas mídias sociais e nas reações expressas por meio das funcionalidades de cada plataforma, conforme destacamos anteriormente.

Além do silenciamento da voz dos educadores e estudantes – o que fica patente nas decisões iniciais empreendidas acerca da realização do Enem –, o ordenamento ao descumprimento das recomendações sanitárias da Organização Mundial da Saúde para não disseminação do coronavírus se manifestam como uma tentativa de se sobrepor ‘a voz da ciência’. A materialidade discursiva em análise, portanto, na esteira dessas ações do governo federal, configura-se como uma instância que se coloca a leitura das posições discursivas dominantes.

Referências

- AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas**, seguido de A historicidade das ciências. Campinas: Editora RG, 2008.
- BERTONI, Estêvão. **O impacto da campanha ‘Brasil não pode parar’ de Bolsonaro**. Nexo Jornal. 27 de mar de 2020 (atualizado 06/04/2020 às 14h24). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/27/O-impacto-da-campanha-%E2%80%98Brasil-n%C3%A3o-pode-parar%E2%80%99-de-Bolsonaro>>. Acesso em: 7/04/20.
- BOMENY, Helena. FGV. CPDOC. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Disponível em: <<https://bityli.com/Riww7>>. Acesso em: 27/07/20.
- COUTINHO, Renata Patrícia Corrêa. **Entre o sistema e os valores do sistema: a textualização do político no discurso publicitário**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2015.
- CARMO, Gerson Tavares do; MANHÃES, Elane Kreile; CARA, Gláucio Roberto Bernardo de. **Propagandas governamentais: uma análise do discurso midiático para acesso ao ensino superior**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 1049-1065, jul./set., 2019.
- CUNHA, Luís Antônio. **Verbetes ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)**. Disponível em: <encurtador.com.br/GQSY2>. Acesso em: 28/07/20.
- EDUCAMAIS, 2020. **Enem 2020 registra aumento de 13,5% em número de candidatos inscritos**. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/enem-2020-registra-aumento-de-135-em-numero-de-candidatos-inscritos>>. Acesso em: 08/06/20

IVASHITA, Simone e VIEIRA, Renata. **Os antecedentes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Unicamp, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/GuEVnTfr.pdf>. Acesso em: 25/07/20.

LEMONS, Iara. **Em reunião com senadores, Weintraub diz que Enem não foi feito para corrigir injustiças**. Folha de São Paulo. 5/07/20 18h04. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/em-reuniao-com-senadores-weintraub-diz-que-enem-nao-foi-feito-para-corriger-injusticas.shtml>>. Acesso em: 15/07/20.

MAPA do Ensino Superior no Brasil. 10ª edição. Instituto Semesp, São Paulo, 2020.

MARIZ, Renata. **MEC usou R\$ 320 mil em propaganda contra adiamento do Enem, agora remarcado para 2021**. O Globo. 10/07/20 15h49. Disponível em: <encurtador.com.br/IJM38> . Acesso em: 16/07/20.

MEC. Portal MEC, 2015. **Exame evolui desde a criação, há 17 anos, e amplia oportunidades na educação superior**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30781-exame-evolui-desde-a-criacao-ha-17-anos-e-amplia-oportunidades-na-educacao-superior>>. Acesso em: 10/07/20

MEC. Portal MEC, s/d. **ENEM** – Apresentação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>>. Acesso em: 22/07/20.

MEMORIAL da Democracia. **1970, 21 de julho 'Pra frente Brasil' faz exaltação do país**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/90-milhoes-em-acao-para-frente-brasil>>. Acesso em: 03/07/20.

MENDONÇA, Ana. **Weintraub sobre Enem: 'Não é para atender injustiças sociais, é para selecionar os melhores'**. Estado de Minas. 15/05/20 19h47. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/15/interna_politica,1147798/weintraub-sobre-enem-nao-e-feito-para-atender-injusticas-sociais.shtml>. Acesso em: 15/07/20.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Enem 2020**. Brasília, 4 de maio 2020. Facebook: Ministério da Educação-MEC. Disponível em: <<https://www.facebook.com/188209857893503/videos/1847762045366391>>. Acesso em: 28/07/20.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Enem 2020**. Brasília, 4 de maio 2020. YouTube: Ministério da Educação-MEC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIIYo>>. Acesso em: 28/07/20.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Enem 2020**. Brasília, 6 de maio 2020. Portal Governo Federal: Ministério da Educação-MEC. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/videos?b_start:int=4 >. Acesso em: 28/07/20.

OLIVEIRA, Marco Aurélio e QUILLICI NETO, Armindo. **Infância e Escola Nova: um olhar crítico sobre a contribuição de John Dewey para a consolidação do**

pensamento liberal na educação. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.48, Dez.2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640021/7581>>. Acesso em: 26/07/20.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: <<https://bityli.com/AltuU>>. Acesso em: 27/07/20.

ORLANDI, Eni. (org.). **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 6ª ed., 2005.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto:** formulação e circulação de sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

ORLANDI, Eni. **Discurso em análise:** sujeito, sentido e ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.) [et al.]. **Gestos de leitura da história no discurso.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

RODRIGUES, Eduardo Alves. **Efeitos de sentido em curtas-metragens:** diferenças e intersecções entre interdiscurso e memória. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S. et. al. **Memória e história na/da análise do discurso.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

RODRIGUES, Natália. **Governo de Emílio Médici.** InfoEscola, s./d. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-emilio-medici/>>.

Acesso em: 07/07/20.

WOLFE, Joel. **"Pai dos Pobres ou mãe dos ricos?** Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954". Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, n°27, p. 27-60, 1994.

XAVIER, Libânia Nacif. **O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas.**

Educação. Santa Maria, v.30 – n.02, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>> Acesso em: 25/07/20

CONTRADIÇÃO E SILÊNCIO NO DISCURSO SOBRE MORADORES DE RUA

Soraya Maria Romano Pacífico¹

A família estava reunida em torno do fogo,
Fabiano sentado no pilão caído, sinhá
Vitória de pernas cruzadas, as coxas
servindo de traveseiros aos filhos. A
cachorra Baleia, com o traseiro no chão e o
resto levantado, olhava as brasas que se
cobriam de cinza.
(Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*.)

Introdução

Participar da construção deste livro que tem como objetivo homenagear a profa. Dra. Nadia Azevedo, da Universidade Católica de Pernambuco, provoca-me, duplamente, sentidos de honra e gratidão. Duplamente porque o reconhecimento de alunos pelos quarenta anos de docência da professora Nadia é, do meu ponto de vista, a maior e melhor coroação para a carreira que um(a) professor (a) homenageado(a) pode ter, especialmente, neste momento histórico em que se encontra o Brasil, cujas vozes de seus governantes federais e estaduais desconsideram o lugar de respeito e de pesquisa que deve ser do professor, em todos os níveis de ensino, bem como as condições para uma atuação docente decente e de qualidade. Sinto, portanto, como docente, por meio dos ecos dos agradecimentos e homenagens dedicados à profa. Nadia, a alegria e o gosto da vitória. Além disso, fico muitíssimo honrada e grata pelo convite para compor as páginas deste livro, as quais reverberam (re)significações de tantos anos de escrita e escritos dos autores/professores que nelas se inscrevem.

Aprendemos com nossos alunos, e, também, com nossa história como alunos quando frequentávamos os Ensinos Fundamental e

¹ Docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós- Graduação em Educação, da FFCLRP-USP. Ribeirão Preto. smrpacifico@ffclrp.usp.br.

Médio, nomeados, em minha época de estudante como ginasial e colegial, respectivamente, que a liberdade de escrever nos impõe uma responsabilidade muito grande, naquela época, assustadora. Pelo efeito da ideologia e de uma prática pedagógica mantida pelo discurso do tipo autoritário (ORLANDI, 1996), tínhamos a ilusão de que era mais confortável escrever a partir de um tema dado previamente pelo professor. Vale lembrar que, não raro, o tema funcionava, equivocadamente, como título do texto. Pois bem, hoje, lutamos pela liberdade e pelo direito de dizer, de argumentar, de ser autor (PACÍFICO, 2012; 2013), mas, mesmo assim, sempre que nos encontramos diante da iminência da escrita surge a questão: por onde começar? O que escrever? Se antes nos assustávamos como essa possibilidade de produzir um texto sem o comando do professor, hoje, sabemos que ficar em dúvida diante de um início, assim como diante da necessidade de dar um corte para o texto, de criar o efeito de sentido de fechamento (GALLO, 1992) está relacionado com a incompletude do sujeito e dos sentidos, que estão sempre em movimento, num eterno de-*vir*.

Retorno a esses sentidos ao ler o e-mail com o convite dos organizadores, que deixam os autores “livres” para escolher o tema do capítulo, sendo, é claro, fundamentado pela Análise do Discurso pecheuxtiana, teoria que tece o intradiscurso deste livro em construção. Ao receber o convite, vejo que o artigo que o motivou foi um publicado em coautoria com Lucília Maria Abrahão e Sousa, na Revista Rua, intitulado *Mora-dores de rua falados e significados no/pelo discurso jornalístico* (ROMÃO; PACÍFICO, 2007). Nesse artigo, Romão e Pacífico analisam o silenciamento midiático sobre a chacina de moradores de rua, na cidade de São Paulo. Segundo as autoras, o silêncio pode indiciar que os moradores de rua incomodam muito a sociedade, e, por isso, é desejável que eles sejam retirados da rua, ou melhor, dos olhos de quem passa pela cidade e os vê, cotidianamente, pois eles representam o descaso das autoridades e dos detentores do poder econômico com a vida humana.

Essa situação deve incomodar, principalmente moradores de um país cujo lema da bandeira é Ordem e Progresso, um interdiscurso que está na memória do brasileiro, mas que a existência dos mendigos coloca-o em dúvida, levando a sociedade a questionar os sentidos legitimados e ligados à ordem e ao progresso, visto que pessoas que têm a rua como moradia denunciam o lado

da desordem, da degradação, da injustiça social, da exploração, até chegar à exclusão. (ROMÃO; PACÍFICO, 2007, p. 9-10)

Hoje, passados treze anos da publicação desse artigo, e, refletindo sobre um tema para colocar em discurso neste livro, deparo-me com a formulação da primeira dama do Estado de São Paulo, Bia Doria, esposa do governador João Doria, que, em entrevista à socialite Val Marchiori disse que os pobres, especificamente, os moradores de rua não querem responsabilidade, gostam de viver na rua, por isso, não se deve ajudar essas pessoas, não se deve alimentar o pobre que vive na rua. Encontrei, portanto, a temática do artigo para o livro-homenagem à profa. Nadia, que promoverá ao leitor um retorno ao artigo de Romão; Pacífico (2007), lido com os alunos na Universidade Católica de Pernambuco, anos atrás.

Dito isso, o objetivo deste trabalho é analisar o discurso de Bia Doria e como ele foi divulgado pela mídia, o que implica analisar as formações discursivas a que se filiam os sujeitos para falar sobre os moradores de rua e comentar o discurso da primeira dama. Para isso, selecionei três vídeos do Youtube a fim de analisar os sentidos que circularam, ou foram silenciados sobre pobreza, riqueza, morador de rua e os efeitos da pandemia nos moradores de rua, já que tanto o discurso de Bia Doria quanto os discursos que falam dele foram produzidos em meio à pandemia do novo coronavírus.

Análise do Discurso: o sentido que fala antes e aponta para um depois

Considero relevante retomar o que Courtine (2016) escreve sobre as apreciações que os trabalhos em Análise do Discurso recebem:

a AD passa às vezes por uma disciplina híbrida, instável, constituída frequentemente de compromissos incertos; promessa talvez de uma articulação com falta, comprometedora para o “puro linguista”, figura cuja relação com o discurso é regulada pela fobia, decepcionante para o historiador, cansado de esperar e de nada ver vir dela. (COURTINE, 2016, p. 33)

A citação é significativa porque, a meu ver, um livro que trata de Análise do Discurso pode retomar a memória sobre o que se diz a respeito da AD, especialmente, no Brasil. Portanto, esse será o ponto

de partida deste texto. Sabemos que, ainda hoje, falar sobre AD é falar sobre uma teoria movediça, que desconstrói sentidos sedimentados pelo positivismo, pois promove um giro teórico-metodológico nos conceitos de sujeito, ideologia, memória discursiva, acontecimento, começando com o conceito de discurso, “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1993; 1995). Como entender o que é um efeito para as ciências que se consideravam embasadas em certezas? Como o sujeito empírico que tem data de nascimento, gênero, profissão, pertence a dada classe social pode deixar de ser o centro da investigação ao ser concebido, discursivamente, como uma posição que o indivíduo ocupa, ao ser interpelado em sujeito, pela ideologia? (PÊCHEUX, 1995). Como essas mudanças conceituais podem garantir a cientificidade? Era o empenho de Michel Pêcheux buscar a lógica e o exato ao elaborar a teoria? Ou era justamente questionar e mostrar os furos das ciências régias que motivaram o filósofo francês a trilhar esse caminho novo? Maldidier (2003) ao se referir a Pêcheux escreve:

Centralmente, ele contesta que possam se batizar de ciências as disciplinas que, sob o acobertamento do sujeito psicológico, ignoram, ou não querem saber, de sua relação com a política, que ainda por cima se paramentam com os atributos da cientificidade emprestando seus métodos da estatística e da linguística. (idem, p. 20)

Pêcheux traz essa crítica às ciências sociais e ao pensamento estruturalista em toda sua obra tão inquietante, como bem assevera Maldidier (2003). Hoje, nas minhas aulas, observo como os conceitos da AD provocam os alunos; em alguns, vejo o envolvimento, o encantamento, a identificação com a teoria, com o novo, com a ruptura da ideia do “semanticamente estabilizado” (PÊCHEUX, 1995). Em outros, observo o estranhamento, a incerteza e o medo de pisar esse terreno movediço, que tira o solo árido e não coloca um outro sedimentado em seu lugar, pois não se trata de “ou isso ou aquilo”. Digo isso a partir do lugar de docente de um curso de Pedagogia, da FFCLRP-USP, que ministra, dentre outras disciplinas da graduação e da pós-graduação, a disciplina Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. Todos os anos, recebo os graduandos e com eles vem a expectativa de que vão estudar como ensinar às crianças um sistema linguístico, especialmente, na modalidade escrita, partindo de um alfabeto e caminhando em direção à língua padrão, com suas leis e

regras combinatórias. Porém, não é esse o percurso, donde surgem o encantamento e o estranhamento.

Caminhar com os sujeitos-alunos da graduação pelos conceitos teóricos da AD significa colocar as noções de sujeito e discurso como centrais na disciplina, pois é preciso indagar quem é esse sujeito-aluno, tanto o da graduação, que está na sala de uma universidade, quanto o sujeito-aluno da Educação Básica, a quem se destinam nossos estudos e pesquisas sobre a linguagem e ensino de Língua Portuguesa. Os graduandos precisam compreender o funcionamento de uma teoria não subjetiva da subjetividade (PÊCHEUX, 1995) na relação com o outro e com o sentido, essa será a diferença do professor em sala de aula, ou seja, estar sempre realizando gestos de interpretação de como sujeitos e sentidos vão se constituindo junto ao texto, afetados pela história e pela ideologia.

Observo, também, que ainda é difícil para muitos pesquisadores compreenderem que é possível pensar a Educação e o Ensino a partir da Análise do Discurso. Parece-me que esses pesquisadores estão presos à ideia cristalizada de que o ensino só pode ser UM, imaginado sempre do mesmo modo, com a concepção de que um aluno de determinada sala aprende determinado conteúdo, como se fosse impossível para o professor considerar que há uma luta de classes e que, na escola, ela é bastante acirrada; que há um jogo de formações imaginárias (PÊCHEUX, 1993) que sustenta todo dizer; que os sentidos são construídos de acordo com dadas condições de produção; que o sentido sempre pode vir a ser outro, inclusive na escola. Com esse embasamento teórico, o trabalho com a língua(gem) e sobre ela, em um curso de formação de professores torna-se muito diferente, muito interessante, muito instigante até para aqueles que têm incertezas, pois, afinal, é tudo isso que a AD propõe.

Todo esse preâmbulo sobre escola, Educação e Análise do Discurso em um trabalho que tratará da análise de textos midiáticos. Por quê? Em primeiro lugar, para situar, brevemente, a AD nos estudos linguísticos e no campo da Educação, onde atuo; em seguida, porque defendo um espaço para a Análise do Discurso na grade curricular dos cursos de formação de professores, pois essa teoria possibilita a formação de autores e leitores que duvidam da transparência da linguagem, que consideram o jogo de projeções imaginárias que ancoram o dizer e, também, o silêncio nos textos.

Isso significa que o escopo teórico da AD, ao criticar a ilusão de evidência dos sentidos, autoriza o leitor a duvidar do discurso da esposa do governador de São Paulo, mesmo que ela ocupe um lugar social privilegiado. As palavras iniciais funcionam, pois, como justificativa para a defesa de que desde a formação inicial da criança, na Educação Básica, até a formação inicial do professor, nos cursos de graduação, os sujeitos-escolares, professores e alunos, devem ter acesso aos sentidos que circulam nos discursos e autorização para realizarem gestos de interpretação sem a injunção à repetição.

Por que o discurso da mídia?

Nas sociedades contemporâneas, todas as mídias estão se ressignificando constantemente e, com isso, chegam à vida dos sujeitos e constituem suas práticas sociais e as subjetividades. O rádio e a televisão não foram abandonados, fazem parte das casas dos brasileiros. Segundo os dados do IBGE, a televisão está em quase todos os domicílios, mas sofreu pequena retração. “Internet chega a oito em cada dez domicílios do País. Em 2018, a Internet era utilizada em 79,1% dos domicílios brasileiros. Um crescimento considerável, se comparado ao ano de 2017 (74,9%).” (Disponível em: <https://www.educa.ibge.gov.br/jovens/materiais-especiais/20787>).

O site terra.com.br divulgou que, “Em 2020, a TV ainda é mais influente do que a internet. O telejornalismo, as novelas e demais atrações das emissoras atingem maior número de lares que a web” (Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/em-2020->). Isso significa que a sociedade se vale da mídia para os mais diversos fins, e, a mídia se vale da sociedade para executar as práticas político-ideológicas que são influenciadas pela circulação dos discursos que atendem aos interesses dos mantenedores do poder, sobretudo, do poder econômico.

Em decorrência disso, é imprescindível considerar o papel potente da mídia - que, em consonância aos ares da pós-modernidade, marcada por sentidos líquidos, instantaneidade insistente e descontínua -, de (re)produzir efeitos de sentido de saber-poder, efeitos de verdade cuja potência pode ser decisiva em momentos de conflitos sociais, políticos, governamentais etc. Sendo assim, é necessário refletirmos sobre os problemas da contemporaneidade, os valores que ecoam nas sociedades, as práticas sociais e discursivas que sustentam as

relações de poder, as quais são discursivizadas (e, muitas vezes, enviesadas) pela mídia. (PACÍFICO, 2020, p. 43)

Porque concordo com que o discurso midiático precisa ser interpretado e desnaturalizado, e, também, pela possibilidade de revisitar um artigo escrito no passado, considero pertinente e importante debruçar-me sobre o discurso da mídia, que funciona, conforme Pacífico (idem), como um dispositivo de poder. O poder da mídia ganha mais força com as tecnologias digitais, que potencializam a velocidade da divulgação e o alcance do internauta, ouvinte, telespectador, leitor, seja qual for a mídia aos discursos que o dispositivo midiático considera que devem circular. Disso decorre que, cada mídia, principalmente quando se trata da mídia corporativa ou da alternativa, filia-se a determinada formação discursiva. De acordo com Pêcheux (1995, p. 160):

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc).

Pretendo analisar as formações discursivas que funcionam nos discursos midiáticos acerca dos sentidos que Bia Doria produziu sobre os moradores de rua em dois vídeos ligados à mídia corporativa e um ligado à mídia alternativa. Refiro-me à mídia corporativa como aquela que é monopolizada por algumas famílias, que determina o que pode ser dito, ou seja, que controla a circulação das formações discursivas, e, que representa o capital financeiro. Por mídia alternativa, refiro-me àquela que permite a disputa dos sentidos, que possibilita a circulação de formações discursivas antagônicas, pois não representa os interesses das grandes corporações financeiras. Vale destacar que existe a ilusão de que, especialmente na mídia eletrônica tudo pode ser dito. Se for assim, será possível encontrar formações discursivas em disputa, no *corpus* selecionado. É o que analisarei, adiante.

Percurso metodológico e constituição do corpus

Desde janeiro de 2020, a mídia mundial passou a noticiar a pandemia do novo coronavírus, ou SARS-CoV-2. De lá para cá, esse

tem sido o discurso que possui lugar garantido em todas as mídias. No Brasil, a partir de fevereiro, quando o primeiro caso foi diagnosticado, a mídia tem posto em circulação várias formações discursivas acerca da doença Covid-19, causada por esse vírus, e, mantém os brasileiros (des)informados sobre os casos, as mortes, o número de leitos, os hospitais de campanha construídos, a vulnerabilidade dos idosos, a necessidade de isolamento, ou, por outro lado, que o isolamento não é importante, pois a doença provoca apenas de uma “gripezinha”, como disse o presidente da República, Jair Bolsonaro. Ao lado das orientações do Ministério da Saúde que alertava a população brasileira para ficar em casa, a equipe econômica do governo e muitos empresários adeptos de Bolsonaro só desejavam o comércio aberto e o país funcionando. “Em meio a pandemia, governo cria ação ‘Brasil não pode parar’” (<https://istoe.com.br/em-meio-a-pandemia-governo-cria-acao-brasil-nao-pode-parar/>), ação que foi proibida pelo ministro Luís Roberto Barroso. Essas formações discursivas antagônicas mobilizaram a mídia brasileira no primeiro semestre de 2020.

Em meio a esse turbilhão de notícias, de sentidos que se cruzam para colocar a pandemia em discurso, surge, na mídia, em julho de 2020, uma notícia acerca de duas socialites que conversam, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, sobre moradores de rua e não tocam no problema mundial causado pela pandemia, sendo que, no momento da entrevista, São Paulo contava com mais de cem mortes anunciadas, diariamente. Segundo o site de notícias uol.com.br, de 17 de julho de 2020, em 23 de junho, data de maior valor, a média móvel foi de 109,1 mortes. O silêncio sobre as implicações da pandemia para os moradores de rua também foi um dos critérios para a seleção do *corpus* que será analisado neste trabalho.

Essa contextualização é imprescindível, pois de acordo com a AD, o contexto sócio-histórico constitui as condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1993). Elas englobam a relação dos interlocutores, sempre afetados pela ideologia e pela história, portanto pela luta de classes tal qual ela se apresenta em dado contexto histórico. Desse modo, o sujeito, interpelado pela ideologia, identifica-se com determinada formação discursiva para produzir seu dizer, ou, o silêncio de determinados sentidos.

Para a constituição do corpus, fiz uma busca no Google com as palavras “Discurso Bia Dória”. O primeiro resultado encontrado foi o vídeo do Youtube intitulado *Bia Dória, Val e o Ódio ao pobre e não da POBREZA*. O segundo vídeo encontrado, com as mesmas palavras de busca, foi *#JovemPan #MorningShow Val “Hello”, Bia Dória e o papo que pegou mal sobre moradores de rua. O terceiro vídeo, retirado do site da Record News, é intitulado Bia Dória gera polêmica ao falar de moradores de rua.*

Discurso, sujeito e silêncio: um movimento analítico

As análises serão feitas com base no discurso do sujeito-Bia Dória, e, no discurso dos sujeitos que falam nos vídeos analisados sobre o que a primeira dama de São Paulo disse acerca dos moradores de rua. Os recortes que trago abaixo não correspondem à transcrição dos vídeos na íntegra, mas os discursos podem ser acessados pelo endereço correspondente. Apresentarei, inicialmente, os recortes dos discursos, e, em seguida, as análises realizadas.

Recorte 1- O discurso do sujeito-Bia Dória

Nós temos vários projetos. O número um é o alimento solidário. As pessoas que estão na rua não é correto você chegar lá na rua e dar marmitta porque a pessoa tem que se conscientizar que ela tem que sair da rua porque a rua hoje é um atrativo a pessoa gosta de ficar na rua.
(Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=O8TXasvzegY>)

Recorte 2- O discurso do sujeito-Ferréz em *Bia Dória, Val e o Ódio ao pobre e não da POBREZA*

Eu vim aqui pra refutá um pouco do vídeo da Val Marchiori e da Bia Dória. Vou tentar ser o máximo possível educado porque até de repente o vídeo chega nelas e elas aprendem, né, porque eu acho que a classe média, a classe alta paulista, paulistana ela tem que aprendê também [...]. Vamo torcê pra não sê só ódio contra nossa gente. [...] já que ela é esposa do governador, né, e ela diz que faz trabalho social [...] o cara foi eleito, então, a gente vai tentá remediá esse mal [...].
Elas estavam numa mansão, né, ali no palácio, se encontraram durante uma pandemia, sendo privilegiadas, né, tão numa área rica ali, protegidas. [...] Eles querem roupas, eles querem comida, eles querem ajuda, e eles não têm responsabilidade. Essas frases cabem muito bem num político, né, eles querem roupa, querem ajuda, querem anéis, diamantes, querem iate, tal e não querem

responsabilidade, muitas vezes. Então, essa frase pode ser invertida aí. [...] Por que eles podem odiar tanto o pobre e não a pobreza?

[...] É um vídeo necessário pra gente fazê porque é muito fácil você fala da situação do outro quando você tá em situação de privilégio.

[...] Mas a vida real é máquina de moê gente, é máquina de jogá gente na rua [...].

(disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fxxwMqvlcFI>)

Recorte 3- O discurso dos sujeitos em #JovemPan #MorningShow Val “Hello”, Bia Doria e o papo que pegou mal sobre moradores de rua

Sujeito-apresentador JP: [...] Bia Doria que generalizou, disse que as pessoas que vivem em situação de rua são preguiçosas. [...] E quem nunca errou, né Paulinho? Quem nunca falou uma bobagem?

Sujeito A: A cena parece um esquete do Adnet. Duas socialites que vivem em meio do mais puro luxo criticando moralmente a situação de pessoas mais desamparadas e abandonadas da sociedade. [...] Eu tenho certeza absoluta que o sentido que a Bia Doria queria dar para a fala era o seguinte: a pessoa que está na rua, a gente tem que incentivar ela a ir para um abrigo [...].

Sujeito B: [...] Bia Doria, gente, ela é a primeira dama, né, eu acho que a pessoa quando cumpre um papel ela também tem que estar mais com a meta, mais gestão, o Doria é um cara que quando vai falar ele é governador [...] talvez a Bia tenha ido ali pro lado de uma conversa com uma amiga como se fosse um “chazinho”, mas ela é a primeira dama, ela deveria ter ido nos pontos como o Doria aqui na coletiva [...].

Sujeito C: Olha, dentro de um contexto maior ela [a fala de Bia Doria] pode ser até amenizada. A Bia Doria tem razão, estabelecer um trabalho de acolhimento de pessoas, de dar carinho, afeto cobertores, comida [...].

Sujeito D: [...] Erra também a Bia e o governador do Estado, João Doria, ao não reconhecer esse erro, não reconhecer o erro da esposa, porque assim, tudo bem, quis dizer outra coisa [...] mas a fala não foi distorcida, ela disse o que ela disse. Então seria muito mais legítimo admitir o erro, dizer que foi muito infeliz na colocação e explicar o sentido daquela frase.

(disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4aoB2yj35qI>)

Recorte 4- Discurso do sujeito-apresentador do jornal Record News, em Bia Doria gera polêmica ao falar de moradores de rua

E Bia Doria, que é esposa do governador de São Paulo, João Doria, provocou uma polêmica ao dizer que não é correto dar comida e roupa às pessoas que moram na rua. Depois da repercussão, A Bia Doria publicou uma nota em que

afirma que essa frase foi tirada do contexto. [...] A primeira dama de São Paulo que também é presidente do Conselho do Fundo Social do Estado se desculpou e disse que tem a consciência tranquila.

(Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=O8TXasvzegY>)

Esses quatro recortes serão analisados de acordo com os conceitos de formação discursiva (FD), formação ideológica, interdiscurso e silêncio. O trabalho do analista tem início na constituição do *corpus*, que já se configura como um gesto analítico. Ao selecionar o *corpus*, portanto, pude observar um funcionamento discursivo que aponta para o retorno a formações discursivas cristalizadas sobre o morador de rua, conforme analisado em Romão e Pacífico (2007). Ademais, o silêncio sobre a pandemia também foi um destaque nesse *corpus*. Por isso, as análises serão realizadas a partir de duas sequências discursivas, entendidas como uma produção indissociável de um conjunto de textos com os quais elas se relacionam pelo que foi dito antes e pelos sentidos que as sucederão. (COURTINE, 2009).

A rua e o palácio: sentidos (des)encontrados sobre os moradores de rua

O discurso do sujeito-Bia Doria traz marcas linguísticas explícitas sobre o descompromisso dos pobres que escolhem a rua para fazer morada. Ao dizer que “a rua é um atrativo, a pessoa gosta de ficar na rua [...] a pessoa, ela quer comida, ela quer roupa, ela quer ajuda e não quer responsabilidade”, o sujeito naturaliza que a pobreza é uma escolha pessoal, que viver de esmola é o desejo do pobre, pois o contrário, ou seja, sair da rua implicaria a “pessoa” ter de assumir responsabilidades, e, a principal, dentre tantas que poderiam ser citadas, parece ser pagar contas, conforme o sujeito-Bia Doria ressalta, o que os moradores de rua não querem. Antes de questionar como pagar as contas, sem emprego e sem dinheiro, ressalto que esses sentidos circulam na formação discursiva capitalista, em que o capital é a matriz da base socioeconômica; portanto, parece óbvio para o sujeito-Bia Doria que todos têm de cumprir com o dever social de estar em dia com as responsabilidades, com as contas pagas, e, quem não assume esse papel é irresponsável. Para Pêcheux:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima. (PÊCHEUX, 1995, p. 162. Destaque do autor.)

Segundo o complexo das formações ideológicas a que se refere Pêcheux (idem, p.161), “os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso), e, dessa forma, eles se filiam a determinada formação discursiva que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (ibidem). Parece, portanto, evidente para a posição sujeito ocupada pela primeira dama, que os pobres não querem assumir compromissos, FD da qual o sujeito-apresentador do Record News, bem como todos os sujeitos que falam no vídeo da Jovem Pan não duvidam, nem a questionam, pois, segundo eles, o discurso de Bia Doria simplesmente “gerou polêmica”, ou foi um “erro”, mas [ela] presidente do Conselho do Fundo Social do Estado se desculpou e disse que tem a consciência tranquila. Esse discurso preconceituoso, discriminador e silenciador circula na mídia corporativa, como a Record e a Jovem Pan, fazendo parecer que os sentidos produzidos pelo sujeito-Bia Doria foram mal interpretados, descontextualizados, podem até ser motivo de riso, mas é um equívoco e pode ser facilmente resolvido com um pedido de desculpas, ou com o reconhecimento do erro.

Romão e Pacífico (2004) já escreveram que há, no interdiscurso, os sentidos de mendicância como se os moradores de rua fossem vagabundos, não quisessem trabalhar, como se fossem bêbados e não tivessem disposição para conseguir ou manter um emprego. Essa construção sócio-histórica dos sentidos apaga que nossa sociedade tem como base uma distribuição extremamente desigual de renda, de saber e de poder. Como podemos observar, o sujeito-Bia Doria recorre a um recorte do interdiscurso que se refere à repetição desses mesmos sentidos. “Se os discursos se repetem, é porque eles são repetidos” (COURTINE, 2016, p. 45). Ao trazer o mesmo fio para tecer o intradiscurso, cujo sentido parece ser o único para a classe dominante, outros sentidos ficam silenciados, como se não houvesse outras possibilidades de dizer. Isso ocorre porque:

As formações discursivas já representam recortes do interdiscurso. São regiões de sentidos já dimensionados, situados no conjunto do dizível e que

representam as diferentes determinações do social, do político e do histórico. Ninguém tem pois acesso ao conjunto do dizível (o interdiscurso), só a porções dele. (ORLANDI, 2007, p. 165).

À outra porção do interdiscurso teve acesso o sujeito-Ferréz, que é um dos maiores nomes da Literatura Marginal mundial e usa a escrita para denunciar as dificuldades enfrentadas pela população pobre do país. De acordo com o vídeo em que ele comenta o discurso da primeira dama de São Paulo, observamos que o sujeito-Ferréz não se filia à FD dominante no sistema capitalista, e, por isso, ao percorrer outros sentidos disponíveis no interdiscurso, tece várias críticas ao dizer do sujeito-Bia Doria, principalmente, ao que o autor do vídeo chama de “Ódio” ao pobre e não à “Pobreza”, significantes grafados com iniciais maiúsculas que criam o efeito de sentido de intensa ira e denúncia contra a FD dominante, posto que as pessoas mais ricas e as autoridades governamentais deveriam acabar com a pobreza e não com os pobres. O sujeito-Ferréz filia-se a uma FD antagônica, que lhe possibilita dizer da falta de um Estado forte e comprometido com a população; das mazelas sociais, como desemprego, drogas, doenças de toda natureza que podem levar as pessoas às ruas; da falta de oportunidade que assola a vida daqueles que vivem em vulnerabilidade. O discurso do sujeito-Ferréz aponta a contradição ao mobilizar sentidos de que confortável não é viver na rua, mas sim, falar sobre os moradores de rua de dentro de um palácio, isto é, uma fala de quem não sabe o que significa viver na rua; ir para a rua, para a maioria desses moradores é uma injunção, não uma escolha.

Isso comprova uma tese pecheuxtiana fundamental, qual seja, a língua é a base dos processos discursivos, mas as palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao mudarem de formação discursiva. (PÊCHEUX, 1995). O discurso produzido pelo sujeito-Bia Doria e o produzido pelo sujeito-Ferréz filiam-se a FD diferentes, mesmo recorrendo às mesmas palavras; o primeiro sujeito é capturado pela ideologia neoliberal, capitalista; o segundo, pela ideologia que critica o abuso de poder, a desigualdade social, a falta de recursos da população pobre, condições que têm a origem em governos neoliberais, que funcionam como “máquina de moer gente”, nos quais o Estado exime-se do compromisso com a população, especialmente, com os pobres.

Diante disso, pelo efeito da ideologia, parece natural, que, para os sujeitos que representam a FD dominante nesse regime social, como o sujeito- Bia Doria, a pobreza seja uma escolha dos pobres; portanto, eles estão na rua porque desejam, e não por falta de condições de toda ordem, como argumenta, a partir de outra posição discursiva o sujeito-Ferréz.

Ao naturalizar que a pobreza e a marginalidade são escolhas, o sujeito que fala a partir do lugar de primeira dama silencia que o Estado governa para a exclusão e extermínio daqueles que se encontram na mais profunda miséria; sendo assim, diante da recusa em mudar de vida, eles não devem ser alimentados, não devem receber doações na rua; portanto, se querem ficar na rua, que morram de fome, de frio, de dor, afinal, eles já são mora-dores.

O mesmo funcionamento de naturalização do sentido é construído no título do vídeo #JovemPan #MorningShow Val “Hello”, *Bia Doria e o papo que pegou mal sobre moradores de rua*, em que o desprezo do sujeito-Bia Doria para com os moradores de rua é discursivizado com as formulações “o papo que pegou mal”, ou foi um “erro”, e, ainda, quem nunca falou uma “bobagem”, como pode ser lido no recorte 3. Apesar de encontrarmos no vídeo, entre os cinco sujeitos-comentadores que participam do bate-papo na Jovem Pan, alguns que parecem denunciar os sentidos construídos pela primeira dama em conversa com a socialite, e, filiarem-se à FD que Ferréz colocou em circulação, no movimento do discurso os sujeitos do recorte 3 retornam à FD dominante e passam a justificar o dizer do sujeito-Bia Doria. O sujeito A, por exemplo, aposta na transparência da linguagem e na evidência do sentido ao dizer que “eu tenho certeza absoluta que o sentido que a Bia Doria queria dar para a fala era o seguinte: a pessoa que está na rua, a gente tem que incentivar ela a ir para um abrigo (...)”.

De acordo com a AD, podemos perguntar: como alguém pode ter certeza absoluta do sentido que o outro quis produzir? O sujeito do discurso, nesse caso, é concebido como um sujeito pleno, em que nada falha, que toma a língua e produz o único sentido desejado. Pura ilusão, assim como Pêcheux (1995) descreve exemplarmente ao apresentar o conceito de ilusão ou esquecimento n.o 1, em que o sujeito se imagina dono do dizer. O sujeito A, ao atribuir essa onipotência a si, pois ele tem “certeza absoluta” e ao sujeito-Bia

Doria, que, segundo ele também sabia o que queria dizer, silencia a luta de classes e não critica o dizer de quem o produz a partir da sala de um palácio, em entrevista dada a outra socialite, como se fosse uma conversa entre amigas. Mesmo ridicularizando a cena, ele encontra explicações para o que Bia Doria quis dizer.

Todavia, a FD dominante está sujeita à resistência, uma vez que a ideologia dominante não se impõe de um modo igualitário e não atinge a todos os sujeitos da mesma forma. Porém, o que ocorre, especialmente na mídia, é uma luta para tentar manter em circulação os sentidos que constituem a FD dominante, e, como sabemos, as vozes que produzem sentidos na mídia corporativa exercem esse papel com muito afinco, trabalhando com o silenciamento de uns discursos e ratificando aqueles que devem ser reproduzidos. Tratarei, a seguir, da noção de silêncio.

O silêncio da/na pandemia: moradores de rua também morrem em tempos de coronavírus?

Nesta seção, trato do silêncio em relação aos (des)cuidados com os moradores de rua e a falta de informação acerca do número de mortos dessa população. Conforme contextualizei na introdução, a mídia tem dado destaque ao noticiário sobre o novo coronavírus e a Covid-19, doença causada pelo vírus, que tem provocado muitas mortes e internações, sem deixar de destacar que nos hospitais faltam respiradores, que o isolamento social foi/é uma necessidade global, e por aí vai. Porém, os discursos aqui analisados não levantaram a questão da pandemia. Houve um silêncio total sobre a relação entre pandemia e moradores de rua.

Em 2004, Romão e Pacífico também interpretaram o silêncio do jornal Folha de São Paulo, em relação à esparsa notificação da chacina de sete moradores de rua, que morreram pauladas, em agosto de 2004, em São Paulo, e, em vez de divulgar e denunciar esse acontecimento, houve ampla divulgação, pela mídia, das Olimpíadas. Como interpretar que um dizer tenha mais espaço, visibilidade ou interesse do que outro? Por que a chacina dos moradores de rua, em 2004, e, agora, em 2020, a morte da população em geral, e, aqui chamo a atenção para a morte dos moradores de rua em decorrência

da Covid-19 não foram noticiadas pelas mídias que analisamos, ou, dito de outro modo, foram silenciadas?

Orlandi (2007) escreve sobre as formas do silêncio. Para a autora, o silêncio é objeto de reflexão e deve ser colocado na relação do dizível com o indizível, bem como com o processo identitário do sujeito.

O silêncio é a possibilidade do dizer vir a ser outro. No silêncio, o sentido ecoa no sujeito. É esse processo que lhe torna possível perpassar as diferenças dos diferentes processos de identificação sem no entanto perder sua unidade, a de um sujeito que diz. Senão, atravessado por múltiplos discursos (e essa é sua realidade), ele se desmancharia em sua dispersão. [...] O que o mantém em sua “identidade” não são, como já dissemos, os elementos diversos de seus conteúdos, de suas experiências, diferentes de sentidos, nem sua configuração: é o seu estar no silêncio. (ORLANDI, 2007, p. 162).

Orlandi (idem), a meu ver, apresenta uma possibilidade de resposta para a questão do silêncio midiático em relação aos moradores de rua. Isso porque em se tratando do discurso de sujeitos que legitimam as instituições de poder, isto é, a Folha de São Paulo, que representa a mídia corporativa, que cito aqui para revisitar o artigo de Romão e Pacífico (2004), e, os vídeos analisados agora, em 2020, que retomam o discurso do sujeito-Bia Doria, representante do poder político, pode-se dizer que o processo discursivo de dizer ou silenciar os sentidos que estão disponíveis no interdiscurso sobre os moradores de rua faz parte da construção da identidade dos sujeitos, que falam a partir de determinada posição socioeconômica; portanto, a FD dominante para os sujeitos que representam o poder só permite (imaginariamente, ideologicamente) que o sentido para os pobres seja sempre o mesmo, independentemente, do momento sócio-histórico. O contrário, significaria colocar a contradição em jogo, dar-lhe visibilidade, o que seria impossível para um sujeito que fala a partir do lugar de poder na luta de classes (seja a primeira dama, seja a mídia corporativa).

A possibilidade da resistência surge quando o sujeito muda de posição ideológica. De acordo com Pêcheux (1995), existem a contradição, a falha e a transformação, não estamos fadados à repetição. O discurso do sujeito-Ferréz ilustra o que estou argumentando, pois ele produz outros sentidos sobre os pobres, o que indicia outra filiação identitária com as FD constituintes do interdiscurso. Importante destacar que ele não fala a partir da mídia corporativa.

No vídeo #JovemPan #MorningShow, os sujeitos que participam do bate-papo promovem o humor em seus comentários, o que poderia ser interpretado como resistência, mas nem todos marcam a contradição do discurso do sujeito-Bia Doria, que, por representar um lugar de poder, posto que é presidente do Conselho do Fundo Social do Estado e esposa do governador deveria ter a obrigação de cuidar dos pobres, dos moradores de rua, de todos os necessitados e, não, produzir um discurso que os exclui ainda mais da sociedade. O sujeito A realiza gestos de interpretação que apontam a contradição no discurso das socialites, conforme podemos ler em: “A cena parece um esquete. Duas socialites que vivem em meio do mais puro luxo criticando moralmente a situação de pessoas mais desamparadas e abandonadas da sociedade”. Ao comparar a entrevista a um esquete, o sujeito descarta o tom de seriedade que um discurso da primeira dama deveria ter, sobretudo por ter sido produzido no Palácio dos Bandeirantes, sede do poder e residência oficial do governador do Estado de São Paulo. Entretanto, esse sujeito desliza para a FD dominante ao formular que “tem certeza do que Bia Doria quis dizer”, conforme analisei acima.

O mesmo movimento discursivo de passear pelas FD é realizado pelo sujeito-apresentador JP e pelo sujeito B ao observarem que “o ritual apresenta uma falha”, confirmando a máxima de Pêcheux (1995) de que não há ritual sem falhas. Quero dizer com isso que, pelo acesso ao interdiscurso sabemos o que é uma entrevista, e, pelo jogo das formações imaginárias (PÊCHEUX, 1993) antecipamos que uma entrevista dada pela presidente do Conselho do Fundo Social do Estado deveria ter um tom sério, deveria apresentar ao público as medidas que estão sendo tomadas pela entidade para garantir condições de saúde, moradia e alimentação a todos que se encontram sem essas condições, especialmente, com a pandemia que amedronta o mundo todo. Assim, no recorte 3, o sujeito B critica o fato de a entrevista parecer um “chazinho” e que Bia Doria deveria ter falado mais especificamente de pontos importantes sobre os moradores em situação de rua; contudo, o sujeito B retorna à FD dominante e diz que Bia Doria deveria ter o posicionamento de João Doria que sempre se comporta como um gestor. Ou seja, a crítica que o sujeito B fez foi dirigida às risadas e ao tom amigável da entrevista, e, não ao discurso produzido pela primeira dama, nomeação tão

ênfâtizada pelo sujeito B ao referir-se à esposa do governador. O discurso do sujeito B sugere que o governante pode dizer e fazer o que quiser, desde que se comporte como um chefe de Estado.

É possível dizer que, sobre o discurso que “gerou polêmica”, o sujeito B aponta que a falha reside na mudança de posição discursiva de Bia Doria, que falou como amiga de Val Marchiori, em “conversa entre amigas”, em que as brincadeiras com os saltos finos dos sapatos podem ocorrer, as fofocas, as generalizações e os segredos podem ser ditos. A produção do discurso não condiz com o imaginário que o sujeito B tem para a posição primeira dama, pois é dessa posição social que surgem as obrigações sociais delegadas à esposa do governador.

Observa-se, portanto, que, assim como o sujeito B, o sujeito-apresentador JP critica o problema da generalização do discurso de Bia Doria, deixando implícito que se a esposa do governador tivesse dito que apenas alguns moradores de rua são preguiçosos, não todos, o discurso não teria problema. Com isso, ambos os sujeitos apontam a “falha” e estão sujeitos à falha, visto que ocupam um lugar na mídia a partir do qual podem afetar a interpretação de muitos internautas e ouvintes, por isso, eles deveriam estranhar os efeitos de sentido de culpabilização dos pobres pela pobreza produzidos com o discurso da primeira dama e, não, naturalizar o discurso como se fosse um erro ou uma questão polêmica, tampouco provocar o riso sem expor a contradição; pelo contrário, pelo efeito da ideologia a contradição foi naturalizada pelos sujeitos dos recortes 3 e 4.

Considerações finais

As análises indicam que as condições que imperam nas sociedades capitalistas para promover as desigualdades e a exclusão sociais devem ser silenciadas, pois se não o fossem, a contradição estaria visível. Gostar de viver na rua com liberdade de ir e vir e receber esmola é a formação discursiva dominante sobre o morador de rua. Neste ano, em que a pandemia devasta o mundo, lembrando que a cidade de São Paulo foi e está sendo gravemente afetada, pois continua registrando muitos casos de contaminados e mortos pela Covid-19, nenhuma menção sobre os moradores de rua mortos sequer foi feita pelos sujeitos que produzem discursos nos vídeos

analisados neste trabalho. Parece-me que os moradores de rua estão, naturalmente/ideologicamente, fadados à morte, seja pelo motivo que for, inclusive pela Covid-19; portanto, o silêncio cria o efeito de sentido de que essa pandemia não afetou a rotina daqueles que “escolheram” viver nas ruas.

Assim, as mortes dos moradores de rua não ganham destaque porque não configuram uma FD relevante. Esses sentidos estão no interdiscurso, mas não constituíram as formações discursivas com as quais os sujeitos se identificaram, conforme apontam os discursos analisados neste trabalho.

Referências

- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Que objeto para a Análise de Discurso?** In: CONEIN, B. [et al]. *Materialidades Discursivas*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2016, p. 33-54.
- GALLO, S.L. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. [trad.] Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PACÍFICO, S. M. R. **Argumentação e autoria nas redações de universitários: discurso e silêncio**. Curitiba: Appris, 2012.
- PACÍFICO, Soraya M.R. (org.) **Professor e autoria: interpretações sobre o Ler e Escrever**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013.
- PACÍFICO, Isadora M.R. **A mídia como dispositivo de poder: os impeachments no Brasil em discurso**. Dissertação. 136 p. Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho -UNESP, Araraquara, 2020.
- PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. In: GADET, F e HAK, T.(org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. (trad. Eni Orlandi et ali) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- ROMÃO, Lucília M.S.; PACÍFICO, Soraya M.R. Mora-dores de rua falados e significados no/pelo discurso jornalístico. **Revista Rua**, 2007, p. 9-20.

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ANÁLISE DO DISCURSO E SUA CIRCULAÇÃO EM MEIO DIGITAL: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS

Bethania Mariani¹
Carla Moreira²
Rebeca Estrela³

Historicizando A ciência e a divulgação

A história da produção de conhecimento, e de sua divulgação, está construída sobre a constituição de um imaginário social que, dicotomicamente, atribui juízos de valor positivos para uma produção objetiva, considerada isenta de preconceitos, e para um outro tipo de produção que seria subjetivo e ideologicizado. A força da historicidade desse processo ainda hoje pode ser vislumbrada no senso comum e nas produções da mídia em geral. A palavra ‘ciência’ está significada no campo das ciências da natureza, ou ciências duras, formalizadas, de difícil compreensão para os leigos e, ao mesmo tempo, necessárias para os avanços para a vida humana. As demais ciências, ciências do homem, estas são significadas como subjetivas, sem uma utilidade imediata para o sujeito pragmático. A divulgação da ciência, visando a popularização científica para todos, (se) significa em relação a esse imaginário.

Apoiamo-nos em Schiele (2005) para compreender como foi historicizada essa dicotomização nos discursos. Em 1665 - uma publicação organizada por Denis de Sallo (*Le journal des sçavants*, que em Londres ganha o título *The philosophical transactions*) -, dá-se a tomada da palavra pelos sçavants, que visam traçar uma fronteira separando o que passava a ser considerado como charlatanismo do

¹ Profa. Dra. Bethania Mariani - Profa. Titular do Departamento de Ciências da Linguagem (Universidade Federal Fluminense), Bolsista de produtividade do CNPq, bmariani@id.uff.br.

² Profa. Dra. Carla Barbosa Moreira (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Departamento de Linguagem e Tecnologia, profcarlabmor@gmail.com).

³ Profa. Rebeca Estrela (Graduada em Letras Universidade Federal Fluminense) (rebecaestrela17@gmail.com).

que corresponderia ao ideal de uma produção científica. No século XVII, objetiva-se circunscrever a *scientia*, substantivo latino que significa conhecimento, estudo, derivado de *scire*, ou seja, conhecer, saber. No do iluminismo, três publicações precederam a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert (1751): *Dictionnaire universel des arts et des sciences* (Chambers, 1728), *Spetacle de la nature* (abade Pluche, 1732) e *Elements de philosophie de Newton* (Voltaire, 1738). Com tais publicações, depreende-se o enraizamento do gesto de tornar pública as descobertas dos *savants*. De acordo com Schieler, a noção de ciência fundada sobre a razão fica associada ao ideário do racionalismo universal, único e idêntico para todos os sujeitos. Se partimos dessa cronologia proposta por Schiele, podemos ler o movimento de acúmulo de certos sentidos para ciência sobredeterminando a publicização e legitimação de um tipo de saber em paralelo ao silenciamento de outro.

Ao longo dos séculos XIX e início do XX, conforme Fichant (1969), é de dentro do próprio modo teórico de formulação da história das ciências que vai sendo construída a hegemonia um sentido de A ciência enquanto unidade e continuidade. (Fichant, *idem*, pg.100). Optamos por designar dessa forma, com um A maiúsculo para *ciência*, esse tipo de produção de conhecimento vinculado ao forte imaginário de uma ciência régia, impregnada com esses efeitos de sentido de verdade e necessidade. Essa ciência racional, fechada sobre si mesma, com formalizações, quantificações e linguagem própria, vai encontrar na divulgação um aliado eficaz na construção e na disseminação dessa hegemonia que incorpora um ideal de progresso, perfeição e universalidade. Outro aliado está na forma de organização do trabalho após a revolução industrial. Os antigos mestres, cuja transmissão de saber era oral e pela prática, cedem seu lugar ao profissional que passou por um ensino regular, sendo formado e embasado pelo conhecimento científico disciplinarizado, escolarizado. Assim, dissemina-se cada vez mais o ideal social da necessidade do conhecimento científico, algo que vai entrando no cotidiano, ou seja, vai fazendo parte da vida comum do sujeito pragmático: a necessidade do conhecimento científico. Uma utopia. Em paralelo, vai sendo produzido um distanciamento entre o saber científico e o saber comumente partilhado, o saber ordinário. E, podemos acrescentar, os

sentidos de ciência excluem cada vez mais os saberes relativos ao homem, sua língua, sua cultura e a vida em sociedade.

Em meados da década de sessenta do século XX, o discurso de divulgação científica encontra-se na continuidade e amplificação do discurso da ciência. Enquanto um discurso especializado, ele se formula a partir da demanda de uma circulação do conhecimento que obedeça às normas de clareza para compreensão do público leigo, ao mesmo tempo em que busca amealhar interessados no aprendizado da ciência. Esta, por sua vez, exige divulgadores especializados para não correr o risco de ser erroneamente divulgada e pedagogizada.

Ao longo do século XX, a presença do Estado no fomento à ciência cresce. Por outro lado, contradições sobre a necessidade de tal saber se avolumam e o sonho utópico de uma sociedade racional, transformada pela ciência e pela técnica, é questionado tanto em função da permanente exploração do homem pelo homem quanto em função do crescimento da exploração inadequadamente abusiva da natureza pelo homem. Novas discursividades se avolumam, dentre elas discursos em defesa da ecologia e do conhecimento sustentável, que vão questionar a deterioração do meio ambiente e das relações de trabalho. Por outro lado, mantém-se um núcleo duro de significação, ou seja, os discursos hegemônicos em torno de A ciência permanecem inabaláveis. Em outras palavras, pouco se comenta sobre a necessidade das ciências humanas para a compreensão da vida em sociedade, da vida significada por A ciência.

Os sentidos desta ciência passam, como foi dito, por efeitos que vão da racionalidade (por oposição ao ocultismo) e da objetividade (por oposição à subjetividade) aos de necessidade e utilitarismo mercadológico. A divulgação de conhecimento que se constrói em torno da ciência circula, sobretudo, nos discursos didáticos, nos discursos publicitários e nos discursos midiáticos (impressos, televisivos e virtuais), disseminando e repetindo estes efeitos até produzi-los como evidências socialmente incontestáveis (pelo menos até o final do século XX).

E, não podemos perder de vista, os discursos em torno de A ciência são discursos profusamente entrelaçados ao capitalismo. Nossa produção de conhecimento no Brasil encontra-se submetida aos efeitos desse imaginário construído em torno de A ciência, com seus sentidos de unidade, utilidade, completude. Essa submissão a

um ideal de norma, conforme Orlandi (2017), pode ser chamada de colonização científica, ou seja, um movimento no processo de constituição dos saberes que se encontra sempre referendado a algum autor estrangeiro. Citamos este outro porque encontramos-nos filiados à memória Outra com seus saberes específicos. Submetido à tal memória, em uma inclusão imaginária de deficiência, ou ilusão de déficit, o colonizado é subalterno e não (ousa) nem pensar por si só, nem validar sua língua (no nosso caso, o português brasileiro) como língua de ciência. Nossa produção de conhecimentos raramente é escutada e legitimada pelas instâncias acadêmicas estrangeiras, nossa enunciação científica raramente é ouvida.

Atualmente, as exigências que emanam das instâncias político-administrativas em âmbito nacional valorizam inovação e internacionalização. Novas formas de colonização? Antes de prosseguir, trazemos e fazemos coro com as palavras fortes de alerta de Orlandi em uma proposta muito lúcida, qual seja, que é necessário reconhecer(mos) “as marcas e o reconhecimento da *nossa produção real concreta*.” (Orlandi, 2017, p. 200, grifos da autora).

Vamos, agora, falar de uma produção real concreta e a divulgação do conhecimento.

O campo dos estudos de linguagem: uma luta permanente

A questão que se coloca aqui, além de todas as problemáticas anteriores, e tendo em vista a proposta de discussão inicialmente formulada, é a do silenciamento imposto às disciplinas de interpretação (Pêcheux, *idem*) diante da onipresente hegemonia da ciência. Trata-se menos de discutir se o real com o qual estas disciplinas de interpretação se deparam tem a ver com o real da ciência régia, aquelas coisas-a-saber passíveis de domesticação; trata-se mais de lidar com um real para o qual não há palavras cheias de sentidos. “Um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” (Pêcheux, *op. cit.*, pg 43). Assim, os discursos de divulgação científica das disciplinas de interpretação perpassam o aparelho pedagógico com seus aparatos técnicos: livros, manuais, apostilas, revistas sobre as disciplinas, vídeos e materiais online. Ocorre uma pedagogização da produção de

conhecimento que progressivamente apaga o pesquisador e a pesquisa em nome de uma clareza que possa caber nos aparatos técnicos (Mariani e Dias, 2018).

Chegamos, agora, ao ponto que move este artigo: os fundamentos teóricos e os desafios que embasam a Enciclopédia Virtual do Discurso (ENCIDIS), resultado de um projeto que teve início em 2013 e que, de várias maneiras, corresponde a um gesto de revolta diante dos apagamentos impostos pela colonização científica. A EnciDIS (www.ENCIDIS-UFF e cf Mariani, 2016) tem, atualmente, 34 videoverbetes gravados por pesquisadores convidados de diferentes instituições do Brasil. Com o objetivo de colocar em circulação a produção de conhecimento da análise do Discurso, tal como Michel Pêcheux propôs em 1969, e como Eni Orlandi, a partir da UNICAMP, colocou em circulação no Brasil, a EnciDIS divulga, com a presença do próprio pesquisador, um termo, um conceito ou um fragmento de pesquisa. Uma boa parte destes videoverbetes já tem tradução e legendagem para inglês, francês e italiano⁴. Traduzir e legendar são funcionamentos que entendemos como políticos, pois o que se formula, se formula sempre em português brasileiro. É a presença do pesquisador brasileiro falando sobre um saber de linguagem, e sendo traduzido/legendado para que tal saber possa circular. Também trabalhamos com a possibilidade de legendagem para português brasileiro, um desafio que mobilizou uma ainda não acabada discussão, como veremos a seguir.

⁴ Com o projeto da EnciDIS concretizado em 2016 (com financiamento da FAPERJ), novas demandas foram propostas em um projeto dirigido ao CNPq, aprovado para iniciar em 2017, com a parceria imprescindível do Laboratório de Tradução da UFF, coordenado por Giovana Campos. O novo projeto previa a tradução e legendagem de 24 videoverbetes para o inglês, francês, espanhol e português brasileiro. Também havia o objetivo de interpretação em Libras, objetivo que continua em aberto. Cumpre acrescentar a parceria com o grupo IFALA, coordenado por professor Gian Luigi de Rosa (Universidade Roma 3).

Legendagem, língua fluida, escritoralidade e divulgação científica

A proposta de legendagem para português brasileiro⁵ tinha um duplo objetivo: testar as possibilidades de uma escrita na língua fluida do pesquisador brasileiro, por um lado, e, por outro, abrir caminho para a circulação do conhecimento produzido para estudantes com problemas auditivos. Estava em jogo discutir questões teóricas - língua fluida e língua imaginária (Orlandi, 2002 e Orlandi e Sousa, 1988), escritoralidade e meio digital (Orlandi, 2002, Gallo, 2011 e ANO) – relativamente à situação de legendagem. De que forma a divulgação de conhecimento científico em meio digital pode interferir na especificidade de uma produção de conhecimento, tendo a legendagem como objeto de observação. Uma discussão sobre as distinções entre as modalidades oral e escrita da língua, tal como a linguística propõe, foi inicialmente necessária a fim de delimitarmos as implicações de transpor o português brasileiro falado por pesquisadores para o formato legenda. Essa discussão inicial trouxe como resultado que o processo de legendagem do português brasileiro, na etapa de transcrição dos áudios, precisava ser compreendido de modo muito crítico para não entrar nas evidências já postas imaginariamente sobre os distanciamentos entre oralidade e escrita, sobretudo quando se considera que os manuais técnicos de legendagem tomam como ideal de escrita a norma gramatical padrão da língua portuguesa, aqui entendida discursivamente como língua imaginária (Orlandi e Souza, 1988). Línguas imaginárias “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas” (Orlandi e Souza, 1988). Logo, a língua imaginária é aquela alinhada à norma padrão. Por outro lado, língua fluida é aquela que a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e formas (Orlandi e Souza, 1988). Em suma, língua imaginária é aquela idealizada, enquanto língua fluida é a língua em movimento dos sentidos, cuja ordem é sujeita a falhas.

⁵ A legendagem em português brasileiro foi discutida através de dois projetos Pibic / CNPq, intitulados, respectivamente: *Legendagem e divulgação científica: o caso da Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise de Discurso* e *Legendagem e divulgação científica II: do oral ao escrito resumido*. A então graduanda Rebeca Estrela foi a bolsista PIBIC nesses dois projetos.

Reterritorializando estas questões para a Análise do Discurso, consideramos que, com a transcrição-legendagem, estamos trabalhando em meio à tensão entre a língua fluida, lugar de inscrição dos efeitos da historicidade e da memória na produção de sentidos, e a língua imaginária, aprisionada nas malhas de um ideal gramatical, que tem sua fundamentação na forma escrita. A língua fluida – em sua historicidade contraditória e descontínua – e a língua imaginária – que silencia e/ou paralisa o movimento da historicidade – não recobrem o que usualmente se designa como modalidade oral e modalidade escrita de uma língua. Gallo (1995) propõe um deslocamento dessas duas últimas categorias para discurso de oralidade e discurso de escrita. Para a autora o discurso de oralidade recobre uma região do dito que tem uma provisoriedade, sempre em processo de reformulação, com limites de extensão indefinidos e sem, necessariamente, visar um fechamento, logo, sem efeito autor. Já o discurso de escrita, formalizado com apoio do aparelho escolar, porta uma textualidade com efeito de unidade e legitimidade, produzindo o efeito autoria. Analisando os efeitos de evidência produzidos por essas duas discursividades em circulação há séculos nas sociedades ocidentais a partir da escrita e do processo de gramatização, Orlandi (2002), situando-se na História das Ideias Linguísticas, e Gallo (2011 e 2016), dando continuidade a propostas já formuladas, propõem novos deslocamentos teóricos.

A presença da escrita, enquanto tecnologia de linguagem (Auroux, 1992), constrói fronteiras hierarquizadas entre sociedades com escrita, ou aquelas, sem escrita, chamadas de ágrafas, sem grafia. Como afirma Orlandi, a escrita é “uma forma de dominação potente” (Orlandi, 2002, p. 232), pois constitui e delimita relações sociais, sendo resultado de uma ideologia hegemônica que projeta um imaginário idealizado que tem na escola um aparelho de sustentação. Se a escrita é praticamente indissociável das formas de existência de uma cultura ocidental em sua hegemonia, devemos nos indagar se existiria uma oralidade *per se*, ou seja, uma oralidade em que não se encontre marcas de escrita, dada sua força e onipresença nas sociedades ocidentais. Orlandi (2002) e Gallo (2011) reiteram que não: na oralidade já se encontram formas da escrita, ou, como dizem as autoras, o que ocorre é uma oralização da escrita: a escritoralidade.

Ainda conforme Gallo, discursos de escritorialidade circulam na internet, são engendrados no meio digital e têm caráter público. Daí a autora referir-se a eles como escritorialidade, com produção de efeitos de escrita, mas como se fossem apenas oralidade. Para Gallo, o discurso da escritorialidade é movência, sem margens totalmente estabilizadas, e produz “efeito de autoria sobre sujeitos não alinhados às conhecidas instâncias de poder, que são próprias dos processos discursivos identificados ao discurso da Escrita.” (Gallo, 2011, p. 418). Em trabalhos mais recentes, observando a publicização da escritorialidade em meio às discursividades digitais, Gallo cita a variedade de relações entre autoria, leitura, formulação e circulação que podem ser apreendidas. Mas, se em todas, as análises têm mostrado “a transformação das formas de legitimação do dizer”, um aspecto é fundamental: “a internet é uma condição de possibilidade para a autoria, mas não de efetividade.” (Gallo, 322 e 323).

Dessa discussão proposta por Gallo, recortamos que os videoverbetes publicados na EnciDIS são públicos, voltados para a circulação de um saber específico e sofrem injunções e efeitos das práticas de produção acadêmica. Os videoverbetes da EnciDIS são enunciados por pesquisadores que se encontram inscritos em lugares institucionais acadêmicos com forte presença do discurso da escrita. Na instituição acadêmica universitária, o discurso de escrita retorna sobre o discurso de oralidade, incide fortemente sobre ele em todas as suas instâncias: aulas, reuniões e apresentação em congressos. O dizer acadêmico institucional sofre as injunções do discurso de escrita e, ao mesmo tempo, aproxima-se mais (ou, eventualmente, menos) do imaginário de correção imposto pela língua imaginária.

Podemos pensar nos videoverbetes como produção discursiva característica da escritorialidade, sofrendo mais ou menos os efeitos da língua imaginária, conforme cada autor em cada videoverbete⁶. A discursividade acadêmica nos videoverbetes é marcada por uma memória do como dizer a ciência, como ensinar a ciência e como publicar resultados de pesquisa, dentre outras práticas do fazer científico na universidade. Os videoverbetes não são sem a memória e os efeitos da colonização científica, no entanto, não podemos apontar uma homogeneidade no dizer de todos. Podemos

⁶ Referimo-nos, aqui, àqueles verbetes em que o autor não lê o que inicialmente produziu por escrito.

compreender a presença dessa memória na produção dos videoverbetes, ou dizendo de outra maneira, nos seus modos de formulação estão as marcas de sua constituição. Escritorialidade acadêmica, portanto, com seus efeitos de autoria em funcionamento.

De um modo geral, falar, como entendemos na Análise do Discurso, é inscrever-se em diferenças... tanto no que se refere à produção de sentidos quanto, podemos acrescentar, nos modos de fazer funcionar a escritorialidade. As marcas da escritorialidade em um estudante das séries iniciais ou de um sujeito que apenas aprendeu a escrever seu nome próprio ou em um estudante universitário funcionarão de modos distintos, produzindo efeitos de autoria igualmente distintos, mas sempre interpelados pelo discurso da escrita. Entendemos, assim, que a enunciação científica é marcada pela escritorialidade no um a um, de forma singular, na maneira como cada sujeito pesquisador aproxima-se ou afasta-se mais da língua imaginária. Dito de outra maneira, no modo singular como cada pesquisador habita a língua fluida e a teoria que enuncia (Mariani, Medeiros e Moura, 2011). Ouvir os verbetes, nessa medida, é deparar-se com a fluidez da escritorialidade sem margens definidas, com a música que se inscreve na voz de cada um, e que acompanha olhar e gestos. Essa, a nosso ver, é o que chamamos de enunciação científica inscrita na presença singular do pesquisador.

A enunciação científica e os limites impostos pela legendagem

A princípio, é sempre bom lembrar que a Análise do Discurso define seu objeto de estudo, o discurso, como efeito de sentidos entre interlocutores, e visa compreender como os sentidos se constituem em relação às condições de produção. Para a Análise do Discurso, os sentidos são historicamente constituídos, ou seja, há um processo histórico de produção de sentidos, no qual os sentidos vão se constituindo na história e na linguagem, até que alguns, em função das condições de produção, da hegemonia de certas forças sociais em jogo, podem se tornar evidentes, apagando justamente a historicidade que produziu tal *evidência*. Temos então o funcionamento da ideologia, que se inscreve justamente no processo de constituição mútua entre língua e história, e no qual há a saturação dos sentidos e o efeito de evidência. Em determinadas

condições de produção alguns sentidos são hegemônicos, ou seja, produzem efeitos de verdade que são (re)produzidos através de rituais sociais. No entanto, a interpelação nunca é plena, há sempre espaço para a contradição, para a falha no ritual. Além disso, a noção de sujeito em Análise do Discurso também está articulada à noção de inconsciente, ao fato de que o sujeito é clivado, dividido (Mariani e Magalhães, 2010).

Em AD, o sujeito se define como posição a partir da relação com a língua, em processos de significação, em uma dada conjuntura histórica. Desse modo, “não há sujeito nem sentido sem o assujeitamento à língua” (Orlandi, 2007). Aí se configura o que chamamos de subjetivação, ou seja, o processo de captura pela língua(gem), processo constitutivo da divisão subjetiva e fundamental para interpelação ideológica. Não há dizeres desligados dos lugares sociais, nem das posições de sujeito que se organizam em meio à textualidade. Na produção dos videoverbetes depreendem-se os diferentes modos como os pesquisadores, individualizados pelo aparelho institucional universitário, e pelos efeitos da escritoralidade, se inscrevem para serem autores do que formulam.

É nesse contexto teórico que se inscreve o trabalho do legendador, partindo das relações entre língua e sujeito, para considerar o caráter equívoco, transparente e opaco da materialidade da língua. Em relação à técnica de legendagem, foi necessário considerar que:

As escolhas tradutórias de quem legenda são limitadas pela presença de elementos não-verbais, bem como pelos vínculos espaço-temporais, como: a) disposição das legendas na tela (normalmente em baixo e no centro); b) espaço a ser utilizado (2/3 em extensão); c) comprimento das linhas (33-40 caracteres; melhor não produzir legendas com menos de 4-5 caracteres); d) tempo de exposição (de um segundo e meio para as legendas mais curtas aos 6-7 segundos para as legendas mais compridas); e) legibilidade (vinculada à escolha do caráter e à parte de tela onde aparecem as legendas); f) spotting/segmentação (distribuição do texto: máximo duas linhas) e g) timing de entrada e de saída das legendas (não se trata de uma sincronização rígida como no caso da dublagem) (De Rosa, 2020).

Compreendemos que legendar não é apenas um ato mecânico de transpor fala em escrita, ou melhor, colocar no formato texto escrito algo que foi falado. Ou seja, a legendagem deve ficar o mais próximo que for possível daquilo que da enunciação científica, do seu

modo próprio de formular. O autor do videoverbete se encontra na posição de pesquisador-divulgador (ou, em alguns casos, professor-pesquisador-divulgador). Desse modo, a legenda precisa registrar o que é dito pelo pesquisador, garantindo a presença de sua enunciação.

Partindo deste posicionamento teórico, constatamos, já na primeira fase, que a forma como se divulga produção de conhecimento está diretamente ligada à forma como se entende conhecimento científico e produção científica. Pensamos, ainda, em legenda como ferramenta de divulgação científica e de que forma ela interfere nas questões mencionadas. Para acompanhar a discussão, faz-se necessário compreender o percurso até a legenda.

A legendagem e seu percurso: duas enunciações

O processo de legendagem se dá em três estágios: transcrição, criação e edição de legenda, legendagem em si. Essas etapas foram realizadas individualmente e discutidas em reuniões periódicas de orientação da iniciação científica, mas, sobretudo, com a professora responsável pela parte técnica da legendagem.

O primeiro estágio refere-se à transposição da fala do pesquisador para a modalidade escrita, na íntegra, captando tudo que foi dito, apenas adicionando as pontuações necessárias. Em contraponto, o segundo estágio demanda que uma série de alterações técnicas sejam feitas à transcrição, de forma que ela esteja alinhada com as demandas da legenda, bem como com as posições adotadas pelo projeto – a serem comentadas. Ainda nesta etapa, a versão atualizada da transcrição se torna legenda, sendo editada conforme as necessidades e disposições da legendagem, do programa de legenda utilizado e do vídeo. Após essas duas etapas, parte-se para a legendagem em si. Este é o momento em que a legenda, já criada, é sincronizada ao vídeo.

Durante o segundo estágio (criação e edição de legenda) é preciso refletir sobre as demandas gramaticais e semânticas do português brasileiro, dessa língua fluida. As questões que surgem na passagem da modalidade oral para a escrita e, até mesmo, a demanda da própria legendagem como técnica entram em jogo, mostrando que a legendagem em língua materna não tem nada de

óbvia. Assim sendo, como já apontado, algumas alterações ocorrem para que a legenda atenda a todas as necessidades a que está submetida, ou seja, a garantia da enunciação da posição sujeito do pesquisador em sua autoria do videoverbete.

Tomando como base a comparação entre a transcrição e a legenda, verificamos que algumas construções e expressões bem características da língua fluida não funcionam da mesma forma na língua imaginária, mas sofrem efeitos da escritorialidade. Percebemos que a transcrição da fala nem sempre funciona de forma satisfatória como texto, podendo até dificultar a compreensão do leitor, em especial aquele que não tem familiaridade com a temática, a teoria da Análise do Discurso, e aqueles que fazem parte da comunidade de surdos e ensurdecidos. Em vista disso, considerando apenas os aspectos da textualidade, constatamos que alterações mais perceptíveis poderiam ser mais eficazes. Contudo, ponderamos que seria necessário uma compreensão maior sobre até que ponto, enquanto legenda, pode-se intervir naquela fala, tendo em vista o público-alvo, bem como o fato de que se trata de um conhecimento científico.

Para esse projeto, especificamente, considerando que há uma discussão sobre divulgação científica sendo realizada pelo próprio pesquisador e discurso de produção de conhecimento que perpassa todo o trabalho, optamos por encontrar uma posição de legenda que esteja entre a língua fluida da enunciação originalmente produzida em português brasileiro, com suas marcas de escritorialidade, e as expectativas que vêm a partir das disposições da forma escrita da legendagem em relação às exigências técnicas que visam atender as normas gramaticais da Língua Portuguesa.

Dentre as intervenções, destaca-se, a princípio, a supressão de algumas marcas de oralidade. Tal intervenção é, muitas vezes, ocasionada por uma questão técnica, ou seja, a quantidade máxima de caracteres por legenda, levando-se em consideração o tempo médio de leitura da legenda. Assim, quando a frase não requer, necessariamente, alguma expressão coloquial utilizada pelo pesquisador, decidimos não incluí-la na legenda por motivos técnicos da mencionada limitação de caracteres. Contudo, a fim de manter proximidade entre a legenda e a singularidade da enunciação do pesquisador, algumas dessas expressões foram mantidas.

Nessa perspectiva, construções gramaticais que caracterizavam repetições comuns da língua fluida, mas que não eram fundamentais na passagem para a modalidade escrita da legenda, também se submeteram ao critério já apontado. Além disso, considerando as limitações de espaço e as exigências da técnica de legendagem, bem como a estética – tendo em vista a formatação no programa utilizado – algumas construções frasais precisaram ser reorganizadas a fim de atender tais questões. Ademais, considerando que o discurso em questão é científico e, presumivelmente, terá sua circulação associada a espaços específicos, compreende-se que é preciso um certo nível de alinhamento com a língua imaginária, sem descaracterizar a formulação.

A partir daí, entende-se que a posição do legendador — uma posição sujeito responsável pelo percurso da legenda —, suas decisões e como elas influenciam o resultado final. Um legendador, na universidade, não é um mero técnico que deve seguir à risca as normas de uma empresa. Os gestos de interpretação do legendador ao ouvir, transcrever e legendar, bem como as decisões resultantes, direcionarão toda a legenda e, conseqüentemente, suas decisões podem produzir efeitos sobre a enunciação do pesquisador. Logo, sua posição é decisiva para o processo de divulgação científica.⁷ Daí a importância em reterritorializar a discussão discursivamente, trazendo o discurso da escritorialidade e seus efeitos de autoria conforme o modo singular da enunciação científica de cada pesquisador. Sendo assim, o olhar sobre as legendas nos fez compreender que o processo de mudança e atualização da língua imaginária e sua relação com as migrações de construções da língua fluida são aspectos necessários para toda nossa discussão, tendo em vista a escritorialidade. Toda essa reflexão precisa ser considerada pelo legendador, pois a forma como a língua funciona influencia diretamente no ato de passagem do discurso oral para o discurso da escrita.

⁷ Para sintetizar, podemos pensar também sobre o espaço que a língua fluida ocupa na realização da língua imaginária. Explicamos: ao pensarmos nas relações e nos movimentos presentes na norma culta, notamos que algumas construções que não estão prescritas pelas gramáticas normativas passaram a fazer parte de falas que compreendemos como fazendo uso da norma culta — como é o caso do “a gente”, por exemplo. Essas construções, advindas da língua fluida, são mais aceitas dentro da língua imaginária do que outras, apesar de não estarem dispostas nas gramáticas de referência.

O videoverbete e os efeitos de presença do pesquisador-divulgador

A ciência, a tecnologia e a inovação, no modo como têm funcionado e reclamado sentidos por políticas de Estado, cada vez mais, delimitam a relevância dos objetos/temas científicos, os lugares legitimados para a produção científica, o modo de fazer ciência e colocá-la em circulação. Na produção de videoverbetes que constituem a *ENCIDIS* (Mariani, 2016), é o discurso do próprio pesquisador – língua, voz, gestos, corpo, movimento – que coloca a produção de um saber em circulação; ele é o divulgador. Contudo, para a Análise do Discurso materialista, é preciso se implicar com o modo como se diz, ou seja, como, sociohistoricamente, sujeitos e sentidos vão sendo constituídos, pelas unidades significantes de análise do discurso.

Assim, teoricamente, partimos das materialidades significantes (Lagazzi, 2007) na produção dos discursos, com Orlandi (2008): não é no funcionamento do texto que os sentidos se textualizam, mas no funcionamento das materialidades enquanto unidades significantes dos discursos. Interessa-nos mobilizar, portanto, as práticas discursivas dos sujeitos e os processos de significação nos quais a língua e “um significante de outra ordem material são discurso (portanto constituídos pela ideologia) na medida em que integra o espaço contraditório do desdobramento das discursividades” (*idem*, 2012, p. 46, grifo nosso). A autora se refere a essa pluralidade da matéria significativa, afirmando que os sentidos não são indiferentes a elas, ou seja, refere-se ao modo como elas afetam o gesto de interpretação, que, por sua vez, “é afetado e afeta a relação com a alteridade” (*idem*, 2017, p. 292).

Questionamos, na produção dos videoverbetes por recursos⁸ audiovisuais, e este enquanto tecnologia, os efeitos produzidos sobre o sujeito pesquisador-divulgador convidado para apresentar um conceito científico a constituir a *Enciclopédia*. No processo

Eni Orlandi propõe “pensar os ‘recursos’ do ponto de vista das ciências humanas – reintroduzindo a materialidade histórica, a ideologia e os sujeitos sociais - e sem separar estritamente as instâncias (ciência, tecnologia, administração) em que a mesma palavra ‘recurso’ produz diferentes efeitos de sentidos. Basta pensar o que é recurso em ciência, em tecnologia, em administração” (ORLANDI, 2003, p. 6), nesse discurso, de “um sujeito não só usuário, mas histórico, social e politicamente significado, produtor de sua existência” (ORLANDI, 2003, p. 5).

enunciativo, em suas condições de produção, está em jogo a materialidade plural que rege a textualização do discurso nos videoverbetes. Isto tem consequências para os processos de significação, já que, nessa prática simbólica, o sujeito é interpelado pela ideologia que funciona no imaginário social acerca do tecnológico/audiovisual.

Particularmente no que diz respeito à produção dos videoverbetes, Mariani e Medeiros (2016) os associam à imagem do pesquisador:

Além disso, nessa forma falada de enunciação científica - que, em nosso projeto, não pretende uma unidade do dizer por supor, na base teórica que o fundamenta, o próprio da língua, em seu movimento significante -, esses verbetes ficam associados à imagem do pesquisador, registrando a singularidade de seus movimentos corporais com gestos largos ou contidos, e de seu olhar tantas vezes pleno de sorrisos, passeando da câmera aos participantes da filmagem presentes no entorno (Mariani e Medeiros, 2016, p. 17).

Também Della Silva (2016), na mesma obra, enfatiza que a produção sempre ocorre em condições específicas, enquanto uma prática que precisa ser compreendida para além da técnica, já que é por sujeitos que ganha existência. A autora (*idem*) afirma o processo de constituição dos vídeos enquanto discurso e, em consequência, dos sujeitos em posição de pesquisadores, enquanto produtores de tecnologia. Se, como também assumimos, o que está em questão são as condições de produção e circulação dos videoverbetes, discursivamente, podemos nos implicar com a tomada de posição dos sujeitos em seus processos de subjetivação.

É possível compreender, desse modo também, como, nos videoverbetes gravados, funciona uma injunção do autor - que faz divulgação científica por “meio de” - de textos escritos (ele escreve, digita, apaga, reescreve, refaz, revisa, corrige) ou em sala de aula (onde não testa, não apaga), a uma outra condição enunciativa, na qual se (re)faz e se significa. Também citamos Zoppi-Fontana (2017), que se refere a um outro modo de gestão da circulação da Comunicação Científica que não a exercida por jornalistas; um desdobramento da função-autor em deslocamentos da função-autor: produtor e divulgador de conhecimento.

Para avançarmos nas discussões aqui empenhadas, pontuamos essa formulação a partir da sua posição-sujeito - pesquisador-

divulgador - de mediação entre produção científica e circulação desse conhecimento como um compromisso ético com a teoria e, nesse sentido, um gesto político. Para a autora, esse deslocamento está implicado com “As condições ideológicas que atravessam o terreno epistemológico traçando as linhas de dominância teórica em determinadas condições de produção” (Zoppi-Fontana, 2017, p. 237). Para precisar a discussão, tensionamos o acontecimento histórico ‘gravação de videoverbetes de termos da Análise do Discurso por pesquisadores-divulgadores’ neste espaço enunciativo em que a incompletude inerente à linguagem é justamente a propriedade pela qual sujeito e sentido estão em movimento; pela qual o corpo, em sua forma histórica, significa; tem forma material. O pesquisador-divulgador põe-se em circulação junto, ou melhor, em seu dizer. Essa prática simbólica se dá pela língua, na voz, no corpo, imagem, gestos, movimentos, do sujeito pesquisador-divulgador, constituindo a enunciação sob certas condições de produção. O videoverbete gravado, por sua vez, pode ser compreendido por sua inscrição no arquivo de uma memória institucional virtual, a *Enciclopédia*, como um acontecimento a ressignificar sempre que posto em circulação. Nestes termos, o videoverbete é uma entrada de enciclopédia enquanto arquivo institucional e, numa visada discursiva, é *uma entrada* subjetiva numa Enciclopédia audiovisual de termos conceitos, entre outros.

Dito isso, não sustentamos que, nesse processo de constituição de subjetividades, o audiovisual seja ‘tomado’ enquanto ‘técnica para’ cristalizar o discurso em uma memória audiovisual e/ou como possibilidade de resgate do acontecimento na memória histórica ou mesmo ‘um meio de’ colocar um conceito em circulação, mas que, nessa forma de produzir o conhecimento e de dizer, a incompletude constitutiva dos sujeitos e dos sentidos dá abertura para o equívoco. Na construção da discursividade na produção do videoverbete, na organização das sequências enunciativas/textualização, o sujeito-divulgador se (re)enuncia, ensaiando, orientando-se, reformulando(se), em seu modo de dizer. No processo de gravação-produção e circulação do videoverbete o corpo “passa da invisibilidade para a significação” (Orlandi, 2017, p.97), se textualiza.

Diante disso, concordamos com Souza (2014), para quem, independente das palavras ditas, a voz importa como marca singular

da subjetivação, como acontecimento do discurso. Trata-se da voz como aquilo em que necessariamente o discurso se assenta; eis o processo de subjetivação; o sujeito-cientista (re)produz pela tecnologia e Web sob essas condições, o discurso a divulgar/circular se constitui nele/por ele mesmo, entre os pares.

É, decerto, um (re)posicionamento que produz sentidos na história da produção e circulação do conhecimento. Mas também é a história e o político deixando marcas nos discursos e produzindo outros gestos de interpretação. Na atualidade, a necessidade da divulgação científica encontra justificativa nas condições materiais de existência da própria ciência enquanto gesto político, uma vez que, desde o golpe de 2016 até as políticas do governo atual de desmonte das instituições de pesquisa e ensino, com o corte de verbas às universidades, agências de fomento e centros de pesquisa, em 2019, fazer ciência e colocá-la em evidência tem sido uma luta incessante.

Nesta tomada de posição, interrogamo-nos sobre qual é o lugar do político na linguagem, nessas condições de produção em que a enunciação expõe a materialidade significante e a história dos sentidos pela posição de divulgador assumida pelo pesquisador. Lagazzi (2010) propõe que os sentidos como efeitos produzidos sobre a cadeia significante em condições de produção é um a forma de dar consequência ao primado do significante, e não apenas do significante verbal. Façamos uma pausa neste ponto. Há modos – e cada vez mais - de se fazer divulgação científica. Se, como já enfatizamos, o processo de produção do videoverbete expõe práticas simbólicas enquanto processo de subjetivação, é porque há um sujeito que se significa nessa maneira de divulgar o conhecimento. Ao considerarmos a memória da produção/divulgação do discurso científico – compreendemos uma mudança na ordem (real) e na organização (imaginário) dessa produção em que o audiovisual coloca ‘em cena’ o próprio pesquisador.

Mas, nesse deslocamento, nesse refazimento, referimo-nos a um processo de individuação que expõe o sujeito em sua materialidade. Não é a tecnologia de comunicação audiovisual tomada pela metafísica ocidental ‘por meio de’ recursos visíveis que fariam significar sujeitos e sentidos, mas é o efeito de presença no processo discursivo, nessas condições de produção do Discurso de Divulgação Científica, feito para constituir a Enciclopédia Audiovisual de Termos

da Análise do Discurso, que abrem questões: quem fala, como fala, como (se) significa, a quem responde?

Com Orlandi (2017, p. 135), concordamos que, discursivamente, a presença é “parte do processo de significação, na conjuntura da formulação”. Efeitos de sentidos e efeitos de presença são, antes de tudo, gestos de interpretação que não dizem respeito à tradução do texto científico para popularizá-lo; não são estas as condições de produção dos videoverbetes da *Enciclopédia*. Não correspondem também ao discurso científico textualizado nos artigos científicos escritos, produção intelectual cujos sentidos circulam em uma rede de memória da produção científica tomada pelo jornalismo científico e revistas científicas. Na história ocidental do discurso da ciência, a presença das ‘marcas de pessoa na superfície do texto’ ainda hoje coloca em xeque a autoridade do cientista e a legitimidade da própria pesquisa. Nesse lugar atribuído ao sujeito da ciência, de acordo com Pêcheux (1975), ele mesmo não pode ser sujeito ideológico, muito menos objeto do conhecimento.

Para compreender o processo discursivo aqui exposto até o momento, colocamos em discussão um fragmento de videoverbete que constitui a *Enciclopédia*, o videoverbete 6, intervalo 01:21 a 2:00min (<https://www.youtube.com/watch?v=oSdvzF1dpPY>)⁹

O pesquisador-divulgador, em sua formulação discursiva diz: **Eu não sei se fica muito feio fazer, mas quando Nora Ney faz ‘ninguém me ama’** (no intervalo, o sujeito pesquisador-divulgador coloca sua voz em movimento, gesticula, canta, faz uma performance)¹⁰, e complementa: **tá feio, eu não estou querendo fazer nenhum performance vocal, mas é pra mostrar, exagerando (...)**.

Nessa enunciação, o divulgador-pesquisador remete o verbal ‘ninguém me ama’ a uma injunção - logo na sequência desse dizer – à sua performance, com voz, gestos, corpo, em movimento; o sujeito *per-forma-se*. Como apontaram Mariani e Medeiros:

O texto serve apenas como referência ao que será falado. Ao ser falado, outros movimentos de linguagem se instauram na enunciação: paráfrases, polissemias, associações e hesitações que só poderiam ocorrer na fala daquele

⁹ Videoverbete “Voz e processo de subjetivação”, Pedro de Souza, 3/02/2020, fragmento intervalar 01:21-2:00min. Cf. em YouTube/ENCIDIS/voz/processos de subjetivação.

pesquisador em termos específicos; sem contar com as nuances de voz que singularizam ainda mais um dado pesquisador em sua posição de autoria do verbete. Voz como lugar e marca de processos de subjetivação, como nos ensina Pedro de Souza no verbete “Voz”, que consta em nossa Enciclopédia, e em vários de seus textos escritos (Souza, 2009). Essas são alterações que materializam o funcionamento da linguagem em seu incessante movimento significativo, lugar da falta que sinaliza o não-todo da língua em seu real sempre impossível de dizer (Mariani e Medeiros, 2016, p. 16-17).

Os sentidos de inovação com o qual nos comprometemos, nestes termos, não se resume à presença do recurso tecnológico, mas permite ao sujeito operar um gesto político; é o efeito de presença do pesquisador-divulgador que o faz significar pelo/no que diz. Nessa direção, compreendemos a textualização constituída pela pluralidade das materialidades no discurso aí em funcionamento como um batimento entre o dizer do pesquisador-divulgador que segue à própria performance - **Ali você tinha um sujeito** (o pesquisador-divulgador se referindo à cantora) **se produzindo operado pela voz** - , e sua própria voz, seu gesto, seu corpo em movimento, no equívoco da sua própria subjetividade. Ao enunciar **tá feio, eu não estou querendo fazer nenhum performance vocal, mas é pra mostrar, exagerando, pra mostrar que você tem duas maneiras de colocar a voz, de fazer performance vocal**, o pesquisador se coloca - apropriando-nos aqui de sua própria análise - em outro espaço de subjetivação e se significa pelo que diz.

Decerto, não estamos afirmando que o que ele faz coincida com o que ele diz; mas dizemos que é nesta enunciação, enquanto processo de subjetivação, que o sujeito pesquisador-divulgador empenha um gesto de interpretação; atribui sentidos ao que diz. Nesse discurso de divulgação científica é justamente o que lhe autoriza a dizer de um modo que está fora da rede de memória do discurso de divulgação científica discutido anteriormente. Contudo, precisamos ressaltar que poderíamos ter trazido à reflexão qualquer videoverbete constante na Enciclopédia Virtual de Termos da Análise do Discurso, pois foram produzidos nas mesmas condições de produção já apresentadas. Com o que selecionamos, entretanto, marcamos também o modo como o sujeito significa naquilo que diz, pelo que diz, no instante da enunciação. Nas condições de produção do discurso dos videoverbetes, o efeito de presença do sujeito pesquisador-divulgador (em)cena “flexibiliza” o discurso científico.

Mas não somente isso. Retomando o que questionamos anteriormente, o pesquisador-divulgador que fala na produção audiovisual do discurso de divulgação científica faz significar esses sujeitos de diferentes formas e produz diferentes efeitos de sentidos.

Buscamos, enfim, compreender duas questões, entre outras, que estão aí em jogo. A primeira diz respeito aos objetos simbólicos – língua, voz, gestos, corpo, em movimento - que consideramos constitutivos da instância da materialidade. A performance aqui em jogo foi trabalhada teoricamente pelo próprio sujeito pesquisador convidado (Souza, 2020), bem como sua importância no processo enunciativo, enquanto processo de subjetivação. A segunda questão está implicada com a primeira, mas precisamos enredá-la numa outra formulação: o sujeito que se constitui na produção de videoverbetes - objeto audiovisual hospedado na Web, cujo funcionamento segue a ordem do digital - ao enunciar, pela língua, pela voz, pela imagem, pelo corpo, são professores, pesquisadores, participando do processo de divulgação da ciência, que, em condições específicas de produção – enunciar, num campo institucional universitário, em um laboratório de Análise do Discurso, em um projeto que pressupõe a tecnologia/inovação/enciclopédia audiovisual de termos científicos, para seus pares – *inovam/um outro modo de colocar em circulação o discurso científico*.

De acordo com Mariani:

Aquilo que conta é, quando se baixam os videoverbetes em mídias digitais, não podemos perder de vista a singularidade enunciativa na modalidade de transmissão de cada pesquisador em português brasileiro. Este é um gesto político da proposta: não se trata de um *talk show*, nem da presença de um falante famoso (cf. Zoppi Fontana, 2018). Se, de um lado, o projeto da *Enciclopédia* não é diferente do modo no qual a circulação da ciência chega na contemporaneidade, enquanto inscrição neste processo de hipervalorização e de uso maciço e generalizante das tecnologias da linguagem, de outro, criticamente, não quer perder de vista o singular, o específico, que não faz parte das determinações das atuais políticas acadêmicas (Mariani, 2020, p. 13, tradução nossa)¹¹.

¹¹ Texto original em italiano: “Ciò che conta è, quando si caricano i video-lemmi sui media digitali, non perdere di vista la singolarità enunciativa nella modalità di trasmissione di ogni ricercatore in portoghese brasiliano. Questo è un gesto politico della proposta: non si tratta di un talk show, né della presenza di uno speaker famoso (cfr. Zoppi Fontana 2018). Se, da un lato, il progetto dell'Enciclopédia non è indifferente al modo in cui la circolazione della scienza avviene nella

Acrescentamos, ainda, o que nos parece ser mais significativo para o próprio projeto, em suas condições de produção, da *Enciclopédia*. A quem o projeto *Enciclopédia* e ele, o pesquisador, falam? A resistência, na visada materialista, não é apenas o que se diz quando nos inscrevemos discursivamente. Mas é o modo como nos inscrevemos – e significamos – nas disputas, pela teoria, pelos sentidos que produzimos com a teoria, e quando, ‘discursivamente’, nos/os colocamos em movimento. Na história, é um dos efeitos do modo como a ciência tem resistido às muitas lutas que vêm sendo travadas contra o sistema político neoliberal; no discurso, é um gesto de interpretação da teoria. Portanto, um gesto político dos pesquisadores e divulgadores mediante o modo como são/somos indivu(aliz)ados na sociedade em que vivemos; um modo de responsabilização pelo que dizem/dizemos no modo como dizem/dizemos.

Considerações finais

Introduzimos este texto com alguns questionamentos importantes para problematizarmos a história da produção de conhecimento e de sua divulgação, construída sobre a constituição de um imaginário social que, dicotomicamente, atribui juízos de valor positivos para uma produção objetiva e, paralelamente, para um outro tipo de produção, julgada como subjetiva, ideologizada. Contudo, pudemos compreender como a presença singular do pesquisador na enunciação científica dos videoverbetes da *Enciclopédia Virtual de Termos de Análise do Discurso* faz operar um efeito de resistência a essa ciência, que aqui marcamos como produção de conhecimento vinculado ao imaginário de uma ciência régia, sustentada nos aparelhos institucionais pelas práticas de produção acadêmica; um efeito da colonização científica. Está, assim, no sujeito pesquisador, ao assumir a posição de divulgador do videoverbete - e não na transmissão do conhecimento operada por um mediador da divulgação científica - a possibilidade de resistência.

contemporaneità, in quanto iscritto in questo processo di iper-valorizzazione e di uso massiccio e generalizzante delle tecnologie del linguaggio, dall'altro, criticamente, non vuole perdere di vista il singolare, lo specifico, che non rientra nei dettami delle attuali politiche accademiche (Mariani, 2020, p. 13).

Falar em sua língua, significar (em) sua voz, seu olhar e seu corpo, é um modo de tensionar a história da produção e divulgação do conhecimento. Desse modo, compreendemos que a tensão entre divulgação e colonização científica impõe, aos analistas do discurso, uma reflexão acerca dos processos históricos de constituição de sentidos para ciência e para a própria divulgação científica. Se, conforme afirmamos, os sentidos de ciência excluem cada vez mais os saberes relativos ao homem, sua língua, sua cultura e sua vida em sociedade, enfatizamos também que é justamente na sempre abertura a outros sentidos e na tomada de posição do pesquisador-divulgador que os processos de descolonização persistem e se atualizam.

Referências

- DE ROSA, Gian Luigi. **O discurso científico mediado pela web**: legendar videoverbetes entre tipologias textuais, línguas especiais e problemáticas tradutórias. *Lingue Linguaggi* (2020), p.29-45.
- GALLO, Solange. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- GALLO, Solange. Da escrita à escritorialidade; um percurso em direção ao autor *online*. IN: RODRIGUES, Eduardo, SANTOS, Gabriel L. dos, BRANCO e Luiza K.A. C. (orgs.). **Análise de Discurso no Brasil. Pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editores, 2011, p. 411.
- _____. Processos de legitimação no discurso da escritorialidade. In: GRIGOLETTO, Evandra e DE NARDI, Fabiele S. **A análise do discurso e sua história**. Avanços e perspectivas. Campinas: Pontes Editora, 2016.
- LAGAZZI, S. O recorte signficante na memória. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: **O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras**. INDURSKY, F., FERREIRA, M. C. L. & MITTMANN, S. (orgs.). São Carlos, Claraluz, 2007.
- LAGAZZI, Suzy. **Linha de passe**: a materialidade signficante em análise, *Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, n. 16, Volume 2, 2010.
- LAGAZZI, Suzy. **A equivocidade na circulação do conhecimento científico**. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n.3, p. 497-514, set./dez. 2011.
- MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. **Processos de subjetivação e identificação**: ideologia e inconsciente. *Linguagem em (Dis)curso*, [S.l.], v. 10, n. 2, p. p. 391-408, out. 2010. ISSN 1982-4017. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/450/470>. Acesso em junho de 2020.

MARIANI, Bethania. **La produzione e la circolazione del sapere su piattaforme digitali**: lo status del portoghese brasiliano in un'enciclopedia digitale sottotitolata. In: *Lingue e Linguaggi*, Lecce: Unisalento, 2020.

_____. MEDEIROS, Vanise e MOURA, Tatiana F. de. *Habitar uma teoria*. IN RODRIGUES, Eduardo, SANTOS, Gabriel L. dos, BRANCO e Luiza K.A. C. (orgs.). **Análise de Discurso no Brasil**. Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editores, 2011, p. 293.

_____. (Org.). **Enciclopédia Audiovisual de Termos, Conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins**. Rio de Janeiro: edições Makunaima, 2016.

MARIANI, Bethania e MEDEIROS, Vanise. *Divulgação científica em Análise do Discurso: investigação e inovação com base nas novas tecnologias*. In: MARIANI, Bethania. (Org.). **Enciclopédia Audiovisual de Termos, Conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins**, 2016.

MARIANI, Bethania; DIAS, Juciele Pereira. **A Leitura na Educação à Distância**: Perspectivas e deslocamentos do ponto de vista discursivo. In: SCHERER, Amanda; MEDEIROS, Caciene Souza. OLIVEIRA, Simone (Orgs.). **Linguística de nosso tempo**: teorias e práticas. Santa Maria: Editora UFSM. 2018.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T.C.C. *A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem*. In: ORLANDI, E. P. **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico**. Campinas: Cortez Editora, 2002.

ORLANDI, Eni. **A questão do assujeitamento**: um caso de determinação histórica. *ComCiência – Revista Eletrônica de jornalismo Científico – SBPC/Labjor*, nº 89, 10/07/2007.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3 ed. São Paulo, Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni. **Eu tu ele**. *Discurso e real da história*. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni. **Os recursos do Futuro**: Um outro discurso. *Multiciência*, Campinas, n.1, p. 1-7. 2003.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 2ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1975.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso** (AAD-1969). In: GADET Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Orlandi, E. Campinas: Pontes, 2002.

SERRANI-INFANTE, Silvana. *Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso*. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade**:

elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.

SCHIELE, Bernard. Publiciser la Science: Pour quoi le faire? In PAILLIART, Isabelle. **La publicisation de la Science**. Exposer, communiquer, débattre, publier, vulgarizer. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2005, p. 11 a 51.

SCHIELE, Bernard. **Sobre o discurso e o sujeito na voz**. In: Línguas e Instrumentos Linguísticos. n.34 – jul-dez 2014. Disponível em <<http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo10.pdf>>. Acesso em maio de 2020.

SCHIELE, Bernard. **Voz e processo de subjetivação**. In: Encidis/LAS-UFF. Videoverbete. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=oSdvzF1dppY>>. Acesso em 15 de junho 2020.

SURDI, Marcia Ione; SURDI DA LUZ, Mary Neiva. **O funcionamento das noções de “língua fluida” e “língua imaginária”**: o caso de uma gramática normativa. In: Fragmentum, n.44, jan./mar, 2015.

MEMÓRIA EM DISCURSO: UMA SOMBRA DA MORTE NO MOVIMENTO DE SENTIDOS

Cristiane Renata da Silva Cavalcanti¹

José Reginaldo Gomes de Santana²

Kelly Cristine Martins dos Santos³

Introdução

Este trabalho analisará o discurso imagético que reverberou no dia 1º de maio de 2020 quando um grupo de enfermeiros protestavam por melhores condições de trabalho e pela manutenção do isolamento social durante a pandemia do novo coronavírus. O ato foi interrompido por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro e a atitude, de agredir os profissionais, chamou a atenção de todo país.

Nossa análise derivou a partir destas sequências discursivas, que representam a sombra da morte como uma imagem historicamente constituída e que evidencia como o locutor traz para seu novo discurso, um discurso do já dito.

Também fizemos uma reflexão sobre a imagem como operadora de memória discursiva, trabalhando no sentido de entrecruzar a memória histórica. Percebemos que no discurso das sequências discursivas vemos a relação das realizações da memória retomada pelos acontecimentos, atualizada, inserida em um novo contexto produzindo sentido. As imagens reverberam a memória discursiva, enquanto efeito de sentido do discurso da morte. Tendo como ponto de partida a noção de memória discursiva, conforme os pilares da Análise do Discurso de Linha Francesa, (AD), fundada por Michel de Pêcheux.

¹ - Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: reyelcriso862@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6423719936926740>.

² - Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: jregisantana@uol.com.br. <http://lattes.cnpq.br/8304801572473693>.

³ - Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: kemel.kelly@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8029076561670656>.

Propomos um trabalho de analista que tenta dar conta do fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída, retomada em um novo discurso que circula na sociedade e como faremos a análise dos discursos, reforçamos a ideia de que a imagem, assim como o discurso, é uma operadora, arte de memória social. Tal afirmação partiu da hipótese de que, nas imagens, há um relacionamento inerente entre a imagem e a memória, ou seja, há uma relação de sentido, através da memória social e cultural presentes no interdiscurso. Para tanto, tomamos como objeto de análise duas sequências discursivas, veiculadas na internet. O trabalho pressupõe a perene incompletude dos fatos da linguagem, compreendendo que o dizer é sempre ponto de deriva para outros sentidos.

Na primeira parte do trabalho, procuraremos delinear os conceitos de discurso e de memória discursiva, em sua articulação com a história e a memória, destacando a presença desse entrelaçamento. Posteriormente, procuraremos ampliar as reflexões da AD a respeito da imagem, como operadora da memória, que subsidiarão as análises; e por fim faremos a análise de duas sequências discursivas coletadas nas redes sociais e da mídia. Assim, analisaremos tais discursos, refletindo a partir dos pilares da Análise do Discurso de Linha Francesa: a memória discursiva, a imagem como operadora de memória.

Ao longo do trabalho, demonstraremos que o discurso imagético é carregado de discursos que reportam à memória discursiva, ativando elementos da memória coletiva e os resignificando.

O discurso na AD

O discurso na Análise de Discurso é o definido por Pêcheux (1969) com “um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (PÊCHEUX, 2010, p. 191). História e sociedade são interdependentes no discurso, refletindo sobre a maneira como a língua está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua.

Então o discurso “é o lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua”. (ORLANDI,

2001, p. 17). Assim, o discurso, segundo a posição de Orlandi (2008, p. 63), é definido em sua materialidade simbólica, trazendo em si as marcas da articulação da língua com a história para significar, ou seja, o discurso assume forma material através de um texto.

Uma vez que o discurso é definido com “efeito de sentidos entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis” (ORLANDI, 2012, p. 38), e entendido como ponto de encontro dos processos ideológicos com a língua, torna-se necessário relacioná-lo às suas condições de produção específicas para verificar como um discurso faz e produz efeitos de sentido.

Cabe-nos ainda destacar a posição de Orlandi (2008, p. 115), que diz que o discurso se representa assim na sua materialidade linguístico-histórica por uma matéria empírica, o texto, que lhe é heterogênea. O que está aí em discussão é a forma material, isto é, da projeção da discursividade no texto. Conforme afirma Orlandi (2012, p. 29), “para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicitarmos suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, pois o repetível, a nível do discurso é histórico e não formal”.

Entendemos, assim que a textualização do discurso se dá a partir de condições sociais e históricas próprias, conjugadas pelo efeito ideológico, que determinam a passagem da constituição à formulação, originando uma unidade textual sujeita a falhas, equívocos e às incompletudes da língua em sua relação direta com a exterioridade. Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Em outras palavras, o discurso é essa conjugação necessária da língua com a história, produzindo a impressão/ilusão da realidade.

A noção fundadora que Pêcheux promove de discurso provoca confrontos do linguístico, do histórico, do ideológico, do social e do político. “Da mesma forma que o discurso não pode ser desligado de sua produção, tampouco pode ser da práxis política, econômica, religiosa... que muda as sociedades” (DE CERTEAU, 2001, p. 41). É importante enfatizarmos que tais confrontos/contradições unem e dividem simultaneamente os discursos políticos. Dessa maneira, o discurso político, que é de nosso interesse na dissertação, representa

os efeitos de luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem.

A Memória Discursiva

O sujeito que enuncia o faz de um lugar social, sócio-histórico, funcionado como aquele que fala por outro quando materializa esses discursos. Daí resulta a utopia de univocidade do sujeito e das formações discursivas. No entanto, essa univocidade é desfeita, no momento em que se procede a uma análise mais apurada. As formações discursivas não são homogêneas, elas são transpassadas, entrecortadas por saberes/dizeres produzidos em outras regiões, cujos sentidos são deslocados, dialogam, parafraseiam-se, transformando-se, reelaborando-se, fazendo com que todos os trajetos de uma região a outra pareçam possíveis. Esses saberes/dizeres são recuperáveis por meio do interdiscurso, da memória discursiva, definida por Pêcheux (2010, p. 52) como:

aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc), de que sua própria leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Assim, todo dito é um já dito em outro lugar, que atua de forma decisiva no processo de memória/esquecimento, responsável pela ativação de determinadas representações, culturalmente construídas, arquivadas numa memória discursiva, cultural, sócio-histórica e responsáveis pela produção e interpretação dos efeitos de sentidos produzidos nos diversos enunciados. Para Courtine:

A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado, no interior de práticas discursivas (COURTINE, 2009, p.105-106) (...), capaz de dar origem a atos novos, no sentido de que toda a produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta - faz circular - formulações anteriores já enunciadas (COURTINE, 2009, p.104).

É, pois, nessa perspectiva que vamos encontrar o discurso da charge atuando como agente de uma memória sócio-histórica, redizendo dizeres, ressignificando saberes, construindo subjetividades e fazendo sentidos.

Como a memória, enquanto fato social, é constitutiva do discurso, e todo discurso é deslocado, retomado, opaco, baseamos nosso trabalho no pensamento de Pêcheux (2010, p.56) quando afirma que a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. E é nesse espaço que o discurso vai ser construído.

Isto significa que, no discurso, um novo dizer de outros já ditos são trazidos pelo sujeito, com o objetivo de fazer produzir novos sentidos que conduzam ao efeito de sentido esperado na interpretação do discurso. Trata-se da memória discursiva, ou interdiscurso, que vem a ser um conjunto de discursos outros que vão sustentar o sentido que se espera do que está sendo dito.

Dessa forma, a memória social é então reconstruída num novo discurso, fazendo com que todo e qualquer discurso, uma vez produzido, torne-se objeto de retomada. Trata-se de um acontecimento único, um fato definido num determinado tempo e num determinado espaço, mas que permite, neste novo dito, a representação de um já dito anteriormente. E é aí, nesta concretização discursiva, que a memória se evidencia.

Esta evidência do passado memorizado vai estar presente no discurso da charge a partir de reformulações que vão readaptá-lo ao novo acontecimento. Embora este parta de um determinado já-dito que está na base do dizível; e assim, haverá um deslocamento do seu uso, possibilitando uma nova contextualização do já dito, um novo modo como o sujeito significa em uma situação dada, tornando a possibilidade do sentido vir a ser outro.

O que pretendemos, no decorrer deste trabalho, é mostrar a forma como discursos presentes na memória social, na memória de uma cultura, são retomados produzindo novos sentidos em imagens da mídia.

A imagem, operadora de memória

Segundo Jean Davallon (2010), a imagem pode ser entendida como uma produção cultural e, como tal, possui sua eficácia simbólica. Essa eficácia das imagens está fundamentada em algumas

características, uma delas é o fato de a compreensão semântica da imagem independer dos pormenores da compreensão das unidades de sua significação. Assim, teríamos a compreensão de um “sentido global antes de reconhecer a significação dos elementos”. Outra seria uma possibilidade considerável de reservar a força: a imagem representa a realidade, mas ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador) segundo PÊCHEUX (2010 p.27).

Do mesmo modo que o discurso (em sua materialidade verbal) é opaco, a imagem na AD também é opaca e reconhecida como um objeto a ser lido e sujeito às mesmas condições sócio-históricas próprias, constituída por relações interdiscursivas. Então, ela é uma manifestação de uma forma-sujeito do discurso, não podendo ser considerada neutra.

Podemos inclusive pensar que, em termos discursivos, a imagem envolve um processo de formulação e um processo de constituição. Isto é, os traços, formas e cores são igualmente atravessados, constitutivamente, pelo interdiscurso.

Sendo assim, concordamos com Davalon (2010), para quem a imagem funciona como um operador da memória social que, ao retratar a realidade, pode também conservar a força das relações sociais. Além disso, na visão do autor, a imagem determina o lugar do observador e as competências necessárias a sua leitura. O autor cita também que a imagem, por poder operar de acordo com olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria, nesse momento, o registro da relação intersubjetiva e social” (ibidem: 2010, p. 31).

Deste modo, pensamos também que a imagem (ou elemento imagético) opera discursos outros, pronunciados indefinidamente em outros lugares, fazendo retornos e retomadas de um discurso já formulado. Desse modo, também para a imagem não há um sentido *a priori*, nem se pode pensar em um estatuto de neutralidade para os elementos visuais. Também eles, como temos destacado, refletem as condições próprias de um sujeito que procura significar/interpretar a si e o mundo a partir de um código diferente da escrita com a qual estamos familiarizados, mas igualmente sujeito a deslizos e equívocos.

Contudo, pensar a imagem enquanto operador da memória social, no caso específico do nosso objeto de análise, significa reconhecer que,

na charge, a caricatura, decorrente de uma posição ideológica do sujeito que enuncia, associada aos demais elementos imagéticos, atua de forma a acionar a memória discursiva, presentificando para o leitor discursos (verbais e não-verbais), ditos em outro lugar e que passam a significar nesta associação entre texto e imagem.

Contudo, a imagem é um importante operador da memória coletiva (BARBOSA, 2003), na medida em que atua com elementos sígnicos, facilmente reconhecíveis, podendo dizer algo por si só, ou servindo para retomar de maneira nova um pensamento, presente neste novo discurso.

Geralmente, ao relacionar as imagens à linguagem verbal da charge, um novo sentido vai ser produzido a partir de uma nova leitura. Segundo Davallon (ibidem 2010, p.29), a imagem assinala um certo lugar ao espectador (ou melhor: ela regula uma série com a passagem de uma a outra posição de receptor no curso da recepção) e ela pode ‘rentabilizar’ por si mesma a competência semiótica e social desse espectador.

Aquele que observa a imagem desenvolve uma atividade de produção de sentido; esta não lhe é transmitida ou entregue pronta, o que abre uma liberdade de interpretação que é durável no tempo. Ela apresenta a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança, em forma de memória.

A imagem pode nos oferecer informações ou representar objetos do mundo, entretanto, mais que isso; ela pode ser uma produção cultural carregada de eficácia simbólica. Como diz PÊCHEUX (2010, p. 28), “aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue pronta”.

Neste pensamento, observamos que há uma liberdade de interpretação (o que quer dizer que o conteúdo “legível”, ou antes “dizível” pode variar conforme as leituras); mas o que faz também – e não se poderia esquecer este ponto – com que a imagem comporte um programa de leitura: ela pode se inscrever em uma problemática da memória social.

Análises

O *corpus* a ser analisado neste capítulo se constitui de duas sequências discursivas: a primeira, uma imagem produzida a partir de um gesto de um recorte do vídeo obtido pela câmera de um celular (Imagem 1); a segunda, uma imagem construída num gesto de releitura desse recorte (Imagem 2).

Essas duas imagens circularam nas redes sociais e nas mídias nacional e internacional. Elas retratam um fato ocorrido em Brasília, na homenagem de sessenta profissionais da saúde a colegas de profissão infectados pela Covid-19. O tributo foi realizado na Praça dos três Poderes, no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, feriado nacional e data comemorativa em diversos lugares do mundo. No decorrer da homenagem, uma mulher (participante de um grupo assumidamente de extrema direita e formado por apoiadores do Presidente Bolsonaro) tentou, de forma violenta, interromper a *performance* estática e silenciosa desses profissionais.

O ritual da agressão foi composto por xingamentos, ameaças e humilhações aos profissionais da saúde ali presentes. Apesar dos improperios, proferidos pelo grupo, terem sido assuntos propagados na mídia, nosso gesto analítico vai para as imagens produzidas em torno desse acontecimento.

No ritual de homenagem e protesto, a estética da disposição dos Sujeitos profissionais da saúde é análoga à disposição de cruzes que são fincadas nos cemitérios. As posições das cruzes em colunas e em linhas são, também, repetidas em outros tipos de protestos, como os contra mortes causadas por feminicídios, os relacionados à violência policial praticada contra os negros e os menos favorecidos na sociedade. Porém, no funcionamento discursivo dessas imagens retratadas nas SD1 e SD2, é o sujeito profissional que sustenta a cruz. É como se a resistência e a luta contra a morte não estivesse alhures, mas pesasse na lida desse sujeito, no seu fazer profissional, revelando suas condições de trabalho, a falta de insumos e medicamentos nos hospitais e postos de saúde, a inércia, ineficiência ou inexistência de políticas públicas compatíveis com a dimensão de uma luta eficaz contra a pandemia da covid-19.

Quando o sujeito agressor (SA) se coloca perante o sujeito profissional da saúde (SPS), a cruz parece funcionar como um efeito

de amuleto de proteção. Ela se junta a outro instrumento, a câmera do celular. Um imbricamento se estabelece nesse ritual: o efeito de proteção pela cruz se junta ao poder de registro e de divulgação do fato. A partir do gesto de registro pelo celular, a imagem poderá ser compartilhada pelas redes sociais e pela mídia, ou até mesmo ser transmitida ao vivo.

Enquanto no frame da SD1 os elementos significantes do fundo, em suas disposições de enquadramento, apresentam-se com um efeito de dispersão, na SD2, com a centralização do edifício do Congresso Nacional, com a eliminação de alguns elementos da cena, com a utilização de cor "chapada" evidenciando as sombras próprias e projetadas na cor preta e não em suas nuances, o efeito de embate entre as duas posições discursivas se mostra mais contundente.

Sequência discursiva 1 (SD1)

Imagem 1: frame do vídeo da agressão a profissionais de saúde.



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-mulher-que-agrediu-enfermeiras-no-distrito-federal-e-a-propria-sombra-da-morte-por-daniel-trevisan/>. Acesso em 16/06/2020.

Sequência discursiva 2 (SD2)

Imagem 2: releitura do frame



Fonte: <https://twitter.com/fernandapsol/status/1257054689960644611/photo/1>. Acesso em 16 /06/2020.

No capítulo *A imagem incomum: a fotografia dos atos de fé no Brasil*, da obra *Sociologia da fotografia e da imagem*, Martins (2008), a partir da fotografia de uma sombra projetada de uma procissão, numa análise de intencionalidade não praticada na AD, aponta possíveis efeitos de sentidos funcionando no gesto composicional do fotógrafo. “Entre as sombras que desfilam e as pessoas que dela participam, o fotógrafo viu sentido nas sombras, e não nas pessoas. (...) o fotógrafo celebra seu próprio estranhamento” (MARTINS, 2008, p. 88-89).

Na nossa análise, nosso interesse é pelo funcionamento dos sentidos, pela materialidade discursiva das imagens. Reconhecemos o fato como um acontecimento jornalístico. Segundo Dela-Silva (2008, p.15), “trata-se de um acontecimento enquanto referente, com uma

existência material no mundo; um acontecimento enquanto um fato que se inscreve na história do dia-a-dia, que o jornal e os jornalistas se propõem a escrever”. Entendemos que uma das molas propulsora da circulação desse acontecimento são as imagens produzidas pelo gesto de um recorte, obtenção de um *frame* de vídeo, e por uma releitura artística desse recorte.

Atentaremos, então, para as regularidades constitutivas dessas materialidades discursivas, ao verificarmos, também, que tanto na SD1 como na SD2, as sombras próprias e projetadas presentes produzem sentidos. Em nosso trabalho, entendemos como sombra própria aquela que, pela pouca incidência de luz, aparece no próprio corpo do sujeito ou de um objeto; e como sombra projetada, a imagem de um volume que se projeta, pela pouca incidência de luz, em penumbra sobre parte de um plano.

As condições de produção restritas dessas SDs se referem ao ano de 2020. Ele é marcado pela pandemia provocada pela covid-19. Doença que provoca milhares de morte em todo o mundo. Dessa maneira, por causa do vírus, o discurso de morte vem circulando em várias esferas da sociedade. Porém, de forma simultânea e em contraposição, há a circulação nas mídias de um discurso de negação do poder do vírus provocador da pandemia e das mortes. O segundo discurso é produzido, principalmente, pelos governos Trump, nos EUA, e Bolsonaro, no Brasil. que defendem, o que eles entendem, como políticas que salvaguardam a economia dos seus países. No entanto, essas ações de salvaguarda atuam em detrimento de vidas, causando o sofrimento de uma parte considerável da população desses países.

A Historicidade constitui essas imagens, tanto no gesto de resistência do SPS, quanto no do SA e na sua sombra projetada sobre o solo. Algumas marcas dessas imagens apontam para efeitos de sentido da morte que circulam, no ocidente, desde o final da idade média (FEIN, 2000), materializados em personificações da morte, produzindo discursividades no ocidente desde os afrescos em cemitérios com a temática de danças macabras às gravuras de artistas e ilustradores produzidas, posteriormente, durante séculos (Imagens 3 e 4).

Imagem 3: Morte na barricada. Gravura de Alfred Rethel (1856-159).



Fonte: <https://www.philamuseum.org/collections/permanent/320875.html?mulR=159033561mag>.

Imagem 4: Alegoria à morte. Gravura de Pierre Antoine Quillard (1701-1733)



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/1539>.

A imagem I retrata o momento em que uma bolsonarista agride a profissional de saúde. A mulher faz de uma bandeira do Brasil sua capa. Ela porta um mastro com outra bandeira similar. Ao se aproximar da profissional de saúde com a bandeira flamulando, é produzida uma sombra projetada sobre o piso da praça e em direção à profissional de saúde. Essa imagem da sombra projetada, e não outra, captada por um instante, é um dos motivos de sua circulação na mídia, como também, de sua releitura artística.

O vislumbre, o olhar, o entendimento de uma sombra como uma silhueta da morte (provida de um capuz e uma gadanha), produzida pela sombra projetada da mulher bolsonarista (portando capa, boné e bandeira), somado aos sentidos de sombra como algo tenebroso se alinham a constituição do discurso de morte que funciona nessas imagens.

Na SD 2, releitura do frame, há uma reconstrução composicional com acréscimo de elementos que produz outros efeitos de sentido. Na SD1, a imagem da profissional de saúde possui uma ligeira inclinação para trás e é proporcionalmente menor que a figura da agressora. Já na SD2, a imagem da profissional da saúde está equivalente a sua opositora, a sombra própria deixa de ser cinza, passa a ser preta, produz no conjunto um efeito de maior robustez, maior resistência; um efeito de sentido referente a grandeza desse profissional, ou a de um gesto de apoio externo, não dito em SD1, que funciona como se esses profissionais não estivessem sozinhos na sua luta, mas representassem um grande número de pessoas e associações que os apoiam.

Na SD2, a imagem da bandeira do Brasil, já presente na SD1, toma uma dimensão mais ampla, pois além de ela reafirmar o sentido de nacionalismo exacerbado e contraditório dos bolsonaristas (isto, pela constante utilização da bandeira em causas que não defendem o patrimônio nacional), há uma extrapolação da sua tonalidade de amarelo para a imagem toda, ressaltando a figura do SPS. Isso produz um efeito de sentimento de que o discurso do SA também está arraigado no congresso Nacional.

Historicamente, o fazer do profissional de saúde, na recuperação de pacientes com doenças provocadas por desastres naturais, epidemias e guerras, sempre foi envolto num imaginário de resistência, de bravura e de luta. Essa posição *heroica* em meio às adversidades foi e é sempre posta em evidência nos meios de

comunicação. Isso não garante, necessariamente, condições ideais de trabalho para esses profissionais, mas, na maioria das vezes, é utilizado como propaganda de governo. No entanto, a mobilização e manutenção dessa imagem pode silenciar as lutas por melhores condições de trabalho e remuneração profissional.

Ericson (2019), no texto *Processos de modelização na institucionalização de saberes no campo da enfermagem*, entende que a publicação do livro *Anotações de Enfermagem: o que é e o que não é de Nightingal* ([1860] 2010) pode ser considerado um acontecimento discursivo no "conjunto de elementos de saber que se inscrevem no campo da saúde (ERICSON, 2019, p.13)". Para Ericson (2019), esse acontecimento é um dos aspectos fundantes da base material da modelização desse sujeito do campo da saúde. Inscritos nesse campo, os mecanismos de controle da moral, da manutenção da posição de submissão hierárquica/disciplinar funcionam imbricados a um processo histórico-social que produz "um sentido de unidade no imaginário nacional sobre a enfermagem, no que constituem os dizeres sobre e da enfermagem brasileira" (ERICSON, 2019, p. 35)

Quando observamos o funcionamento discursivo na SD1 e SD2, sabemos que a manutenção da imagem de uma profissional abnegada, obediente (PADILHA, 1997) retratada como anjo ou heroína (RODRIGUES, 1997) pode ser bem vista aos olhos de uma sociedade matriarcal e aos interesses de um governo que usufrui dessa formação imaginária. É por isso, também, que quando uma imagem de uma profissional da saúde se atrela à luta por melhores condições de trabalho e pela manutenção da própria vida (numa data que ao longo da história é construída pela disputa de sentidos entre o estabelecimento de uma data festivo ou dia de luta⁴), um estranhamento pode ocorrer em sujeitos que se identificam com uma formação discursiva que defende a exploração do homem e a defesa do capital, independente dos danos que isso pode causar à grande maioria da classe trabalhadora.

Em nosso gesto analítico, entendemos que esses enquadramentos dessas imagens de sombra projetada na SD1 e da

⁴ José Luiz Del Roio (2016), no Livro "1º de Maio: sua origem, seu significado, suas lutas" (relançamento do livro publicado em 1986, que tinha com o título "1º de Maio: cem anos de luta"), descreve as origens deste feriado e as disputas para que essa data se concretiza-se como um dia de reflexão e de luta ou como um dia meramente festivo.

sua releitura na SD2 mobilizam tanto uma memória discursiva atrelada à figura da presença da morte, quanto ao papel desempenhado por ações governamentais na defesa da economia do país e em detrimento da vida das pessoas. Já a produção de sentidos das imagens do SPS funciona na reorganização da memória discursiva, mobilizada pelo imbricamento de formações imaginárias construídas ante as posições do SPS no cuidado "heroico" da vida do outro, na luta por melhores condições de trabalho; no protesto pelo descaso governamental quanto a doença covid-19 e as mortes por ela causada; na reação de sua defesa diante dos gestos do SA, como também no registro de imagens do ritual deste sujeito.

Conclusão

Ao analisarmos o papel da memória nos discursos deste artigo, visualizamos, através da abordagem teórica, que é no processo discursivo que ele assume significados. Por meio das análises, foi possível identificar algumas sequências repetíveis que surgem nos processos discursivos que se mantém numa relação de dependência, de polêmica, de contradição.

A mobilização da memória discursiva em SD1 e em sua releitura, SD2 reverbera a figura da presença da morte. Percebemos que há uma retomada constante do que é dito em outro lugar, tanto para apoiar quanto para deslocar sentido e que tal retomada será um novo dizer, que não necessariamente pertence ao discurso do Outro. São constantes os deslocamentos e realocamentos da memória.

Segundo Orlandi, o discurso é a linguagem no momento de existência. Nesta dinâmica, destaca-se a memória discursiva, assim como outros processos discursivos, pois no plano imagético percebemos a inscrição das tensões sócio históricas que determinam a interação entre o gesto de interpretação e as sequências discursivas. Um fio narrativo que transforma os fatos do cotidiano em acontecimentos jornalísticos inteligíveis e interpretáveis. Incompleto e aberto a novas interpretações, o acontecimento vai sendo filiado a sentidos já existentes, mas sempre permitindo que o novo irrompa.

Referências

- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Christina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DE CERTEAU, Michel. [1975] **A escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- DELA-SILVA. **O acontecimento da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV com grande mídia**. Tese de Mestrado. Unicamp: Campinas, 2008.
- DEL ROIO, José Luiz. **1º de Maio: sua origem, seu significado, suas lutas**. São Paulo: Centro de Memória Sindical, 2016.
- ERICSON, Sóstenes. Processos de modalização na institucionalização de saberes no campo da enfermagem. In: AMARAL, Virgínia Borges; ERICSON, Sóstenes (org.). **Do discurso: fundamentos e análises**. Maceió: EDUFAL, 2019.
- FEIN, David A. **Guyot Marchant's danse macabre: the relationship between image and text**. *Mirator Elokuu*. August, 2000. Disponível em: <http://www.glossa.fi/mirator/pdf/Fein.pdf> Acesso em: 13/08/2020.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- NIGHTINGALE, Florence. **Anotações de enfermagem: o que é, o que não é**. [1860]. Trad. Janaína Belém. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 2005.
- ORLANDI, Enj. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3ª ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2008.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. **A mulher/enfermeira nos âmbitos doméstico-familiar e público: uma abordagem teórico-contextual**. *Rev Gaúcha Enfermagem* 1994;15(1/2):5-12
- PÊCHEUX, M. **Discurso: Estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi São Paulo: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M. AVALLON, Jean. ACHARD, Pierre. DURRAND Jacques. ORLANDI Eni. **Papel de Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010.

RODRIGUES, Maria Socorro Pereira. **De fada e feiticeira à sua imagem atual: a mulher enfermeira, cuidadora, gerente, pesquisadora.** Texto e Contexto-Enfermagem, jan-abr 1997; v. 6 (1):104-17.

QUARTA PARTE

HÁ DISCURSOS SOBRE SUJEITOS, SAÚDE,
DOENÇA, TRANSTORNOS E SUICÍDIO



O SUJEITO E(M) EFEITOS DE MAL-ESTAR: ENTRE DIAGNÓSTICO(S) E CULPA

Fernanda Luzia Lunkes¹

Introdução

O presente trabalho está relacionado a um projeto mais amplo, intitulado “Transtornos mentais na mídia: uma análise discursiva”², iniciado no corrente ano, que objetiva analisar, com base na Análise de Discurso materialista (PÊCHEUX 1997 [1969], 2009 [1975]; ORLANDI, 1998, 2001; MARIANI, 1998), os processos de produção de sentidos sobre transtornos mentais na mídia. Busca-se no projeto compreender e situar como o discurso do e sobre transtornos mentais na contemporaneidade é significado nas práticas discursivas da formação social capitalista contemporânea. Espera-se, assim, dar continuidade às pesquisas realizadas anteriormente (LUNKES, 2018) e contribuir para a construção de uma escuta discursiva de base materialista para os sentidos sobre transtornos mentais na formação social capitalista, a qual produz implicações nas relações sociais e naquilo que concebo como formas de sofrimento da/na contemporaneidade.

Este texto tem ainda como propósito analisar os processos de produção de sentidos no discurso do/sobre o sujeito com transtornos mentais; de forma mais específica, pretendo situar os efeitos de sofrimento no discurso do sujeito cujo dizer é atravessado pelo diagnóstico de um ou mais transtornos mentais, além de situar o funcionamento do discurso capitalista e(m) seus processos de subjetivação e os consequentes efeitos de sentido produzidos sobre transtornos mentais. Tais questões, ressaltado, compõem os objetivos específicos do projeto.

¹ Professora na Universidade Federal do Sul da Bahia/Campus Jorge Amado-Itabuna/BA. Contato: flunkes@gmail.com.

² O projeto conta com auxílio da Fapesb para bolsa de iniciação científica.

O objeto de análise do presente estudo consiste em um vídeo³ no qual o youtuber PC Siqueira aborda uma crise de pânico motivada por um quadro anterior de depressão e ansiedade e(m) seus efeitos, buscando situar como o sujeito ansioso/deprimido diz de si e de seu transtorno mental e como o sofrimento é significado nesse dizer.

O sujeito contemporâneo: perspectivas teórico-analíticas

A posição de analista do discurso possibilita uma escuta outra, cuja particularidade reside justamente no compromisso assumido em relação à perspectiva teórico-analítica que a sustenta. Na reterritorialização que Michel Pêcheux maneja ao conceber sua proposta, um dos pontos decisivos recai sobre o conceito de sujeito. Um sujeito cindido, atravessado inconsciente e ideologicamente, “marcas paradoxalmente interligadas”, cujo elo ocorre pela linguagem, que nessa perspectiva teórica é assumida como forma material (LEANDRO FERREIRA, 2019, p. 22).

Leandro Ferreira (2019), em uma retomada de aspectos que marcaram a constituição da Análise de Discurso na França e no Brasil, aponta que ao analista cabe situar como o sujeito é apropriado pela linguagem e pela história e(m) suas determinações, possibilidade construída pelo/no discurso. Nas palavras da autora, “o discurso, para nós, é também um modo de ver, de escutar, que compreende as percepções do corpo, da cultura e do sujeito que aí se encontra incluído” (LEANDRO FERREIRA, 2019, p. 21).

Na perspectiva discursiva, a evidência do sujeito sobre quem é, do que faz, daquilo que compõe seus rituais cotidianos, que evidencia de que é a partir de si mesmo que fala e não de outra pessoa, todos esses e outros aspectos não mencionados e que formam “um tecido de evidências ‘*subjetivas*’” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 139, itálicos do original) são desde sempre uma questão ideológica, cuja força material de sua produção estava no cerne das reflexões de Althusser e Pêcheux a fim de demonstrar a eficácia do processo de interpelação. Retomo, para tanto, uma passagem de Mariani e Magalhães (2011, p. 128) que desenvolve tal posição teórica: “O tornar-se humano supõe necessariamente a inscrição em uma

³ O vídeo é de 2016 e pode ser acessado pelo seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=1-ZKvtzmQWA>.

estrutura linguística pré-existente que tem um funcionamento significante próprio, por um lado, e que porta uma produção de sentidos já constituídos na historicidade, no contexto sócio-cultural e na memória, por outro.”.

O efeito de evidência do e para o sujeito pode ser situado discursivamente pelo analista no efeito de unidade e originalidade que apaga para aquele sua necessária inscrição a uma formação discursiva, que em sua regularidade e porosidade fornece a evidência no/do dizer. Ao analista, no entanto, é necessário situá-lo em relação às condições de produção. Nesse sentido, é preciso ressaltar que o processo de interpelação apresenta um funcionamento próprio no capitalismo. Conforme explica Orlandi (2001), no modo de produção capitalista há uma diluição do que se considera interno e externo ao sujeito, cuja consequência é uma condição, que atua de forma concomitante, entre liberdade e submissão: o sujeito é livre para (ilusoriamente) dizer o que quiser (em um duplo efeito, qual seja, de origem do dito e transparência do dizer) e é responsável pelo que diz (com as possíveis interpelações do Aparelho ideológico do Estado jurídico a respeito justamente do que disse).

De acordo com Mariani e Magalhães (2011), a falta, questão constitutiva do sujeito, se por um lado é o que, do ponto de vista da psicanálise, atua para uma “gramática do movimento do desejo”, por outro, é mobilizada pela lógica do sistema capitalista, cujo discurso produz um efeito de completude via consumo, efeito este que, obliterado, impõe ao sujeito um constante movimento, podendo incidir em direções diversas cujo ponto em comum é fazer frente justamente à falta. No funcionamento próprio de tal lógica, de acordo com as autoras, a subjetividade fica, portanto, “subsumida à lógica do capital” (*ibid.*, p. 135). Não há, no entanto, conforme afirmam, algo capaz de circunscrever o sujeito de forma a tamponar, a eliminar a falta que lhe é, como já dito, constitutiva. Não há objeto, não há significante, não há um elemento capaz de realizar essa demanda de completude por parte do sujeito⁴, o que não necessariamente o impede de permanecer nesse movimento (metonímico) de consumo.

⁴ Diante do exposto, pode-se interrogar como ficam as escolhas feitas pelo sujeito. Uma questão possível diz respeito a como segue no movimento de desejo e de consumo a despeito do fracasso da ilusão de completude. Mariani e Magalhães (2011, p. 140), a partir do materialismo histórico, explicam que se trata de um processo que, no discurso, ocorre

Os processos de subjetivação contemporâneos têm despertado investigações de diferentes campos teóricos, alguns dos quais com o intuito de compreender e situar aspectos cujos efeitos produzidos podem ser reunidos em uma expressão mais ampla: *mal-estar*. Sem dúvida, uma referência fundamental nesse sentido é Freud. Uma de suas obras clássicas, “O mal-estar na civilização”, publicada em 1930, traz questões que continuam relevantes porque tratam da relação do sujeito – dos sentidos e(m) afetos – com sua existência. O posicionamento que assume em relação à vida, em poucas palavras, é tão brutal quanto pessimista: “A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis” (FREUD, 1996 [1930], p. 83).

De acordo com Freud, o sujeito, ante a busca pela felicidade, depara-se com questões inevitáveis e proeminentes, que são justamente as causas de infelicidade. O autor aponta três razões para o sofrimento: o corpo com sua degradação, o que inclusive obriga a sujeito a ter de lidar com o sofrimento e a ansiedade como “sinais de advertência” (*ibid.*, p. 85); o mundo externo, com sua força incontrolável e esmagadora; o relacionamento com outros sujeitos. Esse último ponto, ressalta o autor, embora seja “um acréscimo gratuito”, é uma poderosa fonte de sofrimento. Depreende-se, assim, a impossibilidade de uma existência que não seja atravessada pelo mal-estar, que comparece e é significado diferentemente a depender das condições de produção.

O sofrimento é um dos efeitos depreendidos no discurso do/sobre o sujeito a partir do seu mal-estar. Compreendê-lo a partir da perspectiva discursiva implica conceber que a dor é entrelaçada à ideologia, considerando justamente a constituição do sujeito. Assim, articulo ao proposto por Le Breton (2013), para quem a dor é da ordem do social, do relacional. Para o autor, a dor não está limitada à fisiologia, mas amplia-se à ordem do simbólico – que, da perspectiva na qual me pauto, se alia à ordem do imaginário.

pela identificação, filiando-o a “determinadas formações discursivas a partir de uma posição de classe”. Assim, para atuar ilusoriamente no controle e na liberdade das escolhas, é preciso que o sujeito “esqueça”, considerando os esquecimentos 1 e 2 propostos em Michel Pêcheux e Fuchs (1997b [1975]) relativos, em primeiro lugar, à determinação de ordem inconsciente e ideológica.

Conceber o sofrimento do sujeito da perspectiva discursiva implica de saída colocar o ideológico como ponto constituinte no dizer, desviando-se assim de um efeito psicologizante do sujeito e(m) sua dor para colocar em questão que nesse dizer, embora sob a ilusão de uma dor singular cujo sentido somente pode ser formulado apenas pelo sujeito (afinal, como já dito, a evidência ideológica primeira é de que a dor *é dele!*), o sujeito não deixa de se filiar a uma rede de sentidos.

As condições de produção para o sofrimento na contemporaneidade podem ser relacionadas ao exposto por Ehrenberg (2010, p. 11). No efeito coercitivo do discurso capitalista sobre a liberdade do sujeito, há uma demanda para que este “aceda verdadeiramente à individualidade por meio de uma passagem à ação”. É importante relacionar esse ponto a uma afirmação de Leandro Ferreira (2019) sobre o sujeito contemporâneo. A autora observa que o sujeito contemporâneo, descentralizado, busca constituir sua singularidade, mas isso não se faz apartado da diversidade, ainda que de maneira contraditória, já que “buscando a diferença, ele vai tentar também, simultaneamente, ficar próximo, identificado a seus pares, a seu grupo.” (LEANDRO FERREIRA, 2019, p. 22). Trata-se, portanto, de um funcionamento contraditório ao qual se lança o sujeito e que, pode-se concluir, não ocorre sem produzir efeitos de sofrimento.

Da perspectiva sociológica, Ehrenberg (2010) trilha as condições para o surgimento do sujeito empreendedor na contemporaneidade. É importante destacar que esse processo de subjetivação se pulveriza nas diferentes posições ocupadas pelos sujeitos, colocando cada um como possível empreendedor em qualquer iniciativa, tanto no âmbito profissional como no pessoal. Nesse sentido, destaco as propagandas de profissionais que prometem, por exemplo, operar mudanças acerca de aspectos cuja evidência de singularidade é bastante marcada, como os comportamentos, para que o sujeito possa atuar diferentemente – quase como uma *outra* pessoa – e alcançar o almejado sucesso inalcançável “sendo ele mesmo”. Os relacionamentos amorosos também são deslocados de uma esfera mais íntima e passam a ser discursivizados como uma espécie de empresa na qual os amantes atuam, também, como administradores.

O fracasso ou o sucesso do “empreendimento” amoroso depende dessa gestão “administrativa” efetuada pelo sujeito.

Nesse funcionamento coercitivo das práticas discursivas, os efeitos de obrigatoriedade giram em torno de tornar-se bem-sucedido e feliz. No discurso capitalista, o sentido nesse investimento de sucesso, de acordo com Ehrenberg (2010, p. 53), “é definir-se como uma figura de começo, ou seja, fazer-se a si mesmo, ter por passado aquele que se produziu por si mesmo, que não tenha sido legado pela transmissão de uma herança ou de uma filiação”. Um aprofundamento nos efeitos de individualidade, que alça o sujeito a uma condição solitária na construção de seu destino, responsabilizando-o, como já dito, pelo sucesso ou fracasso no percurso empreendido.

O sociólogo amplia os efeitos de sentidos sobre sucesso, que não apenas desloca, mas também silencia um sucesso alicerçado em conquistas e vitórias mais materiais para salientar um ponto outro, relacionado a uma “atitude diante da vida” (*ibid.*, p. 68). Segundo o autor,

O ganhador é um *prêt-à-porter*, um *ready made* que faz funcionar um imaginário da automobilização em uma competição expandida na qual cada um deve encontrar seu lugar independentemente de suas fraquezas ou suas vantagens de origem. Quando os valores da mobilidade explodem, quando nos colocamos a pensar que todo o mundo pode entrar em concorrência com todo mundo, não há mais grande homem a imitar, já que qualquer pessoa pode pretender ser um. (EHRENBERG, 2010, p. 68).

Trata-se, em suma, de um funcionamento sobre o sujeito empreendedor que atribui a este a responsabilidade de sustentar uma imagem não apenas de alguém que quer “fazer-se por si mesmo”, mas de que *já é* esse alguém, o que implica uma série de comportamentos, os quais são compreendidos a partir da perspectiva materialista.

Retomo, assim, Althusser (2008), referência basilar para a Análise de Discurso materialista, que assume a existência material da ideologia; esta se inscreve por meio de comportamentos materiais do sujeito, que estão relacionados às ideias, ou seja, ao dispositivo conceitual sobre o qual o sujeito vive e sobre o qual mantém uma ilusão de autoria (enquanto efeito-origem da ideia). Toda ideia, na tomada de posição althusseriana, encaminha o sujeito, portanto, à adoção de determinados comportamentos práticos, os quais são

normatizados e sancionados pelos Aparelhos ideológicos de Estado (AIE) dos quais dependem. A esse respeito, o filósofo apresenta alguns exemplos. A crença em Deus faz com que o sujeito adote comportamentos e siga determinados ritos, como ir à missa, ajoelhar-se para rezar, confessar-se, arrepender-se, entre outros. Um outro exemplo relaciona-se à justiça: o sujeito “submeter-se-á sem discussão às regras do Direito, e até poderá protestar quando elas são violadas [...], até mesmo assinar petições, tomar parte de passeatas etc.” (ALTHUSSER, 2008, p. 205). Nas palavras do autor,

Em todo esse esquema, constatamos, portanto, que a representação ideológica da ideologia é, em si mesma, obrigada a reconhecer que todo sujeito, dotado de uma consciência e acreditando nas ideias que sua consciência lhe inspira ou aceita livremente, deve ‘agir segundo suas ideias’, portanto, deve inscrever nos atos de sua prática material suas próprias ideias de sujeito livre. Se não o fizer, *não estará procedendo bem*. (ALTHUSSER, 2008, p. 205, itálicos do original).

Nessa perspectiva, o sujeito empreendedor, constituído na formação social capitalista, deve, portanto, adotar certos comportamentos, os quais são sancionados, por exemplo, por Aparelhos ideológicos do Estado como o de informação, escolar⁵ e de saúde⁶. Entre tais comportamentos está a necessidade de sustentar uma imagem de felicidade e de sucesso. O sujeito empreendedor contemporâneo deve alinhar-se aos efeitos de felicidade, uma vez que o discurso dominante não faz “nenhuma referência valorativa dos estados de tristeza e da dor de viver, assim como do possível saber a que eles podem conduzir.” (KEHL, 2008, p. 16). São estados de ânimo e afetos não apenas significados como inúteis, mas cuja imagem construída é de que podem comprometer, fissurar a sustentação da imagem de sujeito empreendedor – feliz e bem sucedido.

À medida que as práticas discursivas na formação social capitalista ocidental colocam a felicidade e o sucesso como aspectos

⁵ A tese de Rita de Kassia Wandereley Kramer (UFPE/2020), em uma análise que traz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), verifica o comparecimento do termo ‘empreendedor’ no documento.

⁶ Embora Althusser (2008, p. 180) mencione Aparelho ideológico do Estado “médico” (as aspas são do autor), proponho, de forma preliminar, o termo “saúde” (Aparelho ideológico do Estado de saúde) para designar esse AIE. Trata-se de uma reflexão que deverá ser desenvolvida e aprofundada em um estudo futuro.

cuja responsabilidade é atribuída unicamente ao sujeito, aumentam os efeitos de sofrimento⁷ e(m) suas diferentes manifestações.

Retomo o exposto por Freud: a felicidade é uma causa desde sempre comprometida no ritual inconsciente, passível de falha – levando em conta também o ideológico. Este último apresenta fissuras em uma dimensão mais ampla (considerando a opacidade da história) e mais subjetiva (considerando a opacidade da língua e do sujeito, cujo acesso ao inconsciente ocorre apenas por vislumbres).

O sujeito, assim, depara-se com a impossibilidade de atender plenamente tal processo de interpelação. E, nesse sentido, a depressão, por exemplo, pode ser compreendida como uma manifestação subjetiva de um mal-estar da/na contemporaneidade (KEHL, 2009, p. 22). Conforme Kehl,

A depressão é a expressão de mal-estar que *faz água* e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia *prêt-à-porter*, da saúde, do exibicionismo, e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado. A depressão é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social [...]. Por isso mesmo, os depressivos, além de se sentirem na contramão de seu tempo, vêem sua solidão agravar-se em função do desprestígio social de sua tristeza. (KEHL, 2009, p. 22)

Depressão, sintoma social, desprestígio social. Significantes que colocam a ver os impasses de um sujeito em relação à formação social capitalista, que produz efeitos coercitivos em torno do sucesso, do consumo, da felicidade e da saúde. A depressão pode ser situada, da perspectiva discursiva, como uma fissura no ritual ideológico da formação social capitalista, independentemente se concebida como doença ou como um gesto de recusa (resistência?) psíquico-afetiva do sujeito a partir do mal-estar.

⁷ Embora não seja intuito respondê-las neste estudo, essa suposta relação de causa e efeito suscita questões que não posso deixar de mencionar: os efeitos de sofrimento que são associados a diagnósticos de transtornos mentais como depressão e ansiedade aumentaram em decorrência do maior acesso a profissionais de saúde mental ou como resultado dos critérios construídos pela indústria farmacêutica, os quais permitem que o próprio paciente, antes de ir ao médico, tenha condições de produzir sentidos de fechamento em torno de um transtorno mental e/ou de outro? Colette Soler (2018, p. 31), ao relacionar o ensino de Lacan aos “transtornos de conduta” no século XXI, afirma: “Certo é que hoje [...] esses transtornos não são relativamente novos, e adquiriram uma amplitude numérica que não tinham nos anos 1970.”.

A própria pergunta sobre o que é depressão pode deslizar para questões mais amplas e que colocam em causa, justamente, as condições de produção e os efeitos de sentidos produzidos na formação social capitalista. Trata-se de uma disputa cuja arena é o discurso, já que não há “discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 91). Predicar a depressão como doença, transtorno mental ou como mal-estar inscreve o sujeito a uma ou mais formações discursivas, matriz de sentido que, vinculadas às formações ideológicas, fornecem ao sujeito as evidências do sentido. Para o sujeito, entretanto, esse quadro filial permanece oculto sob a égide imaginária da consciência e liberdade. Nas palavras de Orlandi (1998, p. 95): “A ideologia, então, é o apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação, na ilusão de ‘dar sentido’”.

Em função do objetivo deste trabalho não será desenvolvida uma discussão pormenorizada sobre depressão. É preciso ressaltar, a partir dos trabalhos de Ehrenberg (2010) e Kehl (2009), a apreensão de um processo de silenciamento censório (ORLANDI, 2002) imposto aos sujeitos deprimidos a partir de diferentes condições de produção.

Esse processo de silenciamento, entretanto, é posto em xeque, sobretudo nos últimos cinco anos, já que temas como transtornos mentais e depressão começam a circular de forma mais marcada na mídia. Profissionais reconhecidos por e em seu campo de atuação também têm comparecido para falar de e sobre transtornos mentais. Um caso é de youtubers que assumiram problemas relativos a transtornos mentais em seus canais sociais, entre os quais destaco Felipe Neto, Whindersson Nunes e PC Siqueira.

É sobre o vídeo de PC Siqueira que será desenvolvida a análise; nele, o youtuber fala da crise de pânico que sofreu, além dos problemas com depressão e ansiedade.

Um gesto de análise

“Um cara olhando para a câmera e falando besteiras sobre a vida cotidiana, sem aparentes grandes pretensões”. Assim somos apresentados por Adorno (2015, p 17) ao canal “maspoxavida”⁸, de PC

⁸ O canal está indisponível desde junho de 2020, após acusação de envolvimento do youtuber com pornografia infantil. PC Siqueira também participava do canal “Ilha de

Siqueira, em seu efeito ordinário – sem desconsiderar o mercadológico – mais evidente. Adorno (2015) menciona ainda que com esse canal, lançado em 2010, PC Siqueira, junto com outros, forma “a primeira geração de youtubers brasileiros de reconhecimento” (*ibid.*, p. 35). Sobre a atividade, o autor esclarece:

O vlogueiro (nome que se dá ao produtor do vlog) enuncia fatos cotidianos, comentários sobre acontecimentos midiáticos, ciência e política, dicas de fazeres específicos (maquiagem, jogos de videogames e gastronomia são os mais recorrentes), muitas vezes marcando opiniões a partir do que apresenta como sendo vivências particulares. (ADORNO, 2015, p. 42).

Pode-se depreender dos estudos do autor que PC Siqueira alcança grande notoriedade a partir do funcionamento do youtube, com base principalmente na quantidade de visualizações. O canal, visualizado por milhões de usuários, permite que o vlogueiro seja reconhecido e passe a ser convidado por outros veículos como referência de sucesso no/do youtube, a partir do que Adorno concebe como “imaginário digital” (p. 55).

O autor traça questões referentes às características do vlog que constituem a discursividade digital. Em suas palavras,

aquilo que é apresentado como uma crítica para um sujeito mostra uma tomada de posição imaginária (e por isto um efeito e não uma garantia de um deslocamento “crítico” em si) importante para analisar a especificidade do que considero serem características do vlog como parte da discursividade digital. **Não só por efeitos de crítica, mas de opinião, informação, educação, dicas gerais que apontam para uma legitimidade de um poder-dizer do vlogueiro** estudado no decorrer da tese. “Eu posso criticar”, “eu posso opinar”, “eu posso informar”, “eu posso educar”, “eu posso dar dicas” calcadas, fundamentalmente, em um “eu posso dizer”. Não problematizo aqui o conteúdo do que se fala. Não se trata da crítica X, opinião Y ou informação Z, mas a própria possibilidade do dizer. Mais ainda: **a possibilidade do eu dizer**. (ADORNO, 2015, p. 102, destaques meus).

A passagem do autor, extremamente relevante, concebe, da perspectiva discursiva, um deslocamento que permite enquanto efeito uma “tomada de posição imaginária”, a “legitimidade de um poder-dizer”, dando as condições para que um aspecto ordinário torne-se pauta para a produção de um determinado vlog. Assim, se o

Barbados”, que está com todos os vídeos desativados pelo mesmo motivo mencionado.

vlogueiro pode opinar sobre um filme, sugerir leituras, relatar um acontecimento qualquer de sua vida, surge também a possibilidade de dizer sobre questões mais íntimas, algumas relacionadas ao seu sofrimento e, no caso de haver um diagnóstico, de seu transtorno mental. Eis um deslocamento relevante, já que em outras condições de produção essa “possibilidade do eu dizer” sobre seu sofrimento, sobre seu transtorno mental era limitada, basicamente, ao espaço dos consultórios ou a práticas discursivas confessionais.

Adorno (2015) situa o vlog como um “ritual de linguagem ainda em processos tensos de cristalização da sua textualidade e autoridade de um lugar histórico do poder-dizer do eu e diferenciando-se, gradualmente, de outras textualidades digitais” (ADORNO, 2015, p. 17). Com base em Dias (2004), o autor situa o efeito fortemente marcado de liberdade pela internet, o que, no que se refere aos vlogs, desliza para efeitos de “trabalho e autenticidade” (ADORNO, 2015, p. 64). Uma depreensão feita a partir de sua análise, relevante para este estudo, diz respeito ao comparecimento regular do termo ‘trabalho’ pelo e em relação ao youtuber.

Trata-se de um dizer marcado pelo efeito de que está em jogo o mais verdadeiro (do) ‘eu’ vlogueiro, efeito posto em suspenso pelo autor, que pondera: “Entretanto, como a língua é possibilidade de estar neste ‘mundo’, a ideologia não escapa ao sujeito, já interpelado pela linguagem. Os processos de identificação estão em constante movimento.” (*ibid*, p. 28, *itálicos do original*).

É o trabalho como youtuber o que justamente comparece no início do vídeo em análise. Na sequência discursiva que segue, PC Siqueira inicia mencionando o não trabalho – a não realização de vídeos – na semana anterior:

Não gravei essa semana, quer dizer, semana passada, porque eu tava muito ocupado fazendo várias coisas importantes. Sabe como é que é, né? Essa vida de youtuber tem várias [...] coisas pra fazer e eu não consegui gravar o vídeo porque eu tava fazendo várias coisas importantes. E fazer tudo isso e ainda cuidar da saúde é uma coisa muito difícil. [...] A real é que eu não fiz nada disso.

O vlogueiro retoma, no fio do discurso, uma imagem fortemente relacionada ao trabalho do youtuber, repleto de atividades e compromissos agendados, os quais podem impedir que realize justamente parte do trabalho pelo qual é (re)conhecido socialmente: os vídeos.

Diante do que comparece no fio do discurso, é possível estabelecer uma relação de sentido com o tempo do sujeito. Nas práticas discursivas capitalistas, os sentidos construídos sobre o sujeito empreendedor passam a ser vinculados fortemente ao trabalho. Ao concorrer sobretudo consigo mesmo, uma relação outra é estabelecida com o tempo, que passa a ser mais fluido, permitindo ao sujeito outras condições a fim de alcançar metas, as quais giram em torno principalmente do salário⁹, agora de sua própria responsabilidade e, portanto, resultado de “seu próprio mérito e esforço” (EHRENBERG, 2010), já que ser o *patrão* de si mesmo é uma das posições do sujeito empreendedor. O modo como o tempo é gerido/administrado pelo e para o sujeito o situa, em grande medida, em relação à condução da carreira. O efeito de profissionalismo sustenta a imagem de sucesso construído sobre/de si a partir justamente do emprego que o sujeito faz do tempo¹⁰.

No entanto, PC Siqueira equivoca a imagem de sujeito empreendedor e(m) sua relação com o trabalho para colocar em relevo justamente uma posição outra: a do sujeito diagnosticado com transtorno mental.

O diagnóstico é um ponto relevante, uma vez que, além de polêmica¹¹, se constitui, por meio do Aparelho ideológico do Estado jurídico, uma proteção para o sujeito em relação ao trabalho (relativa,

⁹ Althusser, pautado nos escritos de Marx e Lenin, define salário como o “meio material pelo qual se assegura a reprodução da força de trabalho” (ALTHUSSER, 2008, p. 56).

¹⁰ Relaciono essa reflexão ao filme “L'adversaire”, (“O Adversário”, de 2002, dirigido por Nicole Garcia), o qual, com base no romance homônimo de Emmanuel Carrère, tem como inspiração a história real de Jean-Claude Romand, que assassinou os pais, os filhos e a esposa quando estavam prestes a descobrir algumas mentiras sobre sua vida. Mentiu sobre a conclusão do curso de Medicina e, embora desempregado, mentia a todos afirmando que trabalhava na Organização Mundial de Saúde. Em uma das cenas, que é especificamente à qual relaciono a passagem, é convidado a agendar um encontro com alguém. O suposto médico verifica a agenda, que para o espectador aparece completamente em branco por não haver nenhum outro compromisso marcado, enquanto ao interlocutor afirma não ter horário vago. Nesse dizer sobre o tempo – a ausência dele – cujo efeito de sentido imediato poderia ser associado a aspectos morais da personagem por ocultar sua rotina sem ocupação profissional, reside um efeito de antecipação do imaginário social: é o suposto preenchimento de uma agenda, uma agenda repleta de compromissos, que sustenta a posição de médico e cientista reconhecido na instituição na qual fingia ir trabalhar todos os dias.

¹¹ Algumas questões possíveis para a produção desse efeito polêmico foram levantadas na nota 6.

por exemplo, a demissões e a garantias de tratamento médico-psiquiátrico). No caso do sujeito empreendedor, que está sob o duplo jugo de ser seu próprio patrão e assalariado (de si), o adoecimento significa comprometer uma agenda de trabalho, construída e cumprida por ele mesmo, e, conseqüentemente, uma meta salarial.

O diagnóstico é construído discursivamente por critérios, definidos na contemporaneidade sob a égide do discurso médico-psiquiátrico, os quais forjam um determinado quadro psíquico-subjetivo passível de vincular o sujeito a um transtorno mental e a um tipo de tratamento.

Nesse sentido, ao relatar seu quadro que constitui o que se designa como “síndrome do pânico”, é o corpo, sobretudo, que inscreve os sintomas. Retomo algumas formas materiais que aparecem no relato do youtuber: “perder o ar”, “suar de leve”, “pensar todas as coisas ruins”, “medo de ligações”, “miniataque cardíaco”, “luzes começam a te incomodar”, “A sua cama [...] vira o único refúgio daquele monstro que tá pra chegar através de uma ligação, de uma mensagem ou de alguém batendo na sua porta”.

A taquicardia, a sudorese, a sensação de falta de ar são alguns dos critérios necessários elencados no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, o DSM-5, designado na obra como “Transtorno de pânico” e definido como “Ataques de pânico recorrentes e inesperados”. Lê-se ainda na obra: “Um ataque de pânico é um surto abrupto de medo intenso ou desconforto intenso que alcança um pico em minutos” (2014, p. 209).

O *Manual* não especifica o número exato de sintomas necessários para que se possa caracterizar o transtorno. Não sendo fixado, constitui-se como um quadro mais fluido, o qual permite que menos sintomas signifiquem ainda o mesmo transtorno. O DSM-5 menciona que podem ocorrer ataques a partir de “quatro ou mais sintomas”, considerados completos, ou com “menos de quatro sintomas”, considerados “sintomas limitados” (*ibid.*). Vale salientar que, no que se refere aos ataques de pânico, os sintomas mencionados privilegiam questões fisiológicas, tais como taquicardia, sudorese, tremores, náusea, entre outros¹².

¹² O quadro sintomático completo apresentado pelo DSM-5 (2014, p. 209) é este: 1. Palpitações, coração acelerado, taquicardia. 2. Sudorese. 3. Tremores ou abalos. 4. Sensações de falta de ar ou sufocamento. 5. Sensações de asfixia. 6. Dor ou

Em uma abordagem específica sobre ataques de pânico, Daniel Freeman e Jason Fremann (2018) apresentam pesquisas sobre o transtorno e afirmam que os debates em torno das perspectivas biológica e psicológica têm colocado em questão as evidências produzidas em torno desta última. São os pensamentos, portanto, que nessas hipóteses desencadeiam o quadro sintomático. Esse conjunto, constituído pela soma entre pensamentos e sintomas, é retomado por PC Siqueira.

Antes de prosseguir, é importante esclarecer que, apesar de não ter em vista uma explanação acerca dos quadros vinculados aos transtornos mentais em um sentido nosológico ou nosográfico, compreendo que o diagnóstico constitui uma questão cada vez mais relevante às discussões e que exige um posicionamento do ponto de vista teórico que assumo. Concebo o diagnóstico, assim, enquanto um dispositivo, noção explicada por Orlandi na passagem que segue:

A noção de ‘dispositivo’ tem, para mim, um sentido preciso que leva em conta a materialidade da linguagem, isto é, sua não transparência e coloca a necessidade de construir um artefato para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura semântica – linguística e histórica – em uma palavra, sua discursividade. (ORLANDI, 2001, p. 21).

Também é preciso considerar que, embora as nuances nos diagnósticos de transtornos mentais como depressão, síndrome do pânico e ansiedade constituam justamente o ponto de tensão nos discursos sobre tais transtornos (quem/o que (de)limita o que é um transtorno mental?), minha tomada de posição não se antagoniza à prescrição de medicamentos para tratamentos de transtorno mental. Nesse sentido, alio-me a autores como Kehl (2009) e Horwitz & Wakefield (2010), que questionam o crescente aumento nas prescrições e no consumo de medicamentos, o que encaminha para um debate relativo à dominação do discurso de mercado na saúde, questão cara à pesquisa.

desconforto torácico. 7. Náusea ou desconforto abdominal. 8. Sensação de tontura, instabilidade, vertigem ou desmaio. 9. Calafrios ou ondas de calor. 10. Parestesias (anestesia ou sensações de formigamento). 11. Desrealização (sensações de irrealidade) ou despersonalização (sensação de estar distanciado de si mesmo). 12. Medo de perder o controle ou “enlouquecer”. 13. Medo de morrer.

Não esqueçamos, entretanto, dos possíveis efeitos causados ao sujeito que é diagnosticado. Acerca disso, Soler (2018, 43) afirma: “ser diagnosticado é muito desagradável. Fala-se daquele que faz o diagnóstico, mas há também aquele que é diagnosticado. E algumas vezes ser diagnosticado é muito desalentador.”.

Considerando que, da perspectiva discursiva, o discurso é efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1997 [1969]), compreendo que o diagnóstico se constitui enquanto um efeito de legitimidade do/sobre o sujeito em relação a questões de ordens orgânica e subjetiva e que atua na construção imaginária do sujeito. Como o discurso médico-psiquiátrico é dominante em nossa formação social, o quadro do transtorno mental será delineado a partir de uma circunscrição sintomática cuja consequência é aliar-se à imagem do sujeito para si e para os outros.

No entanto, como justamente a escuta discursiva é de outra ordem, a apreensão dos efeitos de sentidos em jogo permitem colocar em questão o equívoco. Equívoco que fissa o ritual do diagnóstico psíquico para fazer laço ao ritual ideológico do sujeito empreendedor, produzindo um efeito de desalento e que no relato de PC Siqueira comparece em relação ao transtorno mental. Seguem as seqüências discursivas deste momento de análise¹³:

E daí vem aquela sensação de sonolência e a **sensação de culpa** porque você não consegue sair da cama pra fazer as coisas mais banais e importantes também.

A pior coisa de ter ansiedade e depressão é a **sensação de invalidez** que essa doença traz pra gente.

O cansaço de tudo, o cansaço geral, e mesmo você dormindo sem parar não passa e **você se sente um imprestável**. As pessoas começam a falar que é **frescura**, que você tem **corpo mole**. É simples: é só levantar, ir lá e fazer as coisas. **Por que você não tá fazendo as coisas?**

Você começa a **se questionar se essa doença é real mesmo**, se você tem um problema ou **se você é só um vagabundo preguiçoso**.

Tudo fica normal [...] dá até pra gravar seus vídeos. Você se pergunta [...] **por que você não gravou semana passada? Era só levantar e fazer, tão simples**.

Ao sujeito empreendedor, conforme exposto por Ehrenberg (2010), cabe sustentar uma imagem de sucesso e de felicidade. Nesse sentido, é possível relacionar a um ponto exposto pelo autor, qual

¹³ Todos os destaques feitos nos recortes são meus.

seja, a motivação como primordial no/para o discurso do empreendedorismo. Conforme Ehrenberg, o sujeito empreendedor, na construção dessa imagem, “não admite deixar sua sorte ao destino”; para tanto, “incorpora em sua personalidade uma tendência a se adaptar a toda situação e uma procura permanente da perfeição. Ele crê que o sucesso vai fazê-lo seguro de si, livrá-lo do sentimento de estar sujeito às ameaças externas, além de lhe dar a certeza de que a vida se sujeitou ao seu controle.” (*ibid*, p. 202).

No entanto, sob o comparecimento de formas materiais que funcionam parafrasticamente, fissura-se o ritual ideológico do sujeito vlogueiro/empreendedor e um sentido outro comparece, não relacionado às práticas rituais ideológicas esperadas. A fissura comparece diante de uma crise de pânico que, mesmo com o diagnóstico, o situa em relação ao trabalho de vlogueiro, emergindo então sentidos outros que podem ser relacionados ao fracasso, à não produtividade, à culpa e, inclusive, à veracidade do diagnóstico de transtorno mental. É possível depreender do relato formas materiais como ‘Sensação de culpa’, ‘sensação de invalidez’, ‘imprestável’, ‘frescura’, ‘corpo mole’, ‘vagabundo preguiçoso’. A imagem do sujeito empreendedor é desconstruída para fazer comparecer uma crise outra, para além do transtorno mental.

Retomo os recortes empreendidos para associar ao desalento proposto por Soler (2018) a partir de diferentes direções de sentido. Compreendo que a legitimação operada pelo diagnóstico para o transtorno mental produz um efeito de desalento por alçar o sujeito a uma posição que, nas palavras de Soler, transforma-se em uma “predicação injuriosa” em relação ao outro e ao Outro. O discurso do e sobre o sujeito é atravessado por esse efeito ideológico de evidência, marcado linguisticamente pela cópula (“ele/ela é deprimido/a”/ “eu sou ansioso/a”, “eu estou/estava com depressão”). Vale ressaltar que tal efeito de evidência pode ser legitimado pelo Aparelho ideológico do Estado de saúde a partir do diagnóstico, o qual passa a funcionar como uma comprovação do/sobre o sujeito, que pode filia-lo a certas práticas e obstaculizar outras.

O efeito de desalento ainda se produz nessa experiência porque, no discurso do sujeito empreendedor, o medicamento comparece não apenas como mais um produto de consumo, mas como o produto que assegura – e que nesse caso pode funcionar em paralelo ao diagnóstico

– a manutenção da imagem de sucesso e felicidade à qual essa posição está fortemente aliada. Sem ela, inclusive, o ritual ideológico pode ruir e inscrever efeitos indesejáveis – até mesmo imperdoáveis. Destaco o comparecimento do termo ‘culpa’ no discurso de PC Siqueira em relação aos obstáculos subjetivos que o impossibilitam de realizar seu trabalho pelo qual é reconhecido – as gravações dos vídeos – e cuja força de evidência coloca em dúvida até mesmo o transtorno mental – deslizando inclusive para sentidos de preguiça.

Por fim, é uma experiência com efeito de desalento porque o diagnóstico, além de funcionar discursivamente no comparecimento do necessário e suficiente para a delimitação dos transtornos e dos sujeitos, opera silenciando questões de outra ordem na relação com o transtorno em jogo: a que horizonte subjetivo, relacionado às faltas e aos desejos do sujeito, pode lançar luz um determinado transtorno mental? Nos recortes, depreende-se que esses aspectos deixam de receber a espessura e a opacidade necessárias em um processo de acolhimento e escuta do sujeito com transtorno mental para funcionarem discursivamente a partir de vestígios linguísticos que mobilizam a descrição de sintomas (taquicardia, falta ou excesso de sono, falta ou excesso de apetite, apatia, sudorese).

Conclusão

No encerramento deste texto, é o título que retomo, já que os gestos de análise produziram um percurso de reflexão e escrita que me fez repensá-lo e alterá-lo até seu efeito de encerramento. Isso porque se de saída a hipótese girava em torno do dizer sobre o transtorno mental no relato de PC Siqueira, o que se coloca em questão, neste momento, está para além dos sintomas e do sofrimento causado pelos transtornos mentais em jogo (depressão, ansiedade, síndrome do pânico). Trata-se de um sofrimento outro e que comparece de forma marcada na materialidade linguística: a culpa da não produção, a culpa da indecisão, a culpa do cansaço, a culpa da inação. Um efeito de sofrimento emergente que concorre com o que é de outra ordem, ordem esta que impõe ao sujeito uma parada, um intervalo, uma interrupção na agenda repleta de compromissos.

Referências

- ADORNO, G. Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs. **Tese**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. São Paulo, 2015.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Org. e trad. Pedro Bendassoli. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.
- FREMAN, D.; FREMAN, J. Ansiedade: o que é, os principais transtornos e como tratar. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- FREUD, S. [1930]. O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Trad. sob direção geral de Jayme Salomão; comentários e notas de James Strachey; colaboração de Anna Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 67-148.
- HORWITZ, A. V.; WAKEFIELD, J. C. **A tristeza perdida**: Como a psiquiatria transformou a depressão em moda. Trad. Janaína Marcoantônio. São Paulo: Summus, 2010.
- KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KRAMER, R. **Da inspiração à interpelação**: o discurso fitness no Instagram. 2020. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2020.
- LEANDRO FERREIRA, M. C. O mal-estar do sujeito contemporâneo: político, cultura e arte. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.; SILVA SOBRINHO, H. F. (orgs.). **Sujeito, sentido, resistência**: entre a arte e o digital. Campinas: Pontes, 2019, p. 19-35.
- LE BRETON, D. **Antropologia da dor**. Trad. Iraci Poleti. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.
- LUNKES, F. **Depressão e medicalização no discurso jornalístico**. Curitiba: Appris, 2018.
- MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento [et al.]. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- MARIANI, B.; MAGALHÃES, B. “Eu quero ser feliz”: O sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 125-141.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

- ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- PÊCHEUX, M. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Trad. Eni Orlandi [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. [1969]. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a, p. 61-161.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975]. **A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas (1975)**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b, p. 163-252.
- SOLER, C. **A querela dos diagnósticos**. Trad. Cícero Alberto Oliveira e Elisa Fingermann. Revisão da tradução e revisão técnica de Sandra Berta. São Paulo: Blucher, 2018.

A CRIANÇA PARA ALÉM DA CARDIOPATIA CONGÊNITA PELO OLHAR DA ANÁLISE DE DISCURSO

Regina Maria Ayres de Camargo Freire¹

Marcel Amaral Marques Ferraz²

Introdução

Ter um filho com cardiopatia congênita irá impactar de forma violenta o final da gestação e o início da vida de um bebê. Pais que acompanhavam o percurso normal da gravidez, com visitas regulares ao obstetra, por volta do sétimo mês recebem o resultado do exame morfológico e, são informados de que seu bebê tem um quadro de hipoplasia do ventrículo esquerdo, má formação das câmaras cardíacas que impacta 8 entre mil nascidos vivos. Qual o sentido desta doença e por que seria tão impactante? Os bebês que a portam serão submetidos a três cirurgias, a primeira logo após o nascimento, a segunda aos cinco meses e a última por volta dos cinco anos de idade, para que sobrevivam. Risco de vida permanente: pelas cirurgias, internações, infecções hospitalares e, principalmente, pela cardiopatia. Risco no peito pela cicatriz que lembra a sobrevivência ameaçada. Os efeitos da doença na vida futura da criança sobrevivente são ainda incertos: alterações no desenvolvimento orgânico e psíquico e marcas do temor da morte, do sofrimento em vida e das incertezas.

No dizer de uma das mães:

¹ Mestrado em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980), doutorado em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990) e pós-doutorado pela USP - campus Ribeirão Preto no departamento de Psicologia Educacional (1995). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ministrando aulas nos cursos de Fonoaudiologia e Fisioterapia e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia. São Paulo. Email: freireregina@uol.com.br.

² Mestre em Fonoaudiologia pela PUC/SP. Psicólogo e Psicanalista, participante das Formações Clínicas do Campo Lacaniano do Fórum do Campo Lacaniano-SP (FCL-SP). São Paulo. Email: marcel_ferraz@msn.com.

Ele nasceu em julho e teve alta dia 6 de setembro, a primeira. Agora, a de 6 meses ele entrou aqui com 6 meses e saiu daqui com um ano. Aí essa eu fiquei em tempo integral. (...) Tinha um quarto pras mães no 6º andar e ali eu ficava. E teve algumas ocasiões que eu ia pra casa, mas eu não me sentia bem, o sentimento que eu tinha é como se eu estivesse abandonando ele, então isso acabava comigo. (...) A Fontan foi a melhor cirurgia do meu filho. (...) O L. ficou 11 dias internado.

E na fala de outra:

Eu acho que cada criança é uma criança, cada organismo é um organismo, cada criança tem o seu tempo. Eu vi criança fazer a cirurgia que o G. fez e em 15 dias ir embora, eu vi outras irem embora com 3 meses, com 4 meses, e eu ficava.

A. relata que teve outros filhos com cardiopatia congênita e V. pontua: “Mulher, por que você não fechou logo no primeiro, quando veio o primeiro”, e então A. considera: “Ah! mano, faz isso não! Eu queria ter um filho normal. Aí eu descobri que o normal também é cardiopata. (...) Tem o R., que é o de 15. E tem o G.. O do meio faleceu, com a mesma cardiopatia do G.”. Relata que a cardiopatia do mais velho foi descoberta aos 6 meses de vida e o que faleceu foi 15 dias após seu nascimento, que sentia que a bebê tinha algum problema:

Eu pensava "essa criança é doente". "Ela é doente", e não é porque eu levei um trauma do R., não foi, não foi. Eu sabia e ele era, "não mãe, ele é normal, o coração dele é normal, tudo normal", "tá bom, então é normal", nasceu bonitinho. Quando foi 15 dias a médica falou "Essa criança não é normal", eu falei "eu já sei, eu sei disso".

O Estudo

Trata-se de uma pesquisa-intervenção com um grupo de pais, desenvolvida no ambulatório de cardiopatia infantil de um Hospital³ na cidade de São Paulo. Neste local, semanalmente, são acompanhadas as crianças que participam de um projeto de intervenção multidisciplinar que agrega profissionais da saúde de várias áreas tendo como objetivo o desenvolvimento social, afetivo, motor, cognitivo e de linguagem dos envolvidos.

³ Não identificamos o hospital por um princípio ético e quando nos referimos ao mesmo colocamos a inicial em maiúscula.

Os pais dessas crianças permanecem na sala de espera durante a manhã até que seus filhos sejam atendidos. Passamos a oferecer-lhes um acolhimento e uma escuta e, um convite começou a ser feito àqueles que quisessem participar. A resposta inicial foi tímida, mas, ao longo dos encontros, foi se tornando mais sólida.

Foram realizados 18 encontros de uma hora, em um período de 6 meses. Chegamos a ter 23 familiares participando do grupo de pais de forma intermitente, com uma média de 4 pessoas por encontro. Todos os encontros foram coordenados por um psicanalista, um dos autores deste texto, gravados e transcritos sob a permissão dos participantes. Das transcrições constituiu-se o *corpus*, objeto da análise deste trabalho.

Objetivo

Por meio do dispositivo de leitura da Análise de Discurso, lançar um olhar sobre os dizeres dos pais sobre seus filhos cardiopatas e responder às perguntas: “Quem é a criança por detrás da cardiopatia” e “Como os pais lidam com a doença e suas vicissitudes?”.

Abordagem teórica

Os encontros entre os pais e o psicanalista foi mediado pelo método da Conversação, dispositivo psicanalítico lacaniano proposto por Jacques-Alain Miller (2005) e desenvolvido como metodologia de pesquisa-intervenção por Santiago (2011). Este dispositivo consiste em deixar o outro falar, sem direcionamentos temáticos e, por meio de cortes em dados significantes, motivar o participante a falar mais sobre o assunto e, assim, gerar diversas cadeias significantes, ou descolar o sujeito de uma dada posição subjetiva/discursiva ou, ainda, para provocar a fala de alguém. Para isso, iniciou-se os encontros em concordância com o método psicanalítico proposto Freud (1972): “Deixo o próprio paciente escolher o assunto do trabalho do dia, e desta forma parto de qualquer aspecto que seu inconsciente esteja apresentando à sua percepção no momento.” (p. 10). Apostou-se na transferência e no seu manejo, na associação livre e em outros pressupostos psicanalíticos para provocar a retificação subjetiva dos

participantes, ou seja, deslocá-los de suas posições subjetivas para trilharem caminhos do nível do inédito, viabilizando o deslocamento da queixa para a implicação do sintoma.

Constituição do Corpus e Análise de Discurso (AD)

Courtine (2009) pontua que a constituição de um *corpus* em AD é um “conjunto de sequências discursivas” (p. 54), organizadas a partir de hipóteses “emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa” (op. cit., p. 54). Esse processo demanda “delimitar um campo discursivo de referência (...), impondo aos materiais uma série sucessiva de restrições que os homogeneízem” (op. cit. 54). Entende-se por *sequência discursiva* os fragmentos que compõem o *corpus*, tomados pelo analista após ter delimitado o campo discursivo.

A constituição do *corpus* discursivo deve ser atravessada de “exaustividade, de representatividade e de homogeneidade” (GARDIN & MARCELLES, 1974 *apud* COURTINE, 2009, p. 56). O conceito de exaustividade está relacionado ao movimento frente ao material que servirá como base para constituição do *corpus*, dando conta de tudo que “incomodar o pesquisador” (COURTINE, 2009, p. 56). O de representatividade está relacionado aos elementos que se repetem, logo, quanto mais elementos anunciarem algo, mais evita-se a generalização. E por fim, a homogeneidade, ou seja, os elementos precisam conversar entre si, ter uma “coerência discursiva” (op. Cit. p. 57).

Com base nos pressupostos anunciados acima, constituiu-se o *corpus* deste trabalho, e extraiu-se fragmentos a serem analisados.

Análise de Discurso do Corpus

A Análise de Discurso é o dispositivo de leitura utilizado neste trabalho, engendrado por Michel Pêcheux. Ao discorrer sobre o quadro epistemológico da AD, Pechêux & Fuchs (1993) pontuam:

- Ele reside, a nosso ver, na articulação de 3 regiões do conhecimento científico:
- 1) O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
 - 2) A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

3) A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (p. 163-164). Queremos ressaltar que a leitura por meio da AD se dá antes mesmo da constituição do *corpus*. Os questionamentos que constituem o objetivo já são atravessados pela AD.

Bicho do mato

“Ela parecia bicho do mato”, é a fala de V., mãe de ME., ao se referir a filha antes da participação no projeto de intervenção. ME. não fala, expõe suas demandas por meio de gritos, e, para indicar o que quer, segura a mão da pessoa a quem direciona a demanda e a conduz, seja para pegar um brinquedo ou algo para comer. Os pais tentam interpretar seus gestos, como se faz com um bebê, mas ME. tem 4 anos. Sua mãe traduz a metáfora “bicho do mato”: “Era só eu e o pai dela”, e ainda: “Ela ficava sempre no cantinho dela. Não interagia com outras crianças”. A maioria das crianças, participantes desse projeto, demoraram para se socializar, viviam no *cantinho* delas, somente com os pais, como *bicho do mato*. O projeto rompe o isolamento dessas crianças, abrindo-lhes o caminho para o convívio social e lançando-lhes um outro olhar.

Pa. revela que seu filho passou a chamá-la de mãe e a anunciar o próprio nome, no cumprimento ao outro: “Oi! Eu sou R”, aos 4 anos. Julgar que tal expressão deveria ter ocorrido em certa idade, seria um equívoco, pois aqui pressupomos haver sujeito e, ao fazermos isso, consideramos que há especificidades que o constituem, para além do tempo cronológico. Cabe, então, perguntar: por que R. não nomeava Pa. como mãe antes de seus 4 anos?

Gadet *et al* (1997) consideram que “O sujeito do inconsciente, que não cessa de advir para se apagar enquanto resíduo logo renascente, procede do lugar do simbólico, lugar do Outro, distinto do outro, o da relação imaginária que diz respeito ao eu (...)”. (p.53). Para prosseguirmos, precisamos entender a concepção de sujeito a qual estamos nos referindo: Pêcheux (2016) diz que “o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina” (p. 150), e explica que esse esquecimento é do nível do que gerou sua causa e

não de algo que havia em sua memória e se perdeu. O sujeito é do nível do “sempre-já” lá (ALTHUSSER, 1970, p.102), causa do inconsciente e da ideologia, elementos onnipresentes, capazes de “dissimular sua própria existência” (op. cit., p.152). Entendemos que o sujeito é constituído pelo que o precede, ou seja, pelo campo do outro, nomeado como grande Outro por Lacan (1964/1996), iniciado com letra maiúscula, no entanto, “dependemos do campo do Outro, que estava lá há um bocado de tempo antes que viéssemos ao mundo, e cujas estruturas circulantes nos determinam como sujeito.” (op. cit. p. 233). Lacan (1957-58/1999) observa ainda que:

O Outro é, justamente, o lugar do tesouro, digamos, das frases ou até das ideias feitas, [...] apresenta um caráter que podemos chamar de abstrato, (...) tudo o que foi preparado desde a origem da cultura, (...) um caráter singularmente imortal.” (p. 122-23).

Logo, “o sujeito só é sujeito por seu assujeitamento ao campo do Outro” (LACAN, 1964/1996, p. 178), também tido como o “tesouro do significante.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 154). Sobre o conceito de sujeito a partir da psicanálise, Baldine (2014) considera que:

(...) o que permanece como ponto central da questão entre Análise de Discurso e Psicanálise é que esta última fornece os elementos essenciais para que se possa pensar o conceito de sujeito e de subjetividade que interessam ao projeto de Pêcheux de uma análise histórica dos processos de determinação do sentido (p.108).

A possível relação simbiótica entre Pa. e R. aparece na fala de outra mãe do grupo, ao dizer à Pa.: “Ele não entendeu que ele tem uma vida fora vocês.”. Será que por conta disso R. não nomeava Pa. como mãe? Por não se compreender como um sujeito separado do outro, no caso a mãe? O vocês se refere à família com a qual vivem, os avós e irmãs de Pa., que consideram R. “como se fosse, eu não sei explicar, tipo, como se fosse ouro, como se fosse, estivesse na bolha” diz Pa., e revela que R. não faz coisas que seu primo da mesma idade faz: “Só que ele já faz coisas sozinho, muito mais, muito, sabe assim? Muitas outras coisas que o R. não faz só”. Pa. considera que R. não é autônomo como o primo e relaciona essa diferença ao ambiente em que vive, caracterizado como *bolha*, estimando seu valor análogo ao do *ouro*. Então, por paráfrase, entendemos que: “R. não faz coisas sozinho, que seu primo da mesma idade faz, porque a família o tem

como ouro, mantendo-o em uma bolha”. Há o consentimento de que há um nível de valoração destinado à R. super estimado, mantendo-o em um ambiente que o impede de ter a mesma autonomia das outras crianças de sua idade. Pa. então anuncia o desejo de romper com essa bolha matriculando-o na escola:

Pa.: Ano que vem você vai ter que ir para escola.

R.: Aí mãe, mas por quê? Ai meu coração!

P⁴: Ele fala: "Ai meu coração?"

Pa.: Eu não sei se ele usa a palavra coração, mas ele põe a mão aqui e fala "Ai eu estou cansado!"

Após alguns questionamentos do psicanalista sobre o significado desse gesto de R., Pa. considera que é para “conseguir o que ele quer”. Podemos inferir que é um gesto do nível de uma mentira com o intuito de manipular uma dada situação. Embora os dizeres pareçam apontar para isso, o psicanalista não pode partir do pressuposto de que sabe do que o outro está falando, ou seja, ser envolvido por um efeito de obviedade, para provocar a constituição de novos caminhos, o psicanalista precisa:

Fazer o imbecil: isto é, decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí... (PÉCHEUX, 2016, p. 25).

Logo, R. tem ciência sobre o que seu estado de saúde pode provocar no outro e que ele pode se utilizar disso a seu favor, para “conseguir o que ele quer”. Pa. pontua que o colocará na escola e observa:

Pa.: (...) por mais que ele faça o **drama** que eu sei que ele vai fazer.

P: E como seria esse drama?

Na sequência discursiva acima, o psicanalista faz cortes em alguns significantes para que o sujeito fale mais. Pa. então esclarece o significante *drama*, pontuado por ela como “o drama”, com o artigo definido *o*, sugerindo que há uma referência específica a uma dada circunstância, inscrita no intradiscurso, sustentada pelo interdiscurso. Os enunciados “somente tomam o seu sentido em relação a algo exterior, que constitui o seu contexto, seu espaço de referência”

⁴ Toda intervenção realizada pelo psicanalista será compreendida por “P”.

(PÊCHEUX, 2011b, p. 133). O psicanalista, por meio da intervenção, solicita esclarecimentos sobre o que sustenta essa frase, esse “algo exterior”. E então Pa. considera:

Ele vai falar que não está se sentindo bem, ele já falou, agora não estou lembrando exatamente, mas que o peito dele estava doendo.

Ela se recorda do gesto que serve de sustentação para a fala: “eu sei que ele vai fazer”, porém não se lembra da circunstância. Notamos que há algo que atravessa essa fala e acessamos Barbosa Filho (2018) que ressalta que “o jogo com a língua e a história tende a dar visibilidade aos discursos que atravessam, transversalmente, a suposta horizontalidade e evidência unívoca tanto do acontecimento quanto da textualização” (p. 231-232)”. E então o psicanalista continua, no papel de imbecil, a questionar:

P: E não é verdade?

Pa.: **Não é verdade. É óbvio que não era verdade, ele estava/**, (...) "Não mãe, eu não estou bem!", deitou no sofá e ficou: "Depois eu arrumo, porque eu não estou/ Olha! Aí mãe!" (imita o filho realizando uma respiração ofegante).

R., aos seus 4 anos, aprendeu a mentir alguns sintomas, com base no real, para manipular o outro, para “conseguir o que quer”:

Pa. Não é verdade. É óbvio que não era verdade, ele estava [▲]⁵

Inferimos por meio de incisa:

Não é verdade. É óbvio que não era verdade, ele estava **mentindo**

Invocamos nesse momento a consideração de Haroche (1992) sobre elipse:

A elipse constitui, desde então, aos olhos dos gramáticos, uma falta evidente, necessária e trivial, enquanto sua contraparte, a incisa, interrompendo ela também a linearidade do discurso, não constitui senão um acréscimo contingente e acessório. Assim, paradoxalmente, o implícito, no caso da elipse, longe de ser ambíguo, contraditório e, de qualquer modo, contingente, é tido por necessário e unívoco, em relação a um explícito quem este, seria tido por acessório na incisa. Tanto o implícito como o explícito não são suscetíveis de

⁵ O símbolo [▲] representa a elipse.

romperem a linearidade do discurso: eles não devem, ao contrário (pelo viés do postulado da determinação), senão repetir a linearidade. (p. 121).

Pa. inscreve o significante *mentir* por meio de metáforas ao descrever os gestos de R.: "Ai meu coração?" ou "Ai eu estou cansado!" ou ainda: "Depois eu arrumo, porque eu não estou/ Olha! Aí mãe!", até mesmo imitando a respiração ofegante mentirosa de R. Entendemos, a partir de Freud (2010), esse gesto de R. como um "ganho secundário da doença" (p. 302)". O instinto de autoconservação tentará se aproveitar de cada situação, o Eu também procurará tirar vantagem da condição enferma.

Futuro

V. relata que, atualmente, ao ver uma criança de 12 anos com histórico de cardiopatia congênita, pensa: "Meu filho pode chegar a esse tamanho", e anuncia: "A ME quando nasceu com todos os problemas, eu não via ME já grande, e hoje em dia, quando a gente vê uma criança, você tem aquela esperança". Observamos a referência a uma esperança que não estava nela, mas que passou a estar, o dêitico *aquela* anuncia algo do nível do comum a todos, sensação que ela crê que, possivelmente, qualquer outro tem por seu filho, mas que ela não tinha por sua filha. Algo da ordem do imaginário. Podemos entender que *aquela esperança* é um elemento pré-construído, conceito utilizado por Pêcheux (2016) para: "designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é "construído" pelo enunciado" (p. 89), elementos esses contidos no interdiscurso que servem de sustentação para a elaboração do intradiscurso. Sobre os conceitos de intradiscurso e interdiscurso, Barbosa (2018) faz a seguinte consideração e nota de rodapé:

Partindo de uma dissimetria entre o enunciado e o enunciável, diremos que o intradiscurso figura na região do dizer como o próprio fio do discurso, como as formulações em sua materialidade linguístico-textual. Na medida em que o enunciável é exterior ao sujeito, o interdiscurso, por sua vez, figura na região do dizível, como "o lugar de constituição da exterioridade do enunciável" (COURTINE; LECOMTE, 1979, p. 489). O efeito próprio do intradiscurso é saturar, por meio do efeito de linearidade da sintaxe, a heterogeneidade constitutiva de qualquer formulação, dissimulando a natureza linguístico-histórica do discurso. Ou seja, como se os elementos que compõem e articulam o enunciado sob a base material da língua fossem produzidos no e pelo próprio

intradiscurso, quando, na realidade, são produzidos anteriormente e exteriormente no interdiscurso. (p. 98).

Então, ela não diz *Tenho esperança de minha filha chegar aos 12 anos*, mas sim “eu não via a ME. já grande, e hoje em dia, quando a gente vê uma criança, você tem aquela esperança”. Por que ela não coloca as últimas frases na primeira pessoa? “Eu não via a ME. já grande”, ela continua: “A gente vê”, e completa: “Você tem”. Ela está sozinha no primeiro olhar, no segundo inclui um outro e no terceiro é somente o outro.

J., ao ouvir uma participante falar sobre as preocupações de seu marido quanto à orientação sexual do filho, diz: “O seu ficou com essa preocupação, o meu era se o meu filho ia nascer com Síndrome de Down”, pois, decorrente da cardiopatia, segundo o médico, havia uma chance de 80% a 90%. E ainda, o mesmo médico disse: ‘Não comemora que vai vir! Deixa nascer, se sobreviver, ok!’

Podemos inferir por substituição:

Não comemora **a gravidez!**

Podemos interpretar o “Não comemora que vai vir!” como um gesto de negação da gestação. Notamos a elipse:

Deixa nascer, se sobreviver, ok [▲]

Logo, por meio de incisa, teremos:

Deixa nascer, se **não** sobreviver, **você não comemorou a gravidez!**

Deixa nascer, se **não** sobreviver, **a gravidez não existiu**

Observamos a eficácia das hipóteses por meio do que há de material nas sequências discursivas, parafraseando, substituindo, evidenciando elipses e realizando incisivas, jogando com a materialidade da língua. Pêcheux (2006) pontua que todo discurso é suscetível de interpretação, porém fomentamos “a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” (p.55).

Porém essa mãe não colou nessa fala, reagindo da seguinte maneira: “Nascendo, para mim pode ter a síndrome que tiver eu vou cuidar tranquilamente. Eu só quero que ele sobreviva”. O médico

sugere que ela negue a gravidez até seu nascimento, partindo talvez do pressuposto de que a negação anula a dor da perda. Acontece que esse gesto é do nível do impossível, compreendendo que “O bebê é envolvido pela linguagem antes mesmo de sua concepção” (FREIRE, 2015, p. 767), sendo banhado pelo desejo dos pais, não havendo como se ver fora disso, entendemos então “que um indivíduo seja sempre-já sujeito, mesmo antes de nascer” (ALTHUSSER, 1970, p. 102). Três coisas passaram a rondar essa gestação, a cardiopatia, a síndrome e a morte, porém, uma, das três coisas era real, a cardiopatia. Os outros dois significantes foram atribuídos à gestação pela fala do médico, significantes esses que poderiam marcar o sujeito. Sobre o termo *significante*, podemos considerar que:

O significante não é somente uma letra, uma palavra, ou duas, ou três, ou uma sentença, é tudo que possibilita um significado, pode ser um objeto, qualquer coisa que permite uma interpretação. O significado dado ao significante nunca o significará completamente, não há significados determinados para um significante, mas sim possibilidades de significado. (FERRAZ, p.31).

O significante não define ou representa o sujeito, mas “representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1998, p. 27). Em uma cadeia de significantes o sujeito emerge no “Real da língua (...), nas falhas, no erro, no lapso” (FREIRE, 2012, p. 311). “Como temos o significante, é preciso que a gente se entenda - e é justamente por isto que não nos entendemos. (...) Desde que o ser humano é falante, está ferrado, (...)”. (LACAN, 1998, p. 31).

Ignorância

Como se trata de uma cardiopatia conhecida por uma pequena parcela dos médicos, quando os pais os levam ao Pronto Socorro, por qualquer emergência, aqueles se recusam a atender as crianças:

V.: Quando eu levo ela para o hospital e falo que é cardiopatia congênita, eles já **não querem atender**. (...) A gente leva nos PS e os médicos ficam com medo.
L.: Aqui eles sabem tratar. Já aconteceu dele se desidratar e chegou a desmaiar. Era só dar soro, mas no PS **colocaram ele na UTI** e ele **pegou uma infecção**.

V.: “Você é uma **galinha dos ovos de ouro**”, eu cruzei os braços e disse “como é que é? (...)”, “Então você (quer colocá-la)⁶ dos avessos para as pessoas, **seus estudos?**” “Não, é pelo tipo de cardiopatia dela, é que **é uma cardiopatia rara.**”.

Pa.: Imagina, você chega no hospital e **querem operar** seu filho? Que tipo de operação vão fazer no meu filho?

S: É tanta **insegurança dos médicos**. Eu sabia que a saturação⁷ dele é 85⁸, mas no hospital eles **colocaram máscara**⁹ nele e eu dizendo que é normal pela cardiopatia dele.

O medo e a insegurança são significantes que atravessam a relação entre pais e médicos fora do Hospital, tornando este o único hospital confiável. Há um dizer de um médico cardiologista de outro hospital, caracterizando ME., filha de V., como *galinha dos ovos de ouro*. Face a indignação de V., o médico explica que se referiu à raridade da cardiopatia de ME. V. interpreta a metáfora como algo que pode colocar a vida de sua filha em risco. Na fábula, a galinha dos ovos de ouro é algo raro, também em risco, pois seu dono decide abri-la, *colocá-la dos avessos*, para pegar todos os ovos que estariam dentro dela, mas, para isso, a mata. ME., ao ser analisada por um médico fora do Hospital, pode colocá-la em perigo por querer servir-se dela como objeto de estudo. Compreendemos a raridade dessa cardiopatia para a maioria dos médicos, porque quando o bebê, em período gestacional ou logo após seu nascimento, é identificado com essa cardiopatia, é direcionado para os poucos hospitais especializados, então, poucos cardiopatas têm acesso à essas crianças e as acompanham em seu crescimento. Anunciamos em negrito os significantes que compreendem a tensão da relação entre pais e médicos, logo, entendemos que, nos outros hospitais, por *insegurança, os médicos, não querem atender* a criança portadora de uma *cardiopatia rara, a galinha dos ovos de ouro* ou, quando atendem, a *colocam na UTI* equivocadamente, devido à baixa saturação não compreendida como normal pelos médicos, ou *querem operar*,

⁶ A palavra entre parênteses na citação significa o que foi compreendido, porém não se tem certeza devido a qualidade do áudio.

⁷ Saturação do Oxigênio. É a porcentagem de oxigênio no sangue medida por meio de um oxímetro. Os níveis de saturação considerados normais costumam ser de 95% a 100%.

⁸ 85 por cento. Nível de saturação do oxigênio de M.

⁹ Máscara de oxigênio.

colocar dos avessos, por ignorância ou como objeto de estudo. Parte do que os pais fantasiavam pode ter como base o real. O real da ignorância, da insegurança e da surpresa por parte dos médicos pode dar vazão a diversas possibilidades de fantasia, inclusive a de os médicos quererem operar a criança somente para estudá-la.

Cardiopatia congênita versus normalidade

Embora confiem, prioritariamente, nos médicos do Hospital, por considerarem que os demais médicos podem colocar a vida de seus filhos em risco, há um paradoxo nessa relação, pois há falas dos médicos que os pais desconsideram:

V.: Os médicos falam “Qualquer febre, hospital!”. Por mais que eles falam: “Vida normal!”, a gente sabe que nunca vai ser **vida normal**. (...) Mas uma **gripinha** derruba eles. (...) Por mais que temos nossos filhos saudáveis, qualquer **bobeadinha** que der, se não **cuidar direito**, leva.

Desconsideram a possibilidade do anúncio médico de uma *vida normal*. Não é possível conceber uma *vida normal* sendo que uma *gripinha* pode *derrubar*, uma *bobeadinha* pode *levar*, então é preciso *cuidar direito*. Os termos no diminutivo anunciam algo que, possivelmente, para uma *vida normal*, não seria *derrubar* ou *levar*. Podemos inferir que os significantes *derrubar* e *levar* se relacionam de modo sinônimo a morte.

Os médicos pontuam que é *vida normal*, mas o que seria essa *vida normal*? Ju. revela que não compreende de maneira técnica todo o processo pelo qual seu filho atravessou e então considera:

Se a Dra. C. acha que deve me falar alguma coisa, ela vai me falar, igual ela falou: "Olha! **Isso daqui é paliativo**, ele fez 3 cirurgias e **quem disse para você que ele está curado?** (...) **Quem disse que ele vai viver para o resto da vida?**"

De acordo com a última pesquisa do IBGE¹⁰, a expectativa de vida de um brasileiro é de 76,3 anos. Será que o significativo *resto da vida* está associado à possibilidade de ele não corresponder a essa expectativa, então qual a expectativa de vida dessas crianças? O que

¹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018>. (Acesso em 29/07/2020)

seria o resto da vida? Analisemos essa sequência discursiva: ‘Isso daqui é paliativo’.

O adjetivo paliativo¹¹ está relacionado a algo que foi “empregado para paliar¹²” (MICHAELIS, 2020), ou seja, para:

Vtd. 1 Usar de disfarces; encobrir, dissimular.

Vtd 2 Deixar mais suportável; atenuar.

Vtd 3 Remediar de forma provisória; tratar com paliativo; tentar.

Vint 4 Deixar para realizar futuramente; adiar, protelar.” (op. cit.).

Agora, qual o significado de paliativo nesse contexto? Qual significado melhor corresponde a esse significante? Pêcheux (2011a) diz:

O ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras. (p. 27-8).

Considerando que, de acordo com o enunciado, o significante *isso daqui* se refere às 3 cirurgias, logo, por substituição: **as 3 cirurgias são paliativas.**

Entendemos que as sequências discursivas abaixo se relacionam:
As 3 cirurgias são paliativas

Quem disse para você que ele está curado?

Quem disse que ele vai viver para o resto da vida?

Parafraseando as duas últimas frases:

Ele não está curado

Ele não viverá por muito tempo

O significado de paliativo está no intradiscurso por substituição:

As 3 cirurgias **não o curaram**

As 3 cirurgias **não farão com que ele viva por muito tempo**

Temos acima um exemplo icônico do dispositivo analítico que utilizamos. A materialidade discursiva, privilegiada pela AD, nos dá o

¹¹ Michaelis. Paliativo: Adj sm. 1 Que ou o que apresenta propriedades sedativas. 2 Que ou o que é empregado para paliar. (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/paliativo%20/>). Acesso em 29/07/2020).

¹² Michaelis. Paliar: Vtd. 1 Usar de disfarces; encobrir, dissimular. Vtd 2 Deixar mais suportável; atenuar. Vtd 3 Remediar de forma provisória; tratar com paliativo; tentar. Vint 4 Deixar para realizar futuramente; adiar, protelar. (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/paliar/>). Acesso em 29/07/2020).

significado da coisa, porém temos que triturar o texto. Todos os significados de *paliativo* estavam no intradiscurso e não no dicionário.

Ora, compreender um enunciado implica a possibilidade de reformular, de parafrasear, logo, de certo modo, de lhe acrescentar algo, o que necessita, conseqüentemente, da intervenção de elementos implícitos, suscetíveis de introduzir, então, uma ambigüidade (HAROCHE, 1992, p. 115).

Retomemos as seqüências discursivas baixo:

Mas uma **gripinha** derruba eles
Por mais que temos nossos filhos saudáveis, qualquer **bobeadinha** que der, se não **cuidar direito**, leva

Os pais então consideram que é preciso *cuidar direito*, pois, de acordo com as seqüências anteriores, eles não estão curados e não viverão por muito tempo, logo, *uma gripinha* ou *qualquer bobeadinha* pode levá-los a óbito. Então como *cuidar direito*? Analisemos o seguinte dizer de L.: “Eu sou a bolha dele”.

O analista repete a frase por meio de um interrogação: “Você é a bolha dele?”, a aposta da intervenção é de o sujeito significar o que foi dito, elaborar de outro modo, é de provocar o encadeamento de outros significantes, quiçá provocar o deslocamento dessa posição imprevisível e inédita, algo que é construído no processo. “A função do analista na conversação não é interpretar, mas fazer cada participante tomar a palavra e permitir que o grupo possa se escutar” (LIMA et. al., 2015, p. 434).

Ela não diz *eu o coloco em uma bolha*, mas sim “Eu sou a bolha dele”. Talvez entendamos como óbvia a metáfora, algo do nível de mantê-lo sob proteção. Porém, em um processo de Conversação, o sujeito precisa significar o que diz, o analista não pode partir do pressuposto de que sabe do que o outro está falando, precisa se esquivar do efeito de obviedade, solicitando que o sujeito fale mais a respeito, questionando-o sobre o que quer dizer. Então L. pontua:

Por conta de tudo que eu já passei com ele (...), porque ele já ficou mais de 7 meses internado, só 5 meses de UTI. **Eu sou muito protetora,** até **excessivo**.

L. consente que existe um excesso, algo que transborda. O significante *cuidar direito* então se relaciona com as seqüências abaixo:

Eu sou **a bolha**
Eu sou **muito protetora**
Eu sou **excessiva**

Os significantes *bolha*, *muito protetora* e *excessiva* se relacionam de modo sinonímico e podemos inferir que significam *cuidar direito*, que é justificado na historicidade de interações que D. passou, porém ela acentua que passou com ele, então ela está protegendo-o ou se protegendo?

M. espera a mãe, S., retornar à casa para revelar-lhe um ato de desobediência: M. foi até a padaria sob o olhar de uma vizinha. S. então revela sua preocupação à M:

Deus **me livre** e guarde! Acontece de uma bicicleta!¹³
Nossa! Você só pensa em coisa ruim

A primeira fala acima é de S. ao seu filho, a segunda é a resposta de M. Notamos que há uma interrupção na fala após o significante *bicicleta*. A interrupção acontece por ela mesma, o outro não a interrompe, então há uma elipse nessa fala:

Deus **me livre** e guarde! Acontece de uma bicicleta [▲]

M. entende que a elipse é da ordem de uma fatalidade, no entanto ele significa todos os pensamentos da mãe como sendo da ordem do *ruim*.

Analisemos a fala seguinte de S.:

A gente quer **se prevenir**, mas acaba **se auto protegendo demais**

Se *prevenir*” e *se auto protegendo* são significantes que se combinam. Entendemos que também há elipses nessas frases:

A gente quer **se prevenir** [▲], mas acaba **se auto protegendo demais** [▲]

S. refere algo que possa acontecer à M., algo no nível de uma fatalidade, uma bicicleta pode atropelá-lo talvez, mas não é algo relacionado à cardiopatia, talvez o *demais*, o excesso esteja aí, onde

¹³ Utilizaremos este símbolo para anunciar uma interrupção na fala, seja por um outro ou pelo próprio sujeito do enunciado.

transcende os cuidados relacionados aos problemas de saúde. Podemos inferir, na tentativa de preencher as elipses, o seguinte:

Eu quero prevenir M. **de ser atropelado por uma bicicleta**, mas acabo protegendo-o demais **da morte**

Ou então, por paráfrase e substituição:

Eu quero prevenir **M. da morte**, mas acabo **impedindo-o de viver**

Pode ser que o efeito semântico seja o anunciado acima, porém o que S. diz é:

A gente quer **se prevenir**, mas acaba **se auto protegendo** demais

Logo, temos:

Eu quero **me** prevenir
Eu **me** auto protejo demais

As incisões e as substituições materializam ou escancaram algo. Impedir que M. saia para ir à padaria, a *previne* de uma fatalidade e isso é do nível de um excesso de *auto proteção*. Os significantes *prevenir* e *proteger* estão direcionados a ela própria e não ao filho. Impedir M. de viver algumas experiências a *previne*, supostamente, da experiência de sua morte, e é isso que sugere o dizer: “Eu quero me prevenir”, relacionado a um excesso de proteção, novamente direcionada a ela própria como uma *auto proteção demasiada*. Sublinhamos, nesse contexto, um movimento narcísico, o olhar está destinado a ela e não ao filho. Percebemos que essa fala se relaciona com a fala de L.: “Por conta de tudo que **eu** já passei com ele (...). Eu sou muito protetora, até excessivo.”. Ela não fala: *por conta de tudo que **ele** já passou*. Nessa fala também há o anúncio do excesso, algo do já sabido por ela.

Deixa o menino cair

Nas discursividades¹⁴ apresentadas percebemos que há a recusa à separação por parte dos pais, mantendo a criança na posição de

¹⁴ As falas dos pais tornam-se discursividades ao transcrevermos tais falas, compreendendo-as como sequências discursivas constituintes do *corpus*, portanto, é um conjunto de “efeitos linguísticos materiais” (PECHÊUX (2010, P. 58) inscritos na história.

objeto de seu desejo, pois o excesso os impede de sentir falta. Observamos esse movimento em outros dizeres já anunciados como: “Eu sou a bolha dele”. Podemos associar, de modo análogo, *bolha* com útero. Por que falar *bolha*? Por que ela é a *bolha dele*? Talvez porque ela já foi a *bolha* dele no período gestacional. Agora, como mantê-lo no útero, fora do útero? Como ela explicita, evitando que a criança viva qualquer situação de risco. O marido de L. por vezes a adverte: “Deixa o menino cair”, entendemos que cair é um risco que esses pais não estão dispostos a permitir que essas crianças experienciem, vejamos:

L: Não pode cair, bater a cabeça que pode ter hemorragia

J: Ele sobe o degrau, **eu estou atrás dele**, ele vai não sei aonde, **eu estou atrás dele**, com medo dele cair porque ele não tem equilíbrio.

Na anáfora: “Eu estou atrás dele”, ou seja, no que se repete na frase, escrito de modo literal, ela realmente fica atrás dele quando ele sobre os degraus, porém, também está inscrito de modo metafórico quando ela pontua: “ele vai não sei aonde”, logo, não importa para onde H. for, ela repetirá, estará atrás dele, pois ela tem medo dele cair porque ele não tem equilíbrio. E, pela repetição, essa mãe o mantém posicionado no lugar de alguém que não pode ser autônomo, impedindo-o de ter experiências comuns à crianças da mesma faixa etária. E isso que se repete na relação dessa mãe com seu filho, se relaciona com “Eu sou a bolha dele”. Existe algo que a medicina anuncia que não dá conta, pelo dizer já mostrado: “As 3 cirurgias **não farão com que ele viva por muito tempo**”, logo, esses pais creem que se *cuidar direito*, se mantiver as crianças em uma *bolha*, se *proteger muito*, talvez elas vivam mais, pressuposto este, como observamos, atravessado pela fantasia. Esse excesso, isso que transborda, anunciado em vários dizeres, apoiado no real, tem a potente função de promover o apagamento do sujeito, não é possível que o sujeito deixe de ser sujeito, pois este é do nível do “sempre-já sujeito” (ALTHUSSER, 102), porém é possível que o sujeito se mantenha alienado ao desejo do outro e isso faz com que ele desapareça, tornando-se um extensão do outro, tão somente. O marido de J. também a adverte pedindo para deixar o filho cair, então ela diz:

J.: Às vezes eu falo: "Está bom! Eu vou deixar!", mas ao mesmo tempo que eu deixo, **eu fico pensando**: "E se ele se machucar?", nossa cabeça é muito complicada. Eu tenho muito **pavor** de ele bater a cabeça e ter outra convulsão.
P.: Já aconteceu?
J.: Não. Mas **eu fico pensando**.

H. tem um histórico de convulsões decorrentes de algumas complicações cardíacas, porém, no momento desses encontros, sua saúde estava estabilizada, faltava fazer a terceira operação, mas já não tinha convulsões. O psicanalista confronta o imaginário por meio do questionamento, o corte é uma aposta em algum deslocamento possível. Entendemos que o dado real são as convulsões relacionadas à cardiopatia, não há nada relacionado à cabeça de H., porém ela *fica pensando* que ele pode sofrer algo do nível de uma fatalidade e isso a mantém *apavorada*. Outra fala que se relaciona com as sequências acima: "Peguei ele no colo e arranhei com a unha e passei Nebacetin¹⁵", diz P.

Por meio das sequências discursivas apresentadas, consideramos que esses pais posicionam as crianças em um lugar que as mantêm frágeis, dependentes e alienadas aos seus desejos, onde não podem sofrer sequer um *arranhão*.

Vejamos esta última sequência discursiva. V., no período gestacional, quando soube da cardiopatia de ME. revela que:

V.: Sabe como **eu imaginei minha vida**? Eu com uma **criança atrofiada** em cima de uma cadeira. (...) Empurrando para tudo que é lado. (...) **Eu imaginei uma criança totalmente dependente de mim**. Que **ela não iria conseguir fazer um nada na vida**.

Extraímos as sequências:

Eu imaginei uma **criança atrofiada**
Eu imaginei uma **criança totalmente dependente** de mim
Eu imaginei uma **criança uma nada** na vida

¹⁵ Nebacetin é indicado para prevenir infecções de pele e/ou de mucosas após ferimentos, cortes (inclusive de cirurgias) e queimaduras pequenas. ([https://consultaremedios.com.br/nebacetin/bula#:~:text=Nebacetin%C2%AE%20%C3%A9%20um%20medicamento,%C3%BA%20ceras%20na%20pele\)%20e%20nas](https://consultaremedios.com.br/nebacetin/bula#:~:text=Nebacetin%C2%AE%20%C3%A9%20um%20medicamento,%C3%BA%20ceras%20na%20pele)%20e%20nas)) Acesso em 06/08/2020.

Todos os pais se identificaram com essa fala. Agora, observemos que esse dizer antecede o nascimento de ME. Embora ela tenha refutado a fala do médico relacionada a uma possível síndrome ou morte, culminando na sugestão de *negar a gravidez*, como analisado anteriormente, ela marca a criança com os significantes em negrito, no período gestacional, significantes esses que, possivelmente, atravessam a criança ainda hoje aos seus 4 anos. Lembremos, como explanado no subtítulo *Bicho do Mato*, que M.E. não fala, e suas demandas são realizadas, ora por gritos, ora por pegar na mão de seus pais e conduzi-los até algo que ela queira.

E essa marca significativa pode se tornar mais profunda e mais difícil de cicatrizar do que a cicatriz que carregam no peito. O analista em uma dada sessão faz referência a um dizer de J, realizado em outra sessão: “Pensamos que eles são frágeis, mas eles não são tão frágeis quanto nós pensamos”, e questiona os pais presentes: “Isso faz sentido?”, e todos, no mesmo instante, revelam que sim e uma vai complementando a fala da outra da seguinte maneira:

S: Faz sim, no decorrer do tempo a gente vai vendo que/

R: Eles são tão fortes/

S: Por passar por tudo/

R: Que passô.

S: Passá por tudo que passô.

R: Cada caso é um caso

R: Com a mesma cardiopatia, mas cada caso é um caso

A: Eu acho que cada criança é uma criança, cada organismo é um organismo, cada criança tem o seu tempo

Essas falas são frutos de deslocamentos de posições subjetivas e ecoam provocando outros deslocamentos, construções de caminhos diversos, sem a orientação do psicanalista para que o sujeito note, faça ou pense de uma dada forma e não de outra.

Conclusão

Percorremos diversos lugares nesse estudo: passeamos pelo método da Conversação e anunciamos alguns deslocamentos, para nos determos no olhar dos pais aos seus filhos cardiopatas, materializados em seus dizeres e, analisados pela metodologia que a AD nos proporciona. Constatamos o quão simbiótica é a relação dos pais com

essas crianças, e salientamos os possíveis prejuízos que ambos podem sofrer diante da qualidade dessa relação. O excesso de proteção ao filho foi lido aqui como auto proteção, pois há a negação à dissociação, não pode haver separação. Pais que largaram seus trabalhos, seus estudos, para cuidarem integralmente de seus filhos. Tal excesso ocorre na tentativa de tamponar uma falta e de evitar o inevitável, a morte. Em razão do pouco tempo de vida, é preciso viver em excesso. É preciso viver mãe e filho, pai e filho, em uma *bolha*. *Bolha* que precisará ser rompida para que a criança possa vir a ser o autor da sua própria vida, dos seus próprios dizeres e querereres, ainda que para isso tenha que correr riscos. Caso contrário, perderá a capacidade de tomar qualquer decisão, de construir qualquer caminho... Faltará à criança o desejo de viver e de fazer qualquer coisa, pois seu desejo, estando alienado ao desejo do outro, a impedirá de arriscar-se e, assim, de *não conseguir fazer ou ser nada na vida*.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. A análise de discurso e “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. **Letras**, n. 48, p. 117-129, 2014.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **O Discurso Antiafricano na Bahia do Século XIX**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- FERRAZ, Marcel Amaral Marques. **"A senhora não está conseguindo dar conta do meu filho?": discursividades de professores de uma escola pública de São Paulo**. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FREIRE, Regina Maria Ayres de Camargo. Sobre o objeto da Fonoaudiologia. **Rev. CEFAC**, São Paulo: v. 14, n. 2, p. 308-312, apr. 2012.
- FREIRE, Regina Maria Ayres de Camargo; Verly, Fábria Regina Evangelista. Indicadores clínicos de risco para a constituição do sujeito falante. **Rev. CEFAC**, São Paulo: v. 17, n. 3, p. 766-774, jun. 2015.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 7). 1972.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferência Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos**, Vol. 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, [1930-36] 2010.

GADET, Françoise et al. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Unicamp. 1997.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Orlandi, Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992.

LACAN, Jaques. O seminário, livro 5: **as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, [1957-58] 1999.

LACAN, Jaques. O seminário, livro 11: **os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, [1964] 1996.

LACAN, Jaques. O seminário, livro 17: **o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LIMA, Nádia Laguárdia de et al. Psicanálise, educação e redes sociais virtuais: escutando os adolescentes na escola. **Estilos da Clínica**, v. 20, n. 3, p. 421-440, 2015.

MILLER, Jacques-Alain. **Efectos terapéuticos rápidos**. Buenos Aires: Paidós; 2005.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, p. 163-252, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 4ª edição. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel.; HAROCHE, Claudine.; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 13-32, 2011a.

PÊCHEUX, Michel. “Notas sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia”. In: ENI ORLANDI. **Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos**. Campinas: Pontes, 2011b.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, Bernard. et al. **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 23-29, [1980] 2016.

SANTIAGO, Ana Lydia. Entre a saúde Mental e a educação: abordagem clínica e pedagógica de sintomas na escola nomeados por dificuldades de aprendizagem e distúrbios de comportamentos. In: SANTIAGO, Ana Lydia. e CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Educação de crianças e jovens na contemporaneidade**. Belo Horizonte, PUCMINAS, 2011, pp. 93-99.

PARA ALÉM DE UM SABER INSTITUCIONALIZADO SOBRE O SUICÍDIO

Juliana de Castro Santana¹

“E como começo de caminho quero a
unimultiplicidade, onde cada homem é sozinho
a casa da humanidade”
Tom Zé.

Introdução

Na epígrafe que abre este capítulo, o compositor conhecido como Tom Zé, nos presenteia com sua definição de *unimultiplicidade*: algo que nos constitui desde o começo do caminho, desde antes de nossa existência. Somos um e somos muitos, mas sem deixarmos de sermos sozinhos. Buscamos, incessantemente, fazer laço com o outro, na alteridade radical que nos atravessa e nos escapa, na tentativa de bordear o nosso vazio estrutural que, vez por outra, se torna insuportável. Estar sempre sozinho, mesmo estando junto, parece ser um fracasso estruturante de nossa existência e de nossas relações; fracasso esse com o qual temos que nos haver para sermos e estarmos no mundo.

Atualmente, a crescente prática do suicídio, principalmente entre adolescentes e crianças, parece materializar, em ato, o insuportável do vazio da existência e o não-saber fazer diante da solidão estrutural de cada um que, ao não ser apreendida pelo simbólico, emerge no real enquanto impossível de ser dito, propiciando a “passagem ao ato” como uma resposta do sujeito à angústia que o afeta (LACAN, 1962- 1963).

Ancorando-me no dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD), numa interface com a psicanálise de orientação lacaniana, interessou-me analisar como o suicídio é significado e endereçado em cartilhas e manuais de prevenção que constroem e legitimam um saber institucionalizado sobre essa prática. Para a

¹ Professora associada III na Faculdade de Tecnologia - FATEC; professora convidada no curso de especialização em Psicanálise da Universidade do Vale do Paraíba de São José dos Campos. E-mail: julianacastrosantana@hotmail.com.

compreensão do modo como os sentidos acerca do suicídio se constroem e produzem efeitos de verdade, rastrear as noções de sujeito, de linguagem e de interpretação, nos materiais analisados, se mostrou essencial.

Sem perder de vista o caráter social da educação, tal como propõe Orlandi (2015), pareceu-me relevante refletir sobre o modo como as instituições e os discursos que nelas circulam administram o complexo processo de significação sobre o suicídio, disseminando um saber discursivamente institucionalizado e legitimado sobre suas causas e formas de prevenção. Em um estudo anterior (SANTANA, 2018), destaco a profusão, na atualidade, de guias e cartilhas de natureza prescritiva e normativa, em diversas instituições e esferas da vida social. Há guias sobre como se comportar e se vestir no ambiente de trabalho, como abordar e cumprimentar as pessoas, como se dirigir aos transexuais, como prevenir a violência sexual na infância, dentre vários outros, deixando vir à tona um certo enfraquecimento das coordenadas simbólicas que orientam as práticas discursivo-sociais. Daí a necessidade de se recorrer aos guias e manuais que, ao menos imaginariamente, oferecem respostas consistentes, estratégicas e certeiras.

Considerando o tema aqui abordado, como podemos endereçar, de forma significativa e consequente, o vertiginoso aumento dos casos de suicídio, numa época em que a simbolização está tão comprometida e enfraquecida? Na tentativa de contemplar a pergunta norteadora deste estudo, após a análise de alguns recortes retirados de manuais de prevenção ao suicídio, me lanço, ainda, à escuta de um poema escrito por uma aluna² do ensino superior, que relatou já ter tentado o suicídio. Antes disso, retomo algumas condições de produção dos recortes discursivos a serem abordados, considerando que, segundo Orlandi (1999, p. 30), “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos (...)”.

² Trata-se de uma aluna de graduação, cujo nome será omitido e a quem eu agradeço por ter me confiado o seu poema para compor este capítulo.

Condições materiais de existência

Segundo a dialética marxista, a forma como os homens produzem seus meios de existência, que regem as relações sociais, tem como base o modo de produção da vida material que engloba aspectos sócio-histórico e ideológicos. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, é uma das três regiões do conhecimento que, além da linguística e da teoria do discurso, atenta à determinação histórica dos processos semânticos, compõe o quadro epistemológico geral do empreendimento da Análise de Discurso. “Estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2014, p. 160). Assim sendo, abordar as condições sócio-históricas sob as quais o material de análise foi produzido se mostra essencial para a compreensão dos seus processos de significação que são sempre moventes.

Toda época produz seu mal-estar e seus sintomas que resultam do modo como as relações, os afetos e a vida em sociedade são geridos. Em outras palavras, as formas de viver, sofrer e morrer vão ganhando outras significações que refletem nossa maneira de existir no mundo contemporâneo.

O imperativo da felicidade e do sucesso - que ressoa graças ao nosso narcisismo, encontrando ancoragem material no discurso capitalista-neoliberal - atravessa e assombra grande parte das práticas discursivo-sociais contemporâneas. Contraditoriamente, este imperativo só se mostra tão forte, porque se alimenta da infelicidade, do insucesso, da depressão e do sofrimento vivenciado por muitos em suas relações inter e intrapessoais. É por sermos assolados por esses afetos que a busca da felicidade se torna uma meta a ser cumprida, porém sempre adiada. Freud (1930 [1929], 2006), ao abordar o mal-estar constitutivo e incontornável da civilização, destaca que o projeto de felicidade, sob o comando do princípio do prazer, também está fadado ao fracasso, pois a própria natureza contraditória do sujeito de determinação inconsciente impossibilita a execução de tal projeto. Nas palavras de Freud,

Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja 'feliz' não se acha incluída no plano da 'Criação'. O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades

represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica (Freud, 1930 [1929]/2006, p.84).

A psicanálise nos alerta para o fato de a felicidade plena só ser consistente e viável no registro do imaginário, por conta mesmo de nossa constituição ou ‘criação’. Ao retomar as três fontes de mal-estar apontadas por Freud (1930 [1929]), quais sejam: o mal-estar com o corpo, fadado à degradação, o mal-estar inerente às relações sociais e a impotência diante da força da natureza, Balaban (2009, online) postula que driblar o fato de que “somos seres humanos dotados de agressividade, incoerências e caos pulsional é o projeto não dito de nossa sociedade que prega, através dos *prozacs* e *ritalinas*, a saída para o mal-estar do humano”. Considerando a temática abordada neste estudo, ter em mente que o projeto de felicidade plena está fadado ao fracasso pode nos auxiliar a dar outras significações para a prática do suicídio e para o mal-estar que nos constitui, de forma menos idealizada e mais consequente.

Se, para Freud (1930 [1929]), a felicidade é episódica, para Bauman (2001), o que antes era tido como um projeto de vida a ser seguido e cumprido, hoje, em tempos líquidos, se transformou em uma vida episódica. Dito de outro modo, o que antes se apresentava a nós como um projeto de vida a ser executado, segundo as coordenadas e os ideais advindos da cultura (casar, ter filhos, construir uma carreira sólida, etc.) se esvaneceu frente às inúmeras possibilidades e ofertas da vida pós-moderna ou da modernidade líquida, para usar um termo de Bauman. Se, por um lado, isso nos dá uma sensação de liberdade, por outro, produz insegurança e incertezas frente ao modo de conduzir nossa existência material, visto que liberdade e segurança dificilmente se conjugam. É comum vermos jovens ansiosos diante das escolhas pessoais e profissionais a serem feitas, sobretudo no início da vida adulta. Alguns dos preceitos da modernidade que ainda produzem um efeito de verdade a ser seguida, quais sejam: liberdade, individualidade e autonomia vão na contramão da noção de unimultiplicidade e de alteridade radical, ratificando a ideia de que cada indivíduo é o único responsável por seu sucesso ou insucesso, como se pudesse prescindir de suas filiações simbólicas e de suas identificações, o que, em última instância, aumenta a sensação de angústia e de solidão.

Acrescenta-se a isso o modo de produção do mundo tecnológico em que vivemos e os efeitos da “difusão de uma visão informacional da subjetividade” (DIAS, 2012, p. 11). Se levarmos em conta que, para a perspectiva discursiva, o sujeito se constitui incessantemente, sob determinadas condições sócio-históricas, pensar no modo como “ a ideologia da comunicação e do paradigma informacional e comunicacional” (DIAS, 2012, p.13) incidem na constituição do sujeito é crucial para a compreensão dos processos de subjetivação que se dão na atualidade. As características atribuídas ao funcionamento do digital (excesso [de informação], velocidade e imediatismo) parecem afetar e orientar, diretamente, o modo como as práticas discursivo-sociais são conduzidas em nossa sociedade. Em meio a um excesso de ofertas e possibilidades, as pessoas parecem optar por práticas e relações que sejam mais imediatas e efêmeras, em consonância com a velocidade com que as coisas acontecem e se transformam. As mesmas características do mundo digital (excesso, velocidade e imediatismo) impregnam as relações e práticas cotidianas, mas não sem consequências para o processo de subjetivação.

Os afetos que administram as relações e laços sociais na contemporaneidade nos ajudam a compreender porque alguns sintomas sociais como a depressão, a angústia e a ansiedade se tornaram tão frequentes. Sem essa compreensão, dificilmente conseguiremos endereçar, de forma significativa e transformadora, algumas práticas que advêm desses afetos, como o suicídio, em especial. Antes de passarmos à análise dos registros discursivos, abordo, a seguir, alguns conceitos norteadores que ancoram os gestos analíticos aqui propostos.

Conceitos norteadores

Como já mencionado anteriormente, o quadro epistemológico da AD, ao qual me filio teórico-metodologicamente, é atravessado e articulado por uma “teoria da subjetividade de natureza psicanalítica” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 2014, p. 160). O sujeito, nesta perspectiva, não é senhor em sua própria morada, como nos advertiu Freud, nem origem primeira e absoluta dos sentidos que seu dizer produz, pois a cisão subjetiva e a determinação inconsciente não são nunca totalmente contornadas ou apagadas. Pêcheux e Fuchs ([1997]

2014, p. 171), se valendo da hipótese do inconsciente oriunda da psicanálise freudiana, apontam para “uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador”, uma vez que o sujeito-falante se constitui como efeito do assujeitamento à ordem simbólica, na ilusão discursiva de estar na fonte do sentido. O sujeito, por ser constituído pela linguagem, é causado por algo que ele mesmo desconhece, mas que o determina. Assim sendo, com base nos postulados de Pêcheux, não há sujeito de linguagem que seja totalmente livre e autônomo para enunciar e produzir sentidos, graças ao “fato de que inconsciente e ideologia encontram-se materialmente ligados na ordem significativa da língua” (MARIANI, 2003, p. 58). Ao falar e interpretar, o sujeito o faz a partir de uma formação social ampla e da identificação à uma formação discursiva constitutivamente heterogênea, que reflete as “posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 1999, p. 42).

De acordo com Henry ([1992] 2013, p. 32), ao considerar o sujeito como um efeito e não como origem, a psicanálise se coloca no lugar de rompimento com a ideologia da transparência da linguagem. A recusa de uma concepção transparente de linguagem como mero instrumento de comunicação e de informações, segundo Mariani (2003, p.59), está no cerne do desenvolvimento teórico tanto da Psicanálise quanto do Materialismo Histórico e da Análise de Discurso. Se, para a AD, a linguagem não é transparente e só faz sentido porque se inscreve na história (ORLANDI, 1999, p. 25), a questão da interpretação emerge não como algo já-dado a ser resgatado no que se lê ou no que se ouve, mas como um gesto de leitura possível, dentre tantos outros. Entendendo a interpretação e a leitura como um ato simbólico, como uma prática discursiva que produz intervenção no mundo, optamos pelo emprego dos termos *gestos de leitura* e *gestos de interpretação*, na tentativa de salientar que não há como regular, administrar ou domesticar uma leitura e uma interpretação, já que, segundo Mariani (2003, p. 59), “a ideologia e o inconsciente afetam os gestos de compreensão-interpretação das leituras e escutas empreendidas”. No caso deste estudo, nos interessa observar quais são as compreensões e interpretações sobre o suicídio que emanam dos guias e manuais de prevenção.

Diante de qualquer objeto simbólico, somos instados a dar sentido(s) que são produzidos a partir da inscrição da língua na história, da inserção do sujeito em uma dada posição discursivo-ideológica, sob determinadas condições de produção ou de enunciação. Sob os postulados da AD, embora seja possível antecipar certos sentidos que emanam da materialidade significativa, os gestos de interpretação não são dados de antemão, pois estão diretamente atrelados ao processo de significação, lembrando que “não há sentido sem essa possibilidade de deslize e, pois, sem interpretação, já que toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua” (ORLANDI, 1996, p. 80). Esse deslize, acrescenta a autora, “próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade” (ORLANDI, 1996, p.81). Em suma, o lugar da interpretação é também o lugar do deslize, do deslocamento, da possibilidade do sentido outro e não do resgate de um sentido já-dado, cristalizado ou sócio-historicamente legitimado.

Os conceitos aqui abordados são essenciais para a compreensão do modo como as noções de sujeito, de linguagem e de interpretação se materializam nas orientações contidas nos guias de prevenção ao suicídio que serão abordadas no item a seguir.

Análise dos recortes discursivos

Neste item, serão analisados alguns recortes discursivos que foram retirados de dois manuais de prevenção ao suicídio. O primeiro material foi elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 2000, para oferecer subsídios aos profissionais da mídia sobre a abordagem de práticas do suicídio na grande mídia. De acordo com informações contidas neste manual, que está disponível online,

Este documento pertence a uma série de manuais destinados a grupos sociais e profissionais específicos, especialmente relevantes para a prevenção do suicídio. Ele foi preparado como parte do SUPRE (*Suicide Prevention Program*), a iniciativa mundial da OMS para a prevenção do suicídio.

O segundo guia, que também se destina à prevenção do suicídio, foi elaborado e lançado em 2014, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), com apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). De acordo com a apresentação do referido material, o suicídio é

considerado como um problema de saúde pública, tendo em vista que, no Brasil, são registrados cerca de 10 mil suicídios por ano. A proposta deste manual é fornecer informações que possam auxiliar “a sociedade a desmitificar a cultura e o tabu em torno do tema e auxiliar os médicos a identificar, tratar e instruir seus pacientes” (CFM, 2014, p.7).

Sem deixar de reconhecer a importância desses materiais para divulgação de dados e informações pertinentes sobre a prática do suicídio, observa-se que, de maneira geral, há, nesses manuais, uma abordagem estratégica, categórica, normativa e tecnicista, que se pauta na ilusão de transparência da linguagem e dos sentidos. O fato de serem intitulados como manuais, guias ou cartilhas já pressupõe que a informação seja transmitida de forma clara e objetiva, como se fosse possível contornar o equívoco e a heterogeneidade constitutiva do sujeito e da linguagem, em especial ao abordar um tema tão complexo e ainda considerado como tabu. Essas considerações parecem se materializar no seguinte trecho, em destaque no manual da OMS: “O relato de suicídios de uma maneira apropriada, acurada e cuidadosa, por meios de comunicação esclarecidos, pode prevenir perdas trágicas de vidas” (p. 5). É como se as palavras “apropriada, acurada e cuidadosa” significassem por si só, sem que fosse preciso problematizar, de forma mais cuidadosa, como é possível tratar um tema tão polêmico e complexo de forma acurada.

De acordo com Coralli (2012), há um silêncio coletivo e social sobre a morte que é sentida, em especial na sociedade ocidental, com um profundo desconforto, pois a possibilidade da morte nos lança a uma experiência radical de finitude, de perda de controle e de potência diante das contingências da vida. Como exemplo, podemos citar a situação de pandemia que temos vivenciado, desde março de 2020, expondo a falta de controle sobre a vida e o impossível de simbolizar sobre a morte que acaba emergindo no real do corpo e nas práticas cotidianas como angústia.

Para ancorar as considerações anteriores, reproduzo, abaixo, um trecho do manual da OMS, retirado do item em que há orientações aos profissionais da mídia sobre como noticiar casos específicos de suicídio:

Devem ser evitadas descrições detalhadas do método usado e de como ele foi obtido. As pesquisas mostraram que a cobertura dos suicídios pelos meios de

comunicação tem impacto maior nos métodos de suicídio usados do que na frequência de suicídios. Alguns locais – pontes, penhascos, estradas de ferro, edifícios altos, etc. – tradicionalmente associam-se com suicídios. Publicidade adicional acerca destes locais pode fazer com que mais pessoas os procurem com esta finalidade (OMS, 2000, p. 7).

Curiosa e contraditoriamente, no recorte acima, a saída apontada pela OMS para noticiar a prática de suicídio parece ser evitar falar sobre tudo aquilo que envolve e escancara o suicídio: o método, o local, o impacto causado; o que reforça o tabu existente acerca do tema. Há uma relação de causa e efeito que determina as orientações fornecidas: quanto maior for a cobertura de suicídios, maior será o impacto na frequência de suicídios. Se for esse o caso, não caberia uma discussão que dissociasse ou desnaturalizasse tal relação, na tentativa de produzir sentidos outros? O que tornam locais como pontes, penhascos e edifícios altos *tradicionalmente* associados ao suicídio? O emprego do léxico “tradicionalmente” produz um efeito de verdade imutável, como se não houvesse condições sócio-históricas incidindo sobre as possíveis práticas de suicídio. A relação de causa e efeito, presente nas orientações acima, se pauta numa ilusão de transparência do sentido, transformando os enunciados em prescrições a serem seguidas. Ao evocar a ciência e as pesquisas para legitimar a conduta dos profissionais da mídia (*as pesquisas mostram*), as orientações fornecidas são ratificadas e legitimadas.

Outro exemplo de silenciamento da prática de suicídio pode ser observado no seguinte trecho:

Todos os esforços devem ser feitos para evitar exageros. Deve-se evitar fotografias do falecido, da cena do suicídio e do método utilizado. Manchetes de primeira página nunca são o local ideal para uma chamada de reportagem sobre suicídio (OMS, 2000, p.7).

De modo geral, os recortes destacados salientam o que deve ser evitado e omitido na cobertura de um suicídio e não como abordar o tema e os impactos sociais dessa prática já considerada como um problema de saúde pública. O próprio documento adverte os profissionais de que “*expressões como “epidemia de suicídio” e “o lugar com a mais alta taxa de suicídio do mundo” devem ser evitadas*; o que acaba por abrandar a gravidade do problema em nosso país e no mundo. Em oposição às orientações anteriores, a cartilha elaborada pelo Conselho Federal de Medicina, destaca que “*A mídia tem*

obrigação social de tratar desse importante assunto de saúde pública e abordar esse tema de forma adequada. Isto não aumenta o risco de uma pessoa se matar; ao contrário, é fundamental dar informações à população sobre o problema, onde buscar ajuda etc.”. Nota-se que não há um consenso entre diferentes profissionais e esferas da sociedade, quando o tema é a morte e a prevenção do suicídio.

O que a Psicanálise nos adverte é que quanto maior a tentativa de tamponamento e de silenciamento, mais o Real, enquanto impossível de ser simbolizado, vem à tona de forma avassaladora, deixando profissionais de diversas áreas, independentemente de sua formação e qualificação, atônitos diante de casos sempre inesperados de suicídio, por exemplo. Não se trata de expor nem de aclamar o suicídio, mas de tentar simbolizar os afetos envolvidos nessa prática que tem ganho adeptos de várias idades, valendo-se, inclusive, das redes sociais. Falar sobre o suicídio pode ajudar a desencadear e a elaborar o trabalho que o luto realiza. De acordo com Freud ([1914 – 1916] 1996, p. 250), apesar de exigir um grande dispêndio de tempo e de energia diante da perda de um objeto de amor, o luto é um afeto normal que não deve ser considerado como patológico. Em nossa sociedade, no entanto, regida pelo imperativo da felicidade plena, abordar temas como a morte, o luto e o suicídio parece ser totalmente inapropriado e desnecessário.

No manual intitulado *“Suicídio: informando para prevenir”*, produzido pelo Conselho Federal de Medicina (2014), salta aos olhos o modo como o comportamento suicida é avaliado de forma direta e inquestionável, sem levar em conta fatores que apontam para a singularidade do sujeito e para as situações vivenciadas por ele. O título já sugere que o acesso à informação seria suficiente para se alcançar a prevenção desta prática que tem tantas facetas e motivações. O material em questão fornece algumas perguntas e respostas, com o intuito de orientar a abordagem do paciente e de avaliar o risco de *suicidabilidade*: quando *“a pessoa tem pensamentos atuais de morte, pensamentos de suicídio, tem planos e/ou meios para se matar”*. Neste caso, o profissional da saúde deve ser capaz de *“avaliar o desespero, desesperança e desamparo”* do suicida em potencial. Os termos *desespero, desesperança e desamparo* parecem ser empregados como sinônimos, já que não há uma distinção nem gradação proposta entre eles. Mas como abordar e avaliar o

desamparo que, de acordo com a psicanálise, é uma condição primordial de nossa existência demasiadamente humana e da dependência em relação ao outro, sobretudo na primeira infância? Talvez considerar o desamparo e o mal-estar como condições estruturantes e não como exceção seja uma saída mais produtiva e diferenciada para abordagem do tema.

Na sequência, a cartilha do CFM (2014, p. 30) apresenta seis perguntas fundamentais para detectar a *suicidabilidade* dos pacientes, seguidas das possíveis respostas e avaliações:

1. Você tem planos para o futuro?

A resposta do paciente com risco de suicídio é não.

2. A vida vale a pena ser vivida?

A resposta do paciente com risco de suicídio novamente é não.

3. Se a morte viesse, ela seria bem-vinda?

Desta vez a resposta será sim para aqueles que querem morrer.

Se o paciente respondeu como foi referido acima, o profissional de saúde fará estas próximas perguntas:

4. Você está pensando em se machucar/se ferir/fazer mal a você/em morrer?

5. Você tem algum plano específico para morrer/se matar/tirar sua vida?

6. Você fez alguma tentativa de suicídio recentemente?

As perguntas e respostas categóricas, reproduzidas acima, se pautam na ilusão do sentido já lá, evidente e facilmente resgatável, numa relação biunívoca entre leitura e interpretação, não levando em conta as condições de produção desses enunciados, tampouco o sujeito que enuncia, muito provavelmente, tomado de angústia. Trata-se, de acordo com Mariani (2003, p. 70), de um discurso comum, de um dizer não endereçado, “produzido em uma situação qualquer (...) um dizer marcado pelo retorno de um já-dito e pela recusa em dizer o que não pode ser dito a partir de sua formação discursiva”. Nesse dizer, o sujeito não se implica e, eu acrescentaria, nem chega a ser considerado, como se as ações fossem praticadas a despeito de um sujeito que seria incapaz de (re)significar suas próprias palavras e práticas. As determinações inconscientes e ideológicas que causam o sujeito não são levadas em conta e a interpretação a partir das respostas fornecidas parece ser sempre a mesma, independentemente de quem enuncia e sob quais condições. Na perspectiva discursiva, os gestos de interpretação estão necessariamente atrelados às

³ Os trechos em destaque serão retomados nos parágrafos de análise que se seguem.

contingências enunciativas e à posição não só de quem enuncia, mas, sobretudo, daquele que interpreta (no caso, o profissional da saúde) e que estaria na posição de avaliador, produzindo um saber institucionalmente legitimado sobre o *desamparo* do paciente e suas chances de atentar contra a própria vida.

Relativizar as respostas fornecidas às perguntas acima, dependendo de quem as enuncia e em quais situações, seria uma maneira de levar em conta a singularidade do paciente na avaliação feita pelo psiquiatra. Em tempos líquidos, em que a vida se tornou episódica, como postula Bauman (2001), não ter planos claros e bem definidos para o futuro se tornou algo bastante frequente e, até mesmo, comum. Além disso, se consideramos o suicídio como uma *passagem ao ato* bem-sucedida, como menciona Lacan (1962 – 1963), não se trataria, deliberadamente, de “querer morrer”, como sugere o material, mas sim de uma resposta do sujeito para se defender e se livrar da angústia que o afeta e o atormenta. Freud (1920 / 2006 a), em *Além do princípio do prazer*, postula, com base numa argumentação biológica que leva em conta o inatismo, que a pulsão de morte sempre vence, pois o organismo estaria regido pelo princípio do prazer em que a homeostase⁴ prevalece sobre a excitação orgânica que causa desprazer. O princípio de inércia, do campo da Física, indica a tendência de manter em repouso um corpo que está em repouso. Nesse prisma, o natural seria a morte e não a vida, que requer um certo dispêndio de energia e desprazer para prevalecer. Se esquecermos um bebê no berço, por exemplo, ele provavelmente irá à óbito, graças a sua prematuridade orgânica e sua dependência em relação ao outro para satisfazer suas necessidades biológicas básicas. Se levarmos em consideração o princípio do prazer e da inércia, há dias em que todos são acometidos por certo desânimo e desesperança, o que nos faria questionar se “a vida vale a pena ser vivida?”. Tal questionamento não precisa ser necessariamente interpretado como algo ruim, pois há momentos de transição e de impasse que alguns posicionamentos precisam ser revistos e postos em xeque. Ao invés de formularmos perguntas

⁴ Homeostase é um termo empregado no campo da Biologia, formado pelos radicais gregos *homeo* e *stais*, que significam, respectivamente, o *mesmo* e *ficar*. Indica a capacidade do organismo de manter o equilíbrio interno constante, apesar das alterações que ocorrem no meio externo.

categóricas do tipo sim ou não, me parece mais produtivo lançarmos perguntas mais amplas, do tipo: para você, o que faz / torna a vida valer a pena de ser vivida? Mais uma vez, destaco, com base nos conceitos norteadores da AD, a importância de relativizarmos os sentidos já dados sobre o suicídio, para oferecermos uma escuta singular, que possa produzir outros efeitos e práticas. Para se distanciar da saturação do sentido já-dado e da repetição, produzir a incompreensão que escancara o furo no/do simbólico, mobilizando deslocamento(s), é essencial.

Na tentativa de me distanciar de um saber institucionalizado e normatizado sobre o suicídio, apresento, a seguir, um poema escrito por uma aluna de graduação, cujo nome foi omitido e que me relatou já ter tentado o suicídio. Como professora de Língua Inglesa, solicitei aos alunos que escrevessem um breve texto, que seria apresentado para toda a turma, contando uma experiência marcante vivenciada por eles, utilizando os tempos verbais no passado. Foi, então, que uma aluna apresentou, oralmente, o seguinte poema:

I died.⁵

One night I died, it was my successful suicide attempt. After a lot of pain and tears, after a long time wishing not to be here, I left. I took the death with a gulp, waited a few moments and died. Everything ended in that moment, erased. It wasn't like sleeping, there were no dreams, just an infinite void without existence. There was no life after death, neither in a perfect paradise nor in a flaming hell. It was finally over. But suddenly I woke up and I threw up pain. It was a deception, a failure. I fell down, not moving, with wide eyes, still drugged, still shocked. I will never understand why I came back. But my fear of dying is bigger than my fear of living now. I'm

⁵ **Tradução minha:** “Eu morri. Uma noite eu morri. Foi minha tentativa bem-sucedida de suicídio. Depois de muita dor e lágrimas, depois de um longo tempo não desejando estar aqui, eu parti. Eu tomei a morte como uma tragada, esperei alguns momentos e morri. Tudo se acabou naquele momento, se apagou. Não era como estar dormindo. Não havia sonhos, apenas um vazio infinito sem existência. Não havia vida após a morte, nem num paraíso perfeito, nem no inferno em chamas. Finalmente havia acabado. Mas de repente eu acordei e vomitei a dor. Foi uma decepção, um fracasso. Eu caí sem me mover, com os olhos bem abertos, ainda drogada, ainda em choque. Eu nunca entenderei porque voltei. Mas o meu medo de morrer é maior do que o meu medo de viver, agora. Eu estou enalhada neste mundo horrível. Fez se noite, por muitos dias. As nuvens gritavam para mim, muito embora isso não levasse embora minha solidão”.

stuck in this horrible world. It was night, for days. The clouds cried with me, although that didn't take away my loneliness.

O poema em questão, diferentemente das respostas apresentadas na cartilha do CFM, está repleto de afetos e de descrições singulares associadas à tentativa de suicídio que, apesar de não ter sido bem-sucedida, é relatada, no poema, como se tivesse sido, até o momento em que o enunciador retorna inesperadamente à vida, ainda em choque. A afirmação que é utilizada como título, *I died* (eu morri), sugere que mesmo não tendo chegado às vias de fato, a tentativa de suicídio possibilitou, ainda que simbolicamente, que um outro enunciador surgisse desta experiência de quase morte. Mesmo tentando expelir (vomitar) sua dor, por meio de um acontecimento que toca e se manifesta no corpo, de alguma forma, o sujeito do relato consegue engancha-se à vida, ainda que por medo da morte. É como se a enunciativa pudesse elaborar, mesmo que precariamente, o luto de si mesma, depois de vivenciar e protagonizar a própria morte. Tudo isso, no entanto, não a livrou da solidão irreduzível e incomunicável que constitui o sujeito de linguagem, tal como emerge nos versos da canção “De mais ninguém”, no verso: *a dor é minha só, não é de mais ninguém (...)* *a dor é de quem tem*. Na versão de Chico Buarque: *a dor da gente não sai no jornal*.

A descrição apresentada no poema se distancia de uma visão idealizada e romantizada da morte, em que haveria um paraíso a ser alcançado ou um estado onírico, como a discursividade religiosa costuma pregar para significar a morte e abrandar a finitude da vida. O que resta da experiência de quase morte, da dor e do luto de si mesma, como destacado no poema, é o vazio infinito (*infinite void*) que tentamos incessantemente bordejar e tamponar, para tornar a existência suportável e significativa, em especial quando esse vazio se mostra insuportável e incontornável.

O que poderíamos fazer diferentemente, em termos de práticas discursivo-sociais, se levássemos em conta o que a Psicanálise descortina: o triunfo da pulsão de morte e a irreduzibilidade da solidão e do vazio constitutivo do sujeito? Há sempre algo que permanece inapreensível na/pela linguagem; um impossível de ser dito diante de experiências que angustiam e provocam dor. Levar isso em conta e permitir uma escuta diferenciada e singular dessas

experiências pode fazer a diferença na prevenção, ou pelo menos na contenção, de práticas de suicídio. Não há receitas nem prescrições que sejam válidas a todos.

Considerações finais

Nos trechos retirados de manuais e cartilhas de prevenção ao suicídio, analisados neste estudo, observa-se uma abordagem estratégica, categórica e normativa, que se pauta na ilusão de transparência da linguagem e nos preceitos de universalidade, individualidade e de autonomia. O que é sugerido e informado sobre o suicídio se torna válido para todos, quase que independentemente do caso avaliado e de suas condições, como se houvesse sempre uma coincidência entre o que é dito e o que é de fato praticado por aqueles considerados como suicidas em potencial.

Apesar de reconhecer a importância desses materiais para divulgação de informações relevantes sobre práticas de suicídio no Brasil, proponho, com base na perspectiva discursiva numa interface com a psicanálise, a passagem ou travessia de um saber institucionalizado e já cristalizado sobre o suicídio para um saber que não se sabe, uma vez que é de determinação inconsciente e ideológica, mas que pode produzir diferentes efeitos na/pela palavra e pela escuta.

A psicanálise destaca a necessidade de encararmos o vazio e o desamparo constitutivos do sujeito como condições de nossa existência demasiadamente humana, sempre atravessada e (re)significada, mas não totalmente recoberta, pelo campo da linguagem. Uma pergunta inicial que me parece produtiva para produzir deslocamentos subjetivos e sociais seria: como se engancha à pulsão de vida, já que o *natural*, segundo Freud, é o triunfo da pulsão de morte? Isso não se ensina, nem se aprende de forma pragmática e estratégica, até porque haveria diferentes formas de responder e interpretar tal questão.

Lidar com a falta de garantias e de receitas, mas sem deixar de levar em conta o sujeito em sua constituição subjetiva e singular, nos parece um caminho a ser percorrido. Para tanto, faz-se necessário suportar a falta de garantias e de 'receitas', lembrando que a falta é a mola propulsora do desejo que, por sua vez, mobiliza o sujeito.

Por fim, aposto na importância de relativizarmos os sentidos já dados sobre o suicídio e sua prevenção, para oferecermos uma escuta singular e produzirmos outros efeitos e práticas mais significativas e socialmente consequentes que tomem, como ponto de partida e de chegada, o sujeito, seus afetos e suas angústias; afinal, como indaga Clarice Lispector, na obra *A hora da estrela*, “o que se há de fazer com a verdade de que todo mundo é um pouco triste e um pouco só?” Sigamos tentando inventar o que fazer diante dessa verdade que se impõe a nossa existência.

Referências:

- BALABAN, Alessandra. As três fontes de sofrimento: mal-estar na civilização. In: **Palavra e Escuta**, 18 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.palavraescuta.com.br/perguntas/tres-fontes-de-sofrimento-mal-estar-na-civilizacao> (Acesso em 20 de julho de 2020).
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Dentzien, P. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- CORALLI, Bruna. O silêncio coletivo: a morte na atualidade e o desconforto causado por ela. In: **O portal dos psicólogos** (Psicologia. PT). Documento produzido em 30.12.2012. Disponível online: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0656.pdf> (Acesso em 20 de julho de 2020).
- DIAS, Cristiane. Movimento da cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito. In: FERREIRA, Ana Cláudia; MARTINS, Ronaldo Teixeira (Orgs.) **Linguagem e Tecnologia**. Campinas: Editora RG, 2012, p. 11 - 23.
- FREUD, Sigmund (1930 [1929]). O mal-estar na civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. Volume XXI, 2006.
- FREUD, S. [1920]. Além do princípio de prazer. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. Volume XVIII, 2006, p. 13-85.
- FREUD, Sigmund. [1915] Luto e melancolia. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. Volume XIV, 2006, p. 249 – 263.
- HENRY, Paul. [1992] **A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução de Maria Fausta Pereira da Castro. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- LACAN, Jacques. [1962/63] **O Seminário, livro X: A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MARIANI, Bethania. Subjetividade e Imaginário Linguístico. In: **Linguagem em discurso**, v. 3, número especial Subjetividade, 2003, p. 55 – 72.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. In: **Rua** [online]. n. 21 – Volume 2, Novembro / 2015, p. 187 – 199. Consulta no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 5ª ed., p. 159-250, 2014.

SANTANA, Juliana de Castro. Processos de Significação em um guia sobre prevenção da violência sexual na infância. **Investigações** (online), v. 31, p. 198-223, 2018.

ANÁLISE DISCURSIVA DA MANIFESTAÇÃO DA DISLEXIA NA VIDA ADULTA: UM ESTUDO DE CASO

Érika Maria Asevedo Costa¹

Luciana Cidrim²

Introdução

A comunicação humana é uma atividade social, rica e complexa, que envolve competências linguísticas, cognitivas e pragmáticas. Relativamente às competências linguísticas temos, então, a ‘linguagem’, que corresponde a um sistema de sinais simbólicos utilizados para estabelecer comunicação entre as pessoas.

A leitura e a escrita, por sua vez, enquanto ferramentas comunicativas são fundamentais para a aquisição de conhecimento e troca de experiências que permitem acesso a uma multiplicidade de ideias e oferecem oportunidades para que o indivíduo participe de forma mais ativa do contexto social em que está inserido (BASSO *et al.*, 2017).

Observa-se que os escolares cometem ‘erros’ durante a aprendizagem da escrita até que, progressivamente, se apropriem do sistema ortográfico. Consequentemente, os erros se tornam cada vez mais específicos e assistemáticos. Por outro lado, alguns indivíduos parecem ter uma trajetória diferente. Essas dificuldades persistentes na vida acadêmica podem ser sintoma de transtornos de aprendizagem, como a dislexia (NAVAS, 2011; CAPELLINI, 2011; NOGUEIRA; CÁRNIO, 2018).

A dislexia é concebida como um transtorno específico de aprendizagem da leitura de origem neurobiológica, caracterizado pela dificuldade na habilidade de decodificação e soletração, fluência e interpretação. Essas dificuldades resultam tipicamente do *deficit* no componente fonológico da linguagem que é inesperado em relação a outras habilidades (LYON; SHAYWITZ; SHAYWITZ, 2003; SHAYWITZ,

¹Doutora em Ciências da Linguagem UNICAP – Recife, Pernambuco erikalinguagemfono@gmail.com.

²Doutora em Ciências da Linguagem UNICAP – Recife, Pernambuco lucianacidrim@gmail.com .

2006). É manifestada por dificuldades linguísticas variadas, incluindo, normalmente, para além das alterações de leitura, um problema com a proficiência da escrita (LYON; SHAYWITZ; SHAYWITZ, 2003). Devido ao papel fundamental da leitura e escrita na educação, a dislexia pode impactar significativamente o sucesso escolar e desempenho de um indivíduo ao longo de toda a sua vida.

Baseado na teoria da Análise do Discurso de Linha Francesa, doravante, AD, este capítulo tem por objetivo analisar o discurso do sujeito disléxico, por meio de um estudo de caso, no sentido de compreender o impacto da manifestação da dislexia ao longo de sua vida acadêmica e profissional.

A Dislexia e suas manifestações na vida adulta

A dislexia tem recebido a atenção de estudiosos de diversas áreas (BODER, 1973; VELLUTINO, 1979; SHALLICE; WARRINGTON, 1980; SNOWLING, 1980; TEMPLE; MARSHALL, 1983; NICOLSON; FAWCETT, 1990; ELLIS, 1995; HEILMAN; VOELLER; ALEXANDER, 1996; HABIB, 2000) e muito se evoluiu desde as primeiras concepções acerca do tema (MORKEN; HELLAND, 2013; GERMANO *et al.*, 2014; SCHULTE-KORNE, 2014; MOUSINHO; NAVAS, 2016; SCHIFF; LEVIE, 2017; KNOOP-VAN CAMPEN; SEGERS) mas ainda há muito a se estudar tendo em vista ser a dislexia um quadro tão complexo.

Os distúrbios de aprendizagem que atingem a ortografia, o cálculo e especialmente a leitura foram inicialmente identificados no início do século XIX a partir do estudo de adultos com lesão cerebral (SNOWLING, 1980). Referiam-se aos quadros em que o problema de leitura é devido à lesão cerebral ocorrida após o indivíduo ter sido alfabetizado – dislexia adquirida (NICOLSON; FAWCETT, 1990). As teorias e práticas apoiaram-se, portanto, em modelos neurológicos de funcionamento do adulto. Assim, na dislexia adquirida ou também chamada de alexia, o comprometimento está relacionado à perda da habilidade de ler, decorrente de uma lesão cerebral específica (CAPOVILLA, 2002).

Com os avanços da Psicologia Cognitiva, das Ciências da Linguagem, da Neurologia e da Neuropsicologia, foi possível diferenciar e especificar os distúrbios focalizados nas linguagens oral e escrita, e formular interpretações baseadas na maturação e

organização cerebral dos sistemas responsáveis pela linguagem (NARBONA; CHEVRIE-MULLER, 2005).

Os distúrbios de leitura podem ser divididos em dislexia adquirida e dislexia do desenvolvimento, sendo apenas o termo dislexia bastante utilizado (NOVICK; ARNOLD, 1988). Ellis (1995) ressalta que comparações entre dislexia do desenvolvimento e dislexia adquirida podem ser feitas, entretanto, com grande cautela.

Em 1925, o neurologista americano, Samuel Orton, propôs o termo 'dislexia específica' ou 'distúrbio específico de leitura', para se referir a crianças com distúrbio na aprendizagem da leitura em consequência de um envolvimento neurológico (IANHEZ; NICO, 2002).

A identificação das causas da dislexia tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores (VELLUTINO *et al.*, 2004; SNOWLING, 2012; ELLIOTT; GRIGORENKO, 2014), sendo a hipótese do *deficit* visual uma das mais antigas (ORTON, 1937; AJURIAGUERRA, 1953). Segundo esta teoria, os problemas de leitura e escrita devem-se principalmente a dificuldades com o processamento de padrões visuais. Tal hipótese dominou as pesquisas entre as décadas de 1920 e 1970. A teoria visual (LIVINGSTONE; HUBEL, 1987) foi baseada nas investigações dos sujeitos com dislexia que apresentavam alterações em tarefas visuais, como por exemplo, a busca e a localização visual, o processamento visual temporal (percepção de movimentos) e a sensibilidade a contrastes visuais.

A partir dos anos 1970, começaram a se acumular evidências negativas sobre a primazia do envolvimento do processamento visual nos problemas de leitura, ao mesmo tempo em que uma nova série de estudos começou a revelar a importância do processamento fonológico para a aquisição da linguagem escrita (LIBERMAN *et al.*, 1974; VELLUTINO, 1979), marcando a substituição da hipótese do *deficit* visual pela hipótese do *deficit* fonológico. Essa hipótese foi corroborada por um crescente número de pesquisas demonstrando que dificuldades fonológicas (percepção e o processamento automático da fala) e metafonológicas (análise e a manipulação intencionais da fala) são capazes de prever dificuldades que antecedem a aprendizagem da leitura e escrita, propriamente ditas (BRADLEY; BRYANT, 1983; LUNDBERG; FROST; PETERSEN, 1988; CUNNINGHAM, 1990; VANDERVELDEN; SIEGEL, 1995; TORGESEN; DAVIS, 1996; CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2003).

Denckla e Rudel (1974) investigaram que a velocidade de nomeação de cores ou figuras poderia ser um bom preditor da execução de leitura, devido ao fato de que tanto a nomeação quanto a leitura apresentam funções cognitivas similares. Os autores confirmaram alta latência na nomeação de estímulos nos disléxicos, caracterizados como falta de automatização. Assim, a velocidade de nomeação constitui uma medida que permite diferenciar disléxicos e leitores normais.

O modelo de dupla rota ou duplo *deficit*, por sua vez, propõe que exista *deficit* tanto no processamento visual quanto no fonológico. Logan (1988) propunha que as dificuldades do disléxico estariam relacionadas ao mau funcionamento de dois sistemas de processamento automático. Um deles se referia à análise da palavra e à operação com unidades menores das palavras, como os fonemas, requerendo uma maior fonte de atenção e um processamento relativamente mais lento. O segundo sistema estaria relacionado à toda palavra, não requerendo atenção e sendo executado de maneira muito rápida.

Outra teoria foi elucidada por Fawcett, Nicholson e MacLagan (2001), atribuindo que os disléxicos experimentam problemas em diversas habilidades como as tarefas de equilíbrio e de habilidades motoras, devido a alterações do cerebelo, nas habilidades motoras e de automatização de leitura, podendo também ter alterações do tônus muscular e de equilíbrio. Os autores assumiram que o cerebelo dava suporte para automatização de habilidades de articulação e auditiva, importantes para a conversão grafema-fonema, acarretando em problemas de leitura nos escolares (FAWCETT; NICHOLSON; MACLAGAN, 2001).

A chamada teoria magnocelular, a qual se refere a uma disfunção nas células da via magnocelular que afeta várias modalidades sensoriais, indo até a região do cerebelo, sugere que o prejuízo na leitura é consequente dos *deficits* auditivos como visual-espacial e engloba todas as manifestações cognitivas, sensoriais e motoras conhecidas nos indivíduos com dislexia. Tal teoria tem como fator biológico o fator genético e a ruptura das vias magnocelular, do córtex parietal posterior e do cerebelo. Isso acarreta alterações nas habilidades auditiva, visual e motora (RAMUS, 2004; HEIM *et al.*, 2008).

Galaburda e Cestnick (2003) afirmaram que independentemente da teoria a ser escolhida, os achados das últimas décadas podem se resumir no fato de que os disléxicos têm problemas auditivos, fonológicos ou até mesmos os dois, causando dificuldade em adquirir conhecimentos acerca das correspondências que existem entre os sons da linguagem e os símbolos visuais que os representam, o que afeta, principalmente, a leitura de palavras regulares e de *pseudopalavras*.

O *deficit* fonológico interfere na aprendizagem da correspondência entre soletração e som, um importante passo para aquisição da leitura. Os disléxicos apresentam *deficit* nas habilidades metafonológicas, que é a inabilidade de segmentar palavras em sons, e pode ser avaliada com testes de contar, adicionar, apagar ou identificar a posição de fonemas em palavras reais ou não reais. Além disso, os mesmos falham em realizar a retroalimentação articulatória, ou seja, não percebem as posições de suas articulações durante a expressão de suas falas e que esta inabilidade dificulta o desenvolvimento da percepção fonológica (JOANISSE *et al.*, 2000).

A publicação, em 2013, da 5ª. edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), conhecido como DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013), trouxe mudanças importantes para a classificação dos transtornos do neurodesenvolvimento, em especial para os transtornos específicos de aprendizagem.

Durante os anos de elaboração do DSM-5, a manutenção do termo *dislexia* foi um aspecto controverso (MOUSINHO; NAVAS, 2016). Houve tendência a excluí-lo, aplicando apenas o termo transtorno específico de leitura. Entretanto, as manifestações de associações e de parte dos profissionais foram acatadas, e o termo foi incluído no final, em uma nota entre as codificações. Cientistas na área foram contundentes ao defender que a exclusão do termo poderia perpetuar a falta de reconhecimento e compreensão da *dislexia*, além de contribuir para o atraso no diagnóstico e tratamento (COWEN; DAKIN, 2012). Outros destacaram a importância do alinhamento dos termos tanto para outros manuais diagnósticos quanto para documentos oficiais na área da educação (SNOWLING; HULME, 2012).

Segundo Lyon; Shaywitz; Shaywitz (2003), é necessário discriminar a *dislexia* dos outros transtornos de aprendizagem,

tratando-a como um domínio específico, uma vez que a dislexia é um distúrbio de leitura que afeta 80% de toda a população com perturbações de aprendizagem.

Na dislexia fonológica, o escolar tem dificuldade para realizar a leitura de palavras e de pseudopalavras, devido ao prejuízo na consciência fonológica e processamento auditivo. Na dislexia superficial ou visual, em que o problema se encontra no processamento visual da informação, o escolar falha no reconhecimento de palavras irregulares (GALABURDA; CESTINICK, 2003).

As características da dislexia na infância e na idade adulta não se distinguem significativamente, uma vez que não há uma remissão total dos sintomas. A deficiência fonológica, característica da dislexia, é persistente ao longo da vida. Nas crianças, essa deficiência afeta primariamente a precisão, enquanto que, nos adultos, afeta a velocidade da leitura. Ou seja, os adultos disléxicos leem lentamente e de maneira trabalhosa, não são fluentes. Isto é corroborado por estudos com imagens cerebrais, indicando que adultos disléxicos nunca passam a utilizar um circuito neural de leitura automática, necessária à leitura fluente (SHAYWITZ, 2006).

Tannock (2005) especifica algumas características apresentadas pelos escolares disléxicos do ensino médio e superior: leitura lenta e com esforço tanto de palavras isoladas como de textos; dificuldades na pronúncia de palavras polissílabas; falhas significativas na escrita ortográfica; necessidade frequente de releitura; problemas em fazer inferências a partir de textos escritos. Aponta também o fato de os disléxicos evitarem atividades que demandem leitura, seja por prazer, seja para seguir instruções.

Outro aspecto interessante destacado pela literatura é que adultos jovens, com problemas persistentes na precisão e na fluência da leitura, parecem desenvolver mecanismos compensatórios para enfrentar o texto escrito, tal como o apoio em estratégias baseadas no contexto e na memória mais do que em estratégias analíticas para ajudar na identificação de palavras (NEGARD-NILSSEN; HULME, 2014).

Em um estudo comparativo entre disléxicos universitários e alunos de sexto ano (não-disléxicos), constatou-se que os disléxicos são mais lentos para ler palavras e pseudopalavras, beneficiando-se mais do contexto ao ler, enquanto os alunos de sexto ano evidenciam rapidez igual para leitura de palavras isoladas e em contexto. Essa

lentidão também pode ser explicada pela lentidão da integração entre áreas cerebrais responsáveis pela associação entre fonemas e grafemas (BRUCK, 1990). Assim, apesar de um esforço continuado ao longo dos anos, os disléxicos não automatizam plenamente as operações relacionadas ao reconhecimento de palavras, empregando mais tempo e energia em tarefas de leitura, ou seja, os leitores hábeis automatizam o reconhecimento das palavras, e os disléxicos, não.

Rüsseler *et al.*, (2007) avaliaram habilidades como julgamento semântico, de rima e de gênero em disléxicos adultos e leitores normais. A pesquisa visava analisar o uso de potenciais cerebrais relacionados a eventos para investigar se existia diferença nos processamentos semânticos, fonológicos e sintáticos. Os resultados indicaram que, nas três tarefas, os leitores normais foram mais rápidos do que os disléxicos e que a integração sintática e semântica pareceu exigir mais esforço de leitores disléxicos.

Bruck (1992) procurou investigar a habilidade de consciência fonológica de crianças disléxicas, de adultos com o mesmo diagnóstico na infância e de bons leitores em diferentes níveis de leitura. Disléxicos, quando comparados a leitores com mesma idade ou com mesmo nível de leitura, não possuem níveis de consciência fonológica adequados, embora, eventualmente, apresentem desempenho satisfatório em tarefas envolvendo onset e rima. A consciência fonêmica de disléxicos entre oito e dezesseis anos encontra-se abaixo do esperado para a idade e, mesmo com o aumento do nível de leitura, desenvolve-se muito pouco ou não se desenvolve. Padrões similares foram encontrados em disléxicos adultos. Isso quer dizer que os déficits na consciência fonêmica permanecem mesmo em disléxicos com altos níveis de reconhecimento de palavras. Diferentemente do que se observa em leitores normais, a consciência fonológica de disléxicos não parece estar correlacionada com a idade ou com o nível de leitura.

Kemp *et al.* (2008) realizaram um estudo cuja amostra foi constituída por disléxicos adultos universitários e universitários sem dificuldades acadêmicas. Os participantes escreveram palavras reais derivadas e *pseudopalavras*, cuja relação com a escrita em sua forma básica foi categorizada como: fonologicamente simples, fonologicamente complexa, ortograficamente simples e ortograficamente complexa. Os participantes disléxicos apresentaram desempenho

inferior na escrita de todas as categorias de palavras e *pseudopalavras*. Segundo os autores, disléxicos com sucesso acadêmico usam habilidades fonológicas na escrita de palavras familiares, embora tenham dificuldades na memorização de padrões ortográficos. Como consequência dessa dificuldade, a escrita de palavras não familiares, que não possuem pistas fonológicas ou regras ortográficas, encontrou-se prejudicada. Outros estudos confirmam a presença marcante de problemas ortográficos em adultos disléxicos (NEGARD-NILSSEN; HULME, 2014).

Capellini *et al.* (2007) realizaram uma pesquisa com o objetivo de caracterizar o desempenho em habilidade metafonológica, memória operacional, leitura e escrita de indivíduos com dislexia e de seus familiares também disléxicos. Todos os participantes selecionados tinham, no mínimo, oito anos de idade e apresentavam pelo menos outro parente com dificuldade para aprender em três gerações. Os resultados sugeriram que os disléxicos e os seus familiares com o mesmo diagnóstico apresentaram desempenho inferior ao grupo controle nas provas de nomeação rápida, leitura, escrita e consciência fonológica. As alterações encontradas são decorrentes da interação entre a suscetibilidade genética e o meio ambiente, determinando, assim, o quadro da dislexia.

Análise do Discurso: teoria e procedimentos analíticos

Nesta Seção é apresentada a teoria da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD) e os seus pilares conceituais que serviram de base para a construção deste capítulo.

O fundador da AD francesa foi Michel Pêcheux. Pêcheux (1993) realiza rupturas com as pesquisas estruturalistas que via a língua apenas como um veículo para a comunicação, limitada em si mesma, mas busca analisá-la a partir de aspectos que vão além do ato comunicativo, ou seja, aprofunda-se nos aspectos extralinguísticos do discurso, a fim de chegar à construção de sentidos do contexto social, histórico e ideológico, no qual um determinado enunciado está inserido. Isso implica dizer que a língua é tomada como produto de diálogos entre os falantes, é um veículo de interação com o mundo e tem o propósito de ocultar questões ideológicas materializadas na linguagem.

Tendo influenciado outros estudiosos, a vertente brasileira da AD é liderada por Eni Orlandi (2011, p. 12), que define a AD como ‘teoria crítica que trata da determinação histórica dos processos de significação’. Partindo da constituição simbólica do homem, da busca (inevitável) de sentidos e situa as práticas de linguagem no eixo tempo-espaço. É importante ressaltar que, enquanto instrumento teórico-metodológico, a vertente, permite analisar as tramas do dizer, ressignificando o ensino, a partir de novas condições de produção das práticas pedagógicas: descentrando as normas e trabalhando os modos de produção, negociação e instituição ou exclusão dos sentidos, garantindo, no interior da luta de classes, espaço para a circulação de sentidos outros.

Para Orlandi (2012), os procedimentos da AD têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos.

Alguns dos conceitos da AD abordados neste capítulo foram: condição de produção, sujeito discursivo, sentido, formação discursiva e formação ideológica.

O discurso é a palavra em movimento, prática de linguagem, com o estudo do discurso observa-se o homem falando. O discurso tem seu funcionamento, suas regularidades, que se ligam ao social e ao histórico (ORLANDI, 2012). Sendo assim, no funcionamento da linguagem, dá-se a produção de sentidos e a constituição do sujeito, pois ambos são afetados pela língua e pela história. Ressalta-se, então que ‘as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados’ (ORLANDI, 2011 p. 21). Esses efeitos de sentidos emanam de dizeres que estão dentro de uma condição de produção, a qual vai compreender o sujeito, a situação, a história e a memória, sendo este o interdiscurso (ORLANDI, 2011).

Um importante mecanismo para o estudo da AD é o sujeito. Ressalta-se que o sujeito para AD não pode ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso a ocupar um lugar (MUSSALIN, 2006, p. 110).

Na concepção da AD, todo discurso tem sujeito e todo sujeito tem ideologia, tomando por Formação Ideológica (FI) ou ideologia ‘o efeito da relação do sujeito com a língua e história para que se signifique’ (op.cit., p. 48). Orlandi (1994) aponta para um deslocamento do conceito sociológico de ideologia para o conceito discursivo do termo. A autora afirma, então, que a ideologia: [...] não se apresenta como ocultação (ou dissimulação), mas como transposição (simulação) de sentidos em outros, pela relação necessária com o imaginário, que atravessa a relação linguagem/mundo, determinado pela história num dado estado da formação social. Trata-se, então, do necessário apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação, na sua ilusão de *dar* sentido: a produção do efeito de *evidência* (op.cit., p. 296). A ideologia é inconsciente e materializada no discurso. Portanto, o discurso apresenta uma natureza quadridimensional. É o lugar de confronto entre língua e ideologia. Ele sempre remete à FD (formação discursiva) e esta, à formação ideológica, e é por essa via que a linguagem adquire/produz sentido. É também por essa via que o discurso guarda relações com as instituições em que é produzido (SUASSUNA, 2004). Desta maneira, ao posicionar-se em relação aos dizeres anteriores, mais especificamente sobre o discurso, Ferreira (2015, p.47), também afirma que ‘todo discurso é resultado de um complexo jogo ideológico onde entram em cena suas condições de produção’.

Para Pêcheux (2010) os sentidos circulam entre os interlocutores. Entre o intervalo de um sujeito para o outro está o espaço discursivo de ambos, de todos os discursos que circulam ali. Através do funcionamento discursivo, percebemos a constituição dos sentidos. Esses, por sua vez, instauram-se nas grandes formações sócio históricas que determinam as formações ideológicas em que os discursos estão inscritos. Destaca-se que o funcionamento não é unicamente linguístico, já que as condições de produção (situação dos protagonistas) são o conceito básico para a AD, uma vez que constituem.

As condições de produção compreendem os sujeitos e a situação social. As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem. As condições de produção implicam o que material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário (PÊCHEUX, 2018).

As Condições de Produção (CP) são formações imaginárias, onde se apresentam: a **relação de forças** - os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso, a **relação de sentido**- o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um discurso e os outros, a **antecipação** - a maneira como o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa, ou seja, ‘o sujeito experimenta o lugar de seu ouvinte a partir do seu próprio lugar’(ORLANDI, 2011, p.126-158, grifo nosso). O sujeito falará de uma forma ou de outra, dependendo do ‘efeito que possa produzir em seu ouvinte’ (ORLANDI, 2013, p. 39).

Outro conceito basal da AD, formações imaginárias, é destacado neste capítulo. Por meio do seu discurso, é apresentada e analisada a imagem que o sujeito disléxico faz de si próprio, o lugar que ocupa e o impacto das mudanças provocadas ao longo da sua vida acadêmica e profissional, pois toda vez que o sujeito de um discurso toma a palavra, ele mobiliza um funcionamento discursivo que remete a formações imaginárias (COSTA, 2015).

Segundo Pêcheux (1990), o discurso produzido por um sujeito pressupõe um destinatário que se encontra num lugar determinado na estrutura de uma formação social. Tal lugar aparece representado no discurso de formações imaginárias que designam o lugar que o sujeito e o destinatário se atribuem mutuamente, ou seja, a imagem que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro.

As formações imaginárias não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções no discurso ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções no discurso. “São essas projeções que permitem passar das situações empíricas - os lugares dos sujeitos para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição (ORLANDI, 2003, p. 40).

O que acontece é um jogo de imagens dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na sociedade e dos discursos (falados, imaginados e possíveis). Sendo que as formações imaginárias resultam de processos discursivos anteriores, e se manifestam no discurso através da antecipação e das relações de força e de sentido.

As relações imaginárias podem ser, portanto, consideradas como a maneira pela qual a posição dos participantes do discurso

intervém nas condições de produção do discurso. Podemos concluir com Pêcheux (1999) que um processo discursivo supõe, por parte do emissor, (A) uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se funda a estratégia do discurso, o que é dito precede as eventuais respostas de B, que vão sancionar ou não as decisões antecipadas de A. Essas antecipações são, entretanto, sempre atravessadas pelo já ouvido e pelo já dito, que constituem a substância das formações imaginárias.

Método

O sujeito deste estudo de caso é designado pelas iniciais do seu nome MCD, sexo masculino, 40 anos. MCD foi paciente da segunda autora deste capítulo e foi acompanhado pela mesma por dois anos de intervenção fonoaudiológica por apresentar o diagnóstico de dislexia.

Os dados obtidos para a análise, ora apresentados neste capítulo, foram coletados por meio de uma entrevista composta das seguintes perguntas:

1. Quais os impactos que a dislexia trouxe ou ainda traz para a sua vida, seja no âmbito acadêmico, social ou profissional?
2. Hoje, enquanto adulto, como você consegue lidar com as dificuldades da dislexia, ou seja, quais estratégias você utiliza no seu dia a dia?

As perguntas foram enviadas ao sujeito via *e-mail* e o mesmo teve o prazo de uma semana para responder às perguntas por escrito. Todas as respostas foram digitadas novamente, respeitando a escrita original do sujeito.

A análise foi realizada recorrendo aos trechos da entrevista, buscando compreender sua discursividade, iniciando assim, um primeiro lance de análises à construção do objeto de análise. Nesse momento, segundo Orlandi (2012), é fundamental o trabalho com as paráfrases, a relação do dizer e não-dizer.

Em seguida, articulou-se os sentidos que os mesmos podem trazer, estabelecendo a relação com as formações discursivas, no jogo de sentidos, observando no processo de significação, as formações imaginárias referentes à sua formação acadêmica e o profissional.

Análise do discurso de um sujeito disléxico e seus efeitos de sentido na sua vida profissional

Nesta Seção será apresentado o procedimento analítico da AD referente ao discurso do sujeito disléxico e os impactos da manifestação da dislexia ao longo de sua vida acadêmica e profissional.

Sequência Discursiva do sujeito MDC

‘Os impactos que a Dislexia trouxe na minha vida acadêmica começaram cedo, logo na alfabetização quando meus colegas conseguiram aprender a ler e escrever e eu não consegui sendo reprovado. Nesse momento começa o primeiro impacto com a mudança de turma e amigos, com a frustração de não ter conseguido passar de ano e ver todos os seus amigos irem embora. Daí vêm os primeiros castigos aplicados pelos pais, pois os colegas iam ter férias e eu iria ficar lendo livros e fazendo atividades’.

‘Junto com isso, vem uma tremenda frustração para uma criança dessa idade’.

‘Passado esse ano, consegui ser aprovado’.

‘Posteriormente, na primeira série fiquei em recuperação em português e novamente não ganhei o presente prometido pelo meu pai se passasse por média, o que acarretou nova frustração. Porém, como dificuldade consegui passar de ano, salientando que apenas tive dificuldade na disciplina de português.

‘Na segunda série, vem à tormenta de novo, reprovação novamente em português e via de consequência, fiquei novamente nas férias estudando e lendo livros paradidáticos e fazendo ditados’.

‘Repetindo a segunda série, novamente fiquei sem os amigos e com a sensação de incompetência, taxado por muitos como preguiçoso. Fiquei na recuperação final em português, porém consegui passar de ano. Saliento que nessa época, eu já tinha professor particular três vezes por semana, psicólogo ou fonoaudiólogo’.

‘Na metade da quarta série, fui transferido de colégio, devido às notas baixas de português. Fui transferido para a Escola Recanto, que possuía um método diferente de ensino e de avaliação, iniciou-se uma fase menos traumática, uma vez que a escola tinha uma forma de avaliar o todo do aluno. O colégio

disponibilizava aulas de reforço para os alunos que tinham dificuldades em um horário extraclasse. Isso foi muito importante para mim, pois eu estava junto com pessoas que possuíam a mesma dificuldade que a minha, numa turma pequena em que era possível ao professor dar uma maior atenção aos alunos’.

‘Nas outras séries, eu sempre tive dificuldade em português, porém não mais reprovei de ano. Na faculdade, diante da evolução da legislação inerente à inclusão social e mediante a existência de um laudo demonstrando a minha dislexia, a maioria dos professores entendia as minhas dificuldades e relevavam, na maioria das vezes, os meus erros de português’.

‘Como foi visto, o período de maior dificuldade acadêmica, social que enfrentei foi da alfabetização até a quarta série’.

‘Conforme foi dito, houve impacto na minha vida social, uma vez que no período extraclasse, meus amigos estavam se divertindo e eu ficava em aulas de reforço, psicólogos e fonoaudiólogos’.

‘Além disso, há a perda dos amigos da sala, a frustração de não ter conseguido, o que me causava muita ansiedade, razão pela qual fiz uso do remédio ritalina’.

‘Várias festinhas e finais de semana eu tinha que ficar estudando e meus amigos aproveitando’.

‘Com relação ao aspecto profissional, todos que me conhecem afirmam que diante do meu poder de argumentação e persuasão, eu iria ser bem sucedido na área do direito, porém diante das minhas dificuldades de escrita exclui essa profissão, indo cursar o curso de administração, o qual iria exigir menos o português e mais outras habilidades, dentre elas a matemática, a qual possuo facilidade’.

‘Ressalto que o aspecto profissional foi facilitado porque minha família possuía empresa onde fui trabalhar e até hoje tenho empresa, o que facilitou a minha inserção no trabalho. Nesse aspecto, a dislexia não me atrapalhou’.

O sujeito MCD assume o lugar de sujeito dislético já no início do trecho de sua fala: ‘Os impactos que a Dislexia trouxe na minha vida acadêmica começaram cedo, logo na alfabetização quando meus colegas conseguiram aprender a ler e escrever e eu não consegui sendo reprovado’, apontando em seu discurso como compreendia as

suas dificuldades na vida escolar, confirmando em sua formação discursiva, a crença de um sujeito disléxico.

Segundo Pêcheux (2008), a formação discursiva é o lugar e a constituição do sentido, no qual se vincula a constituição do sujeito. No trecho *‘Nas outras séries, eu sempre tive dificuldade em português, porém não mais reprovei de ano. Na faculdade, diante da evolução da legislação inerente à inclusão social e mediante a existência de um laudo demonstrando a minha dislexia’*, percebe-se que há completa identificação do sujeito à formação discursiva, pois mesmo na faculdade o sujeito marca na composição da linguagem quando diz *‘na faculdade.... a minha dislexia’*, mostrando um sujeito consciente da sua posição de sujeito disléxico, destacando nesse segmento que o mesmo tem a consciência que na faculdade não foi reprovado porque estava acobertado diante da *‘legislação inerente à inclusão social e mediante a existência de um laudo’*.

Outro aspecto interessante a ser analisado nessa sequência discursiva, concernente à sua prática discursiva, diz respeito às formações imaginárias, que, segundo Pêcheux (2007), são as imagens que o emissor e receptor do discurso fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. É provável que seja por via das formações imaginárias que o sujeito MDC tenha feito as suas próprias observações quando no seguimento: *‘Conforme foi dito, houve impacto na minha vida social, uma vez que no período extraclasse, meus amigos estavam se divertindo e eu ficava em aulas de reforço, psicólogos e fonoaudiólogos. Além disso, há a perda dos amigos da sala, a frustração de não ter conseguido, o que me causava muita ansiedade, razão pela qual fiz uso do remédio ritalina. Várias festinhas e finais de semana eu tinha que ficar estudando e meus amigos aproveitando’*. Nesse momento, o sujeito se autoavalia, imaginando e sentindo ‘frustrações’ de não ter se divertido nas férias com os amigos.

Outro seguimento do sujeito MDC retrata muito do aspecto das dificuldades com a linguagem escrita, quando comenta a forma como escolheu a sua profissão: *‘indo cursar o curso de administração, o qual iria exigir menos o português e mais outras habilidades, dentre elas a matemática, a qual possui facilidade*. Nesse caso, ele utiliza a dificuldade na escrita para não fazer o curso de direito: *‘Com relação ao aspecto profissional, todos que me conhecem afirmam que diante do meu poder de argumentação e persuasão, eu iria ser bem sucedido na*

área do direito, porém diante das minhas dificuldades de escrita exclui essa profissão, indo cursar o curso de administração, o qual iria exigir menos o português e mais outras habilidades, dentre elas a matemática, a qual possuo facilidade'. Segundo Orlandi (2012), as condições de produção compreendem os sujeitos e as situações. Destacado no seguimento acima desse sujeito, a representação imaginária evidenciada no seu discurso de sempre está fazendo o uso que a composição da sua linguagem escrita deu impacto na sua vida profissional, principalmente na escolha de sua profissão. Ressalta-se que, socialmente, esse sujeito buscou uma adaptação para sua vida, pois utilizou o recurso da tecnologia para efetivar a comunicação da escrita no seu dia a dia para facilitar sua integração no meio social. Da mesma forma, percebe-se também, a imagem que MDC faz de um sujeito disléxico, sendo capaz de realizar atividades profissionais, apesar de ter a ajuda da família.

Considerando o trecho final dessa sequência discursiva, que mesmo diante da formação discursiva de sujeito disléxico presença forte no seu discurso, o mesmo apresenta que é capaz de realizar atividades profissionais: *'Ressalto que o aspecto profissional foi facilitado porque minha família possuía empresa onde fui trabalhar e até hoje tenho empresa, o que facilitou a minha inserção no trabalho. Nesse aspecto, a dislexia não me atrapalhou'*, rompendo com as formações imaginárias decorrentes de uma visão em que um sujeito disléxico não possa participar ou ser incapaz de realizar-se profissionalmente.

Considerações finais

Observa-se, na sequência discursiva apresentada neste capítulo, que o discurso do sujeito disléxico é marcado sobre o seu próprio dizer, vinculando sua posição discursiva à uma incapacidade pressuposta e imaginária, muitas vezes, ao dirigir-se a composição da escrita e evidenciando a sua formação discursiva de um sujeito disléxico no seu discurso.

Destacaram-se as formações imaginárias da AD, pois se constituem diante da visão que o sujeito disléxico tem da imagem que faz de si como emissor do discurso e da imagem que julga que o receptor faz dele, pois o seu discurso contém expressões queixosas

da sua vida acadêmica no transcorrer da sua vida acadêmica, como observado no seguimento ‘a frustração de não ter conseguido passar de ano’. Percebe-se nos recortes analisados no discurso do sujeito MDC, uma busca para atuar profissionalmente e que para isso, recorreu a estratégias para viabilizar a sua inserção: ‘indo cursar o curso de administração, o qual iria exigir menos o português e mais outras habilidades, dentre elas a matemática, a qual possuo facilidade’, mostrando que esse sujeito buscou alternativas ao longo do desenvolvimento de sua vida profissional.

Para efeitos de conclusão, esta análise, em especial com a teoria da AD, não está fechada, mas aberta a novos olhares, com efeitos diferentes.

Referências

AJURIAGUERRA, J. Les dyslexies d'évolution, problème théoriques et pratiques de neuropsychiatrie infantile. **Annales Médico-Psychologiques**, Vol. 1, p. 540-551, 1953.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition (DSM-5). Arlington: American Psychiatric Association, 2013.

BASSO, F.; JOU, G.; GONÇALVES, H.; MORAES, A.; MOOJEN, S.; SALLES, J. A produção textual escrita de adultos com dislexia do desenvolvimento. **Revista Neuropsicologia Latinoamericana**, Vol. 9, n. 2, p. 19-32, 2017.

BODER, E. Developmental dyslexia: a diagnostic approach based on three atypical reading-spelling patterns. **Developmental Medicine and Child Neurology**, Vol. 15, n. 5, p. 663-687, 1973.

BRADLEY, L.; BRYANT, P. Visual memory and phonological skills in reading and spelling backwardness. **Psychological Research**, Vol. 43, p. 156-168, 1983.

CAPELLINI, S. Eficácia de programa de treinamento fonológico, correspondência fonema-grafema e treinamento fonológico associado à correspondência grafema-fonema em escolares de risco para dislexia. In: ALVES; MOUSINHO; CAPELLINI (Orgs.). **Dislexia, Novos Temas, Novas Perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2011.

CAPOVILLA, A. Compreendendo a dislexia: definição, avaliação e intervenção. **Cadernos de Psicopedagogia**, Vol. 1, n. 2, p. 36-59, 2002.

CAPOVILLA, A.; CAPOVILLA, F. **Problemas de leitura e escrita: como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica**. São Paulo: Memnon, 2003.

COSTA, E. O trabalho linguístico-discursivo em um grupo de convivência de sujeitos afásicos. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Unicap, Recife, Pernambuco, 2015.

COWEN, C.; DAKIN, K. Breaking news & call to action: DSM-5 proposed revisions remove the term dyslexia, 2012. [Acesso em: 15 Jun. 2018]. Disponível em: <https://dyslexiaida.org/dsm5-update/>.

CUNNINGHAM, A. Explicit versus implicit instruction in phonemic awareness. **Journal of Experimental Child Psychology**, Vol. 50, n. 3, p. 429-444, 1990.

DENCKLA, M.; RUDEL, R. Rapid Automatized naming of pictured objects, colors, letters and numbers by normal children. **Cortex**, Vol. 10, n. 1, p. 186-202, 1974.

ELLIOTT, J.; GRIGORENKO, E. **The dyslexia debate**. New York: Cambridge University Press, 2014.

FAWCETT, A.; NICHOLSON, R.; MACLAGAN, F. Cerebellar tests differentiate between groups of poor readers with and without IQ discrepancy. **Journal of Learning Disabilities**, Vol.34, n. 119-135, 2001.

FERREIRA, M. **Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento**. Campinas: Pontes, v. 1. 242 p., 2015.

GREGOLIN, M. **Discursos e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Paulo: Claraluz. 2003.

GALABURDA, A.; CESTNICK, L. Dislexia del desarrollo. **Revista de Neurología**, Vol. 36, n. 1, p. 53 – 59, 2003.

GERMANO, G.; REILHAC, C.; CAPELLINI, S.; VALDOIS, S. The phonological and visual basis of developmental dyslexia in Brazilian Portuguese reading children. **Frontiers and Psychology**, Vol. 5, p. 1-11, 2014.

HABIB, M. The neurological basis of developmental dyslexia: an overview and working hypothesis. **Brain**, Vol. 123, n. 12, p. 2373-2399, 2000.

HEILMAN, K.; VOELLER, K.; ALEXANDER, A. Developmental dyslexia: a motor-articulatory feedback hypothesis. **Annals os Neurology**, Vol. 39, n.3, p. 407-412, 1996.

HEIM, S.; TSCHIERSE, J.; AMUNTS, K.; WILMS, M.; VOSSEL, S.; WILLMES, K. GRABOWSKA, A. Cognitive subtypes of dyslexia. **Acta of Neurobiologiae Experimentalis**, Vol. 68, n. 1, p. 73-82, 2008.

IANHEZ, M.; NICO, M. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. São Paulo: Alegro, 2002.

JOANISSE, M.; MANIS, F.; KEATING, P.; SEIDENBERG, M. Language deficits in dyslexic children: speech perception, phonology and morphology. **Journal of Experimental Child Psychology**, Vol. 77, n. 1, p. 30-60, 2000.

KNOOP-VAN CAMPEN, C.; SEGERS, E.; VERHOEVEN, L. The modality and redundancy effects in multimedia learning in children with dyslexia. **Dyslexia**, Vol. 24, n. 2, p. 140-155, 2018.

LIVINGSTONE, M.; HUBEL, D. Psychophysical evidence for separate channels for the perception of form, color, movement and depth. **Journal of Neuroscience**, Vol 7, n. 1, p. 3416-3468, 1987.

LUNDBERG, I.; FROST, J.; PETERSEN, O. Effects of an extensive program for stimulating phonological awareness in preschool children. **Reading Research Quarterly**, Vol. 23, n. 3, p. 262-284, 1988.

LYON, G.; SHAYWITZ, S.; SHAYWITZ, B. Definiton of dyslexia. **Annals of Dyslexia**, Vol. 53, n. 1, p. 1-14, 2003.

LOGAN, G. Toward an instance theory of automatization. **Psychological Review**, Vol. 95, n. 1, p. 492-527, 1988.

MOUSINHO, R.; NAVAS, A. Mudanças apontadas no DSM-5 em relação aos transtornos específicos de aprendizagem em leitura e escrita. **Revista Debates em Psiquiatria**, Ano 6, n. 3, p. 47-51, 2016.

MORKEN, F.; HELLAND, T. Writing in dyslexia: product and process. **Dyslexia**, Vol. 19, n. 3, p. 131-148, 2013.

MUSSALIN, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. **Introdução à Linguística - domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez. 2006.

NARBONA, J.; CHEVRIE-MULLER, C. **A linguagem da criança**. São Paulo: Artmed, 2005.

NAVAS, A. Por que prevenir é melhor que mediar quando se trata de dificuldades de aprendizagem. In: ALVES; MOUSINHO; CAPELLINI (Orgs.). **Dislexia, Novos Temas, Novas Perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2011.

NICOLSON, R.; FAWCETT, A. Automaticity: a new framewok for dyslexia research? **Cognition**, Vol. 35, n. 2, p. 159-182, 1990.

NOGUEIRA, D.; CÁRNIO, M. Programa fonoaudiológico em compreensão leitora e ortografia: efeitos na ortografia em disléxicos. **CoDAS**, Vol. 30, n. 2, p. 1-9, 2018.

NOVICK, B.; ARNOLD, M. **Fundamentals of Clinical Child Neuropsychology**. Grune & Stratton: Australia, 1988.

ORTON, S. **Reading, writing and speech problems in children**. London: Chapman and Hall, 1937.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2008.

SCHIFF, R; LEVIE, R. Spelling and morphology in dyslexia: a developmental study across the school years. **Dyslexia**, Vol. 13, n. 2, p. 1-21, 2017.

SCHULTE-KORNE, G. Specific learning disabilities – from DSM-IV to DSM-V. **Zeitschrift für Kinder- und Jugendpsychiatrie und Psychotherapie**, Vol. 42, n. 5, p. 369-372, 2014.

SHALLICE, T.; WARRINGTON, E. Single and multiple component central dyslexic syndromes. In: COLTHEART; PATTERSON; MARSHALL (Orgs.) **Deep dyslexia**: London: Routledge and Kegan Paul, 1980.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia. Um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SNOWLING, M. The developmental of grapheme-phoneme correspondences in normal and dyslexic readers. **Journal of Experimental Child Psychology**, Vol. 29, n. 2, p. 294-305, 1980.

SNOWLING, M.; HULME, C. Annual research review: the nature and classification of reading disorders – a commentary on proposals for DSM-5. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, Vol. 53, n. 5, p. 593-607, 2012.

TANNOCK, R. DSM 5 changes in diagnostic criteria for specific learning disabilities (SLD): what are the implications? International Dyslexia Association (IDA), 2014. [Acesso em: 15 Jun. 2018]. Disponível em: <https://dyslexiaida.org/dsm5-update/>.

TEMPLE, C.; MARSHALL, J. A case of study developmental phonological dyslexia. **British Journal of Psychology**, Vol. 74, n. 4, p. 517-533, 1983.

TORGESSEN, J.; DAVIS, C. Individual difference variables that predict response to training in phonological awareness. **Journal of Experimental Child Psychology**, Vol. 63, n. 1, p. 1-21, 1996.

VANDERVELDEN, M.; SIEGEL, L. Phonological recoding and phoneme awareness in early literacy: A developmental approach. **Reading Research Quarterly**, Vol. 30, n. 4, p. 854-875, 1995.

VELLUTINO, F. **Dyslexia: theory and research**. Cambridge: MIT Press, 1979.

Notas sobre a professora Nadia Azevedo



Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

Professora adjunta III da Universidade Católica de Pernambuco. Atua na Graduação em Fonoaudiologia, como professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências da Linguagem (mestrado e doutorado - PPGCL/UNICAP). Mestre em Fonoaudiologia (Mestrado Acadêmico, PUC-SP, 2000), Doutora em Letras e Linguística (Doutorado, UFPB, 2006). Especialista em Patologias da Linguagem (UNICAP, 1984), título de Especialista em Linguagem pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa, 2006; renovação do título em 2012 e 2017) e Fonoaudióloga (Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação - IBMR, Rio de Janeiro, 1978). É líder do grupo de pesquisa do CNPq, intitulado: Discurso, sujeito e sociedade, constituído no PPGCL/UNICAP. Membro do Grupo de Pesquisa: Linguagem, Distúrbio e Multidisciplinaridade, coordenadora do PROCAD/UNICAP, intitulado: Diálogos em Linguística: do Formal ao Discursivo, em parceria com as instituições UCPEL e UFPB. Compõe o Banco Nacional de Avaliadores Institucionais (MEC) desde 2006. É presidente e membro do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP UNICAP) desde 2014, consultora da CAPES a partir de 2017. Utiliza como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso de linha francesa (AD), na relação com a aquisição e distúrbios de linguagem, em especial, a gagueira e a afasia.

Notas sobre os organizadores



Dalexon Sérgio da Silva

Pós-doutorando em Ciências da Linguagem pela UNICAP, sob a supervisão da Profª Drª Nadia Azevedo e PhD em Ciências da Linguagem, em Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, PDSE, CAPES, UNICAP no Brasil e no exterior, nos centros de pesquisa da Universidade de Lisboa e da Universidade Aberta de Lisboa - Portugal. Mestre em Ciências da Linguagem. Pós-graduado em Língua Portuguesa, em Administração, em Coordenação Pedagógica, em Supervisão Educacional e graduado em Letras, todas pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, pela Universidade Aberta de Lisboa – Portugal. Filiado à Análise do Discurso de Linha Francesa - AD, com foco no discurso religioso.



Claudemir dos Santos Silva

Doutorando (Bolsista FACEPE/Processo: IBPG-1374-8.01/16) e Mestre (Bolsista CAPES/PROSUP, 2016), pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco (PPGCL/UNICAP). Desde então, nesse contexto, filiado à Análise do Discurso de linha francesa (AD), utiliza-se de tal procedimento teórico-metodológico para desenvolver pesquisas em torno da gagueira sob a perspectiva discursiva, tendo como orientadora a Prof^a Dr^a Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo. É membro do grupo de pesquisa do CNPq, intitulado: *Discurso, sujeito e sociedade*, constituído no PPGCL/UNICAP. Também é Especialista em Psicopedagogia Institucional (2011) e Graduado em Letras, Licenciatura em Língua Portuguesa, Inglesa e suas respectivas Literaturas (2009) pelas Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão (Bolsista FAINTVISA).

Este livro reúne uma coletânea de textos científicos, em dois volumes, catalogados por seus organizadores para compor um arquivo em homenagem aos 40 anos de docência da Profª Nadia Azevedo - UNICAP. Neste segundo volume, a partir das concepções da Análise do Discurso pecheutiana, tais textos são mobilizados por meio de um gesto de interpretação dos seguintes pesquisadores: Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS), Isaac Costa (UFRGS), Belmira Magalhães (UFAL), Diego Lacerda (UFAL), Geice Silva (UFAL), Mário Jorge Pereira da Mata (UFBA), Lucas Nascimento (UFRJ), Erasmo da Silva Ferreira (UPE/campus Garanhuns), Dirce Jaeger (UPE/campus Garanhuns), Frederico Sidney Guimarães (UFF), Carolina Fernandes (UNIPAMPA), Ercília Ana Cazarin (professora aposentada), Mariana Jantsch de Souza (IFSUL – RS), Mônica Ferreira Cassana (UFPEL), Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE), João Victor da Silva Carvalho (UFPE), Nelson Figueira Sobrinho (UNIOESTE), Dantielli Assumpção Garcia (UNIOESTE), Romulo Santana Osthues (UNICAMP), Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (UESB), Renata Corrêa Coutinho (UNIPAMPA), Soraya Maria Romano Pacífico (FFCLRP-USP), Bethania Mariani (UFF), Carla Moreira (CEFET/MG), Rebeca Estrela (UFF), Cristiane Renata da Silva Cavalcanti (UNICAP), José Reginaldo Gomes de Santana (UNICAP), Kelly Cristine Martins dos Santos (UNICAP), Fernanda Luzia Lunkes (UFSB), Regina Maria Ayres de Camargo Freire (PUC–SP), Marcel Amaral Marques Ferraz (PUC–SP), Juliana de Castro Santana (FACTEC Jacareí/SP), Érika Maria Azevedo Costa (UNICAP) e Luciana Cidrim (UNICAP).



ISBN, 978-65-5869-136-5

